

leôncio basbaum

uma vida
em
seis tempos
(memórias)

uma visão da história
política brasileira dos
últimos quarenta anos



EDITORA ALFA-OMEGA

Handwritten signature or mark in blue ink.

FICHA CATALOGRAFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-Fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

B314v Basbaum, Leôncio, 1907-1969.
Uma vida em seis tempos: memórias. São Paulo, Alfa-Omega,
1976.
p. (Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal. Série 2.^a.
Atualidade, v.2)
1. Basbaum, Leôncio, 1907-1969 2. Brasil — Política e governo
— Século 20 3. Partido Comunista Brasileiro I. Título
B
CDD-923.281
-320.981004
-929.981

76-0140

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Políticos : Biografia 923.281
2. Partido Comunista Brasileiro 929.981
3. Século 20 : Brasil : História Política 320.981004



UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY
130 St. George Street
Toronto, Ontario M5S 1A5

UMA VIDA
EM
SEIS TEMPOS

BIBLIOTECA ALFA-OMEGA DE CULTURA UNIVERSAL

Série 2.^a — Volume 2

ATUALIDADE

DIREÇÃO

FERNANDO MANGARIELO
(editor)

CONSELHO ORIENTADOR

Luiz Pinto Ferreira
Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa
Geraldina Porto Witter
Nagib Lima Feres
Duglas Teixeira Monteiro
Alvaro Alves de Faria
Paulo Sérgio Pinheiro

LEÔNCIO BASBAUM

UMA VIDA
EM
SEIS TEMPOS

(MEMÓRIAS)



EDITORA ALFA-OMEGA
São Paulo
1976

Capa:
Agune, Falanqui e Tedeschi

Revisão:
Mari Kamada

Direitos Reservados
EDITORA ALFA-OMEGA LTDA.
05411 — Rua Cristiano Viana, 302 — 01000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Para

MAURÍCIO LEÔNCIO e NEUSA
DINA ELISA e RONALDO
HERSCH WLADIMIR e NATACHA
RONALDO LUIS
ANA LÚCIA
RICARDO
SÉRGIO

NOTA DA EDITORA

Leôncio Basbaum, brasileiro, natural de Pernambuco (Recife), nasceu em 6 de novembro de 1907. Fez seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro onde ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, doutorando-se em 1929. Exerceu por alguns anos apenas a profissão de médico, quando abraçou de forma determinada a atividade política, a ela dedicando-se por cerca de 40 anos. Por todo esse longo período nunca deixou de se interessar pelos problemas brasileiros, os quais pôde analisar e emitir originalíssimas opiniões através de diversos livros.

Dirigiu a Editora Edaglit em São Paulo e onde faleceu em março de 1969, logo após terminar a redação de um livro de memórias.

O autor, em vida, publicou as seguintes obras:

- 1 — A Caminho da Revolução — Pseudônimo Augusto Machado, 1934, Editora Calvino, RJ.
- 2 — Sociologia do Materialismo, 2.^a Edição, 1959, Editora Obelisco, SP.
- 3 — Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento, 1960, Editora Fulgor, SP.
- 4 — História Sincera da República, 1.^o Volume, 3.^a Edição, 1967, Editora Fulgor, SP.
- 5 — História Sincera da República, 2.^o Volume, 2.^a Edição, 1961, Editora Edaglit, SP.
- 6 — História Sincera da República, 3.^o Volume, 2.^a Edição, 1962, Editora Edaglit, SP.
- 7 — No Estranho País dos Iugoslavos, 1962, Editora Edaglit, SP.
- 8 — Processo Evolutivo da História, 1964, Editora Edaglit, SP.
- 9 — História e Consciência Social, 1967, Editora Edaglit, SP.
- 10 — Alienação e Humanismo, 1967, Editora Fulgor, SP.
- 11 — Sociologia Del Materialismo, 2.^a Edição, 1964, Editora Americaleé, Buenos Aires.
- 12 — História Sincera da República, 4.^o Volume, 1.^a Edição, 1968, Editora Fulgor, SP.

Publicação póstuma — Uma Vida em Seis Tempos (Memórias), 1976, Editora Alfa-Omega, SP.

Leôncio Basbaum morreu três meses depois de redigir as últimas páginas das suas memórias. Não teve tempo, sequer, de corrigir provas ou sugerir eventuais alterações no texto original. Por respeito à sua memória, e por temer que qualquer interferência pudesse prejudicar o estilo e até o pensamento do autor, a editora deliberou publicar o material rigosamente como o recebeu.

INTRODUÇÃO

Creio que todos os homens, ao atingir uma certa idade, variável para uns e outros, mesmo sem querer, começam a refletir sobre o seu passado e a perguntar, por vezes, a si mesmos: "valeu a pena ter vivido? Que fiz da minha vida? Que fiz eu por mim e pelos meus semelhantes? As horas de felicidade superaram as horas de amargura?" Agora, que acabo de completar sessenta anos, essas perguntas começam também a aflorar no meu espírito.

A resposta, para mim e para muitos outros que fazem a si mesmos essas perguntas é certamente variável, tudo dependendo do que se desejou na vida, do que se considera importante e válido, do caráter e do sentimento de cada um. Mas, de qualquer modo, ninguém está apto a julgar os seus próprios atos. Talvez seja por isso que muitos escrevem sua autobiografia: vejam o que sou, o que fui, o que fiz! Alguns acreditam que realmente fizeram algo: Chaplin, por exemplo. Outros escrevem para expor seu pensamento filosófico, ou simplesmente para fazer literatura, como Sartre ou Gide. Outros ainda para desafogar sua própria consciência, como que a justificar perante os outros, ou a si mesmos, o que fizeram de sua própria vida. Assim são as **Confissões de Rousseau**. Outros, para se vingar da sociedade com o escândalo, como a dizer: "vejam o que vocês fizeram de mim", qual Jean Genet de **Le Journal d'un Voleur**.

Eu não sei em qual delas — e existem muitas outras motivações — eu catalogaria as minhas memórias. Deixo isso ao encargo do possível leitor, que acaso se preocupe com o assunto.

E por que são lidas essas memórias, que são, muitas vezes, mais do que a simples exposição de uma vida, a exposição de uma alma, de uma intimidade desvendada e posta a nu, como se abrissemos, para o público, o recesso de nosso quarto de dormir ou mesmo as portas de nosso banheiro privativo?

Há, sem dúvida, o interesse, a admiração pelo autor, a curiosidade em torno de uma vida aventureira, ou de qualquer modo significativa para o mundo, vida que deixou não apenas as cinzas de um fogo que se apagou, mas chispas que conseguem ainda incendiar outras almas.

Cada livro autobiográfico é uma lição de humanidade, ou de humanidade, pois, através dele, penetramos em uma alma. E, a cada livro de memórias que lemos, se o procurarmos, acrescentamos algo a essa luta do homem pelo conhecimento de si mesmo, nem sempre pelo que o autor disse ou fez, mas pelo que deixou de dizer ou fazer. Muitas vezes pelo que se consegue ler nas entrelinhas: eis aí uma alma, de qualquer modo, um **homem**. Há nesses livros, sempre algo de **humano**, desde que foi escrito por um homem, mesmo que ele nada tenha dito ou feito: era, afinal de contas, um homem e possuía em si uma minúscula parcela de humanidade, um ínfimo grão de poeira da essência humana que há em todos nós.

Acredito que sessenta anos é uma boa idade para uma pequena pausa, para rever o passado. Não, que o fogo se tenha apagado, como no meu caso. Nem isso significa o início de uma aposentadoria enquanto o sol ainda brilha lá fora. Mas nessa idade — e começo a percebê-lo — pouco há ainda que nos possa espantar ou surpreender. Temos a impressão de que tudo o que vemos, ou lemos, já foi visto ou lido. Não que o sentimento se tenha desgastado, de tanto haver sido solicitado, mas a **consciência crítica** começa a predominar sobre o entendimento. E vemos tudo com mais clareza. E mais sabedoria. É justo que ponhamos essa clareza e essa sabedoria a serviço das gerações que vêm tomar o nosso lugar.

Ao refletir sobre essa vida que se foi — ou que se está indo — ninguém todavia poderá dizer: “eu não devia ter feito assim, mas de outro modo; eu não devia ter dito isso, mas aquilo”. Na verdade, isso não mais importa: o que se fez está feito e o que se falou está falado. Resta apenas, agora, o consolo de que o que foi feito ou dito, não podia deixar de sê-lo. E se cada um de nós pudesse refazer sua vida, diria ou faria o exatamente o que fez ou disse. Nada poderia mudá-lo, a não ser que as circunstâncias tivessem mudado ou mudada a nossa consciência.

Mas aos sessenta anos, mesmo quando ainda não nos aposentamos, quando há ainda algo que podemos fazer ou dizer, vemos tudo com mais serenidade. É precisamente quando nos sentimos adultos, quando começamos a compreender os nossos semelhantes e a nós mesmos.

Que me leva a escrever essas memórias, quando o dia ainda está claro? Não sei, há um impulso irresistível — e talvez a força do apelo de alguns amigos. Pode ser a vaidade, o desejo de me revelar ao mundo, que ainda não me descobriu. Mas talvez seja a convicção de que a vida representou algo mais do que fiz ou tentei fazer. Muitos homens se perguntam: fui um fracasso ou um vitorioso? Não se trata de julgar-me por esse ângulo, nem de me submeter ao julgamento de outros. Sinceramente, não estou interessado nesse veredito da posteridade. Mas acredito que tenho algo para dar ao mundo: a minha experiência, a experiência de um homem que viveu dentro do mundo, que não apenas o olhou de

longe mas de dentro dele, que sentiu e viveu os seus problemas, que pensou, escreveu e, sobretudo, agiu, pois é a ação que marca uma vida. E nisso que joguei a minha vida e o meu pensamento, talvez haja algo capaz de interessar à humanidade, senão pelo que fiz ou tentei fazer em seu benefício, pelo menos indiretamente, pelo que essas memórias possam significar: um pouco da alma de um homem, de um certo e determinado homem, de qualquer modo uma parcela da essência humana. Um dia se criará a **ciência do homem** e a matéria-prima dessa ciência pode estar contida nesse número sem conta de autobiografias que, através dos tempos, foram sendo escritas. Seja a de um mendigo anônimo, seja a de um rei ou de um líder, todos têm em si uma parcela de humanidade, da chama que alumia ou incendeia os espíritos e movimenta os homens. Para essa ciência, como para o pó de onde todos vieram e para o qual voltarão, todos são iguais.

Mas há ainda uma outra motivação para mim: mais de metade da minha vida, em pensamento e ação, foi dedicada ao Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro, não tanto ao próprio Partido, mas ao que ele representava em intenções: a liberdade e o resgate do povo brasileiro, a redenção do Brasil. Nesses anos conheci muita gente ligada ao Partido, de uma forma ou de outra: militantes ativos, simples contribuintes, simpatizantes, amigos e inimigos, aproveitadores, tiras, e até mesmo marginais de toda espécie, ladrões salteadores, punquistas, vagabundos, nas várias prisões por que passei. Uma parte da humanidade, enfim, diferente e, não obstante, igualmente humana. Acompanhei a formação e a evolução do Partido, de sindicatos operários, de muitas lutas de caráter econômico ou político.

Nesses quase quarenta anos, algumas vezes marginalizado pelas lutas internas, outras como elemento de vanguarda, conheci, dentro do Partido ou na sua periferia, tipos humanos de toda espécie. Havia heróis e salafários, mártires e vigaristas, homens honestos ou simples aventureiros, comunistas sinceros e carreiristas. Mas nada há de admirar: disso é feita a humanidade. (Mas então eu não sabia ainda.) Eles estão em toda a parte. Muitos passavam pelo Partido como cometas, chegavam e desapareciam, subiam e desciam, mas deixando quase sempre seqüelas maleficientes de sua passagem. De repente surgiam como ardorosos líderes e de repente voltavam ao anonimato de suas vidas reais, obscuras e insignificantes.

O grande desapontamento de minha vida, todavia, foi encontrá-los onde eu menos esperava: no meio de **santos**, de homens que teimavam em dar a outros sua vida por um mundo melhor.

É claro que isso hoje não mais me espanta. Mas a frustração sentida quando o descobri, tornou amarga a minha vida por um longo período. Aventureiros, aproveitadores, carreiristas, amigos falsos, como as pulgas,

estão em toda parte e somente as descobrimos quando lhes sentimos a ferroada. Não eram demônios — o que é uma forma de santidade e inocência —, eram apenas criaturas vulgares, na inteligência como nos sentimentos, e se caracterizavam por uma qualidade: a esperteza.

Enfim, bons e maus, honestos e aventureiros, todos são criaturas humanas, exceto as pulgas. Em todos há uma centelha da vida, uma parte da essência do humano, e talvez esteja nisso o encanto da vida. Ela seria bem enfadonha se fôssemos todos santos e heróis, porque então não haveria nem santos nem heróis.

Assim, tenho algo que contar, da minha vida e da vida do Partido, pois durante muito tempo eles estiveram intimamente entrosados. Relembrarei fatos e homens (algumas mulheres também). Como é óbvio, por medida de prudência, se há alguns homens que aparecem por inteiro, outros são indicados apenas por iniciais. Quando os nomes aparecem por inteiro é porque ou seus portadores já morreram ou porque de tal modo voltaram ao anonimato que não será fácil identificá-los. Ou porque fui autorizado a mencioná-los. Outras vezes porque seus nomes são de tal modo conhecidos e fichados que uma palavra a mais ou a menos não alterará sua situação perante o DOPS ou o FBI. Outras vezes, uso pseudônimos, nomes de guerra, pelos quais eram conhecidos dentro do Partido, pois nunca foi possível saber-lhes o nome real.

De qualquer modo acredito que este trabalho será uma contribuição para uma futura história do PCB: como nasceu, viveu e morreu. Mas será mais do que uma história política: será antes uma história humana, o lado humano da atividade revolucionária.

Ao terminar estas linhas introdutórias, quero render aqui minha homenagem àqueles companheiros leais dentro ou fora do Partido, aos que saíram e aos que ainda lá permanecem, e que não hesitaram em entregar sua vida e a de sua família ao movimento revolucionário, aos frustrados e aos que ainda não se frustraram, aos que lutam na certeza de que estão do lado certo, aos que desistiram e procuram um novo caminho, e mesmo aos que cansaram e saíram da estrada, mas que assim mesmo deram algo de si próprios, enquanto tiveram forças. E, sobretudo, aos que **tombaram**.

TEMPO DOS SONHOS

Costuma dizer-se que o homem nasce no momento em que sai do ventre que o gerou para a luz do dia. Penso porém que o homem nasce realmente aos pouquinhos — às vezes subitamente — na medida em que começa a adquirir consciência do mundo e a integrar-se nele, a totalizar-se com ele. Por isso é que há seres humanos que na verdade nunca nasceram — ou muito tarde. Quanto a mim, penso que nasci bem cedo.

Certa manhã estava eu à porta da loja — uma pequena joalheria e oficina de ourives que meu pai possuía na Rua da Imperatriz, em Recife, onde eu aparecia todos os dias, quando não havia aula, para ajudar em alguma coisa e aprender o ofício —, quando ouvi, ao longe, o som de uma banda de música que mal sufocava o alarido humano, que se vinha aproximando, partido dos lados da Praça Maciel Pinheiro, que ficava numa das extremidades da rua.

Era o dia 11 de novembro de 1918 e eu tinha então 11 anos de idade, completados uma semana antes (pois sou de 6 de novembro de 1907). Havia sido assinado o armistício e terminara a guerra na Europa, coisa algo remota de que eu vagamente ouvira falar ou lera acaso nos jornais e revistas que apareciam lá por casa. As escolas haviam declarado o dia feriado e os alunos haviam sido despachados para suas casas. Quando a torrente humana passou em frente à loja, em direção à Ponte da Boa Vista, meu pai tratou apressadamente de fechar as portas do estabelecimento, por medida de prudência, e a declarar-se também em feriado. Também ele, imigrante europeu, com muitos parentes por lá, se mostrava feliz: “Vamos para casa!”

Mas eu não resisti à onda envolvente de alegria e entusiasmo, e juntei-me à multidão que gritava: “Viva o Brasil!” “Viva a França!” “Viva os Aliados!” “Abaixo a Alemanha!”

Até então eu somente sabia da existência desses países, pelo que havia aprendido na escola, nos livros de geografia. Para mim eram somente manchas coloridas num mapa, nomes pouco menos abstratos do que a Lua. A própria guerra era algo completamente fora de minhas preocupações e quase nada sabia do que se passava no mundo, a não ser

pelo pouco que se lia nos pequenos jornais provincianos. E isso mesmo, quando o assunto principal, futebol, estava esgotado. Eis que me vejo no meio de uma multidão delirante, cantando e gritando, festejando o fim de uma guerra real, verdadeira, e a vitória dos aliados entre os quais se achava o Brasil. Algo de novo estava surgindo em minha cabeça: esses países, todos os países, estavam deixando, subitamente, de ser meras lições abstratas de geografia e a surgir como nomes de coisas que realmente existiam, de significação real. Subitamente, o mundo para mim deixara de ser apenas a minha casa, a rua em que eu morava, a Rua da Imperatriz, o colégio, o time de futebol. Não era só o Recife, nem mesmo apenas o Brasil. Havia no mundo outros homens, outros países, que acabavam de terminar uma longa guerra, da qual, durante vários anos eu ouvia falar vagamente, guerra da qual o Brasil participara e da qual saíra vitorioso. Era algo diferente do que sair gritando, nas tardes de domingo, depois de um jogo. "Viva o Sport!", o clube de minha preferência, quando ganhava alguma partida.

Fui envolvido pela multidão, que não se importava com meu tamanho e minhas calças curtas; estavam todos envolvidos pelo mesmo delírio, acompanhando a banda de música que tocava marchas patrióticas e que nos intervalos, gritava: "Viva a Inglaterra!" "Vivam os Estados Unidos!" "Viva a Rússia!" "Viva o Brasil!"

Mas também eu, de quando em quando, erguia a minha voz: "Viva os Aliados, Viva a França!" E como era bom ouvir aquela massa de gente grande responder: "Viva!..."

Quando dei por mim, já estávamos na Rua do Imperador, bem longe de casa, em frente à redação, creio que do jornal **A Província**. Longe de casa e com fome. Nem sei que horas eram, pois não tinha relógio e nem me lembrava que meus pais e irmãos deviam estar preocupados com minha tão prolongada ausência. Mas, já me sentia outro. O mundo me envolvera, ou eu me envolvera nele, com os seus problemas.

Essa passeata exerceu profunda influência no meu futuro, assim me parece. Durante muito tempo, a partir daí, os jornais já me ofereciam outros atrativos, além dos resultados dos jogos de futebol. É verdade que não encontrei entre os meus colegas a mesma impressão ou a mesma repercussão dos acontecimentos, os temas esportivos, as aulas, as matérias, os professores continuavam a predominar e eu não tardei a voltar à mesma rotina, mas já sem o mesmo interesse. Algo mudara em mim. Os livros também mudaram. Os **Contos da Carochinha**, do **Arco da Velha**, as **Aventuras de Rafles**, as **Histórias do Chiquinho**, do **Tico-Tico**, perderam o seu encanto. Eu havia ganho um mundo novo, mas perdera minha inocência.

* * *

Não obstante, ainda continuei menino, embora não por muito tempo. E fui um garoto igual aos outros: fazia minhas lições, empinava pa-

pagaios, jogava futebol com bola de meia ou de borracha ... E, aos domingos, quando ia ver uma partida de futebol (só se o Sport jogava), lá na Casa Amarela, eu levava o Artur e o Naum, meus irmãos menores, às matinês do Cinema Moderno, onde acompanhávamos várias "séries" como **A Moeda Quebrada** e **O Cavaleiro Mascarado**.

Não foi todavia uma infância fácil e descuidada "à sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais". Por essa época, éramos dez irmãos (o 11.º somente nasceria alguns anos depois, em 1922). Fui o sexto a nascer. Minha irmã mais velha já estava casada, tinha seus filhos a cuidar e não morava conosco. Mas os demais, estávamos todos na mesma casa, não muito grande e, à noite, a casa inteira virava dormitório. Meus irmãos mais velhos, José, Adolfo, Salomão, nessa ordem, já eram adultos. José, com 16 anos, nessa época, era funcionário do Banco do Brasil. Os outros dois trabalhavam com meu pai na joalheria. E se eu, como lembro minha vida, não cheguei a sentir os sabores descuidados da juventude, eles nunca souberam o que era adolescência. Ao deixar a infância, abandonaram as calças curtas e se transformaram em jovens adultos. Era preciso trabalhar. Mas eu gozei as delícias da adolescência, muito embora, nas horas vagas, já aos onze ou doze anos, trabalhasse na loja por algumas horas, a fim de ajudar meu pai na árdua tarefa de sustentar família tão numerosa.

Quando nesse mesmo ano de 1918 apareceu no Recife a gripe "espanhola", que praticamente parou a cidade, todos em casa, dos menores aos mais velhos, caíram doentes, menos minha mãe. Somente ela permaneceu de pé, cuidando de todos. Com sua terapêutica — remédios e carinho — por ela mesmo inventada, creio eu, nos tratou a todos e a todos nos curou. Só ela não pegou a "espanhola", creio que por falta de tempo.

Lembro-me que, já restabelecido, meu pai saiu comigo para a loja, havia muitos dias fechada, a pé por falta de bondes. As ruas estavam desertas, o comércio de portas fechadas e meu pai me disse que não havia mais onde enterrar os mortos, que eram então lançados no Capiberibe para se perderem no mar, onde por fim afundavam. Essa foi uma das poucas imagens que se me gravaram na mente, dessa epidemia: meu pai me conduzindo pela mão através das ruas desertas, e a solidão dos mortos "enterrados" no vasto mar. Outra imagem, é a de minha mãe, correndo de um quarto para outro, de uma cama a outra, com um termômetro na mão e na outra, uma colher de remédio.

* * *

No começo de 1919 fui levado por meu pai ao Ginásio Ayres Gama, que não ficava longe de nossa casa, na Rua do Hospício, e, após um pequeno interrogatório, para medir o alcance dos meus conhecimentos (ou da minha ignorância) fui matriculado no 1.º ano, como aluno externo

(havia também internos e semi-internos). O diretor, Alfredo Gama, era um homem de aparência severa mas simpática, a cabeleira branca e, como vim a saber depois, melhor compositor do que professor. Ensinava geografia, com o livro aberto sobre a mesa, para conferir as respostas. As lições eram simplesmente decoradas e tínhamos de responder exatamente como estava no livro. Uma vez fiquei preso, por indisciplina, na sala dos internos, que deviam ficar estudando até à tardinha. Liam todos em voz alta, procurando decorar o que estava no livro. Em certo momento cheguei a ouvir um colega, que estava ao meu lado, repetir uma centena de vezes a palavra **surrenafó**. Era como se estivesse dizendo uma prece em uma língua estranha:

— Surrenafó, surrenafó, surrenafó...

Só mais tarde fiquei sabendo que ele estava decorando a fauna do Canadá: ursos, renas, focas. Outro decorava uma lição de geometria, sobre triângulos e quadrados e não deixava de repetir a definição total, exatamente como estava no livro, que terminava com as seguintes palavras: "como se vê na figura seguinte..."

Enfim, creio que esse era o sistema de educação usado na época. Não era tão mau, pois até hoje sei que a fauna do Canadá é de ursos, renas e focas. (Ou do Alaska?)

Em compensação, como o diretor morava nos fundos do colégio, ouvíamos, durante as aulas mais cacetes, alguma de suas filhas, lindas por sinal, e por vezes ele mesmo, tocar ao piano algumas de suas belas e enternecidas valsas, que não esqueci até hoje. Enquanto os professores tentavam meter nas nossas cabeças a importância de encontrar o sujeito e o predicado nas orações dos **Lusíadas**, que passamos a odiar, de lá do fundo do colégio, em alguma parte do imenso casarão, ouvíamos os suaves acordes de valsas inesquecíveis.

Mas o melhor do colégio, vinha depois das aulas: jogar futebol, descalço, por trás da Academia (a Faculdade de Direito) no Parque 13 de Maio. (Um dia me roubaram os sapatos, que serviam para marcar os limites do gol e tive de voltar para casa descalço.) E, mais tarde, jogar bilhar no hotel-restaurant do Parque, ali mesmo na Rua do Hospício.

Não guardo muitas recordações do ginásio, embora ali tivesse estudado durante quatro anos, para fazer meus "preparatórios". No último ano, em que eu devia prestar exames de Física e Química, História Natural e Latim, com a falta de professores capazes dessas matérias, transfirme para o Ginásio Carneiro Leão, onde o sistema de ensino não era muito diferente. Também guardo pouca lembrança dos professores, alguns mais, outros menos eficientes. Mas não esqueço o Professor Caú, que ensinava francês. Havia um outro que era um excelente poeta e, quase todos os dias, nos recitava um poema seu: creio que se chamava Faria Sobrinho. Mas nenhum deles trazia consigo alguma mensagem ou algum calor interno que nos contagiasse. Permaneciam sempre distantes dos alunos, não havia nenhuma espécie de comunicação e eu tinha a impressão de que

todos nos odiavam. Mal entravam em aula, davam corda no relógio, para que não ficassem nem um minuto a mais, por engano, além do horário. E nós lhe pagávamos na mesma moeda. O melhor das aulas era precisamente a hora de terminar e ver as costas dos professores.

Por essa época, eu estava inflamado de ardor patriótico, ainda como consequência da passeata da vitória. E, se aos dez anos eu sonhava ser detetive, agora meu sonho era ser militar, marchar para a guerra, à frente de um grande exército e conduzi-lo à vitória! Já o colégio se havia transferido para um casarão maior ainda, perto do Parque 13 de Maio, ao lado do quartel do 21.º Batalhão de Caçadores. Nos dias de festa nacional a bandeira era hasteada, tanto no quartel como no colégio e eu passava por baixo dela, chapéu na mão, em atitude de verdadeiro êxtase. Mas havia algo que lutava contra mim e o meu ardor patriótico: todos os sábados, ao findar a última aula, os alunos eram reunidos no **hall** de entrada do colégio e um garoto (sempre o mesmo), cujo nome esqueci, um pequeno gênio, subia numa cadeira e recitava um discurso, sempre o mesmo, sobre o verde das nossas matas e o ouro das nossas minas, e depois cantávamos o hino nacional. Mas isso, repetido todos os sábados, durante anos a fio, com o mesmo discurso, acabou por me fazer perder a fé nos altos destinos da Pátria. E a odiar o tal menino. Depois que saí do colégio, soube que essa prática havia terminado, pois o tal menino saíra do colégio, desaparecera. Provavelmente fora assassinado.

Também dos meus colegas da época não guardo quase nenhuma recordação. Houve dois, todavia, que permaneceram meus amigos através dos anos, mesmo quando já adultos e que de certo modo influíram nos rumos de minha vida: os irmãos Karacik, Manuel e Raul. O primeiro faleceu há poucos anos e o segundo felizmente continua vivo, é médico aqui em S. Paulo, e de quando em quando, dá uma olhada em minha saúde.

* * *

Agora já é tempo de dizer alguma coisa sobre minha família. Meus pais eram da cidade de Kichinev, capital da Bessarábia, território que ora pertencia à Rússia, ora à Romênia. Hoje é uma república independente, a Moldávia, e está integrada na União Soviética. Meu pai (filho de um professor que ensinava ídiche e hebraico) trabalhava no comércio, antes de imigrar para o Brasil, por volta do começo do século. Não conseguiu fazer fortuna. No Brasil, os filhos nascendo um atrás do outro, com dois anos de intervalo, começou a trabalhar com jóias, a princípio vendendo a prestações (foi um dos pioneiros nesse ramo de negócios) e por fim se estabelecendo com uma pequena loja e oficina de ourives. O mais velho dos rapazes, José, ajudou-o a trabalhar nas ruas, mas, quase sem ninguém saber, freqüentava um curso noturno, o que lhe permitiu, aos 16 anos, prestar concurso para o Banco do Brasil, onde trabalhou cerca de 15 anos, tendo feito boa carreira.

Também o Adolfo começou, no devido tempo, a freqüentar um curso noturno e ingressou, com a mesma idade, no Banco Ultramarino, indo trabalhar na Paraíba. O Salomão teve de permanecer junto a meu pai para dar continuidade ao negócio. Eu fui favorecido por essa situação, pois ela me permitiu permanecer no colégio e tirar meus preparatórios, para ingressar em uma escola superior.

Meu pai, em casa, não era muito comunicativo, pelo menos com os filhos, sempre preocupado com os negócios e a árdua tarefa de ganhar para o sustento de tantos filhos. Não fumava, não jogava, gostava de tomar seus aperitivos e ia regularmente à sinagoga. Até aos meus dez anos, mais ou menos, a língua falada dentro de casa era o ídiche. Por vezes o russo, quando meus pais não queriam que entendêssemos o que estavam falando. Mas depois disso só falávamos mesmo o português, que ele já aprendera regularmente, tanto a falar como a escrever. Lembro porém que às vezes, gostava de nos contar histórias da Bíblia. Quando, já adulto, vim a lê-la pela primeira vez eu já a conhecia. Pelo menos os fatos mais importantes: a passagem de Adão e Eva, O Dilúvio, Abraão, Isaac, Moisés, pelo que meu pai contava, metade em português, metade em ídiche. Nos dias de festa religiosa, nos levava ao **chill** (sinagoga), para aprender a ser judeu.

Mas na rua, nos seus negócios, era um homem tremendamente comunicativo. Na década de 1920 a 1930 foi talvez o homem mais popular do Recife, fazia amigos por toda parte, principalmente entre os seus fregueses, todos o respeitavam e estimavam. Todavia, não era muito hábil nos negócios e jamais conseguiu fazer fortuna. (Muitos anos depois, doente e já aposentado, gostava de dizer aos seus amigos e mesmo aos estranhos, que encontrava pela rua, quando saía a passeio: sou um homem rico, tenho onze filhos!)

Minha mãe, embora diferente de meu pai em muitas coisas, era da mesma tempera: um duro trabalho para dar alimento à família, cozinhar, lavar e mesmo costurar. Até aos meus onze anos ou doze anos, todas as nossas roupas eram costuradas por ela. Mantinha a casa tão arrumada e limpa que ninguém acreditava ali habitassem crianças possuídas do demônio. O dinheiro era curto. Por vezes Salomão e eu surrupiávamos da gaveta em que meu pai guardava o dinheiro do apurado diário, na loja, uma prata de mil réis, para entregar a ela escondido e reforçar o orçamento. Não poucas vezes a encontrávamos com uma lata de tinta e pincel na mão, pintando as paredes que o tempo, a umidade e "as crianças", **die kinder**, sujavam sem piedade. E ainda tinha tempo, por vezes, à noite, de sentar-se a um canto para ler algum romance, em russo, em ídiche, em português ou mesmo em francês que ela havia aprendido nos seus tempos de ginásio, na Europa. Seu pai, tinha em Kichinev uma oficina gráfica que editava um jornal diário em língua russa, **Nache Slovo** (Nossa Palavra). Um de seus irmãos, que havia ficado na Rússia, se tornou escritor. Mas tudo isso havia ficado para trás. A guerra, a revolução,

havam cortado as relações que ela mantinha com seus parentes. E, freqüentemente a víamos, à noite, na sala escura, sentada em uma cadeira, perto de alguma janela, de olhos fechados, a relembrar os que lá haviam ficado, e que nunca mais veria.

Uma vez, muitos anos depois da guerra, apareceu um seu irmão em Recife. Não cheguei a vê-lo pois nessa ocasião eu estava pelo sul, em minhas andanças de revolucionário profissional. Deixou com ela uma filha, já mocinha, que aqui acabou ficando, casando e é hoje uma brasileira, com filhos e netos. Mas enquanto isso não acontecia, foi mais uma filha para minha mãe.

Infelizmente não pude gozar muito tempo do seu convívio e da sua proteção. Aos dezesseis anos fui para o Rio, para me matricular na Faculdade de Medicina e depois disso a vida política me tomou em seus braços, o mundo me engoliu por vários anos e, nesse período, poucas vezes pude vê-la. Mas enquanto estive ao seu lado, embora meu pensamento estivesse mais na rua do que em casa, nunca me faltou com sua ajuda. Quase todas as tardes eu ia para a loja e freqüentemente trabalhava na oficina de ourives, onde aprendia o ofício e já fazia mesmo algumas coisas mais simples: alianças, medalhas e gravação em ouro e prata em que o Salomão, apesar da pouca idade, já era mestre. Isso me valia, ao fim da semana, uma prata de dois mil réis, que dava para ir ao cinema ou ao campo de futebol, quando o jogo me interessava. E, já mais crescido, de calças compridas, quase todas herdadas de meus irmãos mais velhos, principalmente o José — e já não mais tinha tempo de freqüentar a oficina —, ela me presenteava, às escondidas, com uma nota de cinco mil réis. Com todo esse dinheiro no bolso, já me sentia adulto. Saía, por vezes, sozinho pela noite, andando pelas ruas meio desertas, a pensar em toda sorte de coisas, até entrar em uma leiteria e tomar um leite pingado e fumar um cigarro, o que me dava a ilusão de já ser homem.

Mas estou falando de mamãe e quero recordar a última vez que a vi, por volta de 1937, meus pais já morando no Rio e eu na Bahia: ela estava doente, uma enfermidade terrível que só lhe permitia andar arrastando as pernas. E ainda assim, dirigia a casa. Andava apoiada numa bengala ou, enquanto lá passei alguns dias, apoiada em mim.

Faleceu pouco depois, por não ter resistido a uma operação. Em sua homenagem, meus irmãos, mais tarde, criaram a Fundação Clara Basbaum, hospital e maternidade, que se encontra ainda na Rua da Passagem, no Rio. Eu não tinha condições materiais para contribuir e por isso lhe rendo aqui nestas páginas, esta pobre homenagem, pela mãe e pela mulher que ela foi.

* * *

No Recife da minha adolescência, os anos foram passando lentamente, meu tempo dividido entre as aulas, o futebol clandestino depois das aulas, o trabalho na loja, as leituras em casa, no meu quarto de

dormir, partilhado com meus irmãos menores, Artur e Naum. Tendo abandonado os livros infantis, passei, quase sem transição, para a leitura de obras adultas. José estava quase sempre viajando, a serviço do Banco; Paulina já estava casada e fora morar com o marido no interior de Pernambuco; Adolfo estava trabalhando na Paraíba. Restavam apenas, além do Salomão, que todas as noites desaparecia depois do jantar para se encontrar com amigos, eu e meus irmãos menores, Artur, Naum, Sara, Dina, e agora também o Mario Gustavo, o caçula. E tinha à minha disposição uma boa biblioteca que o José juntava e que era guardada, nas suas ausências, em um quarto reservado.

Foi nessa pequena biblioteca que formei meu pensamento. Dos treze aos dezesseis anos li quase todos os seus livros, sem contar os que ele trazia de suas viagens especialmente para mim. Eis por que devo ao José grande parte do que fiz na vida, pelo amor à cultura que ele me transmitiu. Li quase toda a literatura portuguesa e brasileira conhecida na época. Todo o Machado de Assis, Coelho Neto, Aluísio de Azevedo, José de Alencar, além dos poetas, de Castro Alves a Bilac, e Vicente de Carvalho. De Camilo Castelo Branco a Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Em tradução portuguesa li grande parte de Dumas, Balzac, Flaubert, Anatole France. Através deles comecei a ler em francês, embora a princípio entendendo apenas metade do que lia. Mas foi também nessa pequena mas escolhida biblioteca que comecei a ler a obra dos materialistas alemães, principalmente Haeckel e a dirigir o meu espírito curioso para a ciência e a filosofia, principalmente o materialismo. E quando já se haviam esgotado os livros do José, passei a comprar por minha conta, quando o dinheiro sobrava: ora um romance, ora um livro de biologia, ora um livro sobre história da Filosofia, nos quais procurava penetrar, nem sempre com êxito.

A noite, na cama, eu mergulhava nos livros até ouvir meu pai gritar do seu quarto: "apague a luz e vá dormir que já é tarde!" Eu apagava e depois acendia de novo.

Mas o José contribuiu também com revistas. Assinava **O Malho** e o **D. Quixote**, revistas satíricas de política, e por elas eu me enfronhava aos poucos na política nacional. Da vida lá fora, na Europa, que já passara a fazer parte do meu interesse e da minha consciência, eu tinha conhecimento pela **Illustration Française** e pelo **Je sais tout**, que não sei se ele assinava ou comprava lá mesmo pelo Recife. Fiquei sabendo, entre outras coisas, de um monstro russo chamado Bolchevismo, que matava e comia suas vítimas, e os que sobravam, morriam de fome. Nos desenhos que ilustravam os textos, o Bolchevismo era representado por uma espécie de vampiro cabeludo, com um punhal na boca, um revólver numa das mãos e na outra, quando não segurava uma criança pelo pescoço, era uma bomba. E isso me fazia pensar nas estranhas coisas que aconteciam pelo mundo, sem contar com as próprias perturbações políticas que ensan-

güentavam Pernambuco, e cujos principais protagonistas eram Manuel Borba e o General Dantas Barreto, glorificado em canções populares:

General Dantas Barreto,
General Dantas Barreto,
Vem salvar o nosso Estado!...

Eu não chegava nem de longe a alcançar a natureza desses conflitos. Mas nunca mais esqueci do pavor que se apossava de todos quando desfilava pelas ruas a Polícia Militar, cujos soldados armados até os dentes, mal-encarados, marchavam descalços.

Mas a mania de ler desperta quase sempre a mania de escrever. Assim é que comecei a escrever desde cedo. Suponho que não escrevia bem, pois nas provas de composição, no colégio, minhas notas não eram das melhores. Faltavam-me palavras "bonitas" ou "difíceis", que os meus colegas tinham de monte. Mas assim mesmo eu escrevi contos, novelas e até mesmo romances, que aliás nunca eram terminados, pois logo que começava, me vinha uma idéia muito melhor. Aos doze anos, no meu "período militar", o período da exaltação patriótica, influenciado por José de Alencar, comecei a escrever um romance épico: **A Tomada do Forte S. Cristóvão**. A esse período seguiu-se o "literário", a resolução de ser escritor e escrevi uma novela: **Lúcia, uma História de Amor**. Não me lembro se cheguei a terminá-la. Tenho a impressão de que ela morreu. Só me lembro que nessa época morávamos em um sobrado e eu escrevia no sótão e, enquanto escrevia, fumava até cair tonto de tanto cigarro.

Já quase no fim de meu período literário, influenciado pela revista **D. Quixote**, creio eu, comecei a tender, sem o sentir, para o sarcasmo e a galhofa: eu começava a escrever algo sério e no meio da história, começada como drama, os personagens costumavam tornar-se ridículos e a fazer humorismo, e eu não sabia mais como terminá-la.

Entre os livros do José havia um "Tratado de Versificação", creio que de Olavo Bilac, que ensinava a fazer versos, encontrar belas rimas e a contar os pés dos versos, das trovas aos alexandrinos. Comecei a fazer paródias, uma delas ao poema de Camões. "Alma minha gentil que te partiste", que foi publicada no **D. Quixote** e me rendeu 5 mil réis. Pouco depois mandei à revista um outro soneto, também humorístico, que foi igualmente publicado e me rendeu outros cinco mil réis, pois, ao contrário do que acontece com as revistas de hoje, eles pagavam a colaboração.

Esse "período literário" creio que exerceu grande influência sobre minha personalidade. Aos poucos fui abandonando o interesse pelo futebol e a desligar-me dos meus colegas, mesmo os mais íntimos, os quais continuavam ainda em seu "período esportivo".

Aos quinze anos comecei a ficar só, com uma forte tendência para a introspecção, tornando-me cada vez mais incapaz de comunicação. Os velhos amigos de infância foram desaparecendo (ou talvez, eu é que desaparecia deles) e só me sentia bem, fechado em meu quarto com um

livro na mão, ou vagando à noite pelas ruas do centro da cidade, com medo de chegar tarde em casa, pois às dez horas meus pais se recolhiam e fechavam a porta da frente. E era sempre desagradável ter meu pai de levantar-se da cama para me abrir a porta, além de ter de ouvir alguma admoestação sobre o meu horário de voltar para casa, quando meu pai não se encontrava de bom humor.

Foi nessa época que começou a apresentar-se para mim, pela primeira vez, o problema que aflige os jovens de todo o mundo: que fazer de minha vida "quando crescer"? Eu estava agora **crescido**, já usando calças compridas, e precisava tomar uma decisão: ir para a loja, trabalhar com meu pai, ou continuar com os estudos? E, nesse caso, estudar o quê? Meus pais confabulavam entre si, juntamente com os irmãos mais velhos, e nem eles mesmo o sabiam, pois que isso dependia também das possibilidades econômicas. E, se eles não sabiam, muito menos eu.

Eu já havia superado a fase de ser detetive, já não queria ser militar, e ser escritor não era meio de vida. Era preciso pensar sobre isso.

Os preparatórios estavam no fim. Precisava fazer os quatro últimos (eram necessários doze): física e química, história natural, geometria e latim. O Ginásio Ayres Gama não tinha laboratório para o ensino das duas primeiras matérias, que eram estudadas apenas teoricamente. Assim, por minha própria sugestão, meu pai me transferiu para o Carneiro Leão. Aprendi o necessário, em todas, menos em latim, cujo exame era considerado muito difícil. Alguns colegas, por medo da reprovação, se transferiam para outras cidades, a maioria para Paraíba (que ainda não se chamava João Pessoa), onde os exames eram mais fáceis. Mas eu não podia pensar nisso, pois tinha apenas 15 anos e, além do mais, era uma despesa extra muito grande. Resolvi enfrentar o latim em Recife mesmo.

Mas o latim não entrava na minha cabeça. Não me conformava com o fato de ter de procurar o sujeito numa página, e o predicado duas páginas adiante — ou atrás. As **Odes** de Horácio, como os poemas de Virgílio, eram impenetráveis. O professor, um padre, gostava de ler os poemas, com a ênfase e as modulações de um profissional na arte do recitar, e daquelas palavras desconexas, colocadas, em minha opinião, completamente fora de uma ordem lógica e humana, tirava belos poemas, que me pareciam totalmente inventados na hora: não era possível que daquele emaranhado de palavras desencontradas se pudessem extrair tão belos versos! Havia, sem dúvida, algo de errado entre nós três: o professor, eu, ou o latim.

Logo apareceu um colega que vendia traduções das **Odes** de Horácio a dois mil réis cada. Era muito dinheiro. Mas de um jeito ou de outro, consegui comprar meia dúzia delas. E no dia do exame, na prova escrita, levei-as enroladinhas nas meias. Na hora da prova, arranjei um jeito de procurar entre as traduções, a que mais se parecia com o texto dado a traduzir. Copiei-a todinha. Depois, foi a prova oral, constante de verbos e declinações, e na qual me saí muito bem. Acertei tudo! Todavia, para

minha decepção, fui reprovado. A prova oral me granjeara um sete, mas a prova escrita, zero! Sete dividido por dois dava três e meio; insuficiente, pois a nota máxima para passar era quatro. Indignado, procurei um dos examinadores, por sinal, também um padre, o qual me disse, descaradamente, embora com voz melosa:

— Sim, sua prova oral foi muito boa e merecia dez. E assim você passaria. Mas isso não era possível, pois sua prova escrita foi totalmente colada, e o que é pior, você colou a poesia errada. Sua tradução nada tem a ver com o poema dado a traduzir. Sabia disso?

Não, claro que eu não sabia. Mas nunca é tarde para aprender. Resolvi tentar 2.^a época, abandonando o colégio e tomando um professor particular, com o que meus pais concordaram. E, o que é mais, resolvi aprender latim. Procurei um rapaz que me haviam recomendado, professor do Colégio Osvaldo Cruz, e esse rapaz me ensinou o segredo, e este consistia simplesmente em aplicar, na tradução dos textos, o que havia aprendido na gramática. Além disso, era apenas necessário **querer saber latim**. Essa foi a parte mais difícil. Mas consegui fazer um exame razoável, sem necessidade de cola.

Entrementes, eu já havia chegado a uma conclusão quanto ao meu futuro: seria médico. Toda minha família concordava em que esse era o melhor caminho, principalmente porque era bom que existisse um médico, numa família tão numerosa, além de ser "uma bela carreira". Tomada essa decisão, eu acabara de entrar na minha "fase médica", no meu período médico. Aliás, esse fora o caminho tomado por Manuel Karacik, meu colega do Ayres Gama e que, havendo feito o exame de latim fora do Estado, já estava no Rio fazendo vestibular. Com o seu regresso, mais aumentou o meu desejo de estudar medicina e ir para o Rio de Janeiro. Estudei com afinco para passar na 2.^a época do vestibular que seria em fins de março, pois as aulas começavam em abril. Consegui que o exame de latim, que como todos os outros, eram realizados no Ginásio Pernambucano, oficial, fosse antecipado por minha causa. E, fato extraordinário, encontrei grande receptividade por parte do Diretor do Ginásio. Era eu o único examinando. Os demais haviam ido prestar exames alhures. Minha prova foi boa e passei com um **sete**. O mesmo examinador que me havia reprovado, me cumprimentou com um sorriso ao mesmo tempo amável e zombeteiro, como a dizer: está vendo, meu filho, o crime não compensa.

Agora, era aprontar-me para a longa viagem. Minha mãe já estava com o enxoval pronto, ao qual não esquecera de juntar uma pequena chaleira, um fogareiro a álcool, um pacotinho de chá, xícara, e o mais necessário para que eu não deixasse de tomar o meu chá à noite, como o fazia desde menino. Na verdade, em casa, a qualquer hora do dia ou da noite, havia sempre uma chaleira no fogão de lenha, e esse hábito me alcançou até hoje. Depois do jantar também costumávamos tomar chá

como sobremesa, o samovar trazido muitos anos antes da Europa, no centro da mesa.

Enquanto minha mãe fazia os preparativos de viagem e me enchia de recomendações, e meu pai me dizia como eu deveria fazer para receber o dinheiro e o que fazer com ele (cento e cinquenta mil réis por mês), eu já sonhava com um futuro grandioso. Em pleno "período médico", já me via um novo Miguel Couto, cuja fama chegara a Recife, e junto com o Manuel, fazia meus planos de como me tornar um grande médico, capaz de diagnosticar as mais difíceis enfermidades e descobrir remédios para a sua cura. Concordávamos em que o mais belo ramo da medicina era a psiquiatria, e ambos iríamos ser psiquiatras e, eventualmente, neurologistas. Nada de cuidar de dores de barriga e pernas quebradas. Só do cérebro. Iríamos descobrir sua engrenagem! Iríamos ser cientistas!

Mas, enquanto isso, o destino tecia a sua teia e me envolveria nela como a rede prende os peixes. E sem me perguntar nada.

* * *

Ao iniciar estas memórias, eu havia decidido poupar o leitor de algumas lembranças de minha infância e adolescência, por me parecerem de pouca ou nenhuma importância. Mas à medida que vou escrevendo, e estou a ponto de abandonar Recife, essas lembranças me surgem como obstáculo na minha trajetória: tenho de removê-las do meu caminho para continuar, e a única maneira de consegui-lo é dedicar-lhe algumas linhas.

A primeira que me aparece é o carnaval de minha infância e, desse carnaval, a marcha dos clubes de frevo, **As Vassorinhas, Os Lenhadores, As Pás**, que na sua passagem pelas ruas, arrastavam, com o seu ritmo irresistível, as multidões já em estado de delírio. E eu no meio delas, braço a braço com outros, grandes e pequenos, jovens e velhos, brancos e pretos, ricos e pobres, tudo misturado, avançávamos e recuávamos, gritando: "Olha a onda!" e varrendo tudo o que estava na nossa frente, para logo a seguir começar a dançar o ritmo frenético tocado pela orquestra. Não havia ainda o lança-perfume, pouco usado, pois ainda se usava jogar farinha na cara dos outros, ou simplesmente água suja. Os rapazes e moças jogavam **getoni**, uns para os outros, enquanto os cerros abertos desfilavam como uma só corrente, unidos por imensos cordões de serpentina, tal como eu iria ver mais tarde, no desfile do **corso**, no Rio de Janeiro.

Também me lembro do **pastoril**, proibido para mim, geralmente armado em um terreno baldio, cercado por algum muro, um palco armado no centro, onde moças dançavam e cantavam músicas folclóricas, e a que eu assistia, por vezes trepado no muro até que me expulsassem.

Também não posso esquecer o alvoroço causado pela chegada do primeiro avião, com Ramon Franco que atravessara o Atlântico e a multidão nas ruas olhando para o céu, a fim de assistir ao milagre do século: o avião!

A escola de hebraico, que freqüentávamos à noite, dadas por um abnegado de sobrenome Krutman, quando tinha os meus dez para onze anos, e que hoje esqueci totalmente; nosso assalto à Praça Maciel Pinheiro, à noite, quando saímos dessa escola, que, como vândalos, devastávamos até à última folha de grama e até a polícia chegar; minhas brigas com o "naturista" filho de um senhor que andava pelas ruas vestido apenas com um lençol e de sandálias, e era vegetariano, para decidir quem era o mais forte; e finalmente, a eleição de Bernardes, a grande disputa que repercutia também em Recife e a canção que havíamos aprendido e se transformara em música de carnaval:

Ai, seu Mé...

Ai, seu Mé...

Lá no Palácio das Águias, olé,

Não há de pôr o pé!

E me lembro, finalmente das cartas que o José me escrevia da Bahia, dizendo-me que tinha a certeza de que eu seria um bom médico. E eu lhe respondia dizendo que também tinha certeza. E tinha mesmo.

Agora, podemos prosseguir.

OS TEMPOS ÁSPEROS

Quando acaba a adolescência e começa a juventude? Quando termina a juventude e começa a idade adulta? E quando termina a idade adulta e começa a velhice? Está claro que não se trata apenas de uma proposição de ordem biológica ou cronológica. É antes uma questão relacionada com a psicologia, com os hormônios, mas também com as circunstâncias ambientais, a família, os amigos, a classe social, enfim, com tudo aquilo que se refere à vivência de cada um. Ou será apenas uma questão de predisposição inata, que faz de cada indivíduo, apesar de tudo, um homem normal, um sábio, um revolucionário ou um ladrão? Não sei. Creio que a dificuldade está, precisamente, em caracterizar cada uma dessas fases da vida humana. Que é a adolescência, que é a juventude, que é a velhice?

Parece-me que o problema consiste, em parte, em determinar a **amplidão de nossa consciência**, e o grau de nossa liberdade individual. Na meninice, nossa consciência, nosso mundo, é apenas o nosso lar, nossa casa, papai e mamãe. Estes determinam o grau de nossa liberdade. Quando descobrimos o mundo, ampliamos nossa consciência, libertamo-nos um pouco de nossos tutores, papai e mamãe, e passamos à adolescência. Na juventude nos defrontamos com um mundo sem limites: não há compromissos nem responsabilidades e somos donos de nós mesmos. Papai e mamãe ficam à margem, e nosso primeiro objetivo é nos libertarmos deles e, por extensão, dos adultos que cerceiam nossa liberdade e nos tentam enquadrar no seu sistema. Armamos nosso **projeto de vida**. Na idade adulta, perdemos nossa liberdade em troca de compromissos. Estamos amarrados à família, aos deveres sociais, a partidos ou ideologias políticas. Armamos nosso **esquema de vida** e procuramos enquadrar-nos nele. Vamos nos tornando conservadores, nos hábitos, nas roupas, no pensamento social e político. E mudam os nossos interesses. Na velhice, todos os esquemas estão arquivados. Se na adolescência nos limitamos a viver o presente e na juventude o futuro, na velhice nos entregamos ao passado.

Em geral os homens passam por essas fases normalmente, embora com algumas crises nem sempre perceptíveis: brincam quando crianças,

ou adolescentes, sonham quando jovens, perdem a liberdade quando adultos e na velhice arquivam todos os sonhos, realizados ou não. Mas a vida real é bem diferente desse esquema e as idades psicológicas se confundem em seus limites. Além disso, não se trata de etapas ou fases obrigatórias. Há homens que se demoram mais em qualquer dessas fases ou etapas e outros que nunca saem delas. A maioria, na sociedade em que vivemos, passa da meninice para a velhice, não conhece nem a adolescência nem a juventude e nem mesmo chegaram a ficar adultos. São absorvidos pela vida e, mal começam a descobrir o mundo, já estão de compromissos até ao fundo da alma, alienados, pelo trabalho, ao salário, ao patrão, à máquina, à sociedade, à religião, perderam-se no mundo desde que perderam o domínio de si mesmos. Há homens que da adolescência passam à velhice, pelo mesmo processo de alienação crescente. Há os que nunca foram jovens, os que já nasceram velhos. E há os que permanecem sempre jovens.

Meus irmãos mais velhos, por exemplo, não tiveram adolescência. Passaram da meninice para a juventude e, por isso mesmo, chegaram à idade adulta muito cedo. Comigo foi um pouco diferente. Também cheguei à idade adulta muito cedo. Se tive adolescência, não tive juventude, apenas o suficiente para armar meu **projeto de vida**, que logo se tornou em um **esquema de vida**. Logo me tornei escravo de compromissos, participante, engajado. Mas conservei, ou tentei conservar, não obstante, alguns bens preciosos da juventude: ser dono de mim mesmo, lutar contra a alienação que me envolvia, viver em função de um futuro, desprezando o presente. O que não quer dizer que o consegui plenamente. Mas a verdade, segundo me parece, é que me esforcei para isso.

E foi justamente essa minha permanente luta contra a alienação e pela preservação de minha liberdade e individualidade, que caracterizou minha vida, sobretudo na atividade política, que me arrastou a inúmeros desastres, mas finalmente me salvou do desespero e da degradação. O que não aconteceu com muitos.

* * *

Cheguei ao Rio, viajando num "Ita do Norte" em princípios de abril de 1924, dominado pelo deslumbramento da grande cidade, pelo sentimento de liberdade, e por uma curiosidade sem limites, uma ânsia infinita de viver. Dirigi-me a um pequeno hotel do Catete, que me fora recomendado, mas aí me demorei apenas alguns dias, para me instalar em seguida na Pensão Jarina, que ficava na Rua Silveira Martins, esquina com Bento Lisboa, perto do Catete, pelo qual passava o bonde que me conduziria todas as manhãs, por muitos anos, para a Praia Vermelha, onde se situava a Faculdade de Medicina.

O vestibular foi fácil e logo me matriculei no 1.º ano. E começou então minha vida de estudante. Não fui um calouro perfeito. Resisti, enquanto me foi possível, ao trote programado e à exploração dos vete-

ranos que logo me queriam tomar dinheiro sob os pretextos mais idiotas. No dia do trote, escondi-me no reservado, até que me foram buscar. E no meio de quinhentos outros, tive de desfilar pela Avenida Rio Branco com o paletó vestido às avessas, a cara pintada segurando cartazes que diziam: "Todo Calouro é Burro!" Achei aquilo tremendamente idiota, enquanto meus felizes colegas calouros, mais inteligentes, se divertiam a valer, embora fingissem não gostar. Aliás, quando já veterano, não acompanhei nem participei de nenhum dos trotes aplicados nos novos calouros, nem participei de nenhuma das brincadeiras então comuns: desligar o reboque do bonde, quando ao fim das aulas, voltávamos para a cidade.

Meu temperamento, tímido e arredio, me afastava dos colegas e não cheguei a fazer amigos, a não ser o Manuel Karacik. De manhã frequentava as aulas, à tarde ia para a Avenida Central ficar à toa na Galeria Cruzeiro, ou ao cinema, quando havia dinheiro. E à noite ia com outros estudantes, moradores na mesma pensão, tomar média e pão com manteiga num botequim do Catete, para reforçar a janta, e depois voltava ao meu quarto para estudar ou ler. Fui, nesse primeiro ano, um bom aluno medíocre. As matérias eram quase uma repetição das que havia estudado no ano anterior, no ginásio e de outras que aprendera por mim mesmo: física, química, biologia, salvo anatomia. Os professores, sem exceção, eram alguns velhotes simpáticos, mas infinitamente chatos. A verdade, porém, é que eu tentava honestamente aprender alguma coisa.

Essa vida, passado o primeiro deslumbramento, tornou-se numa rotina cacete. Para variar, entrei no Tiro de Guerra da Faculdade onde iria aprender a arte de marchar, dar tiros, obedecer aos superiores hierárquicos e a fazer continência. E, nos intervalos dos estudos, do cinema, e das duas horas diárias de exercícios militares, escrevi uma novela que eu acreditava humorística e se chamava **Vida, Paixão e Morte de Zé Pereyra**. Escrevi alguns contos humorísticos para uma Revista de grande sucesso na época, só de contos, chamada **Número**, que me pagava quatro mil réis por página, usando o pseudônimo de Jeremias Cordeiro. Empolgado pelo **modernismo**, discutido e ridicularizado em algumas revistas, pelas obras mais recentes de Graça Aranha (que no Rio estava revolucionando a literatura e pondo em dúvida a seriedade da Academia Brasileira de Letras), pelo que eu ouvia falar de Oswald de Andrade e Mário de Andrade e outros, pus logo de lado o lirismo de Menotti del Picchia, então muito popular entre os estudantes, e os poemas que me haviam encantado pouco tempo antes, de Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Martins Fontes, Alberto de Oliveira, que cheguei a conhecer pessoalmente na Livraria Garnier, na Rua do Ouvidor. Escrevi, então, uma série de poemas, sem métrica e sem rima, convencido de que fazia modernismo. E nisso me adiantava aos meus colegas, que caçoavam do futurismo e congêneres e decoravam poemas de Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias. Os meus poemas nada valiam, mas a novela **Zé Pereyra**, acho que era aproveitável: era a história de um rapaz pobre que de repente ficara milionário e logo tratara de

trocar seu nome excessivamente vulgar de Zé Pereyra por José Pereyra, o que lhe dava uma tinta aristocrática. Do resto não me lembro. De qualquer modo, penso que devo ser perdoado pois eu tinha apenas 16 anos.

Também nesse ano de 1924, levado por colegas, freqüentei algumas "festinhas de família", onde havia mocinhas casadoiras e "bolinhos feitos em casa", e dançávamos ao som de uma vitrola. À noite fâmos, às vezes, em grupos de 5 a 10 colegas, à porta de algum teatro. Leopoldo Frois, Margarida Max, no Recreio, ou Procópio, no Trianon, onde nos deixavam entrar, quando havia lugares vagos.

A vida na pensão era mansa e minha primeira dificuldade foi me habituar ao feijão preto que eu em Pernambuco jamais vira. E tinha de comê-lo todos os dias, no almoço e no jantar, salvo nos domingos, quando o almoço era ajantarado. E de quando em quando eu punha a funcionar a chaleirinha que mamãe me dera para fazer chá, até que a dona da Pensão, D. Emília, me proibiu de acender fogareiro no quarto.

A notícia da insurreição paulista de Isidoro, mal chegou aos nossos ouvidos de estudantes, pois os jornais pouco falavam a respeito e a censura era rigorosa. Mais tarde ouvimos falar de Luis Carlos Prestes e da sua Coluna, porém tudo de uma forma remota. O assunto não me despertava nem mesmo curiosidade: não me dizia respeito. Eu ainda pensava em ser literato, ou médico psiquiatra, e o que acontecia em S. Paulo e no interior do País era como se estivesse acontecendo na China. Mal chegava a ser assunto de nossas conversas, à noite, no quarto de um de nós, as quais versavam antes sobre futebol, professores e alguma literatura. E, às vezes, alguma saudade, que todos tínhamos, dos pais, dos irmãos, da cidadezinha (éramos todos de S. Paulo ou do Norte), o que nos tornava freqüentemente melancólicos. Se me perguntassem o nome de alguns desses primeiros colegas e companheiros de pensão, eu teria de responder que não me lembro de nenhum. Aliás, duvido que também eles se lembrem do meu.

Assim passou o ano de 1924: aulas, estudos, passeios, cinema, serviço militar, banho no Flamengo, aos domingos, vez por outra um namorico ou um bailarico, algumas vezes um futebol jogado no campo do Colégio Militar, onde por vezes fazíamos exercícios do Tiro de Guerra.

Mas eu sentia que me faltava algo, e não sabia o que era. Começava a sentir-me esmagado pela rotina da vida estudantil, pela mediocridade e chatice dos professores e dos colegas e companheiros de pensão. A vida corria como um trem carregado de mortos, e eu dentro dele, sendo levado de arrastão. Eu era livre de horários, de censuras, de ir e vir, e não sabia o que fazer da minha liberdade. Eu ansiava pelo mundo, tinha-o agora diante de mim, mas era como se estivesse dentro de uma vitrina e eu do lado de fora. Era como um homem que passa por uma agência de turismo, vê os cartazes de propaganda de viagens através do vasto mundo, cheio de encantos misteriosos, e sabe que jamais os alcançará, jamais os conhecerá.

Chegara o fim do ano, fiz os meus exames sem grandes problemas, preparava-me para voltar ao Recife, de férias, e pelo menos gostaria de deslumbrar meus conterrâneos, como um homem que chega de volta à sua aldeia depois de haver viajado por terras estranhas. A única coisa que me lembrei de fazer foi comprar um terno da última moda: paletó jaquetão curtinho, calças largas e... uma bengala, a última moda da Capital Federal. Assim desembarquei no Recife, deixando a população embasbacada! Foi pelo menos, o que pensei.

* * *

Em fins de dezembro de 1924 desembarquei no Recife para gozar as férias. Tudo estava como eu havia deixado um ano antes. Não obstante foi com grande prazer que corri a cidade, as mesmas ruas e praças que percorria antes, como a reencontrar velhos amigos. Só que as ruas me pareceram mais estreitas e as praças menores. De roupa nova e bengala de junco eu exibia minha elegância com os ares superiores de quem chega da cidade grande e olha com piedade os que ainda não haviam saído da província. Assim voltei ao colégio, ao Ginásio Pernambucano, visitando professores e colegas que haviam ficado ou se atrasado por algum motivo, exibindo minha nova categoria de estudante acadêmico. Mas logo fiquei enfiado e, deixando de ser novidade, ninguém mais se interessou por mim. Em casa, também os primeiros dias foram de alegria geral, por me ter saído bem nos exames e era agora segundanista de medicina. Naturalmente mamãe me tratou com especial atenção e papai já não me recordava que eu tinha de ir à loja para ajudar um pouquinho. Estavam todos contentes comigo. E eu também. Dos irmãos mais velhos, somente o Salomão se achava no Recife. E os menores não estavam ainda na altura de conversar comigo. Meus pais já não tinham nada a me perguntar e assim, em poucos dias, tudo voltara à velha rotina, e eu mesmo, no Recife, com calças largas, bengala e tudo, deixara de ser novidade. E de repente me vi solto, livre e sem ter o que fazer, nem de dia nem de noite.

Comecei a freqüentar o Hospital Pedro II, onde me apresentei como estudante e logo o diretor permitiu que freqüentasse uma enfermaria, "para ir praticando".

Mas Raul e Manuel, também de volta, começaram a marcar encontros comigo, à noite, depois do jantar (eu já tinha a chave da casa, prova de maioridade) e ficávamos pela rua ou em algum bar, conversando sobre mil coisas e até sobre o que estava acontecendo no outro lado do mundo, a Rússia Bolchevista. Um dia me apresentaram a Souza Barros, um rapaz magro, moreno, creio que funcionário público, que começou a puxar conversa sobre comunismo, Rússia, bolchevismo, Lenine, Trotsky e outros personagens da época. Falavam como se essas cousas lhes fossem familiares, as mais naturais do mundo, embora eu ficasse de boca aberta, ouvindo coisas que me pareciam estranhas e ao mesmo tempo remotas.

Pois embora essas coisas me interessassem, não demasiado, eu estava longe de compreender o que estava acontecendo naquela parte do mundo. Percebia que eles estavam familiarizados com o assunto e, com a minha ignorância, me limitava a ouvir, embora um tanto humilhado.

Certa noite me levaram à casa de um professor, Cristiano Cordeiro, que morava na Rua da Concórdia. O professor, que na ocasião devia ter uns trinta anos, entre cafezinhos servidos por sua esposa, nos dava uma espécie de aula sobre marxismo, dialética, Lenine e Trotsky e outras palavras e nomes novos para mim, pois Raul, Manuel e Souza Barros já as conheciam. Eu me limitava a ouvir e nem mesmo me aventurava a fazer perguntas.

Essas reuniões à noite, em casa de Cristiano, as conversas travadas ao vagar pelas ruas ou tomando geladas de mangaba nos bares semi-desertos da Rua Nova, acabaram por me abrir as portas de um mundo desconhecido e se havia tornado para mim tão importante que, mal acabava de jantar já corria para a rua ao encontro dos meus amigos. Fiquei sabendo da existência de um Partido Comunista, que atuava clandestinamente, sob ameaça constante de prisão de seus membros, e esse conhecimento, em vez de me afastar, mais me atraía para aqueles encontros, que começaram a ter para mim o encanto das coisas secretas e proibidas. Todavia, tudo era apenas fruto de uma curiosidade sem limites. Desse modo, a monotonia do "não ter o que fazer", fora desfeita. Aquelas férias começavam a ter novos encantos para mim.

Mas, afinal, as férias acabaram e voltei ao Rio em fins de março, para continuar o meu curso. Dessa vez fui morar com minha irmã mais velha, Fanny, que estava morando com o marido e os filhos em Botafogo, na Rua Assunção. Lá me alojei com o Manuel em um quarto vago dos fundos.

Durante o dia estávamos ocupados com as aulas, mas à noite continuaram nossas conversas sobre o mesmo assunto. Saíamos de casa após o jantar e andávamos, beirando a praia, até ao Flamengo, e quando chegávamos em casa, exaustos, já era hora de dormir. Mas agora já não me limitava a ouvir. Discutíamos muito, ele defendendo o comunismo e eu atacando. Eu atacava o comunismo com velhos argumentos (só que eu não sabia que eram velhos), que não podia imaginar operários e carroceiros governando o país, que a **desigualdade** desestimulava o progresso e a competição, e outros da mesma qualidade. Manuel me respondia como sabia, e não era pouco, pois eu reconhecia nele uma grande inteligência eu me sentia, por vezes, abalado e sem resposta à sua argumentação.

No dia 1.º de Maio fomos assistir a um comício na Praça Mauá. Estava o Brasil sob estado de sítio, em virtude da revolução de S. Paulo e o comício durou pouco tempo, pois foi dissolvido pela polícia a cavalo. Mas deu tempo para ver e ouvir oradores inflamados que falavam na "grande data" e na "força dos trabalhadores unidos", na pujança dos

sindicatos, na luta pelas oito horas de trabalho e outras coisas dessa ordem. Fiquei impressionado e minhas objeções aos argumentos do Manuel foram diminuindo.

Houve uma revolta da Esquadra, no Rio, em solidariedade ao movimento de S. Paulo e a imprensa começava a falar na Coluna Prestes. E o retrato do jovem comandante aparecia, barbudo, nos jornais. Nada porém tinha o movimento de comunismo, como me provava o Manuel e fiquei sabendo que os revolucionários tratavam apenas de derrubar Artur Bernardes do governo.

Um dia Souza Barros apareceu no Rio e nos apresentou a Astrogildo Pereira num café da Rua Marechal Floriano, perto do Largo de Santa Rita. Ali fiquei conhecendo também João da Costa Pimenta e Otávio Brandão e mais tarde Paulo Lacerda. Era ali, por vezes, onde se reunia o que me parecia ser o quartel general do Partido Comunista. Eles ficavam sentados a uma mesa, às vezes ocupavam duas ou três, ficavam conversando e de quando em quando aparecia um operário (o que se conhecia facilmente pelas roupas que usavam), sentava em uma das mesas, ora noutra, conversava não sei o que com uns e outros e ia embora, num desfile que durava duas horas ou mais. No fim da tarde se despediam e partiam, quem sabe para onde. Frequentei durante algum tempo esses e outros bares ou cafés, pois os pontos mudavam frequentemente, mas eles não podiam dar a mim ou ao Manuel muita atenção: éramos muito jovens, não pertencíamos a nenhuma organização e além do mais, o crime irreparável: pertencíamos a famílias pequeno-burguesas. Assim mesmo, Astrogildo, de quando em quando nos dirigia a palavra, comentava conosco questões políticas e o noticiário dos jornais e certa vez nos ofereceu dois livros: o **ABC do Comunismo**, de Bukharin, e **Agrarismo e Industrialismo**, de Otávio Brandão, que acabava de ser publicado. Lembro que Otávio era moreno, magro, de olhos fundos, tinha uma cara de conspirador anarquista clássico, tal como eu os imaginava, ao contrário de Astrogildo que tinha o rosto muito alvo, corado e com óculos de aro de metal, sempre risonho, tinha mais força comunicativa e ares de intelectual, sempre com livros e uma pastinha debaixo do braço e uma capa de chuva sobre os ombros. Tinha um grande senso de humor, gostava de dar risadas e tomar cerveja, coisa que raramente acontecia com Otávio, que só tomava leite.

Todavia esses encontros não eram frequentes, pois tínhamos nossas próprias obrigações e interesses, as aulas, os estudos na Faculdade e, embora ainda não tivesse visto um doente — salvo os do Hospital Pedro II de Recife — e os de minha própria família, certas matérias já nos atraíam a atenção, pelo menos a mim, principalmente a Histologia e a Fisiologia. E estudava mesmo.

* * *

Ao fim do ano, terminados os exames, Manuel voltou ao Recife, para as férias e eu fiquei, não me lembro por qual motivo. Custava caro a

passagem de ida e volta, creio que foi por isso. Havia problemas financeiros em casa, segundo soube pelas cartas que de quando em quando eu recebia de meu pai. Resolvi ficar no Rio, para conhecer o carnaval e, livre de aulas e de estudo das matérias do currículo, comecei a ler por minha conta. Não sei como descobri a psicanálise e os livros de Freud, quase desconhecidos então no Brasil. E mergulhei na sua leitura. Passava praticamente os dias e noites lendo, não somente sobre psicanálise mas também livros sobre metapsíquica (a que hoje chamam de parapsicologia). Economizava no cinema, na média e pão com manteiga dos lanches noturnos, e ia comprar livros. Às vezes furava as madrugadas com um livro na mão. As obras eram quase todas em francês e o meu não era dos melhores. Mas dava para entender. Como resultado, fiquei apaixonado pelos dois assuntos.

E também arranjava um tempo para procurar, às tardes, pelos cafés mais ou menos habituais, o Astrogildo, o Otávio Brandão, Paulo Lacerda, e Cendon, um alfaiate espanhol muito culto e inteligente, com os quais ia aprendendo alguma coisa, só de ouvir, o que era comunismo, o anarquismo, a União Soviética, assuntos sobre os quais era difícil encontrar alguma literatura.

Em princípios de 1926 mudei-me para uma pensão da Rua General Severiano e, como o dinheiro da mesada era pouco, procurei um emprego. Acabei arranjando um lugar de revisor na Gazeta de Notícias. A redação ficava na Avenida Rio Branco, ali por perto do Jornal do Brasil, creio que em cima do antigo Alvear, onde as senhoras chiques iam tomar chá às tardes. Meu trabalho começava mais ou menos às 9 horas da noite e ia até uma ou duas da madrugada. E chegava em casa quase três da manhã. Invariavelmente encontrava uma turma de estudantes, hóspedes da pensão, jogando pôquer. Um dia fiquei a vê-los jogar, para aprender e fiquei assombrado com o valor das apostas. Havia paradas com mais de cem mil réis sobre a mesa! Mas depois verifiquei que, como não tinham dinheiro, jogavam em troca de vales que cada um assinava, quando perdia. Havia jogadores que já estavam enterrados até o pescoço com esses vales, que iam para mais de vinte contos. Nem que trabalhassem a vida inteira, poderiam pagá-lo. Ao fim de alguns meses desistiram de jogar, pois os vales não valiam nada mesmo e foram todos rasgados.

Mas nem todos jogavam. Havia um rapaz de nome Abelardo Nogueira, estudante quando podia e que, doente dos pulmões, esperava uma oportunidade de poder voltar a Macció, onde estava sua família. Mas ele sabia que estava condenado. Não havia cura para tuberculose. Não obstante, conversávamos muito. Confessou-me que era membro do Partido Comunista, amigo de Otávio Brandão, de quem era conterrâneo e sobre o qual me contava muitas histórias, que o davam como uma espécie de herói e glória alagoana, embora, na verdade, em Alagoas, ninguém o conhecesse. Havia escrito um livro, **Canais e Lagoas**, sobre a geologia

e geografia do Estado, garantindo a existência de petróleo naquelas zonas, mas ninguém lhe dera atenção.

Com ele tornei a visitar os novos amigos dos cafés da Rua Larga, Astrogildo, Pimenta, Freitas e outros, que eu estava abandonando, pois, quando mudavam de pouso, eu os perdia de vista. Começávamos a falar sobre a minha possível entrada no Partido, mas eu hesitava, por questão de consciência: não me sentia pronto. Eu ainda estava no meu "período médico", ainda acreditava em ser médico ou psiquiatra, talvez psicanalista e temia que a atividade partidária prejudicasse meus estudos.

Mas um dia, depois de um 1.º de Maio movimentado, a que eu comparecera com Abelardo, ele me trouxe uma papeleta do Partido para assinar. Consultei o Manuel, que morava em outra pensão e ambos decidimos formalizar nosso ingresso. No dia 6 de maio eu assinava e me tornava membro do Partido.

Tivemos uma reunião com Astrogildo, que era o Secretário-Geral do Partido e ao mesmo tempo Secretário de Organização, cargos cuja natureza eu ia aprendendo aos poucos. A essa reunião, além do Manuel e eu compareceu também um rapaz do 5.º ano da Faculdade, João Celso de Uchoa Cavalcanti, também de Pernambuco, e que, depois vim a saber, era irmão de João Alberto, um dos líderes da Coluna Prestes. Nós três formamos então a primeira célula comunista da Faculdade de Medicina. E vim a conhecer mais alguns jovens que eram do Partido, pois não havia ainda Juventude Comunista: os irmãos Antunes, Heitor e Savio, estudantes de engenharia e Henrique Schechter, que devia ter 15 anos, ainda usava calças curtas e era estudante do Colégio Pedro II.

Como cada célula devia ser constituída de pelo menos 3 membros, a nossa já estava pronta e a da Escola de Engenharia foi constituída com os irmãos Antunes e Schechter, que "pretendia seguir o curso de engenharia".

Os irmãos Antunes demoraram pouco no Partido. Quando, no ano seguinte, se organizou a Juventude Comunista, eles já não mais estavam presentes. Mas o Schechter era realmente uma figura curiosa. Não tinha pais (imigrantes judeus da Rússia, já falecidos na época) e vivia com uma irmã cujo marido era **simpatizante** (um dos muitos termos que viriam incorporar nosso jargão partidário). Muito inteligente, era um orador excepcional, tanto em português como em ídiche e excelente "agitador".

Na primeira reunião da célula, e na presença de Astrogildo, realizada em um dos famosos cafés da Rua Larga, perto da Praça da República, foi formada a direção: João Celso, como secretário, Manuel, como Agit-prop (nome que designava o encarregado da agitação e propaganda) e eu fui designado tesoureiro, cujo papel era cobrar as mensalidades e entregá-las ao tesoureiro geral do Partido, um velho e simpático português, motorista de profissão, o Freitas. Nossas tarefas consistiam em primeiro lugar, como era óbvio, fazer a propaganda do Partido, da União

Soviética e do socialismo em geral, na Faculdade de Medicina, estudar os documentos e resoluções elaboradas pela CCE (Comissão Central Executiva) e organizar um Diretório de estudantes da Faculdade, o qual seria o segundo do Brasil, pois o primeiro, que eu sabia, já estava constituído na Escola de Engenharia, o qual, entretanto, com a saída do Antunes, em pouco se dissolveria. E havia ainda trabalhos auxiliares: distribuir, quando necessário, volantes, manifestos, e outros documentos e material de propaganda, às portas das fábricas, na hora da saída dos operários. E vender o **Classe Operária**, órgão central do Partido, ilegal, impresso clandestinamente numa oficina da Praça Tiradentes.

Essas tarefas nos ocupavam todo o tempo, exceto o horário da manhã, que era dedicado às aulas. Quando havia tempo, estudávamos medicina.

Pouco tempo depois recebi nova tarefa: dar um curso teórico sobre **O Capital**, de Marx, aos operários de uma fábrica de tecidos que ficava nas Laranjeiras (creio que era a Fábrica Aliança). Perto da fábrica, havia uma sucursal do Sindicato dos Tecelões, para onde muitos se dirigiam após largar o trabalho, às 5 horas, para ali ficarem conversando. Eu devia, duas vezes por semana, comparecer ao sindicato e, durante uma hora, explicar **O Capital**. Eu jamais vira esse livro, sobre o qual os "camaradas" falavam como algo de super-extraordinário e difícil de entender. Astrogildo me deu um exemplar de um resumo, famoso na época, de Gabriel Deville em tradução portuguesa. Levei o livro para casa e em duas noites consegui lê-lo e entender pelo menos a metade. Com esses conhecimentos, e mais o que havia aprendido no **ABC do Comunismo**, e mais algumas obras de Lenine em língua francesa, achei-me habilitado a dar o curso.

Todavia não cheguei a terminá-lo. Durou cerca de três meses. As exigências do curso de medicina, minha eterna curiosidade sobre coisas que eu não conhecia e desejava conhecer, desviaram minha mente desse trabalho. Por sua vez, os próprios operários, com duas ou três exceções (eram no total cerca de trinta alunos), não estavam ainda preparados para um curso dessa natureza. Quando chegou outubro, os exames na porta, o curso cessou, embora ainda houvesse um bom número de alunos disposto a engolir tudo, entendendo ou não, até ao fim.

* * *

Ainda nessa época, fora fundada a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) e como eu trabalhava em jornal (era revisor, se vocês se lembram) fui indicado para fazer parte da diretoria do novo sindicato.

Assim, a partir daquele mês de maio de 1926, em que ingressei no Partido, minha vida mudou inteiramente de rumo. Acabaram-se os namoricos e bailaricos, que de quando em quando eu ainda freqüentava. Praticamente me isolei dos poucos colegas com os quais eu ainda mantinha certas relações de amizade — ou de estudos — para me consagrar por inteiro às minhas tarefas. As matinês de cinema tiveram de ser

relações com os colegas da Faculdade sempre haviam sido muito tênues, mesmo dentro da Escola. Quando entrei no Partido, essas relações se tornaram ainda mais débeis. Fui atacado do mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo que nos tornava em criaturas alcançadas pela graça divina e nos fazia encarar todos os seres humanos não-comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a Verdade.

Ainda um ano atrás o mundo me parecia como uma caixa misteriosa que eu não conseguia abrir. Era como a caixa de Pandora. Pois ela agora estava aberta. Meti-me dentro dela em busca do mundo. Mas não percebi, senão muita tarde que, entrando na caixa, deixara o mundo do lado de fora. O que eu via, e me parecia ser o mundo que eu buscava, países, povos, gentes, com suas esperanças, seus sofrimentos, era apenas uma parte do mundo: um mundo restrito em que só havia comunistas, em que tudo o que eu dizia eles já sabiam e tudo o que eles diziam, eu já sabia antes que o dissessem. A princípio fora um mundo grandioso de homens que haviam marcado para si mesmos uma tarefa e um ideal, com o desprezo pelas coisas terrenas e interesses pessoais. Tudo era sacrificado. Éramos como santos e não sabíamos.

Só uma coisa me prendia à realidade do mundo: ter de prestar exames no fim do ano. Abandonei meu trabalho na **Gazeta de Notícias**, encurtei as horas de sono, e comecei a preparar-me.

Nessa oportunidade eu já me tinha mudado outra vez para a Pensão Jarina, da Rua Silveira Martins. E um dia recebi uma visita inesperada. Era o José que, estando em férias no Banco (ele agora morava em Ilhéus, onde era gerente da filial do Banco do Brasil e vinha ao Rio a passeio). Levei-o ao meu quarto para conversar e a primeira coisa que ele viu sobre a minha mesa foi um livro de Lenine. Tomei um susto e esperei a sua reação.

— Você agora está lendo essas coisas? perguntou sorrindo.

— Só curiosidade, disse eu, meio receoso.

— Cuidado, disse apenas. E me pediu para lhe contar o que eu estava fazendo ou estudando, "além daquilo". Conversamos durante algum tempo, evitando tocar "naquele assunto" e eu tentei a todo custo demonstrar-lhe que pretendia "realmente ser bom médico", que estudava bastante etc. Pagou-me um jantar, passeamos e por fim se foi. Fiquei triste com a sua partida, pois sempre me dera bem com ele, ele sempre me entendera melhor que todos em nossa casa, mas ao mesmo tempo suspirei de alívio. Sua presença atrapalhava minha atividade partidária. Convidou-me para seu casamento, marcado para o início do ano seguinte, com uma moça de Ilhéus, onde eu passara alguns dias em princípios de 1925, de volta das férias.

Pouco depois chegaram os exames e passei com alguma sorte, principalmente na cadeira de Microbiologia, em que eu estava mais fraco, por

ter perdido muitas aulas de laboratório. O professor da cadeira, Bruno Lobo, dificilmente reprovava alguém. Além disso era contrário à prova escrita que ainda se usava naquele tempo (foi a última que se realizou, no meu tempo de estudante). Por isso mesmo, na hora da prova, saía da sala, informando previamente em que página do livro poderíamos copiar as respostas necessárias. Na prova oral tínhamos de olhar no microscópio e reconhecer o micróbio que se achava — devia estar — na lâmina que nos davam para examinar. Quando chegou minha vez, comecei a percorrer a lâmina em todas as direções, para ver se encontrava o meu micróbio. Comecei a suar frio, certo de que haviam esquecido de colocar um lá dentro. E, quando já estava desesperado, eis que ele me parece, lindo, pintado de um belo azul, e não me foi difícil descobrir sua identidade. Passei. Eu era agora quartanista.

Mas estava ansioso por voltar a Recife, saudosos de minha mãe, meu pai, meus irmãos, minha cidade. Fazia dois anos que eu saíra de lá. E pedi licença à direção do Partido para me ausentar por alguns meses, dois ou três. Aceitaram minhas razões e a licença me foi concedida. Mas, antes de embarcar tive uma longa conversa com Astrogildo. Disse-me que já era tempo de que o Partido organizasse uma Juventude Comunista, como havia em outros países. Havia no Comitê Central um companheiro encarregado dessa tarefa. Chamava-se Perez, vassoureiro de profissão, um dos fundadores do Partido, mas que, por motivos de família, se havia retirado para o interior de S. Paulo, e por isso, quase nada pudera fazer. Assim, queria que eu fizesse uma experiência em Recife, onde havia um forte núcleo do Partido, que me poderia auxiliar. E eu poderia começar arregimentando os filhos dos próprios membros do Partido. Além disso me recomendou que, como eu tinha de ficar uns dias em Salvador, para o casamento do José, que eu aproveitasse para organizar um Comitê Regional do Partido, naquela cidade, onde havia apenas poucos companheiros, muito bons, mas quase todos vindos do anarquismo, e ainda não haviam assimilado as novas formas de luta dos comunistas. Deu-me alguns endereços antigos. Eu deveria tentar localizá-los.

Com essas tarefas em mente, cheguei a Recife, em princípios de 1927. Os primeiros dias passei matando saudades, as minhas e as de meus pais e irmãos, percorrendo com nova curiosidade as minhas queridas ruas de Recife. E... descansando. Foi então, somente, que percebi que o ano anterior havia sido de uma intensa atividade para mim e eu estava esgotado. Dormia até tarde e me deitava cedo. Uma semana depois, sentindo-me repousado e já desacostumado com a inatividade, me pus ao trabalho.

Comecei a freqüentar o mesmo Hospital Pedro II, onde aprendia a clinicar. Infelizmente as enfermidades eram sempre as mesmas naquela enfermaria, mas assim mesmo aprendi muita coisa. O chefe da enfermaria era um excelente médico e ao mesmo tempo uma excelente pessoa. Ensinou-me muita coisa. Infelizmente esqueci o seu nome. Eu

dava injeções, diagnosticava as enfermidades dos que chegavam e até mesmo receitava, o que era fácil, pois as receitas eram feitas por números, dentro de uma convenção, que dava a cada número uma certa composição de medicamentos existentes no hospital. Barriga d'água? Número 253, 3 vezes ao dia. Verminose? Número 128, de duas em duas horas. Como se vê, era fácil ser médico naquela enfermaria, destinada a doentes pobres, quase todos vindos do interior do Estado e sofrendo quase todos das mesmas enfermidades: verminose, impaludismo, barriga d'água... Fiquei especialista nesses casos e já sabia os remédios de cor. Só os números, naturalmente. O que havia dentro desses números, eu não fazia idéia. Mas um dia lá chegaria, estava certo.

Ao mesmo tempo, aproveitava as tardes para me pôr em contato com os membros do Partido. O principal deles era um mulato simpático, muito forte, de fala mansa, carregador de açúcar, chamado José Francisco e, conforme pude averiguar depois, muito inteligente. Também fui rever o Cristiano Cordeiro, ao qual fiz um pequeno relatório do que se estava fazendo no Rio.

Moravam quase todos aqueles companheiros que ia procurando, no bairro de Afogados, que existia apenas quando a maré estava baixa. Com a maré alta, os mocambos, que eu via pela primeira vez, eram apenas palhoças ilhadas, isoladas uma das outras, pela água do mar, que penetrava por todos os lados. Aí, pela primeira vez, tive um contato direto com a miséria. Os mocambos mal tinham mobília, no máximo, uma cama e uma mesa. O resto era tábuas e velhos caixotes de madeira. Lama por todos os lados e crianças barrigudas. Mais tarde vim a saber que esse era o retrato do Brasil. Na ocasião me deixou horrorizado. Como podiam viver assim? Os rapazes eram raquíticos, meninos de quinze anos pareciam ter doze. Não trabalhavam por falta de emprego, não estudavam por falta de escola. Os moradores haviam organizado um escola onde alguns meninos aprendiam a ler. Era apenas mais um mocambo, e os meninos em geral sentavam no chão. Assim, alguns aprendiam a ler.

José Francisco me apresentou aos seus companheiros e daí por diante, durante dois meses, passei a freqüentar três vezes por semana aquele bairro, procurando interessar os meninos e rapazes nas tarefas que me haviam sido designadas. Não era fácil enfiar problemas políticos na cabeça deles. Mas alguma coisa consegui. Compreendi que era preciso primeiro uni-los em torno de alguma coisa: o mais prático era organizar times de futebol. Uma vez reunidos, alguma preleção sobre a Rússia e a diferença entre a vida deles e a vida na Rússia, dentro do socialismo. Aos poucos a inteligência deles parecia despertar. Falavam como se sua vida presente não tivesse futuro, e na qual esperavam apenas crescer mais um pouco para ter força de agüentar nas costas um saco de açúcar de 60 quilos, a fim de se tornarem estivadores, ou entrar na escola de Aprendizes de Marinheiros, ou engajar-se na Polícia Militar. Pensavam que sua vida era aquela mesma e não podia ser diferente. Nasceram

pobres e pobres deveriam continuar, era o destino traçado por Deus, com o qual se conformavam.

Eu me sentia como um novo profeta, tentando resgatar para a vida aquelas duas dezenas de meninos — eram mais de vinte — que eu ali via abandonados à miséria e à ignorância, dando-lhes um pouco de consciência e de esperança.

Ao fim de dois meses já me fora possível organizar um Comitê Regional, o primeiro no Brasil, da futura Juventude Comunista. Missão cumprida.

Agora eu devia embarcar para Salvador.

O Artur estava com 16 anos, terminara os preparatórios, e deveria seguir, no mês de abril, para o Rio, a fim de fazer o vestibular de Medicina. E ele também fora contagiado por mim, contra a minha vontade. Não obstante, apresentei-o ao grupo por mim formado, só para manter um contato e me contar depois se o mesmo resistiria à minha ausência.

* * *

Salvador era então não apenas uma cidade velha, mas feia e suja, cheia de reminiscências coloniais que eram para mim apenas sinais de atraso. Demorei-me pouco nessa cidade, pois ardia de desejos de voltar ao Rio.

Assisti ao casamento do José, entrei em contato com alguns estudantes, que haviam sido meus colegas de ginásio em Recife e que agora moravam em “pensões de estudantes”, instaladas em casas que somente não caíam por um milagre de Deus, sem água, sem sanitários. Dormiam em redes e suas roupas estavam dependuradas em pregos nas paredes nuas. E andavam de cuecas, para economizar lavanderia. Aquilo me pareceu um rebaixamento da dignidade pessoal de cada um. Conversei com eles. Só falavam de garotas, de exames, contavam piadas sujas. Nada sabiam do que se passava no mundo e me pareceu que não eram nem dignos de falar comigo. Não liam nada que não fosse diretamente ligado à necessidade de passar nos exames de 2.^a época, para os quais alguns se estavam preparando. Praticamente liam apenas “apostilhas” com os “pontos” que provavelmente cairiam nos exames. Em poucos dias de tentativa de comunicação ou de lhes despertar o interesse para outras coisas, desisti.

Enquanto se armava o casamento, resolvi procurar o João Pacífico de Souza, do qual apenas sabia o nome. Mas não me foi difícil localizá-lo, por intermédio de um sindicato operário que fui visitar. Recebeu-me muito bem, falou do Astrogildo, que conhecia pessoalmente, de Otávio Brandão, de quem ouvira falar, de Caetano Machado, que eu ainda não chegara a conhecer... Mas era um homem cansado de lutas, e um tanto desiludido. Era antigo líder anarquista e desejava enquadrar-se no Partido Comunista, mas que na Bahia era difícil, ninguém queria nada, iria ver o que se podia fazer, mas contasse com ele... etc. Era um mu-

lato de rosto encarquilhado, de uns cinqüenta anos mas parecia ter mais de sessenta. Seu estado de espírito, todavia, não abalou o meu. Eram duas gerações que se encontravam, era o símbolo do anarquismo que morria, enquanto outras gerações e outras ideologias iam surgindo. Mas era uma boa criatura, um batalhador leal, um guerreiro necessitando de repouso. Nada mais pude fazer por ele nem ele por mim. Separamo-nos bons amigos, ele apenas admirado de minha **juventude**. Tornei a vê-lo dois anos depois, apenas mais velho e mais cansado, mas sempre com um sorriso débil, um ligeiro brilho no olhar que parecia dizer: agora é sua vez, tenho confiança em você.

Cheguei ao Rio num dia ensolarado e quente de abril e fui para a Pensão Jarina, onde sempre havia um lugar para mim. E imediatamente fui procurar Astrogildo.

Havia muitas novidades. A primeira delas fora a extinção do Estado de Sítio, em que o País vivia desde 1922. Washington Luís, o novo Presidente da República, que substituíra Artur Bernardes, deixara o sítio extinguir-se a 31 de dezembro de 1926. Havia pois, agora, uma relativa liberdade e o Partido Comunista começava a aparecer abertamente pela primeira vez. Já estava formado o Bloco Operário e Camponês, do qual eu apenas ouvira falar, antes de minha viagem a Recife, como um simples projeto. Já tínhamos mesmo um deputado, o Azevedo Lima, médico muito conhecido em S. Cristóvão, antigo deputado federal pelo Rio e que agora se iria reeleger pelo BOC através de um pacto com o Partido. Outra novidade era o aparecimento do jornal diário **A Nação**, depois de entendidimentos com o seu antigo proprietário, o professor de Direito Leonidas Rezende, um positivista que tentava conciliar sua doutrina com o marxismo. Todavia deixara ao Partido inteira liberdade para a direção do jornal.

Mas a novidade mais importante, pelo menos para mim, era outra. Astrogildo me convidou para comparecer a uma reunião da CCE, onde eu deveria fazer um relatório das minhas atividades em Recife e Salvador. Era uma honra muito grande para mim, esse convite. Mas a verdade é que eu não me senti muito intimidado ou inibido, pelo fato de estar no meio de tão importantes personalidades, a maioria dos quais eu já conhecia dos pontos de encontro e bate-papo, os botequins da Rua Larga. Quando acabei a exposição, decidiram que eu seria, a partir de então, o encarregado do setor juvenil do Partido, com o objetivo de criar uma organização juvenil de caráter nacional, e que, daquele momento em diante, eu seria membro da CCE, com direito a voz e voto, como representante da Juventude Comunista, que na realidade não existia ainda.

Isso significava para mim, não apenas uma honra inesperada, mas, sobretudo, mais tarefas, mais trabalho, mais responsabilidade. E — louco de mim! — era exatamente o que eu queria.

Enquanto me procurava entrosar novamente nos estudos da Faculdade, pois já estava no 4.º ano, e as matérias se complicavam cada vez mais, resolvi dedicar as tardes às tarefas que me haviam sido confiadas. Para isso aproveitei a existência do jornal **A Nação**.

Comecei a escrever pequenos artigos sobre a juventude operária, e a necessidade de sua organização. Criamos uma direção provisória com ajuda de alguns estudantes, principalmente o Manuel, o Francisco Mangabeira, estudante de Direito que acabava de se filiar à organização e mais alguns que não demoraram muito em nosso movimento. Por sugestão nossa, **A Nação** publicava papeletas de inscrição para a JC em branco, a fim de que os desejosos de ingressar na organização que se criava os preenchessem, enviando-os ao jornal, em meu nome. Em poucos meses já havíamos recebido mais de cem inscrições, não somente no Rio mas de outros estados, principalmente Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e São Paulo. Dessa cidade me lembro de duas: Salvador Pintaúde e Coripeu de Azevedo Marques. Do Rio Grande do Norte, vários Raymundo Nonato, um nome muito comum por aquelas bandas.

No dia 1.º de Maio desse ano de 1927, a juventude, melhor dizendo, os jovens comunistas, apareceram com destaque, não somente carregando largas faixas com inscrições próprias, como também com um orador que se não me engano foi o Schecheter. Foi uma demonstração magnífica, porque a polícia não interveio, os sindicatos apareceram incorporados com suas bandeiras, quase todas vermelhas, e muitas mulheres, algumas com crianças ao colo. Os operários apareciam com suas roupas de domingo, de chapéu, como se fossem a uma festa. E os jovens vibravam.

Esses êxitos iniciais nos animaram a apressar a fundação da JC, que foi marcada para 1.º de agosto, chamado o Dia Internacional da Juventude e, ao mesmo tempo, o Dia Internacional da Luta contra a Guerra. No dia marcado, na sede da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) na Rua Frei Caneca, esquina com a Praça da República, houve uma bela festa com discursos, nos quais o que mais se destacou foi o de um jovem metalúrgico, de uns 17 anos, Jaime Ferreira, que não sabia como acabar o seu discurso. Ao fim de quase meia hora, tive de puxá-lo pela manga, para que sentasse. Murmurei-lhe ao ouvido: diga apenas "Tenho dito". Foi o que fez, em meio a uma frase qualquer. Não obstante foi muito aplaudido.

No dia seguinte escolhemos alguns companheiros jovens para constituir um Comitê Central provisório e fui eleito por esse Comitê Secretário Geral, cargo em que permaneci até princípios de 1929, quando, tendo atingido 21 anos, passei ao Partido, de onde, aliás, eu viera.

Posso afirmar que cerca de 90% dos membros da juventude comunista da época, se constituía de jovens operários de 15 a 19 anos, os quais, pelos estatutos aprovados, aos 21 anos, deveriam ingressar no

Partido. (Lembro que em 1946, quando novamente se organizou a Juventude Comunista, ela se constituía em 100% de jovens estudantes.)

Embora por vezes ultrapassássemos nosso campo de ação, procurando tomar atitudes políticas, na verdade tínhamos de seguir a linha traçada pelo Partido. Nossa ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas. A tarefa não era fácil, pois tínhamos jovens de todos os graus de cultura, desde semi-analfabetos até estudantes de curso superior, estes em pequena minoria. Adotamos a mesma organização do Partido, com células e Comitês Regionais, nos Estados. Pelo meados de 1928 já tínhamos organizações regionais no Rio, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Espírito Santo e Estado do Rio.

A primeira "direção nacional" possuía sete membros e creio que me lembro dos nomes de alguns deles: Jaime Ferreira, Elísio, Altamiro, Brasilino, Pedro Magalhães, todos operários, e mais, Artur, Manuel e eu, estudantes. Naturalmente, no decorrer dos meses houve algumas modificações de nomes, mas salvo engano, esse quadro, e mais o Arlindo Pinho, vigorou até fins de 1928, ou princípios de 1929, quando, no seu primeiro Congresso Nacional, foi eleita uma nova direção.

Já então, todavia, menos do que nos anos seguintes, eu havia mergulhado de corpo inteiro no mar da atividade política. As manhãs eu dedicava à Faculdade, onde eu assistia a cada vez menos aulas, não podendo todavia faltar às aulas práticas, pois havia um mínimo de frequência exigido para poder fazer exame. Havia uma cadeira Anatomia Patológica, que o professor Leitão da Cunha tornava difícil pelas suas exigências e sempre reprovava pelo menos metade da turma, cada ano. Mas, ia levando. Desde o ano anterior eu somente me dedicava seriamente ao estudo quando faltavam dois meses para o exame.

As "tarefas" me enchiam o tempo. À tarde eu já estava na redação do jornal, onde escrevia freqüentemente sobre os problemas da juventude operária, mas tinha, além disso, uma seção permanente, a de "Correspondência". Eu tinha de dar "forma" às muitas cartas que o jornal recebia de operários das fábricas e de quase todos os Estados, pois eram quase sempre ilegíveis, quer pela letra quer pela sintaxe. E, a seguir, dar-lhes resposta pelo jornal. Começamos a editar um jornalzinho mimeografado, semanal, **O Jovem Proletário**. Este jornal, a partir do quinto ou sexto número começou a ser impresso nas oficinas da Cooperativa Gráfica, na Rua dos Andradas, a qual pertencia ao Partido. Nos meses de legalidade do Partido, o **Classe Operária** era também lá impressa. Lá imprimíamos ainda nossos "manifestos", volantes, falando sobre diferentes assuntos juvenis, reivindicações dos trabalhadores jovens (menos horas de trabalho, salário igual para trabalho igual), pro-

clamações contra a visita que nos fizeram navios de guerra americanos, contra o imperialismo e contra uma porção de coisas a que éramos contra. Uma vez fizemos um volante escrito em língua inglesa, contra o imperialismo, que distribuimos entre os marinheiros americanos, o que causou certo escândalo na imprensa, a qual protestou contra a “nossa ousadia”. Uma vez substituímos os “programas” de um circo pelos nossos volantes e os que entravam sempre apanhavam um, certos de que se tratava de “programa” mas na realidade era um manifesto nosso!

Quase todas as noites havia uma reunião de alguma espécie: da CCE, do CC, da JC ou de alguma célula nova a que eu devia assistir, ou mesmo do Sindicato a cuja direção eu pertencia, a UTG. Em casa, de volta das reuniões eu tinha de ler: sobre Marx, sobre o leninismo, toda espécie de obra ou documento novo da IC sobre o movimento comunista internacional, além dos assuntos de minha simpatia particular: psicanálise, metapsíquica, biologia, tudo dependendo de minha disposição de espírito no momento.

Essas reuniões se realizavam freqüentemente em sedes de sindicatos em cuja direção tivéssemos membros do Partido ou simpatizantes. Mas, quase sempre em casas de companheiros. As da CCE, muitas vezes em casa de Joaquim Barbosa, de Otávio Brandão, que morava em Santa Tereza, ou de outros companheiros. Até mesmo na de Pedro Mota Lima que na ocasião era uma espécie de “membro secreto” do Partido. Nunca na casa de Astrogildo, que morava em Niterói e tinha sob sua guarda, nosso pequeno arquivo. O mesmo acontecia com as reuniões da JC. Mas em virtude dessas reuniões nesse ano de 1927 e nos anos seguintes, vim a conhecer, praticamente todo o Rio de Janeiro. Não havia subúrbio, da Central, Leopoldina, ou Linha Auxiliar, que eu não conhecesse.

Momentos agradáveis eu passava na redação de **A Nação**, onde sempre havia tempo para um bate-papo. Lá comparecia sempre, além de alguns membros da CCE, o Cabello — que se tornou figura importante na “Revolução de 30”, o Paulo Mota Lima, irmão do Pedro, e ainda o Aporelly — Aparício Torelli —, um gaúcho que não pensava ainda que um dia passaria à nobreza com o título de Barão de Itararé. Mas já era muito conhecido como Aporelly pela sua seção no jornal de Mario Rodrigues **A Manhã** e que tinha o título de **A Manha**. **A Manha** depois se tornaria um jornal independente, “quinta-feirino”, e o Aporelly um grande amigo. Ele colaborava assiduamente em **A Nação**. A redação ficava na Rua 13 de Maio, bem no centro e era ali um bom ponto de encontro. Outro local de encontro era a sede do Bloco Operário e Camponês, na Rua da Constituição. Os cafés em que nos costumávamos encontrar, estavam ficando abandonados. Agora tínhamos sedes, o que se constituía, sem dúvida em um grande progresso. Havia agora um Partido organizado **funcionando**.

Nossas condições financeiras, minha e do Artur, não eram das melhores. Continuávamos recebendo mesada, mas não era suficiente, pois

além da pensão, tínhamos despesas de várias ordens, condução, livros, jornais, cafezinhos e, uma vez por outra, cinema. No dia em que chegava a mesada, já estávamos andando a pé. Mas também nesse dia festejávamos almoçando no Reis, um restaurante popular perto da Galeria Cruzeiro. Por isso nos mudamos da Pensão Jarina para uma outra mais barata, onde podíamos alugar um quarto com duas camas. Era ali na Rua Clarisse Índio do Brasil, ao fim da Marquez de Abrantes. Nunca me esquecerei dos meses que passamos nessa pensão de estudantes — havia poucos, a pensão era pequena — por causa de uns paraibanos que ali moravam e adoravam fazer discursos, para o que aproveitavam todos os pretextos. Havia sempre alguém que fazia anos, desde a dona da pensão aos filhos que também lá moravam, aos colegas, à arrumadeira. Além disso, sobravam feriados nacionais. Eram discursos sérios. Um deles se levantava, geralmente à hora do jantar, punha as mãos sobre o encosto da cadeira, arrumava a garganta e começava. E nós tínhamos de ouvir. E sempre havia no meio citações sobre a Pátria, os seus destinos grandiosos, o futuro brilhante e, freqüentemente, sobre “essa mocidade que vibra de entusiasmo” dito com a voz trêmula, o braço erguido vibrando. Todos ouviam comovidos, os olhos voltados para o futuro da Pátria. Só eu e Artur ouvíamos com os olhos voltados para o que ainda restava nos pratos capaz de ser comido.

Já foram confeccionados, em segredo, naturalmente, pois tínhamos um mimeógrafo escondido, muitos números do **Jovem Proletário**.

Quando passei pela Bahia, o José, que era amigo do Deputado João Mangabeira, me deu uma carta de apresentação para o mesmo, a fim de que me arranjassem um emprego. Quase todos os estudantes tinham um e eu precisava dele. Um dia fui procurá-lo em sua residência com a carta na mão. Recebeu-me com certa frieza e explicou que não me podia atender pois meu nome havia sido citado na Câmara, quando se discutiu a famosa Lei Celerada, como um dos quatro ou cinco perigosos comunistas da época, ao lado de Astrogildo, Paulo, Otávio e João Pimenta.

Fiquei surpreso e fui correndo procurar o **Diário Oficial** que trazia o discurso para ver meu nome impresso. Isso deve ter acontecido por volta do mês de julho. Pouco depois, a Lei Celerada foi aprovada, uma lei contra “o anarquismo e a subversão” e, antes que fosse fechado pela polícia, a direção do Partido resolveu fechar **A Nação**, por conta própria. E o Partido passava novamente à clandestinidade. E todo nosso esquema de trabalho tinha de ser mudado, desde os locais habituais de reunião até o de confecção de nossos materiais de propaganda.

No mês de agosto, em que foi fechado **A Nação**, escrevemos para Moscou, sede do KIM (Internacional Comunista da Juventude) comunicando a fundação da JCB e solicitando adesão à mesma, da nossa organização. Um dia chega a resposta e, ao mesmo tempo, ofereciam uma bolsa de estudos para a Escola Leninista, que então fora fundada, a um jovem operário, pertencente, é claro, à JCB. Depois de muitos

debates nossa escolha recaiu sobre um jovem alfaiate chamado Heitor Ferreira Lima, de 21 anos, por nos parecer inteligente e sério, além de ser um militante ativo no seu sindicato, o que era, para nós, ponto de honra e decisivo. É verdade que alfaiate não era uma profissão das que os comunistas mais apreciavam, por não ser a alfaiataria uma "indústria básica". Sempre havíamos preferido metalúrgico, ferroviário, marítimos, e outras dessa ordem. Mas assim mesmo mandamos o Heitor, com boas recomendações. Na verdade, ele não nos desiludiu, ao contrário de muitos que mandamos depois, os quais voltavam com a cabeça entupida de conhecimentos não assimilados, olhando os demais com superioridade e querendo escolher tarefas.

Nesse ano de sua fundação perdeu a JCB alguns bons elementos, em consequência da cisão que se verificara no Partido, aliás na CCE, narrada por Astrogildo em seu livro **A Formação do PCB**.

Nos últimos meses desse ano começara na CCE um debate sobre a conveniência de entrarmos em contato com a Coluna Prestes, que se havia internado na Bolívia. Pensávamos que a Coluna tinha em seu seio elementos revolucionários que, aliados aos comunistas, ao movimento comunista operário das cidades, seria capaz de dar um grande impulso às forças de nosso próprio movimento revolucionário. O assunto foi, em duas ou três reuniões sucessivas, muito debatido. E afinal, aprovamos uma proposta concreta de Astrogildo: procurar Prestes e tentar unir nossas forças à base de uma fórmula que seria discutida com o próprio chefe da Coluna.

Participaram dessa última reunião, realizada em casa de Joaquim Barbosa, dentre os que recordo, além do Astrogildo e do Joaquim Barbosa, mais os seguintes camaradas: Otávio Brandão, Paulo Lacerda, João Pimenta, Cendon, Hermogenes Silva, Freitas, Rodolfo Coutinho (jornalista e professor pernambucano, recém-chegado de uma viagem a Moscou). A proposta de Astrogildo foi, afinal aprovada, contra os votos de Joaquim Barbosa, alfaiate de profissão, e Rodolfo Coutinho. Estes não se conformaram com a derrota do seu ponto de vista: alegavam que, unir-se à Coluna, que representava "um movimento pequeno-burguês", seria trair o proletariado e "todos os ensinamentos de Marx e Engels", dos quais parecia ser grande conhecedor, citando sempre grandes trechos de livros dos mesmos. No dia seguinte, pediram demissão do Partido.

Todas essas discussões se realizaram, paralelamente, no Comitê Central da JC, por meu intermédio. Em consequência, também na JC repercutiu a cisão. Os irmãos Antunes se retiraram da organização acompanhando Rodolfo Coutinho, pelo qual tinham grande admiração. Outros intelectuais abandonaram o Partido: lembro-me de Mario Pedrosa e Livio Xavier, os quais, já naquele tempo, tinham tendências trotskistas, pois os prenúncios da luta que se verificava na União Soviética entre Stalin e Trotsky, já começaram a chegar ao Brasil através da imprensa comunista francesa, principalmente o **L'Humanite**.

Não obstante, ao findar o ano de 1927, o Partido e a JC estavam mais fortes, pelo menos numericamente. E também politicamente, pois a discussão em torno do problema Prestes despertara nossa consciência política, e agora estávamos em busca de um caminho e de uma definição: **a revolução proletária**.

* * *

Mas esse fim de ano, bem como o começo de 1928, não foi bom para mim. Fui reprovado na cadeira de Anatomia Patológica, não pude gozar minhas férias de fim de ano, não somente pelas tarefas partidárias, como pela necessidade de fazer segunda época. Artur e eu nos mudamos para uma pensão no centro, na Rua Frei Caneca, a Pensão Avenida, que ficava no fim da Avenida Mem de Sá, bem defronte ao Instituto Hane-maniano. Era a Pensão do "seu Tomás, o ladrão", conforme viríamos a chamá-lo depois, por motivos bem justificados. Era um edifício relativamente moderno, de três andares, com elevador. Durante algum tempo moramos no mesmo quarto, o que era sempre mais barato.

Além disso, logo no começo do ano, com a famosa Lei Celerada de Adolfo Gordo em ação, dois tiras (naquele tempo os chamávamos de **secretas**) me foram buscar. E passei oito dias numa **geladeira**, na Rua da Relação, sede da polícia, juntamente com mais seis ou sete companheiros, onde mal cabiam quatro. Felizmente era verão e o cimento do chão e das paredes, onde o sol nunca penetrava, justificando o apelido de geladeira, não permitiu que morrêssemos de frio. Mas o calor e o ar abafado que vinha de fora, um bravo calor carioca, apertados no estreito cubículo, quase nos sufocavam (além da falta de banho). Entre os que estavam presos me lembro de João Pimenta e Josias Leão, que depois foi embaixador. Ao fim do 3.º dia, sem que soubéssemos por que estávamos presos, decidimos fazer greve de fome, recusando a **gororoba**, fornecida pela polícia, realmente intragável. Todavia, subornando um guarda, da polícia militar, conseguimos que comprasse cigarros e sanduíches, que comíamos às escondidas, para não atrapalhar a greve da fome.

Depois de oito dias, sem qualquer explicação, e após sermos devidamente identificados e fichados, fomos todos soltos. Era a primeira vez que eu sentia essa sensação maravilhosa que é a de ser libertado e poder caminhar novamente pelas ruas. Na cela, nossa posição mais cômoda era ficar sentado com as pernas encolhidas, pois não havia possibilidade de andar nem espaço para deitar. Dormíamos sentados. A sensação de poder esticar as pernas, ver novamente a rua, cujos maravilhosos ruídos ouvíamos de longe, nos fez esquecer rapidamente os horríveis dias de cadeia. Saí à rua, todavia, bastante encabulado, barbado, roupas amarfanhadas, sem banho, e cheguei ao hotel procurando não ser visto. Mas Tomás Ladrão me havia visto e quis saber o que havia acontecido. Disse-lhe que fora engano da polícia. Mas depois desse fato, com medo da polícia, pois

costumava alugar quartos para "curta permanência", começou a olhar-me com desconfiança.

Mas depois a vida continuou e já estava se tornando em rotina. Pelas manhãs comecei a freqüentar a 5.^a enfermaria da Santa Casa, que pertencia à cadeira de Clínica Médica do professor Aluisio de Castro, quando não tinha aula naquele horário. E comecei a me preparar para a segunda época, na qual felizmente me saí bem. A propósito dessa cadeira de Anatomia Patológica, não posso deixar de registrar um caso curioso e certamente não muito comum, o de um colega cujo nome não me recordo, mas que tinha o apelido de Boca Mole, e era também conhecido como **Cu de Platina**. Para os que desconheçam a gíria estudantil da época, devo esclarecer que **Cu de Ouro** era o nome que se dava aos rapazes muito estudiosos, que passavam o dia sentados, estudando, estudando. Podeis pois imaginar o que devia ser o Cu de Platina. Esse rapaz havia tirado a nota máxima, distinção em todas as cadeiras, desde o primeiro ano. Em Anatomia Patológica, cujo professor, Leitão da Cunha, era "dureza", tirara, apenas "plenamente". Por causa disso, requereu novo exame. E pela primeira vez o Professor Leitão da Cunha, compreendendo o seu drama, deu-lhe, no novo exame, a **distinção** pretendida. Eu passei, muito feliz, com **plenamente**.

Depois do exame fiquei mais folgado e me pude lançar novamente às minhas atividades: reuniões, encontros, reuniões outra vez, e, às noites livres, estudo e leitura: Marx, Lenine, Trotsky e, quando possível, medicina. O Artur arranjara um emprego como revisor do **Diário Carioca** e isso melhorava um pouco nosso orçamento.

Uma vez deu-se um caso curioso comigo. Às vezes, em virtude de minhas atividades, eu chegava tarde para o jantar. Mas o garção, muito gentil, esquentava para mim algo que sobrava do jantar. Numa dessas noites, pedi-lhe que me arranjasse algo para comer, pois o jantar já havia terminado. Sentei-me, com o jornal na mão — e ainda hoje não sei comer direito, quando estou comendo sozinho, se não tiver na mão algo para ler, livro ou jornal. Ele pôs, diante de mim, uma série de pratos com restos diversos. Ao comer um deles, achei-o frio; eram uns pedaços de carne engordurada e gelada, que pus no meu prato sem prestar muita atenção. Mas assim mesmo, a fome era tanta, que, embora achando horrível, acabei com ele. Momentos depois chega o garção e, depois de olhar para a mesa, e verificar os pratos vazios, me pergunta com a maior surpresa e candura: "Ué, cadê a comida do cachorro que estava aqui?"

Senti, subitamente que se formara um bolo na minha garganta e vontade de vomitar. Mas respondi, meio escabreado: "Não sei..."

Por essa época, abril ou maio de 1928, recebíamos carta de Moscou, do Komintern, com um convite para que o PCB se fizesse representar no VI Congresso da Internacional Comunista. E, ao mesmo tempo, a JC recebia igual convite para que se fizesse representar no seu V Congresso, da IJC ou KIM (Internacional Juvenil Comunista) que se realizaria a

seguir. As despesas de estadia, bem como as de regresso, eles garantiam, mas a ida tinha de ser por conta do PCB. Tínhamos então dois problemas: escolher os delegados e... arranjar dinheiro para as passagens, até Berlim. De lá a Moscou, o Komintern tomaria conta dos delegados.

O CC da JC me designou para ser seu delegado ao Congresso. E a CCE decidiu designar três delegados, a que tinha direito: Paulo Lacerda, que seria o chefe da delegação, Molaes, um espanhol, garção de profissão, elemento muito ativo e dedicado, o qual seria também delegado ao Congresso Internacional Sindical que se realizaria a seguir, e eu, que ficaria ainda para o Congresso do KIM. Programamos, então uma campanha para arranjar dinheiro para a viagem. Fizemos rifas, festivais, doações dos que tinham mais, e por fim, quando faltavam apenas poucas semanas para a viagem, consegui que meu pai me mandasse uns 500 mil réis, alegando eu que iria aperfeiçoar meus estudos. Eu estava no 5.^o ano. E não sei se meu pai acreditou ou não, mas mandou o dinheiro. Somente o José ficou sabendo que eu ia a Moscou. Os outros souberam depois.

Eu ia deixar o Brasil em uma época de grande atividade e preocupações para nós. Estávamos planejando o III Congresso do Partido, que se deveria realizar no fim do ano, logo após a nossa volta de Moscou. Desejávamos participar, através do Bloco Operário e Camponês, das eleições Municipais que se realizariam em outubro desse ano, e nas quais pensávamos apresentar dois candidatos: Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, este um operário marmorista.

Mas esse não era o problema maior. Era necessário que tomássemos uma decisão a respeito do que pensávamos sobre a revolução no Brasil, de como ela se processaria no nosso entender, e que era preciso para consegui-la. Falávamos em **Soviets**, em **Ditadura do Proletariado** e nos indagávamos se essas seriam soluções para o Brasil ou se estávamos simplesmente imitando os russos.

Por outro lado havíamos, quase todos, na CCE, lido documentos sobre a história da Revolução Russa, em que se falava de Revolução Democrático-burguesa, que não chegávamos a entender. Como e por que deveria o proletariado fazer uma revolução **burguesa**? Por outro lado, víamos como o governo era forte, como tinha armas e soldados, polícia e exército, e nós não tínhamos nada disso, nem armas, nem homens para empunhá-las. O próprio movimento sindical era débil, os sindicatos numericamente fracos (não obstante mais fortes do que hoje), embora houvesse, no meu entender, em muitos setores do proletariado uma forte consciência de classe, mais do que hoje, mas que vinha eivada de sentimentos confusos, anarquistas, cheios de pensamentos de Bakunin, Kropotkin, e outros líderes do anarquismo. E não obstante, conscientes de que o mundo estava dividido em classes e que a classe operária deveria sobrepujar a classe burguesa e tomar o poder, para estabelecer a "justiça social". Essa confusão no proletariado se estendia ao

próprio Partido, penetrava nele, que era parte e conseqüência desse proletariado, do qual nascera. E que dizer dos próprios dirigentes, Astrogildo, Paulo, Otavio, e tantos outros, provenientes do anarquismo? Na CCE só Rodolfo Coutinho e Manuel Cendon não vinha do anarquismo, mas do socialismo, de influência européia, mas se o primeiro se afastara do Partido e o segundo falecera pouco depois. Também eu não vinha do anarquismo, pois quando comecei a me interessar pelo movimento revolucionário, o anarquismo já estava sendo abandonado e só ouvi falar dele, como ideologia política, quando já me considerava marxista-leninista.

Todas essas coisas nos confundiam e não sabíamos que caminho tomar. Acreditávamos que, estando presentes ao Congresso do IC, muito poderíamos aprender. Não sabíamos entretanto que os marxistas europeus, conhecendo muito bem o marxismo, nada sabiam da América Latina. Menos ainda do que nós próprios, conheciam a nossa realidade. Para eles, tudo era semi-colonial e os problemas asiáticos eram transportados para a América Latina como se fosse tudo a mesma coisa. Mas isso somente saberíamos muito depois, e muito tarde.

* * *

Em certo dia de junho, embarcamos, Paulo e eu rumo a Berlim, via Hamburgo, num navio alemão, naturalmente em terceira classe. Esses 14 dias de viagem até Hamburgo foram maravilhosos: repouso absoluto, nada fazíamos senão comer — eu pelo menos, pois o Paulo tinha maus dentes e uma digestão difícil. Encontramos a bordo outro companheiro, Sala, delegado do Partido uruguaio e logo fizemos amizade. Nossas palestras, nos intervalos das refeições, versavam sobre política, marxismo-leninismo, e problemas da revolução. Percebemos facilmente que sua ignorância sobre a matéria era tão total quanto a nossa. E por isso nos entendemos perfeitamente. Os problemas que enfrentavam no Uruguai, em que a influência e a herança anarquista eram ainda maior do que a no Brasil, eram semelhantes aos nossos. E o Partido uruguaio era ainda mais fraco do que o nosso, embora tivessem um jornal diário, **Justicia**, e funcionasse legalmente. Essa semelhança estava principalmente numa profunda deficiência teórica, embora houvesse muita literatura marxista em língua espanhola, impressa na Espanha, enquanto em português quase nada havia. Mas, embora nós, eu, Paulo, Astrogildo, Otavio, fôssemos capazes de ler em francês, eles, os dirigentes e líderes uruguaiois, não o sabiam tão bem.

O tempo era bom. Houve uma linda festa, na passagem do Equador, o calor era suave, o navio jogava pouco e nos divertíamos bastante, embora eu não soubesse divertir-me. Mas gostava de olhar os outros se divertirem. Até mesmo dançavam, e Sala era um excelente bailarino e dançava o tango com a perfeição de um profissional. É claro que música brasileira não havia a bordo. Eu conhecia alguns sambas recentes

— o samba ainda estava nascendo — mas como cantor, nunca fui de primeira classe. Aliás, nem havia classe para mim. Mas havia alguns sambas que, bem ou mal, eu era capaz de “interpretar”: “A malandragem eu deixei”, “Gosto que me enrosco” e até “Jura”, que era cantado por Mário Reis. Mas o problema não era cantar e sim divertirmo-nos. De modo que, com acompanhamento em caixa de fósforo — único instrumento musical que eu conhecia ou simplesmente batucando sobre a mesa, no bar da terceira classe, sempre conseguia dar uma pálida idéia do que era o samba, e como ele seria formidável se eu soubesse cantar.

E bebíamos cerveja, uma deliciosa cerveja alemã. Também a comida era boa, parecida com a que mamãe fazia, embora sentíssemos saudades do feijão preto. Mas, nem tudo pode ser perfeito.

Eu ia dormir o mais tarde possível, para poder gozar mais e melhor cada momento da viagem marítima. E me deixava ficar, certas noites mais quentes, sentado numa cadeira de lona, sozinho, no tombadilho, somente para poder aspirar o cheiro do mar e ouvir o barulho das ondas cortadas pelo navio, debaixo de um céu limpo e estrelado, e sentir o balanço das ondas. Até esquecia que ia para uma reunião importante (internacional!) onde talvez se decidissem os destinos do Brasil.

Mas já começava a sentir saudades, que antes eu nem tinha tempo para isso. Saudades de meu pai, de minha mãe, meus irmãos, do Recife, do Rio e até da pensão do seu Tomás.

Em Hamburgo procuramos contato com o Sindicato ou Casa Internacional dos Marítimos, aonde iam em geral os marinheiros de qualquer procedência ou nacionalidade, quando chegavam a Hamburgo. Dois dias depois estávamos chegando em Berlim, de trem. Os três, Paulo, Sala, e eu, fomos para um hotelzinho de Westfaliastrasse, perto da Fredericstrasse, onde nos alojamos. Procuramos novo contato num determinado bar. De lá fomos conduzidos para outro lugar onde uma pessoa determinada nos levou para tirar novo passaporte pois, sendo nosso Partido ilegal, e tendo o Brasil rompido relações com a Rússia, não poderíamos ter em nosso passaporte carimbo russo.

Berlim era uma cidade encantadora, a mais alegre que conheci até hoje. De dia, as ruas centrais eram cheias de movimento de bondes, automóveis, ônibus, gente vestida de todas as formas possíveis, o que no Brasil seria motivo de escândalo. Quase ninguém usava chapéu de modo que nós, com uma palheta na cabeça, parecíamos ridículo, embora ninguém nos olhasse. A noite era ainda mais barulhenta, com bares e cervejarias por todas as esquinas e a música, que vinha de todos os lados, parecia ser parte integrante do ar, da atmosfera que respirávamos. E, de dia ou de noite, desfiles sobre desfiles. Jovens em grandes grupos, de ambos os sexos, em saiotas ou de calças curtas, e de bicicleta, desfiliavam oferecendo o **Rote Fahne**, o jornal do Partido alemão, que na ocasião era o mais forte da Europa. Havia também desfiles a pé, jovens em formação militar, todos fardados, cantando a Internacional: era a

Rote Front, uma organização paramilitar da juventude comunista. E isso me emocionava ao extremo. Quando poderíamos ter isso no Brasil?, pensava eu. Era uma juventude corada e sadia, e sobretudo alegre e um tanto agressiva. A guerra já estava esquecida e não pensava em outra. Tinha a impressão de que todos se divertiam, até mesmo aqueles belos jovens comunistas, rapazes e moças, distribuindo ou vendendo o seu jornal.

Todavia não tivemos nenhum contato oficial com o Partido Alemão. Nossa presença na Alemanha era secreta. Somente visitamos, além de tudo aquilo que o turista podia ver, a sede do Socorro Vermelho Internacional, que estávamos começando a organizar no Brasil e ficava na rua principal, a Wilhelmstrasse. O que me perturbou todavia foi a enorme quantidade de prostitutas nas ruas centrais, à noite, de saias muito curtas, agressivas, pois só faltavam nos agarrar pelo braço. Era o "lado podre da civilização burguesa" e só isso nos revelava a péssima situação econômica em que se encontrava a Alemanha, empenhada em pagar as dívidas de guerra, e com muitas fábricas paradas, sobretudo a indústria de armamentos, proibida pelos aliados. Não obstante, os alemães pareciam ignorar tudo, e procuravam divertir-se, enchendo as cervejarias e os locais de danças. Também sempre estava cheio o Luna Park, um centro de diversões, com roda-gigante, carrossel, chicote, trem fantasma etc., que fomos visitar duas ou três vezes.

Ao cabo de uma semana voltamos a Hamburgo, onde tomaríamos um navio que nos transportaria para Leningrado. A bordo havia muitos passageiros, todos delegados ao Congresso. Americanos, ingleses, e até mesmo um argelino e um espanhol, que eram, aliás, da JC. Fiz amizade com alguns companheiros franceses. Entre estes havia uma moça, devia ter uns trinta anos, que se mostrava curiosa por saber como se comportariam os russos na cama. Eu lhe disse que não fazia a menor idéia. Mas me segredou que, conforme sabia por seus camaradas, as russas eram muito amorosas e se entregavam com extrema paixão, mas somente aos comunistas, embora "o amor na Rússia fosse livre". (Confesso a vocês: não vi nada disso).

A curta travessia do Mar do Norte não foi tão agradável. Mas fiquei maravilhado em ver o sol ainda brilhando às 11 horas da noite. Ninguém dormia a bordo, assim me pareceu. Todos faziam um barulho que no Brasil só ouvíamos no carnaval. Reuniam-se no bar ou mesmo no tombadilho, entornando garrafas sobre garrafas, de cerveja, vinho, whisky, embora eu não tivesse visto ninguém embriagado. Cada grupo cantava as canções de seu próprio país, sem se importar com a música do vizinho, e de repente, alguns se tornavam melancólicos e depois iam dormir. Não era bem a idéia que nós no Brasil, eu pelo menos, fazíamos dos comunistas...

Para mim, dormir com o sol ainda brilhando no céu, era impossível. Eu confundia comunistas com puritanos que não riam e estavam

sempre "pensando na revolução". Depois aprendi que o meu mal, o nosso mal, essa tristeza que acompanha sempre os brasileiros não era só dos comunistas, mas de todos os brasileiros: faltava-nos a alegria de viver. A vida não deve ser uma carga, mas um raro momento de felicidade que devemos desfrutar a todo custo, pois é tão breve. No carnaval nós não somos alegres: apenas tentamos afastar nossa tristeza orgânica.

* * *

Aguardávamos nossa chegada a Leningrado com ansiedade: íamos entrar não apenas num novo país, mas em uma nova sociedade, no socialismo, no paraíso da terra, onde os ricos não tinham vez e os pobres não mais existiam, um país em que, graças a uma revolução, graças aos comunistas, aos "homens como nós", a miséria e a desigualdade tinham sido banidas. Minha primeira impressão, antes mesmo de desembarcar, foi das mais animadoras. O porto, no estuário do Neva, estava atulhado de navios, grandes e pequenos. De um barco mais próximo, ouvimos que várias pessoas, que não víamos, estavam rindo às gargalhadas. E Paulo observou: "veja como estão rindo. Essa risada não pode ser de assassinos nem de vítimas. É risada de quem está alegre e contente com a vida!"

Mas a segunda impressão, para quem vinha de um país capitalista e acabava de atravessar um país capitalista — a Alemanha — não foi tão boa. Pois as ruas estavam cheias de gente mas não havia tantos automóveis nem as pessoas estavam "bem vestidas". Não havia mulheres "pintadas" nem homens engravatados. Ou se tinham escondido, ou estavam mortos, presos ou fugidos, ou simplesmente haviam abandonado o luxo das boas roupas e vestidos de seda feitos pelos grandes alfaiates ou os Diors da época, trocando-as pelas roupas pobres dos operários. As lojas eram igualmente pobres e as vitrinas nada tinham lá dentro a não ser cartazes. Em alguns armazéns havia filas e, conforme vim a verificar depois, filas para tudo: pão, alimentos, roupas. É claro, porém, que essa impressão se desfez quando comecei a convencer a mim mesmo que, afinal de contas, a Revolução tinha apenas dez anos, metade dos quais os russos haviam gasto lutando contra os invasores capitalistas e somente agora estavam aprendendo a dirigir empresas das quais os antigos proprietários haviam sido expulsos.

Com esse consolo no coração, passamos dois dias magníficos em Leningrado, visitando os lugares pitorescos da cidade, apreciando a beleza da Perspectiva Newsky, a principal avenida, passeamos pelo rio, subimos à torre da mais alta e mais bela igreja da cidade, a Catedral de Santo Isaac, agora transformada em Museu, e onde um guia de turistas nos mostrava como "a Igreja explorava a crença dos pobres".

Na terceira noite partimos para Moscou em um trem com vagão-leito, herança do tzarismo, até bem confortável e, no dia seguinte, pela manhã, estávamos em Moscou. Afinal, a grande cidade, a capital do

mundo comunista! A cidade com que sonhavam todos os comunistas do mundo, como os muçulmanos sonham com Meca!

Moscovo era então uma cidade velha e feia, com um ou outro edifício novo, o mais alto dos quais era a sede do **Pravda**, o diário oficial do Partido da URSS. No Brasil havia edifícios mais altos e belos, pensava eu, amargurado. Mas, tinha de ser assim mesmo, pois mal estavam começando! E isso me consolava.

Fomos todos para um hotel que já fora de grande luxo, creio que o Hotel Europa. O apartamento que nos era destinado devia ter sido feito para hóspedes reais, tão luxuoso era. Só o banheiro, com metais dourados nos espelhos, nas torneiras, era duas vezes maior que o quarto em que eu morava no Rio. Havia quatro camas, pois os delegados eram muitos, e ali nos instalamos, o Paulo, eu e dois camaradas estrangeiros, o argelino, o espanhol, ambos representantes da JC dos seus respectivos países.

Depois das formalidades da apresentação de credenciais, cada um de nós, oriundos de países em que o Partido era ilegal, tomamos novo nome. Para mim escolhi o primeiro que me veio à cabeça, talvez por ser tão comum no Brasil e por ser o de um personagem de uma das minhas frustradas novelas: Pereira. Por causa desse sobrenome, Tristão de Ataíde confundiu o meu discurso, pronunciado no Congresso com um capítulo sobre problemas econômicos, atribuindo-o a Astrogildo, que aliás nem se encontrava em Moscou. Mas não fiquei doente por isso.

Durante alguns dias, não fizemos senão passear. Encontramos o "nosso aluno" da Escola Leninista, o Heitor, o qual, quando tinha tempo, nos levava a conhecer alguns aspectos da cidade enorme. Heitor já estava vestido à moda russa, de botas, blusa, o boné com a pala revirada para cima, à moda de Bukharin, o grande ídolo da juventude na época e que não tardaria a ser derrubado, para surpresa geral, alguns dias depois, por um violento discurso de Stalin.

Paulo e eu tratamos logo de comprar uma **rubaschka**, a blusa com gola alta, abotoada de lado, que se usa ainda hoje em quase toda a Rússia, e íamos, aos poucos, aprendendo algumas palavras de russo. Paulo estranhava a comida russa, o que não sucedia comigo pois, na minha casa, quando eu era menino, a comida era bem parecida: **borsch**, **catlet** (bolinho de carne) e outras desse estilo. De manhã, o nosso desjejum era na verdade um grande almoço com muito pão preto, manteiga, caviar aos montes, muito leite e coalhada.

Passamos mal, até nos habituarmos ao ritmo de vida em Moscou, em que se almoçava às três da tarde e se jantava às dez da noite e se ia dormir às duas da madrugada. Fomos ainda, aos poucos, aprendendo alguns dos principais hábitos russos, quando se reuniam em grupos: cantar em coro, com duas ou três vozes, jogar xadrez, coisas que se fazia por toda a parte, em qualquer canto de rua ou nos bancos dos jardins e até mesmo nos intervalos das reuniões do Congresso.

Poucos dias depois de nossa chegada, abriam-se as reuniões do VI Congresso da IC, com a presença de Stalin, o qual pronunciou um pequeno discurso de saudação. Nessa reunião tive oportunidade de assistir a um dos espetáculos mais impressionantes de minha vida: a **Internacional**, o hino dos comunistas, cantada por centenas de vezes em mais de cem línguas diferentes, sob o comando do próprio autor da música, Pierre Degeyter. Era francês, já bem velho, que havia participado das lutas da Comuna de Paris, segundo me diziam, havia mais de cinquenta anos. Havia sido organizado um sistema de tradução por meio de fones dispostos nas cadeiras e mesas destinadas aos congressistas, os quais, por meio de uma simples tomada, escolhiam a língua preferida, quando não entendiam a do orador: russo, chinês, francês, inglês. Era só ligar a tomada e ouvíamos, qualquer que fosse a língua do orador, o discurso na língua que melhor entendíamos. No nosso caso, o francês.

Nos intervalos, tínhamos reuniões de brasileiros, que eram quatro, depois da chegada do Molares: O Heitor, embora não fosse delegado, participava de algumas dessas reuniões. Procurávamos ler e entender as teses apresentadas, a fim de podermos manifestar-nos quando chegasse a nossa vez. Paulo era o chefe da delegação e ele falava. Assistíamos, também, a outras reuniões promovidas pela direção do Congresso, para nos explicar o sentido de certas teses. Dois eram os companheiros que falavam nessas reuniões preparatórias: Palmiro Togliatti, que se achava em Moscou como refugiado da Itália, e que viria a ser mais tarde, depois da queda de Mussolini, o chefe do Partido Comunista Italiano; e Humberto Droz, do PC suíço. Um falava em italiano e outro em francês e íamos fazendo força para entender. E tínhamos, na verdade, de fazer muita força, pois teoricamente nosso atraso — pelo menos o meu, era profundo. Assistiam a essas reuniões, todos os companheiros dos Partidos sul-americanos. Droz, aliás, pouco tempo depois, seria expulso do Partido francês, como trotskista.

Nós também tínhamos recebido, de mãos anônimas, um documento mimeografado, com as teses defendidas por Trotsky. Este se achava, na ocasião, exilado em Alma Ata, desde o ano anterior, e as teses haviam sido distribuídas por alguns de seus partidários ou admiradores. Estes chegaram a tentar uma demonstração de rua, na frente do edifício do Congresso, contra Stalin, mas foram rapidamente dissolvidos pela polícia. Stalin não era ainda a figura misteriosa e sinistra em que se tornaria muitos anos depois, nem tinha o mesmo título que os camponeses russos davam ao czar, um título carinhoso que os russos gostam de empregar (ou gostavam): "nosso paizinho" mas já era considerado o líder do comunismo mundial e que o presente Congresso, com a eliminação (por enquanto apenas teórica) de Bukharin, iria confirmar. Mas ele, Stalin, já possuía essa aparência característica dos grandes líderes: uma força magnética, uma empatia ativa, que dominava os que o ouviam com um olhar penetrante e severo. Com seus olhos negros e

fundos, sua vasta cabeleira negra, o farto bigode, era mesmo uma figura impressionante.

Depois dessa primeira apresentação, Stalin não mais apareceu a não ser no encerramento do Congresso. Nós, delegados brasileiros, e também de outros países latino-americanos, com os quais tínhamos mais afinidades, estávamos um pouco confusos e, não obstante, aprovamos todas as teses apresentadas, inclusive uma condenação a Trotsky, como "instrumento do imperialismo americano e inglês" e as críticas a Burkharin. Aprovamos ainda as teses que prenunciavam uma nova guerra mundial ao fim de um período de "estabilização do capitalismo", que estávamos vivendo ainda. Sobre o que realmente nos interessava, a América Latina, nada houve, porém, de concreto.

Uma resolução importante foi referente à Alemanha, pela qual se considerava que "o maior inimigo" era a social-democracia e não o nazismo, que estava então nascendo.

Ao terminar o Congresso, apesar do meu otimismo e entusiasmo, não me pareceu que tivéssemos progredido muito em relação ao principal problema que enfrentávamos no Brasil: o caráter da revolução brasileira. Sobre isso ainda iríamos discutir muito no Brasil.

Por fim, encerrado o Congresso, os delegados foram convidados a passear pelo país, de acordo com vários roteiros, a escolher. Mas eu não podia escolher nenhum, pois tinha pela frente o Congresso da JC (KIM), que se realizou pouco depois e durou mais ou menos uns 15 dias. Uma das resoluções do Congresso foi admitir no KIM o ingresso da JCB. Como único delegado, tive oportunidade de falar (com o nome de Pereira). Fiz um pequeno relatório (em francês) da situação da juventude operária no Brasil, da situação da JCB, que tinha na ocasião cerca de cem membros inscritos, mas já editava seu jornalzinho, do qual eu trazia alguns exemplares, e que foram expostos, juntamente com dezenas de outros, da Juventude Comunista de todo o mundo, em uma sala especial. No meu pequeno discurso, lamentei que todo o material de propaganda e educação marxista para jovens, enviado ao Brasil, fosse escrito em língua espanhola, e que os operários brasileiros não entendiam espanhol. Nessa ocasião ouvi que diziam atrás de mim (alguém sentado na grande mesa que presidia a sessão), algo assim:

— Que raio de língua vocês falam no Brasil?

— O português, disse eu calmamente, para surpresa geral.

Também tivemos nossas reuniões extras, fora das sessões do Congresso, sobre o trabalho juvenil. Em uma dessas sessões falara Jacques Doriot, líder da Juventude Comunista da França, o qual, alguns anos depois, se passaria para o Fascismo, inclusive apoiando Hitler!

Mas nem tudo eram reuniões, sessões e discursos. Namorei uma moça russa, que trabalhava na cantina da sede do Komintern e na qual fomos tomar chá, entre as sessões do Congresso. Tinha mais ou menos a minha idade, cabelos e olhos negros (vinha do Cáucaso), e era alvo da

cobiça de inúmeros outros delegados de todas as latitudes e todas as idades. Era estudante de medicina e estava em férias. Algumas noites fomos passear pelo Parque que circundava a cidade, e falávamos de mil coisas, menos sobre tratores ou "stakhanovistas" ou mesmo sobre o plano quinquenal, o primeiro plano quinquenal da União Soviética, e sobre o qual se via propaganda por toda a cidade. Falávamos mesmo era "bobagens", sobre como era o Brasil e como era a Rússia, como se dizia em português tal coisa e como se dizia em russo tal outra, sobre o frio e o calor, sobre o amor e a amizade na nova sociedade, sobre as coisas de que gostávamos e que mais admirávamos. Com ela fui várias vezes ao Teatro Bolshoi ver danças populares, bailados clássicos, e uma linda ópera chamada A Tulipa Vermelha, sobre a revolução chinesa. E não era fácil conseguir entrada, mas para mim sempre havia. Todavia, nossas noites terminavam na porta de sua casa, onde morava com uma família numerosa. Nem sequer lhe dei um beijo. Somente na véspera de minha viagem de regresso, em que me fui despedir — e sabíamos que nunca mais nos veríamos —, ela me beijou o rosto, e disse que me escreveria. E escreveu mesmo, pois um dia, meses depois, já no Brasil, dela recebi uma carta em russo. Tive de pedir a uma pessoa amiga para traduzir, e lhe respondi em francês. E por fim, o silêncio. É uma lembrança agradável que guardo daqueles dias de Moscou.

Mas houve outras coisas curiosas de que me lembro, daqueles quase três meses que passei em Moscou, além dos Congressos e dos passeios, ao Kremlin, aos arredores da cidade, percorrendo velhas igrejas quase todas transformadas em museus, embora em muitas, aos domingos, não faltassem pessoas idosas, que lá iam, não como turistas, mas para rezar, sob o olhar complacente e um tanto desdenhoso, da nova juventude.

Uma vez eu passeava, era um domingo, à margem do Rio Moskva. Havia um certo trecho que era oculto por um grande tabique de madeira, de cerca de dois metros de altura, por mais de cinquenta de comprimento. Essa parte, oculta aos olhares estranhos, escondia banhistas do sexo feminino, que se banhava inteiramente nuas nas águas do rio. Em certo momento percebi que alguém, um estrangeiro, procurava olhar através das frestas, entre as taboas, as mulheres que se banhavam. Tive vontade de olhar também. Mas eis que se aproxima do distraído indiscreto, alguém que parecia ser russo, pegando o curioso em flagrante, passando-lhe uma tremenda descompostura, a que não faltaram referências um tanto desrespeitosas à progenitora do malicioso, pecaminoso e corrompido estrangeiro, o qual procurava desculpar-se em várias línguas.

Fingindo a maior indiferença, passei de largo, com meu passo tranqüilo, admirando a beleza do céu azul de verão. E nunca mais passei por perto, pois, como dizem, o diabo é sujo e está sempre nos tentando.

* * *

Afinal um dia fui convocado pelo Komintern e me ofereceram um passeio pelo interior da Rússia, antes de partir. Eu já havia pensado nessa possibilidade e expliquei que não podia aceitar, por dois motivos: o primeiro era que em Outubro se realizariam eleições para a Câmara Municipal do Rio e eu devia estar presente, embora não fosse eleitor — eu ainda não tinha 21 anos — para ajudar na propaganda. E, em segundo lugar, porque em novembro eu tinha de prestar exames. Assim, deram-me alguns dólares para as passagens de volta, até o Brasil.

Vim sozinho, ou melhor, com um jovem alemão, pois Paulo e Molares já haviam regressado. De trem, passando por Riga e Varsóvia, onde fizemos baldeação, embarcamos para Berlim, que eu já conhecia. Fui ao mesmo hotel da outra vez que, pelo jeito, pertencia ao Partido, pois todos os delegados passavam por lá. Aí encontrei um companheiro da JC do Uruguai e combinamos voltar pela Itália “para conhecer”, tomando o navio de regresso em Gênova. A idéia não era das mais brilhantes pois na Itália estava Mussolini, com seu feroz anticomunismo e nós tínhamos as malas cheias de documentos, prospectos de propaganda, livros, comprados em Moscou. Mas, a juventude é uma doença terrível, e afeta, mais que tudo, a inteligência. De modo que fomos mesmo. Felizmente nossas malas não foram revistadas na alfândega. Éramos estudantes em férias. Somente nos perguntaram se tínhamos “cigarette” e eu me limitei a sorrir, mostrando o meu cachimbo, comprado em Moscou, e que mal fora usado, pois era difícil encontrar bom fumo naquela cidade. Aliás, o cachimbo era alemão.

Ficamos dois ou três dias em Gênova, à espera do navio — o Conte Verde — vendo espíões de Mussolini por toda a parte, mas nada nos aconteceu e afinal embarcamos. A 3.^a classe, cheia de emigrantes, a maioria para a Argentina, era suja, com péssima alimentação e ninguém parecia importar-se muito com eles, isto é, conosco. Fiz amizade com um engenheiro italiano, jovem ainda, que ia para a Argentina em busca de trabalho e queria que eu lhe ensinasse espanhol. Ao fim de 14 ou 15 dias, que durou a viagem até o Rio, eu cheguei a aprender com ele o italiano, mas o coitado não conseguiu aprender espanhol. Espero que tenha tido êxito, o êxito que lhe desejei, pois que era um bom rapaz, antifascista, filho de socialista, neto de anarquista. Foi, pelo menos, o que me contou.

Chegando ao Rio, logo mergulhei novamente na atividade. Fiz palestras, reuniões, conferências, dentro do Partido e da Juventude, sobre o que eu vira na URSS e logo nos atiramos ao trabalho de propaganda do BOC para a eleição de Otávio e Minervino de Oliveira, os quais, afinal, foram eleitos. Fora realmente uma grande vitória, para a qual todos trabalharam, pregando cartazes, fazendo comícios em portas de fábricas, porque não tínhamos dinheiro. Muitas vezes saíamos, à noite, Otávio com um pote de cola, eu segurando uma pequena escada, Paulo

com um maço de cartazes, e íamos pelas ruas desertas, colando nas paredes.

Aproveitei cada minuto para estudar as matérias das cadeiras do 5.^o ano, que não eram tão difíceis. A prova é que consegui passar em todas, o que me fazia acreditar que Deus era, pelo menos algumas vezes, simpaticamente dos comunistas.

De minha família não tinha notícias, senão por uma ou outra carta que recebi em Moscou, do Artur e do José. Ao chegar, logo recebi cartas de Recife, pedindo-me que nas férias fosse lá, mas era impossível. O trabalho era muito; além disso, em fins de dezembro se realizava o III Congresso do Partido e, logo a seguir o I da JC.

Não falei muito sobre esse III Congresso, pois Astrogildo se refere a ele em seu livro já citado sobre a formação do Partido.

Mencionarei, apenas, os assuntos tratados pois a ordem do dia, por ser muito extensa, depois foi resumida com a junção de várias questões em uma só: 1) A situação política nacional e a posição do Partido Comunista; 2) A luta contra o imperialismo e os perigos de guerra; 3) O trabalho do Partido nos sindicatos; 4) Sobre a Questão Camponesa; 5) Sobre o Bloco Operário e Camponês; 6) Sobre o Socorro Vermelho; 7) Sobre a luta contra o Fascismo; 8) Sobre a questão esportiva; 9) Sobre a cooperação revolucionária; 10) Sobre a imigração; 11) Sobre a questão dos inquilinos; 12) Sobre a Organização do Partido; 13) Sobre a Juventude Comunista; 14) O Partido em São Paulo; 15) A questão da Oposição; 16) Moções diversas: à Internacional Comunista, ao Secretariado Sul-Americano da IC, e aos Partidos irmãos da América Latina, aos PC do Paraguai e da Bolívia, ao general Sandino, aos PC da América do Norte e da Inglaterra, e finalmente ao PC da URSS.

(A maioria dos documentos, teses e resoluções desse Congresso, encontravam-se com Astrogildo, até pouco tempo antes do seu falecimento, ocorrido creio em 1967.)

Mas não posso deixar de mencionar o papel que nele desempenhei, embora pareça imodéstia — papel aliás bem amargo, dado o meu temperamento. Estava em discussão o comportamento dos nossos dois vereadores na Câmara, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira e minhas palavras foram de uma violenta crítica ao que me pareceu ser uma política de conciliação e cooperação com a burguesia. Eu achava — e com pouca razão, aliás —, que nossos vereadores se estavam comportando como dois políticos burgueses, tratando de pequenos problemas tais como calçamento de ruas e outros similares, deixando de lado “os grandes problemas políticos do País”. Além disso, depois que entraram na Câmara, haviam-se esquecido das massas, e que eles deviam voltar às portas das fábricas, “para prestar contas” às massas, de suas atividades parlamentares. Como consequência desse meu ataque, Otávio foi reeleito para o comitê Central — como passou a chamar-se a antiga CCE —, mas foi excluído do Bureau Político. Receio que ele nunca me

perdoou isso. Além da vereança, ficara responsável pela direção do nosso jornal **Classe Operária**. Em troca, eu fui eleito membro do CC, com a responsabilidade de preparar um companheiro para me substituir eventualmente na direção da JC, pois tinha completado em novembro 21 anos e devia agora ingressar no Partido.

O Congresso da JCB se realizou a seguir (janeiro de 1929), no mesmo local, e reuniu cerca de 15 delegados, do Rio, S. Paulo, Campos, Niterói, Vitória, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. É pelo menos o que me lembro, pois os documentos desse I Congresso se acham desaparecidos, provavelmente nas mãos da polícia.

Devo lembrar um fato curioso: pouco depois de chegar ao Brasil Astrogildo recebeu um telegrama de Moscou, a mim dirigido, indagando da ordem do dia do Congresso da JC. Respondi, igualmente por telegrama. E poucos dias depois tornei a receber outro, dizendo que deveria incluir na ordem do dia o "trabalho antimil", o que significava "antimilitarista", ou seja, propaganda entre a juventude das forças armadas. O curioso é que o Brasil não tinha relações com a URSS e, não obstante, os telegramas foram trocados abertamente, e... nada aconteceu. O "trabalho antimil" foi colocado na ordem do dia e fui encarregado de dirigi-lo pessoalmente, por ser altamente secreto.

Esse Congresso da juventude resolveu ainda intensificar nossa atividade nos setores recreativos e culturais, dando maior atenção ao Centro de Jovens Proletários, já fundado e que congregava jovens de todas as tendências, com fins esportivos e culturais. Ele já nos havia trazido excelentes rapazes e moças para a JC. Também havíamos decidido esforçar-nos junto aos sindicatos para a criação de departamentos juvenis, a fim de atrair para eles os operários mais jovens. (Mais tarde, depois da Revolução de 30, os menores de 18 anos foram proibidos de participar dos sindicatos).

No novo Comitê Central que se formava, entraram alguns novos elementos eleitos pelo Congresso. Eu participava do CC (antiga CCE), desde 1927, mas fora **cooptado**, como se dizia quando alguém era convidado a participar do mesmo sem haver sido eleito, mas agora eu fora **eleito**, o que tinha uma significação mais honrosa.

Também foram eleitos, entre outros cujo nome não mais recordo, Fernando Lacerda, irmão de Paulo, médico e funcionário público (trabalhava em um hospital da Prefeitura), em cujas idéias se misturavam um pouco de teosofia e um pouco de anarquismo, e depois se passou para o marxismo sem abandonar as primitivas ideologias. Entrou também Mário Grazini, operário linotipista e grande líder e ativista do meio sindical, um excelente companheiro, muito inteligente, embora, na sua condição de operário, não tivesse muita instrução. Mas isso era quase um quadro geral do Comitê Central do Partido. Recordo também José Casini, operário metalúrgico, que depois foi eleito secretário geral do Comitê Regional do Rio. Havia ainda o Vilanova, guarda-livros no

Espírito Santo, aliás um dos fundadores do Partido, mas que nunca se pudera dedicar inteiramente ao movimento.

Também da JC ingressaram novos elementos no CC, quase todos jovens operários. Manuel Karacik e Artur, foram alguns deles, embora não operários. Dentre estes destacavam-se sobretudo, um rapaz bem escuro, que fora lavrador em Pernambuco, o Justino Lourenço, grande elemento, inteligente e combativo, embora fosse quase analfabeto. Praticamente aprendeu a ler dentro da Juventude. Outro membro novo era Russildo Magalhães, operário pintor, da Construção Civil, assim como Brasilino, ambos negros. (Era para nós uma questão de honra ter no CC não apenas operários, mas também negros, o que era uma forma de lutar pela sua elevação cultural e social e sua integração nas lutas políticas). Russildo seria um pouco mais tarde mandado para a Escola Leninista, como bolsista, em Moscou. Lembro ainda Pedro Magalhães, operário metalúrgico, Arlindo Pinho, que trabalhava na ocasião na prefeitura.

Na verdade, depois do Congresso, o movimento juvenil havia crescido muito, assim como o Partido, que criara vários sindicatos, entre os quais, o dos gráficos, já mencionado, e o dos marceneiros e carpinteiros (ATIM), entre os quais se destacava Roberto Morena, que ainda não havia ingressado no Partido, pois vinha do movimento anarquista. Não devo esquecer um casal de jovens, ambos com 18 anos, e que acabavam de chegar da Romênia como imigrantes e que desempenharam grande atividade na JC e posteriormente no Partido: N. G. e L. G., excelentes companheiros e tremendamente ativos. Já tinham um filhinho de meses, nascido no Brasil, que depois se tornaria também militante ativo da JC. Seus nomes voltarão a estas páginas por várias vezes. Mas não foram membros do CC por serem estrangeiros.

Ao encerrarmos o Congresso fizemos uma pequena festa no próprio local, em regozijo, e o que é mais, tiramos uma fotografia na qual aparece a maioria dos delegados da JC e alguns membros do Partido. Essa famosa fotografia, hoje em mãos da polícia, serviu posteriormente para prender muita gente que ali figurava, eu inclusive. Mas isso foi muito tempo depois.

Minha situação mudara. Em vez de ser representante da JC no CC do Partido, eu era agora representante do Partido no CC da JC. Isso significava que eu não me desprendera completamente do movimento juvenil. Além disso, eu havia sido encarregado do "movimento antimil", que era uma tarefa da JC.

Começava o ano de 1929 e estávamos animados, em grande atividade, com todas as aparências de um Partido verdadeiramente organizado, e com grande número de camaradas transformados em "revolucionários profissionais", como queria Lenine. Não sei como viviam, pois o PC e a JC pouco tinham para lhes dar. Mas esses companheiros viviam para o movimento e pelo movimento e, nessas condições, comer e vestir

eram coisas secundárias. Comia-se no **china**, quando havia dinheiro, ou na casa de algum companheiro, hoje aqui, amanhã ali, dormia-se onde era possível, na casa de um ou de outro, às vezes no próprio local da reunião, quando esta acabava tarde.

Eu era ainda dos mais felizes, pois recebia ainda uma pequena mesada de casa (eu estava então no 6.º ano) e quando podia, fazia algumas traduções. E morava ainda na Pensão Avenida. Mas outros, sobretudo os jovens operários, tinham menos do que isso, pois haviam sido “desligados da produção” o que significava que se haviam tornado “revolucionários profissionais”.

Logo após o Congresso Otávio foi chamado a Buenos Aires para participar de uma reunião do Secretariado Sul-americano da IC que acabava de ser fundado naquela cidade. Nessa reunião fora muito criticado e seu livro **Agrarismo e Industrialismo**, condenado como demasiadamente **esquemático** e falso, pois colocava a revolução brasileira como uma luta entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. Também as críticas que lhe haviam sido feitas durante o III Congresso foram consideradas justificadas. Com isso, sua situação na direção do Partido se tornara precária. Mas Otávio era um homem honesto, um revolucionário sincero. Reconheceu que havia errado, e se manifestara disposto a aceitar qualquer tarefa de menor importância. Sua atividade, todavia, era limitada, e diminuiu ainda mais no decorrer do ano de 1929, por ser muito visado pela polícia, e preso a três por dois. Era encarregado da redação e direção do **Classe Operária**, e tinha como auxiliar o Danton Jobin. Tivemos muitas reuniões antes e depois disso, em sua casinha de Santa Tereza. Era casado com uma mulher inteligente e culta, Laura Brandão, que escrevia belos poemas, e tinha mesmo um livro publicado. Os dois eram muitos ligados e tinham três filhas, todas com nomes russos, de origem anarquista. Eram nomes difíceis, e não consigo lembrá-los. Estão vivas e provavelmente casadas e com filhos, e me absterei de falar mais sobre eles. (Foram educadas na União Soviética, onde Otávio esteve exilado por muitos anos). Mas era agradável visitar a casa deles, onde tudo estava sempre bem arrumado, e sempre havia um cafezinho para nos servir. Bem ao contrário da casa de Fernando, que ficava na Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana. Sua residência era como uma casa de loucos, pois nunca nada estava em seu lugar, se é que havia lugar para alguma coisa. Havia livros na cozinha e panelas no quarto de dormir. E sua mulher, a que chamávamos Cina... Bem, falarei depois sobre ela. Nesse tempo ela ainda não estava no Partido: era apenas “a companheira” de um dedicado ativista e a respeitávamos. Tinha o casal duas meninas e um garoto, e hoje devem estar todos casados e com filhos, e fora do movimento político. Mas ainda haverá notícias deles nestas páginas.

* * *

Neste novo ano de 1929 aconteceram muitas coisas importantes para a história do Partido e para mim pessoalmente. Logo após o regresso de Otávio, Astrogildo recebeu um convite do Komintern para visitar Moscou a fim de estudar com ele o “problema brasileiro” ou seja o problema do “caráter da revolução brasileira” um tema que parecia eterno e inesgotável, pois nunca chegávamos a uma conclusão. Pois que o Brasil, cujo tamanho e importância acabavam de descobrir (tenho a impressão de que em Moscou nunca haviam olhado antes um mapa da América Latina) deveria receber uma atenção maior, muito embora dessem mais importância à Argentina, cujo Partido Comunista era mais forte e sobretudo porque tinha mais conhecimentos de marxismo-leninismo e influência muito maior, em virtude da mesma língua, sobre toda a América Latina.

Astrogildo embarcou para uma viagem de três meses, mas lá ficou durante um ano, todo o ano de 1929.

Para substituí-lo na Secretaria-Geral do Partido era preciso encontrar alguém suficientemente capaz. E então nos lembramos de Cristiano Cordeiro, lá de Recife. Mas Cristiano não queria aceitar a tarefa: tinha um emprego e precisava sustentar a família, mulher e filhos. Prometemos-lhe um ordenado razoável e depois poderia chamar a família para o Rio. Acabou aceitando mas, ao fim de dois ou três meses, não resistiu às saudades, e pediu demissão do cargo e licença para voltar a Recife. Apesar de nossa insistência, não conseguimos demovê-lo de suas intenções. Infelizmente, não eram apenas saudades, mas é que ele sentia que a tarefa e a responsabilidade eram superiores às suas forças. E, sobretudo, não estava acostumado ao nosso ritmo de trabalho, pois não tínhamos hora nem para dormir nem para comer. Afinal, partiu.

Tivemos de eleger outro secretário e nos lembramos de Paulo Lacerda que era afinal membro do Bureau Político, pessoa de confiança e teoricamente bastante capaz. Infelizmente ele era a negação da ação. E, nas horas decisivas, não sabia tomar decisões. Mas, assim mesmo, aceitou o cargo, onde se manteve alguns meses.

A situação no País se havia agravado. A crise do café se prenunciava, por toda parte se falava em revolução, em Prestes, no problema sucessório e o desemprego começava a jogar operários na rua. Por outro lado a polícia que, embora fechando o Partido, permitia ainda uma certa liberdade sindical, começou a invadir e a fechar sindicatos. Era a reação aberta, de acordo com o pensamento do Presidente Washington Luís, para quem “a questão social era apenas um caso de polícia”. E o Partido era fraco para tentar sequer mudar as coisas, embora, por nossa influência, muitos sindicatos tivessem resistido à invasão policial, à bala, como aconteceu no sindicato dos metalúrgicos (que era também a sede do Centro de Jovens Proletários) e no da Construção Civil. Também a UTG e a ATIM, que usavam o mesmo prédio para a sede, para

ficar mais barato, foram invadidas e fechadas. Muitos companheiros foram presos.

Aproximava-se o 1.º de Maio e era uma tradição do Partido e dos sindicatos comemorá-lo com manifestações de rua. A atitude da polícia fazia prever violências. Mas assim mesmo resolvemos tentar, fazendo correr volantes pelas fábricas e sindicatos convocando os trabalhadores para um comício nas escadarias do Teatro Municipal, na Praça Floriano, atual Cinelândia.

Nessa ocasião já havíamos introduzido algumas alterações na direção do Partido. A perseguição policial dificultava reuniões numerosas, mesmo clandestinas. Por outro lado era necessário que os mais responsáveis dirigentes estivessem em contato permanente entre si, para dar solução rápida aos problemas que surgiam diariamente. Assim, foi criada a **troika**, um comitê de três membros do Bureau Político, que se encontrariam diariamente em locais diversos: Paulo, Pimenta e eu. Depois, Paulo foi substituído por seu irmão Fernando e Pimenta frequentemente substituído por Grazini, pois ambos eram os nossos principais responsáveis pelo trabalho sindical, Paulo ou Fernando pela Agitação e Propaganda e eu pela secretaria geral e organização.

O comício se realizou no dia 1.º no local programado e na hora prevista, mas foi, como esperávamos, violentamente dissolvido. Começava a falar Minervino de Oliveira, um de nossos dois vereadores, quando policiais e tiras (ou **secretas**) cercaram o povo aglomerado nas escadarias do teatro e começaram a bater, como sempre, indiscriminadamente. Foi dissolvido o comício. Mas nossa imprensa clandestina o considerou de qualquer modo, uma vitória. Foi mantido o moral dos trabalhadores e a confiança no Partido. E prometíamos “novos combates mais decisivos”.

Passado o 1.º de Maio, tínhamos agora dois problemas de certa importância a resolver: o primeiro consistia em mandar três delegados a I Conferência Latino-americana dos Partidos Comunistas que se deveria realizar em junho, em Buenos Aires, convocada pelo Secretariado Sul-americano do Komintern, lá sediado. O objetivo era examinar a situação dos PC da América Latina em face das resoluções do VI Congresso da IC. Significava também que a IC estava começando a entender a importância da América Latina, embora não os seus problemas e muito menos as suas soluções. Iríamos discutir essas questões. Os delegados indicados foram Mário Grazini, Danton Jobin e eu como chefe da delegação.

Havia um outro problema: procurar entrar em contato com Luis Carlos Prestes e seus amigos, que se encontravam em Buenos Aires. Eleições eram previstas para o ano seguinte e era nossa intenção apresentar um candidato. Se Prestes aceitasse ser nosso candidato, acreditávamos, poderíamos ter oportunidade de dar um novo caráter à nossa luta, procurando “unir o proletariado à pequena burguesia que acompa-

nhava Prestes”, já transformado em Cavaleiro da Esperança pelo jornal **A Esquerda**, dirigida por Pedro Mota Lima. Seria o começo de uma aliança de classes, capaz de levantar o povo e levá-lo à conquista do poder. Eu deveria aproveitar a viagem a Buenos Aires para conversar com ele. Levei uma credencial do Partido e outra que me deu Maurício de Lacerda, irmão de Paulo e Fernando, que nada tinha de comunista nem gostava dos comunistas, mas admitia essa aliança. Além disso, Maurício de Lacerda era considerado uma espécie de “representante civil” de Prestes no Brasil. (Seu representante militar seria, na ocasião, o capitão Silo Meirelles.) Eu levava as credenciais ocultas na costura da lapela do paletó.

Do ponto de vista de organização e entrosamento entre as atividades dos diversos Partidos, a reunião teve êxito. Mas do ponto de vista político, já não podíamos dizer o mesmo. E isso devido às peculiaridades da situação de cada país, da correlação de forças em luta, da potência ou da influência dos diversos Partidos em seus respectivos países. Algumas coisas já sabíamos: não podíamos cogitar de “revolução proletária”; era indispensável conquistar uma boa base entre os camponeses e nem todos os que trabalhavam no campo eram camponeses. No Brasil, por exemplo, tínhamos, sobretudo, “trabalhadores agrícolas”. A aliança com os camponeses ou trabalhadores agrícolas, era indispensável e, no Brasil, mal tínhamos olhado para eles, até agora. Além disso, nos confrontávamos com um problema completamente novo para o Brasil: o dos índios. Não podíamos pensar em índios no Brasil, que consistiam em uma pequena minoria sem personalidade jurídica, não assimilada, vivendo isolados em sua civilização, ao contrário do que acontecia com os índios da Bolívia, do Peru ou do Paraguai, que estavam de certo modo integrados na civilização e sentindo o problema da terra, mais ou menos como os trabalhadores e camponeses brancos seus compatriotas, queriam a terra e lutavam por ela. No Brasil o problema era completamente diferente.

Se outro proveito não tiramos da Conferência, alguns desses problemas ficaram em nossas mentes, como outros enigmas a resolver. Mas não os resolvemos.

Nossa esperança consistia em conquistar Prestes e usar o seu prestígio nacional, popular, para ganhar as massas e, sem querer, caminhávamos para a idéia de um governo mais ou menos liberal, em que algumas reivindicações operárias e camponesas seriam resolvidas de forma quase patriarcal. Foi nesse sentido que combinamos, no Rio, antes de minha viagem, o teor da conversa preliminar com Prestes. No tempo disponível, procurei-o na **Calle Callo**, onde tinha um escritório de corretagem ou importação de café. Já contei por alto esse encontro no 2.º volume de minha **História Sincera da República**. Aqui relembro alguns pormenores.

Tivemos, na realidade, vários encontros. No primeiro deles não reconheci nem Prestes nem seus companheiros, pois seus retratos apareciam na imprensa barbados e estavam todos, agora, sem barba. Havendo-me apresentado, com minhas duas credenciais, Prestes me apresentou aos seus dois companheiros: Siqueira Campos e Juarez Távora. Pareceram-me três jovens, muito jovens, e seu aspecto nada tinha de revolucionário. Prestes devia ter 32 ou 33 anos e Siqueira Campos parecia ainda mais jovem. Mas também eles se admiraram, quase não acreditaram que eu era representante do PCB: quase imberbe, eu tinha "cara de menino", embora já tivesse 21 anos feitos.

Desfeitas as primeiras surpresas entrei no assunto. Prestes aceitaria ser nosso candidato? Pediram-me um programa. À noite, no hotel, preparei um projeto de programa, um pouco mais para a esquerda do que havíamos pensado anteriormente, embora dentro do espírito que havia guiado o Partido até então: ele me daria oportunidade de "regatear" um pouco. No dia seguinte, novo encontro. Discutíamos andando pelas ruas, parando de vez em quando para um cafezinho à moda muito brasileira. E depois, conversávamos sobre outros assuntos, como se fossem pequenas pausas para meditação, sobre seus problemas financeiros, sobre as possibilidades da intervenção americana no caso de uma revolução mais radical no Brasil, sobre a conveniência ou não de participarmos das eleições, e mesmo outras coisas não diretamente ligadas ao nosso assunto. Prometeram-me uma resposta para o dia seguinte. E, no dia seguinte, trouxeram-me uma contraproposta: eles aceitariam se fossem feitas algumas modificações no nosso programa, que consideravam demasiadamente radical, pois falava, entre outras coisas, de "anular nossas dívidas externas", que lhes parecia absurdo e temerário.

Eis o projeto de programa por mim apresentado e a contraproposta, o projeto apresentado por Prestes e seus companheiros:

- a) Nacionalização da terra e divisão dos latifúndios;
- b) Nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas;
- c) Abolição das dívidas externas;
- d) Liberdade de organização e de imprensa;
- e) Direito de greve;
- f) Legalidade para o PCB;
- g) Jornada de 8 horas, lei de férias, aumento de salários e outras melhorias para os trabalhadores.

A contraproposta de Prestes:

- a) Voto secreto;
- b) Alfabetização;
- c) Justiça;
- d) Liberdade de imprensa e organização;
- e) Melhorias para os operários.

De acordo com essas conversas preliminares pude deduzir que seus pensamentos divergiam quanto ao rumo a tomar. Para Juarez, esse caminho era apenas um golpe militar, uma quartelada, embora ele jamais usasse essa palavra: ganhar aliados nas forças armadas, uma conspiração bem sucedida, e, de repente, prendiam o Presidente e poriam Prestes no Governo, de preferência sem o Partido Comunista. Confessava-se muito católico, muito crente em Deus, achava que os comunistas eram perigosos. Dizia-o francamente, embora não me tratasse com hostilidade. Os comunistas, pensava ele, poderiam ajudar, "com os seus operários". Siqueira Campos pensava em "armar os operários" e colocá-los às ordens de Prestes, imaginando uma nova Coluna Prestes a varar os sertões e, dessa vez conquistando cidades e derrotando as tropas do governo. Prestes, todavia, admitia a possibilidade de uma aliança política e gostaria de se inteirar mais sobre o comunismo e o marxismo. Ele recordeva que já havia recebido alguns materiais e outros documentos, das mãos de Astrogildo, dois anos antes. Prometi-lhe mais, o que consegui com o Partido argentino. Devo acrescentar que, fora Danton e Grazini, meus companheiros de delegação, ninguém mais, em Buenos Aires, sabia desses encontros a não ser Codovilla, que era então o secretário geral do Partido argentino. Foi Codovilla que escolheu o material que pouco depois eu entregaria a Prestes e seus companheiros: resoluções do VI Congresso, livros de Lenine, de Marx, materiais do Partido Comunista argentino etc. Pelo visto, esse material produziu seus efeitos porque um ano depois Prestes lançaria seus célebres Manifestos, pelos quais se mostrava mais comunista que os comunistas.

Encarando o assunto do lado humano, o que mais me preocupou nesses meus encontros foi o fato de que nem Prestes nem seus companheiros riam, nem mesmo sorriam, não tinham senso de humor, não gostavam de piadas, ou não as entendiam. Para o meu gosto, eram sérios demais. Foi essa, pelo menos, a impressão que me deixaram. Mas, é claro, isso em nada os desmerecia, considerada a coisa do ponto de vista revolucionário: eu não estava procurando companheiros para uma noite alegre, mas sim aliados para fazer uma revolução. Era o que eu procurava entender. Mas, o mais singular de tudo é que, na minha volta ao Brasil, contando essa impressão ao Paulo, para minha surpresa, ele me disse que eu também não sabia rir. Era sério demais!... Logo eu, que gostava de ouvir e contar **anedotas**, como dizíamos naquela época...

Fora isso, a impressão que me deixara Buenos Aires, era a de uma cidade de tangos. Ouvíamos tangos por toda parte, inclusive nos cinemas, antes de começar o filme, mesmo nos intervalos das reuniões da Conferência, na sede do Partido. Como no Brasil há sempre alguém com um violão em punho, sempre havia, em qualquer grupo, alguém com um bandolion e a voz de macho, para cantar **La Cumparsita**, **Caminito** ou **Fumando Espero**. E a onda estava entrando furiosamente no

Brasil, onde o samba mal começava e Noel Rosa lançava **Com que Roupa e Conversa de Botequim**.

E ainda havia o frio de rachar que tínhamos, os brasileiros, de enfrentar com nossas roupinhas frescas de carioca, até que me deram um casacão enorme que me salvaria, mais tarde, de morrer de frio.

De volta ao Brasil, dias depois dos meus companheiros, por via das dúvidas, desembarquei em Santos, seguindo depois para S. Paulo, onde entrei em contato com os camaradas de lá, que não eram muitos, e fiz uma pequena exposição do que havia visto e ouvido. De S. Paulo, rumei para o Rio.

Houve pelo menos duas reuniões do CC para ouvir o meu relatório. Expus também o meu ponto de vista: nossos encontros com Prestes não tinham futuro, a revolução que ele queria era diferente da nossa, e nós tínhamos de fazê-la com ele ou sem ele, de preferência sem ele. Todavia meu ponto de vista não foi aprovado: tínhamos de preparar-nos para uma "terceira explosão revolucionária (considerando as de 1922 e 1924), de acordo com as resoluções do nosso III Congresso e, ao mesmo tempo, manter nossas relações com Prestes, diretamente ou por intermédio de seus representantes no Brasil, embora não pudéssemos aceitar seu programa.

Nessa ocasião o nome de Prestes e sua figura lendária de Cavaleiro da Esperança, já estava dominando o País e, inclusive, penetrara no nosso Partido. Era o começo do **prestismo**, que iria dismantlar o Partido nesse ano de 1929 e principalmente no seguinte. Muitos camaradas começaram a aceitar a liderança do Cavaleiro, abandonando o Partido. E esse número começou a aumentar no ano seguinte, quando Prestes começou a lançar seus manifestos, rompendo com seus antigos companheiros e buscando o apoio do PCB.

* * *

Estávamos em julho, férias na Faculdade, e eu estava cansadíssimo e saudoso de minha família, meus pais e irmãos, que eu não via há mais de dois anos. Pedi uma licença de um mês — que se prolongou a quase dois — e voltei ao Recife. Depois de alguns dias de repouso, aceitando um convite do José, que estava morando em Cachoeira, no interior da Bahia, como gerente da agência local do Banco do Brasil, embarquei de novo e fui para lá. Era uma cidade pequena que tinha algumas ruas e uma ponte sobre o Rio Cachoeira, que nos levava a S. Feliz, cidade fronteira. Visitei plantações de fumo, vi a gente miserável que trabalhava nessas fábricas, quase toda composta de mulheres e meninas esqueléticas, visitei algumas fábricas de charutos, conversava com José, interessado em minhas aventuras e sobretudo em minha viagem a Moscou — nessa época eu já não podia lhe ocultar nada e ele já sabia de todas as minhas atividades políticas — e voltei ao Rio.

Com a minha chegada, houve uma reunião do CC que passou em revista a situação do Partido e do País. Além dos boatos de conspirações e mesmo de declarações abertas da Aliança Liberal, através de seus deputados na Câmara, principalmente Batista Lusardo, de uma ação armada para derrubar Washington Luis, havia outros problemas. Em primeiro lugar uma greve dos trabalhadores gráficos, em S. Paulo, que já durava dois meses, sem perspectiva de solução. Era uma espécie de greve clandestina e burocrática, pela qual os operários simplesmente se negavam a comparecer ao trabalho, ficando tranqüilamente nas suas casas. Uma campanha financeira, que, de S. Paulo se estendeu ao Rio, buscava angariar donativos para atender às necessidades dos operários parados. Mas, com isso, o espírito combativo esmorecia. Os operários, sem ter o que fazer, simplesmente se chateavam, enquanto o comando da greve lhes dava mantimentos. Havia alguns comícios clandestinos, em pequenos grupos, a que poucos compareciam e se destinavam a levantar o moral dos grevistas, cansados de não fazer nada. Compreendemos que era necessário dar mais dinamismo a essa greve. Já que não havia condições para ocupar as fábricas ou oficinas, inclusive os jornais parados, nem éramos partidários de ações violentas que alguns, muito poucos, desejavam levar a efeito, verificamos que era indispensável fazer passeatas e comícios não clandestinos, mas públicos, para despertar o interesse e a solidariedade do povo e dos trabalhadores e sindicatos de outras categorias e, se possível, ampliar a greve levando-a a outros setores. Essa resolução foi levada a S. Paulo e aí, o comando da greve se cindiu. Por fim, terminou com algumas migalhas dadas aos trabalhadores, através de um acordo, que o Partido considerou como uma vitória mas que os operários, com razão, consideraram uma derrota. Creio, segundo me recordo, que foi depois disso que os partidários de Trotsky, que eram muitos entre os gráficos, conseguiram apossar-se da direção do sindicato em S. Paulo.

Entrementes, no Rio, surgiam outros problemas. O assunto de nossas relações com Prestes e seus amigos militares e civis, estava em ponto morto. Não sabíamos o que fazer, se continuar a luta sozinhos, através das eleições que se realizariam em março do ano seguinte ou se participaríamos das conversações e conspirações que se realizavam, quase abertamente, nos meios militares e mesmo civis. Decidimos então criar, já quase no fim do ano, um **Comitê Militar Revolucionário**, de 5 membros, se não me engano, Paulo, Casini, eu e mais dois camaradas. Esse Comitê teria por objetivo manter e estreitar relações com os oficiais envolvidos nas conspirações, estar alerta para o momento em que se iniciasse "a 3.^a explosão revolucionária", e participar dela com armas na mão, se possível, com formações **paramilitares**, que deveríamos organizar: seria uma espécie de **Rote Front** alemã, com armas oferecidas por militares amigos.

Cheguei a manter contatos e pequenas reuniões com alguns militares, dos quais me lembro do Tenente Braga Mury e do Capitão Cordeiro de Farias. Algumas reuniões eram feitas na Praia do Leme, onde os encontrava em roupas de banho. E, como se fôssemos simples banhistas, conversávamos e planejavamos por alto, o que podia ser feito no sentido de criar um grupo revolucionário de operários armados.

Uma ou duas vezes estive com o Capitão Estillac Leal, que se achava preso e hospitalizado no Hospital Central do Exército, onde eu ia visitá-lo, como se fosse seu parente, pois estava incomunicável. Na verdade, tudo não passava de "conversas preliminares" mas que se eternizavam.

Nenhum deles, todavia, soube de minha outra atividade: o trabalho "antimil", pelo qual eu mantinha relações com os baixos escalões das forças armadas, por meio de células do Partido, principalmente na marinha (navios) e entre os fuzileiros navais. Tínhamos até um jornal semanal chamado **O Triângulo de Ferro**, cujo emblema era um desenho em que apareciam, de mãos dadas, um operário, um camponês e um soldado. Esse jornal passou a chamar-se, depois, quando eu já não cuidava dessa tarefa, **União de Ferro**, e no desenho, entrava um marinho.

A atividade e a organização dentro das forças armadas era, naturalmente, de natureza super-secreta e, na prática, só eu cuidava dele e só eu mantinha essas relações, de uma forma tal que os membros de uma célula não conheciam os de outra. Encontros eram feitos, por vezes, na estação Pedro II, no meio da multidão, na hora do "rush" o que nos dava mais segurança. Raramente eu encontrava mais de um. Passava-lhe o material necessário, dizia rapidamente o que tinha a dizer, ouvia o que o outro me contava e logo nos separávamos. Esse material consistia de tudo o que o Partido editava e instruções, por escrito, quando havia a dar. Na possibilidade de que explodisse algum movimento militar quando estivessem fora de suas bases, estabelecemos um código para cartas ou telegramas, muito simples, mas seguro, baseado em um livro qualquer, o mais inocente possível, em duplicata, um dos quais ficava comigo e outro com eles, um grupo qualquer, um código de três algarismos em que o primeiro significava a página, o segundo a linha e o terceiro a letra. Um código moroso, que todavia não chegou a ser utilizado senão a título experimental, duas ou três vezes. Mais tarde usamos o mesmo processo, naturalmente com outros livros, com os organismos do Partido em outros Estados.

De qualquer modo a organização se mantinha e tínhamos células em quase todos os navios de guerra. Para os fuzileiros utilizávamos uma oficina de alfaiataria militar, cujo dono era membro do Partido. A oficina ficava em frente ao Ministério da Marinha e uma vez por semana eu passava por lá, para deixar material e apanhar informações, o que era feito pelo sistema de colocá-los dentro de um jornal do-

brado. Encontrar-se numa alfaiataria militar era perfeitamente normal para um militar e dar um jornal a alguém, mais natural ainda. De modo que o processo não levantava suspeitas, mesmo quando havia muita gente na alfaiataria. O dono, se não me engano, chamava-se Mendonça e tinha o apelido de **Zé Alfaiate**.

Além disso, no CC começaram a surgir outros problemas. Astrogildo, de quando em quando, mandava notícias de Moscou. Na realidade, não eram notícias, mas simplesmente documentos referentes a resoluções e estudos econômicos e políticos, sobre todo o mundo. Entre esses documentos, um era da maior importância: referia-se à necessidade de **proletarizar o Partido**. Isso se devia ao fato de que, em todos os Partidos aumentava o número de intelectuais, e membros das classes médias, os quais, devido à sua maior cultura, começavam a ocupar os postos de direção mais importantes e, o que era pior, a imprimir ao movimento características mais pequeno-burguesas que proletárias. No nosso CC, todavia, a maioria era de operários, mas havia nele alguns "intelectuais": Astrogildo, Paulo, Fernando e eu, que era estudante. Mas essa proletarização foi, desde o começo, mal entendida, e não se tornou melhor compreendida quando no início de 1930 Astrogildo regressou de Moscou. E essa incompreensão causou ao Partido males sem conta.

De momento, a **proletarização** tinha apenas um sentido romântico: proletarizar-se significava, segundo alguns, abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido. A própria gravata passou a ser um sinal de tendência pequeno-burguesa. E, como contarei mais tarde, até mesmo tomar banho diário era um resquício pequeno-burguês capaz de afetar a ideologia proletária do Partido.

Orgulho-me em dizer que jamais fui afetado por essa deformação ideológica, caracteristicamente pequeno-burguesa. E a mesma roupa que eu usava para ir à Faculdade era a que eu usava para comparecer a qualquer reunião, com ou sem operários. E isso não causava boa impressão entre alguns camaradas, principalmente os de origem pequeno-burguesa e intelectuais. Estes, muitos deles se esmeravam em vestir-se mal, pelo menos quando compareciam a reuniões.

Mas o assunto não chegou a entrar em debates senão muito mais tarde.

Estávamos agora no fim do ano de 1929 e eu tinha de prestar exames. Era o meu último ano e eu gostaria de atender aos desejos e esperanças de meus pais, terminando o curso de medicina. Sempre arranjei um jeito de ler e estudar. Tinha por hábito, andar sempre com um livro de medicina (quando se aproximava o fim do ano) e eu o lia nos bondes, nos trens, quando ia a algum encontro ou reunião, lia quando estava à mesa ou quando ia ao banheiro fazer uma necessidade mais demorada. Além disso, continuava freqüentando a enfermaria do Prof. Aluisio de Castro. O fato é que passei em todas as cadeiras

exceto a de Medicina Legal. Tinha de fazer segunda época. De qualquer modo, meu pai me havia mandado dois presentes: um anel de formatura com ouro e brilhantes e um pequeno estojo folheado a ouro para termômetro e lapiseira, uma linda jóia. Eu tinha de enfrentar os fatos e não decepcioná-lo. E passei a estudar Medicina Legal, pelas manhãs, o que não tinha feito nem uma vez durante o ano. Aliás, o professor era classificado, pelos alunos, entre os mais chatos, não só da Faculdade, mas de todo o mundo, falava muito baixo e somente podiam ouvi-lo, os da chamada "turma da orquestra", a que sentava nos primeiros bancos, para serem bem vistos pelo professor. Além do mais, era uma matéria que me parecia totalmente dispensável para quem queria curar dores de barriga e perturbações cardíacas ou, ainda mais, nervosas e neuropatas. Assim mesmo, passei a estudar com afinco, para terminar o curso, sempre que tinha tempo.

Neguei-me todavia a participar do "quadro de formatura" e outras "bobagens" que passavam a preocupar os sextanistas, desde o começo do ano: paraninfos, homenageados etc. Nem tinha dinheiro para isso, pois não tinha coragem de pedi-lo a meu pai, que já tanto se sacrificara para me sustentar durante o curso, curso que eu sacrificara por "um ideal maior".

* * *

No começo de 1930 chegava Astrogildo e, nas primeiras reuniões, depois de contar as coisas que aconteceram ou lhe aconteceram em Moscou, levantou o problema da proletarização, que havia sido mal compreendido. Depois de longas discussões decidiu o CC que deveria haver "menos intelectuais na direção do Partido", pelo menos no Bureau Político. Assim, eu e Paulo fomos afastados do mesmo, e Fernando passaria a **suplente**; para nos substituir foram convocados dois operários, um ferroviário e um metalúrgico — os verdadeiros proletários —, de acordo com os conceitos em vigor. Um deles, o ferroviário, nunca compareceu a reunião alguma: não tinha tempo, pois estava quase sempre em viagem (era maquinista) e o metalúrgico, cujo nome era Miguel (José Vilar) se revelou tremendamente fraco e incapacitado para as responsabilidades que lhe queríamos atribuir. Ele gostava imensamente de exibir o seu "proletarismo", andando sujo e mal vestido (quase sempre com as roupas do trabalho, ao passo que o verdadeiro operário gosta de vestir-se bem e limpo, depois do trabalho) e falando positivamente "errado", sobretudo em reuniões de que participavam intelectuais. Alguns destes (isso aconteceu em S. Paulo, mais tarde, em reuniões das quais participavam até mesmo Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral) chegavam a ficar de boca aberta com tamanha exibição de "proletarismo". Lambiam-se de ver um "verdadeiro proletário", "autêntico", "legítimo", o operário ideal, forte na sua humildade, inteligente na sua ignorância...

Essa distorção, nova forma de distorção do sentido da proletarização, não tardou a disseminar-se pelo Partido, a ponto de alguns intelectuais menos românticos, sentirem-se mal dentro dele. Para eles eram reservadas as tarefas mais árduas e pesadas, "para se proletarizarem". E alguns o faziam cheios de si, certos de que se haviam proletarizado. Só bem mais tarde descobriram ou descobrimos, que havíamos caído em um desvio ainda mais temível: o **obreirismo**. Esse obreirismo levou anos para ser arrancado e eliminado do Partido.

Para mim, de certa forma, foi ótimo: livrava-me de certas obrigações, e isso permitiu dedicar-me ao estudo e passar no exame, o que de fato aconteceu no mês de março.

Não obstante, continuei participando do CC e mesmo do Bureau Político, embora sem direito de voto neste. Apenas tecnicamente, pois na realidade eu votava, principalmente porque minhas "tarefas" eram de grande importância, pois era o único responsável pelo trabalho "anti-mil" e pelo Comitê Militar Revolucionário, que de fato era mais uma intencção do que uma realidade.

Um dia Astrogildo trouxe meia dúzia de revólveres como contribuição de um determinado político da Aliança Liberal (creio que Antonio Carlos, governador de Minas) para "armar o proletariado". Com meia dúzia de revólveres não se podia fazer uma revolução mas... era um começo. Outras armas viriam, dizia-se. Esses revólveres foram distribuídos entre alguns camaradas do CC. A mim foi destinada uma pistola mauser calibre 22, com uma caixinha de balas. Outros camaradas igualmente receberam. Também Astrogildo ficou com uma. A Otávio Brandão, que não era do CC mas era vereador e muito visado pela polícia, deram um revólver tipo Smith & Wesson, mas sem balas. E um dia ele me pediu que trocássemos de armas, com o que concordei, na certeza de que me poderia arranjar sem a minha. Mais tarde eu compraria as balas, pensei, mas nunca cheguei a fazê-lo.

Pouco tempo depois recebi o encargo de ir a S. Paulo, a serviço do CMR e entrar em contato com os militares conspiradores de lá. Procurei o Josias Leão que eu já conhecia. Contou-me as relações, muito poucas, que havia estabelecido e levou-me ao seu apartamento na Rua Veridiana, onde morava com outro militar, um oficial do Exército (ou ex-militar) e no qual fabricavam bombas. Eram dessas bombas que a polícia classifica de "caseiras", feitas com pregos e enroladas em barbante, mas capazes de explodir com qualquer impacto: caindo no chão, por exemplo. Tinham um problema: onde armazená-las? Procurei um bom companheiro, o Antônio Mendes de Almeida, de boa família quatrocentona, ainda estudante (mais tarde recebeu o apelido de Pachá, em virtude de seus modos lentos de se movimentar) e falecido há poucos anos, o qual se propôs a guardá-los em sua casa. Por duas vezes eu mesmo me encarreguei de fazer o transporte, o que fiz, embrulhando algumas num pacote e levando-as, de bonde, à sua casa.

Era sem dúvida uma burrice, pois elas podiam estourar com qualquer movimento mais ou menos brusco, mas nem sempre nossa inteligência funciona.

Depois dessa proeza regressei ao Rio. Nesse tempo já nos estávamos preparando para participar das eleições de 1.º de Março, para as quais havia dois candidatos à presidência da República: Julio Prestes do PRP de S. Paulo, o candidato preferido de Washington Luís, e Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal. Também nós, diante da recusa de Prestes, apresentamos nosso candidato, Minervino de Oliveira, o nosso vereador. Tínhamos também candidatos para o Senado, um estivador, líder bem conhecido, e para deputados pelo Rio, onde tínhamos mais força. Para essas eleições discutimos durante semanas a necessidade de uma "palavra de ordem" ou de uma "consigna" (do vocabulário que havíamos aprendido com os argentinos), que caracterizasse nossa campanha. Escolhemos essa: "Votar no PCB é votar pela Revolução!" Pois que a revolução era a palavra de ordem, o anseio geral. Todos queriam a transformação institucional e, além disso, havia uma série de "reivindicações imediatas", referente a férias, salários, horário de trabalho etc., que a Aliança Liberal incluía no seu programa, como uma maneira de conquistar nossos partidários no seio do proletariado. E, além do mais, a Aliança Liberal tinha um grande trunfo: levantava a bandeira de Luis Carlos Prestes, dando a entender que ele era partidário da Aliança e de Getúlio. E Prestes nada disse em contrário, somente se manifestando depois das eleições e da derrota de Getúlio e da Aliança. E da nossa, pois nossos votos, para os nossos candidatos, os poucos que tivemos, eram simplesmente rasgados e inutilizados aberta e cinicamente, mal saíam das urnas. E com fiscais e tudo, que havíamos distribuído por algumas sessões eleitorais. Eu mesmo fui fiscal e assisti a esses fatos. Além disso, muitos de nossos companheiros votaram pela Aliança Liberal, acreditando que votavam em Prestes ou, simplesmente, que mais valia o pouco que a AL nos prometia com possibilidades de vitória, do que o muito que nós prometíamos sem esperança alguma. O lema de **Votar pela Revolução** de fato não funcionou. Penso porém que estávamos enganado numa coisa: o povo queria a revolução, apenas não acreditava que o Partido fosse capaz de fazê-la. Passou a acreditar mais nas promessas de Getúlio e da Aliança Liberal, que arvorava a bandeira de Prestes com a aquiescência tácita dele. O que vinha confirmar minha tese, defendida ainda no ano anterior, quando regressei de Buenos Aires, de que "não podíamos confiar em Prestes". Mas o rompimento definitivo com este, somente se deu poucos meses depois, logo que ele lançou um dos seus primeiros manifestos. Mas isso está narrado no 3.º volume de minha **História Sincera da República**.

* * *

Certa manhã fui avisado por um companheiro da Marinha, de que o Zé Alfaiate havia sido preso. E isso significava que eu devia tomar algumas providências acauteladoras. Nesse tempo eu morava na Pensão Avenida num quarto do segundo andar, que dava janela para um pátio interno, juntamente com o Raul Karacik. Era um pequeno quarto de três por três metros, contendo duas camas, uma mesa, uma pequena estante (de minha propriedade) e um grande armário de roupas. Por via das dúvidas, comecei a retirar alguns documentos mais importantes, inclusive os livros de código, para guardá-los em outra parte.

Poucos dias depois, estávamos ambos dormindo, quando batem à porta. Eram 7 horas da manhã! Quem poderia ser? Meio sonolento, pois tinha ido dormir tarde na véspera, esperei que o Raul abrisse a porta.

— Quem é?, perguntou antes de abrir.

— É a polícia, abra!

Ele abriu. E na nossa frente estavam dois secretos mal encarados, um dos quais eu conhecia de vista: o famoso Serafim Braga, gordo, a cara marcada de variola, e ameaçadora:

— Você é o Leôncio?

— Não, respondeu o Raul.

— E onde está ele?

— Não sei...

— Então você vai com a gente...

Aí me levantei e disse que o Leôncio era eu.

— Vista-se, o delegado quer falar com você.

Comecei a vestir-me lentamente, pensando no que devia fazer. Somente sabia que eu não podia ser preso, logo agora, pois ainda tinha documentos comigo e tinha de passar adiante minhas ligações, sem o que o trabalho de longos meses estaria perdido. Todavia, em poucos minutos eu estava vestido. Pedi para ir ao banheiro, que ficava no fundo do corredor. O outro secreta me acompanhou até lá. Joguei na sentina alguns endereços, lavei-me e voltei ao quarto, enquanto eles começavam a busca. Havia uma enorme mala debaixo da cama, mas esta tinha apenas roupas e alguns livros. Simulando indiferença, joguei pela janela um jornal dobrado que estava em cima da mesa, com alguns documentos dentro. Ora, um jornal velho, pensaram certamente.

Já pronto, e esperando que examinassem a estante, aproximei-me da porta e, sempre simulando indiferença, abri uma gaveta do armário, onde estava o revólver, no meio de lenços, cuecas e meias. Primeiro, tirei um lenço, o que desde logo afastou as suas suspeitas. Mas a seguir, como se tivesse esquecido alguma coisa, tornei a abrir a gaveta, mas dessa vez tirei o enorme revólver niquelado, que empunhei como se fosse um pistoleiro profissional. Fazendo cara de mau, gritei para eles:

— Vou-me embora, seus filhos da puta!

A chave já se achava do lado de fora. Abri a porta e torcendo a chave, deixei-os presos, trancados, dentro do quarto. A fechadura era antiquada, a um empurrão mais forte poria a porta abaixo. Mas eu estava armado e isso naturalmente refreou um pouco o seu heroísmo. Corri para as escadas e creio que em menos de dez segundos descí os dois andares. No térreo abri a porta do elevador, para que não se movimentasse. Atravessei a rua e tomei, em movimento, o primeiro bonde que passou rumo à zona norte da cidade. Enquanto pensava no que fazer, lembrei-me, com um sabor de vingança, que o revólver estava descarregado. E um dia o Raul, lembrando essa aventura meio rocambolesca, me contou que eles ficaram bastante chateados quando souberam, pelo próprio Raul, que o tal revólver era velho, não funcionava, nem tinha balas. Como consequência, e para não voltarem vazios, levaram-no em meu lugar.

Enquanto o bonde seguia, decidi que iria para a casa de Brasilino, um jovem negro, membro da JC e do seu CC, que morava perto, no Catumbi, na encosta do morro de Santa Tereza. Saltei na esquina da Visconde de Sapucaí e tomei outro bonde. No local devido, saltei e comecei a subir o morro. Eu conhecia a casa. Em tempo de chuva, somente era possível subir aquele morro de quatro, com ajuda das mãos, agarrando-se nos matos e nas pedras. Mas em tempo seco, podiam mesmo distinguir-se alguns degraus cavados na terra. Por eles subi, até encontrar a casa que estava procurando. Brasilino morava ali com uma irmã e uma prima, as quais também pertenciam à JC. Ele e a irmã trabalhavam fora e a prima (as duas não deviam ter mais de dezessete anos e eram de Vitória do Espírito Santo) cuidava da casa e fazia as refeições.

Cheguei à casa mal podendo respirar, sem fôlego e cansado. Depois de alguns minutos, até recobrar a respiração, pedi-lhe que desse um jeito de chamar o Brasilino que acabava de sair para o trabalho, uma construção não longe de lá. Quando Brasilino chegou contei-lhe o que se havia passado. Ele era bastante inteligente para compreender a importância dos fatos. Ficamos conversando sobre o que se podia fazer e ele achava que eu devia sair do Rio por uns tempos, sugerindo que fosse a Vitória, ficar com os camaradas de lá, “até melhorarem as coisas”. Escrevi um bilhete a Astrogildo e pedi-lhe que o procurasse em meu nome. Pedia, no bilhete, que me mandasse uma pessoa de confiança a fim de que pudesse transmitir-lhe as ligações, autorização para deixar o Rio por algum tempo e dinheiro para a viagem. Brasilino se pôs imediatamente em campo.

Enquanto ele estava fora, tornei a pensar no que devia fazer. Sim, podia ir a Vitória, mas não tinha nem dinheiro nem roupa, exceto a que tinha no corpo. Tomei um banho — o chuveiro era uma lata de que-rozene com uma porção de furos, quase ao ar livre, meio fechado por

algumas tábuas, como nas favelas — e tornei a vestir-me. E fiquei aguardando, lendo jornais. Só à tarde recebi a visita de um camarada cujo nome não recordo, mas que eu conhecia bem. Trazia-me algumas notícias: O Raul fora preso, o quarto, interditado, de modo que por enquanto nada se podia tirar de lá, nem livros nem mesmo roupa. Trazia ordens para que eu fosse a Vitória, passando primeiro por Campos, uma passagem válida para o dia seguinte à noite, e algum dinheiro. Avisava-me que eu devia ter cuidado pois a Estação da Leopoldina, onde eu deveria tomar o trem, devia estar muito vigiada. E foi embora.

Agora o problema era passar a noite ali. A casa tinha apenas uma sala e cozinha. Na sala, uma cama de casal onde dormiam as duas moças. O Brasilino dormia numa espécie de catre ou “cama-de-vento”, como alguns a chamavam, e era aberta à noite, na cozinha. Onde dormiria eu? Arranjaram com um vizinho, igualmente nosso companheiro, um colchão, que foi colocado ao lado da cama de casal e lá passei a noite. Dormi mesmo.

No dia seguinte descí o morro, e numa lojinha da Rua Catumbi: comprei uma muda de roupa — camisa, cueca, meias, lenço — do que fiz um pacote para a viagem. À tarde pus em execução o plano estratégico para tomar o trem sem passar pela entrada principal da estação: tomei vários bondes e fui parar em Bom Sucesso, um subúrbio não muito longe do centro. Lá, tomei um trem de subúrbio de volta para a cidade, que me deixou dentro da estação. Para matar o tempo até a hora da partida do trem, fiquei andando por aqui e ali, lendo jornal, até que pude entrar no vagão e me recostei, agora já mais tranquilo, com o chapéu sobre o rosto, como quem está dormindo, à espera de que o trem partisse. Afinal partiu, e pude respirar aliviado.

No dia seguinte desembarcava em Campos, e logo fui a um endereço que me haviam indicado. Lá morava um rapaz, membro da JC, muito simpático, risonho, agradável e prestativo, chamado Peçanha, o qual eu já conhecia pois estivera presente no Congresso da JC, no Rio. Ofereceu-me para ficar na casa dele pois no momento morava só.

Fiquei em Campos poucos dias. Duas reuniões foram realizadas por minha causa: uma do Comitê de Zona do Partido e outra da JC. Ambos eram pequenos e ainda fracos, embora com alguma influência nos sindicatos. Havia duas ou três células entre os operários das usinas de açúcar. Mas entre os camponeses, os que trabalhavam na lavoura de cana, ainda nada tinham conseguido. Pedi para visitar uma dessas usinas e Peçanha me levou a um passeio pelos arredores da cidade.

Num campo de plantação de cana, que confinava com a estrada poeirenta, deparamos com um jovem lavrador, de enxada nas mãos, cavocando a terra. Estavam preparando nova plantação. Era um rapaz moreno, magro, cabeleira desgrehada, vestindo calça e camisa e um toquinho de cigarro na orelha. Manifestando desejos de falar-lhe, ofereci-lhe instintivamente um cigarro que ele aceitou e guardou num bolso

da camisa. Devia ter uns 19 ou 20 anos. E aí iniciamos um diálogo que me impressionou. Na realidade, foi um monólogo:

- Você trabalha aqui há muito tempo?
- Sim senhor.
- Há quanto tempo?
- Não sei, não senhor.
- Dois ou três anos?
- Acho que mais, sim senhor.
- Como é seu nome?
- João.
- João de quê?
- Me chamam de João da Noca. Sou filho de Dona Noca.
- Você é a favor de Getúlio ou de Washington Luís?
- Não conheço, não senhor.
- Não sabe quem é o Presidente da República?
- Não sei, não senhor...
- Que dia é hoje?
- Amanhã é domingo...
- Em que mês nós estamos?
- Não sei, não senhor...
- Quantos anos você tem?
- Não sei, não senhor.
- Mais ou menos?... diga...
- Acho que uns vinte. Vou fazer serviço militar no ano que

vem...

- Sabe ler?
- Não sei, não senhor...
- Muito obrigado, desculpe ter tomado o seu tempo. Adeus...

Fomos andando. Eu estava um tanto abalado. Aquilo não era gente, era um bicho! E isso a cinco quilômetros da importante e rica cidade de Campos!

A conversa não foi exatamente o que tentei reproduzir acima. Mas foi toda nesse teor e bem mais longa. Lembrei-me dos mocambos de Recife, dos operários e operárias das fábricas de charutos de Cachoeira... Aí estava o Brasil, habitado por trinta milhões de bichos!

— Afinal, que é que vocês fazem aqui? perguntei ao Peçanha, que me acompanhava.

- É difícil com essa gente...
- E como foi que ele falou comigo?
- Você lhe deu um cigarro...
- Pois vocês podem dar a eles milhões de cigarros, disse eu, não custa muito. E mesmo que vocês tenham de deixar de fumar...
- Pois é o que vamos fazer, respondeu Peçanha, meio encabulado. E creio que o fez mesmo.

Foi num desses passeios pelo campo, que soube do assassinato em Recife, de João Pessoa, governador da Paraíba e candidato à vice-presidência da República. Não era preciso ser muito inteligente para compreender que esse fato teria sérias conseqüências e, possivelmente, precipitar a revolução. Assim, tratei de ir embora para qualquer outro lugar. Campos era o fim do mundo! E eu queria estar no meio dele, no meio dos acontecimentos.

Assim, no dia seguinte, com alguns dinheiro que me arranjaram, tomei o trem para Vitória, a cidade mais próxima que eu podia atingir, de Campos.

* * *

Com um embrulhinho na mão, toda a minha bagagem, contendo a muda de roupa e uma escova de dentes, que eu já trouxera comigo desde que saíra do Rio, desembarquei na manhã seguinte em Vitória. Tinha uma vaga idéia do nome da rua em que moravam N. e L. G., meus bons amigos e camaradas, aos quais já me referi anteriormente, e que viviam agora nessa cidade. Mas, indagando daqui e dali, pelo nome da rua, numa cidade pequena como aquela, não me foi difícil descobri-los. Fui recebido com surpresa e maior alegria, pois que sempre nos quisemos bem. Na casa deles dormi e comi durante os poucos dias que passei em Vitória. Conheci também os principais elementos do Partido e da JC, com os quais fiz, naturalmente, pequenas reuniões, e o resto do tempo eu o empregava passeando pela cidade, conhecendo suas principais atrações "turísticas", principalmente a Vila Velha, a Igreja da Penha, e até aprendi a pronunciar o nome da principal praia de lá, Jucutuquara. Conheci também um jovem bancário, da JC, que se tornaria depois um bom amigo: Augusto Besouchet, um rapaz inteligente, que falava pouco, mas demonstrava possuir grande determinação de caráter.

Outro jovem interessante que encontrei foi Vespasiano Meireles, que tinha o apelido de Parafuso, no clube de Futebol (o Rio Branco) em que jogava. Parafuso foi candidato a senador pelo Partido, nas eleições de 1945.

Mas Vitória era pouco para mim, não havia o que fazer, e eu precisava fazer qualquer coisa, ganhar algum dinheiro, embora tivesse casa, comida e roupa lavada (em Campos eu tinha de lavar minha própria roupa). E assim, certo dia resolvi sair de lá, depois de haver permanecido lá cerca de quarenta dias. Havia no porto de Vitória, uma vez por semana, um pequeno navio da Companhia de Navegação Baiana que, em sua viagem para Salvador, tocava em Ilhéus. De lá a Itabuna, onde morava agora o José com sua família, era um par de horas e decidi ir para lá. Sempre com dinheiro que me arrumavam de um modo ou de outro, e com um embrulho maior, pois tinha comprado mais uma muda de roupa, embarquei para Itabuna, via Ilhéus.

Também lá passei poucos dias. José, como sempre, me recebeu com alegria, assim como sua mulher, Diva, que era de uma família baiana de Ilhéus. Nos dias em que lá passei, tive uma vida folgada, sem reuniões ou palestras políticas. A eles narrei minha pequena odisséia, disse-lhes que ainda não tinha planos definitivos, mas que pensava em estabelecer-me como médico em Salvador, ou Recife, embora ainda não tivesse tirado o meu diploma por falta de tempo e de minha saída precipitada do Rio. Convivi com a alta burguesia cacauera daquela cidade e vi como viviam, seus hábitos e sua forma de passar o tempo, embora o cacau estivesse vivendo, como aliás todo o País, uma das maiores crises de sua história. Essa gente costumava passar a maior parte do seu tempo em Salvador, onde todos tinham sua residência, ou mesmo no Rio ou na Europa. Mas, na ocasião, o dinheiro andava curto e eles estavam por lá mesmo. Falavam dos felizes tempos em que "acendiam charutos com notas de quinhentos mil réis", os cabarés funcionando a todo vapor com "as melhores mulheres do Brasil", que lá iam fazer temporada para se encherem de dinheiro. E quase todas as noites jogavam pôquer. José, naturalmente, não seguia essa vida nem tais hábitos, era apenas gerente da filial do Banco do Brasil, o que lhe dava uma importância econômica e social muito grande e todos o convidavam para jantares ou qualquer tipo de festa. Eu o acompanhava e me limitava a ouvir as conversas, as histórias sujas que contavam, e como sabiam "manter os trabalhadores da lavoura no seu lugar". Cada um deles tinha seus jagunços devidamente armados e contavam histórias de mortes e assassinatos como se estivessem narmando uma fita que houvessem visto, sem emoção, sem alegria, mas também sem tristeza, e mandar matar um trabalhador mais ousado, era como tomar uma medida administrativa. Todos se compreendiam. E eu ouvia calado.

Quando às vezes saía em passeio solitário pela cidade e me afastava um pouco pelos arredores, até atingir os limites de uma fazenda, via apenas árvores, aqui e ali um homem esfarrapado com uma enxada na mão, mas era difícil distingui-los de um pistoleiro ou jagunço sempre vigilante para impedir a entrada de estranhos. O José me disse que era fácil distingui-los, pois os jagunços estavam sempre com um rifle na mão e não tinham a camisa rasgada.

Um dia, telegramas de Salvador no jornal local, davam notícias de um quebra-quebra que atingira quase todos os bondes da capital, e o povo revoltado estava nas ruas tocando fogo em tudo que se movesse e não fosse gente. Ao mesmo tempo chegavam notícias do Rio de que havia "qualquer coisa" pelo Sul do País e que Prestes estava a caminho, o que alarmou bastante aquela gente "pacífica e amante da paz".

Para mim, 15 dias de Itabuna era uma dose suficiente. E assim, aproveitei o pretexto para ir a Salvador, pois já era tempo de fazer

alguma coisa. Tornei a escrever ao Rio, dizendo que me dirigia à capital do Estado, pedia instruções e dava o endereço do Salomão, que nesse tempo vivia em Salvador, onde se estava instalando, na Baixa do Sapateiro, uma filial das Lojas Brasileiras.

Fui morar na casa dele, no bairro de Roma, numa casinha na praia, onde vivia com a esposa e uma filhinha de poucos meses. Conte-lhe tudo o que podia contar, sem me estender muito e dizendo-lhe que, assim que a situação se acalmasse, eu pretendia voltar para Recife, onde começaria a clinicar.

Mas logo que pude me pus em campo para descobrir os camaradas de Salvador, que eram tão poucos. Na ocasião não deviam ser mais de meia dúzia, pequeno progresso desde a última vez que lá estivera. E não sabia do endereço de nenhum deles. Mas sabia da existência de um companheiro que se chamava Costa ou Couto, ou nome parecido, não me lembro mais, e que pertencia ao Comitê Regional e era guarda-livros. Do meu amigo João Pacífico de Souza, não tinha notícias. Mas, perguntando em algumas casas comerciais, que deviam ter guarda-livros, ao fim de dois ou três dias acabei descobrindo o seu endereço, numa Rua chamada S. José de Cima. (Havia também uma rua chamada S. José de Baixo.) Encontrei-o mas não me pareceu muito disposto a cooperar, havia Estado de Sítio, a polícia estava muito ativa, tinha mulher e filhos etc.

Morava também com o Salomão, naquele tempo, um militar refugiado, metido em conspirações, amigo de Juarez Távora e que vivia com nome falso, como engenheiro: era o capitão Otávio Muniz Guimarães. Não tinha muita confiança nele, mas nas conversas à noite, às vezes eu dizia coisas que não deveria ter dito, e ele, do mesmo modo. Apenas ficou sabendo que eu tinha "certas ligações" com o Partido Comunista e que conhecera Prestes, o qual, já havendo soltado suas cartas de rompimento com a Aliança Liberal, se tornara suspeito a todos os "revolucionários" da AL. E a mim também. Ele era amigo do meu irmão, morava na casa dele, com a esposa, e tínhamos de manter relações mais ou menos cordiais. Mas, quanto mais ele se insinuava junto a mim, querendo "saber coisas", mais eu me "fechava em copas", embora sorrindo.

Um dia veio a notícia de que as tropas de Juarez iriam entrar em Salvador a qualquer momento. O Governador, embora garantido por um navio de guerra com tropas e comandadas por um general, que estava no porto, achou melhor cair fora. Fui assistir ao desfile das tropas vitoriosas, que não tinham ainda combatido, entrando, no dia seguinte na cidade. Os soldados eram todos jovens, tinham no pescoço um lenço vermelho e no rosto a expressão soberba do herói vitorioso, do guerreiro cansado, estourando de tanto amor pela Pátria. O povo jogava-lhes flores e alguns cantavam marchas militares. De repente percebi num relance, à frente de um dos batalhões, o Arquibaldo, um

bom camarada da JC. Fui atrás do batalhão e na primeira oportunidade chamei-o. Em poucas palavras marcamos um encontro para o dia seguinte.

Antes da hora marcada para o nosso encontro, já eu estava na Rua Chile, no coração da cidade, que continuava em festas, o comércio de portas fechadas. Passava um carro, cheio de militares e, no meio deles, estava o capitão Muniz Guimarães, agora fardado. Convidou-me para entrar e, como tinha tempo, entrei. Os oficiais festejavam, falavam, riam, insultavam os “carcomidos” (os políticos depostos), e que agora ia ser diferente, que iam instaurar a democracia no Brasil, acabar com os comunistas. Um deles chegou a propor: “agora vamos caçar comunistas!” Eu fiquei quieto enquanto o capitão me olhava pelo canto dos olhos. Até que fiquei cheio deles e, sob um pretexto qualquer, desci do carro.

Eu não me enganara, pensava comigo, são todos fascistas. E fui ao local combinado. Lá, encontrei o Arquibaldo, o qual me contou a sua história. Estava no Recife, engajado no exército, como “sorteado” e na hora em que o regimento do 21.º de Caçadores se revoltou, sob as ordens de Juarez, ou de quem lhe fazia as vezes, já não pudera escapar. Fora mesmo promovido a sargento, sem saber por que, e ainda não tinha disparado uma bala. Tinham vindo, havia vários dias, varando a caatinga, de Pernambuco a Salvador e agora estavam na Bahia e não podia fazer nada, pois desertar era perigoso e seus companheiros estavam todos embalados pelo doce sonho da revolução libertadora. Combinamos lançar um pequeno manifesto, para distribuir entre o povo e os soldados, “denunciando o erro trágico da quartelada que era contra o povo”. E viva o Partido Comunista e abaixo o imperialismo. Foi esse, mais ou menos, o teor do manifesto que conseguimos mandar imprimir por intermédio, ou com ajuda, do camarada Couto, ou Costa, ou Campos, não me lembro mais. Dias depois estava pronto e passamos a noite a metê-los por debaixo das portas, nos bairros operários, sobretudo na Liberdade, na Baixa dos Sapateiros e outros lugares. A assinatura era a do Partido Comunista, Comitê Regional da Bahia, coisa que aliás não existia.

Poucos dias depois a vida da cidade já estava normalizada, com um militar no governo e as forças revolucionárias comandando a vida do Estado, nos postos mais importantes. (O que me fazia pensar que os militares fazem revoluções e golpes, somente para terem algo com que se ocupar.) Também o comércio e a indústria começavam a trabalhar normalmente e os festejos da vitória, levados a efeito pelos de lenço vermelho, já estavam acabados. Não havia mais o que festejar. Agora era esperar que a revolução, o novo governo, os novos donos do País, sob o comando de Getúlio e da Aliança Liberal, fizessem alguma coisa pelo povo. E havia confiança.

Certa manhã recebi a visita de um civil e dois soldados. Eu estava preso e devia acompanhá-los a um quartel da polícia. Acreditei que, dada a nossa amizade (a do Salomão) com o Capitão Muniz Guimarães, que era agora qualquer coisa importante na nova cúpula política, minha demora na prisão seria pouca. Todavia isso não se deu e levei três meses para reconquistar a liberdade.

No mesmo dia de minha entrada na polícia, depois de esperar algumas horas em uma sala, fui interrogado por um capitão do exército cujo nome ignoro. Mostrou-me os tais panfletos contra a revolução que havíamos distribuído, fez-me perguntas sobre quem eram os comunistas da Bahia e outras perguntas inteligentes do mesmo teor. Eu me limitei a dizer que ignorava tudo, que era médico formado e que estava esperando se acalmasse a situação para voltar ao Recife e abrir um consultório. Depois de me ouvir, atacou-me de frente, que estava bem informado de quem eu era e o que viera fazer em Salvador etc. Pelas suas palavras me pareceu claro que que fora denunciado pelo capitão Muniz Guimarães, o que foi aliás, mais tarde, confirmado pelo próprio, ao Salomão, alegando que assim protegia minha vida...

Depois de duas horas de conversa, fui metido num xadrez imundo, de cimento, com uma única porta, de grades. Pedi que avisassem meu irmão, o que fizeram. Logo recebi uma cama com colchão e roupa de cama, da própria polícia. Fiquei ali uns dois ou três dias, ao cabo dos quais me transferiram para a Casa de Detenção. Esta era uma velha fortaleza, creio que construída pelos holandeses trezentos anos antes, na parte alta da cidade. Havia uma sala reservada para mim, com uma cama, colchão, um mesinha e cadeira e, pendente do teto, uma lâmpada que nunca se apagava. Havia uma porta e uma janela, ambas gradeadas dando para o amplo pátio interno, quase do tamanho de um campo de futebol. Um guarda permanente na minha porta, de arma embalada, indicava que eu estava incomunicável. No mesmo dia recebi a visita do diretor da prisão, homem simpático e amável, o qual me prometeu comunicar-se com meu irmão, a fim de que providenciasse minha alimentação, pois a do presídio não era das melhores. Mas eu não poderia receber nem livros nem jornais, nem conversar com outros presos. “Francamente”, disse-me ele, “o senhor não tem cara de perigo”... “E não sou mesmo”, respondi. Ele sorriu.

Aos poucos essa vigilância severa foi afrouxando. Para ir ao banheiro fazer necessidades, tomar banho, tinha sempre um guarda me acompanhando. Isso durou muito tempo. Mas aos poucos consegui receber um jornal, alguns livros (romances) e consegui ainda que a luz do meu quarto se apagasse às dez horas, pois a lâmpada acesa me impedia de dormir. A maior parte do tempo eu o passava deitado, pois não tinha o que fazer. A sala — ou quarto — era pequena e mal me permitia dar uns passos, para um pequeno exercício. Ao fim de um mês eu já conhecia a cara de todos os presos, que me viam passar,

através das respectivas grades, quando eu ia ao banheiro, alguns mesmo me cumprimentavam de longe, mas ninguém ousava dirigir-me a palavra. Um mês depois, pedi uma entrevista com o diretor, o qual me recebeu até muito bem. Disse que lamentava etc., mas que recebera ordens diretas do comandante da polícia militar, e me ajudaria no que pudesse. Pedi autorização para passear pelo pátio, pelo menos duas horas por dia, pela manhã e pela tarde, mesmo com o guarda atrás de mim. E pedi também caderno e lápis ou caneta, pois estava pensando escrever um romance, nada de revolucionário, apenas para passar o tempo. Respondeu-me que iria pensar no assunto e consultar as autoridades.

No dia seguinte recebi um monte de folhas de papel almaço, pena e tinta e um lápis, e o direito de passear pelo pátio. Eu aproveitava esse direito, uma hora pela manhã e outra pela tarde, para travar conhecimento com os demais presos, todos de crime comum, embora me fosse proibido. Mas a vigilância já estava cansada de andar atrás de mim. Ali era apenas uma casa de detenção, mas havia vários presos cumprindo penas. Não eram ladrões ou assaltantes, ou arrombadores, gente perigosa, mas contrabandistas, estelionatários, presos primários, condenados por agressão, coisas da "turma leve". Nesses meus passeios descobri uma cela em que estavam nada menos de cinco ou seis operários poloneses, presos como agitadores: eram grevistas e já lá estavam havia mais de dois meses, esperando serem deportados. Assim, pouco a pouco, fui organizando minha vida dentro da prisão. Nas horas do passeio, batia um papo com um ou outro preso de cara mais simpática ou comunicativa, e principalmente com os poloneses que falavam mal o português e entendiam um pouco do russo que eu aprendera em Moscou. Todo mundo sabia que eu era "preso político", o que me dava uma certa aura de respeito.

Quando não passeava, ficava indolentemente estendido na cama, pensando nos meus familiares e nos meus camaradas do Partido, pensando no que estariam fazendo naquele momento. Ou então, escrevia. Imaginei um país chamado Cafelândia, e uma capital chamada Burguesópolis. Duas quadrilhas de **gangsters** disputavam o seu domínio: uma era a Associação dos Ladrões (cuja sigla, AL, lembrava a Aliança Liberal). A outra se denominava Patifes Refinados e Poltrões (ou coisa parecida, pois a sigla devia significar PRP, do Partido Republicano Paulista). Do resto da história não me lembro. Nem sei se cheguei a terminá-lo. Mas eu me divertia só ao escrevê-lo e a imaginar a luta política transformada em uma luta de ladrões pela posse da grande mina, o tesouro público, empregando toda a sorte de artimanhas, em que uma quadrilha tentava roubar a outra, sob meios e pretextos políticos, pois tinham até mesmo Congressos, delegados e tudo o mais.

As noites é que não eram agradáveis. Por vezes eu ouvia ao longe os poloneses, que depois que me conheceram se tornaram mais alegres,

cantar a Internacional não muito alto, mas que me permitia ouvi-los. E eu os acompanhava de longe. E eles sabiam que eu ouvia. Mas o silêncio era obrigatório, e começava às 9 horas, e daí por diante somente se ouvia, ao longe, o som do vento que vinha do mar — ou ia para o mar, que estava tão próximo e ao mesmo tempo tão distante. De meia em meia hora, o silêncio era interrompido pela voz da guarda, espalhada pelo forte, no pátio ou nas torres de vigia: uma voz grave e soturna, lançava o grito:

— Sentinela!...

E outra voz respondia, como se viesse do túmulo:

— Sentinela!...

— Aléeeerta!

— Alerta estoouuu!...

Entre as minhas novas amizades estava a de um francês simpático e jovial, que devia ter uns 35 anos, e andava sempre vestido com uma camisa de seda e usava uma boina que lhe ocultava a calva já bem avançada. Não me lembro do seu nome. Estava cumprindo uma pena de sete anos, dois dos quais já havia consumido. Havia cometido um desfalque, segundo me disse e, naturalmente, era inocente. Quando nossas conversas se tornaram mais íntimas, perguntei-lhe se nunca pensara em fugir. Ele até que se alegrou com a pergunta. Disse-me que já tinha até mesmo um plano, que havia estudado com muita precisão: num dos cantos do presídio, justamente dando para a barranca do morro, havia um depósito de caixas velhas, e outras coisas inúteis, esperando a vez de serem postas para fora. Subindo nas caixas, seria fácil atingir e serrar um caibro — estavam todos meio podres — do telhado, tirava meia dúzia de telhas e depois era só escorregar pelo morro abaixo... para a liberdade. Lá embaixo passavam bondes, ônibus, mas um carro esperando, nos levaria rapidamente dali, a não ser que, o que seria melhor, cada um fosse para o seu lado. Faltava apenas... a serra.

Um dia recebo com surpresa a visita do Salomão. Disse-me que tinha obtido, com o Capitão Guimarães, uma autorização para me visitar, para me dar notícias da família, mas que a novidade era outra: havia possibilidade de eu ser libertado por **habeas corpus**. Naturalmente achei graça na sua ingenuidade. Como **habeas corpus** se não havia mais nem lei nem Constituição? Garantiu-me que um amigo dele, um Dr. Valente, um advogado que parecia ser valente mesmo, poderia conseguilo se a petição ou pedido fosse distribuído a um certo Juiz (ou desembargador) que tinha raiva da revolução e dos revolucionários e de todos os que simpatizassem com eles. E que isso poderia ser obtido por 500 mil réis. E estava tratando disso. Contei-lhe, então, que estava preparando uma fuga e que de qualquer modo, se não saísse o **habeas corpus**, eu tentaria a fuga, mas precisava de uma pequena serra. Lem-

brei-lhe que até mesmo uma pequena serra, dessa utilizada nas oficinas de ourives, existentes ainda dos remanescentes da joalheria de papai, que ele antes dirigia em Salvador, poderia servir, pois os caibros a serrar, tinham pelo menos trezentos anos. Depois de relutar um pouco, concordou, por fim. Já estávamos quase no fim de dezembro, e comecei a sonhar que poderia passar o fim do ano em Recife, junto com os meus. Uma semana depois voltou a visitar-me, com uma serra dentro de um jornal. Informou-me ainda que a petição já estava em mãos do tal juiz e que tudo sairia bem.

De fato, poucos dias depois o Diretor da prisão mandou chamar-me e, com um sorriso, foi logo entrando no assunto:

— Seu **habeas corpus** foi concedido. Mas, continuou, depois que dei algumas demonstrações de alegria e surpresa, embora eu já tenha ordens para soltá-lo, só vou fazê-lo amanhã. Por quê? Por que já há dois tiras, na porta externa do presídio, esperando o senhor sair para prendê-lo de novo. Vamos esperar o seu irmão chegar para resolver o assunto.

Salomão veio realmente e tudo foi combinado para o dia seguinte. Desde logo levou a minha maleta de roupa e todos os demais pertences, livros, papel etc. para que eu tivesse as mãos livres. No dia seguinte, por volta das quatro horas da tarde, eu estava no portão do presídio, previamente destrancado, esperando a chegada de um automóvel, conduzido por um amigo, aliás auxiliar do escritório do Salomão, e que eu conhecia: o Jesonias. Mal o carro encostou na calçada, abriu o portão e, com a velocidade de um raio (um pouco menos, é claro...) corri para o automóvel que imediatamente se afastou, enquanto os dois tiras, imobilizados pela surpresa, me olhavam com cara de idiotas.

Jesonias conduziu-me até a sua casa, onde passei a noite. Quando mais tarde voltou do trabalho, disse-me que eu não podia continuar por lá, pois já estavam rondando a casa do Salomão e possivelmente logo estariam ali onde eu estava agora. Eu devia partir no dia seguinte. Trazia mesmo algum dinheiro. Eu deveria ir para Catu, no interior do Estado, onde ele tinha uma tia, e ficar lá alguns dias para depois tomar novo rumo. Como a estação de Calçada, onde se tomava o trem, estava sob vigilância, no dia seguinte, às 6 da manhã, já estávamos em um barco a vela, especialmente fretado para “um passeio pela Baía de Todos os Santos”, rumo a uma pequena cidade, a fim de tomar o trem que, vindo de Salvador, parava ali. Devido à calmaria, levamos cerca de duas horas navegando até que atingimos a cidade, creio que Candeias. Ele foi embora e eu fiquei esperando o trem. Poucos minutos depois eu embarcava e mais tarde desembarcava em Catu.

Catu era a cidade mais atrasada do mundo. Na verdade, muito mais atrasada. Tinha uma única rua larga, que mais parecia um campo de futebol, uma velha Igreja no fundo da rua, um pequeno casario cain-

do aos pedaços, de construções de pau-a-pique, sem sequer iluminação, água ou luz, mesmo nas ruas. Ali eu não ficaria de jeito nenhum!

Fui logo procurar a tia do Jesonias, uma senhora bem idosa, que me recebeu muito bem, pois também era “crente” (Jesonias era pastor protestante e na carta dizia que eu era “crente”).

Eu estava com fome e cansado. Mas não havia nada para comer, a não ser ovos e mamão, ambos encontrados no fundo do quintal. Era uma velhinha simpática, já curvada pela idade, cabelos brancos, com todo jeito de vovó. Cozinhou ela mesma nada menos de cinco ou seis ovos, que engoli rapidamente e, por fim como sobremesa, o mamão. Depois do lauto almoço voltei à estação, onde fiquei sabendo que às 5 horas passava um trem para Aracaju.

“É nesse que eu vou”, pensei comigo. Comprei a passagem, corri para me despedir da velha senhora, apanhar minha maleta e fui esperar o trem.

* * *

A 2.^a classe de um trem, no interior da Bahia, não é o que vocês pensam, é muito pior. Naquela altura, estava superlotado e, segundo me informaram, pela noitinha muitos passageiros descem e então você pode sentar e mesmo cochilar um pouco. Criaturas de aparência humana, magras, esqueléticas, crianças choronas e barrigudas, seminuas, homens sem paletó, camisas remendadas e sujas carregando sacos de farinha que serviam de mala... Mas eu já estava mais ou menos habituado a essas coisas, já tinha visto antes criaturas dessa espécie. Assim mesmo, me sentia mal: dentro de minha roupa limpa, vestido de paletó e gravata, chapéu na cabeça, eu era ali uma figura estranha. Tentava, ao menos mentalmente, solidarizar-me com aquela gente, que fugia de um inferno para se lançar em direção a outro, em busca de um outro mundo em alguma parte... Mas eu nunca poderia ser um igual e eu lutava mesmo contra essa possibilidade. Não eram criaturas humanas, não foram feitas por Deus, eram bichos sem consciência mesmo de sua miséria, não tinham nem mesmo o sagrado ódio de classe, nem de raça. Eu estava ali, bem vestido, barbeado, penteado, homem pertencente a uma outra classe, inimiga, a uma outra raça, exploradora e expoliadora e todavia, não me odiavam, tratavam-me, até mesmo, com humildade, apenas um pouco admirados de minha presença naquele meio, em que se misturavam criaturas humanas com galinhas, porcos, cachorros, cabras, únicos bens daquelas criaturas, viajando juntos como se fossem membros da mesma família. As mulheres, de idade indefinida, muitas com um garoto pendurado no bico do seio seco, só falavam de doenças, os homens só falavam, quando falavam, de trabalho, de terras. Tentei uma conversação com um grupo mais próximo, mas logo se calavam quando eu fazia uma pergunta pessoal. Poderia oferecer-lhes cigarros, mas não tinha nenhum. Fiquei pois calado e ao mesmo tempo eu sentia

que meu coração se revoltava com o estado daquelas criaturas fustigadas pelo destino, fugindo de um lugar para outro e em todos encontrando a mesma miséria e a mesma fome. Não era nada de novo para mim. Já os tinha visto em outros lugares: as mesmas caras, a mesma roupa, o mesmo modo de ser, ou o mesmo modo de não ser... Mas naquele momento me senti predestinado: eu devia salvar aquela gente, e para isso, eu estava vivo... e solto.

Lá pelas 9 horas, o trem esvaziando aos poucos, encontrei afinal um lugar para me sentar e tratei de me acomodar para dormir. Mas era difícil, estava com fome e cansado e não encontrava posição, os pensamentos se sucediam com rapidez e, embora procurando traçar planos para os meus próximos passos, não conseguia acompanhá-los... Voltaria a Recife, voltaria ao Rio? Não sabia ainda. Lembrava-me que, desde que saíra do Rio, havia mais de seis meses, eu estava vagando sem destino, sempre para o norte: Campos, Vitória, Itabuna, Salvador, Catu... e agora Aracaju. A continuar assim, pensava comigo, breve estaria no Pólo Norte. Era preciso parar, retornar. Meu lugar era no Rio. Além disso, tinha medo de que em Recife, no aconchego do lar e de minha família, minha mãe, meu pai, meus irmãos, a vida fácil... me segurasse. Não, eu tinha de voltar para o Rio, lá eu poderia fazer alguma coisa, tarefas me esperavam, os companheiros confiavam em mim.

Tornei abrir os olhos, manhãzinha, o trem chegando em Aracaju. Tomei um quarto num hotel barato próximo à estação e fui procurar a agência de vapores. Havia passagem num Ita, para o Sul. Contei meu dinheiro e vi que dava para uma passagem de 3.^a classe e tratei logo de comprar, para evitar gastá-lo. Durante os dois ou três dias em que permaneci na cidade, à espera do navio, tratei de conhecê-la. Mas, salvo o rio que atravessava a cidade, nada havia para ver. Lá não conhecia ninguém, não tinha nenhum endereço e, assim, passei os dias deitado no hotel ou vagando à toa pela cidade.

Para evitar surpresas no meu desembarque no Rio, deixei crescer o bigode e comprei uns óculos escuros.

Por fim, embarquei. E posso lhes afiançar: se o trem de segunda classe era a antevisão do inferno, a terceira classe do Ita, entulhado de emigrantes para o Rio e Santos, era o próprio inferno. Os homens, as mulheres, as crianças, eu já os tinha visto em outras partes: eram todos iguais, em cada fisionomia se percebia o mesmo ar de cansaço, mas havia também, em alguns olhares, algo de novo: um certo sonho de esperança. Não havia aquele barulho de homens e mulheres falando e de crianças chorando, pois o ruído, parece, se perdia no mar. Mas havia o cheiro, um cheiro indefinido, em que se confundia o suor dos homens, o vômito e o cheiro do mijo das crianças. O dormitório dos homens, um salão cheio de beliches com algumas redes penduradas, poderia ser usado à noite, para repouso, mas o cheiro não deixava. Tentei, por pura solidariedade, permanecer no dormitório, mas o cheiro não deixava e as quatro

ou cinco noites que passei no navio, dormia no convés, sobre alguma lona, dessas que cobriam os porões, mas que nem chegavam a cobrir, pois no dia seguinte já estávamos em outro porto, Salvador, Vitória, e já era tempo de desarrumar tudo de novo. As criaturas se amontoavam aqui ou ali, onde havia um lugar vago, mais ou menos macio. Felizmente fazia calor e era até agradável permanecer no convés e dormir ao ar livre, sentindo o cheiro do mar e o embalo do navio que faziam adormecer as crianças, e o barulho das ondas que era como uma canção de acalanto que ajudava a dormir... De certo modo repousei. No segundo dia tentei passar para a primeira classe, para me afastar do cheiro, para o que bastava subir uma escada. Mas logo descobri que havia pessoas conhecidas de minha família em Recife e achei mais prudente manter-me afastado.

Os dias passaram rapidamente. Em Salvador, não desembarquei, com medo de que fosse reconhecido, embora não passasse de uma tolice. Lembrei-me de que, de Aracaju mandei um bilhete ao Salomão, avisando-o de que estava bem e viajando para o Rio. Mandei ainda, para o Capitão Muniz Guimarães, uma banana desenhada numa bandeja. E, para o chefe de polícia, cujo nome não recordo, uma outra banana, também desenhada, mas esta, do tipo português: de punho fechado. Mais tarde soube pelo Salomão que o seu amigo Muniz Guimarães não gostou da que mandei para ele. Foi uma pena, pois caprichei tanto no desenho.

* * *

Afinal, desembarquei no Rio. Estávamos em meados de janeiro de 1931, e fazia calor, mas esse calor típico do Rio me envolvia como uma carícia. Ali era o meu lar, não a Pensão Jarina, não a Pensão do seu Tomás, mas a cidade toda, que eu conhecia de uma banda a outra, da Avenida Rio Branco ao seu mais longínquo subúrbio, e onde eu me sentia como um peixe n'água. Antes mesmo de saber para onde eu iria, procurei o Artur no seu antigo endereço, na Rua do Rezende, ansioso pelas novidades acaso ocorridas na minha ausência. E ele as tinha, em grande quantidade.

Estava casado e já tinha um filho. Ainda trabalhava no **Diário Carioca**, com o que se sustentava. A polícia, cada vez mais ativa e vigilante. A JC, da qual ele continuava sendo o secretário geral, não crescera muito, mas tinha um bom quadro de militantes fiéis e combativos, a maioria, como sempre, de jovens operários, mas uma percentagem, maior do que antes, de estudantes. Quanto ao Partido, contou-me que uma Conferência Nacional, ou melhor, uma reunião ampliada do Comitê Central, que durara dois dias, havia destituído de seus cargos todos os seus antigos membros intelectuais, eu inclusive. É verdade que eu estava fora havia cerca de sete meses. Mas eu era intelectual e agora a luta era contra os intelectuais. Astrogildo e Paulo Lacerda haviam sido dispensados de todos os seus cargos, o primeiro sendo acusado de responsável por uma

“resistência oposta à proletarização do Partido”, e eu, por provável conivência, em virtude de minha amizade com Astrogildo. Os intelectuais, agora “deviam receber ordens dos operários”. Astrogildo e Paulo foram enviados para São Paulo, onde deviam militar no Comitê Regional e tentar a “reabilitação”. E, ao mesmo tempo, escrever uma carta ao CC em que “reconheciam os seus erros”. Uma já havia sido feita, a qual não cheguei a ler, mas não fora aceita, por parecer “insuficiente”.

Enquanto eu ouvia, mais ou menos pasmado e surpreso, os novos caminhos pelos quais enveredava o Partido, cheguei à conclusão de que, o que muitos de nós temíamos, havia acontecido: a tentativa de “proletarização”, desde o início mal compreendida, inclusive por Astrogildo, se havia transformado em “obreirismo”.

(Acho que aqui devo uma explicação ao leitor, sobre o significado real da “proletarização” e do “obreirismo”, tal como eu o entendia: A proletarização era, em suma, dar ao Partido Comunista, que era um Partido do proletariado, uma ideologia proletária, o que se devia conseguir por dois meios principais: 1) atrair para o Partido, **principalmente**, operários das grandes indústrias, ferroviários, marítimos, metalúrgicos, mineiros, transportes em geral; 2) levar-lhes a “teoria revolucionária”, ensinando-lhes os fundamentos do “marxismo-leninismo”.

O Obreirismo era apenas um “desvio”, uma incompreensão da proletarização, o desprezo pelos aliados de classe, sobretudo pelos intelectuais, endeusamento do operário, em vez de lutar pela hegemonia do proletariado, copiar os modos de vida e comportamento dos operários, principalmente os mais atrasados do ponto de vista político.)

Nos dias seguintes, enquanto procurava um lugar para me acomodar — nem me lembro mais onde fui morar, por alguns dias — recebi um convite para falar com Maurice, também conhecido por Mario. Esse Maurice era um camarada francês, que se encontrava no Brasil, agora, pela segunda vez, como representante da Profintern, a Federação Mundial dos Sindicatos, dirigida pelos comunistas e estava aqui para “observar” e ao mesmo tempo, dar ajuda necessária da sua experiência internacional. Falou-me da histórica reunião com mais detalhes, demorando-se sobre essa espécie de “revolução cultural”, uma “luta de classe”, que se verificara no Partido. Falei-lhe do “obreirismo” que estava dominando o Partido, eliminando camaradas de grande valor como Astrogildo, e que me parecia tão perigoso quanto a falsa proletarização. Na opinião dele, entretanto, tratava-se de uma “reação salutar para um Partido mergulhado na ideologia burguesa” e que era necessário dar uma **chance** aos próprios operários, embora estes fossem, na realidade, grande maioria no CC. Aceitei por fim as razões e me coloquei às ordens do novo CC. Na minha ausência, Heitor havia regressado de Moscou, onde certamente havia aprendido muita coisa. E, por ser operário, fora eleito para ser o secretário geral. Otávio Brandão se achava preso; Fernando Lacerda, irmão do Paulo, estava mais ou menos oculto; João Pimenta tinha resolvido ir

morar em São Paulo, onde tinha família; Grazini não se achava no País, pois era membro do Profintern e da Confederação Sindical Latino-Americana; José Casini, simplesmente resolvera sair do Partido e Molaes estava na Europa. Toda a velha guarda sumira e dela, no Rio, somente estava eu. Cabia a mim “reabilitar os intelectuais”.

Aceitei todas as tarefas que me haviam sido indicadas, algumas de caráter burocrático (como por exemplo, datilografar resoluções do CC) até que chegou de Montevideu uma companheira de origem russa, que era membro do Secretariado Sul-Americano da IC, sediado agora em Montevideu. Era uma criatura simpática, um pouco gorda, de uns quarenta anos de idade, casada com Guralsky, que era o secretário desse Bureau ou secretariado. Chamava-se, no Brasil, Inês. Sabendo de minha presença no Rio, pois me conhecia de nome, mandou me chamar e com ela tive uma longa conversa, do mesmo teor da que havia mantido com Maurice. Foi então convocada uma nova reunião ampliada do CC, para se discutir uma questão teórica, mas na realidade de grande importância prática: o significado e a importância da revolução de Outubro do ano anterior, que depusera o presidente Washington Luís, e queria que eu comparecesse. A IC, disse-me ela, já tinha o seu ponto de vista: queria conhecer o nosso, o do PCB.

Esses encontros decorreram nos quinze primeiros dias de minha chegada. Agora eu precisava pensar em mim, em fixar uma residência e ter um meio de vida. Não tinha mais mesada, e tinha de encontrar um trabalho qualquer, que todavia não me tomasse muito tempo.

Nos primeiros dias eu andava pelas ruas do centro com certa cautela, pois havia verificado que, mesmo com bigodes e óculos escuros, todo mundo me reconhecia, o que me fazia ficar com cara de palhaço. Mas eu nunca dizia que estava “disfarçado”: o bigode era “pura vaidade”, para ficar mais bonito e os óculos escuros, “por causa do sol”. Acabei eliminando os dois, principalmente quando soube que o Serafim Braga havia sido afastado da polícia (o que afinal não era verdade, apenas ocupava outro cargo). Soube ainda que ele fora rebaixado por me ter deixado escapular, o que não sei se era verdade.

Entre os vários companheiros que reencontrei, apesar de andar meio escondido, indo pouco ao centro da cidade, estava o Augusto Besouchet, que havia conhecido em Vitória. Como também ele estava à procura de moradia, combinamos morar juntos, o que seria uma boa economia. Encontramos um quarto vago no apartamento de uma família estrangeira, um casal já de certa idade, na Rua Machado Coelho. Compramos dois catres, uma mesinha, duas cadeiras e nos instalamos. Livros eu não tinha, pois os que eu havia abandonado na Pensão Avenida, o Tomás Ladrão os havia vendido todos.

Para conseguir trabalho, por sugestão do antigo colega e companheiro de infância (Elias Davidovich) fui procurar a Editora Guanabara, onde me ofereci para fazer traduções, indústria recém-começando no

Brasil. Eu conhecia o dono. Recebeu-me muito bem e disse que tinha precisamente um livro para traduzir: **Os Irmãos Karamazov**, de Dostoievsky, livro que eu conhecia e amava. Combinamos o preço, deu-me um pequeno adiantamento e em seguida me entregou o original: uma tradução francesa. Antes, porém, abriu-o pelo meio, arrancou cerca de 40 ou 50 páginas de um golpe e me disse com um ar sério: o livro é muito grosso.

Como eu me mostrasse surpreso, e um tanto escandalizado, ele explicou: o livro é muito grosso e fica muito caro. Além disso ele fará parte de uma série de livros que são mais finos. Finalmente, o trecho certamente não tinha muita importância, e o leitor nem notaria.

— Mas, disse eu, aqui você cortou uma frase no meio e também uma palavra ficou pela metade...

— Não tem importância, você completa a palavra e faz algumas linhas ligando um trecho com o outro...

E assim foi como me tornei colaborador e parceiro de Dostoievsky. Depois consegui outro trabalho, levando à Livraria Freitas Bastos, no Largo da Carioca, um dos melhores romances russos (que estavam na moda) da época pós-revolucionária: **A Derrota**, de Isaac Fedi. Era uma edição espanhola. Também me rendeu algum dinheiro. O trabalho não era bem do meu gosto e, além disso, muito cansativo, minha letra, muito má (não tinha máquina de escrever) mas era satisfatório, pois me proporcionava um meio de vida, ainda que precário, e somente me ocupava pela manhã.

Foi quando pensei em casar. Todos os meus irmãos e irmãs mais velhos estavam casados. E mesmo o Artur, que era mais novo do que eu, também já casara. Faltava eu. E, além disso, sentia que me faltava uma companheira. Pensei naturalmente em Silvia, uma moça da JC e que eu conhecia desde 1923, quando freqüentava reuniões da Juventude e constantemente nos encontrávamos. Já havia, aliás, entre nós, alguns laços sentimentais, mas no nosso meio, naquele tempo, palavras tais como amor e casamento, eram consideradas estranhas e tipicamente pequeno-burguesas, “concessões à sociedade burguesa”. Não obstante, certa noite, em que voltávamos de uma reunião, pedi-lhe que casasse comigo. Ela aceitou e combinamos o casamento para daí a uns meses, junho ou julho, quando eu deveria ter uma posição econômica, um pouco mais sólida. O suficiente, pelo menos, para pagar o aluguel de um quarto.

* * *

A reunião programada com a companheira Rosa se verificou em fins de fevereiro ou começos de março, num subúrbio qualquer, não me lembro onde, e havia uns dez camaradas, o novo CC. Todos os presentes falaram e expressaram mais ou menos a mesma opinião: a revolução de outubro de 30, de Vargas e Gois Monteiro, era uma **quar-**

telada, tipicamente pequeno-burguesa, alheia ao povo, no máximo uma rebelião militar saída das classes médias. Eu também pensara assim, mas agora a minha opinião era diferente: achei que, embora a revolução tivesse começado como um golpe militar, ou uma quartelada, ela se havia transformado em revolução popular, ou melhor, tivera inteiro apoio popular e somente os comunistas ou seus simpatizantes foram contra ela, o que lhe tirou o impacto inicial: os operários se haviam em parte mantido alheios à luta. Citei não apenas os fatos que os jornais reproduziram, o de que as tropas de Gois Monteiro eram recebidas com flores nos locais em que passavam, mas que muitos operários aderiram à mesma, em muitas cidades. Citei o fato por mim testemunhado em Salvador, durante a chegada das tropas comandadas por Juarez e Juracy, em que o povo foi todo para a rua recebê-los. Nós, os comunistas, por um erro de cálculo ou de apreciação, havíamos perdido a liderança das massas e não soubemos combater a influência de Prestes que, tacitamente, havia aderido à revolução. Só nós, e, evidentemente, os velhos políticos carcomidos dos Partidos Republicanos estaduais, fôramos contra ela. Não havíamos sentido os anseios das massas, que queriam “uma mudança”. Falávamos muito em alianças com as classes médias e na hora decisiva as abandonamos. E, em muitos lugares, o próprio proletariado se voltou contra nós. E agora, que já sabíamos o que era a “revolução democrático-burguesa” de que falava Lenine, talvez a nossa participação ativa, mantendo a liderança sobre as massas, pelo menos os setores que nos acompanhavam, poderíamos ter empurrado a revolução mais para a esquerda. Desse modo, a burguesia continuou, como antes, no poder: um setor da burguesia contra outro, cada qual procurando o apoio da massa, com mais demagogia e mentiras. E ficamos sozinhos.

Minhas palavras não foram muito bem recebidas. Somente a camarada Rosa e mais dois ou três camaradas me apoiaram, embora sem muito entusiasmo, mas admitiram que o assunto merecia um estudo mais apurado, que se realizaria numa reunião futura. (A qual, aliás, por motivos vários, nunca se realizou). Por fim a camarada Rosa propôs que eu fosse convidado para participar novamente do CC, do qual eu havia sido excluído quando não estava presente, em novembro do ano anterior, quatro ou cinco meses atrás. O que foi aceito.

Mas minha participação no CC, dessa vez, foi muito curta. Numa de nossas reuniões, havíamos programado realizar um grande “meeting”, como costumávamos dizer, no 1.º de Maio que se avizinhava. Mas, dada a fúria da reação, que não permitiria a sua realização, era necessário preparar o que nós chamávamos de “autodefesa”, grupos armados de paus e canos de chumbo envoltos em papel de jornal, para defender os oradores, impedir que fossem espancados e presos, e levá-los para local seguro. Já havíamos tido algumas boas experiências nessa tática e salvo muitos companheiros, em pequenos comícios de “porta de fábrica”

ou nos arredores da cidade. Agora se tratava de uma expansão dessa experiência, num comício de maior envergadura. Pois comemorar o 1.º de Maio sempre fora, para os comunistas, uma questão de honra. E, enfrentar a polícia era, não apenas uma prova de coragem mas de determinação e consciência revolucionária, “um aprendizado para novas lutas mais sérias e mais profundas que se avizinhavam”.

Fui encarregado de procurar os camaradas que, aqui e ali, já haviam tomado parte em alguns desses grupos, e fazer com eles uma forte organização, mais ou menos paramilitar, ilegal certamente, clandestina, embora fosse o tempo curto. Estávamos em princípios de abril, faltando menos de um mês. Era uma tarefa difícil e de grande responsabilidade. “Estão me submetendo à prova”, pensei comigo, mas apenas por um breve instante. Logo me atirei ao trabalho.

Certa noite, já pelo fim do mês, pois me recordo que faltavam poucos dias para o 1.º de Maio, de regressar para casa, mal pus a chave na fechadura, dois tiras, como surgindo das sombras, aproximaram-se de mim, começaram a apalpar-me para ver se estava armado e logo perguntaram meu nome: “Antonio Martins” disse eu (o nome que eu dera — creio que era esse — à dona do apartamento em que morava).

— É ele mesmo, disse um dos secretas. O senhor vem conosco, porque o delegado quer falar com o senhor. Tomaram um táxi e lá fui com eles. O carro desceu pela Frei Caneca, tomou a Avenida Mem de Sá, e logo estávamos diante do edifício da Polícia Central, na Rua da Relação. De elevador fomos ao 3.º andar, onde me deixaram a sós, por um instante, numa sala fechada. Algumas horas depois, quando eu já começava a me ajeitar num banco, para dormir um pouco, eis que entra um oficial do exército, um capitão, acompanhado de dois secretas. E logo percebi que um deles era o Zé Alfaiate, o que me havia denunciado, a minha **ligação** com os fuzileiros navais. O Zé Alfaiate disse algumas palavras ao seu companheiro e logo sumiu, evitando o meu olhar. Por sua vez, o tira falou com o capitão e esse exclamou:

— Ora, Ora, quem está aqui! Vocês pegaram um peixe grande! Esse é o Basbaum. . .

Depois foi a rotina. Levaram-me para outra sala, onde havia grandes bancos, tiraram-me a carteira, que tinha tão pouco dinheiro, a gravata, o cinto, e me deixaram. Estendi-me num dos bancos e tratei de dormir. Nada mais podia fazer. No dia seguinte fui chamado a interrogatório, onde me perguntaram coisas tais como: quando cheguei, que estava fazendo, quem estava na direção do Partido etc. Eu, é claro, nada sabia: acabava de chegar do Norte, estava procurando trabalho, viera tirar meu diploma de médico, queria voltar para Recife, para lá clinicar, e outras respostas do mesmo estilo. Eu era a pura inocência.

Mas não adiantou muito. Fui novamente fichado, fotografado em várias posições, com chapéu, sem chapéu, de frente, de lado, de costas, e mandado de volta para a sala em que me encontrava antes. Lá fiquei

uns três dias. O que eu queria saber era: como diabo me haviam prendido, se nem sabiam quem eu era? Puro azar. O Augusto, pensava eu, devia estar preso também. E estava mesmo, como vim a saber, depois. A polícia estava a par, pelos seus informantes, dos nossos planos para o 1.º de Maio, e tratava de frustrá-los, prendendo todo mundo cujo endereço conhecia. Foram prender o Augusto, que fora acompanhado até nossa casa, prenderam-no e o dono da casa informou a polícia, pois tinha medo que, com o Augusto, morava outra pessoa, “um tal de Martins. Por azar, era eu.

Da Polícia Central, levaram-me para a Casa de Detenção, à Rua Frei Caneca, onde me alojaram no Pavilhão dos Primários. Lá encontrei muitos camaradas da JC e do Partido, que estavam presos havia muitos dias. O Pavilhão dos Primários era uma ampla sala de seis metros por quatro de largura, mais ou menos, com três janelas dando para um pátio interno com vistas para a Penitenciária, quando se olhava pelas frestas das tábuas que fechavam as janelas. Perdíamos assim um belo panorama. Comunicação com o mundo, havia apenas a porta gradeada que dava para um corretor lateral, onde ninguém passava, exceto os guardas e alguns presos que tinham por dever trazer-nos a alimentação.

Encontrei um “coletivo” já formado, dirigido por três camaradas. Dentro da prisão, não havia “propriedade particular”, salvo a escova de dentes. Dinheiro, cigarros, tudo era entregue ao “coletivo” que administrava esses bens e os distribuía entre os presos, dentro de um programa. Com eses dinheiro compravam pasta de dentes, sabonetes, cigarros e também alguns presos comuns, para que nos facilitassem certas coisas, inclusive comunicação com a rua, o mundo lá fora. Havia além disso, hora certa para reuniões em que se debatiam problemas políticos e mesmo questões teóricas, de acordos com o nível cultural dos presos, pois havia entre eles, não só operários, de várias categorias como também alguns estudantes. Entre os presos encontrei alguns dos membros dos grupos de “autodefesa” que eu estava organizando antes de ser preso.

Reinava um ambiente de alegre irresponsabilidade. Na realidade, divertiam-se com a prisão, embora um ou outro se mostrasse arredio à vida coletiva e maldizendo o dia em que se haviam tornado comunistas. Mas eram poucos, dentro os vinte e tantos presos.

Também aí demorei poucos dias. Fui mais uma vez transferido para outra sala, situada em um andar superior. Lá encontrei os camaradas que eu conhecia mais de perto: Otávio Brandão e Henrique Schechter, presos havia uns dois ou três meses, esperando, segundo me disseram, serem deportados para algum país, talvez para a Europa; o Augusto Besouchet, meu companheiro de quarto, que me contou os pormenores da sua prisão e ainda o Salvador Cruz, um bom companheiro, preto retinto, que era, se não me engano, operário metalúrgico. E Homem de Melo, um operário de Pernambuco, metalúrgico, ferramenteiro. Passamos alguns dias de boa vida. A comida era melhor do que na outra cela e podíamos ver o

sol e sentir o seu calor de vida que, naquele começo de inverno carioca, nos fazia falta. O 1.º de Maio já havia passado e nem sabíamos se o comício se havia realizado ou não, pois estávamos completamente incomunicáveis, o que não acontecia na outra cela em que estivera antes.

Discutimos a transformação por que passava o Partido (Salvador Cruz era ferrenho obreirista, temia os intelectuais, embora me respeitasse, a mim e ao Otávio (que era farmacêutico de profissão, antes de se engajar no movimento comunista), por “nosso passado de lutas”. Mas era um camarada inteligente e muito dedicado ao Partido.

Nosso principal assunto de conversa era descobrir o nosso destino, e saber por que nos haviam separado dos outros presos. Mas nossas dúvidas não tardaram em ser esclarecidas. Em meados de maio Otávio e Schechter receberam um chamado. Deviam aprontar suas roupas para sair. Na realidade, conforme soubemos pouco depois, foram colocados num navio e despachados para a França, de onde seguiram rumo a Moscou, com a ajuda do Socorro Vermelho Internacional. Lá ficaram cerca de 15 anos.

A seguir chegou a minha vez. Como não tinha roupa nenhuma, estava com a mesma que trazia no corpo havia quase um mês, tinha de ficar nu toda vez que precisava lavá-las, um tira me acompanhou até a casa em que eu morava, para juntar minhas coisas. Os nossos senhorios estavam apavorados. Apanhei a maleta, pus toda roupa que tinha, mais uns poucos livros, e deixei a “móvelia” para os donos da casa. Pedi desculpas pelo transtorno, pois sempre nos haviam tratado bem e pedi-lhes que ficassem com os móveis (dois catres, duas cadeiras, uma mesa) em pagamento dos dias atrasados.

Voltando à Detenção, deixaram-me passar a noite numa sala da administração, onde dormi em cima de uma mesa. No dia seguinte o mesmo capitão, cujo nome não recordo, e que era então o próprio delegado auxiliar (a 4.ª Delegacia era então o DOPS de hoje) disse-me que eu seria embarcado “para o Sul” e lá seria libertado, e que não voltasse para o Rio, pois então “a cana seria mais dura”. E me deu vinte mil réis para os cigarros, dos quais assinei um recibo. No mesmo dia me levaram para o Cais do Porto, conduzido por dois tiras, onde já encontrei um grupo de presos que também seriam embarcados com destino ignorado. Desconfiei que me mandariam para o Uruguai, onde a fronteira era livre.

Os tiras que me conduziam eram dois rapazes gaúchos, que haviam chegado alguns meses antes com muitos outros paisanos, com a vitória da revolução, para “amarrar os cavalos no Obelisco” conforme haviam prometido aos seus amigos e familiares. Não tinham conseguido amarrar os cavalos, pois nem sequer os tinham, mas arranjaram um emprego público, o que era muito melhor, embora fosse na polícia. Agora aproveitavam, ao nos acompanhar, para regressar aos seus penates. Tratavam-me com muita distinção, é verdade. Esclareceram-me que os meus companheiros não eram presos políticos, mas sim malandros. O principal deles

era um chileno meio gordo, baixinho, e um ás do punguismo internacional, especialidade chilena, segundo diziam. Os outros, três, eram apenas vagabundos de cais do porto, marinheiros que depois de uma bebedeira, haviam perdido o navio e, nem sabendo a língua, “viviam como podiam”, afanando coisas para comprar bebida. Eram alemães. Enquanto eu e o chileno éramos colocados em uma cabina de 1.ª classe, onde dormíamos, com nossos dois guardiães, os outros foram para a 3.ª. Não estávamos algemados, apenas vigiados. E conversávamos os quatro como se fôssemos apenas companheiros de uma viagem turística. Eles nos contaram suas “aventuras com as cariocas” (provavelmente tudo era gabolice), sua “marcha para o Norte” no mesmo trem em que viajavam Getúlio e Gois Monteiro (provavelmente mentira também) como “guardas pessoais”.

E o chileno nos contava como batera a carteira de “pessoas importantes”, tudo em meio a risadas entremeadas de copos de cerveja que o chileno pagava. Não sei onde tinha o dinheiro guardado, sei apenas que nunca lhe faltou. Antes de chegar a Florianópolis, onde o navio ficaria algumas horas, disse-me que, se eu quisesse, me armava um plano de fuga: quando o navio atracasse, eu devia me esconder em algum lugar do navio, com ajuda de alguns tripulantes. Os tiras pensariam que eu havia fugido para terra. Enquanto os tiras me procurassem por lá, eu estaria bem escondido no navio e somente sairia em Porto Alegre, bem livre. Mas o plano não me pareceu bom, pois não confiava na tripulação, não sabia se poderia ou não encontrar algum marinheiro disposto a arriscar-se por uma pessoa que não conhecia, que talvez julgassem ser também um malandro. A bordo, todos sabiam que os presos eram apenas malandros. Assim, em Florianópolis, saímos todos para dar um passeio pela pequena cidade, que eu via pela primeira vez, como um grupo de turistas.

Chegados a Porto Alegre, fomos todos conduzidos para a Central de Polícia daquela cidade, dentro de um “tintureiro” onde só podíamos ficar sentados no assoalho. Depois, devidamente fichados, fomos levados em outro, para a Penitenciária.

No caminho, o chileno (cujo nome não consigo recordar), me disse que tinha muitos amigos lá e que nos tratariam bem. De fato, fomos alojados numa cela que tinha até pia e sentina, juntamente com meia dúzia de outros presos, cada um com sua cama. Pouco depois apareceram vários outros presos antigos que vinham de outras celas para nos dar as boas vindas. Parecia-me que o chileno era um nome bem conhecido na sua profissão. E respeitado. Um deles era seu amigo particular, ao qual me apresentou como “lunfa”, (na gíria dos malandros significava que eu era um deles) e logo nos arranjaram comida da enfermaria que era muito melhor que a comida comum. Durante os dois ou três dias que ali ficamos, comemos “do bom e do melhor”. Logo tivemos de deixar a Penitenciária, alta noite, para pegar um trem, já acompanhados, dessa vez, por soldados da Brigada Gaúcha. Em Santa Maria descemos e fomos passar a noite num xadrez da delegacia de lá. Era a coisa mais

imunda que eu já havia visto. Passamos a noite deitados num chão sujo, ao lado de um pote, ou barril de madeira, onde fazíamos nossas necessidades. Fazia um frio tremendo, era pleno inverno, e somente me conseguia livrar ou proteger dele, enrolado no grosso casaco que me haviam dado na Argentina e que o Artur me havia devolvido quando voltei do Norte.

E, no dia seguinte, outra vez embarcamos. Na estação, de madrugada, tomamos um café quente, sempre por conta do chileno. Os guardas agora eram outros, e os três vagabundos não nos acompanharam. Não sei para onde foram. Desembarcamos em Uruguaiana e fomos diretos para a delegacia local, onde era também a cadeia.

* * *

Era um prédio novo, de boa aparência e pensamos que ali não seria tão mau quanto em Santa Maria. Depois de fichados, apresentados ao delegado, fomos conduzidos para uma espécie de porão, onde havia quatro celas de cimento, todas devidamente habitadas, com dois ou três presos em cada uma. Na cela em que nos meteram, havia mais três presos, um mal-encarado e outros dois mais simpáticos e com mais comunicabilidade. Logo trataram de nos pôr à vontade e no fim de alguns minutos já éramos amigos. O Chileno, mais uma vez, contou-lhes que eu era "lunfa", um ás do punquismo e eu, para confirmá-lo, fazia uns ares de esperto, como se a prisão fosse um acidente sem importância. Queriam saber de nossas aventuras. E eu, para satisfazê-lo, inventei algumas, mais ou menos parecidas com as que o chileno já me havia contado. Já sabia mesmo mexer com os dois dedos, o médio e o indicador, a "ferramenta" dos punquistas, o que eu fazia de vez em quando, para ilustrar as minhas "aventuras". O chileno confirmava e ria, como a dizer: eu não disse que ele era esperto?

Com isso, tivemos uns cobertores mais quentes, acendemos um pequeno fogo com pedaços de pau recolhidos durante o dia e isso nos aquecia um pouco. Aproveitávamos o fogo para aquecer uma chaleira com água com a qual eles faziam mate, que eu era obrigado por dever de hospitalidade a tomar, embora queimando a língua.

Ao fim de alguns dias, o chileno foi chamado pelo delegado. Depois de meia hora voltou sorridente dizendo que com duzentos mil réis havia comprado o delegado e a liberdade e no dia seguinte seria libertado na Argentina, para o que bastava atravessar o rio. Do seu dinheiro, deu-me também vinte mil réis, "para os cigarros". Aconselhou-me a esconder os bens que eu trazia, costurando-os na bainha do paletó. Eu tinha ainda um anel de brilhantes com uma esmeralda, que meu pai me havia dado para a minha formatura e um estojo folheado com um termômetro e uma lapiseira, uma obra artística, também presente de meu pai, e que devia ter um bom valor. E ainda um relógio de bolso, também folheado. Com

ajuda dos companheiros de cela costurei tudo na bainha do paletó, juntamente com o dinheiro que o chileno me havia dado.

No mesmo dia de sua partida, à noite, antes de dormir, ficamos, como de costume "batendo o papo" (embora ainda não se usasse essa expressão) mas, a certa altura, e quando um deles, arrombador de profissão me perguntou se eu conhecia o "Sete Dedo", (não o malandro de São Paulo, que depois se tornou pastor protestante, mas um seu predecessor do Rio, famoso arrombador, do qual os jornais falavam muito), decidi pôr as cartas na mesa: disse-lhes que eu não era malandro, mas preso político e que o chileno dizia tais coisas para me proteger e encontrar fácil ajuda nas cadeias, que me desculpassem mas eu nada sabia a respeito de "Sete Dedos" ou outros conhecidos malandros.

Minha revelação causou, de início, um pouco de mal-estar, entre os meus companheiros. Não gostavam de ser enganados. Mas pelo menos, eu não era culpado, e admiraram minha franqueza e "honestidade" ao revelar-lhes minha verdadeira condição. Ao fim, ficamos amigos de novo. Um deles, que aliás não era malandro, mas apenas um operário condenado a dois anos por agressão, disse-me que no dia seguinte iria pôr-se em comunicação com um amigo que era, ou pertencia à direção de um sindicato local. De fato, na tarde do dia seguinte fui procurado por uma pessoa que me disse ser membro do PC e que me queria ajudar. Conte-lhe minha situação e lhe disse que eu queria ser libertado, mesmo que fosse para o Uruguai. Ele iria ver o que poderia fazer.

Mas no mesmo dia o delegado mandou-me chamar. Levou-me para a sua sala e me disse que a carta que nos acompanhava, desde o Rio, com apresentação oficial, dizia que eu era médico. Seria verdade? Fez a pergunta com um ar zombeteiro. Não seria eu um vigarista que conseguira enganar os cariocas? Mas ele não era bobo, e queria que eu contasse a verdade.

— Sou médico, confirmei.

— Se você é médico, então me diga que doença é essa, uma dor que começa aqui — e apontou para o peito dele — e se estende pelo braço...

— Hemorróidas, disse eu com a cara dura. Ele ficou vermelho de raiva. Chamou um dos presos, que devia ser barbeiro e disse, com voz irada, apontando para mim:

— Corte o cabelo desse malandro!

O preso conduziu-me para um pequeno cubículo onde havia uma cadeira de braços, tipo dessas de barbeiro de cidade pequena, mas sem assento estofado e além do mais, fixa. Também não havia nem espelho nem pia. Parecido com barbearia, só a cadeira.

— Senta aí.

Sentei. De brincadeira, disse-lhe:

— Aproveite para me fazer a barba, que já tem quinze dias...

— Não vou fazer sua barba, respondeu com ar consternado. Tenho de raspar sua cabeça, como castigo. O delegado não foi com a sua cara. São ordens.

Aí achei ruim, levantei-me e disse que não permitiria. Ele chamou um guarda que, sem mais nem menos, me agarrou pelo peito da camisa e, antes que eu pudesse reagir, me deu uma série de socos na cara e na cabeça. Rapidamente, pensei que mais valia uma cabeça raspada que uma cabeça quebrada:

— Está bem, pode cortar...

Depois que, conformado, me ajeitei novamente na cadeira, ele me revelou, em tom confidencial:

— As ordens são para raspar a cabeça e deixar apenas um pequeno penacho na frente. Mas vou raspar toda que é melhor, porque com o penacho fica ridículo.

Aceitei a explicação. O cabelo me foi raspado totalmente, mas também me fez a barba, cortando inclusive o bigode, com o qual já me estava acostumando. Como fazia um frio bárbaro, a cabeça nua, habituada há tanto anos, a ser protegida por uma cabeleira cada vez maior, começou a doer. De puro frio. Uma dor que da cabeça se estendia por todo o corpo, principalmente no pescoço e na espinha. Peguei um lenço, fiz um nó em cada ponto e com ele cobri a cabeça, como se fosse uma boina. Assim permaneci por vários dias e semanas, até que o cabelo tornasse a crescer. Mas, demorou mais do que seria para desejar. Além disso, a cara raspada, a cabeça coberta com um lenço, me faziam parecer uma velha.

Mas dois dias depois recebi ordens de me aprontar. O que queria dizer que me iam despejar na fronteira, Uruguai ou Argentina, conforme os amigos da cadeia me haviam prognosticado. Vesti-me com a roupa amarfanhada e suja que tinha, pois não a tirava nem para dormir — até pelo contrário! — e dois soldados foram designados para me acompanhar. Na saída me devolveram a maleta que eu trouxera comigo desde o Rio. Pelo peso, notei que estava praticamente vazia. Queria abri-la, para ver o que restava, mas não deixaram, alegando pressa.

Fomos até a estação e lá pegamos um trem que, conforme me disseram, ia para Quaraí (Quareim) fronteira com o Uruguai. Pouco depois, ao nos aproximarmos de uma ponte, o trem diminuiu a marcha e os dois soldados desembarcaram, com um riso de deboche, deixando-me afinal só... e livre. Enquanto o trem se afastava lentamente, gritei-lhes minhas despedidas, bem alto, para que não deixassem de ouvir:

— Adeus, seus filhos da puta!

Eles continuaram abanando as mãos e rindo, enquanto o trem atravessava a ponte. Eu estava agora em território do Uruguai, o bom Uruguai dos velhos tempos, rico, tranqüilo e livre, com o qual eu andava

sonhando nesses últimos dias. E finalmente livre depois de quase três meses de prisão.

* * *

Bella Union (parece que era assim que se chamava o lado Uruguai da Barra do Quareim) era apenas um pequeno povoado com uma estação ferroviária. Ali eu não poderia ficar. Não tinha dinheiro algum, salvo os vinte mil réis que me dera o chileno e não acreditava que pudesse trocá-los ali. Meu destino era Montevidéu, onde tinha amigos e camaradas; onde eu certamente encontraria o partido de lá, onde eu poderia traçar um rumo novo para a minha vida naquelas circunstâncias.

A mala que me devolveram estava quase vazia. Deixara um par de meias, alguns lenços, uma cueca — gente conscienciosa, aquela! — e um terno de linho branco, que se usava muito em Recife mas que no Sul era apenas objeto de curiosidade. Que fazer?

Dirigi-me ao chefe da estação, a quem disse que acabava de ser jogado na fronteira e que era preso político, médico, etc., e precisava ir a Montevidéu. Mandou-me esperar o Chefe do trem, que deveria partir daquela estação dentro de algumas horas. Mais tarde apareceu realmente o Chefe do trem, o qual me informou que as passagens eram muito caras, e queria saber quanto dinheiro eu tinha.

— Vinte mil réis, disse eu.

— Mui pouco, mui pouco... Por fim propos levar-me, de graça, até a cidade de Santa Rosa, a primeira estação na direção de Montevidéu. Lá haveria condições para me comunicar com meus parentes ou amigos no Brasil ou com outros comunistas (no Uruguai o Partido Comunista era legal). Aceitei. E uma hora depois eu saltava em Cidade de Santa Rosa, bonita cidadezinha, de ruas bem traçadas, a maioria sem calçamento. Casas pequenas, quase todas de madeira, rodeadas de árvores. Não fosse o frio que fazia, seria um lugar ideal para repouso.

Dirigi-me ao único hotel que havia. Na realidade não era hotel. Parecia mais a sede de um motel, uma casa térrea de madeira e, ao lado uma série de casinhas menores, de entrada independente, que faziam as vezes de quarto. O dono me pareceu um sujeito simpático e acessível e a ele tornei a contar a minha história: preso político, jogado na fronteira, precisava ir a Montevidéu etc. Mas não tinha dinheiro algum. Na verdade eu não falava espanhol. Nem ele. Falávamos uma língua que era uma mistura de português com castelhano, mas não foi difícil entendermos-nos. Sugerí então mandar um telegrama para o Brasil, para José, em Itabuna, pedindo dinheiro. Respondeu-me que o Uruguai estava fora da Convenção Internacional do Correio — eu nem sabia que existia isso — e os telegramas para o exterior eram caríssimos, e que seria melhor mandar o telegrama de Uruguaiana, pois sempre tinha um portador para lá. Redigi o telegrama e o entreguei pessoalmente a essa pessoa que todos os dias

atravessava a fronteira. Dei-lhe os vinte mil réis, toda a minha fortuna. No dia seguinte eu teria a resposta, mais alguns dias o dinheiro, pagaria a conta — hospedagem e refeições, e ainda teria dinheiro para a passagem de trem até Montevidéu. Aproveitei a espera para dar uma volta pela cidade, o que se podia fazer em meia hora. Pus minhas roupas em ordem, tomei um banho de tina, com água quente e uma caneca.

Se os dias eram frios, vocês podem imaginar como eram as noites. No meu quartinho totalmente fechado, enrolado em dois grossos cobertores de lã, mal pude dormir. Mais do que o frio, preocupava-me minha situação e, mais ainda a preocupação em que se deviam encontrar os meus amigos, sem saber onde me encontrava. Afinal adormeci. No dia seguinte mandei algumas cartas para o José, Artur, Sílvia e para o Partido, e fiquei aguardando os acontecimentos.

À tardinha o emissário voltou dizendo que o correio se negara a passar o telegrama, por causa de algumas palavras que eu lá pusera: dizia ao José que estava **deportado**. Ora, isso era absurdo, pois ninguém pode ser deportado de seu próprio País! Essa era uma lógica muito lógica, do homem do telégrafo. Que fazer agora?

O dono do hotel lembrou que havia um motorista amigo, que ali se hospedava quando chegava à cidade, uma vez por semana, numa viagem que fazia entre Santa Rosa e Salta, uma boa cidade à margem do Rio da Prata. Ali eu poderia encontrar condução para Montevidéu nos navios que fazem o serviço pelo rio. O motorista era um rapaz simpático e agradável, sempre risonho, que me ouviu a história como se fosse a coisa mais engraçada do mundo. Riu mesmo. Sentados na sala de jantar do hotel, tomando vinho e grapa, para aquecer, ele me propôs conduzir-me de graça. Afirmou que conhecia em Salta muitos comunistas que certamente me ajudariam e talvez o reembolsassem do custo da passagem. O problema era pagar a conta do hotel, pois durante uma semana, que lá passei, ele me dera casa, comida e roupa lavada e até mesmo dinheiro para ir a um cinema, um pequeno cinema de 50 cadeiras, que funcionava três vezes por semana e interrompia os filmes — mudo — de quinze em quinze minutos para que os jovens pudessem namorar e fumar um cigarro.

Ofereci-lhe dos meus preciosos bens, o anel, que só ele daria para pagar a conta e mais o estojo com termômetro e um dia, talvez mesmo de Salta, eu lhe mandaria o dinheiro pelo motorista, cujo nome esqueci, e ele me devolveria as minhas coisas. Assim foi feito e, no dia seguinte, embarquei no seu caminhãozinho, como único passageiro, com alguma carga, e rumamos para Salta. Minha maleta estava agora mais pesada: como compensação pelas jóias que lá deixara levei comigo — emprestado naturalmente — uma boa manta de lã. (A diferença é que o dono do hotel não sabia.)

Duas ou três horas durou a viagem, por uma estrada de terra batida. Aos solavancos, o motor traindo de vez em quando nossa confiança, mas por fim, chegamos. Salta era uma cidade relativamente pequena mas pa-

recia ser uma cidade grande, com ruas bem traçadas e asfaltadas, um bom comércio, hotéis, cinemas e até mesmo um teatro. Durante o caminho ele me foi explicando que, na sua ausência, geralmente de dois ou três dias na semana, eu poderia dormir na casa dele, que era na verdade, apenas uma pequena sala, onde havia cama e mesa, algumas cadeiras, e uma cozinha, além de um banheiro. Mas enquanto ele estivesse por lá, eu tinha de dormir em outro lugar, pois quase sempre tinha companhia feminina. Ele se encarregaria de promover, daí a dois ou três dias, que seria um domingo, uma churrascada, para a qual convidaria amigos. Ali mesmo faria uma coleta e conseguiria dinheiro suficiente para a passagem de navio para Montevidéu. Assim foi feito. Enquanto isso, eu ia dormir numa espécie de albergue noturno. Pagava-se vinte centavos de peso uruguaio por uma dormida com roupa limpa. Era uma imensa sala com cerca de vinte leitos e uma mesinha de cabeceira ao lado de cada cama. Tudo muito limpo, mais limpo que os freqüentadores. Mudava-se de roupa no banheiro e era recomendável, segundo o gerente do albergue, manter minha mala trancada. Mas nunca, nas três noites em que lá dormi, me dei a esse trabalho, pois não só nada eu tinha que valesse a pena ser roubado como nem sequer a mala tinha chave.

No primeiro domingo, reuniram-se vários amigos — cerca de meia dúzia —, no fundo do quintal da casa do meu novo amigo e ali improvisaram uma churrascada. Nunca tinha visto nada mais simples: armaram no quintal um fogo de lenha, no meio, um grande espeto de ferro enfiado na terra, atravessando um enorme pedaço de carne. Cada um de nós tinha nas mãos uma faca afiada com a qual cortávamos o pedaço de carne que mais nos agradasse, o qual mergulhávamos em um pouco de água salgada. A carne era deliciosa, comida desse jeito e rapidamente demos conta dela. E sempre entornando vinho. E “charlando”.

A seguir começou a roda do mate. Já o havia experimentado na cadeia de Uruguiana, onde me ensinaram que era uma ofensa recusar a **bombilla** ou limpá-la, sequer, pois uma **bombilla** só, servia para todos. Mas as pessoas agora me pareciam tão simpáticas que o velho costume já não me pareceu tão repugnante como daquela vez. Só que, mais uma vez queimei a língua, pois tomavam o mate fervendo!

A coleta rendeu cerca de vinte pesos, o que ainda era muito dinheiro, naquele tempo, e com ele comprei a passagem de 2.^a classe num navio que deveria zarpar dentro de três ou quatro dias. Quando, no dia seguinte, o amigo motorista teve de fazer uma nova viagem, fiquei dormindo na casa dele. Ensinou-me a preparar uma “parrillada”, com pedaços de chouriço e um ovo frito por cima. O pão era delicioso. Passei nesse pequeno quarto três dias de repouso tranqüilo, principalmente porque era menos frio, podia aquecer-me no fogão de lenha, além disso minha viagem a Montevidéu estava assegurada. O meu amigo regressou exatamente no dia em que eu devia partir. Informou-me que as duas peças que eu havia deixado no hotel ainda não haviam sido vendidas e que eu deveria aguardar

ainda ou esperar que me mandassem oportunamente o dinheiro que so-
brasse, para algum endereço.

— Fique você com ele, respondi-lhe, em pagamento das provas de amizade que me deu. Ele ficou muito comovido, mas sem deixar de rir, pois que ria de tudo. Despedimo-nos, como velhos amigos, desejando-nos, mutuamente, boa sorte. E lá me fui, a bordo do pequeno navio da Miha-novitch, que fazia o serviço marítimo do rio. Na mesma tarde tocamos ainda na cidade de Paisandu, uma pequena e agradável cidade, menor que Salta, mas mais bonita, porque muito arborizada. E a seguir, novamente a bordo, dessa vez rumo a Montevidéu, onde aportamos no dia seguinte pela manhã. Fora um agradável passeio, a ponto de me fazer considerar que a vida não era tão má assim, ao contrário. Encontrei a bordo um rapaz que era da JC e logo nos fizemos amigos. Aconselhou-me a procurar a redação de *Justicia*, órgão oficial do Partido uruguaio, e lá me dariam destino.

Mal desembarcado, sem que ninguém me perguntasse quem eu era, o que fazia, fui, de mala e tudo, procurar a redação do jornal. Lá encontrei o diretor, a quem contei minha odisséia. Parecia não acreditar muito, mas minha cabeça raspada parecia confirmar minhas palavras. Depois de me ouvir tomou o telefone e se comunicou com alguém, que devia ser da direção do Partido. Queria saber o que fazer comigo. A pessoa que atendeu manifestou desejo de falar comigo diretamente e descobri que se tratava de um camarada amigo meu desde Buenos Aires — e se encontrava exilado aqui depois que o general Urriburu havia dado um golpe e tomado conta do poder na Argentina. Disse-me que havia um mês que me estavam esperando e não sabiam por onde eu andava, pois três brasileiros, que haviam sido despachados depois de mim, já se encontravam em Montevidéu. Convidou-me para vir imediatamente para a sede do Partido.

Lá encontrei muita gente importante me esperando: quase todo o secretariado ou direção do Bureau Sul-Americano e alguns camaradas da direção do Partido uruguaio. Fui recebido com demonstrações de alegria e muita camaradagem e exigiram que lhes contasse a razão de minha demora. Contei. E quem eram os camaradas que já haviam chegado? Informaram-me: Augusto Besouchet, Salvador Cruz e Homem de Melo, este de Pernambuco.

Arranjaram-me alojamento, num quarto juntamente com o Augusto, no centro da cidade e me prometeram uma diária de alguns pesos por dia para alimentação e outras despesas. Conheci Ramirez, que era o secretário geral do Partido, Guralisky, que era o secretário geral do BSA e, alguns dias mais tarde, Artur Ewert ou, como se chamaria mais tarde no Brasil, Harry Berger. Era um homem volumoso, com cerca de 1,90 m de altura e uns cem quilos de peso. Depois de alojado, e de haver entrado em contato com os camaradas brasileiros, tive de comparecer a várias reuniões para falar da situação do Brasil.

A seguir me pediram que fizesse uma série de palestras sobre o assunto, análise da situação brasileira, história do golpe de 1930, e, mais ainda, minha experiência no setor de organização do Partido e no serviço “antimil”, enfim, dar todo o serviço, pois eles acreditavam que no PCB eu era o tal. Tudo isso eu fiz, durante os quase dois meses que lá passei.

Estávamos agora em fins de julho, e, embora ainda fizesse frio, creio que eu já me havia habituado a ele, pois não os sentia tanto como nos primeiros dias. As noites, quase sempre ocupadas com reuniões e conferências, mas os dias eram livres e os aproveitávamos para passear e conhecer a cidade.

Um dia fui convidado para participar de uma nova reunião do Secretariado do BSA. Desta vez lá estavam todos os maiores, inclusive Harris Berger. As reuniões anteriores se referiam à situação econômica e política do Brasil, à crise do café e as repercussões da crise internacional começada com o “crack” da Bolsa de Nova York em fins de 1929. E que estavam fazendo Getúlio e seus comparsas no governo revolucionário, no Brasil? Dessa vez queriam saber ainda o que estava havendo no Partido, quem era o secretário geral, e outros pormenores, inclusive no movimento sindical pois os de lá não eram muito de escrever.

Fiz um resumo geral da situação do Partido, de acordo, naturalmente com o que eu sabia: o secretário agora era o Heitor Ferreira Lima. Queriam saber quem era. Mas eu não garantia que ainda fosse o secretário geral, pois havia contra ele uma certa hostilidade, embora fosse de origem operária. Mas, afastado do Brasil por mais de três anos, muitos não acreditavam que estivesse habilitado a dirigir o Partido, pois não conhecia os problemas brasileiros e nem mesmo os do Partido. (De fato, naquele momento, conforme vim a saber mais tarde, ele não era mais o secretário geral.) Desde Janeiro de 1930 o CC era instável, em virtude do processo de proletarização, sobretudo a partir de novembro daquele mesmo ano, quando uma Conferência Nacional havia afastado os intelectuais, ou os de origem intelectual, inclusive Astrogildo, da direção do Partido. A todo momento estavam chamando novos camaradas operários para a direção, a fim de substituir os antigos. Mostrei como do antigo CC eleito no III Congresso somente restava eu; todos os demais, alguns fundadores do Partido, tinham sido afastados ou ido embora por conta própria, por motivos que não explicaram. Falei ainda sobre a “proletarização” que nunca havia sido compreendida e se havia transformado em um “obreirismo extremado” que atingia a todos os intelectuais. Desses estava apenas Fernando Lacerda, que era médico e funcionário público e eu que, embora sendo formado em medicina, não tivera ainda oportunidade de viver da minha profissão. Astrogildo e Paulo Lacerda já haviam sido excluídos do CC por serem intelectuais. E eu havia sido excluído primeiro do Bureau Político e depois do CC, mas de ambas as vezes chamado de volta, e não com boa vontade, sendo que da última vez, por interferência da camarada Rosa. E eu nem mesmo sabia, naquela altura, três meses ou pouco mais

de minha prisão, se ainda era ou não do CC. Quanto ao Fernando, ele ainda pertencia ao CC, embora afastado das atividades por estar sempre enfermo — qualquer coisa no coração — e, além disso, ele era, em minha opinião, um obreirista ferrenho, “por pura demagogia”. Tentei ainda defender Astrogildo. Mas Guralski, retirando um papel de sua pasta, pediu que o lesse. Tratava-se de uma carta de Astrogildo, de próprio punho, escrita de São Paulo. Não me lembro, evidentemente, dos termos da carta, mas, em suma, ela dizia o seguinte: pretendia afastar-se do Partido, embora sem abandoná-lo completamente. “Sairia do palco para se colocar na platéia” (estas palavras nunca esqueci). Mas não seria um espectador indiferente. Ali estaria ele “para vaiar, mas também para aplaudir, quando achasse justo, a fim de incentivar os atores”.

A carta me deixou perplexo. Aquilo, diziam, era apenas uma demonstração de que seu afastamento fora justo e que lhe faltava, a ele, Astrogildo, o “espírito de autocrítica bolchevista”. Eu deveria regressar ao Brasil e falar com ele “para salvá-lo”. E, se quisesse a carta de volta, eles a devolveriam.

A seguir tornei a falar sobre outro assunto: Prestes. Disse-lhes que, além do obreirismo, que tinha afastado tantos camaradas do Partido, e que este não se conseguia consolidar, havia outro mal: o “prestismo”. Prestes havia empolgado grande parte do povo e entre os membros do Partido, muitos esperavam a sua palavra de ordem com mais interesse e confiança que a do Partido. Disse ainda que suas últimas cartas, tornadas públicas, causaram praticamente uma ruptura com o Partido e uma cisão dentro do próprio Partido.

Certamente essas coisas não foram ditas assim tão simplesmente como as estou resumindo aqui: havia discussões, uns me apoiavam, outros diziam que eu estava exagerando. Diziam-me que Prestes se afastara de todos os seus antigos companheiros. Dos que haviam conversado comigo em Buenos Aires, da antiga Coluna Prestes, só ele mesmo restava. Miguel Costa aderira à revolução, embora estivesse fazendo certa oposição ao governo de Getúlio. Távora era agora Ministro da Viação, ou Vice-Rei do Nordeste, Siqueira Campos estava morto, João Alberto era homem de confiança de Getúlio. Os demais estavam sendo nomeados interventores... Mas Prestes poderia ser ganho para a revolução brasileira, e já dera um passo nesse sentido, era o que diziam.

Onde estava Prestes agora? Aqui em Montevidéu, semi-oculto, mas para salvá-lo, e ao mesmo tempo liquidar com o prestismo, era idéia deles convidá-lo a ir a Moscou. Harry Berger tinha vindo justamente para esse fim e ele havia aceito. Deveria embarcar dentro em breve.

Estava terminada a reunião. O namoro com Prestes continuaria e, como se sabe, acabou em casamento. Agora começava eu a tratar de voltar ao Brasil. Um camarada representante da Profintern, a Internacional Sindical, convidou-me a permanecer por algum tempo em Montevidéu, trabalhando com a organização, mas contou-me, o PCB, consultado,

negou a licença, precisavam de mim lá e, portanto, eu devia voltar imediatamente, assim como todos os deportados brasileiros que ainda se encontravam em Montevidéu. Na verdade eu não acreditava naquelas razões, sobretudo porque eles sabiam, no Rio, que não me seria fácil voltar para aquela cidade, com a polícia vigilante como estava. Mas, ordens são ordens. E comecei a preparar-me para a volta.

Havia um problema. Eu deveria conseguir um passaporte com outro nome e desembarcar em Santos, por medida de segurança, pois que lá eu era menos conhecido. Justamente por essa época eu conhecera em Montevidéu um brasileiro, membro de importante família descendente do Visconde de Ouro Preto, creio que se chamava Francisco de Assis Figueiredo. Ele tinha um passaporte velho com o qual pretendia tirar um outro na Embaixada Brasileira. E estava disposto a ceder-me o seu, antigo. Achei a idéia ótima. Arrumei umas fotografias, levei o passaporte do meu amigo à Embaixada e, entregando as fotografias, pedi um novo, pois aquele estava cheio de carimbos e vistos de quase todos os países do mundo. Nem repararam que o retrato do passaporte tinha uma cara que não era a minha, embora tivesse certa semelhança. Assim, fiquei com um passaporte legítimo. Apenas, de meu, tinha somente a foto. A partir daquele momento, até desembarcar em Santos, meu nome seria Assis Figueiredo. O que aliás não me incomodava em nada.

* * *

Vim com Salvador Cruz, que viajava com o seu próprio nome. Desembarcamos em Santos em meados de agosto e fomos diretos para São Paulo. Aí procuramos um quarto de hotel, nas proximidades da Estação da Luz, que era uma verdadeira pocilga. Mas era tarde da noite e não podíamos escolher muito. No dia seguinte nos mudamos para um hotel tipo “ambiente familiar”, ao lado da Estação do Brás, onde ficamos apenas dois dias. Logo encontrei o Augusto Besouchet que havia chegado pouco antes, não me lembro de que jeito, no dia anterior. Propôs morarmos juntos no apartamento de um tio, que se achava ausente, em um edifício estreito que ainda hoje existe, ao lado do Viaduto de Santa Efigênia, e de graça, pelo menos por algum tempo, o que aceitei imediatamente. Salvador Cruz, doente (o frio do Uruguai afetara seus pulmões), saudoso da mulher e dos filhos, regressou ao Rio.

No mesmo dia soube das estranhas novidades. No dia anterior, antes mesmo de que pudesse entrar em contato com eles, todo o CR fora preso e também alguns outros camaradas. Com eles, foram também Astrogildo e Paulo. Praticamente se acabara o PCB em São Paulo, onde, aliás, nunca fora grande coisa.

Avisei aos camaradas do Rio a minha chegada, informei o que estava acontecendo e me responderam que tratasse de reorganizar o que pudesse, pois lá “a cana continuava dura”, o secretário agora era Fernando, mas

que, como de costume, estava doente e mal saía da casa em que se achava oculto.

E com o Augusto, me pus a trabalhar: desencavar das tocas em que se haviam escondido, os membros do Partido. De pista em pista, de endereço em endereço, fomos aos poucos encontrando os antigos camaradas, a maioria dos quais não conhecíamos pessoalmente, para o que tínhamos de percorrer de bonde e a pé toda a cidade de São Paulo. Felizmente a cidade, naquele ano de 1931, ainda não era tão grande. Ia pouco além da Penha, Santana, Lapa, Casa Verde. O Jardim América estava apenas começando, e o Jardim Europa era apenas mata virgem, onde os membros da JC faziam piqueniques. Nossa principal atividade se exercia no Brás e no Alto da Moóca, que era apenas um vasto descampado com uma ou outra casa. Nosso objetivo era conseguir reunir os velhos e os novos, convocar uma Conferência Regional e eleger um novo CR.

Augusto depois viajou para o Rio, onde estava sua família. Tentava voltar ao seu antigo emprego no Banco do Brasil. E tive de me mudar. Aluguei parte de um porão, numa casa caindo aos pedaços, da Rua Caetano Pinto, comprei alguns móveis e planejava casar e me estabelecer em São Paulo. O dinheiro tinha acabado e meu único problema agora era comer. Mas aos poucos o Partido se foi reorganizando, o tesoureiro provisório sempre arranjava um ou dois mil réis por dia, com o que se podia almoçar em um *china* do Largo da Concórdia, onde se cobrava justamente um mil réis por um "prato feito" com um pãozinho. Quando sobrava algum trocado, a gorjeta era duzentos réis. Jantava às vezes na casa de alguns camaradas do Bom Retiro, israelitas simpatizantes. Agora que todos estavam voltando, chegou também a São Paulo N.G. e sua mulher, que logo arranjaram emprego e, de quando em quando, eu podia filar uma refeição. Eu trabalhava desde às 6 ou 7 da manhã e ia dormir passada a meia-noite. Eram reuniões todos os dias, como células em formação, com novos Comitês disso e daquilo, e, além disso, pretendíamos ainda organizar um Congresso Sindical.

Então propus, mais ou menos em outubro, que o CC se transferisse para São Paulo, dado que a situação no Rio estava cada vez mais difícil, Fernando não podia atuar, estava sempre escondido e eu, lá não poderia voltar. Escrevi a Montevideu e eles concordaram com a idéia. O Rio também. Só faltava o CC preparar a mudança, o que aliás era coisa fácil pois nada havia a transportar, nem arquivo (escondido em qualquer lugar no Rio), nem móveis, nem máquinas. Bastava mudar o corpo. E trazer a roupa, é claro. Enquanto o CC pensava, pedi a Silvia que se transportasse para São Paulo, onde casamos e fomos morar no mesmo quarto em que eu já vivia, na Rua Caetano Pinto. E fomos preparando a Conferência Regional que afinal se realizou em novembro. Também se realizou a Conferência Sindical. O Partido estava ressurgindo em São Paulo. Fui eleito Secretário geral do CR e o Partido devia me ajudar economicamente, com um salário. Mas não havia dinheiro suficiente, pois a ativi-

dade partidária, o serviço burocrático (comprar papel, lançar manifestos e volantes, editar a **Classe Operária**, agora feita em São Paulo, correspondência, aluguel da pequena oficina montada clandestinamente), tudo isso requeria dinheiro. E nossa única fonte de renda eram as mensalidades pagas pelos membros, pequenas, irregulares, embora algum simpatizante mais abonado nos oferecesse, de quando em quando, uma quantia mais substancial. Eu continuava a receber mais ou menos dois mil réis por dia, com o que nos alimentávamos. Podia-se comprar um ovo por cem réis e um litro de leite custava duzentos réis, o mesmo preço da passagem de bonde. Um cinema custava mil réis e uma vez por mês, podíamos dar-nos a esse luxo.

É claro que, durante esse período, eu não podia ler nada, salvo jornais. Restabelecemos nossa secretaria, com os endereços conseguidos e começamos a receber materiais de Montevideu, que nos esclareciam sobre o que se passava no mundo, principalmente no mundo comunista. Mas faltava tempo. Eu chegava em casa de madrugada, acordava cedo para preparar conferências, ordens do dia para as reuniões e antes das 9 da manhã eu já estava na rua. Nosso quarto era muito escuro e a luz tinha de ficar acesa praticamente o dia inteiro, para que Silvia pudesse preparar uma refeição, composta em geral de ovos, café, leite e pão. Aí ficamos até fins de dezembro, quando o pessoal do Rio, alguns camaradas do CC, começaram a chegar.

Decidimos, por economia, alugar uma casa maior onde todos pudessem morar. Eu e minha mulher, Fernando com a mulher e seus três filhos, e mais dois ou três camaradas solteiros, estes, enquanto não encontravam outro alojamento.

Em janeiro, consegui arranjar um emprego: seria professor em uma escola israelita, com cerca de 20 ou 30 alunos, entre 8 e 12 ou 13 anos de idade, correspondentes ao primário. Havia outro professor, que era também diretor da escola, creio que se chamava Halpern, que ensinava aos meninos hebraico. A mim correspondia meter na cabeça daqueles garotos noções de aritmética, geografia, leitura e História do Brasil. Isso me tomava a manhã toda, mas rendia 150 mil réis por mês, o que dava para pagar o quarto e depois contribuir para o aluguel da casa grande em que agora estávamos morando e comprar algumas roupas pois as minhas, de tanto lavar, já estavam rasgadas, para não dizer esfarrapadas, o que causava má impressão na escola.

Não posso dizer que fui mal como professor. Mas a gurizada fazia um barulho infernal, o que chegou a provocar uma reunião do Comitê que administrava a escola, para que eu desse um jeito naquilo. Inventei uma teoria educacional — liberdade de comportamento! — e procurei adiar o desenlace. Pois eu sabia que não podia durar muito naquele cargo, a não ser que comesse a distribuir cascudos, o que tinha vontade de fazer mas não a necessária coragem.

Não obstante sei que há ainda hoje pessoas que se lembram de mim, do seu professor, de João Machado, meu nome naquela época, até com certa simpatia, mas até hoje ignoram que eu tinha freqüentemente, a respeito delas, intenções verdadeiramente homicidas.

Em fins de janeiro convocamos uma reunião preliminar, que deveria formar um novo CC, com alguns elementos do Rio e outros **cooptados** em São Paulo, para substituir aqueles que não puderam vir do Rio. Entre os que vieram, estava o Salvador Cruz, agora com a família e declaradamente tuberculoso. Viera um pouco antes e assistira à Conferência Regional deitado numa esteira; Fernando Lacerda e sua mulher, Cina, juntamente com os filhos. Dois camaradas operários, que haviam recentemente chegado do Uruguai, onde freqüentaram um rápido curso de aprendizagem sindical: Lopes e Cabeção (que mais tarde seria envolvido no caso da morte de Elza, a companheira de Miranda, em 1936). E havia ainda mais dois ou três, cujo nome não recordo, mesmo porque, de acordo com os velhos hábitos, não demoraram muito no Partido. Pela JC veio Arlindo Pinho, um camarada honesto e combativo.

De São Paulo, convocamos Pedro Erre — creio que era ourives —, Sanches, que era tecelão, e mais dois ou três, como suplentes. E do Rio, ainda, Miguel, ao qual já me referi, e que fora convocado para o CC ainda em começo de 1930.

Nessa primeira reunião assentamos apenas nossos objetivos principais: consolidar uma direção provisória, até que se pudesse convocar uma Conferência Nacional se não um Congresso. Procuramos saber do destino dos nossos camaradas de São Paulo que haviam sido presos e desterrados para o Sul, e, com informações daqui e dali, ficamos sabendo que no Rio Grande do Sul, todos foram libertados. Astrogildo regressou imediatamente, para o Rio, pois se havia casado em São Paulo com Inês, filha de Everardo Dias, meu amigo, velho anarquista (mais tarde socialista, como ele queria) porém afastado do movimento comunista. Uma vez no Rio ou, melhor, em Niterói, pois ele era do Rio Bonito, no Estado do Rio, e estava procurando estabelecer-se lá, Astrogildo abandonara de vez o Partido. Outros regressaram a São Paulo, assim que conseguiram dinheiro. Mas alguns não se mexeram muito, foram presos outra vez e mandados para o Uruguai. Entre estes, Paulo Lacerda, que começava a apresentar sinais de desequilíbrio mental, o que alguns companheiros atribuíam a uma companheira que arranjara nos **bas-fond** de São Paulo, e que não o largava nem na prisão.

Para outro dia foi convocada uma nova reunião, na qual deveríamos escolher um Bureau Político provisório, dentre os membros convocados para o CC. A partir desse momento, aconteceram coisas nesse CC que, como na canção de Caymmi, até Deus duvida. Coisas que dificilmente poderíamos classificar entre cômicas ou trágicas. Pois se eram cômicas na sua forma, foram trágicas nas suas conseqüências.

Uma série de divergências de princípio, e mesmo de outra natureza, logo cindiram esse novo, pequeno e efêmero CC, impedindo-o de cumprir as suas tarefas. A primeira delas surgiu a propósito de Cina, a companheira de Fernando, cuja presença nefasta no Partido somente agora se fazia sentir, felizmente por pouco tempo. Foi em fins de janeiro ou começo de fevereiro. Já morávamos juntos, numa casa pelos lados de Vila Maria, perto da Rua Catumbi, no Brás. A divergência surgiu em torno de sua convocação para o CC. Fui contra a sua convocação por achar que era muito nova no Partido, cerca de um ano, na ocasião, e não tinha condições nem qualificações para um cargo de responsabilidade. Ficou então resolvido que assumisse apenas um cargo técnico: seria responsável pelo secretariado e pelo serviço burocrático em geral, o que lhe dava todavia uma importância tremenda, como se verificou depois. Ela fazia a correspondência, mantinha contato com as direções regionais, guardava o arquivo, expedia cartas para o exterior, e para isso tinha todos os endereços necessários. Mas nenhuma participação política.

Para secretário provisório, eu mesmo propus Fernando, mas este afirmou que não podia aceitar o cargo porque estava doente, do coração, e além disso “não era operário”. Por isso, propunha Miguel, o qual, todavia já tinha mostrado que, embora sendo operário, tinha defeitos pessoais tão grandes (excessiva vaidade, nenhum cuidado com a segurança, adorava viver entre “intelectuais”...) que não se lhe podia entregar cargo de tamanha responsabilidade. Essa era minha opinião, mas perdi na votação e Miguel foi eleito o secretário geral do Partido. Na realidade era Fernando que passou a agir por seu intermédio. Outra divergência, e essa bem mais grave, surgiu no mesmo dia: Fernando propunha que os intelectuais (no caso só eu e ele) não deviam ter direito de voto. Essa era a sua compreensão da “proletarização”. Achei tão absurda a proposta, que me recusei até mesmo a discuti-la. Mas afirmei, para provar que era absurda, que tanto Marx, Engels, como Lenine, eram intelectuais, o que não os impediu de lutar pelo proletariado. Pela primeira vez se tocava, no CC, no problema do “obreirismo”. E, vocês podem crer, era preciso ter coragem, naqueles anos de “proletarização” ser contra o obreirismo. Não obstante, classifiquei a proposição de obreirista, contrária aos princípios leninistas, bolchevistas, porque estabelecia distinção entre os membros do Partido. Usei ainda outros argumentos, mas nada pude fazer contra a demagogia obreirista (talvez fosse sincera), do Fernando e da sua mulher Cina e as palavras candentes de reprovação contra os intelectuais, principalmente Astrogildo e Paulo, “que haviam traído o proletariado” etc. É claro que os outros membros do CC, operários, concordaram com ele. E assim foi aprovada essa absurda proposta que mais tarde iria causar risos no BSA, quando o souberam.

Outra divergência surgiu quando Cina alegou que tinha direito de voto, “por ser proletária”. Como todos sabiam que vinha de uma família de classe média, educada em Paris, casada com um médico e exercendo

atividades domésticas e, portanto, nada tinha de operária, ela alegou que ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês. O ambiente era propício, ela ganhava outra vez: fora promovida a operária.

Mas era evidente que se defrontavam não apenas dois homens, eu e Fernando, mas duas concepções ideológicas diferentes. Pois que em todas as questões e problemas discutidos, nossas posições eram divergentes, embora os outros membros do CC, não desejando participar da briga, ora me apoiavam, ora apoiavam Fernando. Aos poucos, porém, fui ganhando maioria no CC. O bom senso operário começava a funcionar.

No caso da atividade sindical, havia uma proposta no sentido de que fossem criados novos sindicatos, pois os que existiam eram todos dominados pelo Ministério do Trabalho, de acordo com a política operária de Getúlio Vargas e do seu ministro Lindolfo Color: a oficialização dos sindicatos. Mas, baseado em Lenine e no seu livro **O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**, fiz valer o princípio de que nosso dever era estar nos sindicatos onde houvesse trabalhadores e não criar apenas sindicatos de comunistas. Meu ponto de vista foi vencedor. E isso provocou ciúmes em Fernando e Cina. Além disso, eu tinha ao meu lado todo o CR de São Paulo, o que levou aqueles dois camaradas a propor o meu afastamento do CR, do qual eu era o secretário geral, pois "eu tinha muitas tarefas no CC". Mas a proposta não foi aceita.

Novas divergências começaram a surgir a propósito das questões mais tolas e insignificantes, a ponto de se tornar a própria atividade do CC impraticável. Uma dessas divergências surgiu quando uma noite Cina trouxe para uma reunião dois camaradas da base do Partido, operários, naturalmente, a pretexto de informar sobre determinados fatos. Na hora da votação uma proposta de Cina havia sido derrotada, mas ela exigiu que os dois companheiros que ela havia trazido, convidados, votassem embora não fossem membros do CC "porque éramos um partido operário e democrático e todo operário tem direito de voto". O CC se reunia uma ou duas vezes por semana e, de cada vez, ela trazia novos operários para apoiar suas propostas. Aí resolvi mobilizar o meu fã-club e comeci também a trazer operários que, portanto, teriam direito de voto nas decisões do CC. O resultado foi que o número de pessoas que se reuniam tornou as reuniões impraticáveis por excesso de gente: havia algumas em que o número de presentes passava de quinze pessoas, quando o número legal do Bureau Político era apenas de cinco, o que, nas condições de ilegalidade em que vivíamos, era absurdo.

Então um companheiro propôs que fosse proibida a convocação de membros de base para as reuniões do CC sem autorização prévia deste. E com isso, o problema, de imediato, desapareceu.

Começava a luta em S. Paulo contra Getúlio e tudo fazia prever que a burguesia cafeeira paulista não aceitaria tranqüilamente a derrota do PRP. Estávamos em março de 1932 e a luta se prenunciava através

das colunas dos jornais e dos comícios nas ruas, das lutas estudantis. Todavia o CC parecia alheio a esses fatos. Somente nos preocupávamos com probleminhas internos e cada dia surgia um novo "caso" de algum camarada que não cuspira no lugar certo ou que fora visto conversando com algum burguês. Coisas tão ridículas que até me envergonho de trazê-las para o papel. Mas prometi a mim mesmo relatar a verdade e estou me esforçando para fazê-lo. A discussão desses casos nos tomavam o tempo da reunião e nada se fazia de prático, os acontecimentos se precipitavam sem que tomássemos conhecimento deles.

Foi precisamente o que eu disse em uma dessas reuniões, dessa vez sem convidados, pois não era mais permitido trazê-los. Meu ponto de vista fora vitorioso e Cina se pôs a chorar porque havia perdido. Também minha paciência tinha limites. Então, com raiva, exclamei: "Isso, camaradas, não é comunismo, é mulherismo!" Creio que era o que ela esperava ou queria pois, nessa base, me acusou de "ser contra as mulheres" e ter "um conceito burguês sobre as mulheres e o comportamento feminino".

Na reunião seguinte, porém, Fernando, que havia muito não comparecia — pois estava enfermo "do coração" — apareceu dessa vez. E foi ele quem continuou a luta de sua mulher contra mim e os meus "preconceitos burgueses contra a mulher". Eu criara, pois, um "caso", era mais um caso para discutirem, e se deliciaram com isso. E, como de hábito, exigiram que eu apresentasse uma carta ao CC "confessando e reconhecendo os meus erros".

Poucos dias depois, após muito pensar e aconselhar-me com alguns camaradas, apresentei a carta exigida, na qual "reconhecia que, embora com boas intenções, minha atividade revelava que eu estava ainda imbuído de preconceitos pequeno-burgueses" etc. Foi, mais ou menos, nesses termos.

Essa carta foi imediatamente reproduzida em mimeógrafo e espalhada pelo Partido com cópias para o BSA. Eu, agora, somente pensava em como libertar o Partido da influência perniciosa de Fernando e Cina. Eu era um prisioneiro. Embora o Comitê Regional de S. Paulo, estivesse ao meu lado, este não se podia manifestar nem criticar um organismo superior, sem provocar "fraccionismo", o pecado dos pecados, no movimento comunista, naquele tempo. Minha idéia era denunciar o fato ao BSA e não sabia como. Cheguei a escrever uma longa carta historiando os fatos e solicitando a presença de um camarada de Montevideú para que viesse ver o que estava acontecendo.

Descobri, por me haver sido dito pelo próprio Arlindo Pinho, que ele fora chamado para viajar para Montevideú levando uma carta, minha carta, aquela em que eu "reconhecia os meus erros". Desejavam que eu fosse excluído do CC e mesmo do Partido, como "trotskista". Sendo meu amigo, e estando do meu lado, recusou-se Arlindo a viajar, mesmo quando Cina lhe acenou com uma recompensa: ser enviado a Moscou, com uma

bolsa de estudos, para a Escola Leninista. Arlindo me perguntava se devia ir ou não. Disse-lhe que fosse, mas levasse também a carta que eu escrevera ao BSA, destinada a um camarada pertencente ao mesmo.

Enquanto isso nos mudávamos, eu e Silvia, daquela casa, pois era evidente que não podíamos viver, com Fernando, na mesma casa. Além do fato de ser contra todos os princípios conspirativos, dois meses de convívio me haviam demonstrado que nossas divergências não eram apenas ideológicas ou teóricas, mas até nos gostos, na maneira de sentir e de nos comportarmos. Nós, por exemplo, não deixávamos de tomar banho todos os dias e consertar as roupas rasgadas. Para Fernando e Cina, eram hábitos burgueses, porque "operário não tem tempo para essas coisas". Mudamo-nos para o Bom Retiro, Rua Prates, alugando um cômodo dos fundos de uma residência, onde morava uma família israelita. Sempre com nome suposto. Mas logo descobrimos quem eu era, pois uma das moças da casa namorava um membro da JC, Marino, irmão do Augusto Besouchet. A família ficou sabendo das "minhas idéias" e começou a insinuar que eu estava prejudicando as filhas. Assim, um mês depois nos mudávamos novamente, dessa vez para a Rua Jaraguá, também no Bom Retiro.

Vivendo na clandestinidade, eu não devia ser conhecido por ninguém que não fosse membro do Partido. Uma vez reconhecido, eu tinha mesmo de mudar.

* * *

Atravessávamos todos um período muito difícil. A situação confusa do CC, dividido em dois grupos hostis, todavia não se refletia muito no CR de S. Paulo, porque eu evitava levar para lá os problemas que me pareciam sem importância, muitas vezes inexistentes, criados no CC. Minha situação pessoal, todavia, não era das piores. Estava ainda na escola, ganhando um pequeno salário, que dava para pagar o cômodo em que morávamos e ainda sobrava para as refeições. Às vezes filávamos um almoço ou jantar, para sair dos sanduíches, na casa de algum companheiro, em geral israelita, ali mesmo no Bom Retiro. N. e G. eram nossas principais vítimas. Mas para roupas, o dinheiro não dava. Eu tinha um só terno e as camisas tinham remendos sobre remendos. As de minha mulher não eram muito melhores. Mas havia camaradas em situação pior ainda, pois o desemprego, naquele ano de 1932 era muito grande. Esses camaradas se dedicavam então inteiramente ao trabalho do Partido e tínhamos de lhes arranjar alguma coisa, ao menos para se alimentarem. Muitos não tinham nem onde morar e dormiam hoje aqui e amanhã ali, em alguma cama improvisada ou, às vezes simplesmente no chão, como já havia acontecido comigo. Silvia estava grávida e, com meus poucos conhecimentos de terapêutica, eu procurava resolver os problemas que apareciam. Remédios, sempre se arranjava, com médicos simpatizantes, que nos davam amostras de laboratórios.

Certa vez, chegando tarde em casa, encontrei na porta dois elementos suspeitos e tive de dar meia volta e procurei outro lugar para dormir. Fui a pé, pois era tarde da noite, e não havia mais bondes, até a rua Rubino de Oliveira, onde se achava instalada nossa imprensa clandestina. Lá haveria lugar para me deitar. Mas ao chegar encontrei lá, dormindo no chão, amontoados, três ou quatro camaradas que não tinham nenhum direito de estar lá, e menos ainda de saber que lá funcionava nossa imprensa. Dormi e deixei-os dormir. Mas no dia seguinte, com muita pena, tive de desmanchar a casa e alugar outra.

Nossas ligações com os Comitês Regionais dos outros Estados eram boas, mas as notícias que tínhamos eram das piores. A repressão policial se fazia cada vez mais violenta e havia um grande número de camaradas presos. No Rio se realizara uma Conferência Regional, que criara grande confusão pelas profundas divergências que lá se verificaram, nem sei bem a propósito de quais questões. E havia uma grande infiltração de intelectuais e membros das classes médias, simplesmente desesperados, já desiludidos com Getúlio e seus comparsas. Esses elementos eram, em geral, **prestistas**, e pensavam apenas em criar condições para arrastar o Partido para uma tentativa de **golpe**, o que era totalmente absurdo, nas circunstâncias. Na realidade, embora Prestes já estivesse, por essa altura, na União Soviética e se tivesse desdito de tudo aquilo que antes afirmara, em seus manifestos do ano 31, e que haviam ocasionado sua ruptura com o Partido.

Um desses elementos, podemos dizer perniciosos, era uma moça (poetisa) chamada Pagu, que vivia, às vezes, com Oswald de Andrade. Ambos haviam ingressado no Partido, mas para eles, principalmente para Oswald, tudo aquilo lhes parecia muito divertido. Ser membro do PC, militar ao lado de operários "autênticos" (tipo Miguel), tramar a derrubada da burguesia e a instauração de uma "ditadura do proletariado", era sumamente divertido e emocionante. Nessa Conferência Regional do Rio, um dos membros do grupo de "autodefesa", armado de revólveres, que protegiam a reunião contra curiosos e policiais, era Pagu... Mas havia ainda outros intelectuais, estes um pouco mais sérios, como Eneida e Osvaldo Costa, admiradores de Miguel...

Em S. Paulo, todavia, a influência maior a prejudicar a expansão e o crescimento do PC era o trotskismo, que já saíra dos meios intelectuais para se infiltrar nos meios operários e na JC, aliás muito fraca. Já dominavam mesmo o sindicato dos gráficos, num tempo em que o operário gráfico, sobretudo o linotipista, se considerava intelectual.

Tínhamos ainda um grande núcleo de estrangeiros, sobretudo húngaros e lituanos, que haviam imigrado depois da primeira guerra e tinham algumas noções do que era marxismo-leninismo. Era um núcleo forte, à margem do Partido, mas que tinha até mesmo o seu jornal semanal. No mês de maio um dos dirigentes do grupo, um tal de Querelaite se entregou à polícia, fazendo-nos perder não somente muitos camaradas, como toda

uma oficina, que imprimia jornais em várias línguas: polonês, húngaro, lituano, principalmente.

Mais ou menos em abril chegava a S. Paulo, vindo do Norte, Caetano Machado. Era um operário padeiro, muito inteligente e combativo, mas que não conseguira superar as idéias anarquistas em que se formara. Creio que foi em 1926 ou 27 que uma greve geral dos padeiros, no Rio, levou alguns destes a matar dois ou três donos de padaria, o que arrastou alguns camaradas a longas condenações, e uma certa desmoralização para o PC, ao qual muitos deles pertenciam, embora este não tivesse no caso nenhuma responsabilidade. Caetano Machado estivera envolvido nesses casos, pois era o mais importante líder dessa categoria profissional. Logo que chegou convidamo-lo a participar do CC. Mas durante muito tempo ele somente se preocupou em estudar guerrilhas e formas de combate no campo, para onde fora, por conta própria, por algum tempo. Acabou desistindo das guerrilhas, mas sem abdicar de suas idéias a respeito, que eram aliás sustentadas por Fernando e muitos membros do CC.

Fernando escrevera um documento, que foi afinal aprovado pelo CC, contra o meu voto e o de alguns outros, no qual se informava que no Brasil, na ocasião, havia “condições para uma insurreição armada” e toda a estratégia do Partido devia convergir para esse fim. Havia, é verdade, em S. Paulo, uma situação que fazia prever graves acontecimentos. Já o PRP se preparava para tomar o poder em S. Paulo, pondo no governo do Estado, Pedro de Toledo, “civil e paulista”. Mas o proletariado não estava muito preocupado com isso. Seus pensamentos se concentravam em uma **greve geral**, para resolver o problema angustiante dos salários e do aumento do custo de vida, além do desemprego que, em abril de 1932 aguentava os trabalhadores para o interior do Estado.

Havia naquele momento outra discussão importante no CC, que nos roubou muitas noites de sono. Propúnhamos medidas para preparar uma demonstração gigantesca de 1.º de Maio, que se aproximava, e pensávamos que seria uma boa oportunidade para movimentar os trabalhadores, tendo em vista a declaração de uma greve geral. Estávamos bem representados nos sindicatos, nos quais havíamos voltado para as “frações vermelhas”, ou seja, os grupos comunistas dentro dos sindicatos. Apesar de decisão em contrário, haviam sido organizados, em algumas categorias profissionais, “sindicatos paralelos”, ao lado dos que já existiam e estavam sob controle do governo federal, principalmente entre os ferroviários, e a massa desejava mesmo essa greve, o que nos facilitava a tarefa. Mas Fernando e seus companheiros, entre os quais se destacava o Russildo Magalhães, conhecido como Antonio — que fora da JC e recebera uma bolsa de estudos para Moscou, onde somente aprendera algumas línguas — insistiam em que não era necessário fazer propaganda alguma porque “a massa era revolucionária” e bastava lançar um grito que ela viria totalmente aos nossos braços. Era aquilo uma forma de **esquerdismo**,

a que Lenine chamava de **espontaneísmo**, uma outra “doença infantil” do comunismo”.

Foi precisamente pouco antes do 1.º de Maio, para o qual nada havíamos feito, que, certo dia, ao passar pela Rua José Paulino, um camarada veio avisar-me que havia alguém na barbearia do camarada Kovalski, naquela mesma rua, que precisava falar comigo. Dirigi-me para lá, sem ter idéia do que iria encontrar. Fazendo a barba estirado numa cadeira de barbeiro, estava num camarada argentino, membro do BSA, Gonzales Alberdi, a quem ficamos chamando de Flores. Nós nos conhecíamos, de modo que o contato foi fácil. Ele tinha ido precisamente ali, à minha procura, cujo endereço era secreto, pois por ele recebíamos correspondência.

Sáímos imediatamente a conversar. Disse-me que havia recebido uma carta do CC, assinada por Fernando, da qual eu não tinha conhecimento, e também aquela em que “eu reconhecia os meus erros”, bem como aquela outra que eu escrevera em caráter pessoal, todas levadas pelo Arlindo Pinho. Assim, haviam compreendido que a situação do PC no Brasil, estava péssima. Ele tinha vindo como “observador” e me mostrou a credencial que trazia. Já sabia parte do que estava acontecendo, mas queria saber o resto, as duas versões, a minha e a de Fernando. Enquanto caminhávamos, dei-lhe, naturalmente, a minha versão, expus as idéias de Fernando e as minhas, inclusive aquele caso dos intelectuais que não tinham direito de voto. A seguir, tomamos um bonde e levei-o à casa de Fernando.

Como resultado dessas primeiras conversas, comigo e com Fernando, foi marcada uma reunião preliminar do CC, à qual ele estaria presente, como “observador”. Surgiu o problema do 1.º de Maio e ele então não pôde deixar de intervir, dizendo que as idéias de Fernando eram “puramente anarquistas”. Assim, naquela mesma reunião tratamos de tomar algumas medidas para a comemoração da data, mas já era muito tarde, mal dava para editar uma proclamação do Partido. Convocávamos os trabalhadores para o Largo da Concórdia, no Brás, mas a demonstração fora um completo fracasso. Havia mais policiais que trabalhadores, houve tiros, correrias e prisões. Cartazes e faixas que trazíamos, nem puderam ser usadas. E isso foi um golpe de morte nas idéias políticas de Fernando.

Poucos dias depois realizamos uma grande reunião do CC ampliado (isto é, com a presença dos camaradas mais responsáveis do CR e do setor sindical) para dirimir as divergências. Nessa reunião já se achava presente também Mário Grazini, que tinha vindo de Montevidéu, onde trabalhava na CESLA (Confederação Sindical Latino-Americana). Foi uma reunião de mais de vinte pessoas, que terminou pela madrugada. Fernando leu um documento que havia preparado, contendo os seus pontos de vista, embora já não tão firme em suas idéias, em virtude do fracasso do 1.º de Maio, pelo qual era responsável, embora quisesse, naturalmente, jogar a responsabilidade sobre o CR de S. Paulo. Depois foi a minha vez de falar e comecei a combater todos os pontos de vista de Fernando, desde

aquela sua proposta de tirar aos intelectuais o direito de voto até sua concepção de que estávamos em "plena época de insurreição armada". Falei na sabotagem que Cina fazia ao trabalho do Partido, pois tinha todo o "aparelho" em suas mãos, sempre que seu ponto de vista era derrotado. Falei sobre o hábito de trazer camaradas de base do Partido somente para ganhar votações no CC, sobre a teoria de que "devíamos já preparar a insurreição popular" e outras coisas de menor importância. Outros camaradas falaram, quase todos, alguns partidários das idéias de Fernando, mas já recuando em suas posições. No fim, falou o camarada Flôres, com sua autoridade de membro do BSA. Foi uma crítica violenta às posições de Fernando. E este ficou arrasado, como eu havia ficado, um mês antes, quando me vira obrigado a assinar a famosa carta de "reconhecimento de erros", para não ser expulso do Partido, por Fernando e Cina, e seus sequazes iludidos.

Como resultado da reunião, e por votação, Cina foi excluída do CC, para ficar somente como "encarregada do aparelho" (a secretária, com endereços, dinheiro etc.). Fernando foi excluído do Bureau Político, composto em geral de cinco membros do CC. Caetano Machado, que havia recuado de suas idéias iniciais de fazer guerrilhas em vez de cuidar da organização dos operários nas cidades, nos sindicatos, foi escolhido para secretário geral do Partido. Quanto a mim, ficou decidido que eu deixaria o cargo de secretário do CR de S. Paulo, para integrar o Bureau Político como encarregado de Agit-prop, responsável ainda pela edição de **Classop (Classe Operária)**, órgão oficial do Partido, edições de livros programados (traduções) e outras tarefas ligadas a esse setor.

Para mim fora uma vitória política. Mas não havia tempo, e não era muito esportivo, dar pontapés no inimigo ferido. E, assim, o assunto se encerrou e tratamos de trabalhar. Flores se foi. Ao mesmo tempo chegava da União Soviética Roberto Morena, que fora assistir a um Congresso da Confederação Sindical Mundial, lá sediada.

Grazini e Morena, como especialistas sindicais, foram designados para levar adiante o projeto de greve geral. Já havia alguns sindicatos em greve. O objetivo era estendê-la às demais categorias profissionais, sobretudo, naquelas em que tínhamos "frações vermelhas" mais ativas e mais numerosas: ferroviários, sapateiros, metalúrgicos, condutores de veículos, hoteleiros e outras.

Em meados de maio já havia cerca de 200 mil operários em greve, quase toda a população operária da cidade, e começava a estender-se para cidades do interior. Um Comitê de Greve, bem estruturado, dirigia o movimento. Dele faziam parte Grazini e Morena. Grazini, como gráfico, conseguiu a adesão dos trabalhadores gráficos, parando os jornais. Morena era marceneiro de profissão e de grande prestígio no seu setor, e conseguiu trazer os marceneiros. Entre os gráficos, embora dominados pelos trotskistas, destacava-se João da Costa Pimenta, que embora afastado do Partido, do qual havia sido um dos fundadores, concordou em cooperar

conosco. Nosso maior problema era o sindicato dos tecelões, cujo secretário, Reghetti, era amigo de Miguel Costa, de quem recebia influência. Também os tecelões foram à greve e Reghetti passou a fazer parte do Comitê de Greve.

Exigia-se aumento de salários, lei de férias e outras reivindicações que representavam melhorias nas condições de trabalho. E também exigíamos uma Constituinte, que era o objetivo aparente do PRP e do Partido Democrático, já aliados contra Getúlio.

Pelos fins de maio foi convocada uma reunião do Comitê de Greve, no sindicato dos gráficos, ali perto da Praça da Sé. Seria uma reunião pública, um desafio à polícia, com entrada franqueada aos trabalhadores de qualquer categoria. O Partido decidiu fazer-se representar e o representante natural deveria ser eu mesmo, encarregado do setor de agitação e propaganda.

A noitinha, despedi-me de minha mulher, na certeza de que iria ser preso. Dei-lhe algumas recomendações, para o caso em que isso acontecesse, apanhei uma escova de dentes, uma muda de meias e cuecas, que meti no bolso do sobretudo e lá me fui.

A rua estava tomada por grupos de operários que não tinham conseguido entrar pois o salão, conforme verifiquei a seguir, estava superlotado. Mas não havia muito ânimo. A greve já durava quase um mês, sem resultados à vista e os operários estavam cansados e certamente passando fome. Meu papel era insuflar novo ânimo nos grevistas, além de mostrar como o PCB os ajudava e estava à sua frente. Tomei lugar à mesa, onde se achava quase todo o Comitê de Greve, e comecei a falar, "em nome do Partido Comunista do Brasil".

Mal acabava de pronunciar essas palavras quando o salão foi invadido por policiais à paisana, portanto cassetetes e revólveres. De pé, na plataforma em que se achava a mesa, percebi imediatamente o que estava se passando, ao mesmo tempo em que comecei a prestar atenção ao rumor que subia da rua. Logo começou um corre-corre, a polícia batendo e dando tiros, mas a porta estava bloqueada. Grazini, Morena e outros começaram a gritar: Calma, calma! Mas o pânico estava formado e todos queriam sair ou pular pela janela, enquanto alguns lutavam com os policiais.

Tratei de esgueirar-me entre a multidão, pois um grupo de tiras estava começando a furar a multidão que cercava a mesa, em minha direção. Mas sem resultado. Fui agarrado pela gola do sobretudo enquanto operários tratavam de se defender dos cassetetes, e procurando sair de qualquer forma da sala que havia se transformado em pandemônio.

Devidamente escotado, desci à rua, que estava agora cercada pela cavalaria e por vários carros "tintureiros". A multidão fora dispersada a pata de cavalos.

* * *

Ao entrar no tintureiro, já encontrei algumas pessoas. Grazini e Morena me receberam sorrindo. E havia um rapaz que eu conhecia de vista e era membro do Partido. Não me lembro seu nome. Depois de alguns comentários que trocamos, informei aos meus companheiros de que iria dar um nome falso, não daria nem o meu nome verdadeiro nem o de João Machado, que a polícia estava procurando sem conseguir identificar. Inventei na hora: Joaquim Trindade, qualificação: gráfico desempregado, que estaria na sede dos gráficos para ver o que se resolvia, e à procura de emprego mas nada tinha com a greve. Precisava apenas de um endereço. Onde morava eu? Teria de responder a essa pergunta. Depois de alguns momentos de hesitação, nosso companheiro, que eu mal conhecia, me ofereceu a sua casa: "Diga que mora na rua tal número tanto". Agradei e tratei de reter o nome na memória. Ele também se lembraria: Joaquim Trindade.

Desembarcamos na Rua dos Gusmões, em uma delegacia que havia por lá, e famosa pelo mau tratamento que dispensava aos presos em geral e aos políticos em particular. Ficamos alguns momentos numa sala e cada um foi sendo chamado para interrogatório, e não voltava mais. Chegou a minha vez. Fui interrogado pelo famoso Apolonio, que, salvo engano, é hoje professor da Escola de Polícia. No rápido interrogatório declarei o que tinha projetado: Joaquim Trindade, gráfico, desempregado, morador à Rua tal, número tanto. Tinha esperança de que não tivessem minha ficha dactiloscópica, pois nunca estivera preso em S. Paulo. Mas, como me certifiquei algum tempo depois, eles tinham essa ficha.

Ao declarar minhas qualificações, Apolonio abriu uma gaveta e dela tirou uma fotografia. Fiquei espantado: era a fotografia do grupo de participantes do 1.º Congresso da JC, realizado dois ou três anos antes, e nela estava a minha cara! Mas eu devia estar com a fisionomia bem diferente, pois, aparentemente, não me reconheceu nela. Assim, fui identificado como Joaquim Trindade, e esse fato me causou, mais tarde, transtornos e dores de cabeça, atrapalhando minha vida. Mas eu não era adinho.

Apolonio perguntou-me se eu conhecia João Machado e eu respondi que nunca tinha ouvido falar nesse nome. Em seguida fui recolhido à prisão propriamente dita. Era uma cela de cimento, que ficava numa galeria superior de um imenso salão igualmente acimentado e cheio de celas iguais à minha. Na cela em que me haviam jogado já estavam o Grazini e o Morena.

Ficamos conversando algum tempo sobre o presente, o passado e o futuro: péssimo alojamento, a falta de organização verificada na assembléia do Comitê de Greve, que deveria ter organizado um cordão de defesa e não o fez, e o nosso destino que provavelmente seria o chamado "presídio da Liberdade", uma prisão política de que ouvimos falar, e que ficava na Rua da Liberdade ou no Cambuci. Por fim, cansados, tentamos dormir, pois já era madrugada.

Pela manhã descemos ao rés-do-chão, onde havia um tanque usado pelos presos para se lavarem e lavar a roupa que era secada em cordas estendidas em todo o comprimento do salão. Lembrava as bandeiras coloridas de um eterno festival, de que falava Silvio Caldas, só que esse samba não existia ainda. Ou então, uma festa de roça.

Nessa ocasião, não me lembro a propósito de que, Grazini fez uma piada qualquer, uma expressão irônica quanto à prisão e ao carcereiro, um tira, como todos os demais, mal-encarado. Foi o suficiente para que recebesse uma série de insultos do mesmo carcereiro e levado para uma cela de castigo. Que cela! Tinha todo o aspecto de um castigo medieval. A cela teria menos de dois metros de altura com 50 centímetros de cada lado. De modo que o preso só podia ter uma posição: de pé. E nu. Grazini era um homem alto, forte e gordo, de modo que mal se podia mexer dentro dela. Assim mesmo permaneceu dentro dela durante todo o dia. E fazia um frio úmido de inverno, mais úmido ainda naquela cela que nunca vira o sol. Eu e Morena não sabíamos o que devíamos fazer. Ele e Grazini não se davam muito bem, por pequenas ciúmadadas mais do que por motivos ideológicos, mas na ocasião, fazia questão de provar sua solidariedade. Assim, por proposta dele decidimos não aceitar o prato de comida que nos fora servido, aliás, de aspecto e cheiro insuportável, e nos declaramos em greve da fome até que nosso companheiro fosse libertado. Não comemos nem o almoço nem o lanche da noite, café com pão. Lá pelas oito da noite Grazini foi libertado daquela cela horrível e voltou para a nossa, onde pelo menos se podia deitar. Está claro que aderiu à nossa greve, e no dia seguinte também recusou as refeições, embora ela tivesse sido promovida por causa dele. Mas nós queríamos ser mandados, pelo menos isso, para outra prisão. Dizia-se que no Presídio da Liberdade, para presos políticos, havia até sobremesa!

Ficamos assim mantendo a nossa grevezinha por mais um dia, ao fim do qual, ou seja, na manhã seguinte, fomos de fato transferidos para aquele presídio. No caminho, já aliviávamos a nossa fome, pensando no bom bife com arroz e sobremesa que lá serviam. Lá chegados, pudemos ver apenas uma boa residência com um pequeno muro à frente e um lindo jardimzinho. A casa somente se diferenciava das vizinhas, porque tinha grades de ferro nas janelas. Mas, que era isso, se lá comia-se bem e havia até camas! Bem, não eram camas, mas simples esteiras. Na sala em que nos meteram havia mais de vinte camaradas presos, a maioria estrangeiros, russos, lituanos, poloneses e até um estoniano. Todos operários, haviam sido presos dias antes, no decurso da greve. Eram quase todos ferroviários. E lá se achava também o Nute, meu velho amigo. Já havia um "coletivo" formado. Numa sala vizinha, segundo nos informaram, havia outro tanto de presos, com os quais se comunicavam através de um furo que haviam feito na parede. Contamos ao pessoal o que nos havia acontecido, a nossa greve de fome, e queríamos saber a hora do almoço. Foi quando nos informaram, meio pesarosos, meio sorrindo,

que, desde o dia anterior, também eles estavam em greve da fome, pois havia uma ameaça de serem transferidos para a Ilha Grande, para onde a polícia carioca começava a mandar os presos políticos.

Ficamos assim, mais uns dias sem comer, a fome fazendo doer o estômago, e tirando-nos não a coragem, mas abatendo nosso estado moral. No primeiro dia ainda conversamos bastante, jogamos xadrez, feitos com miolo de pão, e cantávamos. Ao fim do segundo dia, já poucos tinham ânimo para essas coisas. O diabo é que eu era membro do Bureau Político, hierarquicamente colocado alto, e não me podia deixar abater, e, ao contrário, tendo de insuflar nos outros um ânimo que já me estava faltando. Chegamos à conclusão de que cantar era o melhor remédio. Começamos cantando hinos revolucionários, desde a Internacional até ao hino da JC e canções anarquistas. Depois passamos aos sambas mais recentes, que poucos sabiam cantar. No carnaval de 32 fizera sucesso a marchinha "O teu cabelo não nega", e não nos fartávamos de cantá-la. Para os camaradas estrangeiros essa música não tinha graça nenhuma, o que não podíamos compreender. Pedimo-lhes que cantassem uma música lituana. E o que ouvimos, cantados por eles, como se fossem uma vibrante música revolucionária, parecia mais um cantochão, cantado em missa de sétimo dia.

Ao fim do terceiro dia de nossa permanência naquele presídio, pela madrugada, fomos despertados. Era cerca de meia-noite, pelos nossos cálculos, pois ninguém tinha relógio. Todos receberam ordens de se vestir. Fomos metidos em vários carros fechados e, quando desembarcamos, ao fim de alguns minutos, estávamos na plataforma da Central do Brasil no Brás, onde um vagão fechado, desses de carga, nos esperava. Agora não havia dúvidas, íamos mesmo para o Rio. Para os que eram solteiros, ou os que eram do Rio, isso não tinha grande importância. Mas para os que moravam em S. Paulo, e lá deixavam os seus parentes, essa mudança era bem desagradável.

As mulheres (eram poucas, entre elas a mulher do Nute) foram para um carro de passageiros, onde se alojava também a escolta. Cansados, com fome e com frio, procuramos ajeitar-nos da melhor forma possível. O assoalho não era contínuo, mas sim feito de ripas atravessadas em vários sentidos, o que tornava incômoda qualquer posição, de tal modo que, apesar do cansaço, poucos puderam dormir. E sobretudo tínhamos fome, pois havia pelo menos cinco dias que não comíamos.

Não podíamos saber o que se passava lá fora, pois não havia janelas e todo o ar entrava justamente pelo assoalho de ripas, sobre as quais estávamos deitados. E isso nos sufocava. Decidimos, a princípio, cantar, mas ninguém se achava com forças para fazê-lo. Além disso, de nada nos serviria — tentávamos chamar atenção, sobre nós, dos que acaso estivessem por perto do vagão — pois, com o trem em movimento, ninguém nos ouviria. Além disso, era tarde da noite. Acharmos melhor gritar por água toda vez que o trem parava. Talvez fosse uma estação. Assim,

sempre que o trem parava, gritávamos e batíamos nas paredes do vagão: "Água! Água! Água!... Queremos água, assassinos, fascistas!" e outros termos menos elogiosos referentes às mães dos que nos haviam mandado para o Rio naquelas condições horríveis.

Já de madrugada, quando os primeiros sinais de claridade começaram a surgir através das ripas do assoalho, a direção do "coletivo" reuniu-se mais uma vez para deliberar. E por fim decidimos, dado o estado de fraqueza em que todos se achavam e a nenhuma repercussão de nossa greve, pois estávamos isolados do mundo — sem a qual nenhuma greve de fome tem valor — suspendê-la, ao chegar ao Rio, para depois decidir sobre o que deveríamos fazer. A perspectiva de suspensão da greve, e a possibilidade de tomarmos dentro de poucas horas um bom café com pão, levantou o ânimo de todos.

Afinal o trem parou, e pelos ruídos externos, compreendemos que havíamos chegado ao Rio. Com efeito, logo as portas se abriram e fomos descendo do vagão e entrando para os tintureiros à nossa espera, enquanto cantávamos, com todas as forças que nos restavam, a Internacional. Éramos mais de 50 pessoas, fora meia dúzia de companheiros e ainda por cima um garoto de três anos, Jaime, filho de Nute e Liuba.

* * *

Chegados à Detenção, na Rua Frei Caneca, fomos, os homens, metidos no xadrez da Sala dos Primários, no 1.º andar que, muitos de nós, que havíamos militado no Rio, já conheciam. E logo nos serviram café com pão, o que nos trouxe alma nova e o coração alegre. Por alguns momentos nada fizemos senão deliciar-nos, prolongando o prazer ao máximo, o sabor do café quente descendo pelo esôfago, mastigando lentamente o pão.

Mas, passado esse momento de reconforto, tratamos imediatamente de eleger uma nova direção do "coletivo", composto de cinco pessoas, e a distribuir o tempo, marcando horas de discussão e estudos teóricos para os que quisessem: marxismo, situação brasileira, União Soviética, socialismo etc., eram temas de estudo e discussão. Análise da atuação do Partido, não era conveniente, pelo menos no momento.

Também marcamos horas de recreio e descanso, em que cada um fazia o que queria, menos ir embora, é claro. Éramos cerca de 50 numa sala que normalmente deveria servir para 20 presos. Havia alguns que não eram comunistas, simples operários grevistas apanhados por acaso na rede. E havia um que era anticomunista e Reghetti, ao qual já me referi, operário tecelão, líder do seu sindicato, amigo e admirador de Miguel Costa, e portanto, para nós, suspeito. Durante algum tempo ele se manteve afastado de nós, e tinha, nós o sentíamos, o coração amargurado. Um dia decidimos convidá-lo a participar de nossas reuniões e palestras e ele aceitou. Sem tornar-se comunista.

Combinamos, entre outras coisas, manter um certo padrão de comportamento que mantivesse alto o nosso moral. Fazer a barba e tomar banho, pelo menos duas vezes por semana, racionar os cigarros que cada um tinha no bolso, os quais eram entregues ao coletivo, e organizar uma lista de reivindicações que iríamos pleitear junto ao diretor da Casa de Detenção: passeio ao ar livre, uma hora pela manhã e outra à tarde; leite para os mais velhos e os enfermos (havia alguns com perturbações intestinais e hepáticas); talheres, pois tínhamos de comer com as mãos, fazendo do pão uma espécie de colher. E colchões, pois, no inverno (estávamos em fins de junho) a cela era muito fria, embora o soalho fosse de madeira. Além disso, não entrava o sol, pois as janelas estavam vedadas com tábuas muito bem pregadas.

Obtivemos, de início, alguma coisa: leite para os mais velhos e doentes (havia um estoniano que tinha mais de 60 anos e o Reghetti devia ter mais de 50), de acordo com ordens médicas (o leite assim obtido, era todavia distribuído por todos) e de direito de mandar comprar cigarros. Dias depois de chegarmos, o Socorro Vermelho comunicou-se conosco por intermédio de um preso e começou a mandar-nos cigarros, escovas de dente, pastas, sabonetes, toalhas e algum dinheiro para distribuir entre alguns guardas e presos de crime comum para nos facilitar o que precisássemos.

Obtivemos ainda alguns colchões, mas tivemos de devolvê-los pois vieram cheios de percevejos. Mandamos comprar esteira de palha, sobre as quais então dormimos. Não nos atenderam em várias coisas: não nos deram talheres, pois eram facilmente transformados em punhais, também não nos deram passeios ao ar livre, no pátio da prisão, nem quiseram liberar as janelas para que entrasse o sol e aquecesse um pouco a sala. Essas conversações, pedidos, respostas, estabelecidas entre nós e o diretor, por intermédio dos guardas, levaram pelo menos 15 a 20 dias. Aos poucos fomos entrando no ritmo da prisão, com estudos e jogos: quase todos jogávamos xadrez, cujas peças eram feitas com miolo de pão amolecido com água e por fim secado, o que o endurecia, e levava algumas horas para serem feitas. O tabuleiro era um pedaço de cartolina riscada. Havia vários tabuleiros e diversas partidas eram disputadas ao mesmo tempo. Sempre começávamos uma espécie de torneio mas, por motivos diversos, nunca terminavam e ficamos assim sem saber quem era o campeão, o que afligia alguns companheiros que se consideravam "os tais". Quanto a mim, eu não era dos piores. Mas é que eu tinha a grande responsabilidade de ser o secretário do coletivo. Éramos muitos e os dias de prisão iam fazendo vítimas: muitos se enervavam com a inatividade, respondiam mal e grosseiramente, provocando disputas em torno de questões as mais fúteis, outros se recusavam a participar das palestras ou defendiam pontos de vista que considerávamos errados, e não aceitavam críticas.

Ao fim de dois meses de prisão, na mesma cela, sem ver a luz do sol, sem ter o que fazer, estávamos, na verdade, todos enervados. Muitos

tentavam esquivar-se da faxina semanal ou diária, conforme as circunstâncias, disputas surgiam a todo momento, e eu tinha a tarefa de procurar trazer os outros "à razão", antes de levar a questão ao coletivo. As "penas", para os mais rebeldes, consistiam em "congelar" o companheiro por um, dois ou três dias: nesse período ninguém podia falar com ele, embora não perdesse nenhum dos direitos, inclusive sua ração de fumo. E nem todos agüentavam serenamente esse castigo.

Mas houve um momento em que chegamos todos a um grau de explosão. Uma nova reclamação do direito de passear uma hora por dia, mais uma vez negada levou-nos a um estado de exasperação insuportável e um dia começamos a fazer barulho de marmitas nas grades, acompanhado de gritos e cantos, do que os detentos se aproveitavam para fazer barulho também, o que transformou nossa galeria em um inferno de barulho. Como castigo, suprimiram o leite. E as visitas, direito que havíamos conquistado recentemente (alguns companheiros começaram a receber visitas de seus familiares do Rio), foram suspensas.

Esses dois fatos nos levaram a um extremo de exasperação. E certa manhã exigimos falar com o Diretor, o que nos foi negado. Então, sem saber exatamente quem começou, todos se atiraram às tábuas que fechavam as janelas e — nesse estado de espírito, as forças se multiplicam por dez! — as arrancaram com nada mais que as próprias mãos. Logo compareceu a polícia militar, de armas embaladas, apontadas contra nós, com ameaças de fuzilamento sumário. Mas não nos intimidamos e começamos a cantar a Internacional e o hino nacional. Vendo que não nos intimidávamos, apareceu um recado do Diretor dizendo que nomeássemos uma comissão para falar com ele. Foram indicados Grazini, Morena e eu.

Fomos andando pelos estreitos corredores, enquanto os presos, dentro de suas celas, nos aplaudiam, e outros nos vaiavam, descemos as escadas para o rés-do-chão, onde a mesma cena se repetiu, de aplausos e vaias, até chegar ao pátio. Aí fomos detidos por um sargento que nos declarou que, por ordens do Diretor, só podia ir um de nós e não a comissão. Os três nos detivemos por instantes para deliberar. A princípio não aceitamos e por fim decidimos que, antes pouco do que nada. Eu iria falar com o Diretor.

Pode-se imaginar como fui recebido pelo Diretor em sua sala, evidentemente guardada por dentro e por fora por soldados de armas embaladas, como se eu fosse capaz, mesmo desarmado, de tomar o poder, ou mesmo agredi-lo: com indisfarçada hostilidade. Disse-lhe o que queríamos, contei-lhe o grau de exasperação a que todos haviam chegado pela inatividade e pela falta de sol, pelo leite e as visitas suprimidas. Xingou-nos, então, de moleques, criminosos e outros termos que ouvi calado, até com certa calma. Compreendi que ele queria me provocar, para mandar que me dessem algumas bordoadas ou qualquer coisa parecida. Perguntei:

— Então, qual a resposta?

Vencido, enxugando o rosto vermelho de raiva, respondeu apenas:

— Vou consultar meus superiores. Pode ir.

Saí de lá calmo, mas intimamente disposto a cometer um assassinato. Levaram-me de volta ao encontro de Grazini e Morena, que me esperavam, com um sentimento de fracasso. E logo uns dez policiais nos cercaram e, à força, puxando-nos pelos braços, e dando bordoadas com a coronha do fuzil, nos levaram para uma outra ala da prisão. Enquanto éramos arrastados, Morena gritou: “Viva o Partido Comunista!”, o que os encheu de raiva e aumentaram as bordoadas, que nem mais sentíamos.

Na nova prisão, uma porta se abria para o pátio externo, onde nos encontrávamos, dando entrada para uma sala baixa, quase totalmente escura, alumada por uma pequena lâmpada presa ao teto, que de quase nada servia. Era a “Solitária”. Estávamos no porão do presídio. A luz mais forte vinha de três pequenas aberturas de mais ou menos dez por dez centímetros, quase no teto, de uns dois metros de altura, o que permitia a entrada de um pouco de luz. A sala teria uns quatro metros por cinco. Ao lado direito, subindo um degrau, havia uma série de cinco celas e nos atiraram para dentro, um em cada uma: eram as famosas **celas de castigo**, de que ouvíamos falar. Tinham mais ou menos um metro e oitenta de comprimento por um de largura; toda em cimento, fazia um frio e uma umidade difícil de suportar. E nessas celas ficamos cerca de um mês (33 dias, segundo me disseram depois). Podíamos conversar através das paredes, falando alto, mas nosso estado de ânimo não era de conversas. Alguns dias depois, recebemos companhia, do sexo feminino, que foi jogada em outra cela. Era uma mulher escura, ainda jovem, a espera de ser julgada por assassinato — matara o amante que a explorava, segundo nos disse — e estava de castigo por mau comportamento. Através das paredes, contou-nos algo de sua curta mas já atormentada existência. Mas passávamos a maior parte do tempo deitados, em cima de folhas de jornal, que um preso nos havia cedido, quando nos trazia a refeição. Esta, uma única por dia, se constituía, como o que comíamos na outra prisão, de feijão, arroz, às vezes um pedaço de lingüiça ou carne-seca e pão. À tarde recebíamos uma caneca bem grande de mate que, segundo se dizia, era antiafrodísíaco. Ao fim de uma semana, já estávamos rindo de nossa situação, contando anedotas, fatos da vida de cada um, Grazini, Morena e eu, e mesmo discutindo coisas do Partido. E falávamos do que estaria acontecendo com os nossos companheiros, e isso talvez significasse que iríamos os três para a Ilha Grande (ou talvez se esquecessem de nós?), lugar temido por todos os presos, principalmente da malandragem, pois, que soubéssemos, ainda não havia comunistas por lá: era uma Colônia Correccional, para presos comuns.

Final um dia vieram nos buscar, levando-nos para outra cela, perto daquela em que estávamos, só que era bem iluminada e agradável, pois que era banhada pelo sol. E cheia de gente. Lá estavam todos os companheiros que havíamos deixado um mês antes. O ambiente que encontramos, era o pior possível, pois estavam quase todos brigados entre si,

formando pequenos grupos. E todos temendo ir para a Ilha Grande, coisa que lhes parecia certa, conforme haviam sido avisados por um preso. Ao lado dessa nova cela, um pouco adiante, e separada por uma grade, estava a prisão das mulheres, das “nossas mulheres”, das companheiras presas, entre as quais, segundo fomos informados, estavam Liuba e Eneida. Elas tinham um regime mais liberal, recebiam comida de fora, e mesmo doces, que começaram então a ser distribuídos também entre nós, mandados através de algum preso.

Não havia mais direção de coletivo, pois ninguém respeitava ninguém desde que tínhamos, os três, sido mandados para a “Solitária”. Toleravam-se mutuamente, era o máximo que podiam fazer. Os estrangeiros mantinham-se agora mudos e completamente à parte. Estavam à espera de ser deportados e não queriam saber de outra coisa. Estavam com o Brasil, pelo pescoço. Os não-comunistas, salvo um ou outro, não tinham nenhum compromisso, e faziam questão de dizê-lo e prová-lo. Somente alguns membros do Partido, de maior responsabilidade, ainda tentavam manter um ânimo mais ou menos cordial, melhorado ainda quando começamos a receber pedaços de doces e bolos que as mulheres nos mandavam.

Minha tarefa foi a de fazer voltar aos companheiros, a calma e a razão. Mas a ansiedade, a angústia, o pavor da Ilha Grande, tinham seus efeitos e não era fácil eliminá-los. Tudo, porém, terminou de repente quando, uma certa madrugada fomos todos despertados com ordens de arrumar as roupas. Enfim, chegara a hora, e iria terminar a angústia. Era mesmo a Ilha Grande.

Ocupando vários tintureiros, fomos levados, ainda escuro, para o cais do porto, onde embarcamos em um navio relativamente grande para tão curta viagem. Se não me engano era o Anibal Benevolo, um velho cargueiro do Loide, com o qual não nos atreveríamos, em condições normais, a ir a Niterói. Já encontramos a bordo umas 50 pessoas, tudo malandro, com representantes de quase toda a variegada fauna da malandragem carioca: de batedores de carteira a arrobadores e assaltantes. Alguns deles tinham boa aparência, boas roupas, e havia mesmo um ou outro engratado, e não se misturavam com a escória. Mas a maioria mesmo era de vagabundos, ladrões “pés de chinelo”, descuidistas, mendigos esfarrapados, falsos cegos e falsos aleijados, recolhidos dos xadreses do Rio, ao que diziam, para dar lugar aos presos de S. Paulo, onde a guerra civil, da qual mal ouvíramos falar, já começara ou estava começando.

Dentro do navio, nossa liberdade era completa e somente tínhamos cuidado, por conselho dos policiais, com os “nossos haveres”: malas de roupa, capas etc. pois os vagabundos estavam alertas para nos roubar. O curioso é que o navio estava absolutamente vazio de qualquer mobília: nem camas, nem cadeiras, nem cozinha nem nada que se parecesse. Era apenas o navio, na sua estrutura de ferro, com meia dúzia de tripulantes para conseguir que o navio andasse sem rebentar as caldeiras, e uns cem soldados armados, espalhados pelo convés. No interior do navio, liber-

dade absoluta, até mesmo de se jogar n'água, o que, na altura em que estávamos, era perigoso. Os soldados nunca saíam do convés. Podiam os presos matar-se uns aos outros, ou lançar-se à água, que pouco se estavam incomodando. Na realidade, tinham medo.

Os presos nada comeram durante o dia. Ao anoitecer fomos todos dormir, arrumando, onde era possível, um lugar para se deitar, sempre com um olho vivo para os vagabundos. Os soldados levavam farnel. Todavia, água não faltava.

No dia seguinte, pela manhã, bem cedo, quando nos erguíamos já o navio estava ancorado em frente à ilha. Era um lindo dia de sol e ao longe víamos uma bela praia, as águas mansas convidativas para um mergulho, um ótimo lugar para veraneio. Todavia, mais ao longe, como uma sombra negra, avistávamos o presídio e a Colônia Correccional.

Meia dúzia de barcos a remo, manobrados por presidiários, facilmente reconhecíveis pelas suas roupas listradas, encostaram no navio e, um por um, fomos descendo, cada um portando os seus pertences. Cada barco cheio se ia afastando, depositando-nos na praia, com água pelas canelas e depois voltava para apanhar nova carga. A única mulher que nos acompanhava Liuba, com seu garoto de três anos, foi carregada às costas. De lá nos dirigimos, em fila indiana, para um escritório, situado não longe da praia, onde fomos identificados, um por um. Minha surpresa foi ter sido chamado por dois nomes: "Joaquim Trindade ou Leôncio... de que mesmo?"

— Sou eu.

— Fique desse lado, me disseram.

E de lado fiquei, até que terminassem a chamada. Quando terminou, o diretor da prisão, a quem chamavam ou diziam chamar-se Tenente Canepa, me chamou à parte e perguntou se era verdade que eu era médico, como dizia o documento de apresentação. Confirmei. Agora não me adiantava mais nada ocultar. Seria até o João Machado, se fosse perguntado.

— E onde está o seu diploma?

— Está em casa. Se me der licença, vou buscá-lo.

Ele me olhou desconfiado e me fez juntar-me aos outros. Novamente em fila indiana fomos recolhidos ao presídio. Este se constituía de uma série de galpões de alvenaria e telha, emendados uns aos outros, formando um quadrado, sem janelas por fora e dando saída para um pátio interno que teria o tamanho de metade de um campo de futebol. O galpão que nos era destinado, e devia ter uns vinte metros por dez de profundidade, era rodeado internamente por um estrado de madeira, no qual iríamos dormir. Sobre o estrado, alguns colchões, repugnantes em seu aspecto, e que deviam estar cheio de percevejos, previsão que não tardou em ser confirmada pelos próprios.

Já havia alguns presos comuns estirados nos colchões. Fomo-nos arrumando aqui e ali, arriando os nossos pertences e logo convocamos uma reunião para saber o que fazer. Os demais presos nos olhavam de esguelha, com um sorriso de desprezo e a todo momento aparecia um a dizer:

— Aqui não pode, está ocupado.

— Aqui também não pode, também está ocupado. Ali dorme o China, lá dorme o Fuinha e outros nomes menos afidalgados. Até que surgiu um guarda que mandou afastar o grupo de presos para um canto, declarando: "Daqui pra cá é dos comunistas. Vocês se arranjem do lado de lá".

Assim tivemos de início uma área reservada por uma linha imaginária. Mal nos havíamos reunido, e tocou uma sineta, indicando que era hora de almoço. Novamente em fila indiana, passamos por um corredor de guardas e soldados, em direção a um outro galpão externo, que era o refeitório. Fomos sentando nos bancos toscos, ao lado de compridas mesas sem toalha e nos trouxeram a "sopa". Era uma água quente temperada com um pouco de sal e um pedaço de gordura flutuando. Simplesmente repugnante. Alguns de nossos companheiros não conseguiram tomá-la. Eu e muitos outros a experimentamos, e era mesmo horrível. Mas breve nos habituaríamos. Também havia pão em fatias e vimos que alguns dos presos guardavam uma fatia no bolso, o que também fizemos. Era para "o lanche da tarde". Depois veio um prato de arroz com feijão. O arroz era duro, parecia feito de areia, mas o feijão era escolhido: os piores entre os piores. Também fizemos um esforço para comer, pois a fome era muita: havia mais de 24 horas que não comíamos.

À tarde, depois de conversarmos e fazermos os comentários possíveis e necessários, uns "achando ruim" e outros "agüentando a mão", elegemos uma nova direção do coletivo. Eu fui encarregado da parte cultural e me competia organizar uma série de cursos duas vezes por semana, outro da parte esportiva, que organizava e dirigia um pequeno período de ginástica diária. Mas isso como se verificou a seguir, era inútil, pois no dia seguinte começamos a trabalhar — e isso já era ginástica suficiente. Não obstante, as reuniões culturais permaneceram por muito tempo. Aproveitávamos parte do tempo fazendo amizade ou travando conhecimento com alguns dos presos que pareciam mais razoáveis e mais "civilizados" e que, pelo modo de falar, pareciam ter alguma instrução. Logo nos explicaram a natureza do nosso futuro trabalho: a viga, a lenha, a olaria e outros serviços.

Não sabíamos quanto tempo iríamos ficar. Se fôssemos condenados, saberíamos: tantos meses ou tantos anos. Mas não éramos condenados, nem estávamos sob os cuidados da justiça, que ignorava a nossa existência. Isolados do mundo, poderíamos ficar ali anos e anos, ou, quem sabe, até ao fim da vida. Quando estávamos ainda no Rio, na Detenção, o Socorro Vermelho se esforçara por encontrar um advogado para tratar de nossos

casos, mas agora ninguém se atreveria e o Estado de Sítio estava em vigor, por causa da Revolução Constitucionalista, de S. Paulo. Agora que estávamos nesse fim de mundo, era mais difícil ainda. Mas muitos de nós — eu inclusive — acreditávamos que, terminada a guerra paulista, serenada a situação política, seríamos soltos. Esses eram os temas de nossas conversas nos primeiros dias.

Nossa primeira noite foi a mais terrível de quantas noites eu já havia passado numa prisão. Às 9 horas nos devíamos recolher ao leito, com as luzes apagadas menos uma pequenina lâmpada no teto que, de tão fraca nos dava a impressão de que não tardaria a morrer de anemia. Estendemos-nos ao comprido, cabeça para a parede, apertados uns contra os outros, pois éramos mais de cinquenta, e os percevejos reclamavam sua razão diária.

Consegui adormecer, pelo cansaço, pois a noite anterior, passada no navio, ninguém conseguira dormir. Alta noite fui acordado por gritos. E pude ver, com horror, como alguns presos atacavam outro, segurando-o pela cabeça e pelos braços enquanto um terceiro, um quarto, um quinto, se satisfaziam. Acreditei ter descido ao último círculo do inferno, ao último grau da abjeção. Não eram homens que ali estavam presos. Eram animais, sem mesmo um mínimo de dignidade, já não digo humana, mas animal.

Tais cenas se verificavam quase todas as noites. E aí de quem se queixasse ao diretor do presídio. Cada um tinha de se defender como podia e não faltou mesmo uma morte, quando um dos presos, atacado, tentou defender-se: usara um punhal feito com o cabo de uma colher furtada durante a refeição.

Quase todos tinham um punhal, feito disso ou daquilo, até de madeira. De quinze em quinze dias havia uma revista geral para descobrir armas escondidas, e por vezes passava ainda mais tempo, pois, afinal de contas, era um serviço inútil. Mal perdiam uma, faziam logo outra. Era a luta pela sobrevivência.

Havia também menores presos, rapazolas de 16, 17, 18 anos, os “pivetes” que, para se defender, buscavam a proteção de ladrões mais velhos e mais fortes, com os quais se “amigavam”. Eram, então, intocáveis, por uma convenção tácita. Esperavam apenas o tempo suficiente para ficarem mais velhos e mais fortes, para, por sua vez, fazerem o mesmo com outros “pivetes”. Aquilo que tínhamos no presídio, era positivamente a escória da humanidade: ladrões tipo pé de chinelo, vagabundos, bêbados, pederastas e até mesmo débeis mentais, como logo descobrimos. Esses eram as vítimas prediletas de outros presos e dos guardas do presídio, que se divertiam espancando-os. Esses seres sub-humanos, depois de espancados na frente de todos, ficavam estirados na areia do pátio até que se conseguissem recompor. Ninguém os ajudava ou consolava. E mal se levantavam, se punham a rir como se tivessem passado por uma cômica aven-

tura. Não tinham a menor noção dos seus direitos humanos, nem idéia do que deveria significar a dignidade humana.

A isso chamavam de **Colônia Correccional da Ilha Grande**. Para mim, aqueles presos eram todos irrecuperáveis, mergulhados na lama abjeta da depravação, até aos cabelos. Para eles somente havia dois mundos, os que conheciam: o dos “otários”, as pessoas que tinham algo que eles queriam e não compreendiam por que lhes fosse proibido tomá-lo; e o deles, o mundo livre da depravação, onde a liberdade não tinha limites. Habitavam-se de tal modo à prisão que muitos deles quase não conheciam outra vida. Para além desse conceito de vida, nada mais existia. Como pode sobreviver uma sociedade que produz tais frutos? Mesmo eu, que já havia convivido com toda espécie de ladrões e marginais, estava chocado. Aquele grito na noite, o primeiro que tinha ouvido, por muito tempo me acompanhou. Até que nos habituamos todos. Mas já então havíamos sido transferidos para outro galpão em que os presos políticos ficavam separados.

* * *

No dia seguinte ao da nossa chegada à Ilha, às 5 da manhã, ainda escuro, fomos despertados. Era a rotina que começava. Depois de feita a chamada de conferência, fomos distribuídos em duas turmas, a da viga e a da lenha. O trabalho da **turma da lenha** era mais suave: tinham de subir o morro e apanhar a lenha cortada no dia anterior por alguns presos e trazê-la para baixo, para a cozinha. A lenha era carregada nos ombros, em feixes, e havia um número mínimo de achas que cada um devia carregar, pudesse ou não.

A minha turma era a da **viga**. Tínhamos de subir o morro e “encaminhar” a viga para baixo. Essa viga era um tronco de árvore derrubada na véspera, por um grupo de presos comuns. Aparentemente era um serviço fácil. Mas extremamente perigoso e já havia vários casos de morte entre presidiários que se encontravam no caminho da viga em sua corrida vertiginosa para baixo, dentro de uma trilha que as próprias vigas haviam cavado. Trabalhávamos com paus para orientá-las, toda vez que escapavam do raso canal e tínhamos de colocá-las outra vez no rumo certo. Um machado ajudava a aparar as pontas de galhos que por vezes impediam sua descida. Eu fui encarregado de ser o portador do machado. Levava-o ao ombro, quando de manhã tínhamos de subir ao morro. E os companheiros brincavam comigo porque me conheciam todos pelo meu nome de guerra, Machado. Diziam que era meu emblema, mas que eu exagerava.

Subimos pelo morro, através de uma trilha, cerca de 300 metros de altura; éramos uns vinte, e guiados por alguns presos antigos, fomos aprendendo a manobrar o tronco, a colocá-lo dentro da trilha e a deixá-lo escorregar, tomando o cuidado de não ficar no seu caminho.

Uma semana depois houve uma redistribuição de serviços, de acordo com a especialidade de cada um ou a simples critério do médico ou do diretor. Alguns foram mandados para a olaria, situada a um quilômetro, mais ou menos, do presídio. Morena, que era marceneiro de profissão, foi mandado para a oficina de marcenaria. Ele era um mestre no seu ofício e sua especialidade era a de entalhador, um verdadeiro artista na sua profissão. Mas foi designado para fazer tamancos, que os presos usavam, nós inclusive. Kovalsky, que era barbeiro, foi para a barbearia. Tínhamos entre nós um cozinheiro, que foi naturalmente para a cozinha, com o que nos ajudava roubando pão e melhorando um pouco a comida. Nute e sua mulher continuavam morando numa casinha que lhes fora destinada, com seu filho, fora dos limites da prisão, e cuidava da horta, de onde vinham alguns dos legumes que comíamos no almoço. Quanto a mim, fui chamado para uma conversa particular com o médico do presídio, Dr. Sardinha. Era um homenzinho magro, que gostava de bancar o homem mau, mas se percebia que apenas se vingava da humanidade que o havia empurrado para ser médico, na Ilha Grande, de um bando de vagabundos. Quis saber se eu era médico mesmo, e pediu-me para lhe dar os nomes de alguns dos professores, o que fiz. Daí, me mandaram para tomar conta do "hospital".

Esse "hospital" ficava a uns 200 metros, fora do presídio, perto da praia. Era uma casa com poucos cômodos. O maior tinha meia dúzia de leitos. Em outro havia apenas dois, que eram destinados aos "enfermeiros". Um terceiro cômodo era uma espécie de escritório-consultório, mas nele o médico nunca aparecia. Na ocasião havia apenas um doente: um homem tuberculoso que estava apenas esperando a hora de morrer pois não havia tratamento para ele.

Alojei-me numa das camas. A outra era de um camarada que já se achava preso quando chegamos e se chamava Henrique Cordeiro. Eu o conhecia, não muito bem. Era membro do Partido, funcionário público, creio que farmacêutico de profissão, ou prático de farmácia. Achava-se isolado pois, ele mesmo me confessou, havia sido acusado de haver denunciado companheiros e ele me garantia que era mentira. Todavia, como ambos éramos de falar pouco, o resto era silêncio. Trabalho quase não havia. O tuberculoso nos dava alguma ocupação, para lhe tomarmos a temperatura duas vezes ao dia e fornecer-lhe alguma alimentação. De quando em quando aparecia alguém com perturbações intestinais e que não exigiam internamento. Do mesmo modo havia muitos casos de doenças venéreas, que eram tratadas como sífilis (não havia ainda antibióticos nem sulfas) com injeções de 914, o grande remédio da moda. Também havia muitos casos de avitaminose, para os quais não tínhamos tratamento, a não ser pomadas inócuas, quando se revelavam por úlceras nas pernas. De modo geral, enquanto o doente podia andar e fazer alguma coisa, não era internado. Vinha apenas nos dias marcados, tomar injeções.

Nas minhas horas de folga, quando fazia bom tempo, eu ia passear pela praia. Já a essa altura usávamos roupas listradas. Até que eu ficava bem nela, na opinião dos meus camaradas, sobretudo quando usava o chapeuzinho, igualmente listrado. Na praia, eu ficava apenas mariscando na areia, pois o mar era perigoso (muitos tubarões, diziam), e tomando banho de sol, o que já era algo de bom que não havia na casa de Detenção do Rio. Outras vezes ia visitar Morena na marcenaria, onde ele me ensinou alguns segredos da profissão e chegamos a fazer um completo jogo de xadrez, de madeira, que guardo até hoje. E diariamente, ia ao pavilhão interno do presídio para conversar com os companheiros e participar de reuniões e cursos de marxismo, pelos quais eu era responsável.

O mês de outubro passou assim mais ou menos tranqüilo, e já havíamos caído em uma certa rotina e nos tínhamos, todos, acomodado à situação, que procurávamos enfrentar com a calma possível e a paciência necessária, até que algo acontecesse.

Pelo fim do mês soubemos do fim da guerra civil em S. Paulo, e isso nos deu esperanças de que começassem a libertar-nos. Todavia acabou o mês, entramos em novembro e nada aconteceu. Por essa época descobrimos um soldado de polícia que era **simpatizante**. Procurou um de nossos companheiros dizendo que ia ao Rio e perguntando se queríamos alguma coisa. Depois de discutir o assunto, demos-lhe uma lista completa de todos os presos, e um endereço, o de um companheiro do Socorro Vermelho, a fim de que nos mandasse cigarros, dinheiro, escova de dentes, sabonetes e mais o que fosse possível. E deu certo porque, poucos dias depois recebemos, entregue em parcelas, uma porção de coisas que davam para todos. Cada um de nós ganhou a sua escova de dentes, sabonetes e vieram até mesmo algumas toalhas de rosto, algumas novas e outras usadas mas bem lavadas. Isso nos trouxe novo ânimo. Também vieram alguns jornais recentes. Tudo naturalmente por vias clandestinas.

Nosso novo amigo soldado era um mulato inteligente e decidido. Era do Rio Grande do Norte. Estava na Ilha como parte de um destacamento havia dois meses. E nos disse que estava "conversando" outros, também simpatizantes. E logo organizamos com eles uma **célula**. Eles nos ajudavam de toda maneira possível, a melhorar nossa situação, trazendo sempre jornais e cigarros, que podia conseguir num lugar da Ilha, chamado Abraão, uma espécie de porto oficial para lanchas, do outro lado do morro que dividia a Ilha pelo meio.

Em começos de novembro quase todos começaram a receber cartas de parentes. E assim fiquei sabendo, por uma carta de Silvia, que eu já era pai. A 31 de agosto havia nascido meu primeiro filho, que já teria, portanto, 3 meses. Ela informava que estava indo bem, com ajuda do Socorro Vermelho, que tinha conseguido sobreviver à caçada policial que começara com nossa prisão. Tudo naturalmente por meio de palavras **código**.

O nascimento do menino, que ainda não tinha nome, que eu soubesse, foi devidamente comemorado com palmas e canecas de café. A chegada da correspondência e a possibilidade de comunicação com os parentes, nos animou a todos, porque significava também uma boa perspectiva de próxima liberdade. A ponto de deixarmos de lado, por algum tempo, uma idéia que nos perseguia desde o primeiro dia de nossa chegada à Ilha: a fuga.

Até o momento, desde a nossa chegada, já haviam acontecido três ou quatro tentativas de fuga, por presos comuns. O processo era sempre o mesmo: embrenhar-se pelo mato, subindo o morro, atingir a praia do outro lado, onde moravam muitos pescadores e roubar um barco. E com ele atravessar o mar até Angra dos Reis ou Mangaratiba, a costa mais próxima, que ficava em frente, a algumas milhas. Mas era uma aventura arriscada. Muitos se perdiam no mato e acabavam se entregando, pela fome. Outros eram caçados pelos pescadores e entregues aos soldados em troca de cem mil réis, que era quanto valia um preso. Os que conseguiam roubar um barco tinham ainda de se orientar pelo mar, para atingir a costa, o que já era uma tarefa desanimadora. Alguns tiveram êxito, no passado, muito poucos. Outros se perdiam no mar, eram devorados pelos tubarões ou acabavam, mesmo sem querer, regressando à Ilha. Os recapturados levavam uma surra de rebentar-lhes o couro e iam para a "Solitária", que era algo de tétrico, segundo nos contavam. Na verdade nenhum de nós chegou a conhecê-la, embora não faltassem ameaças.

Uma reunião do coletivo decidiu que devíamos organizar um plano de fuga, com ajuda dos soldados que eram agora nossos camaradas. E vários planos foram feitos. Mas nesse ínterim chegava uma nova turma de camaradas presos. E depois outra e mais outra, o que absorvia nossa atenção. A partir de começos de novembro, quase todas as semanas chegava um nova leva, composta em geral de 5 ou 10 camaradas, quase todos do Rio, mas também de outros estados. Numa delas chegou Heitor Ferreira Lima, que fora preso, creio, no Ceará. De outra veio Américo Maciel Bonfim, que depois se tornou o famoso Miranda, da tentativa de rebelião de 1935.

Alguns meses antes, em princípios de 1932, havíamos recebido do Comitê Central em S. Paulo, uma estranha carta do Paraná, de alguém que se dizia membro da Liga Comunista Revolucionária, fundada por Prestes desde o ano anterior e que acreditávamos já extinta. Na realidade, que soubéssemos, ela nunca chegara a funcionar. O signatário dizia que fora preso na Bahia e deportado para o Uruguai, mas conseguira fugir dos seus guardas no Paraná. Pedia ajuda e manifestava desejos de ingressar no Partido. Assinava a carta Américo Maciel Bonfim, nome que nos era totalmente desconhecido. Essa carta nos pareceu suspeita e por isso simplesmente a arquivamos. Principalmente por que ser membro da tal Liga, que o próprio Prestes já havia abandonado, já era motivo bastante suspeito. E não tardamos em esquecer o assunto. Agora, com

a chegada do mesmo Américo à Ilha, nos perguntávamos se não seria um agente da polícia. E durante alguns dias o mantivemos "congelado". Mas o homem era "bom de bico", bem falante, o logo ganhou a confiança de muitos companheiros. Contava ele, no meio de suas supostas aventuras rocambolescas, que era professor na Bahia (de primeiras letras) e que simplesmente desejava ingressar no Partido. Não obstante, apesar de admitirmos que convivesse conosco, não participava de nossas reuniões.

Ele foi enviado, pela direção do presídio a trabalhar na olaria, que ficava fora da área do presídio. Lá estavam ainda, salvo engano, Desiderio, um estivador e antigo membro do Partido, Grazini e mais outros companheiros. E isso atrapalhou um pouco nossos planos para a fuga, o qual previa que primeiro deviam ir os que trabalhassem precisamente na olaria, de onde era mais fácil partir. Eu deveria ir com eles pois, trabalhando no Hospital, era fácil para mim ir até ao local. De lá à praia, eram apenas uns 500 metros. Um dos soldados já tinha conquistado a boa vontade de um pescador, o qual nos cederia o seu barco em troca de dinheiro. Só faltava marcar a data. Lá para os fins de novembro, uma certa manhã, fomos informados de que haviam conseguido pegar o barco e fugir, sem esperar por mim. Mais tarde, quando tornei a encontrá-lo, o Américo me explicou que "aparecera uma oportunidade e eles não quiseram perdê-la". Mas eu sabia também que ele não me apreciava muito, pois soubera que eu era um dos que haviam combatido a sua entrada no Partido, por não confiar nele. Mas agora isso não importa. O fato — é que haviam fugido. Só esperávamos que não fossem recapturados. E não foram mesmo. Não sei como conseguiram trocar suas roupas listradas por roupas comuns. Sei apenas que conseguiram ajuda do outro lado.

E agora o problema tornava a apresentar-se: organizar outra fuga. Mas não tínhamos roupas, a não ser a farda listrada. O Socorro Vermelho não tardou em remeter-nos uma mala de roupas usadas, obtidas em coletas entre simpatizantes. Eu mesmo achei uma que me servia muito bem, assim como um par de sapatos — na ilha só andávamos de tamancos — e um chapéu. Quase todos obtiveram roupas.

Em meados de dezembro, entretanto, fui surpreendido com o aviso de que devia me preparar para viajar. Havia chegado para mim uma ordem de soltura. Dois ou três dias depois, já vestido e com dez mil réis no bolso para a condução no Rio, que o coletivo me havia dado, despedi-me de meus companheiros, certo de que breve seria a vez deles. E de fato assim foi. De dois em dois dias, sempre que havia uma lancha para terra firme, ia uma turma: não podiam libertar-nos todos de uma vez.

No dia seguinte pela manhã, bem cedo, acompanhado por três soldados e mais dois malandros que estavam sendo enviados para interrogatórios, subi o morro. Do outro lado, estava a liberdade. Já estávamos fora da área da Colônia. Chegamos a um pequeno povoado, o Abraão, onde havia algumas casas de pescadores beirando a praia e várias repar-

tições do governo, e mesmo um bar onde, sem poder resistir, pude afinal tomar um café com leite, cujo sabor, fazia alguns meses, eu não sentia. Era o café da liberdade. Como disse, eu não vinha só. Havia comigo dois outros presos, punguistas de profissão, com os quais mantive uma palestra amigável. Eles estavam sendo removidos por uma ordem judicial e, antes de serem libertados, deveriam apresentar-se não sei onde. Mas para mim já era a liberdade, depois de seis meses de "cana". Um deles me disse que não tinha dinheiro algum mas pretendia fugir assim que tomássemos o trem em Mangaratiba, para o centro, mas precisava dar uns golpes a fim de conseguir algum dinheiro e conseguir escapar com ou sem o consentimento dos guardas. Para isso ele trazia a "ferramenta": e me mostrou os dois dedos, indicador e médio, símbolos de sua profissão, pois com eles trabalhavam para esvaziar os bolsos dos outros. Não sei se aconteceu. Sei que tomamos a lancha, nos dirigimos para o outro lado do estreito, onde ficava Mangaratiba, enquanto eu respirava o vento frio e delicioso da manhã de verão, de um belo dia de sol, a caminho da liberdade.

Em Mangaratiba, tomamos o trem. A partir desse momento, disse-me um dos soldados, eu estava livre e podia sentar onde quisesse. Despedi-me deles, e procurei um banco vazio, o mais afastado possível e me sentei para descansar, com um sorriso de felicidade nos lábios. Mas pensava, que vou fazer, para onde vou?

* * *

Mal o trem se pôs em movimento, comecei a esboçar um plano para os meus primeiros passos. Havia mais de um ano que eu saíra do Rio, e, com o número de prisões ocorridas nesses últimos meses, seria difícil localizar algum membro do Partido que me levasse a alguém do CC ou mesmo do CR. Mas não tinha outro recurso senão procurar. Vários nomes de camaradas, cujo endereço eu conhecia, me surgiram à mente. Tinha de começar por um deles. Devia ser umas 9 horas da manhã e até à noite eu teria de encontrar alguém, sob pena de dormir na rua. Saltei em Cascadura e comecei minha busca. Os homens, naturalmente, estavam no trabalho e suas companheiras dificilmente me poderiam dar indicações. Mas, não havia outro jeito e tinha de tentar.

De endereço em endereço, fui de Cascadura a Madureira, Inhaúma, Osvaldo Cruz, pois me enviavam de um lugar para outro, e não sei a quantos lugares mais, até que, por volta das 8 horas da noite fui bater em uma casa da estação de Deodoro. Lá encontrei, finalmente, vários camaradas. Era uma espécie de esconderijo, um "endereço ilegal" e entre os camaradas encontrei um que eu conhecia bem: o Coripeu de Azevedo Marques. Na conversa ele me foi contando algumas novidades: O Comitê Central de S. Paulo, depois das prisões de maio e junho, fora dissolvido. Quase todos haviam sido presos pelos "constitucionalistas". Um novo CC fora escolhido em uma Conferência Nacional, na qual ele, Coripeu,

havia sido nomeado assistente do "encarregado sindical", embora não tivesse nenhuma experiência dessa atividade. Mas não havia outro. Eu fora reeleito para o CC, mas meu lugar estava sendo ocupado por um "suplente". Fernando estava com os filhos no Rio, pois conseguira escapar e estava esperando que se conseguisse dinheiro para mandá-lo a Moscou, por algum tempo, pois além do mais, como de costume, estava doente: o coração. Sua mulher, Cina, havia fugido para os Estados Unidos com um camarada do BSA, que viera ao Brasil como assessor da JC. Tendo recebido ordens para sair do Brasil, convidara Cina para ir com ele. E ela foi, deixando o marido e os filhos. Para a secretaria geral, fora eleito um operário gráfico que eu conhecia bem: Duvitiliano Ramos, que tinha então o nome de Freitas. O secretário sindical, do qual Coripeu era assistente, era o Menezes, um tecelão, um bom camarada, mas estava cheio de filhos (oito ou nove) e morava em Niterói. Como secretário de Agit-prop, Domingos Braz, que eu também conhecia, um tecelão de Petrópolis, que tinha o apelido de guerra de Jarbas, mas agora era Mauro. Mauro vinha do movimento anarquista, no qual ingressara ainda bem jovem e depois de uma visita que eu fizera a Petrópolis ingressara no Partido juntamente com um outro companheiro, também ex-anarquista, conhecido como Carioca. Mauro não gostava dos intelectuais e não lhe faltou oportunidade para demonstrá-lo. E por isso não me via com bons olhos. Mas eu estava acostumado com os "maus olhados".

Deu-me ainda mais notícias. Astrogildo sumira de vez: fora para Rio Bonito, Estado do Rio, de onde era natural e estava no negócio que herdara de seu pai: atacado de Bananas. Otávio Brandão estava em Moscou, Paulo Lacerda estava em Vassouras, de onde era sua família e, ao que se dizia, "atacado da cabeça". Caetano Machado tinha ido para Pernambuco, de onde era natural. Do antigo Comitê Central do III Congresso, só restava eu. Do CC de S. Paulo, também só restava eu.

Ficamos ainda conversando enquanto eu comia um magro jantar improvisado pela dona da casa, até alta noite. Fui ainda prevenido de que, no dia seguinte, eu devia procurar outro lugar, pois ali era perigoso. Um camarada havia sido preso na véspera e não confiavam muito nele: se fosse espancado, diria tudo o que soubesse. E de fato assim aconteceu. Raposo, um padeiro, então secretário do CR do Rio, fora preso e acabara denunciando o local. Mas lá encontraram somente o dono da casa, um ferroviário chamado Nepomuceno, que era um bom amigo meu, e naturalmente foi preso. Nepomuceno era um desses camaradas dedicados mas que, não podendo deslocar-se, por ter muitos filhos e não poder abandonar o emprego, na Central, tornou-se mais tarde uma vítima constante da polícia. Toda vez que a polícia tinha de prender algum comunista, para apresentar serviço, os tiras iam buscá-lo.

No dia seguinte, enquanto o novo CC não se reunia para me dar destino, fui procurar o Otávio Malta, jornalista, um bom companheiro, e que era o principal dirigente do Socorro Vermelho. Ele me deu cinco

mil réis e me disse que todas as semanas eu passasse por lá, que me arranjaría algum, o que daria pelo menos para almoçar e jantar, pois uma refeição num "china" custava mil e quinhentos réis. Daí fui procurar minha sogra, lá em Vila Isabel, onde pernoitei. No mesmo dia escrevi para S. Paulo pedindo que Silvia e o garoto, que tinha então o meu nome, viessem para o Rio. Instalamo-nos em um porão de uma velha casa da Rua Bela de S. João, em S. Cristóvão. Com dinheiro adiantado pelo Malta mobiliei o quarto, cama, mesa, algumas cadeiras e um berço. Aí vivemos cerca de três meses.

Procurei um velho amigo, membro do Partido, um médico que morava no Meyer, onde tinha boa clientela, apesar de ligeiramente hemiplégico, Odilon Machado, para que me orientasse, pois eu precisava trabalhar e talvez pudesse clinicar. Ele me forneceu o endereço de uma farmácia em Del Castillo, subúrbio da antiga Linha Auxiliar, onde esse procurava um médico para dar consultas grátis. Fui imediatamente procurá-la. O farmacêutico, muito gentil, me mostrou o consultório, bem montado, que ficava a uns 50 metros da farmácia, e me disse que havia ali perspectivas de uma boa clientela, pois havia lá perto duas grandes fábricas de tecidos. Eu ganharia dez por cento sobre o valor das receitas, que poderia receber cada dia, ao fim do trabalho. Eu daria consultas pela manhã, das 8 às 11, o que me daria tempo para almoçar em casa. Assim, fui organizando minha vida. A casa em que morávamos era, na realidade, uma "cabeça-de-porco", onde viviam várias famílias. Na parte de baixo, morava, além de nós, uma família portuguesa, um casal, um par de filhos e uma avó. O marido era "carregador", trabalhava com um carrinho de mão e fazia biscates, carregando estivas, na Rua Acre. Como o dinheiro era pouco, a velha ia esmolar e voltava à tarde, sempre com algum dinheiro no bolso.

Durante o resto do mês de dezembro, praticamente nada fizera para o Partido. Ainda não tinham decidido o que fazer comigo, embora eu participasse das reuniões do pequeno CC. Na ocasião discutia-se o problema da Constituinte, que Getúlio havia prometido convocar. Discutiam ainda se a guerra civil de S. Paulo a "revolução constitucionalista" fora ou não justa, se deveríamos lutar para a "democratização do País", o que significaria lutar pela Constituinte. Eu estava mais do que acostumado a essa espécie de "discussões teóricas", das quais em geral nada resultava de prático, mas ajudavam a clarear nosso pensamento. Nessas reuniões, para minha surpresa, voltei a encontrar o Américo Bonfim que, a convite do Mauro, era agora uma espécie de assessor do CC!

Notei logo de início uma certa hostilidade contra mim. O obreirismo ainda dominava os espíritos e, de todos os antigos intelectuais do Partido, só sobrara eu. Mas, eu perguntava a mim mesmo, seria eu um intelectual? Na realidade, havia pelo menos seis anos, eu era um revolucionário profissional ou, pelo menos, vivia como tal. Como distinguir pois um operário de um intelectual? Só porque eu conseguira formar-me em medi-

cina? E Lenine, Engels, Marx, Trotsky, e tantos outros, não tinham sido intelectuais? Continuava pois uma discriminação dentro do Partido, onde todos os membros deviam ser iguais, em direitos e deveres. Além disso, eu havia dado provas, durante esses anos, de sinceridade, de combatividade e por quê não? — de capacidade prática e teórica. Por quê pois a discriminação?

Esse obreirismo, que eu pensava superado, na realidade existia ainda. E se manifestava de várias formas: Odilon Machado, por exemplo, um médico popular, fiel membro do Partido, estava "congelado", ninguém podia falar com ele. E eu falara. Em quase todas as questões, tínhamos opiniões divergentes, como já acontecera em São Paulo. E, por fim, relutavam em me dar tarefas concretas. Era fácil perceber a influência de Fernando nas posições de Mauro e, por tabela, de Freitas. Também se fazia notar a "lábria" de Américo, ele mesmo suspeito, levantando suspeitas contra mim, acusado agora, não diretamente, de ser "pequeno-burguês". O ambiente não era nada agradável para mim. Mas, como em São Paulo, eu tinha certeza de que o futuro me daria razão.

Também em casa a situação não era das melhores. Meu filho, agora com quatro meses, estava muito doente e eu não sabia como curá-lo. Vomitava o que comia, e pesava três quilos, quando devia ter o dobro. Um médico, de um posto de saúde já havia dito a Silvia que "o caso era perdido". Creio que a doença dele seria hoje diagnosticada como desidratação, mas naquele tempo, esse nome não existia ainda. Só a doença. E isso me causava desespero.

Além disso o trabalho no consultório não rendia muito. Minha ignorância em matéria de terapêutica era quase total. Para me ajudar eu tinha um livrinho que ensinava a "formular", pois naquele tempo não existia essa enxurrada de produtos farmacêuticos industriais, como há hoje, e o médico tinha de armar o esquema do seu próprio receituário, combinando gotas e miligramas disso e daquilo, coisa que eu nunca havia aprendido, uma vez que na minha turma, o curso de farmacologia havia sido suprimido. Tinha de me arranjar copiando fórmulas daquele livrinho. Finalmente, para ganhar mais, eu tinha de inventar remédios complicados e caros e sobretudo numerosos, para fazer valer os dez por cento, e isso de certo modo me repugnava, pois a maioria dos clientes pertencia à classe operária.

Um dia notei que, a uns duzentos metros do meu consultório, havia outro, que estava sempre cheio de clientes, embora cobrasse cinco mil réis por consulta, enquanto as minhas eram grátis. Indagando, descobri que se tratava de um consultório homeopático. Eu, naturalmente, não tinha a menor idéia do que isso fosse, embora já tivesse ouvido falar, pois morara durante anos, em frente ao Instituto Hanemaniano, na Rua Frei Caneca, onde se ensinava a clínica homeopática. Mas, **vox populi, vox dei**, devia haver alguma verdade naquilo, pois o consultório estava sempre cheio de clientes, e os remédios custavam baratíssimos: um vidri-

inho de gotas custava menos de um mil réis, e os remédios que eu receitava custavam pelo menos cinco vezes mais.

Resolvi, no mesmo instante, procurar o meu amigo Abrão Brickmann, que se havia formado na Faculdade Hanemaniana, para que me esclarecesse algo sobre a homeopatia. Ele me indicou o nome e o endereço do Dr. Galhardo, professor da Escola e grande clínico homeopata. Imediatamente fui procurá-lo. Dr. Galhardo era coronel reformado do Exército e formado em medicina. Disse-me que, como quase todos os oficiais do seu tempo, tinha formação positivista e esse fato o levava a estudar a homeopatia que, para ele, era uma ciência racional e exata. E começou a dar-me lições. Às 7 da manhã eu já estava na casa dele, no Maracanã e às 8 eu já saía para o meu consultório, para receitar alopatia, como chamavam ao método que eu aprendera na Faculdade. Era um situação bastante duvidosa e contraditória. Mas eu precisava viver.

Poucos dias depois de começar as aulas, resolvi desafiá-lo com o caso do meu próprio filho: seria a homeopatia capaz de curá-lo, quando a alopatia já considerava o caso perdido, e vivia quase artificialmente com os remédios que eu lhe dava? Expus ao Dr. Galhardo a situação em que se encontrava a criança, dei-lhe os sintomas, e ele me indicou um medicamento que depois voltei a indicar muitas vezes: **Aethusa Cinapium**. Com isso o garoto começou a melhorar logo no dia seguinte, os vômitos e a diarreia cessaram e em poucos dias estava fora de perigo. Então tomei a resolução de abandonar o consultório, para tratar somente pela homeopatia. E, enquanto não arranjava outro consultório, comecei a procurar emprego. Não sabia o que fazer. Visitei redações de jornais, em que me ofereci como redator, visitei algumas editoras oferecendo-me como tradutor, mas só recebia promessas "para mais tarde".

Nesse ínterim, as coisas no Partido iam de mal a pior. Em fins de janeiro, depois de muita insistência de minha parte, encarregaram-me de organizar "Comitês de luta contra a Guerra", em virtude de instruções da IC que mandavam a todo o mundo intensificar "campanha anti-guerreira". Em minha opinião, naquele ano de 1933 que começava, não havia a menor possibilidade de interessar os operários brasileiros na luta contra a guerra, mais ainda num "período de estabilização capitalista", conforme diziam os próprios documentos da IC. Tratava-se, sem dúvida, de uma ordem para os Partidos Comunistas da Europa, onde a guerra sempre fora mais do que um fantasma ameaçador, mas uma realidade sangrenta. Todavia, assim mesmo, me pus ao trabalho.

Com minha natural capacidade de organização, procurando aqui e ali, começando com um grupo pequeno de membros do Partido e mais alguns simpatizantes, falando com uns e outros, consegui organizar dois ou três comitês. Isso, durante o mês de fevereiro, com o carnaval às portas, quando só se pensava em organizar blocos e Escolas de Samba. Certo dia, ao fim desse mês, ou começos de março, compareci, como de costume, a uma reunião do CC. Era pela manhã, num subúrbio, a estação de Co-

légio. Havia uns cinco ou seis camaradas presentes, inclusive um representante do BSA, que acabava de chegar do Uruguai. Estava ainda o Mario Grazini, que desde janeiro se achava em liberdade ou, pelo menos, no Rio. Primeiro ponto da ordem do dia: os Comitês de Luta contra a Guerra. Percebi de imediato que havia algo de grave na atmosfera, contra mim, pois poucos me dirigiam a palavra. Logo Mauro pediu a palavra e começou com estas palavras, que nunca mais esqueci: "Camaradas, não vamos rasgar sedas..." E começou a atacar-me, acusando-me de uma série de crimes e desvios cometidos no decorrer dos trinta dias de minha atividade e, ainda, de "resistência à linha do Partido", de "sabotagem às instruções", exercendo uma "influência pequeno-burguesa perniciososa sobre o Partido", além de minhas relações "suspeitas" com Odilon Machado, que era, aliás, membro do Partido.

O choque que recebi foi tremendo. Eu esperava que eles, Freitas, Mauro, Américo, agora também dando palpites, se lançassem contra mim na primeira oportunidade, mas não esperava que fosse tão cedo, pois no curto espaço de um mês não havia tempo para fazer tantas coisas de que me acusavam. Menezes falou qualquer coisa sobre a influência perniciososa dos intelectuais. Grazini, alegando desconhecer os problemas, nada disse. E isso me decepcionou, pois ele me conhecia bem e sabia que eu não seria capaz de fazer a metade das coisas de que me acusavam. O representante do BSA, que apenas me conhecia de nome, preferiu nada dizer.

Quando todos já haviam falado, deram-me a palavra. Eu me recusei a falar. Aliás, nem podia, não conseguia sequer pôr em ordem os meus pensamentos, pelo inesperado do ataque. Em geral, a ordem do dia era comunicada antecipadamente a todos os membros do CC. Dessa vez, foi uma surpresa total. Neguei-me a falar, simplesmente afirmando que nada tinha a dizer. Então me deram um prazo de uma semana para escrever uma carta ao CC "reconhecendo os meus erros". A reunião prosseguiu com outros assuntos, como se nada tivesse acontecido, para eles. Mas eu me mantive mudo pelo resto da reunião, sem saber o que dizer nem fazer. Eles estavam felizes, eufóricos, mesmo, contando até piadas, o que às vezes acontecia nessas reuniões, e nem sequer olhavam para mim. Eu deixara de existir. Pelo menos até escrever a carta que me exigiam.

Quando a reunião terminou, retirei-me sozinho e fui para a estação esperar o trem. Minha alma estava como que destruída, sentia que as lágrimas queriam rebentar pelos olhos e eu resistia. Enquanto esperava o trem, os outros foram chegando e nem sequer me olhavam, pois eu não mais existia. Grazini, creio que por remorsos, tentou chegar perto de mim e me disse qualquer coisa a respeito do calor que estava fazendo, e eu nem o ouvi. Não sabia o que havia dentro de mim: raiva, desespero, frustração, amargura?

De repente me vi em casa, o velho quarto escuro e abafado, uma panela num fogão de ferro colocado ao pé da porta, a mulher arrumando

qualquer coisa, o garoto choramingando no berço. Entrei sem falar, sentei-me na cama e comecei a chorar.

* * *

Não sei por quanto tempo fiquei assim, à beira da cama, sentado e chorando. Mas foi um longo tempo. Também não sei o que minha mulher falou nem o que lhe respondi. Lembro-me que ela naturalmente tentou me consolar, referindo-se a “eles” com palavras e nomes pouco agradáveis. Nada disso porém me aliviava o sofrimento nem me afastava da cabeça e do coração, a idéia e o sentimento de que eu havia desperdiçado minha vida e por fim perdera tudo. Era como se eu tivesse perdido um filho. A vida se acabara para mim.

Mas eu era jovem, a vida mal estava começando, como poderia eu pensar que estava acabada? Além disso, eu estava certo, a razão estava comigo, e acabaria vencendo a crise. Era o que eu pensava, tentando reagir. Abandonei, em pensamento, o passado. Iria entrar no presente e no futuro. Arranjaria um emprego, qualquer que fosse, e trataria de organizar minha vida, lutaria até que me dessem razão.

Estávamos em meados de março, dinheiro não havia, pois que eu havia abandonado o consultório, esperando poder um dia abrir uma clínica homeopática. Assim, havia para mim uma tarefa, que me faria esquecer esses dias amargos. No dia seguinte me pus em campo. Batia a todas as portas em que já havia batido, buscando o cumprimento das promessas. E de cada vez voltava com mais promessas e menos esperanças.

Mas ao fim de alguns dias, uma semana, dez dias, algo aconteceu: encontrei-me com meu irmão Adolfo. Como se realizou esse encontro, não sei. Mas, pelo que me lembro, agora que procuro recordar e concatenar os fatos, creio que esse encontro resultou de uma carta que eu havia escrito cerca de um mês antes, à minha mãe, em Recife, dando minhas notícias e endereço para correspondência. Devo ter recebido em resposta uma carta comunicando-me que o Adolfo estaria no Rio, a negócios, em tal dia e em tal lugar. Foi aí que o encontrei. Ele me deu notícias da família, da qual eu estava afastado havia cerca de quatro anos. Contou-me que todos estavam bem, com saudades minhas, inquietos e preocupados por minha causa, pois não sabiam por onde eu andava. Contou-me ainda que havia organizado uma firma, as Lojas Brasileiras, desde 1930, do mesmo tipo que as Lojas Americanas, criadas no Rio em 1929. Só que, em vez de “Nada além de dois mil réis” sua organização vendia “Tudo até 4\$400”. Já possuía, além da Loja de Recife, filiais em diversas cidades: Salvador, onde estava o Salomão, Belém, onde estava o Artur, havia ainda uma em Fortaleza e agora ia abrir uma em Maceió. Aceitaria eu trabalhar com eles, para ser gerente nessa cidade, com um ordenado razoável? Pedi tempo para pensar. Falei com minha mulher, abria-se uma nova perspectiva na minha vida, uma vida **normal**, uma boa

vida burguesa, trabalhando de dia, folgando à noite, descansando aos domingos, educar o filho, ou os filhos, criando-me, enfim, “uma situação” e uma “respeitabilidade”. Era bem diferente de tudo quanto eu havia feito até então.

E teria de me readaptar a essa nova forma de vida. No dia seguinte, em novo encontro, disse-lhe que aceitaria com uma condição: eu trabalharia nas Lojas, em Maceió, ou qualquer outro lugar, desde que pudesse ao mesmo tempo abrir um consultório e, quando tivesse conseguido uma clientela razoável deixaria as Lojas, para viver da medicina. Ele concordou. Empréstou-me algum dinheiro que eu pagaria depois — como de fato paguei — com o meu ordenado.

Com o dinheiro, paguei algumas dívidas, o aluguel, comprei uma roupa nova na Rua Larga — numa dessas lojas que seguram pelo braço o freguês, na calçada — e tratei de tirar meu diploma. Esse diploma me deu muito trabalho, pois era necessário **colar grau**, e isso, no mês de março, era bem difícil. Eu teria de improvisar uma “sessão solene” só para mim; precisava reunir três professores o que não era fácil pois a Faculdade de Medicina estava em férias, e praticamente vazia.

Mas sempre se encontravam alguns professores, nas bancas examinadoras de 2.^a época. Certa manhã, falando com uns e outros, consegui os três professores, creio que Aluisio de Castro, Maurício de Medeiros e Bruno Lobo, se reunissem na sala do Diretor. Ali me fizeram ler o “juramento de Hipócrates” e me enfiaram no dedo um anel de médico, que eu havia comprado na véspera, numa loja de quinquilharias, por cinco mil réis. Agora, enfim, era médico, e podia receber meu diploma.

Resolvido esse assunto, vendi os poucos móveis, minha mulher mudou-se para a casa da mãe, em Vila Isabel, com o garoto, comprei uma passagem para Recife, em um Ita e embarquei para lá. Ia começar uma vida nova, talvez tranqüila.

Poucos dias antes de viajar decidi escrever uma carta ao CC. Não seria porém uma carta de “reconhecimento de erros”, como havia feito em São Paulo, um ano antes. Seria uma carta de acusação. Nessa carta tentei mostrar que o Partido continuava mergulhado no obreirismo e, em vez do antigo esquerdismo que o levava a inventar sindicatos vermelhos e a “preparar a insurreição armada”, estavam agora numa linha oportunista de direita, de adaptação à nova situação do País, pensando inclusive em colaborar para uma Constituição burguesa. Dizia ainda que me manteria afastado do Partido pelo tempo necessário, mas garantia que os inimigos do Partido não se valeriam de mim para destruí-lo.

E lá me fui.

OS TEMPOS BURGUESES

A carta que eu havia mandado ao Comitê Central me aliviara a alma. Nunca soube a impressão ou os sentimentos que ela teria provocado nos camaradas do CC, pois nunca mais os vi: uns, pouco tempo depois, sumiram no anonimato, outros faleceram. Mas para mim, fora de grande ajuda: de fato ajudou a recuperar-me emocionalmente. Durante os cinco ou seis dias que durou a viagem, tentei analisar não somente o meu passado e o meu futuro, mas sobretudo a natureza dos meus sentimentos e do meu comportamento. Teria eu agido como um "pobre intelectual pequeno-burguês" que dá primazia aos seus interesses pessoais em vez de pensar nos "interesses do Partido, das massas e da revolução"? Teria eu exagerado a importância da minha dignidade pessoal, sustentando as minhas idéias, em vez de, por um hábil oportunismo, aceitar o que me diziam e mandavam fazer, despersonalizando-me, só para continuar pertencendo a um Partido que estava seguindo por uma linha errada? Eu já tinha feito isso uma vez e de nada valera. Quem sabe, minha carta provocasse um impacto que levaria os membros do CC a refletir, e quem sabe, me mandassem chamar, para reconsiderar as acusações e talvez acertassem uma linha mais de acordo com o meu pensamento? Sim, talvez, mas era pouco provável, conhecendo, como conhecia todos aqueles camaradas do CC. Talvez se eu fosse a Montevideú, poderia defender meus direitos, meus pontos de vista. Mas isso, agora, estava fora de cogitação. Mal tinha dinheiro para o aluguel, estava viajando com dinheiro emprestado, como poderia pensar no Uruguai, tão longe?

Todos esses pensamentos e muitos outros do mesmo estilo, enchiam a minha cabeça. Foi uma triste viagem. Sou de natural, um tanto calado, excessivamente tímido com estranhos. Mas nessa viagem bati todos os recordes: durante a longa viagem de volta, de cinco dias, só abri a boca para comer. Só pensava. E pensava em meu pai, em minha mãe, que eu não via para mais de quatro anos. Como estariam? E meus irmãos? E minhas irmãs menores, a Sara e a Dina, que deixei crianças e agora deviam estar mocinhas? E que pensariam eles a meu respeito?

Eu estava voltando como o filho pródigo, a ovelha tresmalhada que voltava ao rebanho. Eu era aquele jovem que saíra de casa para con-

quistar o mundo e voltava derrotado, mais pobre do que quando de lá saíra. Mas agora veriam que eu era capaz de ganhar dinheiro e tornar-me rico, um burguês igual aos outros. Nisso eu não fracassaria. Poderia, nessa busca do tempo perdido, recuperar minha vida e minha dignidade. Eu não seria um fracasso!

Mas a sensação de voltar para casa como um cachorro surrado, com o rabo entre as pernas, não me abandonava. A idéia de que sem mim o Partido não poderia sobreviver era tão forte quanto a de que eu talvez não pudesse sobreviver sem o Partido. Eu estava procurando enganar-me a mim mesmo.

* * *

Passei um mês em Recife. Fui recebido com muita alegria por meus pais e irmãos, e nenhuma alusão era feita ao meu passado, nem exigiram que eu lhes explicasse o que fizera durante os últimos quatro anos. Eu estava em casa, bem de saúde, e isso era o mais importante.

Durante os primeiros dias, quase não saí de casa. Os mesmos pensamentos que me martirizavam no navio, continuavam agora. Mas de repente senti que estava com demasiada pena de mim mesmo e que devia reagir. Decidi dar uns passeios pela cidade, rever os recantos que haviam enchido a minha infância: Olinda, a Praça Maciel Pinheiro, o meu antigo colégio, a Velha Maxambomba, que deixara de existir, o Rio Capibaribe, a Ponte da Boa Vista... À noite fazia a mesma coisa que sempre fazia: passear sozinho nas ruas desertas, e tomar uma "gasosa" ou uma coalhada e fumar um cigarro. Não reví nenhum dos meus antigos colegas de colégio, nem mesmo membros do Partido. Durante pelo menos uma semana nada fiz senão passear, e conversar banalidades com meu pai e minha mãe. José estava em São Carlos, São Paulo, onde era gerente e não tardei a escrever-lhe. Salomão continuava em Salvador. Artur estava no Pará. Adolfo, casado e com filhos, tinha sua vida bem organizada e ainda não havíamos encontrado um ponto de interesse comum para conversar. O problema de minha entrada nas Lojas Brasileiras estava resolvido e eu breve estaria aprendendo alguma coisa na Loja de Recife, instalada na Rua Duque de Caxias. E não me encontrava ainda espiritualmente preparado para entrar no assunto. Naum estava noivo e se preparava para casar. Paulina, casada e com filhos, morava na Bahia. Fany, casada outra vez, achava-se no Maranhão onde, com o marido, haviam aberto uma casa de comércio. Os demais, Sara, Dina, Mário, eram ainda muito jovens para mim. Por intermédio deles soube, de forma indireta, que meus pais estavam tratando de me casar e tive então de esclarecer que já estava casado e já tinha um filho e que breve estariam comigo, assim que eu me instalasse em Maceió. Para minha mãe foi um choque, mas aceitou a situação de boa cara. Pediu que o menino se chamasse Maurício, que era o nome do pai dela. (Mais tarde, em Maceió, ao registrar o menino, dei-lhe o nome de Maurício Leôncio.)

Uma semana, ou pouco mais, de estar em Recife, eu começava a trabalhar nas Lojas Brasileiras da cidade, onde fiquei cerca de um mês aprendendo o ofício. A seguir, rumei para Maceió. Tratava-se de aprontar a loja para ser inaugurada, arrumá-la de acordo com a técnica aprendida em Recife, fazer um pouco de publicidade... e começar a viver.

Logo aluguei uma casa, não longe do centro, por acaso um bairro operário, Levada, e mandei vir Sílvia e Leôncio, que agora se chamava Maurício Leôncio. Tratei também de organizar minha vida e comecei a procurar um consultório, onde daria consultas à tarde. Graças a uns artigos que escrevi para o Jornal (ou Gazeta), de Alagoas, sobre a homeopatia, os ataques que recebi em resposta por parte de um médico local, Dr. Sebastião da Hora, minha réplica e tréplica, fiquei imediatamente conhecido na cidade. O Dr. Sebastião da Hora, aliás, era um bom sujeito, como vim a saber depois, e mais tarde ingressaria no Partido. Hoje é falecido.

Com essa publicidade inesperadamente adquirida, naquela pequena cidade, não me foi difícil conseguir uma clientela relativamente boa, embora somente receitasse medicamentos homeopáticos, que por minha sugestão, uma farmácia decidira importar do Rio. E me saí bem, por várias vezes, resolvendo alguns casos que pareciam perdidos, com a ajuda epistolar do Dr. Galhardo, meu mestre no assunto. Ao fim desse ano de 1933 eu já estava ganhando na clínica mais do que como gerente da loja. Estava mesmo pensando em me mudar para uma casa maior, em um bairro melhor e mais saudável, o bairro do Farol, e, até mesmo, em comprar um automóvel. E comprei umas camisas de seda, um chapéu Chile, que naquele tempo era o símbolo da riqueza e do bem-estar. Procurava, honestamente, tornar-me um perfeito burguês.

Enquanto isso, como não tinha amigos nem conhecidos na cidade, e nem sabia como fazê-los, resolvi escrever um livro, que já estava planejado desde quando me encontrava na Ilha Grande. Escrevi-o relativamente rápido. Dei-lhe o nome de "A Caminho da Revolução Operária e Camponesa", onde eu contava o que sabia da Revolução de 1932 em São Paulo, fazia algumas críticas ao Partido e levantava o problema da reforma agrária, ao qual, por incompreensão e falta de tempo, nunca havíamos dado atenção. Para publicá-lo, enviei os originais ao Raul Karacik, que eu sabia estar no Rio, pedindo que os levasse ao Calvino Filho, meu colega da Faculdade, o qual iniciava uma Editora, a Editorial Calvino, que certamente se interessaria pela obra. E assim de fato aconteceu, pois ainda nesse mesmo ano de 1933, novembro ou dezembro, o livro era publicado. Mas não podia usar o meu nome, por medida de prudência, além disso não ficaria bem, a um gerente de Lojas Brasileiras publicar um livro revolucionário. Por isso o livro foi publicado com o nome de Augusto Machado. Machado era meu nome no Partido, em São Paulo e mais tarde no Rio. Augusto, era uma homenagem ao meu amigo Augusto Besouchet, que eu nem sabia por onde andava naquele momento.

Era o meu primeiro livro e ninguém sabia! Esse fato parece que me dava ainda maior prazer. As pessoas falavam comigo, tratavam de negócios, e não tinham a menor idéia de que estavam falando com um “perigoso” comunista, um revolucionário, o autor de um livro!

* * *

Maceió era uma cidade pacata. Não era apenas província: era uma aldeia, onde nada de importante ocorria, salvo os assassinatos, mas isso já se tornara rotina. Em outubro desse ano de 33, nasceu-me uma filha, que recebeu o nome de Dina Elisa. Isso sim era assunto, o mais importante do ano.

Como nada acontecia, os assassinatos, tanto na capital do Estado como no interior, eram excelentes assuntos de conversa nos poucos bares ou cafés existentes na cidade. E quando um assassino já se esgotava como assunto, logo providenciaram outro. Matava-se por todo e qualquer motivo: por amor, por política e até por motivos comerciais. Um comerciante da família Lage, de grande prestígio na cidade, alugou um matador profissional para dar uma porretada na cabeça de um concorrente judeu, também dono de uma casa de móveis. O matador se excedeu na contagem e a porretada, feita com um cano de ferro, numa rua do centro, rebentou o chapéu de palha da vítima e ainda lhe rachou o crânio. O matador foi preso, denunciou o mandante, e este teve de gastar muito dinheiro para se ver livre do processo e reingressar puro no seio da alta sociedade local, de que fazia parte. Na opinião desse Sr. Lage, o judeu morrera de pura maldade, somente para prejudicá-lo. Daí, tornou-se anti-semita e mais tarde integralista.

Mas, como disse, mesmo esses crimes de morte, por se tornarem tão comuns, passaram à rotina e mal ocupavam as páginas dos jornais. E assim, os que não morriam nem matavam, simplesmente se chateavam.

Era o que acontecia comigo. Durante o dia eu trabalhava na loja, pondo em prática os conhecimentos que haviam adquirido, e tentando aplicar, embora sem êxito, a dialética marxista nos negócios. Não obstante, os negócios iam bem, a Loja adquiria prestígio e já era conhecida como em quase todas as cidades do Norte, de “a quatro e quatrocentos”. As tardes de segundas, quartas e sextas, duas horas por dia, eu passava no consultório. Foi o que deu motivo a que o Dr. Sebastião da Hora, a quem já me referi, fizesse umas piadas comigo, pela imprensa. Dei-lhe o troco na mesma moeda. Essa troca de artigos e de ironias e sarcasmos de ambas as partes, aumentara minha clientela. À noite, eu trabalhava no meu livro. Quando este acabou, já não sabia o que fazer. Ensinei a um menino de 12 a 13 anos, que morava na vizinhança a jogar xadrez e, de quando em quando, disputávamos umas partidas.

Foi ainda no fim desse ano de 1933 que decidi que devia aproveitar as horas de folga para estudar filosofia, da qual eu era absolutamente

ignorante. Principalmente filosofia da ciência, que era o que mais me fascinava e que eu estudara — muito pouco — antes de ingressar na Faculdade. Embora as livrarias de Maceió (eram duas) fossem muito pobres, sempre encontrava algumas obras antigas de algum interesse. De dois em dois meses eu ia a Recife, e lá encontrava mais livros. Apenas, em nossa casa, não havia espaço para livros nem para que pudesse ler e estudar com a tranquilidade necessária. Assim, nos mudamos, em começos de 34, para uma casa maior, no bairro do Farol. Era uma casa velha mas com um bonito jardimzinho na frente e um grande quintal nos fundos, cheio de árvores frutíferas. Era mais ou menos o que eu sonhava, com um bom lugar para estudo e meditação filosófica. Nessa ocasião eu já fizera amizade com a família de um cliente. Excelentes pessoas, mas com as quais, ao fim de dez minutos todos os assuntos estavam esgotados. E atirei-me à leitura.

Como disse, minha ignorância era absoluta, fora do que eu considerava “realmente importante”: o marxismo. Compreendia que era necessário pôr o nariz do lado de fora do velho arcabouço filosófico em que me havia metido. E descobri realmente um mundo novo. Eu pensava que, sabendo marxismo, eu sabia tudo. E na realidade, não sabia nada. Livre das peias do Partido, onde ler qualquer coisa que não fosse estritamente aprovado pelo Partido Comunista da URSS ou dos Comintern, era falso e perigoso, não senti embaraços em me aprofundar, na medida que alcançava a minha inteligência, na “filosofia e ciência burguesa”. Mas sempre com um sentimento de desconfiança sobre a real validade de que estava lendo. E tudo submetia à crítica. Onde estava realmente a verdade? E como seria ela? Eu a reconheceria, quando a encontrasse?

* * *

Minha vida no Partido, o passado, as frustrações sofridas, as “injustiças” de que fora vítima, não estavam esquecidas, mas virtualmente **postas de lado**. Eu já sabia que, quanto mais me aprofundasse, durante o dia na atividade comercial e durante a noite nos livros, mais depressa acabaria esquecendo. Ou, pelo menos, não mais me torturaria com os fantasmas do passado. Fora disso, eu levava uma vida perfeitamente burguesa e assentada, indo de quando em quando ao cinema, aos domingos pela manhã dava um passeio com as crianças, levando-as à praia ou simplesmente a uma volta de bonde. Acabei comprando um velho Oakland, por cinco contos, pagáveis em prestações e com ele, dávamos de vez em quando umas voltas pela cidade. E isso me dava o ar de um cidadão respeitável, que ganha seu dinheiro mais ou menos honestamente, e sonega seus impostos com a discrição necessária e dentro de limites razoáveis.

Mas, como logo verifiquei, a chama não se apagara de todo.

Certo dia recebi uma visita na Loja. Era um alfaiate que eu conhecia de vista, que sempre que me via na rua me lançava olhares inquiridores,

como se perguntasse a si mesmo por que eu não fazia minhas roupas na sua alfaiataria. Mas logo percebi que me enganava. Depois de alguns minutos de conversa, informou-me que me conhecia de nome, que era presidente do seu sindicato, membro do Comitê Regional do Partido em Alagoas e ficava contente por saber que eu me encontrava lá. Sabendo de minha presença em Maceió, achou que devia vir falar comigo. Fui franco. Disse-lhe da minha posição no Partido, e que o CC estava estudando “o meu caso”, em virtude de estar eu em divergência com o mesmo. Isso não o impediu de pedir que eu os ajudasse “com a minha experiência”. Despedimo-nos formalmente, sem muito entusiasmo de parte a parte, sobretudo, acredito eu, por ficar informado de minha situação partidária. Eu estaria, então “congelado”.

Mais alguns dias e apareceu de novo, com outro companheiro. E depois de algumas conversas me convidaram para participar de uma Liga Antifascista, que estavam pretendendo organizar. Não pude recusar.

Poucos dias antes eu havia recebido duas cartas do Rio, em resposta a cartas minhas. Uma era do Manoel Karacik, agora médico em um Hospital em Santa Catarina. Informava-me que havia se passado para o trotskismo. Mantivemos assim durante um longo tempo, uma correspondência — durou alguns meses — sobre o assunto, ele defendendo as posições de Trotski e eu atacando. Infelizmente não guardo cópias dessas cartas, nem as que o Manoel me enviava. Gostaria de relê-las. Outra carta foi do Augusto Besouchet, contando-me que novas modificações haviam sido introduzidas no Partido, do qual se achava afastado, pois “simpatizava com as teses trotskistas”, o que era então o mais grave pecado mortal dos membros do Partido. Dizia-me que o Américo Maciel Bonfim, agora chamado Adalberto Fernandes, estava na secretaria do Partido, que o meu livro fora severamente criticado e que um tal de Guilherme, um alemão meio aventureiro, meio trotskista, estava no Brasil a mando do BSA. E me mandava uma revista impressa, de circulação interna, sobre problemas partidários, em que havia um violento artigo do tal Guilherme contra mim. Mais tarde recebi a revista e, por intermédio do Augusto, mandei outro defendendo minhas posições e meu livro, atacando por minha vez o Guilherme. Não sei o destino desse artigo, pois nunca mais vi o Augusto. Ou melhor, cheguei a vê-lo, alguns anos depois, mas ele estava então completamente afastado da atividade política porque um irmão seu, cadete, fora para a Espanha participar da guerra civil a favor do governo republicano e acabara fuzilado por ordem do PC Espanhol. De modo que nossa conversa foi um tanto fria.

Mas voltando à Liga Antifascista, acabei eleito membro da Diretoria — tesoureiro — e a freqüentar suas reuniões semanais, que eram públicas, enquanto ele exercia sua atividade de propaganda contra o fascismo e o integralismo, que granjeara grande número de adeptos e simpatizantes em Alagoas. Poucos meses depois, por volta de outubro ou novembro (1934) a Liga foi fechada. Seus membros, naturalmente, se encolheram

e se dispersaram. Mas eu fui preso. Delicadamente, dada a minha situação de médico e de “honrado comerciante dessa praça”, mas fui preso. Certa manhã me apareceu na Loja um tira, dizendo que por ordem do delegado eu estava preso. Deixei na Loja um recado para minha mulher, fui para a delegacia, e de lá para uma prisão especial, longe da mesma, o primeiro andar de um estabelecimento comercial cujas janelas eram enfeitadas por bem pintadas e artísticas grades. De ferro, naturalmente.

Por acaso, lá estava também um rapaz, viajante comercial, esperando julgamento. Dias antes ele cometera três assassinatos, sobre os quais os jornais encheram suas colunas naqueles dias. Ele me contou sua história, mais ou menos igual a que corria nos bares e nas casas de família. O assunto ainda estava quente.

Contou-me que era viajante e morava numa cidade do interior, cujo nome não recordo. Creio que era Palmeira dos Índios. E, de volta de suas viagens, sempre parava lá uns dias para rever a família. Travou então conhecimento com uma jovem de lá, de “boa família” de donos de engenho e comerciantes. Ficaram noivos, marcaram casamento e casaram, de acordo com a velha tradição. Mas na noite do casamento constatou que a moça não era virgem. E isso o transtornou. Instando com a jovem esposa para que lhe dissesse quem era o responsável, ela a princípio negou, mas acabou contando uma história terrível: o responsável era seu cunhado, marido de sua irmã, mas depois dele, sob ameaça de morte e de escândalo, vieram outros, inclusive um irmão mais velho do próprio marido. E disse ainda que o pai dela sabia de tudo mas que recebera ordens de nada dizer, sob pena de morte. Como um alucinado, vestiu-se e saiu à procura dos parentes, mas já não os encontrou: haviam fugido todos para Maceió. De volta para casa, encontrou a moça morta. Havia se matado com veneno. Aí então ele perdeu totalmente o controle, e toda a cidade já havia despertado temendo mortes. Ele tomou um carro, o que usava para as suas viagens, viajou a noite toda, para chegar à capital bem cedo. Uma vez lá, foi informado que se achavam todos na delegacia de polícia, aonde haviam ido para pedir garantias de vida. Mas o marido desesperado subiu as escadas do prédio onde ficava o escritório do chefe de polícia, e ali encontrou todos reunidos. Então começou a atirar até que se acabassem as balas, cerca de oito ou nove. Ao fim estavam mortos, o sogro, o cunhado e o irmão. Até o delegado estava ferido. Agora aqui estava ele, ao meu lado, na prisão, indiferente à sua sorte.

Era uma história típica de Alagoas. Poucos anos depois, encontrei-o a bordo de um Ita. Estava de boa aparência, mais gordo. Contou-me que fora absolvido e continuava sua carreira de viajante comercial. Mas não tornara a casar.

Minha prisão não durou mais de cinco dias. Nem sequer fui interrogado, embora fosse fichado. Fui o único a ser preso. Soube depois que minha prisão fora exigida por alguns grupos integralistas que estavam começando a dominar a política local. Salvo engano, o governador na

época era um tal Silvestre de Gois Monteiro, irmão do general, e do qual se dizia que "não era bom da bola".

Depois dessa prisão, minha situação em Maceió se tornara insustentável. Não ficava bem a um honrado comerciante, ser preso como subversivo. Embora não freqüentasse a "Sociedade" eu era considerado "gente bem" e minha prisão fora um "escândalo", sobretudo porque ninguém suspeitava isso de mim. O esporte permitido ou pelo menos tolerado, às pessoas dessa classe, era o de desencaminhar mocinhas do interior, praticado sobretudo pelos "playboys" da época, em troca de alguns mil réis, ou mesmo um simples vestido. Mas ser subversivo, nunca.

Meus irmãos diretores das Lojas, agora morando no Rio, acharam que eu devia ser "desagravado". E tiveram a idéia de promover uma espécie de festa, com motivo de meu aniversário, que era em novembro, para a qual os elementos mais destacados da "sociedade" fossem convidados. Um grupo de funcionários, com o apoio de dois ou três comerciantes, com os quais eu tinha melhores relações, providenciaram tudo. Alugaram o salão de um hotel, contrataram orquestra, fizeram os convites... Mas no dia da festa, não compareceram. Nem eles, nem ninguém. Somente os auxiliares ou empregados das Lojas e suas famílias. E mais alguns rapazes "filhos de família", que lá apareceram para tentar praticar seu esporte favorito.

Enquanto isso foi providenciada, por meus irmãos, minha transferência para Salvador, onde cheguei em março ou abril de 1935.

* * *

A gerência de Salvador era uma promoção. Não somente porque a cidade era maior: lá havia três filiais enquanto em Maceió apenas uma. Isso significava para mim mais trabalho, mas também, mais salário.

Além disso, havia surgido um fato novo. Pouco antes de minha prisão em Maceió, em uma reunião da Liga, um dos presentes, membro do Partido, propôs que eu fosse excluído da direção da Liga porque "uma organização política do proletariado, que merece todo nosso respeito", me havia considerado indigno de pertencer a ela e, por isso, fora expulso. Naturalmente fiquei surpreendido e um tanto chocado pela forma com que a coisa me era comunicada. Chocado, mas não muito. Mantive-me firme, na minha cadeira, aguardando a seqüência do episódio, pois a proposta foi levada à votação e a pequena assembléia resolveu que eu devia continuar no cargo porque "a Liga não era parte de nenhum Partido", segundo um dos oradores. Entre estes, estava o meu dentista, Dr. Esdras Gueiros. Essa flagrante derrota do Partido, não posso dizer que me tenha alegrado, mas me trouxe uma dose substancial de autoconfiança, que já me estava começando a faltar.

Desde aquele momento, entretanto, estavam rotas quaisquer ligações minhas com o Partido. Dessa vez, pensei, é definitivo. Não devo expli-

cações a ninguém. Devo agir somente de acordo com a minha consciência. Além disso, um conhecido, membro aliás do Partido, me mostrou certo dia um número de uma revista interna do Partido, onde se lia que, tendo havido uma Conferência Nacional, onde fora combatido e derrotado o "machadismo"(?) eu fora expulso do Partido, juntamente com Heitor Ferreira Lima e Mario Grazini, dois camaradas honestos, dedicados e combativos. Eu não estava, pois, em má companhia. Havia além disso uma carta à Internacional Comunista, onde se explicava a razão de nossa expulsão, e havia ainda um manifesto "aos Trabalhadores do Brasil" em que eu era denunciado como trotskista, e agente do imperialismo. Não tenho esses documentos, e apenas me lembro do seu teor. Mas alguém os tem e um dia, quando for possível desencavá-los (a polícia carioca deve tê-los) para escrever a História do PCB, eles certamente serão encontrados.

De qualquer modo, quando cheguei à Bahia, eu me sentia realmente livre de compromissos, não devia temer pelos livros que eu tinha em casa, nem pelos que tentasse escrever, com medo de que alguém me denunciasse como um elemento que lia coisas inconvenientes e perigosas. Eu estava livre.

A casa em que eu morava agora era bem maior e mais confortável que a de Maceió. Havia disponível uma sala que transformei em uma espécie de biblioteca e escritório, embora os livros não fossem muitos. Mas desde a minha chegada, depois de cumprir os meus deveres profissionais, como gerente das três filiais, em Salvador, sempre arranjava um tempinho para correr as livrarias e comprar os livros que me interessassem. A fome de leitura e de conhecimentos era tanta que eu nem sabia que livros escolher e comprar primeiro. Mas pouco a pouco meu espírito foi tendendo para a filosofia, história, ciência e, sobretudo, a filosofia da ciência. Aproveitava as noites da melhor forma possível e comecei um estudo sistematizado, tomando notas, enchendo cadernos e com observações críticas e indagações, perguntas que eu fazia a mim mesmo e para as quais procurava as respostas adequadas. E quando não as encontrava nos livros, eu mesmo as dava. Assim foram os anos que passei em Salvador, de 1935 a 1939, com alguns intervalos.

Infelizmente esses intervalos eram muito freqüentes e em geral inevitáveis. De quando em quando fomos ao cinema. Amigos eu não tinha, embora tentasse consegui-los, mas meus contatos eram apenas com pessoas do comércio que não se interessavam por outros assuntos. Fizemos uma certa amizade com a família de um senhor, que era alto funcionário da Light, e que jogava xadrez. De quinze em quinze dias nos encontrávamos, na casa dele ou na nossa, e jogávamos. Fora o xadrez, a única coisa que tínhamos em comum era o tempo. Quando fazia calor ou frio, fazia-o igualmente para mim e para ele. E sempre havia um motivo para conversar: Que calor! Que frio está fazendo! Não está fazendo frio nem calor! E debatíamos o interessante tema, para depois voltar ao

xadrez. Mas isso aconteceu já nos dois últimos anos de minha permanência na cidade. Antes disso só contava comigo mesmo, às vezes com meu sobrinho David, que estudava medicina e morou algum tempo conosco, ou com o meu irmão caçula, o Mário, agora começando a trabalhar nas Lojas.

Em junho desse ano de 1935 nascia meu terceiro filho e isso já era um bom assunto que me ocupava por algum tempo.

* * *

Um dia, dois ou três meses depois de haver chegado a Salvador, apareceu no meu escritório um camarada que eu conhecia vagamente do Rio. Seu nome era Lauro Reginaldo, mas no Partido o conhecíamos como Bangu. Era um moreno, franzino, com os olhos espertos, inteligentes e sempre risonho. Começamos a conversar e eu lhe fui dizendo de saída que, desde o ano anterior, eu estava expulso do Partido. Ele sabia, mas acreditava que tinha havido um engano a meu respeito, que não me haviam dado direito de defesa, que a maioria dos que me haviam expulso, já estava fora da direção, e que certamente, um dia, “essa injustiça seria reparada”. Aí desconfieei de que ele queria dinheiro. Todavia, não tocou no assunto.

Voltou alguns dias depois para uma conversa mais longa. E me contou alguma coisa, algumas novidades. Disse-me que Prestes já se encontrava no País, e que estava preparando uma revolução. Essas coisas eu já sabia muito por alto, sem acreditar nelas, desde Maceió. Quis saber quem estava na secretaria geral do Partido e ele me disse que era Miranda, novo nome de Adalberto Fernandes, aliás Américo Bonfim, um aventureiro. Disse-lhe isso francamente, mas ele não quis acreditar. Queria, em resumo, minha ajuda para instalar uma imprensa clandestina, destinada a imprimir manifestos e volantes e mesmo um jornal. Já tinha as máquinas e o tipógrafo, o meu velho e bom camarada Ferreira da Silva, conhecido como Songa-monga. Ao nome de Ferreira da Silva, tive mais confiança. Queria ainda que eu fosse fiador da casa que pretendiam alugar e ajudasse na compra de alguns móveis, de segunda mão, pois ali seria instalada a oficina e ao mesmo tempo serviria de residência para Songa-monga. Concordei, mas com a condição de falar primeiro com aquele camarada. Dias depois nos encontrávamos, conversamos bastante, e isso me deu confiança nas intenções de Bangu. Menos de um mês depois estava tudo instalado, no bairro de Itapagipe, numa rua tranqüila, sem calçamento.

De quando em quando Bangu me aparecia na Loja, trazia-me um pequeno volante sobre o imperialismo, a exploração da Light e outras coisas, e me pedia dinheiro. Mas, por algumas conversas posteriores, comecei a desconfiar dele. Mostrou-me cópia de alguns relatórios que havia mandado para o CC, no Rio, e verifiquei que eram totalmente falsos. Falava da “intensa agitação revolucionária” que havia na Bahia,

da inquietação do proletariado e das ligações que tinha com o movimento sindical... E era tudo mentira. Na Bahia de 1935 não existia nada disso. E eu lhe chamei a atenção sobre o fato. Ele não se encabulou. Disse que “não era tudo verdade, mas que também não era tudo mentira”. Alguma coisa havia, da qual eu não estava ao par. E só não havia mais, por falta de dinheiro. Depois me confessou que estava pensando resolver o assunto por meio de um assalto. Tinha reparado que o cobrador da Machine Cottons, a empresa monopolista internacional, fabricante de linhas para coser, andava na rua com uma pequena valise, sempre cheia de dinheiro, fruto de cobranças. E pensava em assaltá-lo com ajuda de alguns companheiros. Queria saber quais eram o dia do mês em que ele aparecia na Loja para fazer a cobrança.

Francamente, não sei se ele dizia aquilo para me impressionar ou se realmente pretendia fazê-lo. Acreditei mais no primeiro caso. Assim mesmo, levei na brincadeira e lhe disse que desistisse de semelhante propósito, que ele não tinha retaguarda, que não havia Partido em Salvador. De qualquer modo, por que não um banco? Por fim não houve assalto nem ao banco nem ao cobrador, e decidi ver com os meus próprios olhos o que eles ou ele, pois nunca estava acompanhado, estava fazendo realmente, e eu já sabia se ele me procurava como membro do CR da Bahia ou como simples aventureiro.

Com as devidas cautelas procurei um dia a tipografia clandestina. E fiquei espantado com o que vi: Songa-monga, adoentado, doente de malária, mal podia trabalhar, meio abandonado naquele buraco, do qual havia três meses não saía. Quis saber o que estava acontecendo. Contou-me que estava em dificuldades, precisava de um médico e não o deixavam sair, porque “era arriscado” e Bangu sempre prometia trazer um, que não vinha nunca. Faltava-lhe às vezes comida. Naquele dia, eram 5 horas da tarde e somente havia tomado o café da manhã, por falta de dinheiro. Em seguida me levou a um quarto fechado no fundo da casa. Quando ele abriu a porta, fiquei estarrecido. Havia ali uma montanha de papéis, volantes, manifestos de toda ordem que ele imprimia e o Bangu não distribuía alegando falta de elementos. Mas sempre levava alguns consigo, uns cem ou duzentos, que eram utilizados para “arrancar dinheiro dos burgueses”. Eu inclusive.

Bangu tornou a aparecer. E eu lhe disse com toda a franqueza, o que pensava dele. Exigi que libertasse Songa-monga e fechasse aquela oficina que não servia de nada e que cessasse de escrever mentiras ao CC. Depois disso nunca mais o vi. (Ou melhor, vi-o rapidamente, quatro anos depois, em circunstâncias que narrarei no momento oportuno). Mas tive dele algumas notícias. Songa-monga tinha sido dispensado e fora embarcado para o Norte, não sei que cidade, onde morreria pouco tempo depois.

Do Rio vinham notícias da quartelada de novembro, contra a qual eu me havia manifestado, pois eu estava certo de que ela fora desencadeada

à base de informações iguais àquelas que Bangu mandava para Prestes e o CC. Nesses dias de grande ansiedade e agitação, motivada pelos acontecimentos de Natal, Recife e Rio, algumas bombas haviam estourado nas oficinas da Light e de mais alguns prédios. Mas não eram propriamente bombas, pareciam essas bombinhas de São João chamadas de "peido de velha" que apenas assustam e não fazem mal algum. Devia ser a revolução particular de Bangu, e talvez servissem para fingir que "estavam fazendo alguma coisa".

Quanto a mim, depois desses acontecimentos, fui chamado à polícia. Um delegado me recebeu com a cara feia de homem mau e queria saber o que eu estava fazendo na Bahia. Mostrou-me uma lista datilografada, onde constavam vários nomes, inclusive o meu. Diante de alguns nomes havia alguns números e sinais misteriosos: o meu correspondia a XT 2120. Isso significava que eu era agente do comunismo que atendia por aquele código.

Então tentei explicar que eu era gerente de Lojas Brasileiras, razão de minha estada em Salvador; que eu há muito fora expulso do Partido e que ali me encontrava para ganhar dinheiro. Quanto ao tal XT, expliquei que devia ser um erro de datilografia. Devia ser NT, ou seja, **número do telefone**, pois 2120 era precisamente o número do meu telefone. Com essa informação, ele perdeu toda a pinta de **Sherlock** que pretendia usar de princípio. Mas queria saber que relações eu tinha com comunistas da Bahia. Respondi que nem sabia que havia comunistas na Bahia e, como eu fora no passado, membro do Partido, certamente haviam tirado meu nome da lista telefônica e possivelmente pretendiam procurar-me, para pedir dinheiro. Mas que não fora procurado, nem me haviam pedido dinheiro, nem eu daria. Pois que eu não era mais membro do Partido. "Coisas da juventude", eu lhe disse.

Bem, ele, o delegado, se conformou com a resposta. Disse que não me fichava pois já tinha a minha ficha arquivada há muito tempo e que me mantivesse afastado daqueles elementos perigosos. Prometi. Ele ficou contente e me mandou embora, com desculpas pelo incômodo.

* * *

Por um longo tempo, uns dois ou três meses, ninguém me procurou. E pude voltar tranqüilo ao meu trabalho e aos meus livros. O fracasso da quartelada ou tentativa de quartelada de novembro e a prisão de Prestes e muitos de seus companheiros, em janeiro de 36, a falta de contato e de notícias de amigos do Rio, me trouxeram a convicção de que o PCB havia acabado, pelo menos por um longo período. Esse fato me levou de volta ao passado, à lembrança daqueles dias agitados, de grande atividade, de reuniões, de comícios, de discussões sem fim, em que eu havia vivido por cerca de sete anos. Lembrava-me da sensação que eu experimentara em março de 1933, apenas três anos antes, em que, afastando-me do Partido,

me parecia que, não eu, mas o Partido se havia acabado em mãos inexperientes. 1926... 27... 28... 29... 30... 31... 32... anos de luta inglória. Que restava deles? Os velhos companheiros todos desaparecidos, mortos, presos, ou afastados, exilados, expulsos, ou simplesmente desiludidos ou cansados... Nada mais restara? E eu? Nada mais podia fazer. Eu iria apenas trabalhar, educar meus filhos, estudar e quem sabe escrever. A medicina estava definitivamente posta de lado. Não mais clinicaria. Não tinha paciência para isso. Precisaria recomeçar tudo de novo, estudar outra vez... Impossível. Era melhor eu organizar a minha vida, dedicar o dia ao trabalho e as noites à minha filosofia e ao... sono.

Nesse tempo, começos de 1936, eu já estava planejando um livro. Não para ser publicado. Seria uma espécie de recapitulação do que eu havia aprendido. Livros não havia muitos e na Bahia não era fácil encontrar obras de Marx e Engels e dos marxistas clássicos, nem mesmo de Lenine. Aqui ou ali se encontrava algum em francês, ou em língua espanhola edições argentinas de **Claridad**, uma editora de esquerda, de tendência trotskista. Mas era do que eu me alimentava. E, além disso, tudo o que encontrava sobre a História da Filosofia, sobre ciência, principalmente Física e Biologia.

Um dia soube que Coripeu se achava em Salvador, como diretor de um jornal dos Diários Associados, creio que o **Diário da Bahia**. Logo o procurei. Na redação, nos abraçamos e confraternizamos. Todavia a situação era um tanto constrangedora: eu fora expulso do Partido; ele, segundo me disse, simplesmente se afastara, "desgostoso com os rumos que o Partido levava". Na verdade, ele achava que o Partido não existia mais. Eu era gerente de uma empresa comercial, levando uma vida perfeitamente burguesa; ele, diretor de um jornal burguês e logo do Chatô, "agente do imperialismo"! Assim, evitamos tocar, tanto quanto possível, no passado. Mas isso era impossível; quanto mais fugíamos do assunto, mais teimoso ele voltava a ocupar o centro de nossas palestras.

Como bom nortista, logo o convidei a vir à minha casa, com esposa e tudo, pois estava casado. Ele, como bom paulista, nunca me convidou a ir à sua casa. Nesses encontros, que eram, para ambos, preciosos, pois não tínhamos amigos na Bahia, conversávamos poucos, jogávamos um pôquer baratinho, só para encher o tempo e sentir o prazer de uma companhia. Não obstante, contei-lhe algumas coisas do que acontecera comigo desde que saíra do Rio. Ele me contou o que acontecera na Conferência que me expulsou, a mim e a outros dois ou três companheiros. Disse-me que o Partido, depois disso, tentara reanimar-se, com a chegada de Guilherme, mas não encontrava apoio na massa. Depois veio Prestes com sua comitiva, Miranda chegara a Secretário Geral do Partido e este se havia transformado, de uma organização de massas, em uma sociedade secreta que nada queria com as massas... Essas informações, embora um tanto imprecisas, de certo modo confirmavam a idéia geral que eu tinha da situação. Mas não discutíamos muito. Ao contrário, somente recordáva-

mos fatos e companheiros, criticando uns, elogiando outros. Mas sobretudo criticando. De certa vez, ele me contou uma história curiosa, bem típica da situação naquela época de estreito sectarismo, que havia sucedido a um período de “abertura para a direita”, existente na época em que saí do Rio.

Um dia recebera um recado urgente: Mauro queria falar com ele sobre um assunto sigiloso e que comparecesse a um determinado bar para conversar. Lá chegando, encontrou Mauro já abancado, de bigode, lançando-lhe olhares misteriosos. Enquanto tomavam café, Mauro explicava, falando entre os dentes, dentro da técnica de espionagem aprendida no cinema (ainda não havia o 007), que precisava dele para um serviço secreto: descobrir o endereço da embaixada americana. Coripeu me disse que se levantou, pediu no balcão a lista telefônica, procurou na página Emb., apontou com o dedo e disse apenas: Aqui! E foi embora.

Mas eu lhe disse que cometera um erro: devia ter ficado, para ver a cara do Mauro!

Coripeu não demorou muito na Bahia. A verdade é que nossos encontros se espaçaram e findaram de todo. Só voltei a encontrá-lo vinte anos depois, em São Paulo, dirigindo um jornal radiofônico.

Pouco tempo depois, recebi outra visita. Parece que o mundo inteiro sabia onde eu trabalhava! Dessa vez era Alberto Passos Guimarães, um rapaz de Maceió, que eu havia conhecido na Liga Antifascista. Nunca havíamos tido grande intimidade. E quando o Partido tentou eliminar-me da Liga, ele apoiara o Partido. Olhando-o, parecia um intelectual manso, desses de gabinete, incapaz de grande esforço físico, até mesmo de convocar uma simples reunião. Todavia fora candidato do Partido nas eleições de 1934 em Maceió, não tendo sido eleito. Quando ele se me apresentou, não tinha a menor idéia do que queria. Vai ver, pensei comigo, também foi expulso do Partido ou simplesmente saíra, o que parecia agora uma epidemia.

Mas não era nada disso. Não falamos de política, salvo ligeiras referências à guerra civil espanhola, que começava. Depois entrou no assunto: queria montar uma pequena fábrica de vestidos — desses que chamam hoje de **prêt-a-porter** —, coisa rara naquele tempo. Ele já tinha um técnico em corte e costura, que era sua própria esposa, pois acabara de casar. Contava comigo numa sociedade, para financiar os tecidos, que seriam os de mais baixo preço, e poderia vendê-los na nossa Loja de Salvador a 8\$800. Feitas as contas e verificando que seria possível vendê-los a esse preço com um lucro razoável, concordei. Fizemos, pois, uma pequena sociedade e alguns vestidos ficaram prontos. Com alguma dificuldade, acabaram sendo vendidos às empregadas do balcão. Era pouco mas, como ele dizia, abriu-nos uma perspectiva de independência financeira. Eu deixaria de ser empregado para ser um pequeno industrial. Não que isso me entusiasmasse, mas admiti a possibilidade. Todavia não fomos longe porque pouco depois ele me procurou para me dizer que havia chegado do

Rio “uma pessoa importante do Partido”, que desejava falar comigo. Fiquei curiosíssimo para saber quem era e o que queria comigo. Mas ele era um fiel seguidor dos mandamentos do livro “Como trabalhar clandestinamente” e não me disse nada.

Um domingo, apareceram lá em casa. A “pessoa importante” era um homem alto, robusto, de um branco avermelhado, parecendo estrangeiro, a qual me disse que se chamava Honório. Mas agora se chamava Martins. E logo compreendi quem era: Honório de Freitas Guimarães. Já tinha ouvido falar dele em São Paulo, no ano de 1932. Pertencia, ao que se dizia, a uma família de usineiros de açúcar do Estado do Rio, era rico e tinha ajudado o Partido no tempo em que Cina era tesoureira. Cina sumira para os Estados Unidos e ele aqui estava agora, dizendo-se o novo Secretário Geral do Partido, cujo Comitê Central fora reorganizado mais uma vez, depois da queda de Miranda, Prestes e seus companheiros. As voltas que o mundo dá! Três ou quatro anos atrás, sem conhecê-lo pessoalmente, eu já desconfiava dele, não somente por ser usineiro, como por ser amigo de Cina. E agora era secretário do Partido! Bem, e que desejava? Minha ajuda na reorganização do Partido. Diante da impossibilidade de viver e atuar no Rio ou em São Paulo, desejava transferir provisoriamente o CC para a Bahia onde, também seria editado o jornal do Partido, **A Classe Operária**.

Expliquei-lhe que não podia fazer isso, pois ele devia saber que eu fora expulso do Partido. Ele me respondeu que “minha expulsão fora um erro” e que, além disso, fora irregular, pois “não me havia sido dado o direito de defesa”. E, se eu quisesse, deveria fazer uma carta ao CC pedindo readmissão.

Já fazem mais de trinta anos, mas me lembro de certos pormenores, embora não de todas as palavras. Eu me lembro que esse reingresso não foi muito regular: respondi que não escreveria a carta pois oficialmente nunca havia recebido carta alguma comunicando minha expulsão, nem fora ouvido. Mas gostaria que o CC simplesmente declarasse isso que ele acabava de me dizer: O CC reconhecia que “minha expulsão fora irregular e portanto sem efeito”. Desse modo eu voltaria a ser automaticamente membro do Partido sem necessidade de qualquer outra formalidade. Minha proposta foi aceita. E embora o CC jamais tivesse feito tal declaração, eu me considerei, para todos os efeitos, como membro do Partido, do qual **eu nunca havia saído**.

Honório não me adiantou muita coisa. Mas me confirmou que, com a derrota do golpe de novembro, “que ele combatera”, o que não era verdade, o Partido ficara realmente esfacelado. Agora estava procurando se recompor, apesar da brutal reação desencadeada por ordem de Filinto Muller, e ficariam na Bahia até que diminuísse o furor policial. Disse ainda que os antigos membros do CC antes de Prestes, e os que participaram da Conferência Nacional que havia expulso vários companheiros, eu inclusive, não eram mais do Partido. Uns tinham saído, outros

estavam presos, outros foram expulsos... por uma série de desvios. Era o velho sistema, pensei. Entram os novos, que expulsam os velhos e depois chamam outros novos para substituir os velhos expulsos e acabam por sua vez expulsos pelos **novos-novos**. Quando terminaria isso? Não sabia. Mas uma coisa eu sabia. Se você quer **trabalhar pelo Partido**, pense o menos possível. O pensamento lhe põe diante do nariz problemas que aparentemente não têm solução, perguntas que não têm respostas. E foi, apesar de toda minha experiência, precisamente o que fiz. Não pensei. Feliz por voltar ao Partido, sendo cancelada a minha expulsão, tudo o mais não tinha importância.

* * *

Honório propôs que eu ocupasse um cargo no CR da Bahia e eu aceitei. Por essa época eu já tinha terminado o meu livrinho. Alberto Passos discutiu comigo alguns tópicos e fez algumas sugestões interessantes. Sempre é bom conversar, pensei comigo. Melhorei um pouco o trabalho, ou pelo menos, pensei que o fiz. Gostaria que alguém mais o lesse: o José. Mas José estava no Rio, abandonara o Banco do Brasil e era agora um dos diretores de Lojas Brasileiras. Pouco depois tive de fazer uma viagem ao Rio, assuntos das Lojas, e entreguei-lhe os originais.

Voltando à Bahia, comecei a militar no CR. Em Salvador, pode-se dizer que, nesse fim de 1936 (agosto ou setembro) não havia Partido Comunista. Foi difícil até mesmo organizar um pequeno CR. Mas nosso pequeno grupo começou a trabalhar, procurando daqui e dali, até conseguir formar algumas células. Honório voltou ao Rio e nunca mais ouvi falar dele. O mesmo aconteceu com Alberto Passos, que só tornei a ver vinte anos depois, no Rio.

Em começos de 1937 apareceram alguns camaradas vindos do Sul, Rio e S. Paulo, contando-nos que estava havendo uma forte disputa no CC por causa das candidaturas de Armando de Salles e José Américo, à presidência da República, nas eleições que se deveriam realizar dentro de um ano. Nós, na Bahia, não sabíamos que atitude tomar. Não estávamos bem a par dos motivos mais profundos das divergências. Sabíamos apenas que em S. Paulo, o Partido resolvera apoiar Armando de Salles, enquanto no Rio e no Norte em geral se inclinava para José Américo. Não podia ser puro bairrismo. Por essa época passou pela Bahia o José Elias, marítimo, antigo membro do Partido, desde a sua fundação, um bom e combativo companheiro. Sua viagem tinha por objetivo esclarecer as dúvidas e sustentar o ponto de vista do CC. Acusava Armando Salles de ser um instrumento do antigo PRP. E que era o José Américo, alegavam muitos, senão um agente de Getúlio?

Mais tarde apareceu um rapaz de Pernambuco, que se chamava Abelardo ou Aderbal Jurema. Também sustentava o ponto de vista do CC: a favor de José Américo. Por esse motivo, e por via das dúvidas, pare-

ceu-nos mais prudente e mais disciplinar, ficar com o CC e resolvemos apoiar José Américo "se houvesse eleições", do que, nessa altura, já muita gente duvidava.

O ano de 1937 nos encontrou fazendo esforços para reorganizar o Partido na Bahia. Na realidade, não era bem "reorganizar", pois até então nunca havíamos conseguido fundar lá o Partido em boas bases. Mas agora já havia alguma coisa. Nessa época chegou também o Mário Vilches, que vinha, como representante do CC, ajudar nesse trabalho. Não posso dizer que tenha ajudado muito, apesar de sua boa vontade. Em primeiro lugar, pareceu-me que não tinha a experiência necessária; em segundo, ele me dava a impressão de que tudo o que eu havia aprendido, estava errado. Ora se proclamava extremamente inclinado para posições direitistas, tal como o Honório, que só falava em **industrialização** como solução definitiva para o Brasil, ora se inclinava para a esquerda e falava em "revolução proletária". Ninguém falava em reforma agrária. Meu livrinho publicado quando eu estava ainda em Maceió, **A Caminho da Revolução Operária e Camponesa**, parecia ser um instrumento do diabo, e ninguém no Partido falava nele, nem da defesa que fazia da reforma agrária. O CC em 1934 o havia combatido como sendo trotskista ou coisa parecida, mas esse CC não existia mais. Eu continuava a falar, agora no CR da Bahia, em reforma agrária, mas todos achavam aquilo pura literatura. O que estava na ordem do dia não era mais a Revolução Proletária, os trabalhadores unidos aos camponeses, a famosa "Aliança" de que falava Lenine. Falava-se agora numa "democracia liberal", numa aliança com a burguesia, em luta pela industrialização que "provocaria a reforma agrária". Achavam, na Bahia, e creio que também no Rio, que a **revolução democrático-burguesa** tinha de ser feita pela burguesia e com ela deveria ser feita a nossa aliança.

Acontecia porém que a burguesia não queria, nem pensava nisso, e ainda tinha raiva de quem pensasse. E então? A tarefa agora era "lutar contra o integralismo". Mas se a burguesia sustentava o integralismo, pois as forças da direita começavam a predominar em todo o mundo, principalmente na Itália, na Alemanha, na França, na Espanha, em Portugal e em todo o Oriente Europeu? Eis as perguntas que eu fazia a mim mesmo sem encontrar as respostas: que fazer, pois? Todo o ano de 1937 foi de discussão em torno desse tema: Quem faz e dirige a **revolução democrático-burguesa**? Com quem devíamos fazer aliança, com a burguesia ou com os camponeses? Ou com as classes médias? Fora disso, fazíamos propaganda da candidatura José Américo, até... até que a 10 de novembro Getúlio deu o golpe e fechou o Congresso.

A nós que estávamos na Bahia, muito embora sentíssemos o reflexo do golpe na demissão de Juracy Magalhães do governo do Estado, aquilo aparecia como algo acontecido na China. E a vida continuou normal, enquanto os poucos comunistas que havia na Bahia trataram de pôr-se em segurança, saindo de circulação. No dia 15 de novembro, feriado

nacional, os integralistas, que se sentiam donos do poder, fizeram o maior desfile de que havia notícias na Bahia, maior que o das tropas revolucionárias que entraram em Salvador em outubro de 1930. Fiquei surpreendido, não com o número de integralistas, pois, como se sabia, poucos eram integralistas, a maioria havia sido recrutada no interior do Estado, nas cidades próximas, dando-se-lhes condução e fantasia. O que me espantou foi o tremendo número de calças brancas e camisas verdes que haviam conseguido em poucos dias, para distribuir. Não menos de dez mil, calculava eu.

Como tanta gente, fui apreciar o desfile, do 1.º andar do prédio em que estava instalada a Loja, na Avenida Sete, juntamente com alguns amigos. À frente dos pelotões desfilavam algumas beldades, como se fossem balizas, em requebros de porta-estandartes de Escola de Samba, o que fez um dos meus amigos observar que o integralismo tinha lá suas partes boas. Os das primeiras filas, tinham uma aparência de classe média, rapazes, estudantes em sua maioria, senhoras e moças devidamente maquiladas. Já as últimas filas eram formadas por caboclos que pela primeira vez calçavam sapatos e eu imaginava a tortura que deviam estar sentindo, obrigados ainda a gritar de quando em quando **Anauê**. Com suas inúmeras bandeiras, pareciam as tropas de assalto de Hitler! Confesso que me senti amedrontado, pois tudo fazia crer que, diante de tão grandiosa, ou melhor, numerosa manifestação, os integralistas se constituiriam na maior força da nova República que acabava de nascer: o Estado Novo.

Tudo estava acabado. Por quanto tempo?

* * *

Mas a vitória das forças da reação e o desaparecimento do Partido Comunista, não só na Bahia como em todo o País, não foi apenas o que me aconteceu de mal, nesse ano de 1937. Dois outros fatos iriam marcar minha vida nesse ano fatídico. O mais importante deles foi o falecimento de minha mãe, no Rio, de que fui informado por telegrama. Quando estivera no Rio, no ano anterior, tive ocasião de ver como estava doente, mas não pensava que o fim estivesse tão próximo. Meu pai havia sofrido um derrame e estava hemiplégico. Não podia andar, ele, que era um homem que nunca havia estado doente e que, mesmo não precisando mais trabalhar, continuava a fazê-lo. E minha mãe, em virtude de uma doença na espinha, não podia mover as pernas, o que a havia levado a uma cadeira de rodas, na qual aliás se recusava a ficar. Nos poucos dias que passei no Rio, nessa oportunidade, eu a tomava pelo braço e dava com ela uma caminhada pela casa, somente para que exercitasse as pernas. E ainda assim tomava conta da casa, enquanto todos iam trabalhar: fazia as compras, à porta, aos quitandeiros e fruteiros, telefonava para o armazém e cuidava das finanças da casa e da cozinha. Mas um dia foi necessário tentar uma operação. E a operação matou-a.

Nas vésperas de Natal desse ano, quando era maior o movimento da Loja de S. Pedro em Salvador (a filial mais importante), desabou uma coluna de sustentação do 1.º andar e despencou uma viga. Eram mais ou menos quatro horas da tarde. O pânico que se estabeleceu com a Loja cheia de gente foi realmente indescritível. Fregueses e empregados, a maior parte do sexo feminino, fugiram da Loja aos gritos, abandonando bolsas, embrulhos e até sapatos, que foram encontrados no dia seguinte.

Passado o período de pânico, nessa mesma noite consegui alugar uma casa vizinha, para onde fomos, aos poucos, nos dias seguintes, transferindo o escritório e o depósito de mercadorias.

* * *

O ano de 38 começava para mim em condições novas. Em primeiro lugar, havia uma Loja a menos. É verdade que logo a Diretoria providenciou a compra de um novo "ponto" e começou a construir um edifício, onde se instalaria em breve a nova Loja, na mesma rua. Mas isso não me dava muito trabalho. Por outro lado, os poucos comunistas que havia na Bahia, tiveram de desaparecer, pois "a cana estava dura". Voltei aos meus estudos e dessa vez planejava um trabalho de maior envergadura: uma espécie de **Introdução ao Estudo da Filosofia**. Comprei muitos livros, lia e estudava, anotava e comparava, para que as coisas me entrassem na cabeça.

Ao mesmo tempo, vendo que meus conhecimentos de inglês eram muito fracos, e sentia grande dificuldade em ler nessa língua, tomei um professor, que ia à Loja, três vezes por semana, depois de fechado o expediente. Acontece que esse professor era alemão, judeu, fugido do nazismo e que, obviamente, tinha ódio de Hitler. Em nossas aulas ele gastava a maior parte do tempo falando mal de Hitler e do nazismo, e de alguns judeus que inocentemente o ajudaram a tomar o poder, segundo dizia. E, quando se exaltava, só falava alemão. O resultado é que, tendo tomado um professor de inglês, o que aprendi foi alemão.

Por essa época, meados de 38, vim a conhecer o Arruda, que mais tarde viria a ser o pequeno Stalin brasileiro. Mas, na ocasião, nem o mais vidente dos profetas seria capaz de prevê-lo. Diógenes de Arruda Câmara era pernambucano, fiscal do Ministério do Trabalho em Salvador e estava terminando o curso da Escola de Agronomia que havia na cidade. Na ocasião me pareceu um bom **simpatizante**, embora anos mais tarde me afirmasse que já era membro do Partido desde Recife, de onde viera. Nunca pude saber se era verdade. Nossas relações eram apenas de **amizade**, uma amizade muito superficial, na qual ninguém penetra na vida de outro, mas com o qual é bom tomar um **drink** e conversar sobre política e temas culturais, de quando em quando, discutir sobre a União Soviética, o socialismo e a guerra na Espanha, excelentes temas quando

se tem um ordenado certo, um bom emprego e um copo de tísque (com água de coco) na mão.

Fazia parte de nosso grupo o Renato, na ocasião um agente comercial e hoje um banqueiro rico e eficiente. E ainda o próprio diretor da Agência Regional do Ministério do Trabalho, na Bahia, jovem ainda, que gostava de andar perto da esquerda. Pouco depois Sílvia e os garotos foram para o Rio, pois eu ia ser transferido para lá, ao fim do ano. Fiquei só, por uns dois meses e assim nossos encontros se amiudaram. Sem nenhuma conseqüência. Mas serviam para matar o tempo. Em todo o caso, era agradável ir aos domingos para a praia de Amaralina, tomar sol e água de coco. As vezes encontrávamos na praia, em trajes de banho, um grupo de rapazes, empunhando um violão, cantando músicas populares, sambas, alguns velhos e outros novos, e com os quais conversávamos. Um deles, que parecia ser o líder, tinha o estranho nome de Dorival Caymmi.

Minha transferência para o Rio fora decidida havia alguns meses, depois de haver passado cerca de quatro anos em Salvador. Mas antes de seguir para o Rio, eu deveria fazer uma viagem pelo Norte, para conhecer as filiais que havia por lá.

Depois de uma despedida solene e lacrimosa, na qual os funcionários das Lojas me ofereceram uma lembrança, embarquei rumo a Recife e depois, por via aérea ou marítima, João Pessoa, Natal, Fortaleza, S. Luís, Belém e na volta, Maceió e Aracaju, que eu já conhecia. Foi uma viagem agradável e instrutiva, sob muitos aspectos. Assim eu conheci melhor o Brasil, embora as capitais que visitei não dessem uma imagem real do que era o interior. Mas pelo que vi, não era muito difícil adivinhar.

Fortaleza, e mesmo João Pessoa, já eram cidades agradáveis, e tinham mesmo bons hotéis e ruas bem calçadas. Natal era uma cidade triste e, das que visitei, a que mais ostentava sinais de miséria. Digo **miséria**. Como em Aracaju, o que mais impressionava era a grande quantidade de meninas de menos de 15 anos prostituídas para sustentar a família. A tal ponto que a prostituição não chegava a ser, nas classes pobres, uma profissão desonrosa. Era um meio legítimo de vida, de "fazer a vida". Quando, alguns anos depois li **Os Corumbas** e **Rua do Siriri**, de Armando Fontes, achei que ele dava apenas uma pálida idéia da verdade.

Em Natal encontrei um problema sério: a grande quantidade de roubos, ou furtos, se quiserem, praticados pelas próprias moças empregadas de balcão. Isso há em todas as cidades, mas em Natal, podem crer, exageravam. A princípio, a gerência se limitava a despedir a balconista e, quando era menor, chamar os pais para que levassem a filha. Mais tarde, com as exigências fiscais das leis trabalhistas, não era possível despedi-las sem provas; assim, as pequeninas ladras tinham de ser despedidas com indenização. Ao chegar a Natal encontrei ordens da Diretoria para ameaçar os empregados com a polícia e, para isso, eu deveria pedir a cooperação do chefe de polícia local ou delegado, ou qualquer majo-

rengo da praça. Seria sem dúvida uma nova experiência para mim, pedir ajuda da polícia, e assim fui. O Delegado me recebeu com toda a cortesia e atenção que lhe merecia um "Diretor das Lojas Brasileiras", das "Quatro e quatrocentos", como a chamavam, e lhe expliquei a situação, pedindo que destacasse um guarda fardado para freqüentar a Loja, o que serviria para assustar as moças. O delegado era um homem ainda jovem, com todos os traços do nordestino. Por trás da sua cadeira, e acima da sua cabeça, havia uma coleção de retratos de "comunistas perigosos" (assim estava escrito por cima deles) os quais provinham ainda, muitos deles, da insurreição de 1935. Entre os retratos, reconheci o **meu**, aliás bem destacado. Na verdade, o retrato não me fazia justiça.

Não passei no Piauí. Creio que não existia ainda ou, melhor, já tinha acabado, pois houve um tempo em que ele existia: lembro-me de uma música muito cantada, na minha infância: "O meu boi morreu, mande buscar outro, ó maninha, lá no Piauí". Há ainda uma terceira hipótese, para explicar por que não fui lá: creio que o piloto do avião não sabia onde ficava. Não obstante, conheci muitos piauienses, o que me deixa um pouco confuso a respeito. S. Luís, no Maranhão, era, ao contrário, uma cidade de existência real. Passei lá sete dias dos quais três de cama, doente não sei de que, no hotel. Na Diretoria de Lojas Brasileiras, no Rio, havia uma curiosa dúvida: S. Luís era o maior mercado do Brasil para a venda de urinóis de qualquer espécie. E também de gaitas de boca. Por quê seria? Não me foi difícil descobrir. É que a maior parte dos prédios da cidade tinha pelo menos duzentos anos. Eram bonitos, com aqueles balcões de grades de ferro e paredes de azulejos portugueses, e isso dava um encanto particular à cidade. Mas os prédios não tinham privadas e era necessário fazer o serviço no fundo do quintal. Aliás, em Recife também era assim. Mas em S. Luís tínhamos de descer dois ou mesmo três andares, o que sem dúvida não era agradável, pior ainda à noite, principalmente se você estava com pressa. De modo que o urinol era tão necessário como uma geladeira hoje em dia: ajuda o conforto do lar. Como vêm, uma explicação racional. Mas perguntei ao gerente, que era aliás, uma moça, e as gaitas? Ela não soube responder. Todavia, um funcionário mais atilado me disse que nada era mais agradável do que, enquanto se está no trono, ensaiar uma musiquinha com a gaita de boca. Mas acho que ele tinha era um bom senso de humor. Não acreditei.

Não obstante, o que mais apreciei nessa minha primeira visita ao Nordeste e Norte, de Belém a Maceió, foi a amabilidade e a hospitalidade do povo. Eu estava realmente surpreso, embora na Bahia não fosse muito diferente. E tinha receio de que, quando a civilização chegasse àquelas bandas, tudo mudasse, como em S. Paulo, a terra da incomunicabilidade, onde, quando você pergunta por uma rua e lhe mandam ir para direita, você deve ir para a esquerda. Todavia, não foi assim: passei por Belém trinta anos depois e o povo era o mesmo, igualmente amável, igualmente

gentil, e disposto a servir-nos no que quer que fosse. A mesma coisa em Manaus.

Também em Fortaleza, onde demorei uns quatro dias, conheci gente amável. Lá moravam meus primos Pedro e Sue, que trabalhavam nas Lojas. E um dia me apresentaram a Raquel de Queiroz, que tinha sido da JC e já era autora de um livro que teve muito êxito, **O Quinze**. Ela me conhecia de nome, sabia quem eu era, de modo que não me foi difícil manter alguns minutos de conversação. Conversação, de resto bem agradável, sobre “assuntos gerais”. Na ocasião, ela estava interessada em aprender algumas frases de amor em ídiche, pois um dos personagens do seu livro **As Três Marias**, que ainda estava escrevendo, era judeu. Isso ela aprendeu com meus primos. Para falar a verdade, não a achei com jeito de ser comunista. De fato, meia dúzia de anos depois, quando tornei a vê-la, já ela havia esquecido o que tinha aprendido na JC. Não devia ter sido muito. Aliás, acho que não aprendeu nada. Estava casada com um rapaz trotskista, e que nunca cheguei a conhecer. Mas, fora isso, era uma boa moça. Creio que também ela se tornara trotskista. Naquela época, quando alguém queria abandonar o Partido, se era intelectual, o primeiro passo era tornar-se trotskista. E depois mais um passo e era o adeus final. Hoje, em vez de trotskistas, se tornam maoístas ou guerrilheiros.

Passei ainda uns dias em Recife, onde estava meu irmão Naum. A cidade estava em completa transformação. Passei pelo local onde existira antes a Joalheria Basbaum, que fora de meu pai, na Rua Nova. Agora era um bar. A própria rua já não me parecia a mesma. Tinha estreitado e diminuído de tamanho. A Praça Maciel Pinheiro, a enorme Praça onde fizéramos tantas traquinadas, quando garotos, parecia até ridícula, de tão pequena. O trem da Maxambomba, que ia de Recife a Beberibe, não existia mais. Havia muitas ruas, que eu conhecera de paralelepípedos ou mesmo simples pedregulhos, e agora estavam asfaltadas o que as transformava completamente e as fazia inautênticas. Não, não era mais a **minha cidade**, a cidade de minha adolescência. O encanto fora quebrado. Aquele velho Recife, de que eu tinha saudades, que se gravara na minha memória, e ligada a tantas recordações, não existia mais. Creio que foi por isso que nunca mais voltei lá.

* * *

De Recife fui diretamente ao Rio onde, desembarquei, creio que nos primeiros dias de 1939. No cais esperava-me o José. Depois dos indispensáveis abraços — pois havia alguns anos que não nos víamos — disse-me que se havia comprometido, com alguém da polícia, levar-me diretamente à Rua da Relação, para falar com esse alguém. Fomos lá. Para minha surpresa, fomos recebidos pelo Serafim Braga, o “secreta” que eu deixara trancado a chave, no meu quarto da Pensão Avenida nove anos antes.

Agora ele era chefe de qualquer coisa na polícia. Pensei o pior, mas ele foi muito amável. Sabia que “aquilo” tinha sido coisa de estudante, e que eu não estava mais no Partido. Disse ainda que o Partido estava praticamente dissolvido e esperava que eu não tentasse rearticulá-lo. E esqueceria o que eu havia feito com ele, desde que me comportasse. Mais tarde, eu poderia requerer o cancelamento de minha ficha, que não era das melhores, e poderia continuar a viver em paz. O José estava muito contente com essas declarações, e garantiu que eu estava emendado. Confirmei, dizendo que eu era agora um perfeito burguês, estava tratando de ficar rico, assim como meus irmãos, que o passado era coisa de estudante e que eu não pensava mais “naquilo”. Mandou-me embora em paz.

Só houve um inconveniente. Antes de embarcar para o Norte, eu havia encaixotado algumas centenas de livros, que havia conseguido juntar desde Maceió e Salvador e os havia despachado para o Rio, onde eu deveria apanhá-los na minha chegada. A polícia, porém, foi mais rápida. Apreendeu os caixotes e fez uma limpeza, ou melhor, ficou com quase todos, por serem “livros perigosos”. Ficou até com as obras de Stefan Zweig. Não sei qual foi o critério para escolher os livros perigosos. Mas creio que foi a encadernação e o preço que poderiam alcançar num “sebo”. Pois foi num sebo que encontrei, um dia, alguns desses livros apreendidos.

Instalei-me com a família, numa casa da Urca, onde moramos, junto com Artur e a família dele, até que alugamos uma casa em Botafogo, um apartamento onde havia um quarto sobrando que transformei em escritório-biblioteca. Esse ano de 1939 foi um ano de trabalho e estudo. Não tive nenhuma contato com os comunistas, nem sabia se existiam ainda. Trabalhava no escritório de Lojas Brasileiras — pois não era mais gerente de Loja — todo o dia e, à noite, quando não saíamos, estava eu pregado nos livros, preparando o livro que começara na Bahia, **Introdução ao Estudo da História da Filosofia**, seu novo nome. A guerra havia começado, na Europa, a Alemanha invadira a Áustria, a Tchecoslováquia, a Polônia e tudo o mais que todos sabem e eu pensava no que fariam a URSS, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, que, por enquanto, estavam apenas olhando, para saber “quais eram as intenções de Hitler”. No Brasil, com as vitórias de Franco e de Hitler, a reação mais se entusiasmava e Filinto Muller estava eufórico: nunca tinha havido tantos comunistas na cadeia. E Getúlio continuava a sorrir para os trabalhadores do Brasil e para os agentes nazistas, nacionais e estrangeiros. E eu continuava trabalhando e escrevendo.

Meu pai, agora viúvo, estava morando com os filhos solteiros, Dina e Mário. Aos domingos nos encontrávamos todos, irmãos, cunhadas, netos, em casa dele e dali seguíamos para a casa de um de nós, onde findávamos a tarde conversando e jogando cartas. Só faltava o Salomão, que estava em S. Paulo e o Naum, em Recife. José me contou que aquele trabalho que eu lhe entregara, ele resolvera mandar imprimir por conta dele com

um amigo que tinha uma editora, mas que, com o golpe de 37 a oficina havia sido invadida e os livros destruídos. Conseguira salvar algumas folhas ainda não encadernadas, nem mesmo costuradas, com as quais mandara encadernar um exemplar que estava agora em seu poder, o qual me daria, um dia. De fato, assim fez, vinte e cinco anos depois, pouco antes de falecer. Ele e o Artur estavam sempre interessados no que eu estava fazendo ou estudando e sempre conversávamos a respeito. Passou-se assim o ano de 1939. Tranquilo e proveitoso. Meu livro estava quase no fim.

* * *

Foi, creio que nos primeiros dias de abril de 1940 que dois agentes de polícia vieram me buscar em casa. "Coisa rápida, só para falar com o delegado." Fiquei lá cerca de um mês.

Como estava completamente afastado de quaisquer contatos com o Partido, desde a minha chegada no Rio, no ano anterior, acreditei. Mas, ao chegar à Polícia Central, na Rua da Relação, e ao ver a forma pela qual me entregavam à carceragem, no último andar, uma sala sem janelas que tinha apenas um banco de madeira, compreendi logo que a coisa era para durar. Passei a noite no banco e, no dia seguinte, fui transferido para outra sala. Aliás, era uma sala que eu não conhecia ainda. Havia pelo menos quatro outras, todas com camas-beliche. E cheias de gente. Numa delas fui alojado sem mais explicações.

Deviam ser todos comunistas, ou presos políticos, pois os malandros iam todos para a carceragem do andar térreo. Olhei aqueles caras que eu nunca tinha visto, com certa desconfiança, a mesma desconfiança com que olhavam a mim. Fazia quase sete anos que eu saíra do Rio pela última vez e, como de costume, os velhos militantes saíam e entravam os novos. Uma flutuação permanente. O clima de desconfiança era tal que nem mesmo havia ainda um "coletivo", que é a primeira coisa que os comunistas organizam quando estão presos. Notei até mesmo uma separação de classes. Não notei nenhum operário na sala em que eu estava. Eram oito beliches para oito presos. Alguns tinham cara de doutor ou de intelectual. Outros eram visivelmente "assalariados de colarinho". Em outra sala havia outros tantos beliches e todos os presos tinham cara de operário. Havia ainda uma sala vazia. Nossas conversas, assim, eram mais ou menos abstratas, ninguém perguntava o nome de ninguém e as conversas giravam sobre a prisão, comida, os agentes, que a toda hora apareciam para ver e "guardar" as nossas caras.

Ao fim de quatro ou cinco dias recebi um grande embrulho que continha pijama, pasta e escova de dentes, sabonete, toalha, o que me fez entender que minha família já estava agindo e que minha prisão iria prolongar-se por um tempo indefinido. Estávamos todos incomunicáveis, mas nos era permitido receber objetos de fora. Outros também haviam

recebido coisas semelhantes de seus amigos e parentes. Consegui, por intermédio de um agente policial — ofereceu-se para isso em troca disso: \$\$\$ —, mandar recado para casa pedindo que me mandassem algum livro, cachimbo e fumo. E dias depois recebi o que pedira. Pelo livro que me mandaram (. . . E o Vento Levou, o célebre e excelente romance de Margaret Mitchel), de mais de 500 páginas, compreendi que minha família já sabia que minhas férias seriam prolongadas.

Mas, é claro, tantos homens não podem estar juntos tanto tempo sem se falarem. Ao fim de uma semana já sabíamos os nomes uns dos outros e por que estavam presos. Eram comunistas, amigos, vizinhos ou parentes de comunistas, o que para a polícia era a mesma coisa. Muitos me conheciam de nome. Eu não conhecia nenhum deles, mas tínhamos amigos comuns, o que facilitou a abordagem.

Mas outros não tardaram a chegar e os novos tinham de dormir no chão, sobre colchões. Entre esses eu conhecia alguns, mas ficaram em outras salas. Nessa ocasião eu soube da prisão de Osvaldo Costa, jornalista de S. Paulo que, em 1931/32, se aproximara do Partido e era agora seu secretário geral. Ele acabava de fazer uma declaração, ao ser preso, segundo a qual se afastava do Partido por motivos que não consegui entender: compreendera que ele, Osvaldo, estava errado e que não era o que ele queria. Também apareceu o Bangu, que conheci na Bahia. Um deles estava com o pulso envolto em gaze, pois tentara suicidar-se. Era um camarada de S. Paulo, Câmara Ferreira, e que teria mais tarde posições importantes no Partido, sempre ao lado de Prestes.

Mas, ao mesmo tempo em que uns entravam, outros saíam. Ao fim de quinze dias, os que saíam já eram mais numerosos que os que entravam e assim, com menor número de pessoas, nossas conversas se tornaram mais livres e íamos falando de "coisas do Partido". Diziam-me que a cisão verificada em 37, por causa das candidaturas Armando Salles e José Américo, se agravara, e toda a região de S. Paulo se afastara do Partido. Diziam ainda que no Rio, o Partido tinha quase todo desaparecido, embora houvesse surgido um pequeno grupo, a que chamavam de CNOP, tentando rearticulá-lo; que Osvaldo Costa pertencia à ala de S. Paulo e agora se entregara à Polícia, fazendo declarações contra o Partido.

Enfim, a situação não era nada animadora, lá fora. E cá dentro, também. Começavam as chamadas noturnas para interrogatórios. Certa madrugada vimos como depositavam um corpo em nossa sala, ou melhor, lá o jogaram. Era um rapaz forte, se bem me lembro, funcionário do Ministério da Marinha, e não guardei o seu nome. Pensávamos que estivesse morto. Estava sem camisa, as calças desabotoadas deixavam ver suas nádegas que, como as costas, estava quase em carne viva. Depois começou a gemer. Fizemos o que foi possível para reanimá-lo, banhando seu corpo com água fresca — um lenço embebido n'água —, demos água para beber, que ele mal pôde engolir, e não falava nada, não creio que

tivesse forças para isso. No dia seguinte vieram buscá-lo e, segundo os tiras, ia para uma enfermaria. Ele tinha sofrido quase todas as torturas habituais da polícia: espancamento com fios elétricos, enfiaram-lhe palitos entre as unhas, choques elétricos e pancadas nos escrotos. Depois disso só vim a revê-lo, freqüentando a sede do Partido, já legal, por volta de 1946.

Poucos dias depois apareceu o Américo Bonfim, o Miranda. Dizia-se que viera de Fernando de Noronha, já em liberdade. E dizia-se ainda que havia denunciado todos de que se lembrava. Ficou dois ou três dias em uma sala separada, até ser posto em liberdade.

Um dia um tira me veio buscar "para falar com o chefe". Passamos por uma sala, onde antes estivera o Miranda, e lá se encontrava um antigo membro do Partido, um português, que eu conhecia e me conhecia, de muitos anos antes. Lá, depois de uma troca de palavras entre o agente e o preso, fui mandado de volta à minha sala. Pela maneira como a coisa se processou, pelo modo como aquele camarada me tinha olhado, compreendi que me haviam trazido ali somente para ser reconhecido. Segundo me haviam dito, esse camarada, depois de espancado, havia denunciado muitos companheiros. Mas isso não me espantou, pois o que ele sabia a meu respeito, a polícia também sabia. O reconhecimento seria apenas rotina. Mas aconteceu uma coisa estranha. No dia seguinte, ao passar pela sua sala, ao me dirigir ao banheiro que ficava na ponta do corredor, ele me fez um sinal. Aproximei-me, e ele me sussurrou: "Eu disse que não te conhecia..." Ora, muito obrigado, eu lhe disse, mas a verdade é que não me tinha feito favor algum; a não ser que inventasse, nada tinha para dizer, pois havia muito não nos víamos. Aliás, camaradas presos que eram espancados e depois denunciavam companheiros, não era novidade, embora fosse raro. Também não era novidade o fato de terem de inventar, quando não tinham nada para contar, para poder escapar das torturas.

Afinal, lá um dia chegara a minha vez de ser interrogado. Compareci perante um juiz, creio que se chamava Nelson Hungria, para ser interrogado. Tinha sobre a mesa, aberta, uma pasta com uma porção de papéis, recortes de jornal, fotografias, que eu supunha ser meu prontuário. Começou a fazer perguntas, depois de me qualificar, nome, estado civil, idade, se sabia ler e escrever etc. E, por fim, quis saber de minhas atividades no Partido e coisas dessa ordem. Respondi com o velho disco: que eu fora expulso do Partido, nada mais tinha com ele, tudo o que acontecera foram coisas da mocidade etc. Perguntei-lhe se esse interrogatório seria base para um processo pela Lei de Segurança, pois nunca antes eu havia sido interrogado por um juiz. Ele me respondeu com um sorriso enigmático: "talvez sim, talvez não... depende..." Bastante esclarecedor, como se vê. A seguir fui novamente fichado, retratos, impressões digitais e toda essa coisa. E voltei à minha sala.

Poucos dias depois, princípios de maio, fui solto. E foi bom porque eu já tinha acabado de ler o romance e meu fumo havia terminado.

* * *

De volta para casa, tudo voltou à velha rotina. Tornei ao trabalho nas Lojas, e à noite trabalhava no meu livro, passando a limpo aqui, emendando ali, sempre atormentado pela dúvida atroz, a que voltaria a me perseguir em todos os livros que escreveria depois: estaria bom, não conteria tolices? E onde estariam os erros, as tolices, os desvios? Para mim era impossível descobri-los.

Um dia, por acaso, encontrei na rua o Jayme Grabois, que eu havia conhecido anos antes na Bahia, quando ainda éramos estudantes. Agora estava formado, especializara-se em Psicologia Experimental e era funcionário do Ministério da Educação e dirigia mesmo um laboratório de Psicologia Aplicada. Convidei-o à minha casa e pedi-lhe para ler os originais e dar alguns palpites. De fato ele os leu e deu os seus palpites, dos quais aproveitei alguns. De qualquer modo, sua opinião, embora não muito positiva, na base do sim, pode ser, talvez, mais ou menos... me animou. O livro estava pronto e só faltava encontrar editor.

Embora eu procurasse no livro evitar os nomes de Marx, Lenine e outros subversivos, era um livro que pretendia ser marxista, e não era preciso ser muito inteligente para compreender que não havia no Brasil, naquela época, condições para que fosse publicado. A França fora derrotada, as simpatias do governo brasileiro pela Alemanha e pelo nazismo eram mais do que evidentes, Filinto Muller e o DIP controlavam homens e imprensa. Todo o governo se transformara numa poderosa máquina de moer que triturava corpos e consciências, e essa máquina era movida por agentes alemães e brasileiros, a maior parte dos quais, enquistados nos postos mais importantes do governo.

Talvez na Argentina? Então me lembrei que lá se encontrava, trabalhando no consulado brasileiro, a Lidia Besouchet, irmã do Augusto, e que eu conhecera ligeiramente em Vitória, anos antes. Escrevi-lhe e, em resposta, ela prometeu "fazer o possível". Mande-lhe o trabalho. Ela acusou o recebimento e me disse que entregara a um jovem boliviano, adido cultural de seu país na Argentina, Oscar Cerruto, para que o traduzisse. Aconteceu que esse rapaz, Oscar Cerruto, gostou do trabalho, resolveu interessar-se pela tradução e edição. Creio que levou um ano traduzindo, quase todo o ano de 1941 e, durante esse tempo, mantivemos uma intensa correspondência, principalmente para ajudar na tradução.

Uma vez terminado o trabalho ele procurou a Editora Claridad, que quis pagar 200 pesos pelos direitos. Eu estava de acordo. Mais tarde ele me escreveu dizendo que havia outra editora interessada no livro e que pagaria mil pesos, a Americalee, cujo proprietário tinha uma inclinação para a esquerda, tal como Claridad. Por fim assinei um contrato com

Americalee, com a condição imposta por ela, de mudar o nome do livro, para que se chamasse **Fundamentos do Materialismo**, para incluir em uma série de obras que tinham o nome de "Fundamentos de...". Entre os autores que já figuravam na coleção, havia o de Myra y Lopez, o grande psicologista e psicanalista espanhol que estava então na Argentina e breve se mudaria para o Brasil. Naturalmente senti-me honrado. O livro saiu em princípios de 1943 e teve uma segunda tiragem em 1946.

O ano de 1941 decorreu tranqüilo para mim, pois não fiz outra coisa senão trabalhar. Intelectualmente eu estava cansado pelo esforço despendido na elaboração do livro, para o qual tive de ler e consultar mais de 500 trabalhos. Agora, as noites, os domingos, estavam livres e podia consagrá-los aos meus filhos.

Amigos eu não tinha, salvo os meus próprios irmãos, o José, o Artur, este principalmente, com os quais eu me dava muito bem. Ainda tive forças para atender a um pedido de Lidia Besouchet, que me pedira desse uma olhada nos originais do seu livro **Mauá e o Seu Tempo**, que ela acabara de escrever em Buenos Aires. Não se tratava apenas de lê-lo, mas de pô-lo em ordem, pois havia uma certa confusão na disposição dos capítulos. Não somente como retribuição pelo que ela havia feito por mim, encaminhando o meu trabalho a um tradutor, mas também porque havia gostado do seu trabalho, executei a tarefa, ainda que cansado, com muito prazer. Depois levei-o ao Zélio Valverde, que tinha uma livraria e editora na Travessa do Ouvidor, com o qual ela tinha um contrato.

Depois disso, e durante alguns meses, nada fiz senão ler aquela enxurrada de livros que surgiram durante a guerra, e a propósito da guerra, romances ou análises políticas, a maior parte sem qualquer valor mas que, no momento, serviam para descansar a cabeça.

Mas meu espírito ardia... Faltava qualquer coisa. Eu sabia o que era, e tinha medo.

O TEMPO DA DESILUSÃO

É a partir de 1942, ou talvez 43, que a roda começa a girar novamente e a envolver-me na sua engrenagem. Desde o ano anterior, 1941, passei a encontrar antigos camaradas, membros do Partido, a maior parte desde antes de 1930. Encontrava-os nas ruas, nos cinemas, nas livrarias ou mesmo por acaso, nos bares. Alguns eram ou se haviam tornado jornalistas, outros eram bancários, funcionários públicos, ou mesmo operários. E nossas conversas, algumas mais demoradas, outras vezes um simples cumprimento, depois de algumas hesitações, em que nos estudávamos mutuamente, acabavam caindo sobre o Partido, ou o que dele restava. A conclusão era sempre a mesma: nada. Mas se confessavam dispostos, alguns deles, a recomeçar tudo.

Segundo informações de uns e de outros, desde 1938, logo após o golpe de 10 de novembro do ano anterior, o Partido praticamente não existia mais, pelo menos no Rio de Janeiro. Uma direção nacional, mesmo instável e efêmera, como as que costumavam aparecer depois de 1930, havia desaparecido totalmente. Muitos ainda estavam presos, outros fugidos, alguns tinham conseguido ir à Espanha, alistar-se nas forças republicanas, outros simplesmente haviam abandonado a luta, por motivos vários: temor, desesperança, desilusão. Depois houve a situação internacional: na Espanha, a Frente Popular Republicana, havia sido derrotada. A Alemanha ganhava terreno, com o nazismo no poder, ameaçando os países vizinhos. A França fora derrotada. A União Soviética fizera um pacto de não-agressão com a Alemanha de Hitler, o que muita gente não compreendeu, trazendo um grande prejuízo político para as forças comunistas. E no Brasil, também Getúlio começava a namorar o nazismo, desde o seu famoso discurso de 11 de junho de 1940. Era visível, no mundo inteiro, um recesso geral das forças democráticas e comunistas. E também no Brasil. Da vida partidária somente um sinal existia: o Socorro Vermelho. Henrique Couvre, um velho comunista que eu havia conhecido muitos anos antes, em Ribeirão Preto, no interior de S. Paulo, e depois militante em Santos, estava agora no Rio. Abandonara a lavoura pelo comércio, era vendedor praticista, e militava no Socorro Vermelho.

Colhia aqui e ali, de uns e de outros, remanescentes, um pouco de dinheiro que era destinado particularmente às famílias dos presos ou exilados. Ele me visitava regularmente, durante o ano de 1941.

Em princípios de 42, certo dia, me apareceu o Arruda Câmara, que eu conhecera na Bahia. Vinha todo misterioso, falando baixo, e me contou uma história um tanto complicada de prisões na Bahia, viagem a Montevideu, onde esteve em contato, segundo disse, com o Secretariado Sul-Americano, o qual lhe teria dado autorização e força moral para reaglutinar o Partido, história um tanto esquisita desde que se tratava de um elemento quase desconhecido no Partido, até mesmo na Bahia. Ele já havia estado comigo no Rio, dois anos antes, de passagem, e nada sabia do que havia no seu Estado. Agora era líder. E com ele viera uma grande comitiva de baianos, uns antes, outros juntos, outros depois: Armênio, Aydano, Caires de Brito, Peralva, João Falcão, Marighela e muitos outros, além dos paraenses João Amazonas e Pedro Pomar, aos quais, a todos eles, vim a conhecer pouco tempo depois. Após uma longa conversa me disse que estava tentando reorganizar o Partido, o que já tinha conseguido em S. Paulo, coisa que verifiquei depois, não ser verdade, pois os comunistas de S. Paulo não quiseram aceitar sua liderança, pois nem sabiam quem era. De qualquer modo, ele se apresentava como representante de "um grupo de S. Paulo". Ouvira falar do CNOP, existente no Rio, mas receava fossem todos policiais e queria saber minha opinião, bem como das possibilidades de entrar em contato com esse grupo.

Embora não acreditando muito na história, resolvi cooperar, pois seria uma tentativa de reorganização do Partido. Mas, como entrar em contato com o CNOP? Então me lembrei que em 1940, enquanto estava preso na Polícia Central, eu conhecera um camarada que muito me havia agradado. Não me lembro do nome, mas seu apelido era Zezé, trabalhava na Cooperativa de Pesca, da Praça 15, no Rio, e me pareceu ser um camarada de confiança. Talvez ele pudesse fazer essa ligação. Não me foi difícil encontrá-lo. Depois de alguns dias de espera, ele me apresentou a dois camaradas dos quais eu nunca tinha ouvido falar: Maurício Grabois (que, conforme vim a saber era irmão do Jayme Grabois, a quem já me referi nessas memórias) e Amarílio Vasconcelos. Eram os dirigentes do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória).

Depois de vários dias de conversas, andando pelas ruas, aceitaram entrar em contato com Arruda, sob minha responsabilidade, pois não sabiam quem era e tinham medo de agentes policiais que se infiltravam no movimento. Aceitavam-no como representante de "um grupo de S. Paulo", pois o CNOP só existia no Rio, embora já tentando ligações com outros Estados. Consegui, no fim de alguns dias de relutância de parte a parte, estabelecer o contato. Mas logo compreendi que a união era muito difícil pois um grupo não confiava no outro: todo mundo era da polícia, havia espiões por toda parte... Mas havia outra dificuldade

que não me foi difícil descobrir: o problema da liderança: quem iria dirigir quem?

Não obstante, algo de comum havia entre eles: ambos aceitavam a liderança de Prestes — que ainda estava preso — e, além disso, ambos estavam dispostos a reerguer o Partido. O que não deixava de ter sua importância, pois havia uma forte corrente entre os antigos comunistas que acreditavam que "o PC não tinha mais vez", dado que os países imperialistas, os Estados Unidos e a Inglaterra, estavam lutando ao lado da União Soviética. Esses camaradas eram conhecidos como "liquidacionistas".

Estabelecidos esses entendimentos, Arruda regressou a S. Paulo, foi pelo menos o que me disse, para consultar seus companheiros. Passaram-se alguns meses, dois ou três, sem notícias de Arruda, mas meus contatos com os camaradas do CNOP se amiudaram. Por fim escrevi uma carta ao CNOP, pela qual, diante do silêncio do Arruda, colocava-me ao lado deles e manifestava minha intenção de colaborar.

Por esse tempo esse organismo já estava exercendo uma certa atividade. Com a entrada formal do Brasil na guerra, as correntes liberais e antifascistas recobriram certo fôlego e já ousavam manifestar-se. Já pareciam manifestos na rua contra a Alemanha, de apoio às Nações Unidas, e também já começava a surgir a idéia de uma participação ativa do Brasil na guerra, muito embora a pressão de certos grupos nazistas ainda enquistados dentro do governo, fosse muito forte. Nesse novo clima favorável, os comunistas começavam a "sair das tocas" e a ingressar no movimento de liberalização e democratização que se processava no Rio e, por extensão, em todo o País. E a ingressar no CNOP. A Liga de Defesa Nacional, organização puramente teórica (embora tivesse uma bela sede), que existia somente para comemorar datas históricas, se transformou em um ponto de irradiação, de propaganda e ação democrática, da qual participavam estudantes e operários. Em começos de 1943, já havia até mesmo passeatas na rua, com propaganda patriótica, organizada por estudantes.

Quanto a mim, pediram-me que ajudasse um grupo de estudantes que tinha adquirido o título de uma revista chamada **Renovação**, a dirigi-la. A tarefa não foi fácil pois os rapazes, embora simpatizantes, não pareciam dispostos a acatar ordens, e a revista tomava cada vez mais uma feição literária, apesar dos artigos flamejantes do Grabois que a revista publicava como editorial em nome do Partido, ou seja, do CNOP.

Chegaram a colaborar nela, com artigos de pura literatura, Raquel de Queiroz, Rubem Braga e outros de que não me lembro, cronistas em grande moda na época, é verdade que a troca de dinheiro. Depois de meia dúzia de números, nos quais, aliás, também colaborei, o CNOP deixou de se interessar por ela, pois pretendia lançar outra "estritamente comunista", parou com sua ajuda econômica, e ela morreu tranqüilamente.

Um dia afinal chega o Arruda de S. Paulo, e me diz que os dois grupos já haviam feito um acordo. Embora tivessem prometido que eu

participaria das conversações, só me disseram depois do fato consumado. Agora queria ajuda para a realização de uma “ampla Conferência Nacional”, que elegeria um Comitê Central provisório até a realização de um novo Congresso. Algum tempo depois, soube que mais uma vez me haviam feito de bobo, pois a Conferência se realizou numa cidadezinha do Estado do Rio (e recebeu o belo título de Conferência da Mantiqueira) sem que me permitissem participar da mesma. Essa Conferência elegeu de fato um novo Comitê Central que, desse modo, formalizava a reconstrução do Partido. Protestei, por escrito, contra o fato de não haver sido convidado para essa Conferência, nem sequer tido conhecimento dela, embora eu tivesse desempenhado um papel importante e me tivessem prometido que eu teria participação. Deram-me algumas desculpas esfarrapadas, entre as quais a de que “eu não teria tempo, em virtude dos meus afazeres nas Lojas Brasileiras”. Também engoli essa.

No novo Comitê Central figuravam, além dos elementos pertencentes à direção do antigo CNOP, alguns baianos, todos os que haviam descido do Norte, como um destemido “exército do Pará” — segundo a expressão de Jaime Ovale — para tomar o poder. Como Secretário Geral haviam eleito, **in absentia**, a Luis Carlos Prestes, que ainda estava preso. Enquanto isso, estaria em seu lugar, como simples figurante, José Medina, um antigo camarada que eu conhecia de antes de 1930, metalúrgico e marítimo, de vez que trabalhava, salvo engano, na Ilha das Cobras. Mas Medina demorou pouco. Acusado de utilizar em proveito próprio algumas verbas (não sei se é verdade), foi excluído do CC e, em seu lugar, colocado Alvaro Ventura, um excelente companheiro, que fora estivador em Santa Catarina, e de lá viera como deputado classista, nas eleições de 1934, eleito pelo seu sindicato. Mas Ventura estava ali, pelo que vi depois, como uma rosa a enfeitar um ramallete de flores selvagens, sem cor nem cheiro. Era o “operário-que-faltava” ao novo CC, constituído em sua maior parte de elementos oriundos da pequena burguesia e ex-oficiais do exército e da aeronáutica, excluídos ou presos em 1935.

Um dia esse Comitê Central, ou melhor, o **Presidium**, constituído pelos elementos mais responsáveis, reuniu-se na minha casa, na Urca. E naturalmente fui convidado a participar da reunião: uma homenagem ao dono da casa. Lá estavam, que eu me lembre, além do Arruda, o Grabois, Amarílio, Amazonas, Pomar, Ivan Ramos, Ventura, mais dois ou três. Só estranhei a ausência de paulistas, os quais se recusavam a aceitar ou reconhecer o novo CC, bem como a liderança de Prestes.

Dois pontos principais foram discutidos: a dissolução do Comintern, que acabava de ser decidida pela URSS, e a posição do Partido frente ao governo de Getúlio, naquela conjuntura.

Nessa ocasião foi aprovado o “apoio incondicional a Getúlio”, o que deu lugar às primeiras divergências no seio do CC, as quais somente seriam dirimidas mais tarde, com a integração de Prestes no CC depois de ser posto em liberdade, em 1945.

Também compreendiam que a dissolução do Comintern era uma medida política, de caráter tático, do governo da URSS, tomada em plena guerra, para permitir uma aliança mais forte com as Nações Unidas. Esse fato foi tomado por alguns camaradas como significando “mais um passo para a dissolução dos Partidos Comunistas em todo o mundo”. E criou, entre os comunistas brasileiros, uma certa confusão. A tal ponto que muitos camaradas, como Paulo e Pedro Mota Lima e Fernando Lacerda, que acabava de chegar ao Brasil, passando pelo Uruguai, de volta de Moscou, onde passara cerca de dez anos, eram pela dissolução do PCB. Diante da aliança com os Estados Unidos e a Inglaterra, a luta de classes, para eles, perdera sentido, e assim também a existência dos Partidos Comunistas. Até mesmo o Morena, que acabava de voltar da França, onde se refugiara, depois de sair da Espanha, ao fim da guerra civil, recusou-se a reconhecer o novo Partido. Ele, como muitos outros, somente reconheceram o Partido depois que Prestes o acobertou com o seu apoio.

Mas a dissolução do Comintern significava, de acordo com o meu entendimento, a **independência dos Partidos Comunistas**. Essa foi, inicialmente, também a posição do novo CC, mas, na realidade, a partir de 1945 o PCB se amarraria de tal modo ao PC da URSS, que se sentia incapaz de espirrar sem pedir licença a Moscou.

* * *

No começo de 1944 me deram uma tarefa concreta: organizar uma editora. Era indispensável que o Partido tivesse a possibilidade de editar livros ou folhetos de propaganda e educação política. Pus-me em campo, apesar do pouco tempo de que dispunha, pois o meu trabalho nas Lojas somente aumentava: eu era agora Diretor de Compras, um dos cargos mais importantes para a empresa. Ao fim de dois ou três meses já a editora (Editora Vitória) estava funcionando, ali na Rua S. José. Na verdade, fiz tudo: desde os Estatutos, até mesmo a organização dos sócios e a obtenção do dinheiro necessário. Até abusei da boa vontade dos meus irmãos, que contribuíram com algumas importâncias, e consentiram em figurar como sócios, sem saber do que se tratava.

A primeira obra editada foi um livro de Ilia Ehrenburg, **Morte ao Invasor Alemão!**, que teve uma grande venda, pois se tratava de um assunto muito atual, a luta contra os nazistas. Mas logo escassearam títulos, pois não havia ainda condições para editar livros que mencionassem Marx, Engels e muitos menos Lenine e Stalin, e outros monstros do comunismo. Passamos a editar romances e livros clássicos (dois de Gorki) com o objetivo de criar uma **organização comercial** que nos permitisse, no futuro, lançar-nos a vôos mais altos. Mas eu somente dispunha de uma hora de almoço que eu dedicava à editora e também uma hora, depois que fechava o expediente das Lojas Brasileiras. Saía de um para outro, com prejuízo dos dois. Além disso, faltava dinheiro, pois o capital inicial

de 120 contos, elevado depois para 170, mal dava para editar um único livro.

Assim mesmo, chegamos a editar uns dez títulos, inclusive um de Dickens (**Contos de Natal**) e dois de Gorki (**O Espião e A Mãe**). Também tive oportunidade de editar três livros de escritores brasileiros estreantes: um livro de contos de Osvaldo Alves, que depois desistiu da literatura para se dedicar à publicidade — que dava muito mais dinheiro —, um romance de Raymundo de Souza Dantas, que se tornou diplomata por obras das boas intenções de Jânio Quadros, e um romance de Pedro Mota Lima.

No ano anterior eu tinha recebido uma boa notícia: Da Argentina me chegaram alguns exemplares do meu livro **Fundamentos del Materialismo**, e a emoção que senti me trouxe uma compensação por tantos anos de frustrações. Meus irmãos naturalmente se sentiram orgulhosos — não sei se todos — e eu mais ainda. Mas alguns membros da direção do Partido, ao saberem da existência do livro, publicado sem sua autorização, iniciaram uma campanha surda contra ele, e contra mim: teórico suspeito, pequeno-burguês vaidoso, livro cheio de desvios, e outras semelhantes, pois não havia, infelizmente, entre os críticos, nenhum com um mínimo de capacidade intelectual ou cultural para **entrar na matéria**, no conteúdo do meu trabalho. A questão era que no Partido somente se admitia o que levasse a chancela de Moscou ou fosse editado pela editora oficial da URSS. Nem mesmo as Editions Sociales, do PC francês, mereciam confiança. Entre esses críticos inteligentes, estavam o Arruda e o Grabois que não tiveram coragem de ler o livro até o fim, dominados que estavam pelo **horror sagrado** ao demônio que estava por detrás, ou dentro dele. Arruda chegou a me dizer, com certo desprezo, que “eu devia ler mais os soviéticos”. Segundo amigos meus, porque apesar de tudo eu tinha alguns, dentro do Partido, eles estavam recomendando às bases que não lessem o meu livro, que era “cheio de desvios” e que seria melhor que “eu reconhecesse os meus inúmeros erros”. Essas coisas somente me divertiam, porque agora já os conhecia a todos, os atuais membros da direção do Partido, já sabia o que queriam e para onde iriam. Eu só devia ter paciência e esperar. Talvez que Prestes, que era afinal um homem honesto, soubesse distinguir o joio do trigo.

Ainda nesse ano de 1943 comecei a procurar um editor para uma edição em língua portuguesa. Não era fácil, pois apesar de que o liberalismo começasse a afrouxar a reação policial e a pressão do DIP, o medo era ainda muito forte, por toda a parte. Mas em princípios de 44, depois da derrota alemã em Stalingrado e do avanço meteórico do exército soviético — fazendo prever o fim próximo de Hitler — e quando a censura já havia desaparecido no Brasil, as condições, do ponto de vista da liberdade democrática, haviam melhorado muito. E tive sorte, porque a primeira editora que procurei logo se interessou pelo trabalho. Era a EPASA (Editora Pan-Americana S/A) que era dirigida por um rapaz

que depois se tornou meu amigo, embora pouco mais tarde o tenha perdido de vista. Creio que seu nome era Porto Sobrinho. A edição brasileira saiu em meados de 1944.

A publicação do livro em língua portuguesa provocou um impacto nos “camaradas dirigentes” título novo para os membros do Comitê Nacional, novo nome do antigo Comitê Central, e passaram a sentir-se mal, com medo de que Moscou responsabilizasse o Partido pela publicação do livro. Todavia, embora eu tivesse um cargo oficial, o de diretor-gerente da Editorial Vitória, não me tocaram, pelo menos frente a frente. Havia apenas uma espécie de campanha sub-reptícia contra mim, que depois se transformou em uma forma de boicote contra a minha pessoa, já mais aberta, conforme comecei a verificar depois.

* * *

O ano de 1945 começou mal para mim. Nessa época eu morava no bairro da Lagoa, numa casa grande de alto aluguel pois meu pai agora morava conosco. A casa fora alugada precisamente para que pudéssemos dispor de um quarto no andar térreo, onde ele se pudesse movimentar mais livremente, pois estava hemiplégico e tinha sempre um enfermeiro ao seu lado, e que dormia no mesmo quarto. Em fins de março, ou primeiros dias de abril, o seu estado se agravou e por fim faleceu. Tinha 75 anos. Apesar da idade e do seu estado de saúde, não perdera o bom-humor. Havia lutado muito para educar 11 filhos, mas sentia-se recompensado ao ver que todos estavam vivos, com saúde e ainda em boa situação financeira. Essa era a sua riqueza, pois afora o seu nome e sua vida, nada nos pôde deixar. Na realidade não possuía fortuna alguma.

Quando passou a sentir-se mal, seus filhos se reuniram em minha casa, em seu quarto, para lhe dar as provas de gratidão pelo que havia feito por nós; nada mais podíamos fazer por ele. Quando por fim faleceu, embora fôssemos todos mais ou menos hereges, fizemos, nos dias que se seguiram, todas as preces e outras formas de ofícios religiosos próprios do judaísmo, como prova de respeito. Foi sepultado, como minha mãe, no cemitério israelita de Vila Rosaly, embora não juntos, pois os ritos israelitas dispõem que homens e mulheres devem ser enterrados em locais separados.

Não muitos dias depois da morte de meu pai recebi um recado do Arruda: precisava falar urgentemente comigo. Julguei que pretendia responder a uma longa carta que eu lhe havia escrito um mês antes, na qual eu me queixava do tratamento que me estava dispensando dentro do Partido. Entre outras coisas a carta dizia que “eu havia ajudado a construir uma casa e agora os novos inquilinos queriam me pôr para fora”. E citava alguns fatos. Mas não era nada disso que ele queria falar comigo. Aliás, seria surpreendente que o fizesse. Confiou-me ele que Prestes seria libertado dentro de poucos dias e precisavam de um

lugar seguro e bastante amplo para alojá-lo por “uns poucos dias” até que se pudesse instalar devidamente, com sua família que não tardaria a chegar: sua filha e suas irmãs. E, mais, que o CN, depois de estudar várias hipóteses, concluiu que o melhor lugar seria a minha casa, não só porque era grande mas porque “eu era de confiança”.

A primeira parte da notícia não me surpreendeu. A notícia da liberdade de Prestes, como uma das conseqüências lógicas do avanço das liberdades democráticas no mundo, com a derrota próxima dos nazistas, era mais do que esperada. Além disso eu sabia que quase todos os membros do CN já se haviam avistado com ele na prisão em que se achava, pois fora suspensa sua incomunicabilidade de quase dez anos, e com ele discutiam a linha política do Partido e sua organização. Aliás, não eram apenas os comunistas do Rio que com ele se avistaram. Também os de S. Paulo e muitos dos que estiveram com ele, pois Prestes recebia qualquer pessoa, me falaram a respeito depois de haver com ele conversado. E, segundo me disseram esses camaradas, **não haviam gostado**. Na realidade, cada pessoa, cada grupo que com ele conversava, buscava atrair para si a sua simpatia. Mas os de S. Paulo estavam desgostosos, pois tinham a impressão de que Prestes não estava a par do que estava acontecendo no Brasil e no mundo — e no próprio Partido — depois de tantos anos de incomunicabilidade. Esses camaradas de S. Paulo se separaram dele. De qualquer modo, Prestes dedicara suas simpatias ao grupo mais forte e mais homogêneo do Rio que, além do mais, o havia eleito secretário geral do Partido. Era esse, pois, o que **valia**.

Dessas conversações resultou uma linha de conduta, ou seja, passar uns dias na minha casa — com o que Prestes concordou, afirmando que “se lembrava vagamente de mim”, desde que havíamos conversado quinze anos antes em Buenos Aires — até poder instalar-se definitivamente com sua família.

Eu não podia fazer outra coisa senão concordar. Além disso, seria uma honra para mim, pois Prestes, cujo nome passara, além de um mito, a ser um tabu, durante muitos anos, retornava agora às manchetes dos jornais como a figura mais importante da política brasileira e uma das mais fortes e eminentes personalidades da América, a esperança de milhões de homens dos países subdesenvolvidos do mundo.

Mas esse simples fato de receber Prestes em minha casa, se tornara em uma tarefa complexa: a de garantir um mínimo, ou melhor o máximo de segurança: corriam boatos de que um grupo de militares anticomunistas pretendia assassiná-lo, quando soubesse da prisão. Assim, eram necessárias algumas medidas preliminares: arranjar espaço para ele e para os seus guarda-costas armados; afastar a empregada que morava num quarto do lado de fora da casa, no quintal, para evitar que a notícia se espalhasse. Afastar as crianças pelo mesmo motivo e porque “poderia ser perigoso”. Meus filhos estavam agora com 13, 12 e 10 anos, mas nada sabiam de política nem das atividades do seu pai. De qualquer modo,

era conveniente afastá-los. E, além disso, era necessário providenciar camas e mais o que se segue.

“Ninguém devia saber, nem mesmo meus irmãos”, recomendaram-me. Mas tive de contar ao Artur, para que ele alojasse as crianças na sua casa “por alguns dias”, sob o pretexto de que havia uma epidemia de varicela, ou qualquer outra doença contagiosa por perto de casa.

No dia aprazado, ainda em abril, não recordo o dia exato, não fui trabalhar: fiquei esperando “o homem que vinha para jantar”. Pela manhã apresentaram-se em casa quatro homens, dos quais eu conhecia um, tenente do exército, afastado desde 1935, a paisana. Estavam todos armados. Vinham examinar o local, o quarto em que Prestes dormiria, a casa em que os guardas se alojariam. Na esquina, ficaram mais duas pessoas, que eu igualmente não conhecia e, do mesmo modo, armados. O esquema de segurança armado, pelo visto, era dos mais rigorosos. Deve acrescentar-se ainda que, da Rua Frei Caneca, onde ficava a Detenção, até em casa, na Lagoa, a turma que estava comboiando Prestes, mudara de carro duas vezes. Havia além disso um carro à frente e outro fechando a retaguarda.

Por fim chegaram. Nada menos de oito ou nove pessoas, além de Prestes, em dois carros, e imediatamente tomaram conta da casa. “O homem que veio para jantar” e que não era culpado pelo que estava acontecendo, na realidade, primeiro almoçou. E com ele, todo o pelotão que o acompanhava.

Os “poucos dias” se transformaram em semanas e as semanas em meses. Por dez meses Prestes esteve em nossa casa. Mas não era apenas Prestes. Havia o batalhão que o acompanhava, de pessoas famintas e que pretendiam recuperar lá em casa, o tempo perdido, os longos anos que provavelmente haviam passado sem comer. E com um apetite de fazer inveja a anúncios de fortificantes. Com o passar dos dias, como nada acontecesse, e quando já estavam certos de que ninguém pretendia assassiná-lo, os guardas foram diminuindo de número, as crianças puderam voltar e retornar à escola, e a empregada pôde reocupar o seu posto e voltar aos seus afazeres, interrompendo as férias forçadas.

Não posso dizer que Prestes fosse um hóspede chato ou inconveniente, desses que jogam a cinza no tapete e estão sempre pedindo coisas. Ao contrário. Para começar, não fumava nem bebia. Uma vez ou outra vi-o tomar um copo de vinho ou cerveja. Era tranquilo, pedia as coisas com humildade e tinha sempre nos lábios duas frases: desculpa, muito obrigado. O que não acontecia com seu pelotão de guardas e “camaradas dirigentes”. De manhã lia os jornais e, depois de algum tempo, ele mesmo ia até a esquina comprá-los. Comia pouco e falava menos ainda. Sei de muitas pessoas, que o iam visitar na prisão, e se queixavam de que ele não as deixava falar. Ele falava o tempo todo pelos dois. Essa loquacidade talvez tivesse sua origem no fato de haver passado tantos anos sem falar com ninguém. Todavia sua loquacidade e prolixidade não

se manifestava apenas ao falar, mas também ao escrever. Seus relatórios, discursos, perante as reuniões ampliadas do CN, às quais eu por vezes assistia, como convidado, eram por demais extensas e muitos camaradas se queixavam disso. Mas em casa, falava pouco.

Apesar de ter vivido cerca de dez meses em nossa casa, muito pouca oportunidade tive de conversar com ele mais de cinco minutos. Um pouco por falta de tempo. Durante o dia, eu estava no meu trabalho, à noite saíamos ambos para reuniões ou outras tarefas, em direções diferentes. Quando ambos estávamos em casa, ele estava por sua vez quase sempre rodeado por uma parede de "camaradas dirigentes" que não deixavam ninguém se aproximar. Em geral, fechavam-se no quarto e ficavam confabulando, excluindo-me naturalmente de qualquer participação. Depois, chegaram do México sua irmã Ligia e sua filha Anita, agora com dez anos, e também foram morar lá em casa. Nas suas horas livres a menina se abancava no seu colo e, naturalmente, qualquer possibilidade de conversação estava excluída. Não que eu desejasse falar com ele. Na realidade eu nada tinha para lhe dizer. Ou melhor, se eu tivesse oportunidade de falar-lhe, talvez não gostasse do que eu tinha para dizer. E talvez as coisas tivessem tomado no futuro, rumos diferentes. Aliás, pelo que eu ouvia, ou pude depreender das nossas poucas conversas, tínhamos divergências, embora eu não o manifestasse abertamente, sobre quase todas as questões que abordávamos. Às vezes eu tinha a impressão de que ele temia falar comigo e me evitava. O passado (nosso primeiro encontro, seus manifestos, a Liga de Ação Revolucionária) nunca pôde ser tocado.

Sob certos aspectos, me lembrava Otávio Brandão: a mesma palidez, a magreza, a mesma delicadeza no falar, os olhos fundos, que pareciam guardar um indefinido ardor místico, e um certo tom professoral no modo de dizer as coisas, como se fossem definitivas. (Dizem que ele mais tarde perdeu essas características). Em uma coisa era diferente de Otávio. Este era um puritano, que ficava vermelho só de ouvir palavrões e para quem até a palavra **prostituta** era obscena. Prestes não tanto assim. Mas Otávio por vezes gostava de rir e dava mesmo boas gargalhadas e gostava de ouvir uma piada desde que não fosse pornográfica. Prestes não ria de modo algum. Nunca o vi rir. Nem mesmo das piadas mais engraçadas. Não sei se por não achar graça ou por não entendê-las. De qualquer modo faltava-lhe completamente o senso de humor, que é o sal da vida.

Também não me parecia um homem de grande emotividade: quando sua filha que via pela primeira vez, chegou do México, aonde fora levada pela mãe de Prestes, depois de ser liberada do campo de Auschwitz, onde nascera, na Alemanha, ele a recebeu com um beijo como se a menina acabasse de voltar do colégio para almoçar. Ou talvez ele fosse desse tipo de pessoas que têm vergonha de deixar transparecer seus sentimentos.

Sobre os seus conhecimentos teóricos, ou sua cultura, marxista ou universal, pouco posso dizer. Os poucos livros que conseguira acumular

na prisão eram sem expressão, embora houvesse entre eles alguns livros de economia política e obras filosóficas, entre as quais se sobressaíam as obras completas de Diderot, em língua francesa. Posso apenas falar de sua "habilidade política". Mas isso é como o samba: não se aprende no colégio. Nasce-se com ela. E isso ele não tinha. Mas só vim a ter certeza disso, algum tempo depois, e já tarde demais.

Alguns meses depois chegaram suas outras irmãs solteiras, Adalgisa e Clotilde, doces criaturas, mais velhas do que ele, e que por ele tinha uma adoração especial. Vinham da União Soviética, onde passaram muitos anos e agora, ao rever o irmão, praticamente se lançaram aos seus pés, para servi-lo. Mas na realidade pouco puderam fazer por ele, pois mal se encontravam. Também essas duas irmãs se lançaram na atividade partidária, somente, desconfio, para honrar o irmão, e raras vezes podiam se encontrar "em família". Adalgisa e Clotilde também moraram em nossa casa, durante alguns meses, até que, em janeiro de 1946 nos separamos, indo cada qual morar para o seu lado.

* * *

Poucos dias depois da liberdade de Prestes, foi concedido por Getúlio a legalização do Partido. Ele agora podia funcionar livremente. Decidiram então, "os camaradas dirigentes", com a concordância de Prestes, que eu devia deixar a direção da Editora para ingressar na Comissão Nacional de Finanças. Iria, com outro camarada, excelente pessoa e honesto comunista, o Gouveia (ex-oficial da Marinha Mercante) constituir, juntamente com o Alvaro Ventura, a referida Comissão, a qual se encarregava também, às vezes, de certas atividades de caráter **técnico**. Assim, Gouveia e eu fomos encarregados de encontrar uma sede para o Partido. Encontramos, depois de alguns dias, um grande edifício, antigo, de quatro andares, na Rua da Glória, cujas salas eram alugadas a vários escritórios e oficinas, de alfaiates e relojoeiros. Ali alugamos três salas. Mas os inquilinos não ficaram muito contentes com a nossa vizinhança e, cada dia, um se mudava. E, à medida que se iam mudando, tomávamos conta das salas. Ao fim de três ou quatro meses já estávamos ocupando o edifício inteiro. No último andar estavam instalado o escritório pessoal de Prestes, o escritório do Arruda, que era Secretário de Organização, e a Comissão de Finanças, onde passei a funcionar quase todas as noites. As demais salas nos outros andares foram aos poucos sendo distribuídas por outras secretarias, e ainda uma sala em que se instalaram os vigias noturnos, os quais lá pernoitavam.

Naturalmente, fui fiador do aluguel. Mais tarde alugaram não longe de lá, na Rua Conde Lage, uma outra casa, onde se instalou o Comitê Estadual correspondente à Guanabara. Essa casa, aliás, que fora poucos anos antes um antro de prostituição, pois ficava numa antiga "zona do meretrício", foi totalmente transformada, com obras que custaram um

bocado de dinheiro, o qual, diga-se de passagem, era gasto sem muita moderação.

Não muito mais tarde fui convocado para uma reunião do Comitê Nacional, embora sem direito de voz e voto. Era a primeira que se realizava depois da liberdade de Prestes e no qual ele participaria, pela primeira vez, já no seu alto cargo de Secretário Geral. A maioria dos presentes era para mim totalmente desconhecida, havendo um bom número de ex-oficiais do exército e da aeronáutica, que tinham participado com Prestes da tentativa de insurreição de 1935. Entre os que eu conhecia, lá se achava o Astrogildo que, depois de um afastamento de 15 anos, decidira voltar ao Partido. Também lá estava Otávio Brandão, que acabava de chegar da URSS, casado em Moscou, com uma das irmãs de Prestes, que eu não conhecia ainda. Estavam lá ainda o Arruda, Grabois, Amazonas, Pomar, Giocondo, Armênio, Francisco Gomes, Marighela — que eu conhecera anos antes na Bahia, quando ainda era estudante de engenharia — Alvaro Ventura, o Benê, Dinarco Reis, Ivan Ramos, ex-oficiais da Aeronáutica. Estava ainda o Gregorio Bezerra, que eu conhecera havia muitos anos antes em Recife, e poucos mais que eu conhecia mas de cujo nome não me lembro. Mas a maioria mesmo era de desconhecidos. Poucas mulheres (creio que duas) e poucos operários.

Vários dos novos membros do **Presidium** do CN, aos quais, com o objetivo de promovê-los, começaram a chamar pela nossa imprensa, de “camaradas dirigentes”, apresentaram suas **teses** sobre as tarefas que lhes correspondiam, depois que Prestes leu a sua, a qual tinha alguns quilômetros de vantagem — em matéria de papel — sobre as outras, que não eram pequenas. Lembravam-se dos “informes” de Stalin, que levava três horas falando. Não queriam deixar por menos. Havia a preocupação de deixar transparecer que o PCB “**agora** era um Partido sério, um partido de verdade”.

A tônica dessa primeira reunião, e de outras que se seguiram, enquanto foi possível, era a de menosprezar a atividade anterior do Partido, como se ele realmente tivesse começado a existir a partir daquele momento. Isso queria dizer que toda a nossa atividade anterior, a minha, a de Astrogildo, a de Otávio, que ali estavam presentes, e a de milhares de companheiros, presos, exilados, mortos, não tinha valido de nada. Não sei qual a reação interna de Astrogildo e de Otávio. Este último se manteve calado. Astrogildo se limitou a dizer que “voltava disposto”, e a engrandecer a figura de Prestes. Mas eu fiquei bastante amargurado. Todavia, também ouvi calado.

Minha única intervenção foi feita por escrito, pois não tinha **direito a voz**, e foi para acrescentar uma sugestão ao relatório apresentado por Prestes. Sugeri que não se esquecessem — como haviam esquecido — de incluir, entre as “tarefas importantes do Partido”, a “questão do campo”, a nossa atividade entre os camponeses e trabalhadores do campo. Vocês podem não acreditar, mas haviam esquecido mesmo.

Outra coisa que me desagradou e me fez sentir frustrado foi verificar que Otávio, Astrogildo, Fernando Lacerda — que não estavam presentes, embora afastados da atividade partidária durante cerca de 15 anos — ali estavam como **membros do Comitê Nacional**, e quanto a mim, que passara todos esses anos trabalhando pelo Partido, estava do lado de fora, apenas recebendo um convite para estar presente, como se estivessem me dando uma esmola. Bem, engoli mais essa, assim como ainda iria engolir outras mais. Positivamente, eu tinha um estômago de ferro.

Nessa reunião (e o fato se repetiria em outras mais), assisti a uma cena tragicômica. Em seu relatório (ou **informe**, como dizíamos) Prestes fizera algumas críticas à atividade do Partido, desde a famosa “Conferência da Mantiqueira”, criticou e condenou a “linha de apoio incondicional a Getúlio” e tazia ainda certas observações à conduta pessoal de certos “camaradas dirigentes”.

O que se seguiu depois disso — o que devia ser uma autocrítica foi uma cena de autoflagelação jamais vista, pelo menos por mim. Os camaradas atingidos pelas críticas, quase todos, se acusaram a si próprios, de todos os defeitos que um homem pode ter, de inclinações pequenoburguesas, de haver mal gasto o dinheiro do Partido, pois não mereciam o dinheiro que o Partido lhes pagava, de agentes inconscientes do imperialismo... Só não falaram dos defeitos que realmente tinham. Fiquei impressionado. Dir-se-ia que estávamos no confessionário de algum convento beneditino, com os inocentes frades a bater no peito o **mea culpa**. Eu esperava a todo momento que se atirassem ao solo, gemendo e chorando, pedindo a misericórdia divina. Mas nada aconteceu. Depois da reunião, estavam tomando chope (menos Prestes, é claro) como se tivessem acabado de assistir a uma partida de futebol. Era impressionante a forma pela qual, cada um dos que se autoflagelavam, fazia questão de parecer mais culpado e mais criminoso que outro. Acreditavam que, assim fazendo, pareceriam mais comunistas que os outros. Foi uma cena melancólica, mas puramente exterior, uma pura encenação, embora Prestes, que não era nenhum idiota, nem parecesse levá-la muito a sério.

Entre as resoluções mais importantes dessa primeira reunião do CN, dentro da linha que Prestes iria tentar imprimir ao Partido, estava de “união com outras classes”, a fim de criar uma grande organização nacional popular, que abrangesse comunistas e não-comunistas, operários e classes médias. Essa organização teria por base os Comitês Populares, que deveriam ser criados e instalados em cada bairro. Desde que Prestes fora posto em liberdade e o Partido devidamente legalizado, houve uma verdadeira enxurrada de adesões de pessoas de todas as classes, em primeiro lugar, naturalmente, de operários. O Partido crescia com uma rapidez tão grande que mal havia tempo para o serviço burocrático de anotar os nomes de todos, criar células, e organizar uma contabilidade. Brotavam “organismos de base” (novo nome para as antigas **células** tirado dos Estatutos do PCUS) por todos os lados. Não somente velhos compa-

nheiros e militantes, havia muito afastados das atividades partidárias e políticas. A grande maioria era constituída de gente nova, operários, funcionários, bancários, intelectuais, aí incluídos escritores, artistas plásticos e teatrais, médicos, arquitetos, engenheiros e até mesmo advogados. Todos queriam pertencer ao PCB, ao "Partido do futuro", muitos querendo provar que eram comunistas "não de agora", mas de muito tempo antes, "desde a ditadura" etc. E todos eram bem recebidos, naturalmente, sem muitas indagações.

Também eu participei de um desses Comitês Populares, no bairro de Botafogo, onde eu morava. E todas as semanas, comparecia ao "meu" Comitê, além da célula desse bairro, a que eu pertencia. Entre as resoluções da reunião do CN havia ainda um plano para a apresentação pública de Prestes, não mais como Presidente de Honra da Aliança Nacional Libertadora, mas como Secretário Geral do PCB. Agora, os antigos prestistas — e não eram poucos — ou entravam no Partido, seguindo o seu chefe espiritual, ou simplesmente desistiam da luta. A maioria ingressava mesmo no Partido. Mas houve muitos, em geral das classes médias, que ao contrário, a partir desse momento, abandonaram Prestes, que se havia "tornado perigoso". Essa apresentação seria primeiro no estádio do Vasco da Gama, o maior do Rio, na época, e em São Paulo no Pacaembu. E depois, nos outros Estados.

Compareci, naturalmente, aos comícios do Vasco da Gama e do Pacaembu. Em ambos fiquei assombrado, como todos ficaram, com a popularidade de Prestes, a qual somente havia aumentado nesses anos de ditadura e de prisão. A multidão era bem maior do que os estádios comportavam. O povo gritava, vivendo o nome de Prestes, do Partido, da União Soviética. Havia um verdadeiro delírio. Em ambos Prestes leu um discurso, que era praticamente o mesmo. O principal era o seu apelo para a **União Nacional**, para "apertar os cintos", para a "paz e a tranqüilidade". Objetivo: não irritar a burguesia, não atemorizá-la, mostrar que tínhamos boas intenções quanto à manutenção da democracia e do progresso do País. Um discurso de um burguês liberal, em suma.

No comício do Pacaembu não compareci como "um qualquer", tal como acontecera no do Vasco da Gama. Pediram-me que fizesse parte de uma "guarda secreta" de Prestes: eu deveria colocar-me, juntamente com mais dois ou três companheiros, na arquibancada, bem perto de Prestes, embora não junto dele. E para maior eficiência da minha tarefa, me ofereciam um revólver quase do tamanho de uma metralhadora. Mal podia com ele. Aceitei a tarefa, para mim, na realidade um tanto humilhante, de guarda-costas. E lá fui, com o bruto revólver no bolso do sobretudo (era inverno e fazia frio em São Paulo). Felizmente não precisei usá-la, pois tudo decorreu em paz. E, se alguém tinha intenções de matar Prestes, deve ter desistido, provavelmente ao saber que eu lá estava, e devidamente armado.

Na verdade, nem me dei ao trabalho de verificar se a arma tinha balas. Por via das dúvidas, peguei no revólver o menos possível e com o máximo cuidado, pois essas armas têm o costume de atirar sozinhas, quando menos se espera.

* * *

Tenho procurado, nestas "memórias", que vou escrevendo aos poucos, à medida que tento lembrar e concatenar os fatos mergulhados bem fundo na minha memória, somente os fatos e episódios que realmente vivi, ou que se passaram em torno de mim. Quando me refiro a fatos do Partido, trato apenas do que vi e do que sei, de fonte direta. Mas, já que estou falando dessa visita que fiz a São Paulo em meados de 45, não posso deixar de me referir a alguns fatos que "não vivi", dos quais tive informações por intermédio de camaradas que eram ao mesmo tempo meus amigos, mas que têm certa importância para a compreensão de fatos posteriores aqui narrados.

Passei vários dias em São Paulo e, naturalmente, entrei em contato com muitos companheiros, alguns, "gente nova", pessoas que haviam entrado no Partido na avalanche que se desencadeou esse ano, após a legalização do Partido, mas na maioria, com antigos companheiros, de antes de 1930, que agora ressurgiam curiosos e meio desconfiados com a agitação e a euforia desses dias de liberdade. Acontecia que desde 1937 o PC praticamente havia deixado de existir, em São Paulo. Depois disso, restara apenas um pequeno núcleo de camaradas teimosos que tentavam pelo menos conservar o que existia. Mas era muito maior o número daqueles que estavam afastados, ou por haverem sido expulsos, como Heitor e Saqueta, ou simplesmente por se haverem desligado da atividade partidária por motivos particulares os mais diversos. Entre esses, o Mário Schemberg, Caio Prado, Pachá e outros. Enquanto, os que ainda estavam ligados ao Partido, aceitavam a liderança de Prestes e começavam a mexer-se e a integrar-se, na "nova ordem de coisas", e entre os quais, depois de Honório e Osvaldo Costa, se salientava Bangu, ao qual já me referi em outra parte, outro grupo, mais numeroso e não menos disposto, se recusava a aceitar a "nova ordem" e a liderança de Prestes.

Estes haviam mandado vários emissários para falar com o antigo dirigente da Coluna, enquanto este ainda se achava preso. Pleiteavam um Congresso Nacional, antes de qualquer outra medida, e somente aceitavam a liderança de um Comitê Central e uma linha política saída desse Congresso. Prestes se negou a aceitar essas condições alegando que não havia no momento nem possibilidade nem condições para a realização de tal Congresso. Então esses camaradas decidiram conservar-se afastados, tratando de fortalecer sua própria organização. A atividade desse grupo, que tinha um bom apoio operário, principalmente no bairro do Ipiranga, se preocupava principalmente em arregimentar a massa operária em torno

de uma luta por determinadas reivindicações econômicas. Dado que os sindicatos estavam praticamente mortos, dominados pelo "peleguismo" e pelo "queremismo", decidiram que a luta contra a constante elevação do custo de vida poderia ser levado a efeito pela formação de Cooperativas de Consumo, uma forma primária e simples de organização dos trabalhadores. E estavam, na ocasião, trabalhando nesse sentido. Mas a liberdade de Prestes, a liberdade para o PCB, abriam novas perspectivas, deram novo ânimo à luta, e então muitos desses camaradas e muitos operários acharam melhor aderir ao Partido. Mas sobretudo, havia influído o enorme êxito do comício do Pacaembu.

Contra Prestes, eram formuladas várias acusações: sua linha de coalizão de classes, de apertar o cinto, de ordem e tranqüilidade, era considerada por demais "direitistas"; Prestes não tinha um passado comunista e nenhuma experiência de direção de Partido, que era bem diferente da direção de uma Coluna militar, pois sua passagem pelo Partido fora muito rápida, e tinha, além disso, "um espírito militarista" e, sobretudo "falava demais". Minha argumentação contra a liderança de Prestes, que não tivera antes a oportunidade de expor, era diferente: além de direitista, linha que poderia ser eventualmente modificada, eu fazia uma restrição, a meu ver, muito mais importante: o prestígio pessoal de Prestes iria acabar com as discussões e debates dentro do Partido, o que constituía a base democrática dentro da qual este se formara e era a base de um "partido leninista": **a troca de opiniões**, o centralismo democrático, o voto da maioria. Tudo isso iria acabar, como de fato acabou. Mas na ocasião, naquelas poucas conversas que mantive com alguns desses camaradas paulistas, eu na realidade, não estava tomando partido, estava apenas expondo uma opinião e fazendo algumas reservas. Mas aqueles camaradas não somente aceitaram esse argumento como tentaram explicar e confirmar seu ponto de vista: Prestes deveria ser o Presidente de uma organização popular revolucionária **não-comunista**, embora sustentada e alimentada pelo PC, que englobasse não somente o proletariado como as classes médias. Na realidade pleiteavam uma nova Aliança Nacional Libertadora.

Todavia, eram apenas "conversas de botequim". Na realidade Prestes havia empolgado a todos e todos começaram a voltar ao Partido, exceto alguns que haviam sido expulsos e que os novos dirigentes se recusavam a aceitar sob os mais variados pretextos. Para recusar a volta de Heitor, por exemplo, pleiteada por alguns camaradas, Arruda alegou que nada poderia fazer pois "ele fora também expulso do PC chileno". O curioso é que Heitor nunca havia estado no Chile e lá nem sabiam da existência dele. Mas esse fato revelava o "espírito" dos dirigentes do dia contra os antigos companheiros que "ainda tinham idéias" e ousavam expô-las. Esse espírito dogmático, superestalinista, somente se iria endurecer nos anos seguintes, até explodir onze anos depois, em 1956.

* * *

De volta ao Rio, esperavam-me novas tarefas. Durante o dia, é claro, eu tinha o meu trabalho nas Lojas. Eu era agora Diretor de um departamento, e procurava dar naturalmente o melhor que podia, para, pelo menos, justificar o meu salário, que não era dos piores. Mas as noites eram dedicadas às tarefas. Assim pouca atenção eu dava aos meus filhos, só visitava meus irmãos em dias de festa, de algum aniversário. Também os livros estavam abandonados e eu mal lia os jornais. Eu, todos nós, havíamos transformado em **tarefeiros**, nome pejorativo dado aos que abandonavam o estudo da teoria para se dedicar exclusivamente ao trabalho prático. Do meu lado, havia uma agravante: não somente eu era tarefeiro, como desempenhava tarefas dentro de uma linha política com a qual eu não concordava, e que aceitava passivamente, à espera, talvez, de um milagre. Além disso, enfrentava uma forte **onda** dos "camaradas dirigentes" contra a minha pessoa, a qual se manifestava por várias formas, como mostrarei adiante, e que eu fazia tudo por ignorar, como se tudo não passasse de uma predisposição pequeno-burguesa de minha parte, o que era a maior acusação que se podia imputar a um militante.

Minhas tarefas consistiam, na Comissão de Finanças, em planejamento: como conseguir dinheiro, fazer uma cobrança efetiva das mensalidades, a partir das células, passando pelos Comitês de Zona, Estaduais, e de quando em quando, procurar alguns elementos da grande burguesia, indicados pelo CN ou diretamente por Prestes, para obter contribuições mais substanciais. Uma vez fui mesmo procurar um dos homens mais ricos do Rio, Mário de Almeida, hoje falecido, com uma carta de apresentação de Prestes. Ele prometeu contribuir com certa importância, mas, ao que eu saiba, jamais cumpriu a promessa. Havia muitos, porém, industriais, banqueiros, e mesmo políticos, que contribuía. Mas essas importâncias, em geral não passavam pela Comissão de Finanças, e nem sequer eram contabilizadas.

Além disso, eu era responsável pela organização de certos grupos estrangeiros, sobretudo alemães, rumenos, poloneses, húngaros, imigrantes, refugiados de guerra, que eram simpatizantes mas, por serem estrangeiros, não podiam pertencer ao Partido. Eu me reunia com eles, em pequenos grupos isolados, dizia-lhes o que o Partido pensava, fazia, ou pretendia fazer, levava-lhes documentos, resoluções, "informes" do CN e, em troca, recebia as contribuições, de acordo com as posses de cada um, pois eram na maioria comerciantes. E, ainda por cima, comparecia às reuniões de minha célula e do Comitê de bairro.

Nessa época, setembro-outubro de 1945, uma comissão governamental estava preparando as eleições para a Constituinte. O PC defendia a tese de "uma Constituinte com Getúlio", a que me refiro no 3.º volume de minha **História Sincera da República**, tese que, afinal, não vingou. Certa manhã verificamos, em casa, que Prestes não estava. Havia saído de madrugada e, como não havíamos sido avisados, ficamos um pouco surpresos com o fato, principalmente porque raras vezes saía pela manhã.

Suas irmãs nada sabiam, nem para onde tinha ido. Somente à tarde, já no meu escritório, soube da disposição de Getúlio. Os tanques estavam nas ruas, o prédio do Partido, na Glória, estava cercado por tropas e tanques, e não era permitida a entrada. O que me deu a entender que Prestes fora avisado dos acontecimentos que se iriam desenrolar nesse dia de 29 de outubro.

Mas poucos dias depois, já as tropas haviam sido retiradas, Getúlio fora embora para São Borja e tudo voltou à normalidade. E o Partido reabriu suas portas. Só que já não se falava mais em "Constituinte com Getúlio". Agora o Presidente da República era o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Prestes permaneceu escondido por vários dias e, na sua volta, não encontrei meios sequer de lhe perguntar como havia sabido do golpe, que fora concebido e preparado somente na véspera, dia 28. Segundo outros me disseram, ele havia sido avisado em casa, por telefone, por um militar simpatizante.

Depois desse fato, seguiu-se a escolha dos candidatos do PC ao Congresso. Embora tivesse havido uma promessa formal de Prestes, de que os candidatos a deputados, a senador e a Presidente da República resultasse de uma consulta aos Comitês Populares, na realidade foi uma decisão exclusiva do CN, feito à revelia desses Comitês e das próprias bases do Partido. Mas todos aceitaram a escolha, não porque estivessem de acordo, pois os nomes indicados para serem candidatos pelo Rio de Janeiro, por exemplo, eram todos membros do CN, todos desconhecidos do povo, do "grande público" pois não eram, nunca haviam sido — nem seriam no futuro — líderes populares, mas eram os "candidatos de Prestes". A palavra de Prestes, a decisão de Prestes, cessavam todas as dúvidas, todas as discussões. Mas a propaganda intensa do CN iria dá-los a conhecer. A maior surpresa foi todavia a escolha de Yedo Fiuzza para candidato à Presidência da República. Mas, era uma "escolha de Prestes", e todos a aceitaram. Era o começo do "culto da personalidade" que iria acabar com o centralismo democrático dentro do Partido.

Dada a completa liberdade mantida durante todo o período da propaganda eleitoral, todos no Partido estavam eufóricos, e Prestes em particular. Ninguém, é claro, esperava eleger o Presidente da República, mas todos esperavam uma grande votação e, segundo me afirmara o próprio Prestes, tinha-se como certa a eleição de uns 30 deputados federais. Todavia, os quinze que obtivemos, e mais a eleição de Prestes como senador pelo Rio, era sem dúvida uma grande vitória, se considerarmos que um ano antes, o Partido praticamente não existia. Em São Paulo, os candidatos a deputado federal pelo Partido foram derrotados mas Arruda e Pomar, que se candidataram pelo Partido Social Progressista, num conchavo eleitoral com Ademar de Barros, foram eleitos. Também foram eleitos numerosos deputados estaduais, principalmente em São Paulo. Nos demais Estados, muito poucos. Aí estava ainda a fraqueza do Partido. No Rio, para a Câmara Municipal, elegemos nada menos de 18 vereadores,

num total de 50. Uma grande vitória, sem dúvida nenhuma, devida não só ao próprio Partido mas a Prestes, ao seu prestígio pessoal, que arrastara para o PC um grande número de votantes e militantes. De qualquer modo, mais importante do que a eleição dos deputados, fora a oportunidade que se oferecera ao Partido de comparecer perante as massas, com um programa e a fazer sua propaganda, e que foi bem aproveitada. Creio entretanto que, se cometemos um erro nessa pregação ideológica, esse estava na "mensagem" que desejávamos transmitir às massas. Não era uma mensagem revolucionária, a mensagem que as massas queriam ouvir, a mensagem de uma transformação das estruturas, da criação de uma **nova nação**. Ao contrário, essa mensagem era francamente reformista, liberal, e aconselhando ao povo "apertar os cintos", em troca de "paz e da tranqüilidade".

Já nesse tempo, tinha o Partido vários periódicos, fundados com a legalização do Partido e, entre estes, o mais importante, a **Tribuna Popular**, no Rio e **Hoje** em São Paulo. O Partido precisava de dinheiro, muito dinheiro, para financiar as eleições, a propaganda, para comprar máquinas para a sua imprensa.

A Comissão de Finanças realizou então uma espetacular campanha que durou pouco mais de um mês, durante novembro, campanha que se estendeu a quase todos os Estados e que mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Vendíamos quadros, brindes diversos (contribuições de militantes e simpatizantes), faziam-se rifas, coletas nos comícios, aos quais não faltaram malandros que se aproveitavam da oportunidade para fazer sua campanha de finanças particular. Para alcançar cotas prefixadas, muitas pessoas venderam jóias, até mesmo alianças, e houve um compa-nheiro em Minas que vendeu até uma casa que possuía. Além disso vinha dinheiro pelo correio, cheques de pessoas anônimas (desconhecidas, que nem sequer eram membros do Partido), num entusiasmo revolucionário surpreendente. Atingimos os 10 mil contos pretendidos, dez mil cruzeiros novos, que naquela época representavam uma boa fortuna, pois o dólar custava 18 mil réis, quantia que hoje nem sequer se pode expressar numericamente.

Parte desse dinheiro foi empregada na compra de máquinas para a imprensa, outra parte foi malbaratada em despesas inúteis e compras onerosas. Pura inexperiência de novo-rico, quando o dinheiro entra fácil. Contra isso tentei levantar, numa reunião ampliada do CN, em que eu falava em nome da CNF, uma advertência que o bom senso indicava, mas Prestes respondeu que, isso de gastar muito, era bom sinal. Ele esquecia que aos sete anos de vacas gordas, poderiam corresponder pelo menos sete anos de vacas magras.

* * *

Já havia algum tempo que um sério problema — sério para mim — me preocupava: eu precisava mudar-me de casa em que morava e pro-

curar outra de aluguel mais barato. Enquanto meu pai estava vivo, meus irmãos cobriam parte do aluguel. Quando ele faleceu, nada mais natural do que cortar essa contribuição, feita em nome dele. Desse modo o aluguel estava um pouco acima das minhas possibilidades financeiras. Além disso as demais despesas, principalmente a alimentação, que já não era só a de Prestes e sua família, mas também a dos "camaradas dirigentes" que lá iam quase sempre almoçar e jantar, pesavam no meu orçamento, obrigando-me a gastar mais do que podia e a tomar dinheiro emprestado. Mas a atividade desses últimos meses, a campanha financeira e a preocupação com as eleições, fizeram-me colocar esse problema de lado. Além disso eu me sentia constrangido a falar no assunto com Prestes, pois seria uma falta de hospitalidade. Todavia, ao fim do ano, aconteceu que o proprietário da casa (parente do antigo deputado Batista Luzardo) pediu-me que desocupasse a casa.

Dessa vez levei o problema a Prestes e concordamos que em janeiro próximo ele se mudaria com toda a família para uma outra casa e eu ficaria livre para me mudar também. De fato, creio que foi mesmo em janeiro de 1946 que Prestes se mudou para uma pequena rua perto do Largo do Machado (Rua Gago Coutinho), e nos mudamos para uma casa um pouco mais barata na Rua Real Grandeza.

Depois da mudança não deixamos de freqüentar a casa dele para algumas visitas de caráter social e do mesmo modo Prestes, e particularmente sua Irmã Ligia também, de quando em quando aparecia na nossa casa devido à amizade criada entre Anita e os meus filhos. Com a mudança, eu me senti mais livre dentro de casa e já fazia planos para usar meu escritório, ler alguma coisa, pois os livros estavam abandonados, e, quem sabe, escrever algo. Por outro lado essa nova casa serviu também para que Prestes realizasse certos encontros sigilosos com personalidades políticas que lhe desejavam falar. Uma dessas pessoas foi o Agamenon Magalhães, na ocasião, creio, governador de Pernambuco.

Para o começo desse ano de 1946, havia sido convocada uma Conferência Nacional do Partido, como preparação para um novo Congresso. Era uma forma de dar uma estrutura definitiva ao Partido e de lhe dar um Comitê Nacional mais representativo, além de confirmar a linha política até então seguida. Era ainda uma forma de conseguir para o PCB uma confirmação internacional, pelo apoio de vários Partidos Comunistas que haviam sido convidados.

Fui designado para procurar o local, alugar e preparar tudo para uma instalação e inauguração pública da Conferência, que depois se realizaria em local naturalmente mais discreto e reservado. Esse local escolhido foi o Instituto Nacional de Música, que consegui nos fosse cedido, mediante aluguel, por uma noite. Prestes então leria o seu "informe", para ser depois discutido. Havia sido programada, além disso, uma espécie de encenação histórica, com a apresentação de "antigos militantes", os quais seriam convidados especiais. Esses antigos militantes, se referiam natu-

ralmente aos fundadores do Partido, dos quais somente restava Astrogildo, bem como outros que já militavam no Partido desde antes de 1934, data em que Prestes ingressara no PCB. Todavia, eu, que era de 1926, não fui convidado. Tive de bancar o porteiro, a noite toda, para deixar entrar somente os que tivessem convite. Mas, é claro, não banqueei. Simplesmente convidei outros camaradas para essa importante tarefa e me sentei numa das poltronas da platéia para ouvir o discurso, que durou duas horas.

Pouco tempo depois chegava ao Brasil o poeta chileno Pablo Neruda. A Comissão de Finanças sugeriu que se aproveitasse a presença do poeta, para "fazer finanças" (termo técnico...) o que significava recolher dinheiro. Neruda faria um pequeno discurso de saudação e recitaria alguns poemas. Também fui encarregado de organizar a festa. Alugamos um salão no Flamengo, não me lembro em que lugar, foram vendidos convites, Neruda recitou seus poemas, além de saudar Prestes, para o qual escrevera um poema. E fizemos algum dinheiro. Também eu, fiz um pequeno discurso, em nome da CNF, mas ninguém prestou atenção, salvo o José, que lá comparecera, por sugestão minha, para ouvir e ver o poeta.

Como eu disse antes, comecei a notar que havia, dentro da cúpula do Partido, algo que conspirava contra a minha pessoa, por motivos que eu naturalmente ignorava. Além dos fatos citados, havia muitos outros que, isolados, talvez não tivessem significação alguma, mas juntando uns e outros, era como se houvesse realmente uma conspiração ou uma espécie de antipatia ou de prevenção coletiva contra mim.

A célula a que eu pertencia decidira que eu devia fazer uma ou duas conferências sobre assuntos políticos. Principal objetivo: "fazer finanças" para a própria célula. Para isso fora alugado um dos auditórios da ABI, no centro da cidade, e tomadas as providências para a divulgação do fato. Na primeira conferência, a **Tribuna Popular**, órgão do Partido, não deu qualquer notícia, apesar de que houvesse recebido uma nota a respeito. Era então o diretor, Pedro Mota Lima. Alegou que fora um lapso qualquer, muito natural num jornal diário. Na segunda Conferência o mesmo jornal noticiou, mas com a data errada. E essas conferências somente se realizaram porque os membros da célula se encarregaram de fazer a propaganda individualmente, vendendo os convites, e principalmente graças aos esforços de alguns camaradas, membros da família Machado, pai e filhos, todos do PC.

Escrevi alguns artigos para a **Tribuna Popular**. Um deles era uma análise do resultado das eleições de dezembro do ano anterior. Na ocasião, o diretor do jornal era o Pomar. Depois de alguns dias me devolveu o artigo dizendo que "somente se devia escrever sobre o assunto depois que o CN desse a sua opinião". E, naturalmente, quem escrevesse sobre o assunto, teria de seguir a opinião do CN. Esse fato me deu logo a di-

menção da estatura dos membros do **Presidium** do CN e sua posição política: uma férrea disciplina, pela qual **somente o CN poderia pensar**.

Alguns outros artigos meus foram publicados. Mas um deles (que seria o último) simplesmente desapareceu. Na ocasião era diretor o Ivan Ramos, também membro do **Presidium**, ex-oficial da Aeronáutica. Mandei outra cópia, que também não foi publicado. Passado um mês, quando já o artigo havia perdido sua atualidade, escrevi uma carta ao CN dizendo que “havia discriminação contra a minha pessoa: a **Tribuna Popular**, por motivos que eu ignorava, se recusava a publicar um artigo meu”. Depois de uma semana, recebi uma resposta. Ivan fora consultado e dissera que, por um infeliz acaso o outro artigo também desaparecera, que estava trancado numa gaveta, aqui ou ali, e que a mesa se perdera, ou simplesmente a gaveta. Qualquer coisa desaparecera, e por isso meu artigo não fora publicado. Esse esclarecimento foi feito pelo Ivan, por carta, cuja cópia me foi enviada juntamente com os esclarecimentos do CN. Tenho essas cartas guardadas, bem como outras que escrevi antes e depois desses fatos. Um dia eu talvez as publique, mas de momento não têm importância alguma.

Todavia, apesar dessa minha denúncia, a situação não se modificou muito. Quando, no início de 1946, se começou a pensar na organização da Juventude Comunista, notei que a tendência era formá-la exclusivamente com jovens estudantes, deixando de lado a juventude operária. Com base na experiência adquirida no tempo em que eu era secretário da JCB, escrevi um artigo, o qual me foi posteriormente devolvido pois se encontrava “superado pelas novas circunstâncias”. O mesmo aconteceu com outro trabalho, que escrevi para uma Agência de Notícias, creio que **Interpress**, fundada pelo Partido para servir à imprensa partidária em todo o país. Creio que era sobre problema de finanças. Também foi recusado, sob pretexto de que era “contra a linha do Partido”.

Por ocasião da Conferência Nacional, vieram vários convidados estrangeiros, a maioria de países da América Latina. Para alojamento dos mesmos, por medida de segurança e economia, foram eles hospedados em casas de companheiros, que tivessem espaço suficiente. A mim couberam três. Hospedaram-se na minha casa, por uma semana, Alberto Suarez, do Uruguai, Labarca, do Chile, e Blas Roca, de Cuba. Às vezes também aparecia Manoel Delicado, do PC espanhol. Tivemos algumas oportunidades de conversar. E, como seria de esperar, o assunto era frequentemente o próprio PCB, que agora parecia ressurgir das cinzas. Conteí-lhes algo da história do Partido e de suas relações com Prestes e, como não podia deixar de ser, algo ao meu próprio respeito. Perguntaram-me por que eu não estava no CN, e eu respondi que não sabia. Disse-lhes que minha situação era também a de alguns outros companheiros antigos, que haviam sido colocados em tarefas subalternas, depois da “nova situação”, surgida em 1943. Blas Roca disse que eu era uma “reliquia” (não gostei da palavra) e que eu deveria ser tratado “com carinho”. E foi ele mesmo

quem, numa das primeiras reuniões da Conferência, se referiu, de forma genérica, à necessidade que tinha o Partido de “aproveitar os antigos quadros, pela sua experiência” etc. Mas, se alguém percebeu alguma insinuação ou qualquer relação com o meu próprio caso pessoal, nada disse. Em todo o caso agradei ao Blas Roca, sua consideração. Suas palavras foram ainda as de quem sentia escrúpulos em “falar mais claramente”, pois não achava “diplomático” intervir de qualquer modo no Partido brasileiro. Naturalmente lhe dei razão. De qualquer modo, os discursos de todos os delegados estrangeiros, obedeceram a um único padrão: enaltecer a figura de Prestes, e depositar suas maiores esperanças no futuro do Brasil e do PCB.

Como resultado final, essa Conferência pouco trouxe de novo. Substituiu alguns membros do CN, alguns do **Presidium**, e ratificou a linha até então seguida, linha que era de certo modo, bem direitista e baseada na tática da “União Nacional”. Os camaradas estrangeiros, pelo menos os que estavam hospedados em minha casa, não podiam ocultar suas dúvidas sobre essa linha, mas “confiavam em Prestes que se poderia tornar em um líder da América”. Mas algo não foi discutido na Conferência e sim, tratado em uma reunião exclusiva do novo **Presidium**, com a presença dos delegados estrangeiros. É claro que, para essa reunião, eu não podia ser convidado, pois que eu nem sequer era membro do CN. Mas alguma coisa transpirou: havia um grande sentimento de euforia pela vitória alcançada pelo PCB nas eleições e pelo seu rápido crescimento. Já estávamos com mais de 150 mil membros, fora o enorme número de simpatizantes. O candidato Fiuza, apesar de não ter nenhuma projeção política pessoal, tivera cerca de 600 mil votos, que significavam **votos para o PCB**, e os votos dados aos deputados nos vários Estados, representavam ainda uma soma maior. Por isso, esperavam a qualquer momento, **estar no poder**. De que modo? Essa particularidade não fora esclarecida, mas alguns acreditavam que, em novas eleições, poderíamos até mesmo eleger o Presidente da República!

* * *

Os fatos mais importantes que aconteceram a seguir, e relacionados com a história do PCB, estão narrados no 3.º volume de minha **História Sincera da República** e não vou repeti-los, senão na medida do indispensável. Antes, porém, quero relatar um fato que está relacionado diretamente comigo.

Em meados de 46 começava a discutir-se e a organizar o que seria o 4.º Congresso do PCB. As colunas da **Imprensa Popular** foram abertas para a discussão e já havia até mesmo algumas teses publicadas para um debate prévio. Uma dessas teses, a de Maurício Grabois que era o secretário sindical, na época, referia-se “à pobreza do movimento sindical antes de 1930”. Era o mesmo falso conceito de que o PCB aparecera pratica-

mente em 1943 e tudo o que havia acontecido anteriormente era nada mais que bobagens, erros, primarismo etc. Aproveitando o direito de debate, escrevi então um artigo para a **Tribuna Popular** tentando provar — e de fato provei — que até 1930, ao contrário, o movimento sindical era mais autêntico, não tinha pelegos e havia realmente um espírito revolucionário e antiburocrático, além de haver, relativamente, um maior número de sindicalizados. Grabois ficou ofendido. Como “camarada dirigente”, julgava-se intocável, embora meu artigo não se referisse à sua pessoa em particular. Respondeu, pois, em outro artigo, dizendo que, antes de criticar eu deveria explicar “por que havia sido expulso do Partido e reconhecer meus erros”. Não se referiu ao meu livro **Fundamentos do Materialismo** que lhe atingia os nervos, quando mencionado. Dizia além disso, que, de acordo com a própria linha seguida pelo Partido, ele não **podia** ter um forte movimento sindical. E, mais ainda, que “tudo o que eu havia escrito era totalmente contrário à linha das teses”. Tornei a responder, por minha vez, com outro artigo, que não podiam deixar de publicar, por ordem pessoal de Prestes — que não apreciava o Grabois —, que “as teses estavam em discussão, não eram ainda a linha do Partido” e mais algumas coisas. Esse artigo, escrito em um estilo sarcástico, colocou Grabois numa situação difícil e, por ordem do CN, não respondeu. Talvez um dia eu venha a publicar outra vez todos esses artigos.

Aproveitando a deixa, escrevi mais um artigo, dessa vez para **Classe Operária**, que tornava a sair, afirmando que **1935** havia sido um erro tremendo para o Partido e que resultara “de uma conceituação antileninista da revolução”. Apesar de “ser contra as teses” apresentadas por Prestes, que considerava o movimento como “uma insurreição contra o fascismo” e “pela revolução popular”, o que eu negava, o artigo foi publicado. Creio que foi o último, pois nessa altura, quando se preparava o número seguinte do jornal, o Partido tinha sido fechado. De qualquer modo, ele causou espanto “pela minha coragem”, pois Prestes, o responsável, estava ali mesmo.

O fechamento do Partido, que resultou de uma deliberação, ou um acórdão do Supremo Tribunal Federal, já foi por mim narrado em outro livro, o 3.º volume da **História Sincera da República**. Mas procurarei resumir-lo aqui, para aqueles que não o conhecem ainda.

Nessa época, era Presidente da República o general Dutra, eleito em 2 de dezembro de 1945. Seu objetivo, desde o início de sua propaganda, sempre foi fechar o PCB e cortar as relações do Brasil com a URSS, reatados por Getúlio logo após a derrota do nazismo. Faltava apenas um pretexto. Um desses foi uma declaração de Prestes, em resposta a uma pergunta provocativa, que dera a um jornalista: em caso de uma guerra entre o Brasil e a URSS, de que lado estaria? Em outros países, perguntas semelhantes haviam sido feitas a líderes comunistas e Prestes respondeu do mesmo modo que alguns daqueles líderes: estaria ao lado da URSS. Essa resposta, assim isolada do contexto geral da entrevista,

provocou grande celeuma, na imprensa e no Congresso, e Prestes foi acusado de ser traidor da sua Pátria.

Mais tarde, um deputado, posteriormente expulso do parlamento por “falta de decoro parlamentar”, um tal de Barreto Pinto (deixara-se fotografar, por uma revista, em trajes menores, mais explicitamente, de cuecas), propôs então o fechamento do PCB, o que foi aprovado. O Partido recorreu ao Supremo e este confirmou a lei por 3 votos contra 2. Em consequência, um oficial de justiça foi à sede do Partido, na Rua da Glória e lacrou as portas. O mesmo foi feito em outras sedes que o Partido tinha, para o Comitê Estadual, e vários Comitês de Zona, na Guanabara e demais Estados. Estava liquidado o PCB como organização legal.

Assim contado, a coisa parece por demais simples. Como foi possível fechar o Partido de maneira tão fácil, sem um gesto sequer de reação por parte dos comunistas, dos seus milhares de membros e simpatizantes, que nessa época havia atingido o auge de seu crescimento, com quase 200 mil membros em todo o país, fora os milhares de simpatizantes não somente na classe operária, como em vários setores de outras classes e mesmo no seio das Forças Armadas?

Na ocasião, o fato parecia inexplicável, e deixou a todos espantados, não somente a esses comunistas e simpatizantes, como aos próprios conservadores e anticomunistas que esperavam uma reação qualquer. A perplexidade tomou conta de todos. Muita gente não queria nem mesmo acreditar no que estava acontecendo, era como se estivessem mergulhados num pesadelo. Para uns poucos, porém, o que acontecera era como o corolário natural de uma linha política falsa, direitista, que subestimava as forças da reação, embora tentasse namorá-la, e superestimava as forças do Partido, que com a política de paz e tranqüilidade, havia perdido o seu ímpeto revolucionário inicial.

Em começos de janeiro de 1947, creio que foi por essa época, em uma das costumeiras reuniões ampliadas do CN, que freqüentemente aconteciam, e à qual eu estava presente como convidado, Prestes declarava, entre outras coisas, que não havia mais possibilidades de uma nova guerra mundial, que “o imperialismo estava com os dentes quebrados”, e que o governo “não ousaria fechar o Partido”. Essa não era apenas a opinião de Prestes, mas a de todo o CN e outros escalões inferiores, que não tinham, aliás, opinião alguma, apenas repetiam o que lhes mandavam dizer, Prestes e os seus companheiros do CN. Toda a imprensa partidária refletia esse pensamento. E, como os membros do Partido se haviam desabituatedo de pensar por conta própria, completamente alienados, digo eu agora, o mais difícil seria fugir a essa diretriz, a esse pensamento. Prestes confiava não somente nas forças do Partido, na realidade inertes e incapazes de agir e pensar por conta própria, como na força moral da **Democracia**, que, após a derrota do nazismo, parecia haver-se instalado no mundo por toda a eternidade.

Desse modo se encontrava o Partido realmente desarmado, teórica, psicológica e politicamente, para ao menos lutar pela sua sobrevivência, já que derrotar a reação era no momento impossível.

Já narrei, no 3.º volume da **História Sincera da República**, o episódio do fechamento do PCB. Tomo a liberdade de repeti-lo aqui, para os que não o conhecem:

Em princípios de 1947, foi o Partido acusado, na Câmara, de receber dinheiro de Moscou e uma comissão foi designada para fazer uma perícia na contabilidade do Partido. Para esse fim apareceu um dia na sede da rua da Glória, um funcionário da Polícia, que foi por mim recebido. Nossa contabilidade estava em ordem, e nada tínhamos a temer. Se entrasse algum dinheiro ilegal, não passava pela Comissão de Finanças, da qual eu era membro. Mas esse funcionário encontrou sobre a mesa — havia muitos — um exemplar dos estatutos do Partido e verificou que era bem diferente dos Estatutos legalmente registrados por ocasião da legalização do Partido e feitos somente para cumprir uma formalidade do Tribunal Eleitoral. Esse foi o pretexto usado. E se esse não servisse, arranjariam outros. Como dissemos, o Partido apelou para o STF, mas perdeu por 3 a 2. No mesmo dia o STF mandou um oficial de justiça lacrar a sede. E com isso foi fechado um Partido revolucionário de 200 mil membros. Sem um protesto.

Várias foram as conseqüências, para o Partido, do seu fechamento sumário, a bem dizer, pacífico (como se ele fizesse questão de dar uma demonstração pública do seu respeito às leis, à paz e à tranqüilidade). Uma delas foi, naturalmente, a destruição, pelo menos parcial, de sua estrutura burocrática, o desmantelamento de sua organização, feita toda para a legalidade. Outra foi a debandada de muitos elementos que não estavam dispostos a morrer pelo Partido, pelo menos por “esse Partido”, e a continuar a luta na clandestinidade. Nos meses seguintes, pelo menos metade dos seus 200 mil membros se afastaram do Partido. Nada havia sido feito para, **admitindo a possibilidade do fechamento**, preparar-se para manter a coesão psicológica, política, orgânica do Partido.

Na realidade, o imperialismo estava ainda bastante forte, embora com a saúde um tanto abalada. Por um erro de perspectiva, o PCB, em vez de lhe dar a porretada final, o tiro de misericórdia, nesses anos de 1945 e 46 somente procurou ajudá-lo, com colheres de chá, proibição de greves, ordem e tranqüilidade, para que o doente pudesse restabelecer-se mais rapidamente. E como ficou forte!

* * *

Aqueles que haviam sido mobilizados profissionalmente para a atividade partidária e se haviam tornado “revolucionários profissionais”, pois se haviam desligado do seu trabalho normal para se tornarem ativistas, ficaram subitamente desempregados, e não foi fácil, para muitos

deles, reintegrar-se na profissão. Para outros, como eu, que não era profissional mas atuava regularmente numa organização do Partido, pouco restava a fazer. No meu caso específico, a Comissão Nacional de Finanças, assim dissolvida, fiquei sem tarefas, durante algum tempo. Também os Comitês Populares que ainda existiam, pois aos poucos, desde 1946 começaram a deteriorar-se, foram dissolvidos, ou melhor, dissolveram-se espontaneamente. Todavia, a imprensa do Partido continuava a existir, os deputados federais e estaduais e os vereadores continuaram a viver legalmente, e todos estavam garantidos do ponto de vista financeiro: tinham emprego e salário, embora precário.

Agora eu tinha as noites mais ou menos livres. Vez por outra eu ia visitar os “nossos deputados”, que tinham uma sede, num edifício da Avenida Rio Branco, onde se reuniam com seus assessores, para a sua atividade parlamentar. Lá encontrava muitas vezes o Arruda, Marighela, Grabois e outros, que continuavam deputados. Era todavia curioso o fato de que conservavam a mesma arrogância no trato com seus camaradas, e o assunto do fechamento tão fácil do Partido nem sequer era mencionado. Era claro, visível, mais do que evidente, que haviam cometido erros graves e clamorosos, mas lutavam ainda por demonstrar a infalibilidade do “sábio Comitê Nacional”, frase tantas vezes repetidas nos discursos e nas intervenções, nas reuniões do Partido, antes do fechamento. Nem jamais se referiam à incrível proposta feita pelos deputados na Câmara Federal, na realidade por Maurício Grabois, numa sessão a que eu estava presente, a da “renúncia do Presidente Dutra”. Enquanto Grabois lia seu melancólico discurso, num tom de oração fúnebre, que não correspondia ao teor vibrante do documento que estava em suas mãos, na sala mais ou menos vazia, os deputados sorriam entre si, alguns perplexos, outros com ar vitorioso. Mas o canto do cinse foi respeitado. Ninguém respondeu ao discurso, sequer para defender o Presidente. Era o respeito aos mortos.

Um dia fui procurado por um camarada do CN, não me lembro se foi o Grabois ou Pomar, o qual me informava que o CN havia resolvido criar um organismo legal que tivesse o papel do antigo Socorro Vermelho, destinado a prestar ajuda aos companheiros presos, desempregados ou doentes, e às suas famílias. Preparei então um projeto de Estatutos para a Organização, que se chamaria **Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS)**, destinada a prestar aquela ajuda aos necessitados, obviamente, ligados ao movimento comunista: assistência médica e jurídica, roupas etc. Havia uma Diretoria e um secretário geral, que na realidade devia fazer tudo, pois os diretores, escolhidos entre simpatizantes bem colocados do ponto de vista social ou financeiro, se limitariam a dar seu nome e uma contribuição mais sólida em matéria de dinheiro. Esse projeto foi levado ao CN que o aprovou.

A seguir convidei algumas pessoas que, em conversas prévias, haviam aceitado a idéia e concordado em colaborar: havia entre eles um ex-oficial

da Marinha, Roberto Sisson, alguns médicos simpatizantes, um diretor de colégio. Depois de algumas reuniões realizadas em minha casa, aprovaram os Estatutos e admitiram que seus nomes constassem da Diretoria. Alugamos uma sede, numa sala de um edifício da Rua do Carmo, conseguimos uma secretária, que era obviamente, membro do Partido, e a ABAS começou a funcionar. Eu fui escolhido para ser o secretário geral, "o que fazia tudo", isto é, comparecia à sede diariamente e dava as ordens. Fizemos um pouco de propaganda, admitimos um grande número de sócios. Vários médicos, dentistas, advogados, puseram seus serviços profissionais à nossa disposição. Começamos todos a "funcionar". Além disso, aceitávamos doações de roupas usadas para distribuir entre os mais necessitados. Os que precisavam de assistência médica ou jurídica, recebiam um passe, que lhes dava o direito de procurar o profissional, e ser atendido gratuitamente. A secretária fazia a correspondência e todo o serviço burocrático, em troca de um pequeno salário. A bancada comunista na Câmara Municipal conseguiu até mesmo uma verba para subsidiar nossas atividades.

Já quase ao findar do ano de 1947, sentimo-nos suficientemente fortes para nos expandirmos. Uma reunião da Diretoria decidiu que instalássemos sucursais nos bairros, para melhor atender àqueles que dificilmente podiam deslocar-se até ao centro da cidade. Discutindo várias propostas, concordamos que o local que oferecia de início melhores condições, era a favela da Praia do Pinto, na Gávea, perto do Jóquei Club, à margem da Lagoa.

Em certo dia, previamente designado, compareci ao local. Eu conhecia várias favelas do Rio, mas nunca tinha estado naquela. Mas não me pareceu diferente: casinhas de madeira construídas sem alinhamento, umas agarradas nas outras, sem serviço sanitário, sem ruas, sem água, sem esgotos, miserável em todos os seus aspectos, tanto as casas como os moradores, a maioria constituída de operários, uns poucos em melhor situação econômica, e alguns marginais. Naquela confusão de casas, construídas praticamente dentro de um pântano, sobre a lama, havia até vendas, um bar, onde se podia tomar café, refrigerantes e cachaça.

Quando estávamos no melhor da festa, e já tínhamos conseguido não apenas um local mas até mesmo um presidente provisório, eis que chega a polícia. Um dos moradores havia chamado uns tiras, que cercaram o barraco. Éramos umas cinco pessoas, entre as quais duas mulheres: a companheira de Dalcídio Jurandir e a companheira de Grabois. Estávamos todos presos.

Do lado de fora, havia dois carros esperando-nos. Embarcamos todos e fomos diretos para a Polícia Central. Já era noite. Fomos devidamente identificados e deixados numa sala com um tira mais graduado. Alzira, a mulher de Grabois, se pôs a protestar, dizendo que "era uma violência", falou sobre a Constituição e os direitos que ela nos assegurava etc., enquanto o tira sorria complacente.

— De acordo com a Constituição, disse ele, temos o direito de detê-los por 24 horas.

— Já que conhece tão bem a Constituição, disse eu, saiba que temos direito de nos comunicar com um advogado.

— Pois não, disse ele, o senhor é nosso freguês, já conhece as regras. Malandro velho não estrila.

Daí, telefonei para casa e nossa máquina jurídica começou a funcionar. Passamos a noite num xadrez até que decente, com cama, colchão e tudo. E no dia seguinte pela manhã, fomos todos libertados.

* * *

Essa coisa tão simples e corriqueira teve para mim, todavia, consequências mais sérias, porque, de certo modo, mudou o curso de minha vida.

No dia seguinte alguns jornais publicaram o fato com algum destaque: fora preso, como comunista, um diretor de Lojas Brasileiras. Essas poucas linhas trouxeram, como seria de esperar, um certo mal-estar entre os meus irmãos, companheiros de Diretoria. E, logo no outro dia, uma organização comercial, que tinha um nome parecido, Lojas Brasileiras Ltda. (a nosso era Lojas Brasileiras de Preço Limitado S/A) fez uma publicação pela imprensa, dizendo que eu não era diretor daquela organização, daquela firma. Isso piorou a situação. A minha situação.

Acontece que naquela época, nossa firma havia conseguido o privilégio de instalar uma filial na Ilha das Cobras, junto ao Arsenal da Marinha, que com seus dez ou doze mil operários, parecia ser um bom local para vendas a varejo. Mas o Ministério da Marinha nunca iria permitir que se instalasse ali — "um centro vital para a defesa do País" — uma firma que tinha entre os seus diretores um "notório comunista". Foi exatamente o que me disseram em uma reunião de Diretoria. Conclusão: eu deveria fazer uma declaração pública, dizendo que "não era mais comunista".

Depois de vários argumentos de parte a parte, recusei a fazê-lo. E pedi demissão do cargo.

Não sei por que, minha atitude causou profunda surpresa e, porque não dizer, espanto. Pediram-me que pensasse por vinte e quatro horas, para dar uma resposta definitiva. Trabalhei normalmente o resto do dia, como se nada tivesse acontecido, pois o trabalho me evitaria de pensar no assunto. Mas à noite, em casa, tentei pôr em ordem as minhas idéias e analisar meus próprios sentimentos. Na verdade eu os compreendia e dava-lhes mesmo razão. Eu já lhes havia causado inúmeros aborrecimentos e preocupações. Ainda recentemente, o Salomão e o Adolfo tiveram recusados vistos em seus passaportes, para os Estados Unidos, por serem meus irmãos, e por serem sócios da Editorial Vitória. Agora, minha atitude, estava pondo em risco um negócio em que estava em jogo um

patrimônio de muitos milhões. Assim, minha presença na diretoria da firma era insustentável. Que atitude deveria eu tomar? Só havia uma: pedir demissão, sair das Lojas, pois a tal declaração que me exigiam estava fora de discussão. É verdade que também minha posição no Partido não era das mais brilhantes, nem das mais cômodas. Parecia claro que não me queriam. Eu estava todos os dias levando um pontapé no traseiro e não me dava conta, ou melhor, por vezes chegava a acreditar que isso talvez ajudasse a revolução! Como era possível? Minha continuação no Partido era absurda. Mas, pensava eu ainda, aquelas pessoas que, como um bando de percevejos haviam penetrado no Partido e se apossado de sua direção, não eram o Partido. O Partido era a própria idéia de libertação do povo e era por isso que eu lutava havia mais de vinte anos. E que não fosse! Eu não devia fidelidade ao Partido, agora desnaturado. Só devia ser fiel para comigo mesmo, era a mim que eu devia fidelidade, fidelidade aos meus próprios sentimentos, ao meu próprio pensamento. Eles, os sentimentos e o pensamento, me diziam que eu não devia renunciar, renunciar ao meu pensamento.

Assim, escrevi uma rápida carta à Diretoria, confirmando meu pedido de demissão, irrevogável. No dia seguinte, numa nova reunião, minha carta foi lida e por fim concordaram comigo. Eu trabalharia mais uns dois ou três meses, até o dia 28 de fevereiro, data em que se realizaria o balanço. Como compensação pelos meus 15 anos de atividade na Companhia, me ofereciam trezentos contos, para que eu pudesse refazer a minha vida, onde e como eu quisesse. Não era muito, mas acreditava que dava para fazer alguma coisa, arrumar um novo meio de vida. Eu não os pleiteara, mas aceitava.

E assim se encerrava o assunto.

* * *

Creio que foi poucos dias depois desses fatos, que fui novamente procurado, dessa vez pelo João Amazonas. Disse-me que a cassação dos mandatos dos parlamentares iria ser aprovado naquele dia e que, provavelmente, Prestes seria preso, mal sáisse do Senado, que ainda funcionava no velho edifício da Praça Paris. Como eu tinha automóvel, queria que eu o ajudasse a conduzir Prestes para determinado local, onde ficaria por algum tempo. Já haviam armado um esquema de segurança para a sua fuga. Talvez não fosse bem esse o termo apropriado. Não era bem uma fuga, apenas uma medida de prudência. Mas, fosse lá o que fosse, Prestes precisava sumir de circulação por uns tempos. Desse modo, eu deveria estar com o meu carro a uma certa hora da tarde, em determinado local da Praça Paris.

Na hora marcada lá eu estava à espera. Em certo momento surgiu Prestes por uma porta lateral, acompanhado de Arruda e Pomar, os quais imediatamente entraram num carro que estava postado pouco adiante do

meu. Amazonas entrou no meu carro, e logo nos pusemos em movimento. Na frente do carro de Prestes, seguia um terceiro, a seguir vinha o dele, e atrás, garantindo a retaguarda, o meu, comigo e o Amazonas ao meu lado.

Todos nos afastamos com a velocidade possível, tomando o rumo da Glória (que ironia!). E, qual uma procissão motorizada, subimos para Santa Tereza.

Eu ignorava o rumo definitivo e me limitava a seguir o carro da frente, procurando impedir que qualquer outro se interpusesse entre nós. Ao chegar a altura do Itapiru, do outro lado do morro, os carros pararam. Amazonas desceu e correu para o carro da frente. Eu devia apenas voltar para casa.

Depois disso, nunca mais vi Prestes. Nem mesmo me despedira. Por nove ou dez anos ele permaneceu mais ou menos oculto, em lugar sabido apenas de três ou quatro pessoas.

E agora?

* * *

Depois disso, os dias correram tranqüilamente. Continuei com os meus afazeres nas Lojas, esperando o dia 28 de fevereiro e passando alguns momentos diários na sede da ABAS, que prosseguia funcionando. Eu não sabia ainda o que iria fazer com o dinheiro que me haviam dado, nem para onde iria. Mas aos poucos se me foi formando a idéia de ir para S. Paulo, não tanto porque gostasse da cidade, pois na realidade não suportava o seu clima frio e úmido, mas estava pensando na possibilidade de comprar uma pequena indústria e, nesse caso, nenhum lugar melhor que S. Paulo.

Eu sabia o destino que me esperava. Certamente não teria o mesmo conforto, para mim e minha família, que agora desfrutava, teria de começar tudo de novo, os filhos teriam que entrar para um novo colégio e deixar o Colégio Rezende, onde já estudavam havia vários anos. Mas aos poucos eu começava a descobrir dentro de mim mesmo, as motivações reais de minha renúncia. Não era apenas a fidelidade para comigo mesmo. Era também uma certa ânsia de liberdade. Não essa liberdade de ir e vir, mas liberdade de sentir e pensar. Para mim o Partido se fora, deixara de existir, e, por outro lado, eu já não teria que dar explicações a ninguém sobre o que eu fazia ou pensava. Estava livre, livre para procurar o meu próprio caminho. Eu havia trabalhado quinze anos nas Lojas Brasileiras e ainda não conseguira enquadrar meu pensamento no espírito que guiava e dirigia as Lojas. Depois de tantos anos, eu ainda me sentia um estranho, dentro daquela engrenagem psicológica. Um dos meus irmãos me havia dito, anos antes, quando assumi o alto cargo de Diretor de Compras: "Você agora deve trabalhar, comer, dormir e sonhar com as Lojas Brasileiras. A elas você deve consagrar suas melhores horas,

seus melhores pensamentos. Assim as Lojas crescerão ainda mais, e você com elas". Tudo podia ser muito justo, mas eu não conseguia fazê-lo. Eu não dormia, comia ou sonhava com elas. Meus pensamentos estavam quase sempre bem longe delas. Agora eles poderiam voar livremente pelo mundo infinito, só guiados por mim. A liberdade, ainda que em troca de conforto. Ainda hoje, entretanto, pergunto às vezes, a mim mesmo, se teria o direito de fazê-lo, de sacrificar o bem-estar e o interesse dos meus filhos em troca de moinhos de vento. Mas naquele tempo não pensei nisso.

E quando acontece eu fazer essa pergunta a mim mesmo, ainda consigo responder: não, eu não tinha direito de fazê-lo. E, não obstante, **tinha de fazê-lo**. Não estava dentro de mim, não fazê-lo.

No dia 28 de fevereiro de 1948 despedi-me de meus auxiliares imediatos e comecei a preparar minha viagem para S. Paulo. Talvez encontrasse lá o que procurava.

Achei-me no dever de participar ao CN, ao que restava dele, minha mudança para S. Paulo, e lembrei-lhes a necessidade de que indicassem um substituto para mim na ABAS. Encontrei o Arruda, arrogante como sempre fora, depois que se transformara na segunda pessoa do Partido, com o seu bigode staliniano, na sede da bancada comunista, à Avenida Rio Branco, reduzida agora a duas pessoas: ele e Pomar, eleitos pelo PSP de S. Paulo. No decreto de extinção dos mandatos, eles haviam sido poupados. Convidou-me a participar do seu "grupo de assessores", pois tinha importantes projetos a apresentar à Câmara, enquanto eu me perguntava a mim mesmo, onde ele estaria dentro de um ano. Ainda seria membro do Partido? Outros, antes dele que também pareciam eternos no seu posto, já haviam abandonado o Partido. E ele, quanto duraria? Na verdade durou muito mais do que eu pensava: dez anos! Muitos outros, que me haviam combatido ou tramado minha expulsão, já tinham caído fora, ou expulsos ou por conta própria.

E seus companheiros? Na ocasião eu não podia prever o futuro, mas sabia apenas que **eles**, os "salvadores do Partido", o bando de pulgas que o havia invadido, vindo da Bahia, Arruda, Grabois, Marighela, Amazonas, Mário Alves, Giocondo, Corender e tantos outros, somente o haviam levado à falência, acoitados à sombra protetora de Prestes. Haviam transformado o PC em um meio de vida. Mas isso era apenas o começo. O pior ainda viria depois.

O TEMPO DA DESESPERANÇA

Cheguei a S. Paulo em uma manhã fria e ensolarada de abril, depois de uma viagem de cerca de 15 horas de automóvel, pela antiga estrada Rio-S. Paulo. Tratei de me alojar em um hotel e comecei a procurar o que de início me interessava: um **negócio**, para comprar ou me associar, com o dinheiro que me haviam dado, antes que ele se acabasse. Não demorou muito e logo encontrei: uma pequena fábrica de brinquedos de alumínio, instalada no quintal de uma velha casa do Brás, na Rua Almirante Barroso.

Tinha a fábrica uns 8 ou 10 operários. O proprietário, um israelita de origem russa, queria se retirar dos negócios e, com o dinheiro obtido, comprar algumas propriedades e viver dos rendimentos, que não seriam muitos. Seus filhos, todos nascidos no Brasil, eram já adultos e todos eles, por acaso, simpatizantes e me conheciam de nome. Se bem que isso nada tivesse a ver com o caso, facilitou as negociações. Combinamos que eu pagaria um milhão de cruzeiros (velhos), sendo trezentos de entrada e o resto em dois anos. Pareceu-me muito conveniente.

Aluguei um pequeno apartamento ali mesmo, no Brás, perto da fábrica e comecei a trabalhar, ou melhor, a enfronhar-me no negócio e procurar entender o que significava uma indústria, duplicatas, impostos, descontos em Bancos etc. coisas com as quais eu nunca havia lidado.

Eu estava agora com quarenta anos, e tinha de recomeçar minha vida. Mas isso não me assustava. Não tinha grandes planos nem grandes ambições. Apenas queria estabelecer-me de modo a não ter grandes problemas financeiros, uma vida de classe média, poder ler e escrever, acabar a educação de meus filhos.

Os negócios se foram desenvolvendo satisfatoriamente e eu já estava me preparando para alugar um apartamento maior, onde todos coubessemos, onde pela manhã pudéssemos andar e esticar os braços sem bater nas paredes e nos móveis.

Ao fim do ano já nos mudávamos para o Jardim Paulista, um apartamento maior. E a pequena oficina se ia transformando numa fábrica de verdade, depois que a mudamos para um prédio maior, perto de Vila Maria.

Assim passaram os anos de 1948, 49, 50, 51...: trabalhando. À noite, quando não fomos ao cinema, eu lia romances policiais. Li milhares deles, de todos os tipos, de Conan Doyle a Ellery Queen, em português, francês ou inglês, o que encontrava. Meus livros passaram esse tempo todo encaixotados, pois não havia lugar para eles no apartamento. Depois aprendi a jogar "buraco" e uma noite por semana era dedicada a esse esporte, com um grupo de amigos, com os quais eu não podia falar outra coisa que não fosse buraco, pif-paf e outros esportes semelhantes. E aos domingos ia ao Jockey Club, apostar nos cavalos. Levei essa vida por mais de um ano. Desse modo eu descansava do trabalho do dia, da semana, e procurava esquecer, ignorar, o mundo que se agitava lá fora, fora de mim, de minha consciência, até que eu pudesse, até que eu tivesse cabeça e tempo para me lembrar dele.

É claro que isso que escrevi acima deve ser entendido num sentido mais ou menos figurado, pois na verdade, nunca consegui desligar-me inteiramente da realidade do mundo. Eu estava dentro dele como um parafuso velho, enroscado, engastado numa máquina e que, mesmo sendo de ferro, parecia haver criado raízes dentro dela. E para sair, é preciso rebentá-lo. Ou rebentar a máquina. Mas ainda não tinha consciência dessa circunstância.

Poucos dias depois de minha chegada a S. Paulo, quando eu estava ainda procurando instalar-me, já eu procurava entrar em contato com Milton Caires, um baiano, médico, engajado no Partido havia alguns anos, e que havia chegado a S. Paulo no famoso Exército do Pará, juntamente com Arruda e outros. Eu o conhecera quando ele se transferiu para o Rio em 1946, como deputado federal. No ano seguinte era ele o Tesoureiro do Partido, em substituição ao Álvaro Ventura, que assumira outras funções. Como eu estava ainda na CEF, nossos contatos durante o ano de 1947 eram quase diários. Eu simpatizara com ele desde o princípio, parecia-me diferente em tudo dos seus companheiros do **Presidium**, a que ele pertencia. Parecia-me um homem honesto. Agora não era mais deputado.

Não me foi difícil encontrá-lo, na redação de **Hoje**, o diário do Partido em S. Paulo. Depois de alguma conversa, convidou-me a participar do Comitê Estadual, como uma espécie de conselheiro. Havia falta de gente. O fechamento do Partido, a cassação dos mandatos, provocara uma verdadeira **débacle** no PCB em S. Paulo, e o secretário geral, Mário Scott, acabou cometendo suicídio. Fiquei tão espantado com o convite que pedi tempo para pensar, até o dia seguinte. Antes que eu lhe pudesse responder, porém, aconteceu um comício na Praça da Sé, e ele foi preso. Depois disso, Milton Caires desapareceu da circulação. Soube mais tarde que ele, posto em liberdade dias depois, regressou à Bahia, onde se integrou à sua família, ou à família de sua esposa, que tinha em Salvador uma posição de relevo, abandonou o Partido e dedicou-se aos seus próprios negócios, arranjando um emprego. Não me admirei

de sua atitude. Nos poucos minutos em que havíamos conversado, ele somente havia demonstrado estar desiludido da política, e pronunciara palavras amargas contra quase todos os seus companheiros do **Presidium**, principalmente o Arruda.

Dessas prisões na Praça da Sé, creio que resultou a liquidação do Partido em S. Paulo, pois fechado também o **Hoje**, passei muito tempo sem ter notícias de qualquer atividade partidária.

Mas certo dia me aparece o Armenio, também da Bahia, também do CN, também do Exército do Pará, pois havia chegado do Norte, juntamente com Arruda e tantos mais. Não me encontrando, deixaram um bilhete. Nele dizia que eu estivesse em tal dia e em tal hora, em certo lugar, com o meu carro, a fim de conduzir uma personalidade do Partido para uma certa tarefa. Não preciso dizer que esse bilhete me deixou irritado. Não compareci. Ao contrário, deixei um bilhete para ele, na realidade uma carta ao CN, a primeira de uma longa série de cartas, mais de dez, que a partir de então comecei a escrever à direção do Partido sobre os mais variados assuntos. Nessa carta eu dizia que "não estava mais disposto a servir de cabide para que eles pendurassem o seu chapéu", de tocar música para eles dançarem, que não estava mais disposto a executar tarefas práticas "que qualquer outro camarada poderia executar". Eu desejava tarefas políticas. Esse foi, mais ou menos, o teor da carta. Não me lembro precisamente dos termos exatos, mas posso afirmar que não eram nada suaves.

Depois disso Armenio, do qual aliás eu gostava, desapareceu de S. Paulo, que eu saiba.

Ainda nesse mesmo ano de 48, e ainda no ano seguinte, fui procurado por pelo menos meia dúzia de camaradas de S. Paulo. Todos queriam a mesma coisa: dinheiro. Uns pertenciam a alguma célula do Brás, segundo diziam; outros eram de algum Comitê de Zona, todos diziam que me conheciam, que me admiravam como militante... e todos queriam dinheiro. Na certa estavam convencidos de que eu era milionário. Milionário e idiota.

Minha resposta a eles (alguns voltavam várias vezes, insistiam...) era sempre a mesma: eu somente poderia contribuir para o Partido se pertencesse, se me ligassem a algum organismo de base, a alguma célula. Fora disso, não contassem comigo. Minha irritação e minha negativa tinham ainda outros fundamentos.

Em 1946, quando deixei a gerência da Editorial Vitória, eu assinara, como fiador, uma caução em um Banco do Rio, para que a Editora conseguisse um empréstimo de 50 contos. A editora não pagara e agora vinha o Banco atrás de mim para uma cobrança amigável. Prometi pagar 5 contos por mês e eles aceitaram. E cinco contos era uma quantia respeitável naquela época. No ano seguinte, 1949, fui citado, por um oficial de justiça, para pagar alugueis atrasados da sede do Partido, da Rua da Glória, agora abandonada, e da qual eu era o fiador. Era mais de 80

contos. Tive de pagar, em prestações, é claro. Mas eu pagava naturalmente com dinheiro que pertencia mais à fábrica do que a mim. E esse dinheiro começou a me fazer falta para os compromissos comerciais. Tive de recorrer a Bancos, para empréstimos. Como se pode depreender desses fatos, em matéria de dinheiro eu estava "por aqui". Além disso, não mais queria ser explorado dessa forma. E se queriam que eu cooperasse, de qualquer modo, eu antes queria ser realmente membro do Partido, isto é, pelo menos, participar de uma célula. E todos prometiam "resolver o meu caso", mas ficava sempre tudo na mesma. Será que o PC em S. Paulo havia acabado? Não seriam aqueles camaradas simples aventureiros a querer arrancar dinheiro em benefício próprio? Quem me garantia o contrário? Será que me tomavam por algum espião e tinham medo de que eu participasse de reuniões políticas? Ou, o que era mais provável, o Partido deixara simplesmente de existir. Durante dois ou três anos, me mantive nessa posição: ajuda, somente quando eu participasse regularmente de um organismo de base, a que eu tinha direito, pois ainda era membro do Partido.

Certa vez, isso já em 1950, recebi um recado de um dos camaradas que às vezes me visitavam e que me parecia ser membro do CE, para comparecer a certo local, no centro da cidade, onde alguém queria falar comigo sobre um assunto importante. Fiquei realmente curioso. Que seria? Mais uma vez dinheiro? Queriam o automóvel? Quem sabe, me pediriam que eu organizasse alguma reunião, da qual certamente nem me deixariam participar, como tantas vezes haviam feito comigo? Ou seria, afinal, algo de sério? Nessa dúvida compareci ao local, no dia e hora marcada.

Era um escritório comercial, na Avenida S. João. Entrei numa sala onde havia algumas mesas desocupadas. Encontrei lá a pessoa que me havia telefonado. Essa pessoa me apresentou a um jovem cujo nome ignoro e que nunca mais vi depois dessa data. E depois saiu. Esse jovem, talvez fosse um estudante (não ficava bem, na clandestinidade, fazer perguntas), foi muito gentil. Com um sorriso amável, convidou-me a sentar, enquanto ele se acomodava em outra cadeira. Ofereceu-me cigarros, e eu tirei meu cachimbo do bolso e comecei a enchê-lo de fumo. E então ele começou a falar:

— Não sei se o camarada sabe que o imperialismo... que a reação... o general Dutra... o imperialismo, a reação, o Ademar de Barros... porque a burguesia... porque as classes médias... as greves, o imperialismo, a pequena burguesia... a concorrência, o imperialismo... as classes médias... E continuou falando mais ou menos nesse teor, por cerca de dez minutos, como se estivesse fazendo um comício particular, em minha honra. Via-se que estava tratando de desempenhar uma tarefa. Eu pensava: quando será que ele vai me pedir dinheiro?

Enquanto ele falava, eu enchi pausadamente o meu cachimbo e olhava de vez em quando para a cara dele. Tinha um rosto tão jovem, até

parecia sério, notei que gostava da palavra imperialismo. Como eu nada dissesse, ele continuou:

— Porque o imperialismo, porque as classes sociais, as classes médias... porque Getúlio...

Houve um momento que não agüentei mais. Sentia-me na verdade, mais enfadado do que irritado. Levantei, e disse apenas:

— Vá à merda! E saí.

O tempo foi passando e não mais me procuraram. Foi no ano de 1951 que recebi uma nova visita. Chamava-se Vinhas (nome de guerra), eu o conhecia do Rio, era membro do CN. Falou-me da guerra da Coréia e disse que o CN havia resolvido fazer uma campanha a fim de "fazer finanças" para ajudar a Coréia do Norte, e que o Partido me considerava capaz de desenvolver um bom trabalho, e outras coisas mais, do mesmo estilo, dando-me a entender que eu era um camarada fiel, bom trabalhador, em quem o Partido confiava... Eu ouvi calado. Pelo menos, não me lembro de ter dito alguma coisa. Pedi tempo para pensar. No dia seguinte entreguei-lhe uma carta. Nela eu dizia, entre outras coisas, que não compreendia como o PCB se podia incomodar com o que estava acontecendo nos confins da Ásia, quando aqui mesmo, no nosso nariz, camponeses brasileiros lutavam em Porecatu, no Paraná, em defesa de suas terras. E não era segredo. Os jornais estavam cheios de notícias sobre a luta dos camponeses naquela localidade e que estavam passando fome e tinham falta de armas e munições. Por que raios, nos devíamos preocupar com a Coréia? Só porque o PC da URSS havia feito um apelo nesse sentido? E o Brasil? E os camponeses brasileiros, quem pensava neles?

É claro que, depois dessa carta, o Vinhas não me procurou mais.

Pouco tempo depois vim a conhecer o Axelrud, um camarada do Rio Grande do Sul e que se achava em S. Paulo como redator do *Hoje*. Um dia me convidou a ir a sua casa e nos pusemos a conversar. Naturalmente, sobre o PCB e a "conjuntura mundial". Naquele tempo havia para os comunistas dois assuntos centrais: a guerra da Coréia e o afastamento da Iugoslávia da influência soviética. A Iugoslávia procurava o seu próprio caminho. E Tito já era considerado traidor. No meio da conversa, ele acabou revelando um "segredo de Estado": o CN me considerava "titoista". Não muitos anos antes, a maior acusação feita a um comunista era a de *trotskista*. Agora o qualificativo era *titoista*. Isso significava que a pessoa assim etiquetada "dava mais importância ao problemas nacionais que ao "internacionalismo proletário". Eu respondi que era assim mesmo. Em minha opinião, conforme lhe disse, e depois repeti muitas vezes em outras oportunidades, a melhor maneira que nós tínhamos de ajudar a revolução internacional e mesmo a Coréia, era fazer a revolução em nosso próprio país, sobretudo quando havia condições tão favoráveis.

Axelrud ouviu e não respondeu. Talvez pensasse a mesma coisa, mas não disse. Depois dessa noite somente o encontrei muitos anos depois, no Rio, mas então ele já estava de acordo comigo.

Pouco tempo depois, recebi, por intermédio de um desses camaradas que vez por outra me visitavam para conseguir dinheiro, um novo documento do Partido e uma espécie de proclamação, que depois veio a ser conhecida como **O Manifesto de Agosto**. Nele se dizia que não havia mais no Brasil condições para uma evolução democrática e pacífica, e que estavam preparando a revolução, pela organização de uma **Frente Popular de Libertação Nacional**, e convidava o povo a se organizar em Comitês dessa Frente. Isso me veio explicar a origem das inscrições que estavam aparecendo nos muros dos bairros operários, que diziam: "Viva a FPLN!" e que eu ainda não sabia o que era. Agora sabia. O "documento interno" dava instruções sobre a melhor maneira de organizar esses Comitês.

Isso me deu ensejo a escrever uma nova carta ao CN. Nessa carta eu aplaudia o PCB pelo fato de haver abandonado sua **linha de colaboração**, linha direitista, e ao mesmo tempo criticava a "nova linha" que representava uma curva de 180 graus em seu conceito de revolução. Passara da extrema direita para a extrema esquerda, o que dava a idéia de que se tratava de uma **linha de desespero**. Na realidade não havia condições nem orgânicas nem psicológicas, e por culpa do próprio Partido, para essa nova posição, que não seria compreendida pelas massas, como de fato não foi. Aliás, um ano depois, com o absoluto fracasso dos comitês da FPLN, que nem chegaram a existir, a **nova linha** foi totalmente abandonada. Aproximavam-se as eleições para a Presidência da República, e o PCB pretendia participar delas, mandando "votar em branco", para não votar em Getúlio.

Depois disso, e mesmo antes, escrevi outras cartas. Talvez a mais importante delas seja a que se referia à revista **Problemas**, que publicava matéria teórica sobre os Partidos Comunistas do mundo inteiro, resoluções desse ou daquele Partido, questões da URSS, dos países socialistas, da China, e nada sobre o Brasil e os problemas brasileiros. Sobre estes, somente, de quando em quando, algumas "resoluções" ou teses já aprovadas em alguma reunião do CN. Não publicava qualquer espécie de estudo, análise, opinião, de qualquer companheiro, mesmo do CN, sobre a questão agrária ou sobre qualquer dos problemas que afligiam o povo brasileiro. Desse modo os leitores de **Problemas** (e sua leitura era obrigatório) sabiam tudo sobre a Bulgária ou a Polônia ou sobre a URSS e nada sobre o Brasil. Parece incrível, mas é verdade.

* * *

Em fins de 1950 eu compreendi que precisava encontrar uma casa maior, ou um apartamento, onde eu pudesse ter um escritório para ler

e montar minha pequena biblioteca, ainda encaixotada. Acabei encontrando uma casa bem grande, com lugar suficiente para o que eu precisava. A casa estava à venda: mil contos a vista. Dado que eu não tinha condições de comprá-la, a proprietária, que queria a todo custo vendê-la, prontificou-se a conseguir ela mesma um empréstimo na Caixa Econômica, pagável em 15 anos, pois um dos seus filhos era alto funcionário daquela repartição. E assim foi feito. Em janeiro ou fevereiro de 1951 eu já estava instalado nessa nova casa, grande, cômoda, conveniente, além de relativamente barata, pois meu único trabalho foi mudar-me.

Logo tratei de desencaixotar os livros, fechados havia três anos em caixas de madeira, e me pus a fazer planos. Estava cansado de livros policiais, que lia e jogava fora. Eu tinha lido todos os livros policiais já escritos até aquela data e ainda por escrever, e agora procurava ler e estudar algo de mais profundidade. Comecei então a estudar Economia Política. Até então, sobre o assunto, somente conhecia os escritos de Marx e Engels, ou Lenine, e o que escreveram a respeito, em obras de divulgação, autores soviéticos. Pareceu-me que seria decente de minha parte dar uma "chance" aos autores burgueses, não somente os que escreviam sobre o marxismo e o criticavam, mas simples livros e compêndios, para saber o que "eles" diziam a respeito de salário, trabalho, lucro, mais-valia, e também o que significava "produto bruto" e outras expressões do jargão dos economistas.

Sem nenhum método, é claro, obedecendo apenas ao meu instinto, fui comprando e lendo o que havia nas livrarias e procurando entender o que diziam. Na verdade a leitura não me entusiasmara muito. Sempre tinha a impressão de que me estavam enganando, que não diziam tudo, que escondiam algo. No fim de tudo, e era o que eu compreendia, a maioria dos autores considerava o sistema capitalista imutável e eterno, com o que eu discordava de princípio. E essa discordância não somente me fazia considerar essas obras, estudos e compêndios, suspeitas, como me dava a impressão de estar quebrando a cabeça para aprender e compreender algo que estava de princípio condenado a desaparecer e perder, por esse fato, toda e qualquer utilidade. Assim, depois de ler uma dúzia de livros, dos mais diversos graus, abandonei esses "estudos". É verdade que eu, agora, era industrial, estava preocupado com mercados, custos de fabricação, custo do dinheiro e outros problemas imediatos. Mas aqueles livros nada me diziam a respeito, de forma que pudesse aplicar os conhecimentos adquiridos aos problemas que eu enfrentava na fábrica, e que se tornavam cada vez maiores — e mais sérios — à medida que a fábrica crescia. Além disso, eu voltava do trabalho realmente cansado e entrar no meu escritório, depois do jantar, para enfrentar um livro sobre Economia Política em que o autor, para zombar de mim, usava até fórmulas de cálculo integral, estava acima de minhas forças.

Assim, decidi escrever um romance. Não seria o primeiro. Na minha adolescência, já havia escrito vários; assim, não seria nada demais que,

para descansar, eu pegasse da pena e fosse lançando no papel a narrativa de uma história qualquer. Seria quase como "ler um romance". E assim fui fazendo. O primeiro que escrevi chamava-se **O Fim e o Princípio**. Era a história de uma mulher que, vinda da classe mais pobre, e tendo ascendentes que haviam sido escravos, desejava subir socialmente, freqüentar os salões de chá das damas da alta sociedade e acaba por voltar às suas origens. Casara com um intelectual, naturalmente funcionário público, o qual se havia tornado comunista (não podia deixar de haver um comunista no romance, é lógico). Mas o personagem mais importante para mim era marginal à história: uma pretinha de 15 anos, sem consciência de sua existência no mundo.

Enchi vários cadernos do tipo **espiral** e, à medida que os ia enchendo mandava-os para o Rio, para Enny, que os datilografava. Enny era uma moça que eu havia conhecido desde 1944, trabalhara na Editorial Vitória e mais tarde nas Lojas Brasileiras, e com a qual fizera amizade. Durante os anos que passei em S. Paulo, mantivemos uma correspondência regular, na qual narrávamos nossas próprias experiências, cada qual do seu lado. Quando por vezes sucedia ir ao Rio, eu apanhava o material já pronto e comentávamos o que estava escrito. Quando o romance ficou terminado dei-o ao Artur para ler. Sua resposta, não muito entusiasmada, foi a de que o livro "era publicável". O que me pareceu significar que não envergonharia a família. Não fiquei decepcionado. Em todo o caso, sua opinião era melhor do que a minha. Não tentei publicá-lo. Mas servira para manter minha mente ocupada, afastada de outros pensamentos e, ao mesmo tempo, me repousava. Decidi, pois, escrever outro.

Dessa vez o romance se passava em S. Paulo, ao contrário do anterior, que se passava no Rio. Este se chamava **O Negócio**, era a história de um pequeno industrial. E naturalmente havia nele muito de minha própria experiência. Só que meu personagem acabava se suicidando, vítima da engrenagem, enquanto eu, como vocês podem facilmente deduzir, permanecera vivo. Por insistência de Enny acabei mandando o romance para um concurso do **Diário de Notícias**, do Rio. Não foi classificado, embora chegasse a ser citado em quinto ou sexto lugar. E com isso, encerrei minha carreira literária definitivamente.

Nesse ano de 1952 aconteceram outras coisas, fora da literatura. Em matéria de negócios, as coisas começaram a desandar para o meu lado. Problema fundamental: falta de dinheiro, de capital de giro, para movimentar a fábrica que crescia. A meia dúzia de máquinas que eu havia comprado já eram mais de vinte e não fora o resultado de nenhum cruzamento entre elas. Prensas, tornos e tudo o mais que se refere a uma indústria metalúrgica eu tinha adquirido para atender ao aumento de pedidos que chegavam todos os dias. Os dez operários eram agora setenta ou oitenta e a folha de pagamento, cada vez maior, pois não sabia como se deve fazer, e o que se deve dizer, para não aumentar o salário, quando a inflação começava a pôr suas unhas de fora. Getúlio Vargas estava no

governo da República, mas estava demasiadamente preocupado com seus amigos e sócios, com os seus inimigos também, e não tivera ainda tempo de dar uma olhada na altura dos preços da feira. Além disso, estava-se na fase mais aguda da luta pela Petrobrás. De modo que eu, como todo pequeno industrial, sofria com as restrições de crédito que os Bancos de quando em quando nos impunham, com a alta diária das matérias-primas. O dinheiro que ganhávamos hoje não dava para comprar amanhã os mesmos materiais gastos na confecção das mercadorias. O alumínio custava cada vez mais e cada tostão ganho devia ser novamente investido, caso contrário a fábrica parava. O fato é que, em resumo, eu estava bancando o capitalista, o empresário, e não estava gostando. Talvez fosse como o uísque que, quando tomado pela primeira vez, é horrível. Só depois ficava bom. Talvez ser capitalista fosse a mesma coisa?

* * *

Durante o ano de 1952 meus contatos com o Partido, em S. Paulo, se ampliaram. Não eram, todavia, diretos mas sim, como sempre, por intermédio de pessoas que me procuravam, para me trazer documentos internos, bater um papo a propósito dos "grandes progressos do comunismo no mundo e no Brasil", e naturalmente pedir dinheiro, que eu negava, mesmo porque eu não tinha. Analisando essa insistência infrutífera, tinha às vezes a impressão de que aqueles companheiros haviam feito uma aposta entre si, para ver quem conseguiria me arrancar algum. Mas um dia me apareceu alguém mais graduado, um tal de Geraldo Mayer, mais conhecido como Evaldo. Era o secretário de finanças do CE de S. Paulo, amigo do Agildo Barata, combatente de 1930, um dos responsáveis pelo levante do quartel da Praia Vermelha, de 1935, agora Tesoureiro do CN. Quando soube disse, fiquei preocupado. Usaria ele a técnica militar para abrir a bolsa dos mais recalcitrantes? Não sei como agia. Mas o seu preposto em S. Paulo, como verifiquei mais tarde, usava outra técnica, a da chantagem. Custei a descobrir, todavia. Enquanto não o descobria, fui na sua conversa.

Sabendo que eu não abriria a bolsa enquanto não fosse considerado um membro regular do Partido, participando de suas reuniões e dando os meus palpites, um dia me procurou para me dizer que o CE havia decidido "usar minha experiência" e eu iria participar de um "grupo de médicos". Embora eu explicasse que não era mais médico, e que os problemas deles não me afetavam nem eu os sentia, de nada adiantou, alegando ele em resposta, que isso era apenas para começar, para "ajudá-lo a fazer um bom grupo" e depois eu passaria a outras tarefas.

Por fim, já cansado de resistir, e decidido a fazer algo, e ter por fim oportunidade de dizer alguma coisa sobre o que estava acontecendo no Brasil e no Partido, acabei cedendo. A primeira "reunião de médicos" foi um fracasso. Só compareceram dois: eu e Luis Rey, que ora se en-

contra no México, exilado. O Evaldo nos trouxe o “último documento do CN”, uma “análise da conjuntura mundial”. Ele leu o imenso catatau e quando eu perguntei se era para discutir o documento ele me respondeu que o mesmo “já fora discutido pelo CN” mas que — numa tentativa de conciliar minha rebeldia — eu poderia fazer sugestões “para melhorar o documento”. É claro que era mentira, e eu o sabia, pois se tratava de um assunto já liquidado, um “documento aprovado pelo CN”, mas deixei passar. Daí partimos para novas reuniões, mais duas ou três, dessa vez mais numerosas, com cinco ou seis pessoas, mas, para minha surpresa, nem todos eram membros do Partido, e sim apenas simpatizantes. Objetivo da reunião que “não tinha caráter político”: “fazer finanças entre os médicos”. E Evaldo me explicou essa circunstância dizendo que não ficava bem discutirmos tal ou qual assunto, fazer tal ou qual crítica, na “presença de pessoas que não eram do Partido”. Pura chantagem para evitar críticas.

Não me foi preciso muito tempo para compreender o que estava acontecendo. E mais tarde minhas suspeitas se confirmaram: não existiam mais células ou “organismos de base” no Partido: estava tudo desmantelado. Havia apenas uma cúpula, o Comitê Estadual, e dois ou três Comitês de Zona em alguns bairros. Células, organismos básicos, de acordo com os Estatutos de qualquer Partido Comunista do mundo, não existiam mais. Em seu lugar havia apenas, agora, círculos de amigos, cuja única atividade consistia em arrecadar dinheiro, “fazer finanças”. Em 1952, a partir de 1949 ou 50, o Partido em S. Paulo se havia transformado em uma máquina arrecadadora de dinheiro, que por isso mesmo, nada fazia senão arrecadar dinheiro. E eu me tornei, em pouco tempo, sem o sentir, e contra a minha vontade, em um parafuso dessa máquina. Como se tivesse totalmente alienado minha faculdade de pensar e criticar, pouco a pouco eu me transformara em “um deles”: já estava pedindo dinheiro a antigos simpatizantes e ex-membros do Partido que eu conhecia.

Mas não foi assim de repente. Levou uns seis meses. Mas fui dobrado, vergado, alienei-me, tornei-me “um deles”, um simples apanhador de dinheiro.

Devo dizer que esses “círculos de amigos”, foram na realidade uma invenção minha. A idéia me veio quando, na CNF, eu trabalhava junto a simpatizantes estrangeiros, os quais, pelos estatutos, não podiam ser membros do Partido. De acordo com a regulamentação proposta e aprovada, cada célula, cada membro do Partido, deveria criar entre os seus amigos, principalmente entre aqueles que por sua nacionalidade, posição social ou política, não podiam ou não queriam pertencer ao Partido, um **círculo de amigos** do Partido. Esses amigos recebiam alguns materiais, davam seus palpites sobre qualquer assunto, e, sobretudo, coletavam dinheiro entre os seus próprios amigos. Era uma vasta rede que se estendia em cada cidade, para alimentar a fome do Partido através da CNF. Mas era uma tarefa para as células, as quais nunca se poderiam fundir ou

confundir com os círculos. Em S. Paulo, porém, as células haviam desaparecido e haviam sido substituídas pelos CA. Isso significava que o Partido, como organismo político atuante, constituído de membros conscientes que discutiam problemas políticos e agiam em conseqüência, havia igualmente desaparecido. Em seu lugar havia surgido uma máquina arrecadadora de dinheiro, cujo emprego era ignorado. E só os “maus comunistas” ousariam indagar do seu destino.

Havia no nosso grupo uma senhora, esposa de um médico conhecido e que era campeã em matéria de arrecadação. Éramos em certa ocasião, fins de 52, cerca de cinco ou seis pessoas em nosso grupo, a maior parte instável, isto é, compareciam a duas ou três reuniões e logo desapareciam — pois não tinham obrigação alguma de comparecer — e logo eram substituídas por outros que vinham e iam do mesmo modo. Eram quase todos industriais, alguns médicos, outros engenheiros ou arquitetos. A maioria, em minha opinião, eram irresponsáveis, não se consideravam membros do Partido, o que lhes dava o direito, sobretudo se costumavam trazer muito dinheiro, de comparecer quando lhes aprouvesse, e de fazer críticas à atuação do Partido. E o dever dos “bons comunistas” era defender o Partido “em quaisquer circunstâncias”. Nessas reuniões, em geral dirigidas pelo Evaldo, que freqüentei durante uns três ou quatro meses, eu fazia triste figura, mal falava e, sobretudo, não trazia dinheiro. Uma vez Evaldo me fez uma crítica indireta, referindo-se àqueles que “se diziam comunistas mas que não contribuíam para as necessidades do Partido”. Fiz-me de desentendido. De outra vez, fez uma crítica direta, comparando-me com aquela campeã olímpica, dizendo que eu “resistia às determinações do Partido”. Na reunião seguinte levei uma pequena carta ao Evaldo e que li na própria reunião. Nela eu me recusava a servir de arrecadador de dinheiro e esperava poder cooperar com o Partido de outras formas. E me despedia dos amigos. Para sempre.

Antes, porém, havia acontecido comigo um episódio que me deixou psicologicamente em estado lamentável, embora eu hoje ache graça. Certa vez, antes das alusões críticas do Evaldo, pensei fazer uma espécie de revista mental entre os meus conhecidos, para ver quem seria capaz de contribuir. E me lembrei de um rapaz que eu conhecia de Recife, do tempo de menino e era agora dono de uma casa de móveis na Rua Xavier de Toledo. Fui procurá-lo. Depois de uma conversa preparatória, entrei o assunto.

— Oh! fez ele com certo ar de escárnio e piedade, você ainda está metido nesse negócio? Fiz um sorriso meio encabulado e ele, na frente de vários fregueses, puxou da carteira uma nota de duzentos mil réis e enfiou no meu bolso. Para os que presenciaram a cena, eu era apenas um mordedor, dando uma facada num amigo desprevenido. Aqueles duzentos cruzeiros me fizeram tanta raiva que saí à rua e joguei-os fora, como se me estivessem queimando. E nunca mais, pelo menos durante alguns anos, passei por aquela rua.

De qualquer modo, eu havia abandonado o CA, onde sem querer eu me havia metido. Fui cuidar dos meus assuntos.

No começo de 53 minha situação econômica e financeira estava bem pior e, para poder resolver os problemas da fábrica, comecei a tomar dinheiro emprestado a juros altos. Estava eu amargando um sentimento de derrota, tanto nos meus negócios quanto no Partido, quando me lembrei de tornar a escrever qualquer coisa, com medo de me alienar e imbecilizar por completo.

Houve um tempo em que eu sonhava escrever uma História do Brasil, numa interpretação marxista. Ainda quando eu estava na Bahia, no ano de 1936, cheguei a freqüentar a Biblioteca Pública em busca de livros, pois os que eu tinha eram poucos. Mas não me foi possível continuar. Mesmo porque o plano que eu havia elaborado era grande demais, e por demais ambicioso. Nem sequer viveria para tanto. Anos depois, já no Rio, limitando minhas ambições, tentei escrever um trabalho sobre a escravidão no Brasil. Mas logo aconteceu que saí das Lojas e fui para S. Paulo. Desisti outra vez. Agora eu estava disposto a enfrentar o problema. Escrever, para mim se transformara em um meio de fuga, de evitar problemas que me perseguiram até em casa, até no meu sono e não conseguia resolver. Entre eles, o problema financeiro. Fiz um plano para uma História da República e comecei a trabalhar nele. Levou-me todo o ano de 1953. No ano seguinte consegui terminá-lo. Como das outras vezes, eu terminava um caderno e o mandava para Enny, no Rio, que o datilografava. Mas, ainda no ano de 1953, outras coisas aconteceram, dessa vez mais decisiva para os rumos de minha vida.

No começo desse ano soube que o Partido resolvera convocar o 4.º Congresso, que se devia ter realizado em 1947 e foi adiado pelo fechamento "inesperado" do Partido. Agora ele já estava fechado, de modo que nada impediria sua realização. O principal objetivo do Congresso seria "discutir e aprovar o Programa do PCB". Pela primeira vez, diziam os materiais preparatórios enviados pelo CN às bases, o PCB teria um programa, que serviria de base à sua luta. O assunto me empolgou e desejei, por todas as maneiras, descobrir um meio de participar da discussão desse programa, que eu nem conhecia ainda. De indagação em indagação, entrei em contato com alguns elementos do CE, que prometeram "estudar o meu caso" (que caso?) e encaixar-me numa célula. De fato, com a perspectiva da aprovação de um programa, houve como que um revigoramento das bases do Partido. Este já se havia recuperado em parte do desgaste havido depois de 1947 e 48, iniciava-se um novo recrutamento, aumentava o número de seus membros, até mesmo em S. Paulo.

Continuava a sair a **Tribuna Popular**, agora chamada **Imprensa Popular**, e também a **Voz Operária**, que era semanal, igualmente editado no Rio. Algumas células foram sendo organizadas e os Círculos de Amigos, se foram dissolvendo. Alguns dos seus membros haviam ingressado no Partido e outros, ao contrário, dele se afastaram. Quanto a mim, depois

de alguns contratempos, pois havia sido designado para uma célula que não existia (e que assim mesmo, numa só reunião — certamente forjada — havia lido, discutido e aprovado o Programa e eleito um delegado) fui obrigado a escrever uma nova carta ao CE protestando contra a safadeza (não foi esse o termo que empreguei) que me estavam fazendo. Como resultado do protesto, designaram-me para uma outra.

Nessa nova célula, que acabava de ser formada, conheci muita gente nova. Era toda constituída de pessoas da classe média, em geral mais ricos do que pobres. Havia nela industriais, comerciantes, médicos, arquitetos, engenheiros e advogados, todos de uma cultura política e marxista superior à média. Às vezes tínhamos reuniões de cerca de 15 pessoas. Reuníamos em casas que seriam melhor designadas como palacetes, todas situadas entre o Jardim Paulista, Jardim América, Jardim Europa, ou vizinhança, e as reuniões mais pareciam, vistas de fora, uma festa, pelo número de automóveis à porta (inclusive o meu). E durante a reunião sempre se servia um cafezinho com biscoitos.

Mas as reuniões tentavam ser as mais sérias possíveis.

Muitas coisas nós discutíamos. Nas primeiras reuniões, a maioria se compunha de pessoas que seguiam fielmente a linha do Partido e não admitiam críticas à direção do mesmo: acreditavam que a nós, membros das bases, somente competia obedecer. A direção é que competia decidir sobre o que fazer. Naturalmente não aceitei esse "espírito", mas não precisava dizê-lo, senão quando era importante e necessário. Todavia, no passar do tempo, muitos companheiros foram mudando de opinião. Quando começou a discussão do Programa, já havia entre nós uma forte indisposição contra a direção do Partido, sobretudo pela chantagem visível que pretendiam fazer contra os membros das bases, para impedir que o documento fosse discutido. Essa chantagem consistia em afirmar, sem provar, que o Programa havia sido elaborado por nada menos de "400 economistas especialistas e de alto gabarito". Desse modo tentava-se simplesmente evitar que nós, que não éramos "economistas de alto gabarito" insistíssemos na discussão e crítica do Programa. A mentira era forte demais. Não havia 400 economistas no Partido, nem 40, talvez nem 4. Já, em poucas reuniões, havia ficado clara a nossa posição, pelo menos da maioria dos membros da célula, que tal Programa deveria sofrer grandes alterações de ordem política, sem falar nos erros de português, sobre os quais não discutimos muito. A situação se ia tornando incômoda para a direção do Partido. Em nossa célula havia alguns intelectuais de "alto gabarito" e sua opinião poderia influir na base do Partido. A direção decidiu, pois, enviar para assistir às reuniões da mesma o Agildo. Este, na ocasião muito integrado no "espírito" da direção, defendeu o Programa, como era natural, mas continuou com a chantagem dizendo que o mesmo "havia sido aprovado por Moscou" e tanto era verdade que havia sido publicado na revista **Problemas da Paz e do Socialismo**, uma revista de caráter internacional, editada em Bucarest mas dirigida e sus-

tentada pelo PC da URSS. Ora, a publicação nessa revista não significava aprovação. Era apenas um meio de divulgar o documento internacionalmente. Mas, das palavras de Agildo, compreendemos que o documento havia sido preparado em Moscou, por especialistas de vários países, com a participação de um ou dois brasileiros. Mas isso somente soubemos depois. No momento, nós o aceitávamos como elaborado pela direção do Partido. E acontecia apenas que não estávamos de acordo com muitas de suas proposições e formulações. Destaco aquela que dizia que “devíamos derrubar Getúlio” justamente num momento em que ele recebia os maiores ataques por parte da UDN, por causa do projeto da Petrobrás.

Por fim, depois de dois meses de discussão, foi o documento posto em votação na nossa célula. Minha opinião era a de que o documento devia ser “consertado em muitos trechos e algumas formulações”, principalmente à que se referia a Getúlio. Era também a opinião de alguns outros companheiros. Mas a votação deu maioria àqueles que o rejeitavam em bloco. Foi uma derrota para a direção do Partido. Mas ele, ou seja, a sua direção, não se impressionou muito com o fato.

Em agosto se realizou o Congresso, com a presença mesmo de alguns delegados estrangeiros, mas ao qual Prestes, que ainda se achava escondido, por motivo de segurança, não compareceu. E o documento foi aprovado em bloco, sem alterar uma vírgula, pois “eram ordens de cima”. Os delegados, que aliás não foram eleitos mas escolhidos a dedo entre os mais doces, pela direção, traziam das suas bases algumas sugestões e críticas com as quais pensavam “melhorar” o documento, durante a discussão. Mas discussão não houve. Os congressistas foram “convencidos”, pelos “camaradas dirigentes”, particularmente o Arruda, a não criticar o documento, “por causa dos delegados estrangeiros” (além do fato de ter sido feito por 400 economistas de alto gabarito) e foram avisados de que se deviam limitar a saudar e elogiar Prestes, o PCB, o PCUS e Stalin, que havia falecido um ano antes, e ainda Malenkov que era agora o “genial guia dos povos”, em substituição ao genial guia falecido.

Fora o 4.º Congresso, em suma, uma grande farsa, uma impostura, e revelava assim a verdadeira face dos Arrudas, Grabois, Pomares e Marighelas que infestavam, como pulgas, a direção do Partido, com a inócua conviência de Prestes.

É claro que não estive presente ao alegre conclave, mas esses fatos, que me foram narrados por pessoas que estiveram lá, se tornaram praticamente públicos.

Depois desse Congresso, nossa célula se dissolveu, por falta do que fazer. Mas na realidade, já antes ela havia deixado de existir, depois que se comprovou que o Programa, aprovado assim com tanto empenho havia sido provado errado, mesmo antes de ser aprovado pelo Congresso.

No dia 23 de agosto desse ano de 1954 eu me encontrava no Rio, por acaso, para assuntos de negócios e acompanhava nos jornais daqueles dias agitados, a tremenda e a insuportável pressão que grupos políti-

cos, em particular a UDN, Lacerda e alguns setores das forças armadas desenvolviam contra Getúlio, para que renunciasse. Nessa mesma ocasião, o PCB, reunido em seu Congresso em algum lugar do Estado do Rio — ou onde quer que fosse — aprovava o programa e mandava lutar pela derrubada de Getúlio, fazendo o jogo da UDN! Com esse desgosto na alma tomei o avião no dia seguinte bem cedo para regressar a São Paulo. E estava no avião quando o comandante pediu, pelo microfone, a atenção dos passageiros para “uma notícia da mais alta gravidade”: O Presidente Getúlio Vargas tinha acabado de cometer suicídio. Foi um momento de perplexidade e espanto e ninguém queria acreditar. Uma senhora desmaiou. Vi um homem chorar, várias mulheres choraram também. Ao meu lado, um cavalheiro parecia demonstrar satisfação, mas, sentindo o ambiente hostil, preferiu ficar calado. A esse homem, chorado pelo povo, naquelas circunstâncias, o PCB queria derrubar, ao lado da UDN, em nome do povo. Assim, confirmava-se o que eu temia: o PCB se afastava cada vez mais dos interesses do povo. Era agora uma organização que, de erro em erro, se isolara das massas. Sua existência se tornara, de agora em diante, inútil, pois jamais tornaria a recuperar a confiança, que havia ganho em tantas batalhas e agora se revelava para sempre perdida.

Adeus, meu Partido! Adeus, PCB! Nosso amor foi bom enquanto durou, apesar das nossas brigas e das suas traições... Trinta anos de amor fiel destruídos agora por uma burrice descomunal!...

Era o que eu vinha pensando a bordo, enquanto o avião continuava a varar o espaço em direção a São Paulo.

* * *

À noite, nesse mesmo dia, depois do jantar, quando eu me preparava para ler nos jornais os acontecimentos do dia anterior, sobretudo as notícias do Rio, que falavam das agitações de rua, do povo revoltado atacando o Ministério da Aeronáutica, lutando contra a polícia e o exército, e tentando empastelar **O Globo**, a **Tribuna da Imprensa**, e caçando Lacerda, eis que chega um grupo de camaradas, de membros do Partido, dos quais somente alguns eu conhecia. Disseram que haviam sido convocados para uma reunião urgente, embora eu não soubesse de nada. Mais tarde chegaram outros e, ao fim de meia hora, lá pelas nove horas da noite, já havia reunidos na sala mais de vinte pessoas. E quando eu me perguntava que reunião seria aquela e que pretendia, chegaram dois camaradas do CE, Evaldo e Renato e me explicam que se tratava de uma reunião de emergência para tratar de assuntos urgentes.

A reunião logo começou e Evaldo (ou Renato?) explicou os motivos da convocação: as massas estavam nas ruas, e o Partido tencionava colocar-se à frente delas. Tudo naturalmente baseado em considerações altamente revolucionárias, com algumas citações de Stalin. Fiz uma pergunta inicial: sempre havíamos combatido Getúlio, dizíamos que ele era

agente do imperialismo, fizemos parte, concordamos, participamos de toda a onda de pressões e calúnias que a UDN e certos generais haviam montado contra ele, havíamos sido co-responsáveis pelo suicídio do Presidente, como poderíamos agora colocar-nos à frente do povo para defender sua memória? Esses foram, mais ou menos, os termos de minha ingênua pergunta.

Mas os sábios dirigentes me esclareceram que eu não estava entendendo a dialética dos acontecimentos. Nós tínhamos, agora, de levantar a bandeira da luta antiimperialista (agora Getúlio era antiimperialista) que estivera nas mãos de Getúlio. A bandeira agora era nossa e nós deveríamos ir para a rua, arvorá-la como o estandarte da revolução.

Poucos falaram depois disso. A maioria estava calada, procurando, sem dúvida, entender aquela dialética. E todos estávamos à espera de que dissessem afinal o que pretendiam. Depois Evaldo (ou Renato?) explicou que no dia seguinte o povo, os operários, irritados e revoltados com o suicídio de Vargas, sob pressão do imperialismo, certamente se iriam concentrar na Praça da Sé, onde normalmente se reuniam para protestar ou reivindicar alguma coisa. Nós devíamos chamar todo o povo para as ruas, e concentrar-nos amanhã de manhã (no dia seguinte) naquela praça, inflamar o povo ainda mais, com manifestos, volantes, discursos... e tomar o poder. Ele não pronunciou estas últimas palavras. Acanhamento ou covardia? Não sei. Mas a tônica, o que estava claro e subentendido era isso mesmo: amanhã, dependendo da quantidade de pessoas reunidas, partiríamos para a tomada do poder (se não chovesse).

Essa perspectiva deixou muitos céticos, outros se entusiasmaram e chegaram a acreditar mesmo nisso. Permaneci calado durante o resto da noite. A reunião terminou cerca de 11 horas, era preciso ir para casa, preparar tudo... Amanhã era dia de revolução!

Tive vontade de rir, mas era trágico demais para isso. A alguns companheiros que saíram por último, e com os quais eu tinha mais intimidade, declarei claramente que aquilo era um sonho louco, uma chanchada, para não falar em oportunismo vulgar. E que não iria à Praça da Sé.

E não fui. Mas devia ter ido, para ver a cara dos chefes revolucionários e dos cento e cinquenta comunistas que compareceram naquele dia e naquela hora, enquanto as massas, como de hábito, se dirigiam cansadas e desiludidas para o seu trabalho diário, nas lojas, nos escritórios e nas fábricas, sem sequer tomar conhecimento das proclamações do Partido. Devia ter sido um espetáculo melancólico. E eu o perdi.

Mas foi bom, porque o desespero estava tomando conta de mim. A incapacidade política, os erros acumulados, o oportunismo cínico dos seus dirigentes estavam lançando a última pá de cal sobre o cadáver do Partido.

Pouco antes desses acontecimentos, que haviam culminado naquela "histórica reunião", que decidiu a tomada do poder, tinha havido outra

reunião na minha casa, convocada, como de hábito, sem meu conhecimento, pelo Agildo. Era uma reunião com meia dúzia de pessoas (a maioria dos convocados faltara), todos comerciantes e, pelo jeito, simpatizantes. Objetivo: Agildo dizia que o Partido precisava de dinheiro. Era o método militar direto. Fulano tinha que dar cem contos, Sicrano também cem contos, outro tal daria duzentos, e assim por diante. Eu, o dono da casa, também entraria com cem contos. Tudo muito claro. Todos regatearam, menos eu. Alegaram sua situação financeira, as dificuldades da hora presente etc. e tal. E ficaram mais ou menos comprometidos. Eu não disse nem que sim nem que não. Não sei se os outros contribuíram, mas eu não dei. Não somente porque não tinha, pois na realidade minha situação financeira chegara ao extremo das dificuldades, como se verá a seguir, como porque não queria dar. Não mereciam.

E pouco depois daquela "reunião histórica", aconteceu coisa semelhante. Mas eu fora prevenido. "Um camarada do CN viria tal noite à minha casa para falar comigo". Fiquei impressionado. Quem se dignaria, no CN, a fazer-me uma visita, e que teria a me dizer, e sobre que assunto? E à noite desse mesmo dia, quando eu esperava a visita do grande personagem, me aparecem dois ou três conhecidos, também comerciantes e simpatizantes, alguns estrangeiros. Haviam sido convidados para "uma reunião muito séria", me disseram. Então a visita não era para mim? Logo depois chegaram mais alguns. Reuni-os todos no meu escritório, para esperar, conversando sobre o tempo, a situação dos negócios, e outras coisas de igual interesse. Mas eis que chega o grande personagem. Há duas pessoas lá fora, esperando, provavelmente armadas, por medida de segurança. Evaldo está na porta, com um olho na rua e outro para dentro de casa. Um automóvel se aproxima lentamente e pára diante de casa. Suspense! A porta do carro se abre e o grande personagem, que a sombra da noite não me permite identificar de início, se aproxima a passos rápidos atravessando o pequeno jardim. A porta da frente se abre e ele entra. Era o Arruda!... Embora eu não o visse havia cerca de sete anos, não me foi difícil reconhecê-lo: era o mesmo bigode, apenas agora um pouco mais encorpado, as mesmas feições mais ou menos mongólicas, um pouco mais magro. Tinha nos lábios um sorriso um tanto cansado, o guerreiro de tantas batalhas. Cumprimentamo-nos sem grande entusiasmo de parte a parte, até com certa frieza. Vinha todavia bem vestido, um bom chapéu e até uma camisa de seda. Nada daqueles antigos conspiradores de cara soturna, de capa preta e chapéu sobre os olhos e uma bomba em cada mão. Era o conspirador moderno, vestido à moda e as mãos livres.

Foi introduzido no pequeno escritório, onde já se encontravam os outros, que o conheciam mais ou menos, de vista. Percebo nos seus olhos a surpresa e o orgulho. Não era para qualquer pessoa reunir-se com o grande personagem!

Depois que o guerreiro falou sobre o cansaço da viagem, toda de automóvel, do Rio para São Paulo, deu notícias frescas de Prestes, que

estava bem, escrevendo e estudando e atento ao que se passava no mundo e no Brasil, apesar de escondido, por força das circunstâncias. Naturalmente suas informações eram absolutamente confidenciais, pois que a polícia o acreditava no exterior.

Os amigos bebiam suas palavras como se fora o mel dos deuses. Pensei que ele iria falar sobre o 4.º Congresso, realizado alguns meses antes e do qual a base do Partido não tinha notícias. Ou talvez fosse falar sobre o suicídio de Getúlio?

Todavia, o que ele disse foi algo diferente. Falou da situação difícil que o Partido atravessava, agora com a UDN no poder. Faltava dinheiro. Prestes sentia falta de muitas coisas, pois o dinheiro arrecadado era curto e mal dava para manter um pequeno quadro de profissionais e a imprensa partidária. O CN decidira reunir um pequeno e selecionado grupo de camaradas fiéis que tivessem como único objetivo conseguir numerário exclusivamente para sustentar Prestes. Esse dinheiro nem passaria pela Tesouraria do CN: era exclusivamente para Prestes. Precisavam de pelo menos 50 ou 100 contos por mês, pois tinha família grande, e cada um daqueles camaradas tão fiéis e dispostos contribuiria com dez contos por mês. Não era necessário, certamente, que cada um desse do seu próprio dinheiro, podiam obter parte com seus amigos. Mas o destino do dinheiro devia ser absolutamente secreto!

Tais palavras deixaram todos perplexos. Alguns se comoveram com o triste destino de Prestes, isolado em algum lugar desse imenso Brasil, sem dinheiro para se alimentar, quem sabe passando fome! Mas isso também não conseguiria impedir um certo clima de decepção e mal-estar que se espalhara pela sala. Cem contos! Era uma fortuna! E então começou o desfile das dificuldades. Alguns poucos prometeram cumprir o que fora solicitado, apesar das dificuldades que estavam passando no momento, outros simplesmente diziam, com toda a franqueza, que isso era impossível. Outros garantiram que não ganhavam dez contos por mês. "Mas como?! Estamos em vésperas de grandes acontecimentos, grupos militares estão dispostos a derrubar a UDN e nesse ato o PCB estaria comprometido, com possibilidades de chegar ao poder!" E que deveriam então esperar esses comerciantes que agora se recusavam a contribuir? Não se queixassem depois...

Não creio que essas ameaças claras e descaradas tivessem mudado a opinião das pessoas ali presentes, embora alguns parecessem impressionados com as perspectivas. Com essas ameaças, que eram positivamente chantagem, o ambiente de mal-estar se agravou, e a reunião terminou com promessas vagas que, eu sei, não chegaram a ser cumpridas. Alguns, depois, me manifestaram que ficaram decepcionados com tais ameaças, outros simplesmente não acreditaram nessa história de tomada do poder. Eram velhos membros do Partido... Mas sempre aconteceu que um ou dois contribuíram duas ou três vezes, depois cessaram e por fim se afastaram do Partido.

Quanto a mim, reconheço que fui covarde. Agora estou certo disso. Eu deveria ter desmascarado o Arruda e o Evaldo, na hora, e todavia fiquei calado, permitindo que aquelas pessoas honestas fossem enganadas, de certo modo contestando, por omissão, aquele verdadeiro achaque que se estava praticando sob os meus olhos, na minha frente. Mas jurei a mim mesmo, depois que todos se foram embora, que aquela seria a última vez. Da próxima, eu os enxotaria a todos, os Arrudas e Evaldos, da minha casa, como extorsionários e reles vigaristas. Eu já não acreditava nem mesmo que o dinheiro chegasse às mãos de Prestes, pois eu tinha a certeza de que ele jamais concordaria com essa forma de "fazer finanças". Mas, isolado do mundo, como poderia ele saber?

* * *

Nesse fim de ano de 1954, minha situação financeira chegara realmente ao extremo do suportável, embora não pretenda aqui procurar as causas que me levaram pelo desfiladeiro, à ruína econômica. A mais simples explicação talvez esteja na minha incapacidade de administrar ou dirigir negócios, na minha incurável boa fé, na minha absurda confiança no próximo, mesmo quando ele já tinha demonstrado que não a merecia. A fábrica eu já a tinha entregue aos meus irmãos, numa venda simbólica, para pagamento de dívidas. Uma outra empresa que tentei erguer, ainda em 1954, fora, depois de poucos meses, pelo mesmo caminho. Em resumo, o fato é que, ao findar esse ano eu tinha perdido a fábrica, a casa que eu mal começava a pagar à Caixa Econômica, e o próprio automóvel, um velho Kayser que eu havia comprado usado, um ano antes, a prestações. Tudo se fora.

Tinha eu agora de procurar um apartamento mais barato e arranjar um emprego. Felizmente meus filhos já estavam crescidos. O mais velho já estava trabalhando comigo e agora ia ser empregado da mesma empresa de que fora um dos diretores. A menina, agora noiva, também abandonou os estudos e foi trabalhar. E o mais novo desistiu do colégio para arranjar um emprego e ficar estudando à noite. Era o desastre completo. Felizmente para mim eles receberam a nova situação com bastante tranquilidade, embora não tivessem compreendido bem o que acontecera.

Mas o ano de 1954 não terminaria sem que me acontecessem ainda dois fatos, dignos de mencionar. Um bem desagradável e outro, ao contrário, bem agradável.

O primeiro se refere a um aviso de protesto de promissória que recebi nos primeiros dias de novembro. Tratava-se de uma promissória que Evaldo me tinha pedido para avalizar, no valor de trinta contos e que já havia sido prorrogada uma vez. Não era a primeira vez que eu avalizava um título para que o Partido conseguisse dinheiro com certa urgência. Mas essa era a primeira vez que o Banco me ameaçava de protesto. À noite recebi um aviso do Evaldo dizendo que tinha somente cinco

contos e que eu desse um jeito para o resto. Estaria ele se vingando de mim, ou não tinha mesmo dinheiro? Entretanto, não havia tempo para cogitações dessa ordem. Era preciso arranjar dinheiro para o dia seguinte. E nessa mesma noite saí à procura de alguns companheiros de minha antiga célula, agora dissolvida, para que me emprestassem a importância necessária, pois eu mesmo, não tinha dinheiro algum. Esses companheiros compreenderam a situação, cotizaram-se, cada um deu um pouco, conseguindo eu, desse modo, resolver o assunto.

A notícia agradável se referia ao meu trabalho, o 1.º volume da **História Sincera da República**. Uma das cópias entreguei-a ao professor Haddock Lobo, que eu não conhecia pessoalmente, mas era mestre de História do meu filho Hersch, no colégio Rio Branco. O professor gostou do livro e, para prová-lo, escreveu para ele um prefácio que infelizmente não foi aproveitado porque, na intranquilidade daqueles dias, eu o perdi.

Outra cópia eu havia mandado ao Artur, para o Rio, a fim de que a lesse, pois a opinião dele sempre fora importante para mim, e a desse a alguém mais para ler, talvez o Gondim da Fonseca, a quem eu não conhecia pessoalmente mas por quem eu tinha grande admiração, pelas atitudes desassombradas que tantas vezes assumira. Um dia fui eu mesmo ao Rio somente para conhecê-lo num jantar promovido pelo Artur. Gondim prometeu lê-lo, e dar sua opinião. Disse que já me conhecia pelo meu livro **Fundamentos do Materialismo**, do qual havia gostado etc. e tal.

Pois um mês depois, mais ou menos, justamente quando, à beira da falência, eu estava com o moral mais deprimido que nunca, ele me telefonou de São Paulo, aonde tinha vindo somente para falar comigo, devolver-me a cópia, e manifestar de viva voz o quanto apreciara o meu trabalho. E disse ainda que já tinha conseguido dois editores. Um deles era um livreiro chamado Prado, que editava, irregularmente, alguns livros escolhidos; o outro era o Carlos Ribeiro, da Livraria São José, a quem eu conhecia vagamente. Sugeriu que eu entregasse primeiro os originais ao Prado, o que fiz, em começos de 1955.

Todavia, esse Prado, ao que parecia, não tinha pressa alguma, e deixou passar todo o ano de 1955, especializando-se em inventar motivos para adiar a publicação. Então tirei-o de suas mãos e o entreguei ao Carlos Ribeiro, que logo providenciou as medidas necessárias. Saiu em princípios de março ou abril de 1957.

* * *

Por intermédio de um irmão, consegui emprego no Laboratório Moura Brasil, sucursal de São Paulo. Eu seria instrutor de propagandistas. Meu serviço consistia em ensinar aos propagandistas os valores terapêuticos dos remédios que esse Laboratório fabricava. Durante quinze dias estudei todo o material que me haviam dado e já me senti apto para exercer minha função.

Era um serviço suave, embora houvesse um horário a respeitar, das 8 da manhã às 6 da tarde, com hora de almoço. O ambiente de trabalho era bom e o meu chefe, o Varela, um excelente companheiro de trabalho, como o eram aliás todos, e me tratavam com muito respeito. Nunca me perguntaram o que eu fazia antes, e eu não lhes disse. O ordenado não era grande, mas considerando que meus filhos estavam trabalhando, dava para viver.

E fui assim levando a vida, completamente diferente da que eu vivera até então. Nenhum contato político. Dos meus antigos conhecimentos, nenhum restara. Eu vivia do trabalho para casa e vice-versa. Naturalmente não era um trabalho que me entusiasmasse, nem que me apresentasse qualquer perspectiva de futuro. Para mim, era apenas uma espécie de repouso provisório, de um intervalo entre duas batalhas, apenas não sabia onde, como ou quando se iria ferir a batalha seguinte. E se eu estava, havia muitos anos, buscando alguma coisa, certamente não era ser instrutor de propaganda de laboratório.

Assim, comecei a preparar o 2.º volume da **História Sincera**, o que, sobretudo, me distraía e me impedia de pensar sobre as voltas que o mundo dá, e como ficamos tontos com essas voltas. Meus rendimentos haviam diminuído muito, em relação ao que eu podia auferir na fábrica e menos ainda do que ganhava nas Lojas Brasileiras, mas, em todo o caso, muito superiores aos que tinha naqueles "tempos áspers". Eu estava agora com perto de 50 anos, e tinha a terrível impressão de que ainda não começara a viver, porque ainda nada havia feito. Pensava que toda a minha vida tinha sido uma frustração e agora, quase cinqüentão, eu me via na contingência de começar tudo de novo. Onde era que eu havia errado?

Entre eu e Silvia, havia ocorrido um desajuste, fazia muitos anos. Saber de quem era a culpa, era impossível. Mas meus compromissos com a educação dos filhos, minhas preocupações com a atividade partidária, me haviam levado a deixar o problema de lado. Havia entre nós um entendimento tácito: quando nossa filha casasse, nos desquitaríamos. Talvez isso fosse para mim o começo de uma nova vida, porque a que eu tinha vivido até então, não era a que eu gostaria que fosse, nem mesmo aquela que poderia ter sido. Sim, eu estava disposto a começar tudo de novo, por outro caminho.

Em junho de 1956 nossa filha casou. Ao mesmo tempo, no laboratório me ofereceram a gerência de sua sucursal em Salvador, onde havia sérios problemas para a empresa, e achei que a oportunidade havia chegado. Em julho embarquei para Salvador, onde comecei a providenciar um desquite amigável, a separação definitiva.

Ja começar nova vida, ou tentar, pelo menos.

* * *

Salvador não havia mudado muito, nesses dezessete anos de ausência. Eu saíra de lá, pela última vez, em 1939. Depois de assumir o cargo e me enfrontar nesse meu novo tipo de trabalho de gerente de laboratório, e de me instalar num hotel das proximidades, na Avenida Sete, fui aos poucos fazendo o reconhecimento dos lugares que eu havia conhecido, quando lá morara por cerca de quatro anos. A cidade crescera, todavia, estendendo-se pelos subúrbios, já não terminava em Amaralina. Havia agora arranha-céus, edifícios modernos, boas casas nas zonas residenciais, mais ruas asfaltadas. Mas as velhas ruas, a Baixa do Sapateiro, o Largo da Sé, agora remozadas, me pareciam haver desvirtuado a antiga Salvador. E todavia eu lhe descobria encantos que jamais suspeitara, enquanto lá morava. As velhas Igrejas, as ruas de pedregulhos, mal calçadas, que eram antes para mim um inferno de cidade atrasada, eu as olhava agora com olhos de turistas e me deliciava com as ladeiras impossíveis, os velhos prédios a cair de tão velhos, e a feira da Água de Meninos, um lamaçal mal-cheiroso, me parecia agora uma expressão da própria "baianidade", o típico, o autêntico, a verdadeira Bahia. Mas percebi também que os ricos haviam ficado mais ricos e os pobres, ainda mais pobres.

Amigos eu nunca os tivera, mas mesmo os poucos conhecidos haviam desaparecido ou pelo menos, eu não sabia onde encontrá-los, e de muitos eu nem sequer me lembrava dos nomes. O Renato Andrade, com o qual havia feito muitos passeios no Itapoã, era agora um respeitável banqueiro, mas mesmo assim, me convidou à sua casa, costume muito baiano e pouco paulista, ofereceu-me um almoço à baiana e contou-me algumas coisas que haviam acontecido nesses dezessete anos. Mas ele já tinha a sua vida definitivamente organizada — um esquema de vida completo — e minha presença era uma espécie de intervenção em sua vida privada, com seus hábitos irredutíveis, seus amigos e parentes definitivos. E, aos poucos me fui afastando.

O mesmo acontecia de certo modo com minha prima Sue, casada, com filhos já crescidos, vivendo com seu marido Pedro, uma vida já formada, organizada, realizada, que minha presença poderia perturbar.

Em pouco tempo, ao fim de dois meses de Salvador, comecei a sofrer da mais terrível enfermidade que poderia atacar um homem: a solidão. Eu já ficara só muitas vezes, nas prisões, e em outras circunstâncias. Mas nunca me *sentira* tão só. A solidão é sentir-se só no mundo. Ela somente surge quando você já perdeu a perspectiva de um futuro, e não encontra ninguém, com quem dividir sua angústia.

Havia também a saudade de meus filhos. Eu tinha saído de São Paulo para romper com o passado, mas a lembrança de meus filhos eram poderosas amarras que me impediam de me lançar à deriva pelo mundo. E pensava em Enny, que talvez fosse um novo caminho, ou parte desse novo caminho que eu procurava descobrir.

As tarefas do dia me ocupavam bastante, a maior parte do tempo. À noite, ficava no hotel, lendo, ou simplesmente saía a vagar pelas ruas desertas, um bom hábito que nunca abandonei, mas que em Salvador era por demais cansativo. Ladeiras demais. A insônia me atacou. Os remédios do meu laboratório somente agravaram o mal. Salvou-me um médico homeopata, Dr. Soares da Cunha.

Para quebrar a monotonia dessa vida de comer todos os dias no mesmo restaurante do hotel (estava incluído no preço), planejei uma viagem pelo interior do Estado, que era, aliás, do interesse da empresa, cuja situação na Bahia era das piores, em matéria de prestígio comercial. Fui primeiro a Ilhéus e Itabuna, que aliás já conhecia. E poucas diferenças encontrei nessa ausência de trinta anos, a não ser o fato de que as cidades haviam crescido e se modernizado com alguns arranha-céus. Mas sentia-se outra diferença. Os grandes ricos haviam desaparecido, pelo menos não moravam mais lá. Os fazendeiros de cacau não mais existiam. Agora, eram empresas comerciais e industriais, e em vez de fazendeiros, você encontrava um gerente. Em Ilhéus, a antiga "classe dominante", os donos do cacau, fazia notar mais ostensivamente sua ausência. Apesar de todo o "progresso", a cidade cheirava a decadência. Agora dominava, com a sua presença, uma burguesia agrária arruinada, tentando ainda ostentar a antiga glória, honra e posição dos antigos fazendeiros. Os palacetes dos antigos senhores do cacau, que eu havia conhecido, ao longo da praia, me pareciam agora casinholas ridículas de funcionários públicos e pequenos comerciantes, em que se haviam transformado muitos dos antigos fazendeiros e seus descendentes. E as velhas senhoras que antes reinavam, e tinham a sua glória na "proteção aos pobres", eram agora apenas mais velhas, mas não tinham mais pobres para proteger, nem ninguém se importava com elas. Agora dominavam as senhoras dos comerciantes, dos dirigentes de empresa, dos gerentes de Bancos, uma nova burguesia mais agressiva, mais impudente, morando em grandes casas luxuosas, mandando fazer seus vestidos com os grandes costureiros do Rio ou mesmo de Paris, e que se envergonhavam de viver em Ilhéus.

Passei apenas dois dias nessa cidade. Depois de visitar alguns médicos e algumas farmácias, como era do meu dever, fui visitar as ruas e praias que eu havia conhecido, quando por lá morava o José. Também visitei o Hospital, onde vi algumas daquelas "velhas senhoras" tentando preocupar-se com alguma coisa, tentando ajudar de algum modo o hospital, pois dinheiro não tinham, tricotando camisinhas para recém-nascidos. Elas eram uma tradição, estavam morrendo, e a tradição morria com elas.

Regressei a Salvador e depois de uma semana já encetava nova viagem, dessa vez a Jequié e Vitória da Conquista, em pleno sertão baiano. Essas cidades nada tinham de particular, a não ser seus habitantes. Aqui as notícias do mundo chegam quando não mais existem, ou já perderam a importância. O calor e a falta do que fazer nos dão uma sonolência a

que é difícil resistir. As lojas meio vazias, os próprios consultórios médicos desertos e eu perguntava a mim mesmo de que e como viviam seus habitantes. Em Jequié o dono de uma farmácia construía uma casa com o dinheiro que deixava de pagar aos seus fornecedores. Em Conquista um engraxate me revelava o sonho de sua vida: comprar uma cadeira de braços para o seu negócio, pois no momento o freguês tinha de sentar num caixote forrado de papel. Era pois um homem com a visão do progresso, aliás, o único que encontrei por lá. No Mercado, encontrei um homem que vendia seus livrinhos de histórias, em versos, mais de duzentos títulos diferentes, de vários autores. Foi o que encontrei de mais interessante. Comprei uma coleção deles para o Artur.

Mas o que realmente me impressionou foi o grau de miséria em que a população vivia mergulhada. Mendigos por toda a parte, nas esquinas, na Igreja, no mercado ou na feira, pelas estradas, à beira das calçadas. São andrajosos, esqueléticos, de aspecto doentio. Eles não têm aquela picardia dos mendigos das cidades grandes, nem a sua agressividade, a agressividade encontrada mesmo em algumas cidades da região do polígono. São mansos, humildes, como se pedissem desculpas por serem tão pobres. Se alguns cantam alguma melodia diferente, desconhecida, lamurienta, ou se alguns outros tocam alguns instrumento musical, uma viola ou uma flauta, sentados no meio-fio da calçada, a maioria nem canta nem toca: simplesmente está, recostada em alguma parede, a mão estendida que, mal tendo forças para se erguer, está pousada no solo. Alguns têm um chapéu na mão, outros nem isso. Nem erguem a voz para implorar, salvo quando se trata de algum estranho à cidade, que pareça ter dinheiro. Ficam apenas silenciosos, nem olham para a gente, a mão entreaberta e esperam que alguém lhes lance alguma moeda ou aquelas velhas notinhas de um cruzeiro. A maioria nem agradece. E são de todas as idades, com a diferença de que os menores, crianças de 4 ou 5 anos, são mais agressivos, correm atrás da gente, puxam pelo paletó e, quando recebem alguma coisa, correm para o pai ou a mãe, que está semi-inconsciente, em algum canto de esquina, exibindo a nota como se fosse um troféu conseguido.

O mais estranho ainda é verificar **quem** dá esmolas. São pessoas que somente se distinguem dos mendigos por estarem de pé e terem menos remendos ou furos na camisa. Toda a população, mais de metade, conforme me pareceu, anda descalça, a roupa é velha e rasgada e raramente é limpa. É realmente, o roto ajudando o esfarrapado, como se presentissem que breve chegaria a sua vez de estar naquele lugar, no meio da rua, a mão entreaberta.

O que torna mais impressionante ainda o aspecto dessa população sem esperanças, sobretudo de Jequié e Vitória da Conquista, é o número de aleijados, débeis mentais, entre os mendigos. Em todas as cidades do mundo existe sempre uma percentagem mais ou menos fixa de mendigos e aleijados, como se fosse uma lei sociológica do capitalismo.

Quanto maior a população, maior o número de mendigos, marginais e doentes de toda espécie. Mas em Vitória da Conquista e Jequié essa percentagem me dava a impressão de ser pelo menos de cinquenta por cento. Metade da população é de sub-homens, criaturas de aparência mais ou menos humanas mas que na realidade vivem e se comportam como irracionais. Que Brasil! Esse outro Brasil tão diferente do Brasil que conhecemos no Rio e em São Paulo.

Foi a imagem que levei comigo para Salvador. E que me esforçava por afastar do meu pensamento. Nada podia fazer por eles.

* * *

De volta à civilização, fui morar num hotel do centro, na Rua Chile, pois meu antigo quarto do outro hotel, estava agora ocupado. Era um quarto típico de hotel de segunda classe, impessoal, triste, frio, no qual não sentimos nem mesmo o calor da presença dos antigos ocupantes que se encontra em muitos hotéis. Lá fiquei ainda durante dois meses, até voltar para o Rio. Mas foi nesse quarto de hotel que o problema da solidão mais se acentuou. Quando chovia e não podia sair, e não me apetecia ir ao cinema, eu ficava no quarto, a luz fraca mal permitindo ler. Às vezes tentava escrever, dar prosseguimento ao 2.º volume da minha **História da República**, mas aquela habitação nada tinha de estimulante ou inspiradora. O espírito se amortece e o ambiente só nos traz pensamentos ruins.

Todas as noites eu ouvia, vindo de não muito longe, o som de um disco que vinha de uma loja das proximidades (estava perto o Natal e as lojas fechavam mais tarde). Parece que só tinham um: "Eu vou para Maracangalha, eu vou..." de Dorival Caymmi, que acabava de aparecer. Era o único ruído, o único sinal de alguma existência humana em alguma parte do planeta. O resto era silêncio. A princípio esse disco, essa música, à noite, era como que um fio de ligação com a vida, com o mundo, com a humanidade. Outras vezes ele exercia efeito contrário e lembrava um mundo que se agitava lá fora enquanto eu deitado na minha cama como um cadáver no seu caixão.

Eu tinha de voltar, tinha de sair de Salvador. Eu viera para cá, para uma estadia de três meses e quatro já se haviam passado. Comecei a escrever cartas para a direção do Laboratório, pedindo para ser transferido para o Rio, pois os problemas que eu viera resolver, estavam praticamente resolvidos. Mas as cartas não eram respondidas.

Enquanto isso, pelo menos durante o dia, eu vivia trabalhando na rotina dos negócios comerciais, para manter o estabelecimento funcionando. Uma coisa me espantava. Os comunistas não haviam ainda descoberto a minha existência, a minha presença na Bahia. Mas, até certo ponto, pois um dia recebi a visita de um jovem estudante que, depois de me doutrinar, com todo o entusiasmo, sobre o imperialismo e

o perigo da guerra, me pediu dinheiro. Vocês podem não acreditar, mas eu dei. Mas ele desapareceu depois disso, embora deixando em minhas mãos um jornalzinho clandestino do CE da Bahia. Os jornais, havia muito, começavam a falar do XX Congresso do PCUS, em que Khrushchev começava a abalar o mito de Stalin e a condenar o culto da personalidade. E esse acontecimento fazia prever grandes transformações no movimento comunista mundial. De que modo tais resoluções influiriam no Brasil? Já se havia passado vários meses e a imprensa do PCB nada dizia a respeito. Nem mesmo alguns exemplares que encontrei em Salvador, em uma banca de jornais. Silêncio absoluto.

Um número desse jornalzinho da Bahia, falava em “nosso chefe Luis Carlos Prestes”. E, somente para sacudir um pouco as teias que começavam a cruzar o meu cérebro — e também para **sacudir** um pouco os comunistas baianos —, escrevi ao jornal uma cartinha em que eu dizia que esse negócio de chefes já havia acabado, assim como o culto da personalidade. E que Prestes era apenas um membro do Partido eventualmente ocupando o cargo de secretário geral. Naturalmente não sei o efeito da carta, mas gostaria de saber...

Depois disso me convenci de que comunistas na Bahia pelo menos naquele momento, não havia mesmo. E cheguei a essa conclusão porque todo baiano que se tornava comunista, a primeira coisa que fazia era viajar para o Rio e entrar no Comitê Nacional. Essa hipótese era boa, pois explicava também o grande número de baianos no CN.

Afinal, em meados de dezembro, recebi uma carta da Diretoria do Laboratório, dando instruções para passar a gerência a um outro funcionário e regressar. O que tratei de fazer imediatamente. Na minha despedida houve até lágrimas de algumas moças, auxiliares de escritório, e ganhei de presente um cartão de agradecimentos — por quê? — e um rádio de presente. Aliás sempre gostei dos baianos.

* * *

Em janeiro de 1957 eu já estava instalado no Rio em um pequeno apartamento na Praia do Botafogo. Comecei a trabalhar no Laboratório, escritório central, na Gávea, mas na realidade, não havia trabalho para mim. Ao fim de três meses, cansado de não fazer nada, acabei pedindo demissão. Havia ainda uma outra razão: agora que eu não era gerente meu salário era menor.

Assim, vi-me na contingência de procurar outro emprego. E, enquanto esse emprego não vinha, o Artur me ajudava financeiramente, a título de empréstimo (que nunca paguei), o suficiente para o aluguel. Depois de uma busca inútil de dois ou três meses, acabei encontrando lugar como “especialista em vendas a varejo” no “O Camiseiro”, uma tradicional loja de roupas e perfumarias e outras coisas, na Rua da Assembléia. Foi uma indicação do meu irmão Mario, o qual me afirmou

que o atual diretor, o Natalino, filho do velho fundador da firma, já falecido, o Sr. Agostinho, havia lido o 1.º volume da **História Sincera**, que acabava de sair e gostara muito. Nessa base, fui procurá-lo e logo consegui o emprego, no qual durei cerca de três meses. Acontece que seu Agostinho, antes de falecer, havia feito de todos os seus antigos empregados, agora com mais de 50 anos e alguns com mais de 60 anos, diretores da firma. E eles não tinham acompanhado a evolução e modernização do comércio varejista. A rua perdera importância comercial, a firma já não dava mais lucros, não era fácil para o Natalino admitir-me — acreditava que eu pudesse descobrir o motivo — e, para fazê-lo, teve de inventar uma história segundo a qual eu estaria na loja por indicação de uma agência de propaganda, a Standard, como uma espécie de assessor técnico em vendas, a fim de conseguir que a firma reconquistasse o seu antigo prestígio e uma nova freguesia, pois a antiga já estava morrendo, ou morta. Mas durei no emprego apenas uns três ou quatro meses. Fui demitido, com as desculpas do Natalino, por exigência dos seus co-diretores, quando um dia descobriram que eu nem sabia onde ficava o escritório da Standard.

No começo de 1957, creio que em março, saiu o 1.º volume da **História Sincera**. Durante uns dois meses se manteve entre os cinco livros mais vendidos no Rio e isso, é claro, me trouxe uma alegria de que eu estava precisando. E ânimo para terminar o 2.º volume, o que realmente aconteceu pouco tempo depois. Levei os originais ao Carlos Ribeiro que, dado o êxito do 1.º volume, se dispôs a editar também o 2.º volume.

Enquanto isso, eu entrava em contato com alguns companheiros. Visitei a **Imprensa Popular** e lá encontrei, entre outros, o Pedro Mota Lima, agora diretor do jornal, e o Axelrud. Todavia, o ambiente que encontrei, foi dos piores.

Por sua própria decisão, todos os redatores de **Voz Operária**, haviam iniciado a batalha do XX Congresso, à revelia da direção do Partido que teimava em ignorá-los, por motivos óbvios. Depois de um primeiro artigo, hoje histórico, do João Batista, um dos redatores, intitulado **A Revolução que está em todas as cabeças**, logo uma enxurrada de artigos de vários membros do Partido começou a chegar à redação do jornal. Pouco antes de embarcar para o Rio, quando me achava ainda em Salvador, tomei conhecimento dessa discussão que agora se iniciava, com atraso de alguns meses, acerca dos resultados do XX Congresso, o que significava uma reviravolta completa, no fundo e na forma, de todo o Partido, sua ideologia e seus métodos de trabalho. Eu mesmo chegara a escrever, ainda na Bahia, um artigo que assinei João Augusto Machado e que foi publicado.

Também na **Imprensa Popular** começou a esboçar-se um igual movimento de rebeldia. Para impedir que os rebeldes tomassem conta do jornal, como já haviam feito com a **Voz Operária**, a direção do Partido

mobilizou um grupo de camaradas portuários, escolhidos entre os mais fortes e encorpados, os quais invadiram a redação e puseram os rebeldes para fora na base de murros e empurrões. De tudo fui devidamente informado. Naturalmente, contado pelo Pedro que, muito dogmático, como sempre fora, e agarrado ao CN, procurou de todos os meios, justificar a medida. Desejava o meu apoio. Mas minhas simpatias estavam com os rebeldes e procurei chegar-me a eles, para saber o que queriam.

Quando os redatores de **Voz Operária** decidiram abandonar a redação, o jornal se acabou. Assim, os artigos que continuavam a chegar, foram sendo desviados para **Imprensa Popular**, cujos diretores começaram naturalmente a exercer um papel de filtro. Nem todos eram publicados. Esses artigos começaram criticando a demora do CN em dar contas ao Partido das resoluções do XX Congresso. Os nossos delegados, presentes ao Congresso, em vez de regressar ao País imediatamente, acharam mais interessante e divertido dar um passeio pela URSS e pela China, de modo que regressaram ao Brasil já muito tarde. Por outro lado, o CN (quero dizer, o grupo do **Presidium** que na realidade dirigia o Partido) procurou de todos os modos retardar a publicação daquelas resoluções, que alertavam sobretudo contra o “culto da personalidade”, o que atingia de frente a posição de Prestes e dos pequenos Stalins da direção, principalmente Arruda, Grabois, Amazonas, que já havia algum tempo, dirigiam o Partido na base de murros e insultos pessoais, literalmente.

Agora, com a porta aberta para as discussões pelos companheiros de **Voz Operária**, todos queriam aproveitar a oportunidade para descarregar a raiva, a indignação e sua discórdância com os métodos de direção adotados pelo CN, pois o **centralismo democrático**, base da organização de todos os Partidos Comunistas do mundo, havia desaparecido. Muitas dessas cartas não passavam de simples depoimentos, mas esses depoimentos valiam mais do que dez estudos teóricos, pois lidavam com fatos. E eram seguidos de acusações contra os principais dirigentes, excluído Prestes, que estava sendo poupado, pois todos admitiam, eu inclusive, que o mesmo, no seu esconderijo, ignorava a maior parte dos fatos citados. Um dos mais patéticos, podemos dizer assim, foi o depoimento de Otávio Brandão que revelou como era sabotado no CN, quase nunca sendo convocado para as reuniões e muitas vezes ridicularizados pelos camaradas dos **Presidium**, Arruda e companhia. Outros artigos, cada vez mais ousados, começaram até mesmo a criticar a URSS e a invasão da Hungria. Nessa ocasião, ao chegar a esse ponto, Prestes interveio para acabar com esses debates que pela primeira vez se realizavam no Partido depois de 1945. A partir desse momento, os debates cessaram. Houve protestos, feitos por cartas à direção do jornal e mesmo nas células, onde alguns membros do Partido já começavam a abrir a boca, acusando Prestes e a direção de “arrolhar as bases” e o

resultado foi o esvaziamento do Partido. Camaradas, a maior parte dos antigos militantes, começaram a abandoná-lo, por toda a parte, em todos os Estados. Acredito que nesse ano de 1957, pelo menos metade dos militantes simplesmente se afastaram.

Antes do encerramento das discussões, provocado pelo artigo de Prestes, o CN havia deliberado que os dirigentes mais diretamente focalizados nas acusações deviam se manifestar, pois até então nada haviam dito. E começaram a aparecer alguns tímidos artigos de Arruda, Grabois, Marighela, Amazonas, procurando naturalmente defender a posição do CN e a justificar-se pessoalmente. João Amazonas chegou a dizer que “errar era humano” e portanto, nada mais justificável que os erros do CN. O artigo do Marighela foi mais ou menos nesse tom. Arruda escreveu um artigo teórico sem tocar no assunto, nas acusações principais. Enfim, a defesa fora um completo fracasso, não havia convencido ninguém e somente agravara a situação dos que se defendiam e de toda direção.

Em meados de 57 sofreu o Partido uma grande perda: Agildo Barata escreve uma carta acusatória ao CN — do qual era membro — e pede demissão do Partido, num passo em que foi acompanhado por todos os antigos redatores de **Voz Operária** e alguns da **Imprensa Popular**. Mas a importância maior desse fato estava em que Agildo era o tesoureiro do Partido, o “homem das finanças”, e havia montado uma máquina arrecadadora que rendia, somente no Rio, cerca de dois milhões de cruzeiros por mês. E de repente, com sua saída, a máquina é desmantelada e o dinheiro desaparece. Como iria viver o Partido depois disso? Quem iria sustentar os “camaradas dirigentes”? E como sustentar o jornal, o único que sobrara, **Imprensa Popular** que, depois do encerramento dos debates, passara a vender pouco mais de mil exemplares por dia?

Eu não havia acompanhado Agildo nem seus companheiros, simplesmente porque sua atitude me parecera apenas uma questão pessoal (ruptura com Prestes) e sem fundamento ideológico. E fiquei à margem.

Pouco depois desses acontecimentos me encontrei com Astrogildo, a quem não via há muito tempo. Estava, em sua aparência, muito velho, mais do que a idade permitia (quase setenta anos) e se sentia doente. Sua situação financeira não era boa, pois o Partido o ajudava com um pequeno salário e agora não tinha condições para isso. Tivemos duas ou três longas conversas, uma das quais no fundo da Livraria S. José. Ele me contou as humilhações que sofrera da parte de Arruda e Grabois, de como não lhe permitiam falar ou escrever, tratando-o como “um mero intelectual pequeno burguês”. Convidei-o a tomar uma atitude qualquer, porque eu estava pensando em fazer **qualquer coisa**. Eu estaria disposto a acompanhá-lo e reforçar sua posição, se ele tomasse alguma. Disse-me que por enquanto ia deixar como estava, porque parecia que

“tudo ia mudar agora”. Pobre ilusão. Insinuou que estava velho e doente e que, o que quer que acontecesse, “preferia morrer dentro do Partido que ele havia fundado”. O que lhe pude responder é que **aquele** não era mais o Partido que ele havia fundado. Depois disso, pouco nos vimos.

Mas alguns dias depois dessa conversa convidou-me para ajudá-lo a realizar uma certa tarefa — creio que relacionada com uma revista teórica que o Partido queria fundar, não me foi explicado direito. Pedi-me que comparecesse a uma reunião que seria realizada na redação da **Imprensa Popular**. Lá compareci. Dos convocados, só havia eu e ele. Mas lá encontrei dois dos baianos do CN, dos mais recentes: o Mário Alves e o Gorender. Este fora, durante algum tempo, uma espécie de secretário de Prestes, depois que o Partido fora fechado, substituindo o João Falcão, outro baiano, que por sua vez havia substituído outro baiano, o Guedes. Aqueles dois camaradas, que haviam passado uma boa temporada na URSS, durante todo o tempo em que permaneci na redação, duas horas mais ou menos, falavam em russo. Como nem eu nem Astrogildo falávamos russo, língua da qual sabíamos apenas meia dúzia de palavras, aquilo me pareceu uma provocação: era para não entendermos. Jurei nunca mais voltar àquela redação. Essa reunião não chegou a realizar-se, por falta de gente, e fiquei sem saber o seu motivo. Foi adiada para outra oportunidade.

A partir desse momento, meu afastamento foi completo. Somente falava, às vezes, com Astrogildo, que teimava em continuar dentro do Partido, por uma questão de **glória**, embora não ocultasse os sentimentos que tinha pelos dirigentes, exceto Prestes. Ele ainda sonhava com um dia, talvez longínquo, em que tudo voltaria aos eixos, os maus castigados e os bons recompensados. Mas Astrogildo era uma espécie de santo, e eu não. Não acreditei nisso, embora durante alguns anos também eu tivesse mantido essa esperança, como uma pessoa disposta a tomar veneno, se lhe dissessem que o veneno poderia curá-lo. Para mim, o Partido estava totalmente perdido. E definitivamente. Não havia mais esperanças.

Todavia... Decidi escrever uma carta a Prestes, com o pretexto de lhe oferecer um exemplar do 1.º volume da **História Sincera**. A carta é datada de junho. Naturalmente, tudo através dos canais misteriosos que conduziam a ele, passando por vários intermediários. Mas fui informado de que ele recebera a minha carta e o livro, poucos dias depois. Assim, fiquei aguardando a resposta. Eu tomara uma resolução: se ele concordasse com os termos de minha carta, ou se manifestasse disposto a dialogar comigo sobre o assunto da mesma, talvez eu perdoasse todo o mal que ele, inadvertidamente, causara ao Partido. E voltaria.

Na minha carta, aliás bem curta, eu o informava da situação precária em que se encontrava o Partido, situação que ele talvez desconhecesse, isolado como estava do mesmo. E propunha: o CN nomearia uma

comissão ampla para a convocação do 5.º Congresso, ao mesmo tempo em que se demitia coletivamente. Esse Congresso faria uma revisão de linha, estudaria os erros cometidos e elegeria um novo CN.¹

Passou-se um longo tempo, cerca de três meses, sem que tivesse qualquer resposta. Mas certo dia recebi um telefonema de um amigo, um pintor, J. M. membro do Partido, informando-me que um camarada do CN precisava falar comigo. Sem fazer a menor idéia do que se tratava, pois já me havia esquecido da carta, compareci ao local. Lá encontrei, para minha surpresa, o Marighela. Fazia muitos anos que não o via e quase não o reconheci. Estava mais gordo, mais moreno, mais calvo, e me pareceu até mais alto.

Conversamos amistosamente durante alguns minutos, em que o tema foi certamente a situação do Partido. Ele me dava a impressão de um menino cujo brinquedo se quebrara. Tinha um ar triste e lamentoso, como que a pedir desculpas, e me pareceu completamente desorientado. Entregou-me uma carta. Era de Prestes e vinha datada de três meses atrás. Chamei-lhe a atenção para o fato, mas ele me explicou que havia muitas dificuldades, alguém guardara a carta muito tempo, outro se esquecera, um terceiro viajara... Enfim, a carta estava aí. Enquanto ele ia, discretamente, falar com o dono da casa, resolvi lê-la ali mesmo. A carta não era bem uma resposta à minha, porque não tocava sequer nos assuntos principais da que eu lhe havia mandado. Apenas a acusava, e tinha o mesmo tom lamentoso e triste da fisionomia do próprio Marighela. E por fim pedia ajuda financeira...

Dizer que fiquei decepcionado, é dizer pouco. Despedi-me de Marighela em bons termos, prometendo para breve notícias minhas. Na realidade fui para casa disposto a esquecer definitivamente o Partido. Dessa vez seria para sempre. Não havia mais qualquer raio de esperança. A partir desse momento, me considerei definitivamente desligado de quaisquer compromissos com ele. Não escreveria mais cartas nem mesmo para me despedir.

* * *

Um dia, pouco depois desse encontro, o Guedes me informou que um grupo de camaradas estava pensando em lançar uma revista mensal, de caráter teórico, marxista, independente do Partido. Convidou-me para uma reunião que se realizaria em casa de Calvino Filho, o editor. Apesar das promessas feitas a mim mesmo, e embora não apreciasse muito o Calvino, que fora aliás colega de turma da Faculdade, e sempre me parecera um **picareta** (possivelmente sem razão), lá compareci.

Mais duas ou três reuniões se realizaram e, antes do fim do ano já saía o primeiro número, com o título de **Novos Tempos**. Foram edi-

(1) Essa carta, bem como a resposta de Prestes, vão publicados no Apêndice desta obra.

tados, no total, cerca de 6 ou 7 números e creio que colaborei em todos eles. O diretor era Peralva. Nossa revista pretendia cultivar um marxismo antidogmático, aberto a todas as discussões, a ponto de admitirmos mesmo que alguns trotskistas manifestassem seus pontos de vista. Nessa época, com a destruição do mito de Stalin e das revelações de Khruchev, através do seu Relatório Secreto, os trotskistas haviam recobrado novo ânimo, acreditando que sua vez havia chegado. Apenas esqueciam que a disputa Stalin X Trotski tinha mais de vinte anos, talvez trinta, e estávamos em um mundo completamente diferente com o qual nem Stalin, nem Trotski (nem Lenine) haviam sonhado. Mas assim mesmo, demos aos trotskistas essa possibilidade de se manifestar, ainda que um dos diretores, Calvino, fosse absolutamente contra.

A revista acabou quando Peralva encontrou um bom emprego. Fui escolhido para ser o novo diretor, mas nessa ocasião, o grupo que formávamos e sustentava a revista com algumas contribuições, já se havia decomposto, pelas divergências internas e a revista não saiu mais.

Por essa mesma época da fundação de **Novos Tempos**, Agildo reunia os companheiros que o haviam acompanhado quando abandonou o Partido, para fundar um semanário, **O Nacional**. Dinheiro ele não tinha, mas havia um grupo de militares que estavam dispostos a ajudar financeiramente. Esse semanário seria **nacionalista** e ao mesmo tempo procuraria ser um ponto de convergência para os trabalhadores e intelectuais de esquerda que não mais estivessem de acordo com o Partido.

Participei das reuniões preliminares que determinaram os princípios políticos pelos quais o semanário se guiaria, mas não fiz parte do seu corpo redacional nem colaborei nele. Pediram-me todavia que me encarregasse de promover uma festa de inauguração do jornal, o que fiz. Alguns princípios não haviam ficado bem claros. A principal diferença entre esse grupo do **Nacional** e eu era que eu pensava na necessidade de fundar um novo Partido, e o grupo pensava que talvez, principalmente, sobretudo, mais ou menos, quem sabe.

É verdade que já havia uma tentativa anterior feita por esse mesmo grupo, com ligações em S. Paulo por intermédio de Evaldo, que também acompanhara Agildo, mas a tentativa fracassou simplesmente porque **não queriam que ele fosse adiante**.

A propósito dessas divergências, tivemos, no fim de 57, pelo menos uma dúzia de reuniões, nas quais eu naturalmente procurava defender as minhas idéias, isto é, a necessidade de um novo Partido, sem o qual não haveria movimento revolucionário. Cheguei a propor, por escrito, uma **declaração de princípios**, um dos quais era justamente a necessidade de um novo partido **marxista-leninista**; outro, não reconhecia a hierarquia dentro do movimento comunista mundial, e lutaria por uma política brasileira independente. O que significava, em resumo, não receber ordens de nenhum Partido, nem mesmo do da URSS. (Aqui devo esclarecer um pormenor: O PCUS não tinha intenção alguma de intervir

no PCB. Sucedia apenas que o PCB não tinha coragem de dar um espirro sem mandar antes alguém — de preferência o Mário Alves — a Moscou para saber de que lado devia ser o espirro). Mas minhas idéias foram derrotadas em todas as discussões, embora houvesse sempre alguns companheiros de acordo comigo, principalmente o Axelrud e o Eros.

Cheguei a escrever vários discursos, que levava para ler nas reuniões, mas sempre sem êxito. A resistência era grande e os demais camaradas sempre se justificavam de uma forma tal que era impossível atacar suas "idéias": apenas faziam "corpo mole". Era preciso estudar, pensar, refletir, tornar a estudar, esperar, quem sabe, talvez, ... e nunca saíam disso. Até que os mandei às favas. Esse grupo se chamava a si mesmo de Sinedrio ou Sinodo, não me recordo, e se dissolveu quando todos, afinal, arranjam emprego conveniente, em primeiro lugar o Peralva. Aliás, não lhes foi difícil. Eram quase todos jornalistas e excelentes profissionais.

Mas a alguns eu dava, assim mesmo, toda razão. Estes haviam dado ao Partido sua vida, sacrificaram sua família e mesmo seus bens, comodidades e empregos em benefício do Partido. Os que trabalhavam em **Voz Operária**, durante muito tempo, haviam mesmo passado fome, eram casados, tinham filhos e tudo lhes faltava, pois o dinheiro não dava a não ser para pagar as camisas de seda do Arruda e os cães de raça que tomavam conta da casa do João Amazonas em Ipanema. Comeram realmente daquele famoso pão feito pelo diabo. E agora estavam livres, não se iam meter noutra. Fora uma dura experiência. Seu único erro foi não dizê-lo claramente. Em vez disso procuravam encontrar toda a sorte de argumentos teóricos para justificar seu afastamento da luta revolucionária. E não encontravam.

Pouco depois dessas reuniões que resultaram em nada e por fim se acabaram, ouvimos falar, Eros, Exelrud e eu (informação de Agildo), que na Tijuca havia um grupo de camaradas, quase todos médicos, os quais se haviam afastado do Partido e se reuniam mais por hábito, para não perderem o contato, para esperar que "as coisas mudassem". Logo os procuramos. A alguns eu conhecia pessoalmente. Eles eram, naquela primeira noite, uns cinco, todos médicos, mais duas senhoras, esposas, também elas médicas. Nossa primeira reunião foi feita na base de café com bolinhos, e versou sobre generalidades, e também ouvimos as críticas, já agora velhas, contra tais ou quais membros da direção, que se destacavam por sua prepotência e sua ignorância. Procuravam libertar-se deles pela catarse. Falando, falando, acabariam por descarregar todo o ódio acumulado durante anos e que não tinham antes coragem de denunciar ou sequer de **perceber**. E faziam a si mesmos, como tantos e tantas camaradas, a mesma pergunta: como foi que permitimos que tais coisas acontecessem, que meia dúzia de homens tomassem conta de nossas vidas, impedindo-nos de pensar, de reagir, transformados que

havíamos sido em máquinas de arrecadar dinheiro e obedecendo como autômatos às maiores aberrações políticas, e inclusive alguns, que tinham automóvel, transformados em motoristas particulares desse ou daquele “dirigente”, mesmo para missões que nada tinham a ver com política?

Está claro que nós não tínhamos a resposta. Mas só o fato de o constatarem já era meio caminho para a libertação. A nossa pergunta era diferente, mas somente foi feita na segunda reunião: significaria isso, o XX Congresso que nos abriu os olhos e nos permitiu a descoberta de nós mesmos, significaria isso que o movimento comunista, marxista, revolucionário, tinha acabado? Também eles não tinham a resposta para essa pergunta. De certo modo, diziam que não, que tudo devia continuar em novas bases, embora fosse cedo ainda, pois todos estavam ainda emocionados, sob o impacto da verdade, sob o choque da descoberta de si mesmos e do Partido, esmagado e sufocado por meia dúzia de carreiristas que haviam montado uma máquina para sua própria diversão. Sim, talvez fosse realmente cedo.

Na terceira reunião, o assunto ainda foi o mesmo, embora um ou outro participante fosse substituído por um recém-chegado. E creio que seria ainda o mesmo, por muitas reuniões e muitos anos pela frente, se eu não tivesse tomado a decisão de dar um fim àqueles bate-papos inconseqüentes. Na quarta reunião levei comigo um projeto de estatutos para um novo Partido, relacionados com alguns princípios políticos. O projeto de estatutos tinha por finalidade impedir que os membros do CN se transformassem em entidades independentes e gozassem de uma autoridade exclusiva e inapelável sobre os demais membros do Partido. Nesses Estatutos, os membros do Partido, eram **obrigados** a pensar e a decidir.

Algumas dessas idéias, aliás, já haviam sido por mim expostas em um artigo publicado por **Novos Tempos**. Quando acabei de ler o documento, notei imediatamente que ele havia provocado um impacto desagradável. Percebi que a lembrança de fatos antigos, os fazia temer qualquer espécie de organização partidária, do movimento político. Todos pareciam dispostos a continuar nessas pequenas conversas e bate-papos informais sobre o passado, “que não mais deveria voltar”. Quanto ao mais, “acompanhariam pela imprensa” o que se estava passando no Brasil e no mundo, em matéria de política. Mas Partido, nunca mais.

Esse foi o fim. Para mim estava definitivamente acabado; aqueles camaradas que em outros tempos, talvez até um ano antes tão dedicados, se haviam despojado de quaisquer outros interesses na vida, sacrificando seus interesses pessoais e mesmo sua família, para trabalhar pelo Partido, estavam definitivamente perdidos para o movimento revolucionário. Agora era preciso começar tudo de novo, com pessoas que não haviam sofrido ou experimentado a amarga decepção, a perda de confiança nos líderes e dirigentes... E eu não me sentia com forças para isso. Desisti definitivamente. O PCB havia retardado a revolução

no Brasil, pela inépcia dos seus dirigentes, pela sua incapacidade, por sua falta de seriedade, pelo menos uns trinta anos. Nada havia a fazer. Adeus!

* * *

Em fins desse ano de 1957, minha situação financeira era a pior possível, pois havia quase dois meses que eu estava desempregado. O Artur me ajudava mensalmente com uma importância que dava para pagar o aluguel, condução, e, de quando em quando um almoço. Às vezes jantava em casa do Artur, às vezes em casa da Enny, às vezes em lugar nenhum. Vendo que não arranjava emprego, embora eu respondesse aos anúncios do **Correio da Manhã** e do **Jornal do Brasil**, com cartas que não tinham resposta (creio que minha idade não ajudava muito), eu estava ficando convencido de que o mundo poderia continuar girando sem minha participação. Eu não servia para nada. Respondia a solicitações de gerentes de laboratório, de propaganda, de casas comerciais, de vendedores de **qualquer** coisa, e ninguém dava bola. Assim, decidi que talvez devesse tentar novamente a clínica. Eu não tinha condições de abrir um consultório. Mas meu cunhado Ulhoa, médico, casado com minha irmã Sara, apresentou-me a um médico, seu colega de turma, que ocupava um consultório, na Avenida Rio Branco, às segundas, quartas e sextas. Eu poderia usá-lo, mediante um pequeno aluguel, nos demais dias. Topei imediatamente. Pus anúncios em dois jornais e fiquei esperando os clientes.

Como estes não aparecessem, consegui, ainda por intermédio do Ulhoa, um outro consultório no Catumbi, onde podia dar consultas diariamente, embora num péssimo horário, logo depois do almoço, a uma população tão pobre como era o próprio bairro. O preço da consulta era barato, apenas cem mil réis, e mesmo assim havia clientes que não podiam pagar, pediam abatimento ou prometiam pagar na próxima visita, “quando saísse o ordenado”. Para aumentar o número de clientes mandei imprimir dois mil volantes que eu e Enny, que morava por aquelas bandas, por três noites seguidas, percorrendo o bairro, espalhamos por todas as casas, empurrando por debaixo das portas. Os clientes de fato aumentaram, e durante o primeiro mês já ganhava o suficiente para pagar o meu aluguel e o do consultório da Avenida, onde a consulta era 400 mil réis, mas ninguém aparecia.

Todavia, o principal problema não eram os clientes, mas eu mesmo. Fazia mais de vinte anos que eu havia abandonado a medicina. Sabia somente alguma coisa de homeopatia, pois nunca faltavam parentes ou amigos dispostos a arriscar o pêlo, submetendo-se ao meu tratamento homeopático. Até que eu não me saía mal, e sempre conseguia curar a maioria dos casos. Mas de quando em quando eu cometia gafes terríveis.

Lembro-me que certa vez, no consultório do Catumbi, tive de usar o estetoscópio, para auscultar o coração de um cliente. Com o pequeno

aparelho pendurado no pescoço, no meu avental de médico, comecei a examinar o seu peito, em busca do coração, que eu sabia mais ou menos onde ficava. Com a parte do aparelho destinada a esse fim, comecei a tatear, tentando localizar o coração, e não ouvia nada. Fiquei meio em pânico. Que se estava passando? Será que seu coração estava fora do lugar? Estava parado? Ou simplesmente não tinha coração? Estava apreensivo e preocupado quando o próprio cliente observou:

— O doutor não põe esses negócios no ouvido?

De fato, eu esquecera de colocar nos ouvidos os auriculares do estetoscópio. Fiquei vermelho, mas não perdi a calma:

— Logo, logo, disse eu, e continuei a esfregar o peito do cliente com o estetoscópio, como se isso fizesse parte da rotina. Pus então os auriculares no ouvido e... agora sim, lá estava o coração, no seu devido lugar, e batendo bem, ao que parecia. E tudo decorreu em ordem. Curei mesmo o doente.

Gafes dessa ordem, pois havia esquecido completamente a parte semiológica da clínica, cometi várias, com a melhor das intenções. Por fim, aprendi mesmo a verificar a pressão sanguínea dos doentes, quando me emprestaram um aparelho para esse fim, e sempre o fazia, embora não tivesse a menor noção do que significava o resultado, não sabia qual o objetivo de **tomar a pressão**. Mas tinha grande importância pois impressionava o doente e ele ficava satisfeito. Ele perguntava: "Quanto, doutor?" Eu dizia: "A máxima, tanto, a mínima tanto". "Está boa, doutor?" "Está ótima". E ele ficava em paz consigo mesmo. E eu também. De qualquer modo, o importante é que eu os curava. Durante os três ou quatro meses que cliniquei nesse bairro, só perdi uma criança, que estava, aliás, em péssimo estado, quando a mãe me procurou. Não sei o que tinha. Morreu na mesma noite, mal teve tempo de usar os meus remédios. E assim assinei o "meu" único atestado de óbito.

Quando comecei a clinicar, verifiquei que estava com as manhãs livres e pensava no modo de aproveitá-las. Nesse momento eu pensava em escrever um livro sobre a conjuntura brasileira da época, abordando questões políticas e econômicas. Do ponto de vista econômico, porém, notei que minha ignorância era quase completa. Sem dúvida eu sabia alguma coisa, tinha estatísticas, números, informações diversas sobre vários produtos agrícolas e industriais, mas não me largava a impressão de que, em todos aqueles dados, havia algo de secreto, que não transpirava através dos números, algo desconhecido e somente acessível aos que "estivessem por dentro do assunto", aos economistas profissionais. Nessa matéria, como em muitas outras, eu era um autodidata, e este em geral deixa sempre escapar alguma coisa que os livros não dizem, ou o dizem mal. Foi quando descobri que em breve começariam as aulas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), onde, eu acreditava, os problemas econômicos brasileiros certamente deveriam ser bem estudados.

Não me foi difícil obter a matrícula, embora eu pensasse de início, que somente se podiam matricular pessoas indicadas por entidades oficiais. Verifiquei que aceitavam também alunos avulsos, desde que considerados capazes de assistir às aulas. Foi o que me disse o Roland Corbisier, na ocasião diretor do Instituto. E fui admitido.

Na ocasião creio que havia cerca de 50 alunos. Um bom número de militares (cerca de dez oficiais, de capitão a coronel), havia engenheiros, economistas, muitos dos quais funcionários públicos, enviados ao Instituto pelas respectivas repartições com Bolsa de Estudos. Em matéria de idade, também a variedade era grande, pois havia rapazes que deviam ter no máximo vinte e cinco anos e senhores de aparência respeitável e circunspecta que deviam ter pelo menos sessenta. Eu tinha na ocasião cinquenta, não era pois dos mais velhos.

Os professores tinham sem dúvida certo gabarito. Lembro-me de Vieira Pinto, que ensinava filosofia e depois foi nomeado Diretor, de Guerreiro Ramos, que ensinava Sociologia, Inácio Rangel se revezava com outro, na cadeira de Economia Política, o Professor Michel Debrun, francês, ensinava Política. Havia ainda o Professor Candido Mendes que ensinava não-sei-o-que, mas muito bem. Observei que, fora o francês, todos os demais professores, inclusive o Diretor da Escola eram ex-integralistas e, mais curioso ainda, inclinando-se agora para o marxismo. Apenas o Professor Vieira Pinto ainda era, antes de se tornar marxista, existencialista, com grande admiração por Sartre. Finalmente devo mencionar o Professor de História do Brasil, Nelson Werneck Sodré, mas suas aulas somente começaram já no fim do primeiro semestre e no segundo eu já estava em S. Paulo. Mas nunca podia ouvir as suas aulas pois ele tinha um estranho modo de falar, suas palavras pausadas parece que vinham envolvidas em soporíferos e, ao fim de dez minutos, eu já estava dormindo.

Aos poucos, fui verificando que, em matéria de Economia Política, no que se referia aos problemas brasileiros, eu estava simplesmente perdendo tempo, pois o que ensinavam era totalmente contrário aos meus pontos de vista. Por exemplo, não tomavam conhecimento da reforma agrária, problema que para eles, para o ISEB, não existia. Adotavam ainda, em relação ao Nordeste, uma estranha filosofia: desenvolver o desenvolvido, o que significava lançar todas as forças e todos os investimentos no Sul, onde já havia um processo de desenvolvimento intenso — o que era moda na época — e abandonar o Nordeste à sua própria sorte. De lá apenas se aproveitava o elemento humano, que fornecia boa e barata mão-de-obra para as indústrias do Sul. Sei que, mais tarde, mudaram essa filosofia, a ponto de apoiar a SUDENE que Juscelino, depois de muitas críticas ao seu programa de metas, acabara por adotar. Mas eu já não estava mais lá.

Enfim, não posso dizer que minha matrícula no ISEB não tivesse sido proveitosa. O almoço, por exemplo, para os alunos, custava apenas

aparelho pendurado no pescoço, no meu avental de médico, comecei a examinar o seu peito, em busca do coração, que eu sabia mais ou menos onde ficava. Com a parte do aparelho destinada a esse fim, comecei a tatear, tentando localizar o coração, e não ouvia nada. Fiquei meio em pânico. Que se estava passando? Será que seu coração estava fora do lugar? Estava parado? Ou simplesmente não tinha coração? Estava apreensivo e preocupado quando o próprio cliente observou:

— O doutor não põe esses negócios no ouvido?

De fato, eu esquecera de colocar nos ouvidos os auriculares do estetoscópio. Fiquei vermelho, mas não perdi a calma:

— Logo, logo, disse eu, e continuei a esfregar o peito do cliente com o estetoscópio, como se isso fizesse parte da rotina. Pus então os auriculares no ouvido e... agora sim, lá estava o coração, no seu devido lugar, e batendo bem, ao que parecia. E tudo decorreu em ordem. Curei mesmo o doente.

Gafes dessa ordem, pois havia esquecido completamente a parte semiológica da clínica, cometi várias, com a melhor das intenções. Por fim, aprendi mesmo a verificar a pressão sanguínea dos doentes, quando me emprestaram um aparelho para esse fim, e sempre o fazia, embora não tivesse a menor noção do que significava o resultado, não sabia qual o objetivo de **tomar a pressão**. Mas tinha grande importância pois impressionava o doente e ele ficava satisfeito. Ele perguntava: "Quanto, doutor?" Eu dizia: "A máxima, tanto, a mínima tanto". "Está boa, doutor?" "Está ótima". E ele ficava em paz consigo mesmo. E eu também. De qualquer modo, o importante é que eu os curava. Durante os três ou quatro meses que cliniquei nesse bairro, só perdi uma criança, que estava, aliás, em péssimo estado, quando a mãe me procurou. Não sei o que tinha. Morreu na mesma noite, mal teve tempo de usar os meus remédios. E assim assinei o "meu" único atestado de óbito.

Quando comecei a clinicar, verifiquei que estava com as mãos livres e pensava no modo de aproveitá-las. Nesse momento eu pensava em escrever um livro sobre a conjuntura brasileira da época, abordando questões políticas e econômicas. Do ponto de vista econômico, porém, notei que minha ignorância era quase completa. Sem dúvida eu sabia alguma coisa, tinha estatísticas, números, informações diversas sobre vários produtos agrícolas e industriais, mas não me largava a impressão de que, em todos aqueles dados, havia algo de secreto, que não transpirava através dos números, algo desconhecido e somente acessível aos que "estivessem por dentro do assunto", aos economistas profissionais. Nessa matéria, como em muitas outras, eu era um autodidata, e este em geral deixa sempre escapar alguma coisa que os livros não dizem, ou o dizem mal. Foi quando descobri que em breve começariam as aulas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), onde, eu acreditava, os problemas econômicos brasileiros certamente deveriam ser bem estudados.

Não me foi difícil obter a matrícula, embora eu pensasse de início, que somente se podiam matricular pessoas indicadas por entidades oficiais. Verifiquei que aceitavam também alunos avulsos, desde que considerados capazes de assistir às aulas. Foi o que me disse o Roland Corbisier, na ocasião diretor do Instituto. E fui admitido.

Na ocasião creio que havia cerca de 50 alunos. Um bom número de militares (cerca de dez oficiais, de capitão a coronel), havia engenheiros, economistas, muitos dos quais funcionários públicos, enviados ao Instituto pelas respectivas repartições com Bolsa de Estudos. Em matéria de idade, também a variedade era grande, pois havia rapazes que deviam ter no máximo vinte e cinco anos e senhores de aparência respeitável e irreversível que deviam ter pelo menos sessenta. Eu tinha na ocasião cinquenta, não era pois dos mais velhos.

Os professores tinham sem dúvida certo gabarito. Lembro-me de Vieira Pinto, que ensinava filosofia e depois foi nomeado Diretor, de Guerreiro Ramos, que ensinava Sociologia, Inácio Rangel se revezava com outro, na cadeira de Economia Política, o Professor Michel Debrun, francês, ensinava Política. Havia ainda o Professor Candido Mendes que ensinava não-sei-o-que, mas muito bem. Observei que, fora o francês, todos os demais professores, inclusive o Diretor da Escola eram ex-integralistas e, mais curioso ainda, inclinados-se agora para o marxismo. Apenas o Professor Vieira Pinto ainda era, antes de se tornar marxista, existencialista, com grande admiração por Sartre. Finalmente devo mencionar o Professor de História do Brasil, Nelson Werneck Sodré, mas suas aulas somente começaram já no fim do primeiro semestre e no segundo eu já estava em S. Paulo. Mas nunca podia ouvir as suas aulas pois ele tinha um estranho modo de falar, suas palavras pausadas parece que vinham envolvidas em esporíferos e, ao fim de dez minutos, eu já estava dormindo.

Aos poucos, fui verificando que, em matéria de Economia Política, no que se referia aos problemas brasileiros, eu estava simplesmente perdendo tempo, pois o que ensinavam era totalmente contrário aos meus pontos de vista. Por exemplo, não tomavam conhecimento da reforma agrária, problema que para eles, para o ISEB, não existia. Adotavam ainda, em relação ao Nordeste, uma estranha filosofia: desenvolver o desenvolvido, o que significava lançar todas as forças e todos os investimentos no Sul, onde já havia um processo de desenvolvimento intensivo — o que era moda na época — e abandonar o Nordeste à sua própria sorte. De lá apenas se aproveitava o elemento humano, que fornecia boa e barata mão-de-obra para as indústrias do Sul. Sei que, mais tarde, mudaram essa filosofia, a ponto de apoiar a SUDENE que Juscelino, depois de muitas críticas ao seu programa de metas, acabara por adotar. Mas eu já não estava mais lá.

Enfim, não posso dizer que minha matrícula no ISEB não tivesse sido proveitosa. O almoço, por exemplo, para os alunos, custava apenas

vinte mil réis, enquanto em qualquer restaurante vagabundo, teria de pagar pelo menos cem.

Além disso, fiz boas amizades, principalmente com o Prof. Debrun. E, mais ainda, fiquei sabendo que, em matéria de economia política, eu era menos ignorante do que pensava. Também em matéria de sociologia, aprendi muita coisa, pois nunca me havia aprofundado nesse assunto, por falta de tempo e de interesse.

Eu já estava até mesmo preparando material para escrever e defender uma tese, que me daria um título de doutor, ou coisa parecida, trabalho que mais tarde aproveitei para uma segunda edição brasileira de Sociologia do Materialismo. Mas o homem põe e as finanças dispõem. Não pude voltar ao ISEB no segundo semestre, pois havia arranjado um bom emprego em S. Paulo.

* * *

Creio que foi em fins de 1957 que o CN do PCB se reuniu para afinal atender às pressões que vinham das bases. Essa reunião, mais ou menos histórica, nas suas intenções, eliminou do **Presidium** alguns dos elementos mais responsáveis pela situação de descalabro a que havia chegado o Partido: Arruda, Grabois, Amazonas, Pomar e mais uns poucos. Quase todos, excetuando o Arruda, que a partir daí se aposentou politicamente, se reuniram mais tarde num grupo contra o Partido, para, dois anos depois, quando o PCB mudou seu nome de Partido Comunista do Brasil, para Partido Comunista Brasileiro, eles fundaram outro com o primitivo nome (do Brasil...) apoiando a **linha chinesa**. Mas isso é outra história. Na ocasião a eliminação daqueles camaradas do **Presidium** deu a muitos militantes a ilusão de que "agora as coisas iam mudar". E muitos deles começaram a voltar enquanto outros, simplesmente, suspenderam seus projetos de desligamento na esperança de que afinal o Partido seguiria o novo caminho da recuperação.

Em princípios do ano de 58, o Guedes me convidou para uma reunião, a que estavam presentes cerca de dez camaradas, todos fiéis membros do Partido, e alguns mesmo membros do CN ou suplentes. A mim me pareceu um claro "ato de indisciplina e fraccionismo", o maior dos crimes de um membro do Partido, pois que afeta a sua "unidade monolítica". Era uma luta aberta contra o CN. Mas estava certo de que, nas circunstâncias, era uma rebeldia salutar, uma tentativa de encontrar uma solução ao impasse a que o Partido havia chegado, de desorganização interna, e desmoralização perante as massas.

O objetivo da reunião era mesmo o de procurar fazer pressão sobre o CN, no sentido de conseguir que o mesmo entrasse afinal nos eixos e voltasse a ser o "Partido de Prestes e Lenine", conforme disse um dos presentes. Na verdade eu já estava farto de tentar consertar o Partido. Para mim ele já não passava de um sapato velho, muito velho, e os

remendos não o melhorariam: era preciso comprar um novo. Mas assim mesmo estive presente e escutei o que se dizia, a dor de muitos, o desencanto mal disfarçado de outros, a tristeza geral. Decidi colaborar.

Foi marcada nova reunião para que os problemas postos na mesa na primeira, fossem afinal encarados e encontrada uma solução para eles. No fim, resolvemos que seria elaborada uma carta ao CN contendo o resumo das discussões. E eu o Alberto Passos ficamos encarregados de elaborar essa carta e submetê-la a discussão em um próximo encontro. Cheguei a escrever esse projeto de carta, para submetê-lo a uma primeira discussão com o Alberto Passos. Mas quando o procurei ele já tinha feito outra com o mesmo objetivo. Levei a dele para ler em casa enquanto ele levava a minha, para fazer o mesmo. Aconteceu entretanto que não pude concordar com o projeto que ele havia feito, por me parecer demasiado literário e sobretudo tímido. Ele, obviamente, não concordou com o meu. Esperamos pois uma nova reunião para resolver o assunto.

Todavia, essa terceira reunião jamais se realizou. Não sei por quais manobras, ou por que motivos, a maioria dos camaradas que participaram daquelas reuniões, ficaram com medo, ou pensaram duas vezes, e acabaram voltando ao Partido. Preferiram que tudo continuasse como estava, ou talvez pensassem que poderiam dar algum outro jeito. Do meu lado, larguei-os de mão.

* * *

No mês de maio, encerrada minha última tentativa de intervir nos acontecimentos e na linha do Partido, apareceu-me uma oportunidade de emprego. Fui procurar o Laboratório Lutécia onde, segundo me haviam informado, precisavam de um gerente para a filial de S. Paulo. O emprego me convinha por vários motivos, o primeiro dos quais era o bom ordenado oferecido. Além disso gostaria de voltar a S. Paulo para ver meus filhos. Foi em junho que afinal se decidiu minha admissão na empresa. É verdade que eu fora avisado por alguns amigos que trabalhavam no ramo, ser muito difícil trabalhar nesse Laboratório, pertencente a um francês, porque lá dentro funcionava um regime militar e que os gerentes de S. Paulo, nunca duravam mais de dois meses. Mas não me importei com isso. Minha situação era insustentável. Eram precisos anos e anos para formar uma clínica. Eu estava com 50 anos e não podia esperar muito. Além disso eu havia resolvido tornar a casar, pois não me dava bem com o isolamento em que vivia. E poderia fazê-lo, desde que conseguisse um emprego, um meio de vida razoável. A 1.º de julho assumi o emprego, para um estágio de um mês, no Rio. Em agosto eu deveria embarcar para S. Paulo e começar a trabalhar. As condições me serviam.

No dia seguinte mesmo, já aceito no emprego, pedi a Enny para casar comigo, no Uruguai. Falamos aos pais dela, que já me conheciam havia muito, e concordaram. A demora seria apenas a do tempo que

eu levaria para me instalar em S. Paulo. Com essa decisão, embrulhei minhas roupas, os livros que restavam e embarquei. Enny sempre fora para mim um estímulo. Mesmo vivendo longe um do outro, nos momentos de depressão sempre havia encontrado de sua parte compreensão e ajuda moral. Ela me ajudaria mais ainda, agora, nessa nova fase de minha vida, em que iria entrar.

A partir desse momento, em que eu rompia definitivamente com todo o passado, senti-me um homem livre. Houve um momento, num passado não muito remoto, em que, na minha busca por algo, já não sabia mais o que procurava. Eu me encontrava, sentia-me, como que preso por minhas próprias idéias. Era um prisioneiro de mim mesmo, como um peru a girar dentro de um círculo de giz que eu próprio havia traçado. Virava-me para cá e para lá, e não ousava transpor o círculo. Mas agora estava transposto. E eu estava livre. E, sobretudo, já sabia o que queria. Tinha um emprego razoável, iria para S. Paulo, renunciaria a quaisquer novos contatos com o Partido que, sem o querer, eu mesmo procurava, e jogava afinal, no lixo, as pretensiosas idéias de formar um novo Partido ou mesmo de simplesmente tentar transformar o que já existia. E trataria de estudar, pensar, escrever. Eu tinha, havia muito tempo, uma porção de idéias na cabeça, e, enquanto não as pusesse no papel, não poderia continuar vivendo. Agora a oportunidade surgira e eu não a perderia.

Faziam agora 32 anos, **record** não muito encontrado no Brasil, desde que, naquele longínquo ano de 1926 eu havia assinado a papeleta de inscrição no Partido. Durante esses 32 anos, estava certo disso, eu fizera o que estava nas minhas forças e na minha capacidade intelectual, para criar um Partido forte, com influência sobre as massas, ligado ao povo, e capaz de assumir o poder no momento preciso. Acreditava sinceramente estar ajudando o Brasil e o povo brasileiro a superar essa fase de sua história, libertar-se do estado de subdesenvolvimento em que vivia. Nunca procurara vantagens pessoais. Houve momentos em que qualquer pessoa normal já teria abandonado o Partido para tratar de seus interesses. Fui humilhado muitas vezes, pelos meus próprios "camaradas", não desejei cargos, não pleiteei passeios à URSS ou à China, trabalhei com o mesmo entusiasmo na direção do Partido e nos cargos mais humildes de uma simples célula. É pelo menos o que eu penso.

Agora, e assim, findava melancolicamente minha carreira política de militante do PCB. Dos meus antigos companheiros, dos tempos heróicos da fundação do Partido, ninguém mais restava. Salvo Astrogildo, na ocasião doente, conformado, já com setenta anos, e que continuava no Partido por inércia, e por amor a um sonho: morrer no Partido que fundara e que tanto amara. Todavia ele estivera afastado, por forças de uma circunstância talvez irresistível, cerca de 15 anos. E eu não. Havia muito ele deixara de lutar. Ele viu seu Partido ser assaltado por um grupo de carreiristas, viu o que haviam feito dele e deixou que o

fizessem. Era eu o último, que eu sabia. Lutei, gritei, clamei, sem êxito, sem que me ouvissem. Às vezes me amarravam a boca, às vezes tapavam os próprios ouvidos, como se tivessem medo de mim ou das minhas palavras. Tenho a certeza de que lutei o quanto pude. Mas agora eu estava certo. Era o Partido de Prestes, dos novos, que ascendiam à direção formados numa escola de confusão, de oportunismo, de carreirismo. Não haveria muito que esperar deles.

E de fato assim foi, conforme todos estão vendo agora, nesse ano da graça de 1968 em que escrevo estas linhas.

TEMPO DE AFIRMAÇÃO

Cheguei a S. Paulo em meados de julho, pois não consegui suportar o período de estágio, por mais de quinze dias. Meus primeiros pensamentos se concentraram naturalmente em instalar-me num hotel e tomar posse do meu cargo de gerente. Ao fim de poucos dias, já estava integrado nas minhas atribuições. A vida começou a transcorrer tranqüila, eu procurava esquecer minhas preocupações de ordem política: era agora apenas um funcionário de uma empresa comercial ou industrial e não tinha nenhum compromisso senão trabalhar o suficiente para justificar o meu salário. Revi meus filhos, comecei a preparar um plano de estudos: Economia Política, História, Filosofia... Mas o quarto do hotel não era propício a tais planos. A luz era pouco, a mesa incômoda, e me faltavam livros ou sequer lugar para colocá-los. Mas ia levando. Seria ótimo, não fosse a diretoria da empresa não me dar uma folga, telefonando às 7 da manhã, todos os dias, para ver se eu estava no meu posto, pois às 7 começava o dia de trabalho. Era uma vigilância humilhante e incômoda. Além disso de quando em quando aparecia um dos diretores "para ver como iam as coisas". O diretor supremo era um francês com jeito de nazista que às vezes me convidava para almoçar e sempre me perguntava: "entende francês?" E eu sempre respondia: "entendo sim". Além do mais era a favor de uma "Argélia Francesa".

Mas meu emprego durou pouco. Ao fim de um mês eu já estava cheio dele e dos outros diretores e já pensava em arranjar outro emprego, o que me trouxe novamente a intranqüilidade. Falando com um amigo do Laboratório Moura Brasil, onde eu já havia trabalhado, ele me aconselhou a "não ser bobo", que eu não tardaria em ser demitido, como acontecia com todos, e que esperasse três meses: então eu seria demitido com um "aviso prévio", o que significava mais um mês de ordenado, com o qual eu me poderia manter até encontrar novo emprego.

Saiu então em fins de outubro, o 2.º volume da **História Sincera** e isso me fez esquecer os aborrecimentos do emprego (eu planejava casar no fim do ano) e me deu disposição para trabalhar em outro livro, que eu havia planejado ainda no Rio, e que me havia levado a ingressar no

ISEB: Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento. Acresce ainda que o Pedro Fanelli, diretor da Editora Fulgor, me havia pedido que escrevesse um trabalho justamente sobre o assunto: a presente conjuntura econômica e política. Mudei-me então para um apartamento perto do Largo do Arouche.

Era um apartamento muito confortável e tinha de tudo, desde os móveis e a roupa de cama e mesa, até painéis e louças, tudo em quatro. Ali poderia morar perfeitamente um casal sem gastar um tostão, e ainda receber uma visita... Ali eu poderia ler, escrever e morar mesmo depois de casado. E comecei a trabalhar no novo livro.

Em novembro, como esperava, fui demitido, com um mês de salário, de indenização. Mas, poucos dias depois, por indicação de um amigo, que me mandou a outro amigo, que me mandou a outro amigo... arranjei um emprego numa agência de publicidade, a Norton, onde iria ser redator de publicidade. Nesse tempo — e creio que ainda agora — publicidade era uma profissão privilegiada, dava prestígio, pagava bem, só que eu não entendia nada do assunto e, além do mais, não era bom redator, nem havia aprendido ainda a última (nem a penúltima) reforma ortográfica. (Aliás, não aprendi até hoje). Mas só trabalhei aí um mês, o suficiente, entretanto, para aprender alguns macetes da profissão e conhecer um tipo realmente curioso: o publicitário, ou melhor, o redator de publicidade, aquele que acredita realmente que mandando os outros beber isso e fumar aquilo, por meio de artifícios psicológicos, estava contribuindo para a grandeza do Brasil. Havia um, por sinal ilustre e respeitado na sua profissão que se gabava de uma frase genial, ao fazer a propaganda de um loteamento situado num lugar inacessível: "Vende-se um panorama, com um terreno de graça". Havia outros chamamentos geniais: Multiplique seu dinheiro, Dinheiro na gaveta não rende etc. Também eu inventei algumas fórmulas para a máquina de lavar Bendix, para o Leite Paulista, para uma pasta de polir, e nem me lembro de que mais. Se as fórmulas funcionaram, ignoro, pois que me demiti um mês depois, para casar. Em janeiro, Enny e eu embarcávamos para o Uruguai.

Em Montevidéu não resisti à tentação de visitar a sede do PC Uruguai, do qual era secretário, na ocasião, o Alberto Suarez, que em 1946 se hospedara na minha casa. Ele nos recebeu muito bem e pudemos conversar por mais de uma hora. Notei que as resoluções do XX Congresso do PCUS, que tivera tão grande significação para o mundo inteiro, e não somente para os comunistas, ainda não haviam chegado ao Uruguai. Falei-lhe todavia do que estava acontecendo no PCB, com toda a franqueza, mas ele se mostrou cético quanto às minhas informações.

A certa altura, me perguntou: "mas que acha que podemos fazer?" "Nada", lhe disse, "estamos apenas conversando, você me perguntou como ia o PCB e eu lhe estou informando". E acrescentei: "Se você sabe o que é **baluartismo** (uma expressão típica do jargão comunista e que significa atribuir a si mesmo forças, vantagens, realizações, que na reali-

dade não existem, somente para impressionar os outros), saiba que o PCB é especialista". No fim, a coisa ficou mesmo em tom de conversa amistosa, embora me tivesse parecido que ele não ficara muito satisfeito e desconfiava de minhas intenções. De qualquer modo aquela visita serviu para arranjar, ali na própria sede do Partido pessoas que me ajudaram levar à frente o processo de casamento e mesmo testemunhas, embora na hora mesmo tivéssemos de caçar na rua uma testemunha que estava faltando: conseguimos um senhor portuário, que apenas aceitou em pagamento um copo de vinho, com o qual festejamos o casamento. Aliás, de um modo geral, os uruguaios são gente muito boa, amistosa e hospitaleira.

Resolvido esse assunto, rumamos para Buenos Aires, onde nossa estadia não foi muito agradável nos primeiros dias, em virtude de uma greve geral decretada pelos 56 sindicatos, no dia em que chegamos. Não foi por nossa causa. Não havia transportes, nem restaurantes, nem cinemas. Durante três dias andamos a pé pelo centro da cidade, comendo sanduíches e refrescos, até que a greve acabou. Além disso, encontramos um amigo na pessoa de Victor Luiz Landolfi, diretor da Americalee, que havia editado meu livro **Fundamentos del Materialismo**. Ele, com toda amabilidade, nos levou a sua casa, e, em seu próprio carro, nos fez passear por toda a cidade.

Eu já conhecia Buenos Aires, de quando lá estivera em 1929, precisamente trinta anos antes. A cidade crescera muito em tamanho, tinha agora duas grandes avenidas diagonais, que tiravam um pouco a monotonia das linhas retas das ruas sempre iguais, mas tive a impressão de que sua vida, como grande metrópole que era naquele tempo, decrescia: pouca animação nas ruas, comércio decadente, lojas feias, antiquadas e com pouca freguesia. Era uma impressão de desalento. Tudo, na opinião de meu amigo Landolfi, resultado de vários anos de domínio peronista. Em compensação, a inflação completava o quadro. Em 1929 a carne era tão abundante e barata que os ricos não a comiam. Era comida de pobre. E agora a carne estava racionada, somente três vezes por semana.

Gostaria de falar com algum membro do PC argentino. Em outros tempos eu havia feito grande amizade com Codivilla e Ghioldi, que estivera no Brasil em 1935. Mas como encontrá-los, uma vez que o PC acabava de ser fechado, justamente naqueles dias de greve e não sabia como encontrar alguém conhecido? Lembrei-me de procurar a Editorial Lautaro, que era do Partido. Era uma pequena sala num sobrado. Encontramos lá duas pessoas que nos olharam com medo, como se fôssemos espíões da polícia, desconfiavam até mesmo de nosso sotaque brasileiro, ou do nosso castelhano abasileirado. Acabei comprando um livro de Gramsci, para justificar nossa presença ali.

Por fim, voltamos ao Brasil. Nosso tempo e nosso dinheiro haviam acabado.

* * *

Instalamo-nos naquele pequenino e agradável apartamento da Rua Rego Freitas e logo depois começou a batalha do emprego. Era preciso arranjar trabalho. Enny logo se empregou como secretária, com um ordenado razoável, bom para a época. Quanto a mim, a coisa foi mais difícil. Durante três meses procurei, por anúncios de jornal, alguém que precisasse de minha colaboração. Tentei no comércio, na indústria, como vendedor, mas nada havia para mim. Creio que minha idade não era de molde a inspirar confiança. Tive oportunidade de conversar com gerentes, diretores, chefes de pessoal, ora me fazia humilde, ora arrotava importância e capacidade, sem que qualquer dos métodos desse resultado. As entrevistas acabavam sempre com promessas que não se cumpriam. Outros, a maioria, nem se dava a esse trabalho. Veremos, aguarde nossas notícias, lugar já preenchido, assim eram as respostas. Uma vez atendi a um anúncio da Sears Roebuck, que se ia instalar na Água Branca. Pensei comigo: eis um negócio de que eu entendo. Havia trabalhado quinze anos nas Lojas Brasileiras, havia aprendido muitas coisas em matéria de vendas a varejo. Estava certo de que isso me abriria as portas do grande estabelecimento. Fui. Tentei entrevistar-me com o "chefe do pessoal", mas isso era impossível. O homem estava muito ocupado. Mas uma mocinha me entregou um maço de papéis para preencher com o "meu currículo" e outros dados pessoais, inclusive a cor da minha pele. O resto das folhas compreendia uma porção de contas, de somar, diminuir, multiplicar, dividir, números inteiros, frações, ordinárias e decimais, conversão de polegadas em centímetros e vice-versa... Levei mais de uma hora para terminar tudo e, ao fim, a mesma mocinha se pôs a conferir as contas de acordo com os resultados que tinha em outra folha de papel, e ia anotando sobre as operações: certo, errado, certo, errado... Havia mais contas erradas do que certas: "sinto muito" disse ela, rasgou a papelada e foi atender outro candidato. Eis como eles perdem gênios dos negócios, pensei comigo.

Todavia, aproveitei bem o tempo em que estive parado. Fiz uma revisão no livro **Fundamentos do Materialismo**, acrescentei dois capítulos, e entreguei-o à Editora Fulgor, que se dispôs a publicar o livro com o novo título de **Sociologia do Materialismo**. A seguir, terminei de escrever outro trabalho, **Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento**. Esse foi um dos meus livros de maior venda, pois uma edição de cinco mil exemplares esgotou-se em menos de um ano. No Brasil, é uma boa venda. Saiu em 1960.

Mas já estávamos em abril; desde janeiro eu lutava pelo emprego e ainda não havia arranjado nada além das promessas. Estávamos vivendo com o restinho de dinheiro que eu havia guardado e com o ordenado de Enny. Creio que já estava sendo conhecido em S. Paulo como "o homem que mais procura emprego", pois muitos conhecidos e amigos se interessaram por mim. Mas quem resolveu mesmo o problema foi o Carlito Maia, uma jóia em forma humana. De mão em mão, de amigo em amigo, pois

um me mandava para outro (Fulano pode arranjar, me diziam, despachando-me com um bilhete de apresentação), fui bater no escritório de Hugo Maia que me apresentou ao seu irmão Carlos Maia, publicitário muito conhecido. Ele me informou que no jornal **O Tempo**, que acabava de sair, talvez pudesse arranjar um emprego pois precisava de um gerente. Apresentei-me e fui aceito na hora.

Ao fim de uma semana de trabalho, percebi que o jornal vivia de pura picaretagem e recebia uma ajuda da embaixada de Portugal, para defender a política colonialista de Salazar. Dinheiro mesmo, não se via ali. Todo mundo trabalhava com má vontade, pois não recebiam ordenado. Só vales, de quando em quando. Pedi demissão. Pois o que me interessava, não era o trabalho, mas o salário. Mas o diretor do jornal convenceu-me a não me impacientar, que tudo ia bem, que estavam contentes com o meu trabalho... Provavelmente porque eu nada fizera até então. Voltei pois ao "trabalho", por mais uma semana e por fim fui embora sem mesmo me despedir. Não cheguei a ver a cor do dinheiro. Ou talvez tivesse visto e não reconheceria: tanto tempo fazia que não o via.

Pouco depois encontrei novamente o Carlito Maia, que já tinha outro emprego para mim. Iria ser gerente de uma empresa que construía clubes de campo e vendia títulos de propriedade: Santapaula Melhoramentos. Seria para mim uma nova experiência. Um bom ordenado, para fazer... não sei o que. O dono da empresa, Adelino Boralli, era ainda relativamente jovem, mas habilíssimo nos negócios e, particularmente, excelente pessoa. Se não fiquei mais tempo no emprego, foi por minha causa, porque não me conseguira enquadrar naquele tipo de atividade. Durante muito tempo, a maior parte do tempo, eu tinha de tratar com corretores e se há gente esperta e "perigosa" no mundo, são os corretores. De outro lado, não seriam corretores. O Adelino me fizera, de início, uma observação ou recomendação: não creia em nada do que eles dizem. De outra vez me confessou: mentira de corretor não é mentira, é argumento. Fiquei sabendo.

Mas ao fim de três meses, apesar da boa vontade do Adelino, e de outro diretor, o Latini, excelente pessoa e bom amigo, não podia mais continuar. Tive de pedir demissão. Mas aprendera alguma coisa no ramo, o que me facilitou encontrar logo um novo emprego, no Arujá Country Club, como sub-chefe de vendas. Aí fiquei cerca de seis meses e ganhei um bom dinheiro, que me permitiu mudar-nos para um apartamento maior, onde moramos ainda hoje.

É verdade que todos os domingos e feriados (dias de grandes vendas), sem exceção, tínhamos de ir a Arujá, atender clientes e dirigir as atividades dos corretores que, sem a minha presença, disputariam os clientes a tiros, e isso era o mesmo que trabalhar os sete dias da semana. Mas assim tinha de ser.

Nesse tempo eu voltara a ter relações com velhos amigos, Heitor Ferreira Lima e Tito Batini, e todas as semanas, pelo menos uma vez

por semana, almoçávamos juntos e conversávamos sobre os velhos e os novos tempos, sobre tudo e sobre nada. Mas, era bom estar assim entre amigos.

Também reencontrava meus filhos, e já tinha mesmo uma netinha. É bom ter uma netinha. É como um prolongamento de nossa personalidade, uma perpetuação de nossa vida, um sinal de nossa passagem pelo mundo. Mas, por outro lado, ela se me apresentava como um lembrete: a idade está chegando e você ainda não fez nada! E isso era terrível. Sei que é uma tolice, mas era assim que a coisa, às vezes, me parecia. Mas agora tudo estava bem. Tinha um bom emprego, estava bem casado, podia escrever e estudar, que mais eu podia querer? Houve um momento em minha vida em que notei que não mais sabia o que estava procurando. Mas agora eu sabia. Era tão simples: estar entre amigos, ler, escrever, quando possível, se tiver algo para dizer. E havia, e eu o diria.

* * *

Em princípios de 60 o Clube de Campo foi vendido a uma outra empresa, e fiquei mais uma vez desempregado. Mas não me foi difícil encontrar outro Clube pois, na época, eles enxameavam. Dessa vez foi o Clube de Campo do Vale do Paraíba. Só que aí fui enganado pois aceitei o emprego na base de comissões sobre títulos vendidos e estes somente começaram a vender um ou dois meses depois, porque o Clube, no momento, só existia na cabeça do proprietário, um húngaro imigrado. E isso desequilibrou minhas finanças.

Aí o trabalho era mais ou menos o mesmo: conseguir um grupo de corretores, mostrar-lhes o clube — o que ele **iria ser** — e dizer-lhes como deviam fazer para empurrar os títulos de propriedade, em um lugar tão longe, como 65 quilômetros de S. Paulo, Jacareí, o que não era nada fácil. Além dos domingos e feriados, eu tinha de ir pelo menos duas vezes por semana a Jacareí e S. José dos Campos, para ver como iam as obras e conseguir corretores e representantes locais e eventualmente vender alguns títulos. Essas viagens, por demais cansativas, me estragavam o dia, principalmente aos domingos. Quando não havia corretores presentes eu mesmo tinha de atender os prováveis compradores, a classe média dessas cidades, pessoas ansiosas de ascensão social, e que faziam caras céticas toda a vez que eu lhes falava sobre o que nosso clube **iria ser**, quando algum dia ficasse pronto. Alguns acreditavam, outros não. Por fim, o clube se foi enchendo de húngaros e italianos, ou seus descendentes, as classes média e rica de Jacareí, até que eu por minha vez também me enchi... de clubes, de corretores, de clientes, que para se mostrarem sabidos, não acreditavam em nada do que eu dizia, e até mesmo, do proprietário. Eu tinha de largar aquele emprego.

Nessa ocasião já estava funcionando a pleno vapor a Editora Autores Reunidos, constituída por Tito Batini, Marcos Rey, Mario Donato e

Hernani Donato. Quem dirigia era o Batini, pois os demais tinham suas ocupações. Ofereci meus préstimos ao Tito, para trabalhar sem ordenado e somente à base de comissões sobre livros que eu escolhesse para editar. Um desses foi uma coletânea de poesias religiosas (sobre o Natal) que o Jamil Almansur Haddad havia traduzido (eram de autores de várias nacionalidades) aliás, excelentes traduções, as quais reuni num livro que se chamou **Noite Santa**.

Tito, que sempre foi um bom sujeito, querendo ser-me útil, concordou.

Assim, larguei o Clube e fui para a Editora. Entre os livros que eu pensava editar, havia o plano de uma coleção que chamei de História Viva, a qual constaria de uma espécie de depoimentos de personagens da história recente do Brasil, uma espécie de memórias, nas quais os autores narrariam os acontecimentos ligados à sua pessoa e relacionados com a História do Brasil de nossos dias. Fiz uma longa lista, na qual se incluíam os nomes de Prestes, Julio de Mesquita Filho, Café Filho, Carlos Cavalcanti, de Pernambuco mas residindo agora no Rio, Paulo Duarte e alguns outros. Falei pessoalmente com todos eles, exceto Luis Carlos Prestes, a quem escrevi uma carta em nome da Editora. Prestes respondeu-me, ou melhor, à Editora, que sentia muito mas não tinha tempo. Os demais, alguns prometeram estudar o assunto, outros se esquivaram sob vários pretextos. Todas as pessoas procuradas me atenderam muito bem, exceto Julio de Mesquita Filho, que me recebeu de pé, não me permitiu sentar e, durante todo o tempo que falava, olhava para outro lugar, como se minha presença plebéia lhe fizesse mal. Carlos Cavalcanti me mostrou parte da imensa papelada acumulada por mais de trinta anos, e me disse que, somente para pô-la em ordem levaria pelo menos dois anos. "Não faz mal", eu lhe disse, "nós esperamos". Café Filho estava, na ocasião, de saúde um pouco melhor do que nos trágicos dias de novembro de 55, e trabalhava — é um modo de dizer — em uma empresa imobiliária pertencente a amigos seus. Todos o chamavam de Presidente e eu o chamava de **Senhor** Café Filho. Talvez isso tenha influenciado, de certo modo, a não-aceitação do meu convite, embora a idéia o entusiasmasse. O fato é que tanto Carlos Cavalcanti como Café Filho, anos depois, apresentaram livros com suas memórias e não ousou certamente dizer que o fizeram sob minha influência, como o fizeram mais tarde Astrogildo e Agildo Barata. Mas com estes últimos somente iria conversar mais tarde, quando já estabelecido com minha própria editora, a Edaglit.

Enfim, a coisa ia mal. Enquanto os meus consultados pensavam, Batini sugeriu outra coleção, de livros para adolescentes: **Homens que Fizeram o Brasil**, na qual seriam biografados, um livro para cada nome, algumas das figuras mais importantes ou sugestivas da História do Brasil. Convidei o Hernani Donato, o Prof. Haddock Lobo, Camilo de Oliveira Torres, Afonso Schmidt, Santos Moraes e vários outros, os quais não

somente concordaram como se puseram imediatamente ao trabalho. Era uma série grande, e já tínhamos engajado pelo menos dez autores com dez figuras históricas. Infelizmente a Autores Reunidos não se agüentou muito tempo, suas condições econômicas e financeiras se foram tornando deficitárias e, por fim, fiquei com a "cara deste tamanho" perante as pessoas convidadas a escrever, pois não me foi possível publicar qualquer delas. A gráfica se recusava a imprimir os livros por falta de crédito da editora. A maioria dos autores contratados, entretanto, conseguiu publicar seus livros por outras editoras, como o Afonso Schmidt, o Hernani e outros.

Todavia, o fracasso definitivo somente surgiu muito depois. Naquele momento, tudo parecia deslizar sobre um mar sereno e, enquanto alguns pensavam e outros escreviam eu estava sem ter o que fazer.

Com minha entrada na editora, mudei de ambiente, sem querer, e entrei em contato com muitas pessoas que não conhecia ou que há muito eu havia perdido de vista, pois uma editora é sempre um ponto de convergência ou de concentrações de escritores ou futuros escritores que desejam fazer amizade com editores. Entre essas pessoas, havia sempre comunistas e, sobretudo, ex-comunistas. Estes eram, aliás, encontrados em toda a parte. Creio que o Brasil é a maior concentração mundial de ex-comunistas. Por vezes eu tinha a impressão de que metade da população brasileira adulta já havia pertencido ao PCB. De qualquer modo, por meio dessas pessoas, tomei novamente, sem pretendê-lo, contato com o Partido, ou melhor, com sua imprensa clandestina. Desde 1958, fazia uns três anos, quando saíra do Rio, eu não sabia mais o que ele fazia ou pensava.

Findava o governo de Juscelino e aproximavam-se novas eleições para a presidência da República. Já se apresentavam os candidatos e a disputa maior deveria ser entre Janio e o Marechal Lott.

Com a efervescência política que então renascia, comecei a ler a imprensa do Partido, agora limitada a um pequeno tablóide semanal **Novos Rumos**, que fora antes uma revista da JC. Aí tomei conhecimento da preparação de um novo Congresso. O jornalzinho publicava algumas "teses para discussão". Agora, segundo se depreendia do jornal, o líder teórico era Jacob Gorender e os antigos pequenos "stalins": Grabois, Amazonas, Pomar e outros, estavam na oposição. Havia sido excluídos do **Presidium**, depois do CN, mas ainda não haviam sido expulsos do Partido. Assim, também eles, tinham direito de discutir as teses. Li algumas delas. Irritou-me ver que o Gorender procurasse contestar as teses do Grabois, com as quais eu aliás não concordava, utilizando-se de presumíveis erros de português, de natureza gramatical. Isso, num partido operário era o cúmulo da má fé. De qualquer modo, resolvi dar "minha contribuição", mandando-lhes um exemplar do meu livro **Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento**, e acusando ao mesmo tempo a direção do Partido, de estar imbuído de uma ideologia pequeno-burguesa incurável e,

desse modo, o que quer que pensasse ou fizesse, partiria de um erro de origem: nunca estaria do lado dos interesses do proletariado. A essa carta responderam pelas colunas do seu jornal, que minha carta não podia ser publicada por "não estar de acordo com as condições exigidas pelo jornal". Não me surpreendi, senão com o fato de me haverem respondido. Depois disso esqueci o assunto.

Alguns amigos e conhecidos meus começaram a trabalhar pela candidatura Lott, mas eu já estava farto de política, sobretudo dessa política de província que se orientava pelas simpatias pessoais, ou pelos interesses pecuniários. Na verdade, não havia escolha. Ou Janio, ou Lott ou... Ademar de Barros. A opção Lott me parecia inevitável, por exclusão. O PCB estava de início pensando em votar em Ademar, com o qual havia iniciado conversações por intermédio de dois antigos militantes — médicos — que se haviam especializado nessa espécie de conversações. Tudo, ao que parecia, girava em torno de dinheiro. Ademar acenava ao PCB com alguns milhões, para que este o apoiasse. Como houvesse certa resistência nas bases do Partido, e alguns militantes ameaçassem retirar-se, resolveu a direção fazer uma espécie de plebiscito interno. Para a eleição de Juscelino, já houvera uma tentativa de rebelião, como, antes dele, quando o PCB mandara votar em branco e os membros do Partido votaram em Getúlio. Cansado de perder, havia a direção optado por Juscelino, nas eleições seguintes, para ganhar na certa, muito embora, durante toda a campanha o tivesse acusado de ser agente do imperialismo. Parecia agora que o problema não era ganhar ou perder, mas, sim, conseguir dinheiro, vender o apoio. E Ademar oferecia uma boa importância. Mas a rebelião dentro do Partido foi grande e o CN teve de recuar, desistindo de Ademar e mandando votar em Lott, que, aliás, repudiara o apoio. Mas, que fazer? Era preciso votar em alguém e então que se votasse no "menos ruim". E esse era Lott, um bom sujeito mas um péssimo candidato.

Durante todo esse resto de 1960 nada mais fiz senão freqüentar a editora, conversar com amigos, ler sem nenhum compromisso e pensar em nada. A cabeça não funcionava e eu não tinha nenhum projeto concreto. Meu único objetivo era, no momento, equilibrar minhas finanças. Nós vivíamos em parte com o salário de minha mulher e das comissões parceladas que recebia dos dois últimos clubes em que havia trabalhado, comissões que se iriam prolongar ainda por uns dois anos, e que a inflação ia devorando.

Essa intransigência era todavia compensada pela compreensão e pela dedicação de minha mulher e pelo prazer de ter um pequeno grupo de amigos com os quais podia conversar, durante o dia, na hora de tomar um cafezinho, uma batida ou um bom chope.

Vocês devem ter notado minha preocupação pelos amigos e por "ter com quem conversar". Mas isso é natural, pois jamais tive essa possibilidade. Durante muitos anos, meus amigos eram apenas os membros

do Partido, com os quais a conversa era uma só. E você não podia sentar com um camarada na mesa de um bar e conversar sobre um livro ou sobre uma fita de cinema. Os comunistas somente falam de coisas sérias! Eis que agora eu podia fazer isso: sentar num bar, tomar um chope com salgadinho, ou uma caipirinha, e comentar até mesmo a vitória do Corinthians, ou do Palmeiras, sem que ninguém me acusasse de pequeno-burguês. Mas vocês, os que lêem, que nunca foram do PCB, não podem avaliar isso, o bem que isso faz. É claro que se a pessoa nunca fez outra coisa na vida senão comentar a vitória ou a derrota do Corinthians, ele embrutece. Mas se você passou parte de sua vida tratando de "coisas sérias", então falar sobre isso chega a ser uma espécie de lavagem cerebral. Você refresca o espírito.

* * *

Mas algo havia mudado em mim, e só agora começava a percebê-lo. Havia, no meu julgamento dos homens e das coisas, mais serenidade e mais compreensão. Certas coisas, certos fatos, que tinham o dom de me irritar, como a lembrança do passado ainda recente, as circunstâncias que haviam rodeado a minha quase falência com a fábrica de brinquedos, o tratamento que o Partido me havia dispensado e o péssimo comportamento de alguns camaradas da direção do Partido, a luta para encontrar um emprego e a visível imbecilidade dos diretores e subdiretores que me atendiam e diziam **não**, todas essas coisas se me afiguravam agora como histórias acontecidas com outras pessoas e por vezes até achava graça. Eu havia readquirido meu equilíbrio emocional, que sempre fora meu apanágio. E isso se devia, sem dúvida, à presença de Enny. Meu novo casamento estava sendo um êxito, e assim devia continuar. Eu encontrava em casa a necessária calma para refletir e encarar as coisas e os homens com mais objetividade. E sua família, seus pais, suas irmãs, tão unidos, me acolheram em seu seio com amor e carinho.

Até havia pouco tempo, falar no PCB e em certos camaradas, tinha o poder de me irritar, inflamar, levar à discussão. Era capaz de falar horas e horas sobre esses temas, sem cansar, sem jamais esgotar o assunto, bastando ser provocado. Agora eu já encarava as coisas com mais frieza, não aceitava provocações, não me inflamava e, por vezes, nem discutia. Era como se fosse assunto de outro planeta, ou uma história de ficção. Houve um tempo, e não muito longínquo, em que alguns fatos de minha vida se haviam transformado em tragédia. Minha vida havia sido um fracasso, eu fracassara na medicina, no comércio, na indústria e, sobretudo, na atividade política, e me julgava um incapaz, um imprestável, e me lamentava em segredo. Eis que agora posso enfrentar essas lembranças com a tranqüilidade necessária, e mesmo analisá-las, com um sorriso nos lábios. E quando pensava que tudo estava perdido, eis que

renasceram as esperanças. E quando eu pensava que estava esgotado, eis que surgem novas forças.

Em fins do ano de 1960, a idéia de formar uma nova organização política, um novo partido, capaz de substituir o PCB, que havia fracassado na sua missão, começa a ressurgir. Não sabia ainda que espécie de Partido seria. Sabia apenas que tinha de ser, obviamente, bem diferente daquele que então existia. Comecei com alguns amigos e conhecidos, simpatizantes ou ex-membros do PCB, que ainda sonhavam em "fazer alguma coisa". Várias reuniões preliminares se realizaram em minha casa, onde esse problema era discutido. A maior parte desses amigos encarava o assunto com interesse, mas como sendo uma coisa "que outros deviam fazer". Eles estavam por demais ocupados e... cansados. Agora tinham um emprego regular, escreviam e... liam jornais. Torciam por Fidel Castro, condenavam a invasão da Hungria, apoiavam a candidatura Lott contra Janio... e nada mais. Era, em muitos casos, a idade que pesava... A mocidade, o ardor juvenil, se fora.

De cada vez, eram outros amigos ou conhecidos que apareciam nas reuniões e a cada reunião, ouvindo uns e outros, meu objetivo se tornava mais claro e a idéia de uma nova organização, se me parecia cada vez mais difícil, por outro lado, me dava uma visão mais nítida do que deveria ser um **novo Partido para o Brasil**. Passei a acreditar que, nas circunstâncias presentes, o objetivo inicial deveria ser a criação de uma organização por cima das classes sociais. Não devia ser um **partido do proletariado**, nem das classes médias, mas um organismo nacionalista e popular que pudesse interessar a maioria do povo brasileiro, em torno de problemas comuns: a luta contra o imperialismo, pela independência nacional, a luta pela transformação da estrutura arcaica do País, com a destruição dos latifúndios e dos restos feudais, um governo popular de coalizão... A conscientização do povo, sua integração na luta política... Não falar em socialismo nem, muito menos, em comunismo. Nem mesmo em **esquerda**, nem mesmo em nacionalismo, palavras que se haviam desgastado na luta política desses últimos anos. E, sobretudo, aprender a escrever e a falar, **usando uma nova linguagem**, para evitar os jargões e os lugares comuns dos comunistas, dos quais o povo estava cansado e nos quais não mais acreditava. Era preciso encontrar essa nova linguagem, mas nunca a encontraria no meio dos ex-comunistas.

Sempre fui um **organizador**, nunca um **agitador**. Dêem-me dez pessoas e eu as organizo. Nunca seria capaz, por mim mesmo, de conseguir essas dez pessoas. Esse era o meu principal defeito, segundo eu mesmo pensava.

Mas um dia encontrei essas dez pessoas. Dez que eram mais ou menos umas quinze. E vinham de várias áreas. Eram operários, alguns jornalistas, médicos, funcionários públicos. A maioria, infelizmente, ex-membros do Partido, do PCB. Mas esse era o material de que eu dispunha.

Depois de muitas reuniões decidimos afinal criar essa nova organização, do tipo que eu propunha. Era o princípio de 1961. E então aconteceu que fui convidado a visitar a Iugoslávia e estudar "o caminho iugoslavo do socialismo", à base da autogestão das empresas, e tudo ficou adiado para a minha volta. Enquanto isso, na base de uma espécie de **declaração de princípios** (eu ficara especialista nessa matéria de declaração de princípios), os companheiros iriam procurando novos adeptos.

* * *

Esse convite para visitar a Iugoslávia me surpreendeu tanto quanto a algumas pessoas que me conheciam mal. Quem era eu para receber tal convite? Um ex-militante do PCB — e havia dezenas de milhares deles —, um escritor pouco conhecido, autor de meia dúzia de livros, não era professor de nada, não exercia nenhum cargo oficial, não era jornalista nem político militante, e meu nome era mais ou menos desconhecido, dado que sempre exercera atividades mais ou menos obscuras ou desconhecidas do grande público, e por isso eu nunca era citado.

Mas eu tinha por trás de mim, algo que para eles, os que me convidavam, possuía muito mais valor: trinta anos de militância comunista. A história desse convite remontava a três ou quatro anos, mais precisamente de 1957, quando saiu o 1.º volume de minha **História Sincera**. Nessa ocasião, distribuindo alguns exemplares da obra entre uns poucos amigos, lembrei-me de oferecer um ao embaixador iugoslavo, o primeiro país a se libertar do stalinismo e a procurar seu próprio caminho, uma posição que eu havia defendido, pouco depois da guerra, ainda que timidamente. Era uma forma de homenagear Tito e sua política.

Procurei na embaixada o adido cultural, a fim de lhe fazer a oferta. Mas o adido cultural, na ocasião, era na realidade o conselheiro da embaixada, cargo que fica apenas abaixo do embaixador. Desse primeiro contato, quando a Iugoslávia estava ansiosa por encontrar amigos, resultou uma grande amizade entre mim e o conselheiro, Lazar Udovitek. Era um homem simpático, de uns 45 anos, que falava francês e espanhol, língua essa aprendida ainda na Espanha, em 1937 e 38, quando lutava na Brigada Internacional contra Franco. Quando em 1958 me transferi para S. Paulo, Lazar pediu-me que não deixasse de entrar em contato com o Cônsul Geral de S. Paulo, cuja personalidade enalteceu. E de fato, alguns meses depois de me instalar na cidade, fui procurá-lo. Era o Sr. Brank Grubitch. E com ele fiz igualmente boa amizade. Ele me convidou a jantar em sua casa, assim como veio várias vezes à nossa. Sempre o acompanhava o seu primeiro secretário, Nicola Magdic, um jovem de pouco mais de trinta anos, muito inteligente. Nossas conversas giravam naturalmente em torno da Iugoslávia e do Brasil. Por várias vezes me pediu que interpretasse para ele certos acontecimentos políticos do Brasil e eu às vezes o fazia por escrito. Era como se fosse um artigo para algum

jornal. De qualquer modo, tivessem ou não valor, ele aceitava essas interpretações ou explicações como sendo exatas ou perfeitas e bastante lógicas.

Eis pois que um dia, em fevereiro ou março de 1961, me faz o convite para conhecer o seu país, onde eu poderia permanecer, com minha mulher, um ou dois meses, tudo por conta deles. É claro que aceitei o convite, apenas com duas ressalvas. A primeira era a de que esse convite ficava condicionado à possibilidade de conseguir dinheiro para a viagem e a segunda, que eu escreveria provavelmente um livro sobre a viagem com inteira independência. Ele achou justo. Infelizmente não tinha verba para pagar a minha passagem. Mas eu arranjaría.

De fato, consegui o dinheiro em várias fontes: liquidei por metade do seu valor, os créditos que eu ainda tinha nos Clubes de Campo em que havia trabalhado, e que me eram pagos mensalmente (sobra de comissões). Ainda levaria um ano para se esgotarem. Assim, por metade do valor, valia a pena. Meus irmãos me emprestaram uma certa importância, e o Josimar Moreira, diretor de **Última Hora**, um bom amigo, adiantou-me uma importância em troca de alguns artigos que eu deveria escrever para o seu jornal. Mais um pequeno empréstimo de um amigo e arranjamos o suficiente para uma viagem de terceira classe.

Na realidade minha única dificuldade foi conseguir passaporte. Pois na polícia de S. Paulo, eu estava identificado com nada menos de três nomes: João Machado, Joaquim Trindade e o meu nome verdadeiro. Além disso, havia um processo contra mim, já arquivado, mas a polícia de S. Paulo não tinha conhecimento disso. Esse processo se originara do fato de que a Editorial Vitória, em 1950, mais ou menos, quando eu já não era mais gerente, havia publicado um livro de Jorge Amado, de nome **O Mundo da Paz**. Ao fim de dois meses, depois de andar de repartição em repartição, acabaram me dando o passaporte. Mas eu ficara com medo de que não pudesse viajar.

Foi uma viagem inesquecível, tanto para mim como para minha mulher, que ia à Europa pela primeira vez, e aprendi como viajar com pouco dinheiro, indo a hotéis baratos e viajando de trem em segunda classe, sempre que não havia terceira, e comendo sempre que possível. Mas foi divertido. E sumamente instrutivo.

Gênova, Milão, Belgrado. Já narrei essa viagem em um livro que publiquei pouco depois de minha volta: **No Estranho País dos Iugoslavos**. Estivemos cerca de um mês nesse belo país, que percorremos quase todo, visitando suas principais cidades, além de Belgrado. Somente nesta cidade fiz uma pequena palestra, a um grupo de interessados das cúpulas de alguns órgãos administrativos, sobre a situação sindical no Brasil e os movimentos de esquerda. Escrevi a palestra em francês, mas na hora me pediram que falasse em espanhol, o que fiz, traduzindo à medida que ia lendo as minhas notas. E o mais interessante é que entenderam tudo. Ninguém falava português, mas espanhol, quase todo mundo!

Visitamos depois a Romênia, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e procurávamos captar o que fosse de típico e interessante em cada um desses países, embora muito poucas cidades tivéssemos visto fora as capitais. Na Romênia e na Hungria fomos hospedados oficialmente, em parte porque se tratava dos primeiros brasileiros a visitarem o país, depois que Jânio Quadros acabara de reatar as relações diplomáticas com os mesmos. E isso, sobretudo, nos fez economizar algum dinheiro, permitindo-nos uma estada em Paris, enquanto esperávamos o navio que devíamos tomar no Havre.

Entre as pessoas amáveis que conhecemos nessa viagem, quero destacar, num preito de homenagem e agradecimento, a Nádia, nossa intérprete na Romênia, as poetisas Myra Alexkovitch e Desanka Maximovitch, da Iugoslávia, ambas apaixonadas pelo Brasil, que somente conheciam de fotografias. E o professor romeno Nicolai Philipovitch, que traduzira para o romeno um livro de Origenes Lessa e do romeno para o português, alguns livros, um dos quais pensou-se em editar no Brasil.

Pouco antes de tomar o navio no Havre, lemos nos jornais que Janio renunciara e um grupo de militares estava impedindo a posse de João Goulart, muitas prisões etc. Quando chegamos ao Rio fomos informados que alguém nos estava esperando, e já subira a bordo. É a polícia, pensei. Mas eram apenas dois jornalistas. Queriam saber algo de minha viagem. Um deles era do **Globo** e procurou torcer as perguntas e respostas para que eu fizesse declarações anticomunistas. Para azar dele, não consegui, pois eu procurei driblá-lo do mesmo modo. A partir desse momento, se desinteressaram por mim.

Chegamos de volta ao Brasil nos primeiros dias de setembro, com dez francos no bolso, o suficiente para pagar a viagem de táxi do porto até a casa dos meus sogros. E depois, a volta a São Paulo, onde nos esperava muito trabalho.

* * *

A Editora Autores Reunidos não se encontrava em boas condições financeiras e não me podia pagar qualquer espécie de salário. Por esse motivo tratei de fundar minha própria editora, a que dei o nome de Edaglit, sigla que tirei do seu nome comercial, Editora e Agência Literária. Essa agência literária que tentei criar se deve ao fato de que eu havia recebido representação das casas editoras de Bucarest, Budapest e Varsóvia, para conseguir a tradução e edição de obras de autores daqueles países, principalmente literatura e obras técnicas ou científicas. Infelizmente não encontrei quem se interessasse por essas obras, embora a obra literária da Romênia, a da Hungria, da Iugoslávia esteja entre as mais ricas e belas de Europa, pelo menos para o meu gosto.

Mas eu queria que minha editora se especializasse em obras sobre a História do Brasil, particularmente do período republicano, tão pouco

conhecido e mal estudado entre nós. Entre as primeiras obras publicadas estava a 2.^a edição dos dois primeiros volumes da **História Sincera**, já publicados pela S. José. Ao mesmo tempo, comecei a preparar o 3.^o volume, que ficou pronto no fim desse ano de 1961 e saiu nos primeiros meses do ano seguinte. Lancei também **No Estranho País dos Iugoslavos**, trabalho que havia sido escrito, aliás, no navio, durante a viagem de volta e que aqui me limitei a arrumar e corrigir. Não sei por que Josimar não publicou em **Última Hora**, o material que lhe trouxe. Alguém me disse que havia "injunções políticas". De qualquer modo, não me pediu o dinheiro de volta, que me havia pago antecipadamente.

Ao mesmo tempo, ainda nesse ano de 1961, tornei a encontrar os meus companheiros, para levar avante o nosso projeto de uma nova organização política, que havíamos iniciado antes de minha viagem.

Não vou relatar aqui as inúmeras discussões e reuniões, que tivemos, todos na minha casa, para debater programas e projetos, mas darei as conclusões: seria uma organização legal, devidamente registrada como sociedade civil, com estatutos e tudo mais. Seu nome, depois de muitos debates, se firmou em **Movimento Unitário do Povo Brasileiro**. Publicamos o programa, em forma de volante, que tratamos de distribuir pela imprensa, a qual, aliás, não se interessou pelo assunto. Devo declarar que Janio havia renunciado quando nos encontrávamos ainda em Paris e, quando regressamos, Jango já estava empossado. Mas o clima de inquietação que tais acontecimentos haviam gerado, não se havia acalmado. Assim, pois, acredito que as atenções estavam ainda voltadas para a política interna, a qual somente se agravaria nos meses seguintes. Não obstante, seguimos com nosso plano, elegemos uma diretoria (fui eleito Presidente do MUPB) e nos instalamos com uma sede de três salas no Edifício Martinelli, no começo de 62.

Para terminar com esse assunto, devo esclarecer que o MUPB, apesar de todas as nossas esperanças, não prosseguiu e ainda não consegui fazer uma análise bastante objetiva para compreender as razões do seu fracasso. Talvez a incapacidade dos seus dirigentes, que não conseguiram (nem tiveram meios para isso) sensibilizar a opinião pública, que aliás ignorou a nossa existência. Havia ainda o fato de que a massa, o povo, todas as camadas sociais, ninguém estava disposto a pensar em soluções a longo prazo, como parecia ser o caso do MUPB. Os problemas exigiam soluções imediatas. A imprensa não nos deu sequer oportunidade, sabotou-nos desde o princípio, não publicando as notícias que lhe mandávamos. O PCB fez uma pequena campanha (não precisava ser grande...) contra nós, acusando-nos de divisionistas.

Alguns companheiros operários, empregados da CMTC, agora desempregados, pois a empresa estava dispensando os que trabalhavam nos bondes, os quais estavam sendo suprimidos, foram procurar outra espécie de trabalho. Além disso, começava uma campanha eleitoral para governador do Estado, e o grupo que defendia a candidatura de José Boni-

fácio ou de Ademar, ofereciam mil cruzeiros velhos por dia aos que quisessem trabalhar nos seus Comitês Eleitorais.

O fato é que nossa pequenina organização, em vez de crescer, ficava cada vez menor. Acredito ainda que nossa mensagem não foi bem compreendida e muito menos divulgada. Foi mal explicada e/ou talvez por isso não tivesse interessado o povo. E dinheiro não tínhamos nenhum, salvo para pagar o aluguel e as prestações dos móveis. Findava o ano de 1962 e ainda não tínhamos conseguido formar um quadro estável de 50 membros. Então, depois de bem pensar, propus a dissolução do organismo e, como alternativa, minha demissão do cargo de Presidente. Apesar de toda a argumentação em contrário, apelos etc., mantive minha decisão e por fim me retirei. O MUPB durou ainda alguns meses e por fim, acabou mesmo, à míngua de membros.

Ele nascera com grandes ambições, mas não tardara em transformar-se em um pequeno grupo sectário, como já havia tantos pelo Brasil afora, com a diferença de que o nosso era legal. Mas não lhe trouxe isso melhor sorte. É verdade que tentamos romper esse sectarismo. Desejávamos participar das eleições para governador, escolhendo entre dois candidatos: Jânio, que tinha grandes simpatias dentro do nosso grupo, principalmente entre os operários e José Bonifácio. Conversamos com algumas pessoas do Partido Democrata Cristão, entramos em contato com alguns sindicatos e o secretário da Federação dos Metalúrgicos, que era nosso Secretário Sindical. Promovemos uma reunião com Jânio, o qual compareceu uma noite à minha casa, juntamente com o Brigadeiro Faria Lima e mais um pequeno grupo de amigos e assessores, a fim de que fosse submetido a uma espécie de entrevista, para que tivesse ocasião de esclarecer suas intenções, pois sua renúncia ainda estava na lembrança de todos. Nessa reunião, a que compareceram mais de vinte pessoas, como de hábito, falou muito e nada disse, o que não deixa de ser uma grande habilidade. Alguns companheiros, todavia, ficaram sensibilizados e decidiram que acompanhariam Jânio. Foi então que, para impedir a divisão de nosso grupo, decidimos que nessas eleições para governador, deixaríamos nossos companheiros com liberdade para optar de acordo com suas simpatias. Mas, com isso, estava nossa organização condenada. Chegamos a formar um bom núcleo em Brasília, mas aí, nossos companheiros, na sua maioria composta de comerciantes do Núcleo Bandeirante, estavam empenhados na "batalha da continuação" e urbanização desse setor mais antigo, e agora histórico, da nova capital do País, o que afinal conseguiram graças à liderança de nosso Vice-Presidente, o Garcia. Mas nessa batalha, uma vez ganha, nossas forças se dissolveram, pois esses comerciantes nada queriam senão aquilo mesmo, os demais pontos de nosso programa não os interessavam. Também tentamos no Rio a formação de uma espécie de Centro regional, pois eu tinha lá um grande amigo, antigo membro da direção da JC, o Arlindo Pinho, ao qual já fiz referências nestas memórias. Mas ele estava, na ocasião, muito preocupado com sua eleição para

deputado estadual, que aliás merecia, pois que era honesto e combativo. Mas nada pudemos fazer para ajudá-lo. Assim, foi cuidar de sua vida.

Mas houve ainda um outro fator que muito contribuiu para que eu abandonasse a organização e para que ele afinal desaparecesse: estava cheia de ex-comunistas. Estes se ocupavam, na maior parte das reuniões, em falar mal do PCB, o que não levava a nada. Eu tinha a impressão de que eles não pensavam em lutar "por melhores dias para o Brasil", conforme um de nossos lemas, mas apenas lutar "contra o PCB".

Havia ainda outros fatores, todavia. Iniciava-se no Brasil, entre os elementos chamados "de esquerda" ou "revolucionários", uma nova divisão. Além do PC do Brasil, de simpatias stalinistas e chinesas, que já se havia constituído, com Amazonas, Pomar, Grabois, José Duarte e outros, formava-se um grupo de simpatias castristas, que não pensavam senão em organizar guerrilhas na Avenida Ipiranga. Ninguém pensava em conscientizar o povo, procurar uma mensagem que o cativasse e tentasse organizá-lo para futuros embates. A coisa tinha de ser "aqui e agora". E, para essas pessoas, fora das guerrilhas não havia salvação.

Compreendi que a confusão era grande e não me sentia capacitado para desfazê-la. Assim, decidi que tinha mesmo de voltar aos livros e escrever.

* * *

Durante o ano de 1962 comecei a estudar alguns problemas de Filosofia da História, assunto que sempre me fascinara. Sobretudo porque via como o dogmatismo nesse terreno — pois procurava como que institucionalizar certas afirmações vagas e obscuras de Marx e Engels sobre o assunto — se firmava na consciência dos marxistas do mundo inteiro, encabeçados e apoiados pelo marxismo soviético. É claro que eu não pensava em transformar o marxismo para o mundo inteiro, mas acreditava que de algum modo poderia contribuir com algumas idéias para romper o dogmatismo que ainda esmagava as idéias fundamentais dos fundadores do marxismo. Nas noites vagas, quando não havia reunião no MUPB, eu estudava e juntava meus materiais. Quando afinal me demiti daquela organização, tive mais tempo e assim, em começos de 1963 já o livro estava pronto, como nome de **Processo Evolutivo da História** e, como de costume, dei os originais a alguns amigos para ler, entre estes o Luis Washington Vita, professor de Filosofia recentemente falecido, e Otto Maria Carpeaux, a quem não conhecia senão de nome, mas me parecera um homem não apenas culto mas sobretudo muito inteligente. Com as observações que os mesmos me fizeram, terminei o livro e o publiquei pela minha própria editora, a Edaglit. Foi um livro que vendeu muito bem. E se teria esgotado rapidamente não fora o golpe de março de 1964 que atingiu brutalmente as livrarias e editoras obrigando o livro a ficar escondido, fora das prateleiras e das vitrinas, por mais de um ano.

Mal este livro ficou pronto, comecei outro. Agora eu estava livre de quaisquer compromissos políticos, desistira definitivamente de organizar e reorganizar partidos e estava certo de que minha contribuição ao País somente seria feita por meio de livros. Agora eu estava preocupado com outro trabalho, este também, havia muito, incrustado na minha cabeça. Esse trabalho, cujas primeiras partes acredito que seja algo do que escrevi até hoje, de mais importância, levou-me pouco tempo, pois na realidade já estava mentalmente escrito há muito tempo.

Infelizmente o golpe de 31 de Março de 64 interrompeu-o. Durante mais de um ano ele esteve escondido a espera de que a situação se tornasse mais estável, pois tinha medo de que, como estava acontecendo, ele fosse atingido pelo terror cultural, e os anos de trabalho e pesquisa se perdessem. Somente pude terminá-lo em 1966 depois de uma nova viagem a Europa, aonde fui para matar as saudades do clima democrático. A esse livro dei o nome de **História e Consciência Social**.

Durante o ano de 1963 nada mais fiz senão trabalhar na Edaglit, ler e escrever. Perdi os antigos amigos, todos de origem política, tanto do MUPB como do PCB e do PC do B., todos preocupados com suas atividades ou suas crenças. Outros, os mais jovens, se haviam distribuído entre Brizolla e Julião, nos quais eu, pessoalmente não via futuro nenhum. Mas, em compensação, ganhei outros, que nada tinham de políticos, embora, é claro, a política, e particularmente a situação da conjuntura brasileira nunca estivesse fora de nossas cogitações.

Alguns desses amigos eram espanhóis. Foram pessoas que muito me haviam ajudado no tempo em que eu procurava emprego, em 1959. Eram quase todos desenhistas de alto gabarito e sobretudo de uma inteligência viva e razoável cultura. Com eles, principalmente o Manolo, o Gene, o Julio Espinosa, todos desenhistas e pintores, trabalhavam em agências de publicidade e apenas sonhavam em poder libertar-se dessa profissão alienadora. Mas tínhamos boas noites de conversas em que discutíamos a situação da Espanha, do Brasil e do mundo, resolvendo todos os problemas. Cantávamos, contávamos piadas de várias nacionalidades, e nossas noites eram sempre alegres e inconseqüentes. Também as esposas participavam dessas noites e formávamos um bom grupo no qual ninguém se aborrecia.

Por intermédio deles conheci alguns membros do PC da Espanha, que às vezes passavam pelo Brasil e muitas vezes discutíamos a situação da Espanha em termos mais concretos. Mas esses elementos pouco se demoravam no País, viajavam logo para a Argentina, Chile, Peru, onde iam palestrar com seus conterrâneos e contar-lhes o que se passava na Espanha.

Além dos espanhóis, havia os americanos. Recebi muitas visitas de estudantes e professores americanos que vinham ao Brasil com bolsas de estudo para se aprofundar em alguns setores sociológicos da vida brasileira, enquanto outros vinham estudar determinados períodos históricos,

em geral os mais recentes. Objetivos: preparar teses para obter algum título. Eram rapazes, alguns deles com menos de 30 anos, bem diferentes da idéia que eu fazia da juventude americana e eles me deram uma nova esperança sobre o futuro da grande nação americana. Alguns vinham diretamente à minha casa (conheciam-me pelos volumes publicados da **História Sincera da República**). Outros me eram apresentados pelo meu amigo Tyson, também americano.

Esse Tyson, Brady Tyson, era um pastor metodista americano, de uns 35 a 40 anos, formado em Teologia e em Filosofia da História, pela Universidade de Dallas. Um dia me veio visitar na sede da Editora, por causa de meu último livro, que acabava de ser editado, **O Processo Evolutivo da História**. Como era assunto de sua especialidade, e tivesse gostado do livro, viera conhecer o autor. Fizera, aliás, o mesmo com outras pessoas, aqui em São Paulo: ação direta. Dessa primeira visita nasceu uma boa amizade. Visitando sua casa, conheci outros americanos e, sobretudo muitos brasileiros, na maioria professores de História ou de Sociologia, os quais, embora vivendo em São Paulo, eu jamais tivera oportunidade de encontrar. Entre eles, o professor Cruz Costa.

Por proposta de Tyson decidimos um dia promover uma série de reuniões mensais, congregando um pequeno núcleo de amigos, nos quais discutíamos alguns livros ou mesmo alguns problemas de natureza histórica ou filosófica. De algumas dessas reuniões participaram Luis Washington e o Cruz Costa. Entre os mais assíduos destaco a figura de Frei Lepargneur, dominicano, com o qual fiz boa amizade que perdura até hoje. Havia ainda outros dominicanos e mesmo jesuítas. Nossas reuniões tinham esse curioso aspecto: reuniam católicos, protestantes, agnósticos e marxistas. Talvez por isso fossem tão interessantes. Infelizmente o Brady Tyson, por causa de uma conferência que fizera, recebeu ordens de abandonar o território nacional em meados de 65 e somente vim a revê-lo, dois anos depois, nos Estados Unidos. Mas foi bom enquanto durou.

* * *

Certo dia, 31 de março de 1964, apareceu no meu escritório da Edaglit, o meu amigo G., de Brasília. Ocupava agora um cargo técnico da administração federal e, por haver sido, em outros tempos, líder da população do Núcleo Bandeirante, gozava de uma relativa intimidade com o Presidente João Goulart. Disse-me ele que o Presidente se sentia abandonado pelos seus melhores amigos e partidários políticos, e estava sendo afastado do povo. Gostaria ele que esse povo, pelo qual estava lutando, pudesse sustentá-lo para deter seus inimigos na área civil, parlamentar e militar, a fim de que pudesse realizar o seu programa. E me disse ainda que ele, G., havia sido solicitado pelo Presidente, para que entrasse em contato com seus amigos, onde os tivesse, no sentido de organizar uma resistência, um ponto de apoio. Em Brasília, ele, G., já conseguira organizar um

bom grupo. Queria que eu o ajudasse a fazer o mesmo em São Paulo. No Rio, já alguns estavam cuidando disso.

Expliquei-lhe que eu gostaria de fazer alguma coisa, mas não conhecia ninguém em S. Paulo capaz de ser mobilizado com esse objetivo. Conhecia apenas alguns comunistas e ex-comunistas, que preferiam derrubar Jango. G. deu-me alguns nomes, alguns dos quais eu conhecia, e pediu-me que os procurasse, pois tinha de voltar para Brasília naquele instante. Levei-o ao aeroporto, enquanto isso fomos conversando sobre as possibilidades de organizar tal movimento enquanto eu me perguntava se não seria já muito tarde. Mas, chegados ao aeroporto, eram mais ou menos 9 ou 10 da manhã, verificamos um movimento inusitado e fomos informados de que estavam suspensos os vôos para Brasília, pois algo de anormal estava acontecendo lá em Minas. Enquanto esperava, apresentou-me a dois deputados gaúchos, amigos de Jango, que tentavam também regressar a Brasília. Depois de uma hora de espera, aqueles deputados resolveram regressar a Porto Alegre, onde tinham amigos e correligionários. Por volta de meio dia G. conseguiu lugar num avião, que levava vários deputados para a Capital. E fiquei esperando os acontecimentos. Só pela tarde fiquei sabendo, como a maior parte do povo paulista, o que acontecera em Juiz de Fora e o que estava acontecendo em Belo Horizonte e no Rio. Depois disso nada mais fiz senão esperar pela seqüência dos acontecimentos que afinal se concretizaram no dia seguinte e no dia 2 de abril, quando Jango rumou para o Sul e depois para Montevidéu.

Naturalmente preocupado, como todos os brasileiros na época, procurei compreender o que estava acontecendo. Não afirmarei que os esperava, mas posso garantir que os acontecimentos, com a conseqüente queda de Jango, não me surpreenderam. O fortalecimento rápido das forças da direita e o enfraquecimento e a divisão cada vez maior das esquerdas, nas quais todos os líderes brigavam entre si, disputando a liderança, só poderia resultar nisso mesmo. Sem falar na atmosfera de pânico que parecia pairar não apenas sobre S. Paulo, mas sobre todo o país.

Em meados de 63, quando Hermes Lima era o 1.º Ministro, escrevi-lhe uma carta em que dizia que o País não podia esperar por "soluções a longo prazo", e que o Governo deveria, antes de mais nada, dar um fim à inflação sob pena de rolar no abismo, juntamente com o Brasil. Hermes Lima respondeu-me, num bilhete, que havia entregue a minha carta ao novo Ministro da Fazenda, Calmon. Pouco depois, convidado a fazer uma conferência no Sindicato dos Metalúrgicos, organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, numa série programada para diferentes conferencistas sobre assuntos que dissessem respeito aos estudantes e aos sindicatos, terminei minha conferência afirmando: "Lembra-vos de Espanha"! E lembrava como a República espanhola havia sido derrotada pela divisão das esquerdas que pretendiam defendê-la. E mostrava que o mesmo estava acontecendo no Brasil. Era um grito de alerta para que os divididos se unissem. Mas minha voz era muito fraca para ser ouvida.

Havendo ido a Curitiba para lançamento do meu livro **O Processo Evolutivo da História**, entrevistado por um jornalista, que me perguntava sobre as candidaturas que se apresentavam para disputar a sucessão de Jango, declarei que não haveria eleições e que nenhum dos candidatos seria de qualquer modo eleito. Outras coisas iriam acontecer. Com essas afirmações desejei explicar ao leitor, por que a queda de Jango não me surpreendera. Aliás, não era necessário ser muito sábio, nem profeta, para prever os acontecimentos. A posição de Jango era realmente insustentável, porque ele não conseguira organizar uma base popular de sustentação, não conseguira unir as forças que pretensamente o apoiavam, a começar por Brizolla.

Não me vou referir às conseqüências do golpe de 31 de Março para o Brasil. Já os estudei, nos limites de minha capacidade, no 4.º volume de minha **História Sincera**, que foi publicado no começo deste ano de 1968. Mas houve algumas conseqüências de caráter pessoal, a que me vou referir. Em primeiro lugar, o prejuízo que Edaglit sofreu, com seus livros apreendidos em muitas cidades. Em Porto Alegre, o meu distribuidor teve o seu escritório fechado, todo o seu estoque de livros apreendido, duplicatas não foram pagas. Em Salvador, em Recife, em Brasília, em Belo Horizonte, sucedeu a mesma coisa. Aqui em S. Paulo, a Edaglit nada sofreu diretamente, mas uma grande quantidade de livros, que se achavam em consignação em uma Feira de Livros organizada pelo Sindicato dos Bancários, foi igualmente apreendida. Além disso, algumas de minhas principais edições, particularmente os de minha autoria, **História Sincera da República**, **No Estranho País dos Iugoslavos** e **O Processo Evolutivo da História**, foram retirados da venda, pelos próprios livreiros, temerosos de uma ação policial, por um longo período, praticamente durante todo o ano de 1964. Nessas condições me vi impossibilitado de prosseguir com a Editora. As duplicatas das gráficas, que me imprimiam os livros, estavam vencendo e eu não tinha dinheiro algum para pagar a não ser tomando empréstimos. Tudo pago, afinal, tomei a deliberação de fechar a Edaglit e tratei de vender o saldo de livros ainda existentes no depósito. E, para sobreviver, fui trabalhar no comércio, a princípio, vendendo diretamente algumas mercadorias em certas lojas, e por fim trabalhando à base de comissões. E não me dei mal. Rendia mais do que editar livros.

O trabalho que eu estava escrevendo, **História e Consciência Social**, foi interrompido, e os originais escondidos. De qualquer modo, já não havia condições psicológicas para continuar escrevendo. Nem para ler. Assim foi que comecei a pensar na possibilidade de uma nova viagem ao exterior, até que me acalmasse e pudesse pensar em alguma coisa nova para fazer ou escrever.

Durante o resto de 64 e os primeiros meses de 65, minha mulher e eu começamos a economizar o máximo para poder realizar a viagem. E assim foi que em maio de 65 embarcamos para a Europa. Mas, se

na viagem anterior, conhecemos os países socialistas, dessa vez iríamos conhecer os países capitalistas. E, se possível, ir à Argélia, saber o que estavam fazendo por lá, depois da saída dos franceses. Iria saber como estavam organizando o seu socialismo, como estavam introduzindo lá o esquema da autogestão, experimentada com êxito pelos iugoslavos.

* * *

Em começos de maio embarcamos para a França. De Paris, que já conhecíamos, depois de alguns dias revendo alguns lugares já conhecidos, embarcamos para Londres. Enquanto em Paris, decidimos fazer uma visita à famosa Sorbonne e, no Departamento da América Latina, na biblioteca, tive o prazer de encontrar alguns livros meus: **História Sincera da República e Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento**. Falei com M. Bourdon (creio que era esse o seu nome), o chefe do Departamento, o qual me pareceu um perfeito burocrata, queixando-se de que não recebia livros do Brasil, nem jornais culturais, que todos os visitantes brasileiros prometiam e não mandavam. Como todos os bons brasileiros, também prometi e também não mandei. Aliás, para isso seria necessária uma verba bastante alta e disse eu não podia nem ouvir falar. Creio que isso seria uma obrigação oficial, à base de um intercâmbio, ou pelo menos de alguns professores brasileiros que lá apareciam de vez em quando para dar algumas aulas, ou fazer algumas conferências.

Descobri o telefone de Juscelino Kubitschek, que lá se encontrava exilado e falei com ele. Recebeu-me como se eu fosse um velho conhecido — e eu pensava que ele me conhecia, se não pelos meus livros ao menos de nome. Depois verifiquei que nunca ouvira falar de mim. E que essa intimidade que ele exibía devia ser a mesma que usava com seus eleitores. Mas isso não tinha importância alguma. Gostaria de ouvir dele o que pensava dos acontecimentos que motivaram seu exílio. Praticamente, nada me disse. Fora surpreendido pelos acontecimentos, não sabia de nada. Quanto à cassação dos seus direitos políticos, atribuí o fato ora a uma injustiça, ora a um engano, que breve seria desfeito. E logo compreendi como ele estava realmente “por fora”, e que ele nada havia entendido do que acontecera. Por outro lado, dera-me a mesma impressão de Janio, pouco tempo antes: ignorava os verdadeiros problemas brasileiros. O que ele entendia — mais ou menos — era de política. Todavia era uma pessoa simpática, democrata, simples, inteligente até certo ponto, mas gostando mais de falar que de ouvir. Como Juscelino. De qualquer modo, cheguei à conclusão de que não era ele o homem para “salvar o Brasil”.

Londres foi, para nós, um encanto. Adoramos a cidade e até mesmo os ingleses. Lá vimos pela primeira vez os cabeludos. Em Paris também havia dessas criaturas, mas era uma espécie diferente: rapazes barbudos, sujos e mal vestidos, moças despenteadas, reunidos em peque-

nos grupos nas calçadas ou num recanto qualquer da Rive Gauche — como se fossem um bando de ciganos — a fazer nada o dia inteiro, esperando desse modo consertar o mundo. Em Londres, ao contrário, eram, ou pareciam, pessoas normais, andando normalmente vestidos, passeando pelas ruas em grupos de moças e rapazes e já ninguém olhava para eles. Mas a nós causava espanto. Não vimos sinais de guerra, dos Stukas — ou que nome tivessem os aviões alemães — e da sua passagem por Londres vinte anos antes.

De Londres fomos a Amsterdam e a seguir a Berlim Ocidental. Essa Berlim que eu via agora, era nova para mim. Eu conhecera Berlim de 1928 e creio que era a cidade mais alegre do mundo. Agora, essa parte em que passamos cinco dias, era inteiramente nova, a avenida Kurfurstendamm, que antes não existia, era uma avenida, a principal, muito bonita nos trechos construídos, enquanto por toda a parte ainda se encontravam algumas ruínas da guerra, prédios velhos, alguns semidestruídos, mas sobretudo grandes áreas vagas de edifícios que haviam sido totalmente derrubados. Mas havia grande movimentação nas ruas do centro da cidade, com os grandes magazines cheios de gente e numerosos restaurantes, dos mais pobres aos mais luxuosos, igualmente repletos. Todavia, um clima de alienação completa. Ninguém se interessava pelo que passava por fora da Alemanha, nem mesmo por detrás do muro que dividia a cidade. Tratavam todos de gozar a vida, como se fossem, aqueles, seus últimos instantes. A guerra fora uma calamidade inevitável, e Hitler nunca existira.

Decidimos visitar Berlim Oriental e para isso fomos à Embaixada da Tchecoslováquia, para obter um salvo-conduto. Para conduzir-nos até lá, foi chamado pela Embaixada um motorista especializado, um dos quatro ou cinco devidamente autorizados a entrar em Berlim Oriental. Era indiano e não sei que raios fazia em Berlim. Era casado todavia com uma moça alemã.

Foi tratado o preço para levar-nos e esperar por nós no lugar devido e deixar-nos no hotel, de volta. Ao atravessar a cancela que separa as duas zonas da cidade, o automóvel foi devidamente revistado. Levar máquinas fotográficas, armas, dinheiro, jóias, era absolutamente proibido. Tivemos de trocar nosso dinheiro de Berlim Ocidental pelo dinheiro de lá, na base de cem por cento. Nossos passaportes e salvo-condutos, devidamente examinados e por fim, liberados na cidade.

Sem saber para onde nos dirigir, fomos andando ao acaso. Achei as ruas desertas, ao contrário de Berlim Ocidental, e igualmente cheias de edifícios semidestruídos e espaços vazios onde antes da guerra existiam enormes edifícios. Procurei pela antiga Frederikstrasse, que era a rua mais bonita e elegante da antiga Berlim que eu conhecera. E somente encontrei ruínas, lojas semivazias, vitrinas empoeiradas sem quase nada dentro, bares improvisados em casas de madeira, tudo, em resumo, um verdadeiro espectro. Minha decepção foi enorme. Eu tinha

lido muita coisa sobre os progressos da República Democrática Alemã, e procuramos por eles em vão. É verdade que não visitamos senão um pequeno e restrito setor da cidade. Desconfio que estávamos precisamente na zona mais pobre, embora ela fosse, em outros tempos, a mais rica e bela. Mas já se haviam passado 40 anos, com uma feia guerra no meio, e tudo certamente havia mudado. Depois nos disseram que aquele setor da cidade, próximo à cancela divisória e ao muro que ali começava, estava praticamente abandonado e a que a "verdadeira cidade", estava mais adiante. Mas já não havia mais tempo, já fazia mais de três horas que vagávamos pelas ruas a pé, fazia muito calor e estávamos cansados. Regressamos ao hotel com uma imagem péssima, talvez falsa, da cidade.

De Berlim fomos a Viena. Infelizmente fazia mau tempo e, apesar do verão, fazia frio. Nós já estávamos fartos de frio, que vínhamos agüentando desde que havíamos desembarcado no Havre, vinte dias antes. E chovia. O hotel que havíamos conseguido era péssimo e, além disso, longe do centro. De modo que antecedemos de um dia nossa viagem para Roma.

Aqui finalmente encontramos o sol. E o calor. Ficamos hospedados numa pensão no último andar de um velho edifício, perto da Estação Termino. Para usar o elevador — em cada andar uma pensão diferente — tínhamos de usar uma moedinha de dez liras e sempre tínhamos que ter algumas no bolso, sob pena de ter de subir a pé, ou dormir na rua.

Para gostar de Roma, é preciso, antes de tudo, gostar de Roma. Pois nada tem de especificamente bela a não ser as ruínas romanas. Por sinal que, uma dessas ruínas, que dois mil anos antes fora uma casa de banhos, era agora um bom restaurante. Os edifícios, todos da mesma cor de ferrugem, davam um encanto particular à cidade, embora um tanto monótono. As ruas velhas e estreitas, somente deviam agradar aos turistas, que também se encantam com as velhas ruas e ladeiras da Bahia, que os baianos odeiam, quando têm de andar por elas.

Mas em Roma tínhamos de conseguir um "visto" para Argélia. No Rio, por falta de fotografias no momento, e devido à pressa em embarcar, não foi possível obtê-lo. Lá, o secretário da embaixada, o Senhor Bouayed, nos deu uma lista de três ou quatro pessoas, ministros do governo Ben Bela, que deveríamos procurar. E nos aconselhou a obter o "visto" em Roma. Mas não foi fácil, embora tivéssemos um cartão de apresentação bastante cortês e simpático do Sr. Bouayed.

Aliás... uma tarde. Enquanto esperávamos em uma sala ser atendidos pelo embaixador, apareceu um senhor muito bem vestido, moreno, de baixa estatura, tudo indicando ser do Vietnã ou, pelo menos, das proximidades da antiga Indochina. Também ele se pôs a esperar e, para matar o tempo, tentei iniciar uma conversação. No fim de poucos minutos, acabou dizendo que era embaixador do Vietnã. Fiquei satisfeito

por entrar em contato com uma pessoa de um país que me inspirava tanta simpatia. Com o melhor dos sorrisos eu lhe afirmei:

— No Brasil temos uma grande simpatia pelo Vietnã do Norte.

Ele me respondeu, com um sorriso amarelo-amorenado:

— Eu sou do Vietnã do Sul...

Agora, quem sorria amarelo era eu. Mas que diabo ia fazer na Embaixada da Argélia, um país socialista, um embaixador do Vietnã do Sul? Nunca podia imaginar!

Felizmente apareceu um secretário para introduzi-lo na sala do Embaixador e nós recebemos afinal o tão ansioso "visto", aliás dado "por cortesia" o que significava "de graça".

Fomos a Nápoles, onde cumprimos todo o itinerário dos verdadeiros turistas, inclusive visitando Capri, sem dúvida um dos panoramas mais lindos do mundo. Adoro os italianos, em particular os napolitanos e seu linguajar incompreensível (embora me possa gabar de compreender e falar o italiano razoavelmente).

Em cada cidade que chegamos procuramos sempre descobrir algo de típico que os diferencia das outras. Às vezes encontramos, às vezes não. Mas em Nápoles havia muitas coisas curiosas dignas de serem anotadas pelos turistas. Uma delas é a encantadora sujeira das ruas. Um lixo magnífico, muito bem disposto nas ruas principais de modo a perturbar o trânsito dos pedestres, e jogados à rua a qualquer hora do dia ou da noite, do alto dos sobrados, e, com preferência, em cima dos turistas, para dar mais graça e fazer com que os estrangeiros, levem para suas terras uma lembrança de momentos inesquecíveis e de cheiros surpreendentes de Nápoles.

Outra lembrança que trouxemos foi a do curioso hábito de roubar os turistas, nos preços e principalmente nos restaurantes. Creio que foi um hábito adquirido durante a guerra, quando os napolitanos se especializaram num estranho comércio: compra e venda de soldados americanos **completa** e previamente embriagados. Uma terceira curiosidade foi a abundância de imagens religiosas pelas esquinas, todas em nichos envidraçados, devidamente trancados a chave, por motivos óbvios.

Havia ainda outras curiosidades, que faziam de Nápoles uma das cidades mais originais do mundo. Mas não tenho muito tempo nem espaço para prosseguir. Por exemplo, as roupas lavadas estendidas de uma janela a outra, atravessando a rua, o hotel de cinco andares (morávamos no quinto andar) não tinha elevador, embora o motorista que me levou lá me afirmasse o contrário.

Por fim, antes de seguir adiante, tentamos comer uma legítima pizza napolitana e não conseguimos. Em uma pizzaria declarei, para desgosto do proprietário, que ele deveria ir a S. Paulo para aprender a fazê-las. Ele não gostou. Aliás, eu me lembro que também, uma vez, em Minas, declarei num botequim que o melhor queijo de Minas, era

feito em S. Paulo. Ele também não gostou. Em toda parte há pessoas muito susceptíveis.

Voltamos a Roma. Eu havia entrado em contato com o PC italiano, por intermédio dos diretores da revista teórica **Rinascita**. E encontrei grande receptividade para as idéias que em mim vinham germinando, a respeito do movimento comunista mundial. O PCI se afastava, pelo menos naquele momento, do dogmatismo soviético. Ele já havia proposto, estava propondo naqueles dias, uma união com todos os partidos operários de esquerda, contra as advertências do PCUS. Mas já me referi a esse assunto em outros livros, motivo por que passo adiante, com as devidas excusas ao leitor.

De Roma seguimos para Marselha, onde iríamos tomar o navio para Argel. Comprei a passagem para o dia seguinte, que era um sábado. Era o dia 20 de julho. Enquanto minha mulher estava no cabeleireiro, pela manhã, fui dar um passeio pela cidade, pois iríamos embarcar à tarde. E no cabeleireiro ouviu falar de um golpe militar na Argélia e da queda do governo de Ben Bela. Logo após o rádio dava notícias da prisão de seus ministros, justamente alguns daqueles que eu deveria procurar para me orientarem no país e, quem sabe, me receberem oficialmente, como Bouayed me havia prometido. Também as notícias vinham manchadas de sangue: havia tiroteios, combatia-se nas ruas... Na Agência de Viagens me aconselharam não seguir viagem porque os argelinos não eram muito amáveis em relação aos seus inimigos. Em Marselha corria o boato de que se tratava de um golpe da CIA. Sem o apoio dos ministros, que eu devia procurar, na incerteza do que realmente havia acontecido, decidimos cancelar a viagem e seguir para a Espanha, que estava no nosso itinerário de volta, para uma estadia de 7 dias. (Nosso "visto" era somente para uma semana). Mas ficamos 17 dias, isto é mais os dez dias que havíamos programado para a Argélia.

De trem fomos a Barcelona, numa longa viagem, uma das piores que fizemos, pois a certa altura o trem foi invadido por algumas dezenas (ou centenas?) de camponeses da Catalunha que estavam regressando da França, aonde costumavam ir, todos os anos, por essa época, para ajudar na colheita. Tomaram conta do trem já cheio, dormindo nos corredores, nas privadas e até por cima da gente, quando não havia mais lugar no chão.

Em compensação, de Barcelona a Madri viajamos naquilo que nos pareceu o melhor e o mais confortável trem do mundo, o **Talgo**. Afinal Madri, com um calor de 42 graus.

A primeira coisa que se sente em Madri, muito mais do que em Barcelona, é o cheiro do azeite. Azeite por toda parte, não só nos restaurantes, nas saladas, na comida, mas no ar. Você respira azeite. Em todo o caso, era azeite espanhol que no Brasil tem fama de ser o melhor do mundo.

Sem falar na enorme quantidade de espanhóis, muito mais do que em S. Paulo, porém menos do que os turistas americanos, há em Madri coisas interessantes de ver. Lá encontramos muitos de nossos amigos espanhóis que viviam em S. Paulo e haviam regressado à Espanha (pois se dizia que o país atravessava uma feliz fase de recuperação graças aos turistas). Esses amigos nos mostraram o que havia de curioso em Madri e em algumas cidades vizinhas, como Toledo, Ávila e outras. Em Madri adoramos as **cuevas**, espécie de bares subterrâneos (porões) onde vocês podem deliciar-se com as **tapas**, acompanhando uma bebida, vinho em primeiro lugar, enquanto alguém canta com uma guitarra na mão. As **tapas** são pratinhos de salgados das mais variadas espécies que os espanhóis devoram durante os coquetéis, antes, durante e depois das comidas e por vezes no lugar dela. A variedade é infinita, e o orgulho de cada bodegueiro é apresentar uma variedade maior. Você pode passar duas horas comendo **tapas**, que o hospedeiro vem trazendo em pequenos pratos, juntamente com as bebidas, não repetindo nunca. Outra coisa curiosa é o ritmo de vida (não para os operários). Nossos amigos espanhóis marcavam conosco encontros, para passear e comer **tapas**, às 11 horas da noite, e voltávamos para o hotel as três ou quatro horas da manhã, com as ruas ainda cheias de gente. Começam a trabalhar às dez, almoçam às três da tarde, voltam ao trabalho às 5 e vão até 8 ou 9 da noite. Para nós era difícil acompanhar esse horário. Decidimos descansar um pouco visitando a Andaluzia, Sevilha, Córdoba, Granada (calor de 46°!) onde pudemos apreciar o que restava da antiga civilização moura. Infelizmente tivemos de apressar nosso regresso, pois havia uma ameaça de prisão contra nós: nosso visto estava esgotado. Assim, sem desfazer do General Franco, cujas cadeias nos diziam não ser das mais confortáveis, resolvemos regressar a Madri e de lá, sempre por trem, para Lisboa, onde tomaríamos nosso navio de volta ao Brasil.

Mas o que mais me impressionou na Espanha, e principalmente em Madri, foi o estado de completa alienação do povo, pelo menos aparentemente, muito mais do que na Alemanha Ocidental. Um povo que não se ocupa de política (ao contrário da Itália, onde até os marginais, ladrões, mafiosos, pertencem a algum Partido), ignora o que se passa no mundo exterior (isto é, o que se agita fora das quatro paredes de suas casas) e somente sonha em comprar uma geladeira, um automóvel, uma casinha. Os jornais não publicam mais do que um único telegrama sobre a América, outro sobre a Ásia, e talvez um sobre a África, na ocasião, algumas linhas sobre a Argélia. O resto da matéria são assuntos domésticos, e sobretudo religiosos. Os padres estão por toda a parte, os hotéis trazem estampados, no **hall** de entrada, o horário das missas nas várias igrejas. E Franco nada faz ou diz sem ser acompanhado do seu padre particular, o encarregado de sua salvação eterna, a qual, em minha fraca opinião, jamais encontrará.

Afinal, Lisboa, que já conhecíamos, como a nossa Paraíba, pequena, porém decente. Uma agradável cidade, já inaugurando o seu metrô (ou em vésperas de) com boas ladeiras, bem calçada, muito limpa e arrumada para os turistas. Os portugueses são o povo mais amável do mundo, em Portugal — e principalmente para com os brasileiros — embora de quando em quando inventem algumas piadas que não se atreeriam a contar no Brasil.

Só o que eu estranhava era o hábito de andarem sempre de colarinho, gravata, roupa escura, em pleno verão, numa temperatura acima de quarenta graus. Em compensação lá comemos as melhores peixadas do mundo e também tomamos o melhor vinho.

Visitamos ainda Sintra e Estoril, onde mora minha irmã Dina, com seu marido e seu filho brasileiro e já falando com o adorável sotaque lisboeta. Por fim, depois de cinco dias apenas, chegara a hora cruel da despedida e tomamos nosso navio de regresso ao Brasil.

* * *

Quando em 1961 regressávamos da Europa, Janio havia renunciado e o País se agitava por causa da tentativa militar de impedir a posse de Jango na Presidência. Agora pensávamos que também algo acontecesse, uma vez que eu não estava no Brasil para dar rumo às coisas. Mas nada acontecera. Castelo Branco continuava firme no governo, fazendo tranquilamente os seus decretos. Já devia estar no milésimo centésimo décimo quinto.

Recomeçava a rotina do trabalho, eu voltava às minhas representações comerciais e aos meus livros. Logo me senti com forças para terminar o trabalho interrompido, **História e Consciência Social**, ao mesmo tempo em que preparava a 3.^a edição da **História Sincera**, que afinal saíram em 67 e 68.

No ano anterior escrevi, a pedido da Editora Fulgor, uma **História Universal Moderna e Contemporânea**, da Revolução Francesa aos nossos dias, para ser publicada em forma de “coleção”, devidamente ilustrada, para ser vendida em 6 volumes. A obra talvez saia em 1969. Levou-me o ano inteiro, e por esse trabalho recebi uma boa bolada. E logo nosso instinto viajero nos levou a programar uma nova viagem, dessa vez pelas Américas.

Iria ou não aos Estados Unidos? Eu estava em dúvida, minha simpatia pelos Estados Unidos não era das maiores, e nem mesmo acreditava que me dessem “visto” no passaporte. Mas nesse ano de 1966 recebi a visita de um professor americano, John W. F. Dulles, da Universidade de Tucson, Arizona e de Texas, na cidade de Austin, onde morava. ensinava História e Política da América Latina, e se especializara nos movimentos “esquerdistas”. Ele veio à minha casa com uma cartinha de apresentação do Agildo Barata, agora falecido, e fizemos boa amizade.

Convidou-me a ir aos Estados Unidos, particularmente a Austin, onde morava, sede da Universidade, na qual eu poderia fazer uma ou duas palestras sobre assuntos brasileiros. E ficaria hospedado em sua casa.

Organizamos nosso roteiro e, por fim, em maio de 1967 já estávamos outra vez em viagem. Mas antes de viajar eu havia terminado outro livro, **Alienação e Humanismo**, que considero o meu trabalho mais importante, juntamente com o anterior, **História e Consciência Social**. Este último livro tratava de um tema que havia muitos anos, pelo menos uns vinte, estava na minha cabeça, e que eu vinha remoendo, ruminando, se assim se pode dizer, sem coragem e tempo para escrevê-lo, na certeza de que não seria compreendido. Afinal o escrevi, e de fato não houve comentários a respeito dele. Mas esse trabalho sobre alienação surgira na minha cabeça quase de repente, em princípio de 1961, quando visitei os países socialistas e achei que não era aquele o socialismo dos meus sonhos. Depois liguei-o ao problema do humanismo, isso em Paris, em 1965, por causa de uns livros que por lá descobri. Assim surgiu a idéia de ligar a alienação com o humanismo, ou melhor, a idéia de mostrar como um era decorrência do outro e ao mesmo tempo seu inverso.

Entreguei os originais ao Pedro Fanelli, o editor, e embarcamos, iniciando nosso roteiro por Buenos Aires. Eu tinha direitos autorais a receber, da nova edição de **Sociología del Materialismo**.

Nossa primeira escala foi, pois, Buenos Aires. Já conhecíamos a cidade, mas dessa vez não havia greve e tínhamos mais dinheiro. Encontramos a cidade maior e muito mais movimentada do que havia sido oito ou nove anos atrás. Nosso amigo Landolfi, que havia perdido sua editora Americalee para seu sobrinho, ainda dessa vez, foi nosso cicero, e nossa estadia, apesar de bem curta, foi muito agradável. Recebi os direitos autorais, suficientes para pagar nossa estada naquela cidade e voamos, depois de quatro dias, para Santiago. Atravessamos os Andes. Eu sempre sonhara com isso, mas, dentro do jato que nos levava — e era noite — não vimos nada. Foi uma pena. Em compensação gozamos de uma bela estadia no Chile. Procurei entrar em contato com os exilados que eu conhecia, bem poucos, mas só pudemos encontrar o Almino Afonso, que trabalhava no Instituto de Reforma Agrária, e com quem conversamos longamente. Depois de três dias na cidade, que é bem limpa, agradável e de aspecto moderno, guardando pouca coisa do seu passado colonial, recebemos um telefonema de nossa amiga Lucy, esposa de Raul Guerrero, professor de Geografia e História da Universidade de Concepción. Viajara 6 horas de automóvel com uma amiga, também professora, somente para nos apanhar em Santiago e nos levar para Concepción, pois o marido achou de quebrar a perna na ocasião.

Na noite anterior tínhamos ido a um restaurante para apreciar, enquanto jantávamos, “canções e bailados típicos” do Chile. Mas o que vimos foi apenas uma exibição comercial para turistas, sem nada de

autêntico. Era apenas um **show**. Desejaríamos ver algo melhor. Então Lucy e seu irmão nos levaram a uma **peña folclórica**. Essa, **peña** foi talvez a coisa mais curiosa que vimos até hoje em matéria de folclore. Chamam de **peña** a uma reunião qualquer, informal, onde pessoas se reúnem para debater um assunto: ha **peñas** desportivas e literárias também. Mas o interessante mesmo é uma **peña folclórica**. A reunião é em uma casa pequena e bem velha, uma residência comum de classe média, que por fora, em nada se distingue das casas vizinhas, sem cartazes e sem luminosos. A entrada é paga. Em duas salas interligadas em torno de duas longas mesas toscas, sem toalha, as pessoas se sentam em bancos compridos sem encosto. Estavam ali, comprimidas, cerca de 30 pessoas e todos chilenos exceto nós dois e um casal de outro país sul-americano. Havia também gente de várias camadas sociais, o que se podia facilmente perceber pelas roupas que trajavam. Assim é que havia desde operários — ou que pareciam ser operários — e gente rica. A iluminação era a vela e lampião de querosene, numa outra sala uma pequena lâmpada elétrica, fraquinha, humilde, como se pedisse desculpa por estar ali. Pretendiam reproduzir o mais corretamente possível, a forma pela qual se reuniam os primitivos colonizadores em suas casinhas pouco confortáveis, para dançar ou cantar. Foi onde e quando nasceu a **cueca**, a dança típica do país. Num certo momento, começaram a distribuir vinho, por sinal ótimo. E logo a seguir foram aparecendo os cantores. A princípio cantavam apenas, um de cada vez, canções antigas acompanhadas apenas pela guitarra do próprio cantor, o primeiro, aliás, filho de uma das mais famosas cantoras folclóricas do Chile, Violeta Parra. Depois vieram cantando em grupo, e também cantaram músicas de outros países, Venezuela e Colômbia, e uma velha canção brasileira cujo nome ignoro. No meio da noite, serviram um pequeno churrasco feito à moda dos colonizadores, que comíamos sentados ou de pé, sempre acompanhado de vinho. E a noite prosseguia, uma noite de encantamento. Dessa vez nós víamos algo de realmente autêntico em matéria de folclore, que não era para turistas, pois nem havia estrangeiros. Sabemos que isso é quase impossível de conseguir no Brasil, principalmente no Rio, onde os **terreiros** estão terrivelmente desmoralizados e comercializados e já viraram espetáculo para turistas, do mesmo modo que o próprio carnaval. De passagem, diga-se que a família Parra é conhecida em todo o Chile como cultivadora do folclore. É claro que vivem disso, mas não há **temporadas**, nem programação regular, não acontece todos os dias, é preciso que eles, os promotores, se sintam dispostos a fazê-lo. Podemos ser informados por um pequeno aviso nos jornais.

No dia seguinte embarcamos no automóvel para Concepción, cerca de 500 quilômetros ao sul de Santiago, costeando os Andes pelo seu lado ocidental. E pudemos contemplar, pela primeira vez, o Pacífico. Só passamos um dia nessa cidade, ou melhor, dois dias e uma noite.

E foi onde passamos uma das noites mais frias de nossas vidas. No hotel, com o aquecedor ligado e uma tonelada de cobertores de lã por cima, ainda assim sentíamos frio. E nosso amigo Raul Guerrero teve de, no dia seguinte, emprestar-me um sobretudo.

A cidade é pequena, tem o movimento de um porto comercial e pesqueiro, que visitamos, e, sobretudo uma bela Universidade.

Em determinado momento se reuniram a nós alguns professores de História, Geografia, Sociologia, e conversamos sobre o Brasil, o Chile e a América, e ouvi pela primeira vez a palavra **chilenidad**, aliás recente. Sim, havia isso. O Chile e os chilenos se orgulham de ser a nação mais democrática do Continente. E com razão.

Visitamos ainda Valparaíso e Viña del Mar, a estação balneária do Chile, mas creio que a época não era própria pois a cidade estava meio vazia, e não era tão bonita quanto pensávamos. Mas valeu a pena conhecer.

De volta a Santiago embarcamos no mesmo dia para Lima, sempre de avião. Uma escala em Quito nos permitiu conhecer os índios do Equador. Estavam no aeroporto, homens e mulheres, as crianças no colo, com suas vestimentas típicas, de branco, limpos e bem arrumados como se fossem para uma festa ou uma... exibição para turistas. Os homens altos, morenos, fortes, usavam longas tranças. E vendiam coisas. Compramos dois chapéus **Chile**, a um dólar, esses chapéus de palha também conhecidos como Panamá, e todavia fabricados no Equador pelos índios.

Lima possui creio que o mais belo e bem organizado aeroporto do mundo. E em nenhuma cidade da América encontramos de tal modo unidos, o velho e o novo, o moderno e o colonial. Os edifícios modernos, os arranha-céus, se misturam, numa mesma quadra, com o colonial típico espanhol, onde se percebe até mesmo bem nítida, a influência mourisca. É o encanto da cidade e os peruanos souberam conservar bem esse aspecto da cidade em que se misturam duas civilizações, duas épocas. Agora isso, nada mais tem Lima senão largas avenidas modernas e ao mesmo tempo, os automóveis mais velhos e rebentados do mundo (ao lado dos últimos modelos) como se acabassem de ser rebocados depois de uma **trombada**. Carros sem pára-lamas, sem capô do motor, são comuns e todos os táxis são assim. Seria isso uma atração turística? Ou a falta de oficinas mecânicas? O próprio táxi que nos levou ao aeroporto tinha todas as portas fechadas com cordinhas, e a manivela da embreagem somente se mantinha no lugar devido a um barbante, com que estava amarrada.

Do centro da cidade se avistam alguns morros, com a cor do barro, de um vermelho rosado se destacando do fundo azul do céu. E, nas encostas, favelas a perder de vista, mais ou menos iguais às nossas do Rio. E sobretudo se via gente pobre, e muitos mendigos, também iguais aos nossos. Quisemos visitar o Mercado Municipal que figura nos fo-

lhetos de propaganda das agências de viagens como atração turística. Mas logo, tanto um conhecido que fomos visitar e depois um motorista de praça e a seguir, o gerente do hotel, todos nos desaconselharam: era o lugar mais perigoso da cidade, sobretudo para os turistas e pior ainda se for americano. Se você se dirige ao mercado, logo nas proximidades, você é rodeado por um grupo de pivetes que vão acompanhando-lhe até que, em determinado momento, o assaltam. Podem derrubá-lo com uma faca ou simplesmente um porrete, e tomar o seu dinheiro, jóias e tudo o que possa ter algum valor. Os transeuntes fingem que não vêem. A polícia não se atreve a intervir e se limita a aconselhar os estrangeiros a não se aproximarem. Depois do assalto os garotos desaparecem como num passe de mágica. Só atuam em grupos. Os jornais, de quando em quando dão a notícia, mas somente quando a vítima teve de ser recolhida a algum hospital, ou ao necrotério. Fora esse pequeno pormenor, Lima é uma cidade agradável e tranqüila. Os índios que aparecem, os índios puros são poucos, pois os que se vêem nas cidades, e constituem o grosso da população, são mestiços, com sua marca característica: o enorme nariz inca. Os puros preferem ainda viver nas montanhas.

Tive oportunidade de conversar com o Diretor de um Museu da América Pré-colombiana, e professor de História. O passado incaico é estudado, explorado, analisado, até a exaustão. Sobre o Peru de nossos dias, nada. Aliás, o mesmo eu verificaria em todos os países da América Latina que visitei, exceto a Argentina. É que quando começam um livro, há um Presidente e quando terminam, o nome do general que está no poder já mudou tantas vezes que ficam confusos. De modo que desistiram. Nossa conversa, todavia, foi quase toda sobre política. Ele é um nacionalista, não gosta dos americanos, mas me diz que os peruanos ainda necessitam deles, por enquanto. Disse que o Partido Comunista de lá está muito dividido, entre grupos chineses, castristas, além da organização oficial pró-soviética. E que vivem brigando. E disse ainda que guerrilhas não havia, embora várias tentativas, todas fracassadas, muitas vezes são apenas levantes ou insubordinações de índios, a que os jornais chamam de guerrilhas para receber dinheiro americano. As "verdadeiras guerrilhas" eram feitas por estudantes, quase nunca camponeses e índios jamais. Foi o que me disse. Falei-lhe de *chilenidad* e ele me respondeu que não existe no Peru uma palavra equivalente, mas que o mesmo sentimento lá existe há muito tempo, embora seja um movimento intelectual, mais literário do que político. Falou-me de Haya de la Torre, e disse que o mesmo, embora houvesse traído seus partidários e vivesse agora em Paris, já velho (deve ter perto de 80 anos) ainda tinha grande influência e que sua luta, no início, estivera impregnada de "peruidad" (essa palavra não existe, é claro).

Nossa escala seguinte foi Bogotá, uma cidade espremida num estreito vale dos Andes. Assim como Caracas é uma cidade típica do sub-

desenvolvimento. Ao lado dos grandes e modernos arranha-céus, as favelas pobres amontoadas nos subúrbios. Ausência de classes médias. Comércio pobre, pois os ricos preferem fazer suas compras nos Estados Unidos ou na França.

Como em Bogotá nada há para ver senão as crianças esfarrapadas e descalças, que vão às ruas para mendigar, crianças de 5 a 10 anos, aos montes, fomos ver uma "atração turística": a Catedral do Sal, a 60 quilômetros de Bogotá, uma igreja escavada numa montanha de sal. Para construí-la foi necessário somente uma picareta e uma pá. É enorme e impressionante. Passe um dedo nas paredes e você sentirá o gosto do sal. Há trechos em que a altura interna tem mais de vinte metros. Em determinado trecho (há um verdadeiro labirinto, lá dentro) encontra-se um altar com imagens feitas todas do mais puro sal. Vale a pena ver.

Fomos a um cinema, às dez horas da noite e as crianças, na bilheteria, nos puxavam pelo paletó enquanto a mãe vigiava à distância. Ao sair, já meia-noite, chovendo — e fazia frio, pois estávamos a mais de dois mil metros de altura — mais crianças seminuas, as mãos estendidas, pedindo ou vendendo qualquer coisa de que você não precisa mas vai comprando. É terrível. Em nenhuma cidade fora do Brasil a miséria me impressionou tanto como em Bogotá.

Dessa cidade voamos para Guatemala, com escala no Panamá para trocar de avião. Panamá é uma cidade típica do Caribe, a maioria da população é de cor negra (pois os índios foram todos dizimados, conforme nos conta Las Casas) e as construções nada têm a ver com estilo espanhol. É algo de diferente, típico, com casas de madeira, muitas assobradadas, as roupas estendidas em cordas nos terraços, o centro muito animado, mas os arredores pobres, mais parecidos com os caminhos do "interior" do Brasil. Em poucas horas percorremos metade do país. Visitamos a zona do Canal, vimos o canal funcionando, e uma quantidade enorme de americanos por toda parte. Balboa, a cidade mais importante depois da capital, é como um recanto florido na mata virgem. Ruas bem calçadas, belas residências, comércio pequeno porém mais ou menos luxuoso, com 90%, creio eu, de americanos. Ali moram os americanos que trabalham na administração do Canal. Todos falam espanhol, como inglês, e a moeda corrente é mesmo o dólar, cujo valor é igual ao balboa, a moeda local. Ao contrário de outras capitais que já havíamos visitado, é difícil encontrar alguém de paletó e gravata. Não se anda mesmo de camisa esporte. A mistura da antiga civilização com a americana que chegou com a construção do Canal fez desaparecer qualquer sentimento nacional, salvo entre os estudantes (enquanto estudantes). Os panamenhos têm uma terra natal mas não têm pátria. Embora há setenta anos constituída como nação, separada que foi, a força, pelos americanos, da Colômbia, creio que não houve ainda tempo para se constituir um sentimento de "panamaidad". A influência

americana faz o resto. Também panamenhos e americanos, socialmente, não se misturam. Vivem lado a lado, como vizinhos de apartamento em S. Paulo: cada um tratando dos seus próprios negócios. Não vimos a miséria de Lima ou de Bogotá, só pobreza. Mas os americanos vivem bem, há bons restaurantes, ruas asfaltadas, como em Balboa, e um magnífico hospital que às vezes recebe também panamenhos, segundo nos informaram.

Depois que li um romance de um jornalista francês, cujo nome não recorde no momento, e de ter visto um filme baseado naquele romance **O Salário do Medo**, fiquei convencido de que a Guatemala não existe mesmo, conforme o autor adverte no início do seu livro. Ele garante que sabe disso "porque esteve lá". Eu posso garantir que a Guatemala não existe precisamente para quem está lá. A capital é, aparentemente, maior do que o país. A gente vê no mapa aquele paisinho pequeno e fica admirado de ver como a capital é grande. A cidade nada tem de particular em seu aspecto. Não se parece em nada com o Panamá, uma cidade típica da América Central, com sua arquitetura particular dos países de clima quente. A capital guatemalteca tem suas ruas bem ordenadas (e numeradas) e seus edifícios iguais às de qualquer outro país. Nada típico. Mas esperava encontrar no país, ou pelo menos na capital, algo que relembresse aquelas coisas que líamos nos jornais: agitação, guerrilheiros, raptos, mortes... Não conseguimos ver nada disso. A cidade se apresentava calma, com o movimento usual das cidades de tamanho médio, um misto de moderno e colonial, mais moderno que colonial, em suas edificações, somente havendo algo de pitoresco em seu mercado. Entrar em comunicação com o povo, não direi que é impossível, mas é difícil, pois mal falam com os estrangeiros. Perguntei a um motorista, que nos levava a um passeio, se existia ali um Partido Comunista. Sem virar o rosto, e depois de alguns momentos de hesitação, respondeu apenas:

— Hay muchos...

E com isso estava encerrada a conversa. Pelos jornais é que se percebe que a Guatemala não existe, pois quase não há problemas locais. Eles estão cheios de notícias do exterior, sobretudo dos Estados Unidos, do México, da Europa, mas sobre a Guatemala, mesmo, nada ou, para ser mais exato, quase nada. Assim, você não sabe o que está acontecendo no país. É como se ele não existisse e você estivesse morando no nada. Não obstante, ali estava a cidade, ali havia uma população cabisbaixa, ensimesmada, vivendo, morando, comendo, comprando, em silêncio. Fomos a um restaurante popular no centro da cidade. Nenhum ruído, ninguém falava. Para comer só havia frangos, em várias modalidades. E naturalmente, escolhemos o pior. Tomamos nota do nome, para não pedir outra vez: **Pollo al Caribe**.

Decidimos participar de uma excursão turística ao interior do país. Fomos a Chichicastenango, uma aldeia índia, a três horas da capital.

Um ônibus pequeno, do tamanho das antigas "lotações" do Rio, nos levava. Além de mim e de Enny, havia uma dúzia de turistas, quase todos americanos. O motorista era naturalmente guatemalteco e falava inglês muito bem, embora com sotaque espanhol. À medida que o ônibus varava a estrada ele ia apontando coisas, as coisas que apareciam e não eram muitas, pois o país é extremamente montanhoso e somente víamos montanhas, altos picos que deviam ter todos mais de 2 mil metros de altura, por todos os lados. A certa altura paramos para ver uma das grandes obras do governo em benefício das populações índias que habitam o interior do país: um conjunto de tanques para lavar roupas. Foi quando perguntei ao motorista se ele falava espanhol. Naturalmente ficou chateado com a pergunta, pois respondeu zangado que era guatemalteco.

— Então por que não experimenta falar um pouco, disse-lhe eu. Nós não somos americanos e não entendemos inglês. Desculpou-se, pois, disse, pensava que também éramos americanos.

— "Todos los turistas acá son americanos..."

Chegamos a Chichicastenango (é grande o número de cidades ou aldeias cujo nome termina em **ango** ou **nango**, palavra de origem maia, tudo o que restou da antiga civilização pré-colombiana). A cidade, bem considerando, não chega a ser uma cidade, mas uma aldeia. Há uma praça central e duas ruas, onde se encontra um pequeno comércio para turistas e um mercado para frutas, verduras, gêneros alimentícios, obras de barro ou cerâmica. Mas a maioria da população, 95% pelo menos, é índia e mora fora do centro, em bibocas ou malocas, no meio do mato. Mas o que há de realmente curioso são as duas igrejas cristãs que se encontram na praça, uma fronteira à outra. Uma delas, em cima de uma grande escadaria, estava fechada e, segundo nos informaram, está sempre fechada quando se encontram turistas brancos nas proximidades. Ali só permitem a entrada de índios, que usam uma roupa toda especial, cujo tecido é por eles mesmos feitos: um calção curto e estreito, até aos joelhos, um paletozinho curto, e um chapeuzinho curioso e indescritível.

Mas na outra igreja, brancos podem entrar, embora só por uma porta lateral: a da frente é só para os índios. Por fora, nada que a distinga de qualquer outra igreja católica e por dentro os bancos longos e toscos estão dispostos da mesma maneira que as igrejas que conhecemos. Mas não vimos altar. Entre as duas filas de bancos, índios expunham pequenos tabuleiros com terra ou areia, onde estavam, semi-enterradas pequenas velas acesas e algumas figuras de barro representando a Nossa Senhora de lá. Traziam-na para que o padre — um jovem padre espanhol — as benzesse. E assim era como se levassem o altar ou sua igreja, para casa. A esse tabuleiro endereçavam suas orações. Não são permitidas fotografias mas, assim mesmo, como havia na ocasião muitos brancos e turistas, tiramos uma pequena fotografia, às escondidas. Ao sair, sempre

pela porta lateral, há uma urna para esmolas. Havia um médico branco e este nos disse que o dinheiro era para sustentar um pequeno hospital.

Os índios nos olham desconfiados, mas todos têm coisas para vender e, aparentemente, falam melhor o inglês do que o espanhol: tudo o que eles vendem é a um dólar. A moeda de lá é o **quetzal**, nome de um belo pássaro de cauda longa, característico da Guatemala, e que infelizmente está desaparecendo. O quetzal tem o mesmo valor do dólar e você pode comprar o que e onde quiser, indiferentemente, com o dólar ou o quetzal. Como no Panamá. Vendem tecidos feitos a mão, objetos de culto índio — próprios para turistas — esculpido em pedra lisa esverdeada, como o sílex. Há produtos de cerâmica, de barro, faquinhas, tecidos, até vestidos e camisas, tudo na mesma base: “um dólar, señor”. E, como em toda parte, são insistentes, teimosos, aos quais você diz mil vezes que não está interessado mas é como se estivesse falando a uma árvore. Fingem que não entendem. A única maneira de se ver livre deles é comprar, ou mostrar que já comprou alguma coisa de outro.

Há um hotel, ocupado por turistas e por antropologistas — na verdade não vi nenhum — que ali vêm para estudar os índios, ou seja, sua vida, sua cultura. Mas o hotel é qualquer coisa de espantar no meio daquela pobreza: tipicamente espanhol, com seus pátios e fontes, não só pela arquitetura como na decoração e nos móveis. Somente os empregados e garçons se vestem à moda índia, para a necessária “cor local”. Eu diria que o hotel é elegantíssimo, até luxuoso, embora passe a maior parte do ano vazio. Pois, quando chove...

De qualquer modo, essa visita a Chichicastenango foi das coisas mais curiosas e autênticas (a não ser que tudo fosse ensaiado antes, o que não creio) que vimos em nossa viagem pelas Américas, onde a civilização européia passou apenas para desnaturar a civilização índia.

Com isso encerrávamos nossa visita a Guatemala e partimos para o México. Antes, porém, compramos vários discos folclóricos — na verdade não eram folclóricos, mas músicas comerciais — todos tocados com marimbas (uma espécie de xilofone), o instrumento musical típico da Guatemala e de Honduras, segundo nos disseram.

* * *

México, uma cidade enorme, de população superior à de S. Paulo, embora não tão movimentada, é bonita, mas não espetacular. O velho aspecto colonial está desaparecendo rapidamente e em seu lugar, estão surgindo belas avenidas e edifícios de dez ou mais andares. Não pretendo falar-lhes de suas atrações turísticas, como Xoximilco, um verdadeiro jardim aquático, nem das ruínas astecas, felizmente bem conservadas e que é sempre agradável ver, para quem tem um sentido histórico das coisas. A cidade universitária, com seus murais de mosaico, também é algo digno de ser visto, mesmo pelos mexicanos.

Mas a influência americana é muito grande e por vezes chega a ser irritante, em virtude da importância que se dá aos turistas que vêm do Norte, ou melhor, aos seus dólares. Em uma praça grande que atravessamos, para visitar uma velha igreja, havia um grande grupo de índios, tocando alguns instrumentos e dançando, em suas vestimentas típicas. Mas, que decepção, usavam roupas de índios americanos e dançavam danças de índios americanos, iguais àquelas que a gente vê nos filmes de índio. Só estava faltando o mocinho, e a cavalaria avançando heroicamente com a bandeira estrelada, para salvar a mocinha!

Também fomos ver uma tourada, que para mim é apenas um massacre cruel e covarde contra um touro. É verdade que não era propriamente uma tourada, mas uma “novilhada”, isto é, os animais lançados à arena, para divertimento de um público sádico, não eram ainda touros, mas novilhos e não sabiam nem defender-se. Cercados de todos os lados, por cavaleiros armados de lanças e bem protegidos, que os torturavam e depois, por outros ajudantes que lhes espetavam no dorso agulhões de ferro, o touro era uma presa fácil e inerte nas mãos de seus cruéis perseguidores. E quando afinal o toureiro se dispunha a dar-lhe o golpe de misericórdia, enfiando-lhe a espada no tufiço, o animal já estava praticamente liquidado e não enxergava mais nada. Na Espanha, driblei minha mulher de todos os modos para não ver uma tourada, que acabamos vendo pela televisão. Mas no México, não pude escapar. Na verdade é um espetáculo ainda mais feio do que eu pensava. Dizem os “aficionados” que se trata de uma luta entre dois animais valentes, de um lado o touro e do outro, o toureiro. Na realidade é uma luta desigual. Começa que o homem é mais inteligente, embora isso nem sempre aconteça. Além disso o homem é pelo menos um animal que treinou bastante antes de se meter na arena, ao passo que o touro não treinou nunca: cada luta é para ele a primeira e a última. Além disso, o homem não está sozinho, tem um monte de auxiliares a esgotar a paciência do animal, a feri-lo, a sangrá-lo, até que ele perca as forças para ser tranquilamente sacrificado. O touro tem apenas de se defender, com seus instintos naturais de sobrevivência. Mas o homem, o toureiro, é sempre o “mocinho” e nós já sabemos que no fim ele ganha, se não pela inteligência, ou pela força, com certeza pela superioridade numérica e pelas armas. As vezes acontece que o dia é do touro, mas é tão raro que nem é digno de ser mencionado. Na realidade nunca lhe dão uma chance de vingar a espécie. Ele já está de antemão condenado. E ali não se encontra entre juízes, para decidir qual o melhor ou o mais valente: está entre seus executores. E o pior de tudo é a humilhação a que o submetem depois de uma luta heróica: transformam-no em bife.

Se o homem quer mostrar que é valente, por quê não vai enfrentar um tigre?

Mas não foi isso apenas, o que me fez antipatizar com as touradas. O mais desagradável é você entrar no campo de espetáculos e verificar,

no centro da arena, uma garrafa de Coca-cola, de três metros de altura, o que achei um despropósito. Na verdade nunca tomei essa água suja. Mas depois disso jurei que levaria essa minha repugnância pelo líquido escuro, às minhas três gerações seguintes: meus filhos, netos e bisnetos.

Afinal, partimos para os Estados Unidos. Nosso destino imediato era San Antonio, distante uma hora de Austin, nosso objetivo final, onde deveríamos ficar uns cinco dias.

Graças à intervenção da Sra. Dulles, que viajou uma hora de automóvel, para nos esperar, fomos rapidamente liberados na alfândega de lá e na revista dos documentos, e rumamos para a capital do Texas.

Austin é uma cidade pequena, embora seja a capital do Estado, sem indústrias, com um pequeno centro comercial, pois o grosso do comércio a varejo se constitui de enormes supermercados e **shopping centers** situados fora da cidade. Grande parte é ocupada por vastos espaços verdes e floridos, lindos bairros residenciais, onde mora a gente rica, os brancos, donos da cidade. Fazia um calor quase igual ao que havíamos suportado na Andaluzia, e o termômetro devia estar acima dos 42°, no mínimo. A Sra. Dulles levou-nos à sua residência, onde deveríamos pousar durante os dias que permanecêssemos em Austin, apesar de nossos protestos, pois tínhamos até reserva de hotel. Mas quando entramos na casa, perdemos a vontade de sair. Fomos integralmente corrompidos pelo conforto da casa e particularmente do nosso quarto — um apartamento completo — e pelo ar refrigerado que havia por toda a habitação.

Essa residência creio que não era tipicamente americana. Pela parte externa dava a impressão de uma casa de campo, e tinha a forma de um U, por cujos braços se espalhavam os cômodos. Mas no centro do U, uma magnífica piscina de água clara e fresca, chamando-nos para um mergulho.

Por alguns dias levamos vida de milionário, tomando refrescos e até mesmo o uísque americano, sentados à beira da piscina, à sombra refrescante de algumas árvores. Francamente, é agradável a vida de milionário, creiam na minha palavra.

Os Dulles, nosso amigo John, sua esposa Cicy, suas filhas Ellen e Edith — esta última casada —, ambas apaixonadas pelo Brasil que já conheciam pois aqui haviam morado alguns anos, eram de uma amabilidade e uma hospitalidade que nos comoviam. Dava-me até remorsos de chamar os americanos de imperialistas. E descobrimos que as filhas adoravam o samba — tinham uma bela coleção de discos brasileiros — e bastou isso para nos reconciliar por alguns momentos, com o imperialismo.

Logo no primeiro dia visitamos de carro a cidade, e no dia seguinte, a Universidade. Almoçamos e jantamos nos melhores clubes da cidade, onde alguns dos garçons eram estudantes da Universidade, agora em férias de verão. Em um ou dois desses almoços e jantares, encontrei o nosso Adonias Filho, que estava nos Estados Unidos a convite do governo ame-

ricano, como diretor que era da Biblioteca Nacional, e ali estava em Austin, para visitar seu amigo, professor de português, Mr. Ellison.

No terceiro dia estava programada para mim uma palestra perante os alunos do Departamento de língua portuguesa, pois, conforme vim a saber, a Universidade de Austin é especializada em História do Brasil e língua portuguesa. Sua biblioteca relativa a assuntos brasileiros, que tive oportunidade de visitar, fazia inveja a muitas “brasilianas” que se encontram em nosso País.

Havia, para assistir a minha palestra, mais de cinquenta estudantes, fora meia dúzia de professores e alguns convidados. O Professor Ellison, depois de enaltecer minhas belas qualidades, disse que eu iria falar sobre o Brasil e em português. Queria provar que seus alunos haviam aproveitado bem as lições. De fato, como preferissem que eu falasse em português, assim o fiz, o que foi para mim um alívio, pois eu estava apavorado com a eventualidade de ter de falar em inglês. Meu inglês é só para estrangeiros. Pedi que escolhessem um assunto e sugeriram que falasse sobre o nosso Nordeste, que eles consideravam “explosivo”.

Falei durante meia hora ou quarenta minutos, dizendo o que era o “nosso Nordeste” e por que era explosivo. Ao terminar, pedi que fizessem perguntas e, num português razoável, fizeram suas perguntas, que respondi da melhor forma que me foi possível. Houve até quem perguntasse sobre o estudo ou o estado da psicanálise no Brasil, perguntaram sobre o Partido Comunista, os vários Partidos Comunistas, o que eu achava do Marechal Costa e Silva. Respondi a todas as perguntas menos essa. Ao terminar, devidamente aplaudido, pareceu-me que a hospedagem que me haviam oferecido, estava parcialmente paga.

O nosso amigo Brady Tyson, que havíamos conhecido no Brasil, sabendo que estávamos em Austin, e tendo de comparecer a uma concentração de metodistas nas proximidades, veio visitar-nos. Foi um bom reencontro e relembramos aqueles anos em que havíamos tido as melhores relações, em S. Paulo. Ele agora estava tentando um emprego em Washington, de preferência como professor de Política, na Universidade da capital. Espero que o tenha conseguido.

Mas Tyson conhecia bem a cidade de Austin, pois que era texano e também estudara naquela universidade. Assim, levou-nos a conhecer os arredores. E vimos os bairros negros e mexicanos. Tinham em geral, esses bairros, na periferia da cidade, ruas limpas e asfaltadas, embora houvesse também algumas ruas sem calçamento. E as casas eram naturalmente modestas e outras vezes bem pobres. Todas tinham bastante espaço em torno, por vezes, ao lado do casebre, um carro, certamente não muito novo. Pode-se comprar, nos Estados Unidos, um carro velho, por menos de cem dólares, se você é mecânico ou entende algo de automóvel, pois oficina mecânica, mesmo para eventuais consertos, não existe.

Os cinco dias de Austin se transformaram em nove e, por fim, tivemos de ir embora, com muitas saudades. Antes, porém, quero relembrar alguns pormenores.

Um deles confirmou minha opinião sobre a nova juventude estudantil americana, fato que eu já observara no meu livro **Alienação e Humanismo**. Certo dia, quando me dirigia à Universidade, juntamente com o Professor Dulles, um grupo de estudantes nos rodeou para entregar um volante mimeografado. Tratava-se de um protesto de uma sociedade estudantil, contra a guerra do Vietnã e exigindo a retirada das tropas americanas daquele país.

Outra lembrança agradável foi um passeio de lancha que demos por um rio da cidade, lancha dirigida por Avery, um garoto de 11 anos, o filho caçula dos Dulles, e durante o passeio pudemos apreciar os inúmeros clubes e bares nas margens do rio, num dos quais paramos para tomar uns refrigerantes e comer alguns hamburgers, o prato nacional americano que derrubou o "cachorro quente".

Finalmente, a terceira lembrança não é das mais agradáveis, pois por pouco vocês não teriam o prazer de ler estas páginas: quase me afogo na piscina dos Dulles, não fosse a minha calma. Subitamente, não tendo idéia da profundidade da piscina, perdi o contato com o piso e meu corpo afundou verticalmente, como se fosse um prego, e eu não conseguia pôr-me em posição horizontal para nadar. Minha mulher, à beira da piscina, divertia-se vendo como eu nadava tão bem ao estilo "cachorriño" enquanto eu mergulhava e emergia lutando pela vida, fazendo um esforço sobre-humano para me aproximar cada vez mais da escadinha que me livraria daquele inferno líquido, que ameaçava tragar-me para sempre. Não preciso contar o fim. Vocês já perceberam que dessa eu escapei.

Piscina, nunca mais. Só infantil.

Outra lembrança, e essa bem agradável: uma noite, o Tyson nos levou para jantar em casa de seus amigos metodistas. Era um grupo grande, de umas doze ou quinze pessoas, todos em mangas de camisa, pois apesar do ar refrigerado, fazia calor. O jantar, à moda texana, era variado e comia-se tudo no mesmo prato, tudo servido junto, da salada à sobremesa. Ao fim do jantar, ofereceram um líquido escuro e quente que me garantiram, era café. Acreditei, ao mesmo tempo em que me admirava das coisas extraordinárias que se pode fazer com aquele grão-zinho escuro. Ao fim do jantar cantaram músicas religiosas e algumas folclóricas, músicas do Texas e esse tipo de música é sempre agradável de ouvir. Por todos os países que havíamos atravessado, procurei e encontrei discos de músicas folclóricas. E decidi comprar também alguns discos de músicas do Texas. E comprei. Na verdade, me presentearam.

Por fim, pediram-me que cantasse também, alguma música brasileira.

Mas aleguei que tinha um contrato com a televisão brasileira que me impedia de cantar fora dos estúdios. E com isso eles se conformaram, embora não tivessem acreditado.

No dia seguinte, voamos para Nova Iorque, a grande metrópole!

* * *

Passamos cinco ou seis dias em Nova Iorque, debaixo de um calor infernal. Mas no primeiro dia eu já me tinha certificado de que essa espetacular cidade era, segundo me pareceu, um "bluff". E os próprios americanos, salvo os novaiorquinos, aparentemente, não gostam dela. Talvez essa má impressão que tivemos da cidade fosse em parte devida ao péssimo hotel a que uma informação idiota de um amigo-da-onça nos havia encaminhado, embora ficasse na rua 46, entre a 5.^a e a 6.^a Avenida, a bem dizer no coração da Broadway.

Para resumir a cidade em poucas palavras, eu diria que é uma grande metrópole, cheias de arranha-céus e onde se come hamburgers. Há uma quantidade incrível de restaurantes de todas as nacionalidades imagináveis, inclusive alguns brasileiros, embora dirigidos por portugueses. Mas um restaurante americano é difícil de encontrar: "Restaurante americano" é um **Snack bar**, onde se come nos balcões, hamburgers, e se bebe Coca-cola, com a única alternativa de uma Pepsi-cola, que é a mesma droga.

O comércio elegante da 5.^a Avenida, o que vimos, faz lembrar o da Rua da Carioca, no Rio. A Broadway, como a 6.^a Avenida, com suas lojas de objetos elétricos, gravadores, máquinas fotográficas (quase tudo de origem japonesa), que os turistas procuram, pareciam antes lojas de bagulhos. Em matéria de roupas masculinas ou femininas, salvo poucas exceções, estão abaixo dos da Rua Direita de S. Paulo, ou Rua Larga no Rio. Onde estavam as lojas elegantes, as vitrinas maravilhosas, os cinemas espetaculares? Não os vimos, salvo o **Radio City**, que é um abuso de tão grande. No centro, entre as ruas 40 e 50, entre a 3.^a e a 8.^a Avenida, todas as ruas são iguais. O famoso **Times Square**, pelo seu tamanho, se de noite nos ofusca com suas luzes e estupendos letreiros luminosos, de dia, sem olhar os arranha-céus, parece uma pracinha de subúrbio, de Olaria; por exemplo.

Mas a cidade é enorme. As pontes que ligam Manhattan ao continente, têm a beleza das grandes estruturas mecânicas. O **subway** leva mais de uma hora para atingir os pontos extremos da cidade. O **Empire State**, com seus cento e tantos andares, do qual se pode ver toda a cidade, quando o dia está claro e o vento manso — o que raras vezes acontece — encanta o turista. Mas talvez seja necessário morar lá para apreciar a cidade e descobrir encantos que não são percebidos pelos turistas. Por poucos dias, como aconteceu conosco, a impressão é péssima, porque traz decepção. Sobretudo aos que se deixam levar pela imaginação.

Brasileiros, de monte, principalmente naquele trecho em que morávamos, e onde há grande número de lojas especializadas em vender bugulhos, televisões, gravadores, para turistas brasileiros. Estes temem falar uns com os outros (como em Paris), com medo de que lhes peçam dinheiro. O restaurante luso-brasileiro, é barato, e se come alguns pratos típicos do Brasil, até mesmo feijoada. Encontra-se lá, por vezes, também alguns americanos, mas a maioria é sempre de brasileiros.

Muita literatura americana nos fala do "espírito da Broadway", que nos cria um estado de alma particular, mais do que americano, mais do que mesmo novaiorquino. Tentei senti-lo, mas não senti nada. A 6.^a Avenida é cheia de lojas de bugulhos, de propriedade de judeus e onde se fala o ídiche, que é uma segunda língua em Nova Iorque. Esse fato certamente perturba a "atmosfera novaiorquina" ou "broadwayana", que procurávamos sentir.

Seguimos, enquanto nos foi possível, o roteiro dos turistas indo visitar a Estátua da Liberdade que é, afinal, um belo passeio de barco (aliás um navio) e fomos visitar o edifício das Nações Unidas, mas, por haver na ocasião uma visita de líderes do governo soviético, não nos foi permitido sequer aproximar-nos.

Fizemos também, como todo turista que se preza, uma visita ao Bairro Chinês, acompanhando uma excursão. Um bairro limpo, no extremo de Manhattan, com várias ruas ocupadas por lojas com letreiros em caracteres chineses e vendendo coisas, algumas importadas da China e outras iguais a quaisquer lojas do mundo. Mas nós éramos privilegiados, fomos introduzidos num "templo chinês", no primeiro andar de um modesto sobrado, onde todavia abusaram de nossa boa fé. Tratava-se de um "show", com música e danças "típicas", "religiosas", mas que só enganavam mesmo a turistas. Tudo na base do comércio. A exibição é feita em um salão provido de um pequeno palco e cadeiras, como qualquer teatro mambembe. Terminada a sessão, fomos devidamente encaminhados para outro salão, principal objetivo da excursão, o qual era nada mais que uma loja de bugigangas chinesas e japonesas de origem duvidosa. Como era do nosso dever, conforme o código do bom turista, compramos algumas.

Tenho uma sobrinha que mora em Nova Iorque há vários anos e fomos visitá-la. Ela já se aclimatou àquela vida e se resignou mesmo, à solidão que é aquela cidade imensa. Mas isso não atinge aos moradores do Harlem, onde todos conversam entre si, e há alguns sinais de solidariedade e comunicação humana. Mas essa solidariedade desaparece em Nova Iorque, até mesmo entre os judeus, que são solidários no resto do mundo. Aqui, lutam entre si, comercialmente. Talvez porque todos querem parecer mais americanos do que os próprios, os verdadeiros, os lá nascidos.

Duas coisas ainda, nos espantaram em Nova Iorque. A primeira é que os homens, pelo menos nas ruas, se vestem melhor do que as mulhe-

res. Estas usam as mais estranhas combinações de cores. A mini-saia predominava. Jovens e senhoras de idade usavam a mesma saia ou vestido curto, que mais parecia ser apenas uma blusa pouquinho coisa mais comprida. Os homens, mais formais, usavam paletó e gravata ou camisa esporte, um pouco menos florida que as usadas em outras partes do país.

Outra coisa foi a febre de diversão que assalta o americano à noite, sobretudo na Rua 42 e na Sexta Avenida. Eles encham os cinemas, os salões de caça-níqueis (divertimentos de solitários) e toda espécie de divertimentos baratos. Mas as fisionomias são tristes e cansadas. Assim, uma coisa explica a outra. Mas a maior parte da população não sai de casa à noite. É a televisão.

Estivemos no Bronx, um bairro muito judeu, aonde fomos visitar uma família de judeus da Transilvânia, que esteve algum tempo no Brasil, parentes de minha mulher. Já haviam esquecido o português, em pouco mais de um ano de Nova Iorque e só falavam inglês. Marido e mulher trabalham, ganham no total cerca de 700 dólares mensais (o que é lá um salário baixo) mas vivem bem, apesar de que a maioria das coisas necessárias são caras, e já estão pensando em comprar um automóvel, coisa com que na Europa, não poderiam nem sonhar. E guardam ainda um dinheiro no Banco, vivendo com toda economia. Pretendem ficar milionários. São agora, com menos de dois anos de Estados Unidos, cem por cento americanos, isto é, completamente desinteressados do que se passa no resto do mundo. O único medo é que seu filho, estudante de 18 anos, seja convocado para o Vietnã. Mas o rapaz não está preocupado. Ao contrário, sente-se até orgulhoso com essa possibilidade. Ao contrário dos verdadeiros jovens americanos, que cada dia mais amaldiçoam a guerra.

Não vi o preconceito racial contra o negro. É que ele mesmo procura evitar que o preconceito se manifeste, não frequentando os locais de brancos. Não se pode vê-lo nos restaurantes nem nos cinemas, senão excepcionalmente, nos de baixa categoria.

Em Austin, é preciso procurar para encontrar a discriminação racial. É que lá, "o negro conhece o seu lugar". São, os carregadores, os **boys** do hotel e dos clubes, os contínuos das repartições federais ou estaduais, os engraxates, os motoristas de táxi. Se não existisse o negro, ou se esse fosse livre, quem faria essas coisas todas?

Enfim, na verdade, não vimos os Estados Unidos, mas somente Nova Iorque e somente aquilo que nossas finanças permitiam. Mas o que vimos, não apreciamos.

Ao fim de seis dias fomos embora para a Venezuela. E partimos contentes, pois Caracas já é mais perto do Brasil.

* * *

Caracas, como Bogotá, é uma cidade sem nenhuma particularidade digna de nota, estreita, comprida e se estende por um vale, entre alguns

picos dos Andes (fica a mais de dois mil metros de altura) como um rio entre barrancos. Pouca coisa da antiga "herança colonial". Predomina uma arquitetura pobre, do estilo de antes da guerra, tentando agora as ousadas construções modernas. Fora isso, nada mais: as zonas pobres e ricas se alternam, ausência de classe média, muita riqueza e muita pobreza. Visitamos uma família de lá, para a qual levávamos uma carta de amigos comuns de Buenos Aires e gostei de apreciar a residência rica, num bairro chique, construída em moldes espanhóis, gostamos do chá com bolinhos que nos foram servidos e da palestra que mantivemos. O chefe da família, que não vimos, pois é alto funcionário de uma organização petrolífera americana, estava em Maracaibo, o centro industrial e comercial do petróleo. Aliás, metade da população, de um modo ou de outro, está ligada a essa indústria. Disse-nos a distinta senhora que as coisas na Venezuela iam bem, a não ser pelos bandidos que ainda atuam no interior intranqüilizando as famílias. Referiu-se também ao Padre Camilo Torres, recentemente morto em combate, como sendo um triste bandido, "que, apesar de sacerdote, se havia esquecido de Deus". Agradecemos os bolinhos e saímos.

Mais interessante e proveitosa foi a conversa que tivemos com o Embaixador da Iugoslávia em Caracas, a quem fomos visitar para pedir notícias de meu amigo Lazar Udovitch, ao qual já me referi nestas memórias, e que fora antes embaixador nesse país, depois de ter saído do Brasil. Ele me ofereceu um panorama político da Venezuela que muito apreciei, por estar inteiramente de acordo com minhas próprias idéias. Dizia ele que a luta revolucionária na Venezuela estava sendo prejudicada pelo grande número de "organizações revolucionárias", as quais combatiam entre si. Além dos vários Partidos Comunistas, da influência de Mao Tsé-tung e de Fidel Castro, havia dois ou três grupos guerrilheiros independentes, constituídos na maioria de estudantes. Achava que o importante na Venezuela não era a luta de classes, mas a luta pela independência nacional e contra o imperialismo. Que os camponeses não estavam sendo mobilizados, nem conscientizados para essa luta e, por isso mesmo, quase nunca ajudavam os guerrilheiros, aos quais temiam quase tanto quanto às tropas do exército ou da política, que os combatiam. Que os grupos guerrilheiros, na ocasião, haviam passado à defensiva e não faziam outra coisa senão lutar pela sua sobrevivência. Que, apesar disso, as perdas eram grandes... Enfim, um panorama não muito animador em relação aos êxitos da luta revolucionária. De certo modo, parecia o retrato político do Brasil, da Colômbia e até mesmo da Bolívia.

Despedimo-nos com pesar, mas tínhamos de voltar, pois já estávamos cansados de tantas andanças e com saudades do Brasil. Depois de quatro dias de Caracas, rumamos para Belém, Via Trinidad, pois não havia avião direto. Mas valeu a pena. Passamos algumas horas em Trinidad, à espera de nosso avião, o que aproveitamos, dando um passeio de automóvel pelo país, e que durou apenas duas ou três horas. Nada a ver, pois se parece

com qualquer cidade do interior brasileiro: algumas estradas asfaltadas, grandes espaços vazios, de uma vegetação verde amarelada, a terra avermelhada e camponeses ou trabalhadores do campo morando em choças de pau-a-pique e um número infindável de crianças seminuas, brincando nas estradas. Mais interessante são as canções de lá, que ouvimos ainda no avião por uma moça que voltava ao seu país, e já matava as saudades, antes mesmo de chegar cantando, para todos ouvirem, algumas belas canções, tristes de mexer com a alma da gente.

Era nosso projeto passar por Belém, Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador e por fim S. Paulo. Infelizmente encontrei em Belém, e a seguir em Manaus, cartas desalentadoras. Minha netinha mais velha, Ana Sílvia, estava muito doente. Assim, depois de ver Manaus, rumamos para Recife e daí para S. Paulo.

Um mês depois, em princípios de agosto, acontecia a tragédia. Depois de um mês em estado de coma, a menina falecia. Tinha apenas dez anos.

Até ao fim do ano, senti-me incapaz de fazer ou pensar o que quer que fosse. Em novembro, Enny pensou que talvez me ajudasse, comemorando os meus sessenta anos com uma reunião de amigos. Mas foi somente em princípios de 69 que consegui reunir ânimo e forças para reagir contra o abatimento que se havia apossado de mim. Comecei a trabalhar no 4.º volume da **História Sincera**, que terminei em menos de três meses. O livro saiu em fins de maio.

Nesse ano de 68 aproveitei os feriados da semana de Carnaval para sair de S. Paulo (pois S. Paulo é a melhor cidade do mundo para se sair dela) e fomos visitar Belo Horizonte, Brasília, Ouro Preto, Congonhas, Anápolis e Goiânia, e rever amigos. A viagem me fez bem, clareou um pouco as minhas idéias e voltei com grandes planos que infelizmente ainda não pude realizar.

Mas o que me aconteceu de interessante, neste ano de 1968, foi o convite que recebi, de quatro pessoas diferentes, em quatro cidades diferentes, para reingressar no PCB. Um dos convites foi de um antigo membro do Partido (na realidade foi sua esposa que fez o convite) e velho amigo meu, de Belo Horizonte. Outro foi de um amigo de Brasília, ex-membro e ex-militar do Partido e que acabara voltando ao mesmo "por não ver outro caminho". O terceiro foi de um outro amigo, também ex-membro e que muito lutara contra o Partido, até poucos anos antes. E finalmente, o quarto, foi de um escritor conhecido, que nunca fora membro do Partido e que de repente começou a sentir necessidade de atuar politicamente. Este convite foi o que mais me surpreendeu. Nenhum dos convites que eu saiba, era oficial, ou seja, feito pela direção do Partido. Ao que me parecia, esses convites eram de iniciativa dos próprios amigos mencionados. Mas a coincidência me fez desconfiar de que haveria por trás disso, uma nova linha do PCB para fazer voltar ao rebanho as ovelhas desgarradas.

A todos, entretanto, respondi que **não**. Alegavam alguns que o PCB, o de Prestes, era o único caminho que se oferecia para mudar o quadro econômico e político brasileiro, "apesar de tudo". Alegavam outros que "agora era diferente" e que "tudo estava mudando dentro do PCB (Marighela acabava de desligar-se, criando o seu próprio Partido, o PCB Revolucionário, na linha cubana) e que havia mesmo "liberdade de discordar" e outras coisas mais.

Os argumentos não me convenceram. Durante anos ouvi a mesma canção, mesmo quando ainda estava integrado no Partido, pelo menos desde 1936, na Bahia, quando Honório me disse que minha expulsão fora anulada. E essa canção, esse disco se repetiu muitas vezes durante os anos seguintes, toda a vez que havia modificação importante na direção: saída de uns, entrada de outros. Sem contar as vezes que eu mesmo usei esse argumento, para animar camaradas de S. Paulo que, em 1945, se recusavam a voltar ao Partido, desde a liberdade de Prestes e sua nomeação para Secretário Geral.

Mas, na realidade, havia ainda razões mais fortes. A principal delas é que para mim o Partido Comunista Brasileiro, como o de vários outros países, da América e mesmo da Europa, **deixara de ser o instrumento adequado** para a transformação estrutural do País. Dividido, estraçalhado pelos próprios erros, pelas divergências ideológicas, pela transformação das circunstâncias mundiais, ele era agora apenas uma melancólica lembrança do passado, uma fase da História, já ultrapassada. A situação presente estava exigindo outros métodos, outra ideologia, outra organização. E essa organização deverá surgir por força da História. Um Partido que depois de 40 anos não conseguiu ainda chegar ao poder, deve desaparecer: a prática provou que ele não tem condições, nem mensagens, nem métodos, capazes de sensibilizar e mobilizar as massas. Aliás, fatos recentes provam que o Partido Comunista, em muitos países, nem mesmo é indispensável, dado que a Revolução Cubana foi feita sem ele e contra ele. O mesmo aconteceu na Argélia. Eis, pois, que os caminhos da revolução brasileira nos oferecem outras alternativas, sobretudo para quem tem o espírito alerta e formado dialeticamente. O marxismo-leninismo não é uma bíblia. É o que penso.

* * *

Estas memórias, que aqui vou traçando, terminam juntamente com o ano de 1968, que agora vai findando. Espero viver ainda muitos anos, para me dar tempo, pelo menos, de terminar dois livros que tenho em mente. Um deles, fruto de circunstâncias, será sobre **A Revolução Nacional no Brasil**. Outro se refere à Filosofia da História, que sempre foi uma de minhas paixões intelectuais. O livro se chamaria **As Origens da História** e seu tema principal é tentar descobrir por que algumas nações

sobrevivem e outras desaparecem no curso da História. E por que algumas nações evoluem enquanto outras permanecem durante séculos, estagnadas. Como na África, por exemplo.

Há ainda um terceiro em mente, e esse é fruto de um amadurecimento intelectual, embora a algumas pessoas possa parecer o contrário: é um estudo mais aprofundado do **Humanismo Concreto**, tema que esbocei no meu livro **Alienação e Humanismo**.

Como se vê, ainda não encerrei o meu expediente. O dia ainda está claro, muito embora o sol esteja no momento encoberto por negras e ameaçadoras nuvens. E há muito que fazer.

Ao começar estas memórias, eu ainda me perguntava se minha vida tivera alguma utilidade para os meus semelhantes, e se eu não havia gasto minhas energias perseguindo moinhos de vento. Agora estou convencido de que alguma coisa de útil eu fiz. **Não aspiro nem a glória, nem a fortuna. Só me inspira o amor, pela humanidade e pelos brasileiros em particular***. A tranqüilidade da minha vida presente, não foi a procurada por mim, mas a que a vida me impôs. Não foi isso que desejei. Sonhei ser um militante político de vanguarda que, pela sua ação, fosse capaz de contribuir para a transformação deste País, trazendo a felicidade, a liberdade, o bem-estar, para milhões de brasileiros. Não consegui. Mas sei agora que há vários caminhos para o mar. Como um rio que se desvia do seu curso, porque encontrou obstáculos pela frente, mas acaba desembocando no mar por outras vias, também eu desviei-me sem querer, do meu curso, mas com a certeza de que acabarei chegando ao destino, traçado, ainda que por outros caminhos. E se não o fizer, pelo menos, e disso tenho certeza, abri um caminho que as águas que vêm atrás de mim, certamente seguirão.

S. Paulo, Dezembro, 1968

* Inscrição na lápide do túmulo do Autor, no Cemitério Israelita do Butantã em São Paulo. (Nota da Editora).

APÊNDICE

Do autor a Luis Carlos Prestes.

Rio, 12 de junho de 1957.

Caro camarada Prestes:

Mando-lhe esta carta, em primeiro lugar, para acompanhar um exemplar do meu livro **História Sincera da República** que, como talvez tenha sabido, saiu em princípios de abril.

Não o mandei antes porque não sabia como fazê-lo. Continuo não sabendo, mas resolvi tentar, de qualquer modo, mesmo não tendo a certeza de que o mesmo — assim como esta carta — lhe seja entregue.

O segundo objetivo é chamar a sua atenção sobre a lastimável situação em que se encontra o nosso Partido. E faço-o porque estou certo de que V. ignora o que realmente se está passando, de que V. somente conhece, através de terceiros, a verdade encoberta pelo manto da fantasia que, no presente caso, nada tem de diáfano. Ao contrário, a verdade lhe está, provavelmente, sendo encoberta com o espesso manto da mentira e da calúnia.

Resolvi escrever-lhe porque a crise que o PCB atravessa neste momento é a mais grave e a mais difícil que ele já atravessou em seus 35 anos de vida. E porque acredito que, só V. está em condições de impedir que a situação se torne ainda mais difícil e quem sabe irremediável.

Escrevo não como simples membro do P. mas com a autoridade que me conferem 31 anos de militância partidária, e a qualidade de antigo membro do Comitê Central e do Secretariado Político, para o qual fui eleito no 3.º Congresso.

Não vou aqui discutir nem mesmo rememorar erros e fatos passados. Meu assunto é o presente, a lamentável situação em que se encontra o PCB, desorganizado, fracionado e porque não dizê-lo? — desmoralizado perante as massas e perante as próprias bases do P., vivendo apenas de uma fachada e da tradição de longos anos de luta pelos interesses do proletariado e do socialismo.

Para comprovar o que digo basta lembrar que **Imprensa Popular**, após 12 anos de existência, vende menos de 4 mil exemplares, muitos dos quais compulsoriamente.

Hoje o Partido, se acha dividido em três pequenos grupos: em cima uma máquina burocrática composta de alguns dirigentes — nacionais e regionais — que temem perder os postos em que se acham e deixar assim de desfrutar das suas vantagens turísticas, e temem voltar a ligar-se à dura luta pela vida. A seguir, um pequeno grupo de ativistas, dedicados e sinceros, que põem a unidade e a fidelidade ao P. acima da fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, que em geral desconhecem. O que sobra é outro pequeno grupo de elementos que apenas hesitam entre a dissidência ou o abandono completo da luta revolucionária. E, enquanto hesitam, nada fazem.

Agora encontramos-nos diante de um fato concreto: Um grande número de camaradas, alguns elementos antigos e provavelmente dedicados ao P., e à causa revolucionária, abandonou as nossas fileiras. Não se diga que se trata “apenas de intelectuais”, que não é essa a verdade.

É certo que pelo menos 95% dos membros intelectuais abandonaram o P., mas um grande número de operários está seguindo o mesmo caminho. Aliás, o fato de ser um camarada intelectual em vez de operário, em nada diminui a sua qualidade de membro do P., nem atenua a perda que o P. sofre. Mas só no PCB é que ser intelectual constitui uma mancha pessoal.

V. deve saber igualmente que estes camaradas dissidentes — e são numerosos, capazes e dedicados à causa revolucionária — estão se organizando e provavelmente se constituirão em um novo Partido Comunista.

Isso poderá no futuro representar um avanço no sentido de libertação de nosso país, pois esse novo partido tentará ocupar o **vácuo** deixado pelo PCB no movimento proletário brasileiro. Mas no momento, em que aumenta a pressão imperialista contra o nosso país e as massas das mais variadas camadas sociais se sentem empolgar por uma campanha nacional de resistência, as conseqüências para esse movimento político podem ser das mais desastrosas.

Será razoável, justo, encarar essa trágica situação com um simples “dar de ombros”, limitando-se a lançar contra esses camaradas a pecha de “renegados”, quando se sabe, e V. mais do que todos, que até ontem haviam sido elementos inteiramente fiéis e dedicados, ocupando cargos dos mais responsáveis dentro do P.?

Acha V. que as massas e as próprias bases vão engolir isso sem mais nem menos, depois dos ensinamentos do XX Congresso do PCUS?

Ao contrário, elas já começam a sentir que algo está ficando podre. E não é no Reino da Dinamarca.

— Não vou discutir aqui as razões que levaram estes camaradas a tomar a resolução extrema. Quero apenas apelar para a sua comprovada honestidade e autoridade no sentido de impedir que se destrua o PCB e se fracione o movimento comunista brasileiro, pelo êxodo dos seus mi-

litantes, de uma forma que ao mesmo tempo permita uma reunificação de nossas forças.

Não creio que seja difícil. Só vejo um obstáculo a essa pacificação nas nossas fileiras: é a presença dos camaradas Arruda, Grabois, Amazonas, Marighela, Pomar, no **Presidium**. Estes camaradas, verdade ou não, são para todo o P., os verdadeiros causadores da dissidência, pela sua resistência ao processo de renovação política e dos métodos de direção, que se verificam em todos os PC do mundo.

Sugiro pois — faço um apelo — no sentido de que use a sua autoridade a fim de conseguir:

- 1) Renúncia coletiva do CC, ou pelo menos dos membros do Presidium, perante uma Conferência Nacional, especialmente convocada para esse fim, a qual elegerá um CC provisório;
- 2) Convocação imediata do V Congresso, a cargo do CC provisório que cuidará da sua organização e do seu temário;
- 3) O Congresso elegerá o novo CC que poderá ou não ser o mesmo atual.

Se, conforme afirma o CC em suas últimas resoluções, a unidade do P. está acima de tudo, parece que ela bem vale o sacrifício ainda que momentâneo, de meia dúzia de camaradas. Se estes tiverem convicção plena de que têm agido honestamente, não devem rezear o julgamento do Congresso.

Sem mais, camarada, aqui me despeço certo de que V. não permanecerá indiferente ao meu apelo que é certamente o de muitos outros companheiros.

Na expectativa de uma resposta,

fraternalmente

Leôncio Basbaum

Do autor a Luis Carlos Prestes.

Rio, 18 de Setembro de 1957

Prezado Camarada Prestes:

Infelizmente não recebi até hoje resposta à minha carta de 6 de junho. Soube ontem, por um companheiro, que você efetivamente me havia respondido. Presumo pois que sua carta se extraviou de algum modo, ou deve ainda estar pelo caminho.

Li devidamente as resoluções da última reunião do C.C., bem como o seu informe ao mesmo, através da imprensa do P. Evidentemente um passo à frente foi dado, no sentido da recuperação total do P., mas a meu ver ainda incompleto. Gostaria de poder falar com você sobre aqueles documentos e outras questões correlatas. Tomo por isso a liberdade de sugerir um encontro entre nós dois.

Estou profundamente convencido — e é também a opinião de outros companheiros — de que, dadas as circunstâncias, pessoais e partidárias em que nos encontramos, este encontro resultaria ser extremamente útil para o objetivo que ambos temos em vista: a rápida recuperação do P.

Na expectativa de sua resposta queira, entretanto, receber um fraternal abraço do companheiro e amigo

Leôncio Basbaum

De Luis Carlos Prestes para o Autor.

Julho de 1957.

Prezado camarada Leôncio Basbaum:

Foi para mim motivo de satisfação receber sua carta de 12 de junho último em que vi a melhor demonstração de amizade e confiança. Tomei nota de suas observações críticas a respeito da situação de nosso Partido e compreendo perfeitamente o vivo interesse que manifesta pelo futuro de nossa organização partidária.

Como aconteceu com V., são hoje numerosos os velhos militantes que há muito afastados de qualquer atividade partidária, agora se apresentam e reclamam um posto na luta em defesa da unidade do Partido. Esteja certo de que tenho consciência da gravidade dos erros que cometemos e que tudo farei para que os mesmos sejam devidamente corrigidos. Mas, como velho membro do Partido e seu antigo dirigente, V. não deixará de concordar comigo quando coloco acima de tudo a necessidade de salvar a unidade do Partido. Não há nada que justifique a atitude daqueles que, a pretexto de corrigir erros, voltam-se contra o Partido e sua direção. Na verdade, a atividade do grupo divisionista só tem servido para dificultar os esforços dos que efetivamente desejam a renovação política e dos métodos de direção em nosso Partido. Asseguro-lhe, no entanto, que, na medida do possível, apressaremos a realização do V Congresso, o qual decidirá soberanamente sobre os destinos do Partido.

Enquanto não chegamos lá, espero poder contar com sua inteligência e atividade para ajudar-nos a levar adiante o pesado fardo que temos sobre os ombros. V. talvez pudesse ajudar-me tanto no terreno das finanças, em que atravessamos um momento um tanto difícil, como no trabalho entre a intelectualidade. Neste terreno foram cometidos efetivamente graves erros que precisarão ser corrigidos na prática, com a justa valorização do papel que exercem os intelectuais no movimento patriótico, democrático e progressista. Penso que partindo de uma auto-crítica honesta da direção poderemos ganhar novamente a preciosa colaboração da

intelectualidade progressista para a causa da libertação nacional e do socialismo. Diga-me, no entanto, o que pensa.

Agradeço-lhe a remessa de seu livro sobre a história da República e felicito-o pela iniciativa. Seu trabalho de investigação histórica revela uma preocupação justa e indica uma das direções em que devemos trabalhar na luta contra o subjetivismo em nossas fileiras. É um exemplo digno de imitação.

Saúda-o fraternalmente o

camarada e amigo

Luís Carlos Prestes

CONTEÚDO

NOTA DA EDITORA	XI
INTRODUÇÃO	XIII
TEMPO DOS SONHOS	17
OS TEMPOS ÁSPEROS	31
OS TEMPOS BURGUESES	149
O TEMPO DA DESILUSÃO	177
O TEMPO DA DESESPERANÇA	209
TEMPO DE AFIRMAÇÃO	251
APÊNDICE	299



DAG-LTDA.
IMPRIMIU
01000 - São Paulo, SP
02754 - Rua Maria Cecília, 277
Tel. 266-3219



Uma Vida em Seis Tempos não é um livro de denúncias. É a posição pessoal de um intelectual, cuja vida esteve profundamente vinculada ao movimento operário brasileiro, e que — dentro deste movimento — sempre pugnou por um socialismo autêntico e honesto.

Soljenitzin, Djilas e Peralva, entre outros, através da crítica da organização partidária, inferiram a impossibilidade de um sistema social justo. Basbaum, ao contrário, embora tenha acreditado que os Partidos Comunistas tenham vindo, em sua história, a se constituir em virtuais inimigos do socialismo, pensa na destruição da organização como uma necessidade real, sentida por todas as mentes lúcidas, por todos os intelectuais honestos e pelos marxistas verdadeiros.

Este livro de memórias nos revela os fatos básicos que caracterizaram os desvios por que passou o Partido Comunista do Brasil. Desde os velhos tempos de "obreirismo" — linha política recomendada pela organização a seus membros, na busca forçada de uma "proletarização" e na destruição de seus quadros intelectuais — até os descaminhos eivados de oportunismo a que foi conduzido pelo "grupo baiano", que se assenhoreou da direção da organização no início dos anos 40.

Uma Vida em Seis Tempos é muito mais do que um simples relato de lembranças e experiências pessoais: é uma narrativa clara e serena de um historiador, que viveu a política operária brasileira por cerca de quarenta anos.



AUTOR NACIONAL CULTURA BRASILEIRA